



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARIO SERGIO IGNÁCIO BRUM

Cidade Alta:

História, memórias e estigma de favela num conjunto

habitacional do Rio de Janeiro

NITERÓI
2011

MARIO SERGIO IGNÁCIO BRUM

Cidade Alta:

**História, memórias e o estigma de favela num conjunto
habitacional do Rio de Janeiro**

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense
como requisito final à obtenção
do título de Doutor em História
Social.

Setor: História Contemporânea II

Orientador: PROF. DR. PAULO KNAUSS DE MENDONÇA

NITERÓI

2011

B893 Brum, Mario Sergio Ignácio.

Cidade Alta : história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro / Mario Sergio Ignácio Brum. – 2011.

361 f. ; il.

Orientador: Paulo Knauss de Mendonça.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

Bibliografia: f. 335-349.

1. Favela. 2. Conjunto habitacional. 3. Remoção de favela. 4. Rio de Janeiro (RJ). I. Mendonça, Paulo Knauss de. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 728.09815

Resumo

Embora a palavra 'favela' forme imediatas imagens na mente dos moradores das grandes cidades, é difícil traduzir em palavras o que a constitui. Assim, através do estudo de caso do Conjunto Habitacional da Cidade Alta, localizado em Cordovil, na zona Norte do Rio de Janeiro e surgido dentro do projeto de erradicação de favelas executado pela CHISAM nas décadas de 1960/70 para abrigar moradores removidos de favelas, e o complexo formado a partir deste, estudaremos a permanência e a re-significação do *estigma* de favela, bem como o programa de remoções. Trata-se ainda de discutir a construção histórica e social do termo *favela* a partir de uma localidade, em que usamos como fontes: jornais, documentos do Estado, relatórios de pesquisadores da época, além de depoimentos de autoridades do programa remocionista e moradores do complexo e suas visões sobre as remoções e sobre *que é uma favela*. Percebemos em muitos depoimentos a visão da favela de origem como um local de desordem e precariedade, e que a ida para o conjunto, no fim da década de 1960, figura como uma 'melhora', pois o conjunto habitacional em seu início é relatado como local da ordem e da 'beleza', posteriormente tendo se tornado uma favela, por uma 'descaracterização' das construções e principalmente, pela intensificação da violência cotidiana. Assim, vemos através dos depoimentos dos moradores que o termo *favela* pôde adquirir variados significados ao longo da sua trajetória, embora os significantes sejam os mesmos desde o seu surgimento.

Palavras chaves: Favela; Remoções, Conjuntos Habitacionais, Cidade Alta.

Nome: BRUM, Mario Sergio Ignácio

Título: Cidade Alta: História, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito final à obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovada em: 12 de julho de 2011.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça (Orientador) – Universidade Federal Fluminense

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Drª. Luciana Correa do Lago – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Drª. Márcia da Silva Pereira Leite – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Drª. Lílian Fessler Vaz – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Marcelo Baumann Burgos – Pontifícia Universidade Católica/Rio de Janeiro

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Drª. Cecília da Silva Azevedo (suplente) – Universidade Federal Fluminense

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profª. Drª. Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos (suplente) – Fundação Getulio Vargas

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Abertura

Francis Hime

Composição: Francis Hime / Geraldo Carneiro / Paulo Cesar Pinheiro

*Dante, se pintasse
Nessas paradas daqui
Talvez proclamasse:
O Purgatório é aqui!*

*Praia da Macumba
Arpoador, Grumari
Barra, Marambaia
O Paraíso é aqui.*

*Cerro, Juramento
Maré, Borel e Acari
Canta, Cantagalo
Porque o Inferno é aqui.*

*Toca, Carioca
Maracanã, Bariri
Samba, muito samba
Marquês de Sapucaí.*

*E vem o carnaval
Vem ver o carnaval
Entrei no carnaval
Não saio mais daqui.*

*Meu São Sebastião
Meu Cristo Redentor
Guardai o nosso chão
Velai por nosso amor.*

*Quantas histórias
Quantas alegrias
Quantas memórias
Quantas fantasias.*

*Sol de Dezembro
Rio de Janeiro
Águas de Março
Rosas de Abril.*

*Quantas estrelas
Todos os segredos
Quanto degridos
Longe desse mar.*

AGRADECIMENTOS

Seriam precisas muitas e muitas páginas para expressar suficiente gratidão às várias instituições e, principalmente, às várias pessoas que colaboraram das mais diversas formas para que esta tese fosse um projeto possível de se realizar. Projeto que foi sonhado por muitas pessoas que me apoiaram nos momentos difíceis e comemoraram nos bons. Mas a praticidade e a necessidade me fazem condensar em poucas linhas uns cinco anos, no mínimo, de trabalho coletivo.

Digo cinco anos no mínimo porque sem todo apoio anterior que recebi de minha mãe, a começar pela vida que me deu e por ter sido sempre uma incansável apoiadora e torcedora, não teria conseguido muitas coisas. Esta tese é uma delas. Mãe, por todo o carinho e amor que recebi de você, obrigado!

À minha irmã Marcella, que comigo carrega lições que aprendemos pela vida, além de todo amor e carinho que recebemos, e de quem muito me orgulho por tudo que ela é. Aos sobrinhos Marianna e Paulinho, que são extensão deste amor e deste exemplo.

Aos meus cunhados Paulo, Anderson e Paula e também a seu filho e meu mais novo sobrinho Gabriel. Também agradeço o apoio e carinho dos meus sogros Euclides e Beth. Confesso que fiquei reticente em fazer um agradecimento em especial, mas seria muita injustiça de minha parte: ao Leco, gato que nos adotamos mutuamente e foi uma constante companhia nos longos dias de escrita desta tese.

Um agradecimento especial a minhas avós Aparecida e Lindalva (*in memoriam*) e aos meus tios Lolô, Fátima, Neide, Luzia e Sandra, Armando, Maurício e Mauro, Lafayette e à Tia Nazareth, além de meus muitos primos, pela torcida, entre eles, um agradecimento especial à Tatiana Soares.

Mais uma vez, Paulo Knauss foi muito mais do que um orientador, sem deixar de cumprir essa função com muito zelo, sempre incentivando e aconselhando. A vida corrida e os inúmeros compromissos de ambos não impediram longas conversas, em que ele me encorajava quando havia hesitações e ajudava em momentos de dúvida. Esta tese, mais que mera formalidade entre orientador e aluno, foi um reforço à nossa amizade, sem dúvida, uma das maiores conquistas que tive na carreira acadêmica desde que Paulo foi meu professor na graduação de História da UFF.

Aos professores membros da banca que, muito gentilmente, aceitaram o convite de emprestar seus prestígio e conhecimento à defesa desta tese. São eles: Luciana Lago, Cecília Azevedo (que muito já contribuíram na banca de Qualificação), Lillian Fessler Vaz, Márcia Leite, Marcelo Burgos e Mariana Cavalcanti.

Aos muitos amigos feitos através da vida, que ajudaram simplesmente sendo meus amigos e que, em diferentes momentos, torceram, perguntaram, debateram e apoiaram a escrita desta tese: Fernanda Lima, Fernando Flack, Joana, ‘Digão’ Morales, Marcela, Danilo Paiva, Renata Corrêa, Marcus Dezemone, Fabíola, Sandra, Kadu Teixeira, Tayane, ‘Marquinhos’ Giralde, Demarie, Aline Portilho, Raimundo Hélio, Luizinho, Manuela Bretas, João Medina, Gustavo Portela, Fernanda Montanholi, Ana Cláudia, Michelle, Gisela, Anna Paula Gomes, Juceli, Ana Paula Kunze, Roberto Lacerda, Veríssimo, Vera Caldas, Ediane, Roberto Marques, Roberto Mansilla, Débora El-Jaick, Christiano Britto, Caroline Fernandes, Leopoldo ‘Léo’, Marcelo Abreu, Cristiane, Goody, Wanderson ‘Apingorá’, Fernando ‘Diferente’, um especial a Geraldo Júnior, Paulo Guilherme Araújo, Madureira. Espero ter lembrado de todos, mas se alguém foi esquecido aqui, que perdoe a minha falha.

Ao longo dos anos, conheci várias pessoas que compartilhavam a aventura de pesquisar o tema favela. Temos trocado informações, opiniões, materiais, dicas, seja em congressos ou, como convém a um tema nascido no Rio de Janeiro, em animadas mesas de bar. A esses colegas e amigos, obrigado pela generosidade que facilita tanto esta tarefa. São eles: Mauro Amoroso, Palloma Meneses, Romulo Costa Mattos, Cláudia Trindade, Rafael Soares e Eladir Nascimento.

Também contei com a ajuda ‘internacional’ de pesquisadores que se interessam em conhecer a realidade brasileira e muito têm nos ajudado a entender o que se passa nas nossas cidades. A ajuda que obtive deles inclui conversas esclarecedoras, obtenção de informações e participação em eventos internacionais que auxiliaram na divulgação desta pesquisa. E que, além de tudo, se tornaram bons amigos. São eles: Leandro Benmerguí, Bryan McCan e Janice Perlman.

A socióloga Denise Nonato do Nascimento foi uma precursora nos estudos sobre a Cidade Alta. No começo deste projeto, além de sua dissertação ter me servido como um dos primeiros passos para me aprofundar em diversas questões que guiaram esta tese, inúmeras conversas com Denise durante a pesquisa me auxiliaram muito. Esta querida amiga merece muitos agradecimentos pela sua sabedoria, gentileza e amizade, as quais ela jamais se negou a compartilhar.

Além disso, Denise também me ‘emprestou’ a mãe por alguns momentos. Brincadeiras à parte, a bem-humorada Dona Maria Margarida Nonato do Nascimento não deu apenas um depoimento à pesquisa, mas uma lição de como superar obstáculos e serviu para lembrarmos sempre de que o historiador está falando, acima de tudo, de vidas humanas.

Assim como Dona Margarida, que abriu sua casa e cedeu um pouco de seu tempo, não temos palavras para agradecer a todos os depoentes que, gentilmente, dividiram conosco suas histórias de vida e suas memórias. Seu Osias, Pastor Guaracy, Ney, Manoel, Dona Neusa, Dona Maria da Penha, Antônio Carlos, Dona Ester, Dona Maria Lúcia, Dona Nadia e Seu Raimundo, Nilza Mara, Dona Nilza Sabino, Rossino, Samuel Gomes, Sergio Firmino e Dona Vilma de Oliveira. A eles agradecemos seus depoimentos, suas opiniões e suas lições.

Outro depoente que nos ajudou foi o senhor Giuseppe Badolatto, arquiteto e diretor da Companhia Estadual de Habitação desde sua criação, com simpatia e erudição, abordou diversos aspectos do programa remocionista, além de nos emprestar alguns materiais referentes à remoção.

Durante a pesquisa, contei com a valiosa ajuda, em diferentes momentos, de alguns auxiliares. Bárbara Araújo Machado realizou as transcrições de algumas entrevistas. Marcela Martins Fogagnoli ajudou na pesquisa aos arquivos da Biblioteca Nacional e Wellington Silva Conceição cedeu algumas imagens da Cidade Alta e colaborou também com diversas informações sobre as organizações locais.

Para obtenção de fontes primárias, principalmente materiais dos órgãos responsáveis pela remoção ou relatórios, de órgãos públicos ou não, que abordassem o tema. Além da Biblioteca Nacional, consultamos as bibliotecas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ (IPPUR-UFRJ), do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo sempre atendidos por funcionários solícitos e competentes, como Cláudia Prado do IBGE e Helena do CBCISS, que muito facilitaram nosso trabalho de pesquisa. Também agradeço à Ação Comunitária do Brasil-RJ, especialmente à sua superintendente Marília Pastuk e à funcionária Ana Paula Degani.

Na Cidade Alta, contamos com o apoio de algumas organizações locais, como a Ama-Alta; a Igreja do Bonfim; diversas escolas; do campus Cidade Alta da Ação Comunitária do Brasil; de Carlinhos Guimarães, primeiro presidente da Ama-Alta; de

Milton Leal, administrador do Posto de Saúde e do Bloco do Barriga. Esperamos que esta tese contribua para que a história destas organizações seja preservada.

Às equipes de professores e funcionários das escolas em que trabalho, Colégio Estadual República de Guiné-Bissau e Escola Municipal Ministro Lafayette de Andrada. Juntos, dividimos a difícil tarefa de ser professor no Brasil, tentando cumpri-la com o máximo de empenho possível. Alguns se tornaram depoentes, mas todos, colegas e amigos que se interessaram na pesquisa, ajudaram muito, nem que fosse, ou principalmente, dividindo opiniões e impressões.

Da Guiné agradeço ao diretor Samuel Gomes, à secretária Maria Oliveira (valorosa ajuda), Dona Lenir e a vários professores, como os já citados Denise e Wellington, além de Nathan, Pimenta, Nestor, Fabiana Lourenço, Margarete, Ricardo, Osman, Adailton, Fernando André, Michele, Wanessa, Sandro, Lenita e Clarice.

Da Lafayette, agradeço a ajuda de, além dos diretores Jorge Pacheco e Delza (e também pela compreensão), dos funcionários, e ex-funcionários, já citados Nilza Mara e Dona Ester, além de Irineide, Seu Rogério, Stef, Mariana e Diego. Agradeço também aos colegas e amigos Deise, Natália, Neto, Mônica, Alexandra, Raquel, Marcelo, Alexandre, Elaine, Ana Maria, Daniela, Cláudia, Jozélia, Ana Lopes, Alcione, Célia, Alexandre, Aurélio, Adriana, Paulo, Roney e Curto.

Aos alunos do Guiné-Bissau e da Lafayette que, ao longo destes cinco anos de pesquisa, colaboraram e participaram ativamente da busca pela memória e história da Cidade Alta.

A todos os moradores do ‘complexo’ da Cidade Alta que, como a maior parte dos cidadãos brasileiros, levam sua vida com esforço, dignidade e sonham com um futuro melhor.

Por último, devo fazer dois agradecimentos muito especiais.

O primeiro à minha esposa Alessandra. Todos os agradecimentos do mundo seriam insuficientes pela sua participação na pesquisa. Além do apoio emocional, da compreensão e da paciência, imprescindíveis nestes últimos anos, ela fez a revisão dos originais e, com sua experiência como professora na Vila Cruzeiro, me ajudou muitas e muitas vezes, através de interessantes discussões, a refletir sobre as muitas questões que guiaram esta tese. Num dos períodos mais difíceis da minha vida, ela apareceu e se revelou uma companheira na mais ampla acepção da palavra. Que esta tese seja apenas mais um dos frutos de nosso amor.

Entre a aprovação na seleção para o Doutorado, e a matrícula neste, a pessoa que mais havia comemorado o fato (junto com a minha mãe), meu pai, Mario Jorge, deixou de estar entre nós. Ironicamente, ele que sempre foi quem mais incentivou, e também quem mais cobrou, não está presente fisicamente para ver o resultado de tudo que ele fez por mim.

Entre tantas coisas, ele sempre me ensinou a gostar do Rio, do Botafogo, do Brasil, a respeitar o próximo. De tudo que me deu ao longo da vida, acho que o exemplo de ser humano que ele foi é o que eu mais me orgulho de ter recebido, e que tento sempre honrar.

Pai, você sempre me apoiou e jamais deixou de acreditar em mim. Esta tese é sua também... Conseguimos!

Rio de Janeiro, 9 de junho de 2011.

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1 - Favela: permanências e re-significações de um estigma na história do Rio de Janeiro	19
19 - <i>A questão</i> ; 19 - <i>Favela(s): mudanças e permanências</i> ; 26- <i>A favela e o estigma de nascerça</i> ; 32 - <i>A cidade enquanto campo de estudo</i> ; 35 - <i>Da difícil tarefa de se definir o favelado</i> ; 43 - <i>Habitus e 'processo civilizador': individualismo e coletividade na favela</i> ; 48 - <i>Do conceito de estigma em favela</i> ; 50 - <i>O estigma se muda do cortiço para a favela</i> ; 56 - <i>Favela: algumas questões</i> ; 60 - <i>Trajetória e atualidade do estigma</i> ; 63 - <i>A favela como contraponto à 'natureza'</i>	
Capítulo 2 - A Era das Remoções: O estigma de 'favelado' como política de Estado e as remoções de favelas no Rio de Janeiro nas décadas de 1960/70	66
66 - <i>O remocionismo</i> ; 67 - <i>Cidade e urbanismo no pós-guerra: 'o que fazer com a favela'?</i> ; 73 - <i>Lacerda, entre urbanizar ou remover</i> ; 81 - <i>Ditadura Civil-Militar de 1964 e as favelas</i> ; 88 - <i>A conjuntura política</i> ; 94 - <i>A criação da CHISAM</i> ; 103 - <i>A opção pela remoção</i> ; 114 - <i>O estigma como política de Estado</i> ; 120 - <i>Remodelação urbana e utilidades para o favelado</i> ; 133 - <i>O papel da Ação Comunitária do Brasil</i> ; 137 - <i>Balanco geral do programa</i> ; 145 - <i>O fim e o recomeço...</i>	
Capítulo 3 - A Remoção e os primeiros anos: A Cidade Alta como 'não-favela' ..	154
154 - <i>O choque da remoção</i> ; 165 - <i>Da favela para o conjunto</i> ; 175 - <i>Favela x Bairro (na origem): o entorno como contraponto</i> ; 179 - <i>As diferentes origens: os que 'passaram o apartamento', os não-removidos, os 'bancários'...</i> ; 187 - <i>Cidade Alta, a promoção social do ex-favelado?</i> ; 194 - <i>As instalações: Cidade Alta, organizações e equipamentos</i> ; 210 - <i>Memórias do incêndio</i> ; 214 - <i>Remoções</i> ; 217 - <i>Estigma, identidades e silêncio: memórias perdidas da remoção</i>	
Capítulo 4 – Definida 'favela': A construção histórica e social do estigma de favela numa localidade	229
229 - <i>'Favela de cimento armado'</i> ; 231 - <i>O estigma em espiral</i> ; 236 - <i>Visões do Estado</i> ; 242 - <i>As 'favelas' da Cidade Alta</i> ; 255 - <i>De volta, a favela?</i> ; 271 - <i>'Fronteiras' e 'partes' da Cidade Alta</i> ; 281 - <i>Favelado, o outro</i> ; 287 - <i>A paz dos 'tempos melhores'</i> ; 307 - <i>Novas gerações, o estigma como meio</i> ; 310 - <i>Favela ou comunidade, a disputa dos termos</i>	
Conclusão: 'Favela'	314
Apêndice	326
Fontes Utilizadas	335

INTRODUÇÃO

“E agora, no processo de escrever o terceiro volume, o "aparelho" voava a pouquíssimos metros do solo. Mais que isso. Tinha aterrado e eu havia já desembarcado, pisava o próprio chão do romance, estava no meio da floresta, de mapa e bússola em punho, mas meio perdido, porque eu também era uma árvore.”

Érico Veríssimo, Solo de Clarineta.

Começamos esta Introdução com a metáfora de um avião que se aproxima cada vez mais do solo que o escritor Érico Veríssimo usa ao falar sobre o processo de criação da terceira parte de sua obra, o clássico *O Tempo e o Vento*. Com a primeira e a segunda partes da obra se passando dos tempos coloniais ao início do século XX, Veríssimo sentia um confortável distanciamento para construir personagens e situá-los em eventos históricos que pertenciam ao passado. Não foi o caso do terceiro, que se passa entre as décadas de 1920 e 1940, com os dramas políticos narrados no livro tendo sido vivenciados pelo autor. E as paixões e opiniões dos personagens eram auto-referenciadas ou inspiradas em pessoas próximas. Profundamente mergulhado na época e nas emoções da história que contava, a maior proximidade na verdade se revelou uma dificuldade para escrever o terceiro volume.

Dificuldade semelhante passa o historiador do *Tempo Presente*, que aborda processos recentes ou que ainda ocorrem no decorrer de sua pesquisa. Partimos de uma questão imediata, que se apresenta aos nossos olhos como historiador, professor, cidadão e morador do Rio de Janeiro para encontrar, através do passado, respostas a esses processos vivos, contemporâneos do historiador. Com o agravante de nem ser ficcional, nem haver um renomado escritor para fazê-lo. Mas sim um cidadão e pesquisador, cujo objetivo era tentar responder, ou ao menos elucidar ao máximo possível, questões que o incomodavam.

Como, afinal, o que é “Favela”? A facilidade com que qualquer carioca forma na mente, de imediato, um espectro de imagens a partir do enunciado da palavra é rapidamente substituída pela dificuldade em conseguir explicar a um interlocutor o que ela significa. Quais especificidades a favela possui que a tornam um lugar distinto... exatamente do quê? Por que determinado lugar é uma favela e outros não? Como ter uma definição que possa dar conta de uma gama variada de locais com imensa

heterogeneidade, ao mesmo tempo que deva delimitar algo específico, de modo que outras áreas parecidas, mas diferentes, não sejam incluídas?¹

É o que tentaremos responder neste estudo, a partir da construção, em processos internos e externos, do estigma de favela que paira sobre um conjunto habitacional surgido em 1969 para abrigar removidos, dentro do programa de remoções de favelas no Rio de Janeiro: a Cidade Alta.

* * *

Conheci a Cidade Alta em meados de 2005, prestando um serviço à Organização Não-Governamental Ação Comunitária do Brasil, organização não-governamental que possui um



Morro onde se localiza a Cidade Alta, visto da avenida Brasil. Na foto (de Mauro L. Ignácio Brum), o conjunto mais próximo à avenida, o Porto Velho, também conhecido como “Pé Sujo”.

campus no local que oferece uma série de cursos e atividades aos moradores da Cidade Alta e, em menor escala, de locais próximos.

Primeira ‘descoberta’ para mim que era um estranho: o que se chama Cidade Alta pode ser tanto um conjunto quanto um ‘complexo’ formado pelos conjuntos Cidade Alta, Porto Velho (conhecido também por “Pé-Sujo”) e o ‘condomínio’ Vista Mar (conhecido também por “Bancários”) além de algumas favelas que margeiam a encosta onde estão esses conjuntos. A Cidade Alta se localiza em Cordovil, subúrbio da

¹ Questão apresentada por GONDIM, Linda. Favela, Aglomerado, Subnormal, Comunidade, Ocupação, Assentamento Precário – ‘diga lá, o que é, o que é?’ In: SOUZA E SILVA, Jailson de & BARBOSA, Jorge Luiz (Org). *O que é a favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009. p. 54-58.

Leopoldina, zona norte do Rio de Janeiro, no entroncamento da rodovia Washington Luis com a avenida Brasil.

Construído no alto de um pequeno morro, o Conjunto Habitacional da Cidade Alta foi inaugurado em 28 de março de 1969, sendo além do maior, o primeiro conjunto

a ser construído de todo o complexo, tendo surgido no contexto das remoções implementadas pelo governo estadual e federal, para abrigar favelados removidos das áreas centrais da cidade, particularmente na valorizada Zona Sul, dentro do plano de ação da criação da CHISAM.²



Panorâmica da Cidade Alta obtida através do aplicativo GoogleEarth, incluindo os conjuntos, as 'favelas' e a Rua Ministro Pinto da Luz. Na parte de cima, a avenida Brasil e a alça para BR-040.

O conjunto Cidade Alta localiza-se no centro do complexo, sendo onde ficam praticamente todas as organizações locais, além do comércio. Os cálculos sobre a população do complexo da Cidade Alta vão de 23 mil habitantes, segundo a estimativa do Programa de Requalificação de Conjuntos Residenciais da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, até 40 mil, segundo a associação de moradores e a Ação Comunitária do Brasil -RJ.

² A CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana) foi criada através do Decreto Federal n.º 62. 654, em 03/05/1968, vinculada ao Ministério do Interior, juntamente com o BNH.

O que compõe a Cidade Alta pode variar muito de morador para morador. Há os que consideram todos os conjuntos e favelas como integrantes desta. Há os que excluem do complexo uma parte, seja a própria onde mora ou outra com a qual não queira ser identificado, em que os moradores desta compartilhariam um mesmo local de moradia.

Há no conjunto da Cidade Alta uma série de pequenas localidades que são conhecidas como Fundão, Serra do Navio, Ministro, União, Frente Fria, Beco do Bragança, Sindicato, Pracinha, Quadra, City, Pedra, Rua I e Rua H. Micro-áreas criadas informalmente pelos moradores a partir de uma série de códigos e elementos próprios, que nos servem para demonstrar as diferentes maneiras desses moradores apreenderem o complexo.

A ‘segunda’ descoberta era de que a Cidade Alta, da qual pouca ouvira falar anteriormente, bem como não sabia onde ficava, surgiu como um conjunto de removidos de favelas, vindos principalmente da Praia do Pinto.

Na época em que conheci a Cidade Alta, fazia pouco tempo que o filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles fora lançado, cujo conjunto homônimo tem a mesma origem e alguns prédios, o mesmo desenho. O que fez com que grande parte do filme fosse filmada na Cidade Alta, com as trajetórias e realidades dos dois conjuntos se assemelhando: ambos surgidos de remoção e com uma rotina de violência a partir de um determinado momento dessas trajetórias.

Terceira ‘descoberta’. Na verdade, uma reflexão: o que seria a Cidade Alta? Ao longo da trajetória acadêmica, havia visitado várias favelas em diversos locais do Rio de Janeiro e até fora dele. De acordo com os programas da Ação Comunitária do Brasil, muitos deles com recursos do Estado, tratava-se de uma comunidade com jovens em situação de risco social. Os materiais da entidade destacavam a pobreza e a precariedade do local, enfatizando uma ‘dívida’ do Estado em promover ações que suprissem uma histórica ausência.

Dessa maneira, a origem do conjunto por removidos de favelas era enfatizada como mostra da condição de *pobreza* que se vinculava à trajetória dos moradores, vítimas de uma injustiça anterior que trouxe tremendas dificuldades às suas vidas, de modo que os removidos acabaram por se transformarem em novos favelados no conjunto habitacional.

Conforme fui conhecendo mais de perto a realidade de funcionários, alunos e membros das oficinas da Ação que moravam ou haviam morado na Cidade Alta, fui me

deparando com uma realidade em que os moradores eram muito mais heterogêneos do que simplesmente “removidos da Praia do Pinto”.

Muitos não haviam passado pela remoção, tendo se mudado para o conjunto ao longo dos quarenta anos de trajetória deste. Como eles poderiam ter uma identidade de ‘removidos’ ou de vítimas desse processo, ainda que fossem o público-alvo, por excelência, dos programas da Ação Comunitária?

Também já começavam a se descortinar para mim as múltiplas partes que comporiam a Cidade Alta. O chamado ‘Bancários’ era considerado pelos moradores em geral como a melhor parte do complexo, onde morava uma classe média baixa. Percebi que havia hierarquias também entre moradores dos conjuntos e os das ‘favelas’ que os circunvizinhavam.

Assim, aparentemente, o programa de remoções que tencionava acabar com as favelas parecia ter simplesmente criado uma nova. Resumindo-se a ‘remoção’ a apenas mudar os favelados de lugar.

Nada tão simples. Para além das aparências, precisávamos conhecer o cotidiano, a história, as memórias e visões dos moradores, e outros atores envolvidos, para saber o que exatamente era a Cidade Alta, e junto a isso, o que é favela?

Vimos que existia toda uma cadeia em que a acusação de favela era imputada *ao outro*. Da cidade ao complexo, de um conjunto ao outro, de um conjunto às ‘favelas’, de um vizinho ao outro. O que, afinal, poderia significar uma categoria tão fluida, já que na maioria dos casos, o acusado não se reconhecia nela e tinha a quem repassar a acusação?

* * *

A partir de 2006, comecei a trabalhar como professor de História no Colégio Estadual República de Guiné-Bissau. Com horário noturno, o colégio era o único de Ensino Médio no local, o que atraía muitos moradores adultos e até idosos. Passava a conhecer cada vez mais a Cidade Alta. Através de conversas com colegas, com alunos ou mesmo nas conversas entreouvadas entre alunos, alguns dos quais estabeleci uma relação de amizade. Assim, ia conhecendo cada vez mais, por meio dessas conversas, das histórias, dos moradores e ex-moradores, a Cidade Alta. E quanto mais a conhecia, mais distante ela ficava da simplificação “conjunto de removidos”.

Por outro lado, um aspecto perpassava todos os diálogos sobre a realidade local: da condição de favela do conjunto, e do complexo por extensão. Eram diálogos sobre a

violência local, sobre as ‘puxadas’ (ampliações nos imóveis sobre as calçadas ou sobre outra ‘puxadas’), sobre certa degradação dos conjuntos ou o cotidiano narrado por esses moradores, tidos por eles próprios como típicos de favela, como, por exemplo, uma forma de atuação da polícia, um atendimento nos serviços públicos locais ou uma discussão entre vizinhos.

A descaracterização da planta original do conjunto, o surgimento/expansão das ‘favelas’ no entorno e a expansão da atuação de quadrilhas ligadas ao tráfico de drogas e ao incremento da violência no local, são vistos como signos de degradação do conjunto e de *favelização* do complexo.³

Assim, a lembrança que os moradores têm de uma época do início do conjunto, adquire uma dimensão simbólica de ‘tempos melhores’ comparando-se com o que veio depois. Perfazendo então uma distinção dos tempos que o local, pelos aspectos urbanísticos e pela “tranquilidade” não se constituiria como uma favela, e sim que acabou se transformando numa.

Por outro lado, os mesmos moradores podem apontar diversas melhorias surgidas no complexo ao longo dos anos e que dotaram a Cidade Alta de características típicas da cidade formal, como a construção de escolas, creches, posto policial e posto de saúde. Falam também sobre o incremento do comércio local, que hoje conta com uma rede variada, como bares, locadoras, *lan-houses*, papelarias e, isto já em fins da década de 1970, com um supermercado. Para os moradores, a expansão dessa oferta de serviços públicos e privados configurou um processo que afastava o estigma de favela (ainda que muitos desses pontos de comércio fossem nas ‘puxadas’) da Cidade Alta.

Particularmente para os removidos, essas melhoras contrastavam com a inexistência desses serviços nas favelas de onde vieram, como é o caso principalmente da Praia do Pinto. Como os conjuntos eram dotados de uma infra-estrutura mínima, como rede de água e esgoto, a ida para lá é narrada por muitos moradores como um ‘avanço’ em relação à moradia anterior.⁴

³ Michel de Certeau analisa as representações que as pessoas fazem do espaço em que habitam e como estabelecem relações com estes no seu cotidiano, o que o autor chama de “murmúrio da sociedade”. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1984.

⁴ Devemos levar em conta, que passados mais de quarenta anos da inauguração do conjunto, muitos dos moradores insatisfeitos, por diversas razões, já teriam abandonado o conjunto. Um dos fatores pelos quais predomina a ‘visão positiva’ da ida para o local.

Desse modo, um conjunto que surgiu para abrigar removidos de favelas era considerado, por muitos moradores, ex-moradores e por diversos outros atores, como favela. Um estigma que, no entanto, foi adquirindo sentidos diferentes através da trajetória da Cidade Alta. A pesquisa começava a se apresentar para mim: que características, objetivas e/ou subjetivas, determinado local possui para assumir a representação social de ser uma *favela*, aceita por muitos atores envolvidos.

Assim, iniciamos um trabalho com os alunos, alguns dos quais viveram o processo de remoção, sobre o que seria a Cidade Alta: Uma favela? Um conjunto? O que faria parte dela: os prédios? Quais? Apenas os do conjunto original? As ‘favelas’ poderiam ser incluídas numa identidade de Cidade Alta?⁵ E a própria noção se o local era uma favela também tinha várias respostas possíveis: *é, não é, já foi, virou uma, deixou de ser, não era para ser...*

A noção, entre os moradores, do que faz “parte” da Cidade Alta passa pela definição do *status* do local, como “conjunto”, “comunidade” ou “favela” e da classificação de si e dos outros moradores, como *favelados* ou *não-favelados*. Além disso, como os alunos são de diversas faixas etárias, desde os 17 até os 60 anos, percebemos que os mais velhos, sendo alguns da *primeira geração*⁶, têm a memória do surgimento da Cidade Alta como um conjunto que serviu para abrigar os removidos, assim como outros da cidade do Rio de Janeiro, e de todo o processo de remoção de favelas existente na cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1960/1970. Os mais novos, porém, praticamente todos das terceira e quarta gerações (esta última com algo em torno de 10-12 anos) de moradores, desconhecem no todo ou em grande parte essa origem.

Esse corte geracional nos intrigava. Aparentemente, quanto mais jovem, menos possuidor de uma memória local o morador tinha. Suspeitávamos que esse *silêncio* em relação à memória do local está diretamente relacionado ao estigma de favela que a Cidade Alta carrega.

⁵ Usaremos o termo favela entre aspas quando nos referirmos às comunidades do entorno do complexo.

⁶ Classificaremos aqui os moradores como de *primeira geração*, aqueles que chegaram adultos nos primeiros anos do conjunto; de *segunda geração*, moradores que chegaram muito novos ou mesmo que nasceram na Cidade Alta em seus primeiros anos; e os de *terceira geração*, que tenham nascido na Cidade Alta e sejam filhos da *segunda geração*. Vale lembrar que muitos moradores vieram ao longo dos 40 anos de existência da Cidade Alta, e que por não serem fundadores nem possuem raízes anteriores não serão enquadrados nessa classificação.

Vale dizer que uma opção que tomamos para melhor rumo na pesquisa é que, embora haja um entendimento por parte de alguns moradores e da Ação Comunitária do Brasil em classificar cinco ‘favelas’ como pertencentes ao complexo da Cidade Alta: Divinéia/Parque Proletário de Cordovil, Vila Cambuci, Serra Pelada, Chega Mais e Pica-Pau, consideramos, para este estudo, como integrantes do complexo apenas as três primeiras, já que a Pica-Pau e a Chega Mais não estão situadas no morro onde se localiza a Cidade Alta, mas em ruas próximas às imediações deste. Além disso, os relatos obtidos pela pesquisa dão conta de que essas favelas não têm sua origem em ex-removidos da Cidade Alta.

Do mesmo modo, embora exista entre muitos moradores a noção de que Avilã é uma favela à parte da Vila Cambuci (conhecida também como Cambuci, apenas), a Prefeitura do Rio de Janeiro, através do cadastro no Sistema de Assentamentos de Baixa Renda, não a considera assim, mas como parte da Vila Cambuci.

Durante a pesquisa, vimos que nossas primeiras impressões estavam corretas em grande parte. A identidade do conjunto, do complexo e, consequentemente, dos que moram neles, é atravessada por conflitos sobre o que



Os Conjuntos: Cidade Alta em primeiro plano; Vista Mar ‘Bancários’, logo atrás da igreja Assembléia de Deus; e o Porto Velho ‘Pé Sujo’, por último. Ao fundo, a Baía de Guanabara e o Dedo de Deus, na Serra dos Órgãos. (Foto de Maria Rodrigues)

a Cidade Alta seria e o que seriam seus moradores. Um conflito marcado pelo uso do estigma como uma acusação, sendo este uma *identidade deteriorada*, no dizer de Irving Goffman.⁷ O que acarreta que essa identidade acaba não sendo reivindicada por

⁷ GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

moradores, que querem se mostrar mais distantes possíveis dela. Desse modo, a memória, fundamento importante para formação de identidades, sobre a origem do conjunto, é silenciada.

O estigma paira sobre os moradores, permanecendo como uma espécie de acusação *externa* (do entorno, das autoridades e da cidade como um todo) e *interna*, a partir das diferenciações entre os moradores, como por exemplo, os não-removidos que mudaram para o conjunto e os removidos; os das ‘favelas’ e os dos conjuntos; e entre moradores de conjuntos diferentes. A Cidade Alta surgiu então deste ‘pecado original’, o de ser um conjunto surgido para *favelados*, que é um determinante na trajetória do conjunto.

* * *

Entre a bibliografia existente sobre favelas, notadamente a produzida pela academia, chama atenção que parte da produção mais relevante sobre esse tema, como alguns dos primeiros estudos produzidos pelas Ciências Sociais e que tiveram papel matricial para a produção acadêmica posterior é justamente a que estuda conjuntos habitacionais e/ou o programa de remoções de favelas executado pela CHISAM.⁸

Das análises veiculadas sobre as remoções feitas durante ou logo após o programa, nas quais estão incluídas esta produção acadêmica, Iná Elias de Castro, percebe uma forte dicotomia, surgindo dois pontos de vista opostos: “*Do ponto de vista do poder público, o objetivo explicitado é o de melhorar a qualidade de vida das populações faveladas, pelo acesso a moradias que dispõe de padrões aceitáveis de higiene e habitabilidade. (...) A opção por determinadas favelas devia-se à periculosidade de algumas encostas íngremes, com riscos de desabamentos, como o morro do Pasmado, à insalubridade, como a Praia do Pinto, ou à localização em áreas destinadas às obras de utilidades públicas.*”

Quanto à produção acadêmica, a autora observa: “*A maior parte das pesquisas realizadas arrola motivações bem diferentes. São imputadas ao poder público motivações muito mais voltadas ao benefício dos moradores de classe média dos*

⁸ Referimos-nos aos estudos de PERLMAN, Janice *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; VALLADARES, Lícia do Prado *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; e ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

*bairros de onde as favelas foram removidas pela valorização dos seus imóveis decorrente da ausência de uma vizinhança incômoda. (...) Também beneficiárias da remoção de favelas são as firmas de construção civil e de incorporação imobiliária, que se apropriaram de uma parte do solo urbano altamente valorizada para a construção de imóveis.”*⁹

Tivemos a vantagem de produzir nosso estudo com distanciamento no tempo, o que nos possibilitou a obtenção de informações do programa *a posteriori*, como por exemplo, depoimentos de autoridades da remoção ou moradores que viveram diretamente o processo e se sentiram mais à vontade para falar sobre alguns aspectos. Além disso, pudemos analisar processos dentro dos conjuntos que são melhor compreendidos de forma longitudinal, como a permanência dos removidos nos conjuntos e a satisfação destes com a moradia neles.

É preciso ficar claro que o objetivo desta tese não é se contrapor aos argumentos usados nos projetos da remoção, quanto ao sucesso ou fracasso destes em “promover” os favelados. Se a remoção gerou, enfim, um ‘novo tipo de cidadão’, para usar um termo constante nos documentos dos órgãos de remoção. Tal discussão implicaria, automaticamente, em compartilhar dos pressupostos dos planejadores da remoção e concordar com os argumentos usados na época para remoção de uma parte considerável da população do Rio de Janeiro. Podendo então nos levar a conclusão errônea de que *o programa fracassou porque os moradores continuaram a ser favelados*.

Para ficar explícito: refutamos aqueles argumentos, e vários autores, já os desconstruíram, demonstrando os descompassos entre as intenções originais do programa de remoção e a alocação dos removidos nos conjuntos, no que tange às altas taxas de inadimplência, da ‘volta’ de muitos desses moradores para a favela e do esgotamento do programa de remoção ainda na primeira metade da década de 1970, ficando este longe de atingir a meta proposta de erradicar todas as favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro até 1971.¹⁰

De modo que partimos para um ponto adiante: nosso objeto de investigação está focalizado em momento posterior desse processo, investigando toda a trajetória

⁹ CASTRO, Iná Elias de. Conjuntos Habitacionais: ampliando a controvérsia sobre a remoção de favelas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. v.26. n. 2, 1983, p. 213-231

¹⁰ VALLADARES, Lícia do Prado, *Op. cit.* 1978

histórica do conjunto Cidade Alta, e dos conjuntos e ‘favelas’ surgidos posteriormente e que hoje configuram o complexo.

Estudar o programa de remoção e, dentro dele, o surgimento dos conjuntos habitacionais, é entender como a cidade do Rio de Janeiro lidou com a parte da sua população que morava nas favelas.

O nosso foco é a construção social e histórica da favela, através da permanência e mudança de seus significados, por razões e aspectos diversos, a partir do estudo as memórias por parte dos moradores de um conjunto habitacional surgido como uma solução à favela. O presente estudo analisa de que maneira o estigma oscila, ganha força, adquire novas roupagens, mas que de um modo ou outro permanece, mantendo a discriminação sobre os moradores do complexo da Cidade Alta.

* * *

Ao todo, entrevistamos 18 moradores, a partir de um leque de 140 que alcançamos através de trabalhos desenvolvidos com alunos (ver Apêndice Metodológico), de modo que fizemos a seleção dos que seriam diretamente entrevistados por nós com base nos seguintes critérios, buscando distinções entre: *forma de inserção no conjunto/tempo de moradia; local de moradia no complexo; espectro mais amplo possível de visões sobre o processo de remoção e a trajetória da Cidade Alta*. Dessa forma, chegamos aos seguintes depoentes:

Giuseppe Badolatto, arquiteto e funcionário da COHAB-GB/CEHAB-RJ desde a criação desta, fez parte da equipe do programa de remoção desde o Governo Lacerda e é autor das plantas de alguns conjuntos, como a Cidade Alta e a Cidade de Deus; Antônio Carlos Barroso, morador do bairro de Cordovil desde 1957; Élcio Silva Sobrinho (Ney), morador da Cidade Alta, removido do Parque Proletário da Gávea, pintor e professor da Ação Comunitária do Brasil; Ester Porto de Oliveira, moradora do Porto Velho, removida da Babilônia, funcionária pública; Guaracy Costa, inserido, ex-pastor da Assembléia de Deus na Cidade Alta, ex-morador da Cidade Alta, mora em Cordovil; Manoel Gomes de Oliveira, morador da Cidade Alta, removido da Praia do Pinto, músico e comerciante; Maria Lúcia da Silva, moradora original da Cidade Alta, inserida, vinda de Manguinhos, participante da paróquia do Nosso Senhor do Bonfim; Maria Margarida Nonato do Nascimento, moradora da Cidade Alta, removida da Praia do Pinto, aposentada; Maria da Penha da Silva, moradora original da Cidade Alta, inserida, ex-moradora da Vila Cruzeiro; Nadia e Raimundo Nonato de Lima, casados,

moradores de Cordovil, no conjunto Antonio de Salema, desde 1967 (deram a entrevista em conjunto); Neusa Menezes, moradora do bairro de Cordovil desde 1947; Nilza Mara Machado Ribeiro, moradora do Vista Mar desde a inauguração, funcionária pública; Nilza Sabino, removida do morro São João, moradora do Porto Velho, presidente de honra do Bloco Barriga; Osias José da Silva, morador original da Cidade Alta, inserido, oriundo do Parque União; Rossino Castro Diniz, ex-presidente da AMA-Alta, ex-morador da Divinéia/Parque Proletário de Cordovil, morador da Cidade Alta; Samuel Gomes de Souza, removido do Parque Proletário da Gávea, ex-morador da Cidade Alta, morador do Vista Mar; Sergio Alves Firmino, ex-morador da Divinéia/Parque Proletário de Cordovil, morador da Vila Cambuci, rodoviário; Vilma de Oliveira, removida da Praia do Pinto, ex-moradora da Cidade Alta. Além dessas entrevistas gravadas, obtivemos informações importantes através de conversas informais não gravadas com Carlos Eduardo Guimarães Campos Oliveira, o Carlinhos, ex-presidente da AMA-Alta (Associação de Moradores e Amigos dos conjuntos Cidade Alta, Porto Velho e Vista Mar) e Milton de Oliveira Leal, administrador do posto de saúde local.

A tese está estruturada, além desta introdução, em quatro capítulos, mais a conclusão e um Apêndice em que apresentaremos ao leitor como trabalhamos com as fontes utilizadas nessa tese.

No Capítulo 1 faremos uma discussão conceitual sobre o que é favela, a partir do seu surgimento em fins do século XIX e início do século XX e da leitura feita desta por intelectuais, autoridades e outros atores sociais, que já nos primeiros tempos da história da favela, constroem uma imagem desse espaço que se projetou através do século XX, chegando até os dias atuais. Visão estigmatizada da favela como uma anormalidade na cidade, um ‘enclave’ rural em território urbano, que se contrapunha à civilização.

De forma que discutiremos também o que é estigma e de que maneira podemos apreender o estudo sobre favelas e sobre o que é ser favelado, dentro do conceito de estigma feito por Goffman e de *habitus* feito por Pierre Bourdieu, entre outros autores, como Norbert Elias, Ellen M. Woods etc.

As fontes usadas neste capítulo são textos relativos a vários períodos, de cronistas e jornais da época, além da bibliografia que se dedica à construção das primeiras imagens da favela, e de outros períodos. Vale destacar que usamos a bibliografia acadêmica, ou seja, produzida principalmente em pesquisas oriundas das Ciências Sociais, que também nos servem, muitas vezes, como fontes primárias, visto que possuem uma visão da favela datada, baseada que era nos significados que a favela

possuía em diferentes conjunturas. Por exemplo, quando a favela não tinha nenhuma urbanização; ou quando tinha obras pontuais de urbanização; ou quando a urbanização passou a ser uma política de Estado.

No Capítulo 2, a partir dessa construção histórica e social da categoria de favelado como estigma, discutiremos de que maneira o programa de remoções foi construído, e afinal levado a cabo pelo Governo Federal a partir de 1968, através da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana (CHISAM).

Mais do que mera ação de ‘tirar os favelados’ da Zona Sul, o programa da CHISAM tinha o objetivo de ordenar o espaço urbano do Rio de Janeiro na lógica de criar e fortalecer uma área industrial em que a mão-de-obra estivesse localizada próxima, conforme, já na década de 1940, planos e projetos recomendavam. O programa CHISAM se insere também num projeto de modernização da cidade do Rio de Janeiro (na época, Estado da Guanabara), vinculado às articulações no âmbito continental entre os Estados Unidos e a América Latina, onde a pobreza urbana foi alvo de diversas intervenções dos governos latino-americanos, financiadas por programas estadunidenses como a *Aliança para o Progresso*.

As favelas foram, por excelência, o alvo dessas tentativas de modernização na cidade devido à sua permanente estigmatização, que permitiu a execução de políticas cujo mote foi a sua erradicação nas áreas centrais e a transferência de seus moradores para os subúrbios. Política sistematizada primeiramente por Carlos Lacerda durante seu governo na Guanabara. No entanto, é no programa remocionista da CHISAM que o estigma de favela adquire maior relevância, sendo executado como “política de estado”. Mais de 60 000 famílias faveladas foram removidas para conjuntos habitacionais nas Zonas Norte e Oeste da cidade do Rio.

Nesta parte usaremos menos a bibliografia referente ao tema e mais fontes primárias, que analisam alguma(s) favela(s) em particular ou o programa de remoção em si; usamos também relatórios de órgãos públicos ou privados (como um relatório do Instituto de Desenvolvimento do Estado da Guanabara); documentos de governo, tais como materiais da CHISAM, da Cohab-GB _Companhia de Habitação do Estado da Guanabara, Governo da Guanabara, Ação Comunitária do Brasil-GB_ que ficou com a função de ‘aclimatar’ os removidos no conjunto; e jornais da época.

No Capítulo 3 trataremos da condição da Cidade Alta como *não-favela*, a partir do discurso das autoridades remocionistas e, principalmente, das memórias de moradores. O primeiro passo neste capítulo é a análise do projeto que o Estado tinha

sobre o que o Conjunto Habitacional da Cidade Alta deveria ser (quanto a idéia de que ele deveria ‘promover’ o favelado a um novo *status*). Também analisamos nos depoimentos e/ou depoentes os aspectos negativos da remoção, quanto aos primeiros anos no conjunto, o surgimento das favelas no entorno (algumas inclusive por removidos que saíram dos apartamentos) e as memórias sobre o incêndio da Praia do Pinto, que se mostram reveladoras do estado de espírito quanto à remoção na época.

Vale considerar que não há uma linearidade quanto ao estigma de favela sobre a Cidade Alta.

Assim, quando analisamos depoimentos de moradores *removidos*, a infraestrutura, a beleza e a ordem estrutura estabelecem, em suas memórias, uma oposição à favela anterior, embora a distância, a falta de serviços e os novos custos (e os relatos dos conseqüentes despejos dos que não conseguiam arcar com estes) tenha significado uma vida com mais dificuldades que na favela.

Já para moradores não-removidos (que chamamos de *inseridos*) da Cidade Alta, moradores do Vista Mar e moradores do bairro de Cordovil, a instalação da Cidade Alta como um conjunto de removidos de favelas, trazia uma espécie de ‘predestinação’ ao local para se tornar uma favela.

Em paralelo, apresentaremos uma descrição e histórico dos equipamentos governamentais, serviços e organizações em geral. De modo que traçamos um ‘panorama’ da localidade, com os elementos que a constitui, tanto no aspecto geográfico (os conjuntos habitacionais e as ‘favelas’) quanto às organizações em geral.

Para este capítulo, utilizaremos como fontes documentos do Estado e, principalmente, trabalharemos com depoimentos dos moradores da Cidade Alta, tendo como fio condutor o discurso sobre o percurso “da favela ao conjunto”, em que investigaremos as memórias sobre a favela de origem; sobre a remoção e sobre os primeiros anos no conjunto.

Continuando a discussão do capítulo anterior, e mostra da não-linearidade do estigma, o Capítulo 4 também priorizará os depoimentos como fontes. Através dos anos, as dificuldades típicas do início da vida no conjunto (quanto ao transporte, serviços, comércio) foram superadas, surgindo uma narrativa predominante deste início como “tempos melhores”, em oposição aos processos de ‘favelização’ que foram modificando as características que, nas memórias dos moradores, perfaziam esses tempos melhores: *paz e tranquilidade* em oposição à *violência cotidiana*; *beleza e ordem* em oposição à *descaracterização dos prédios e do conjunto*; *boas relações de vizinhança* em oposição

à *erosão da sociabilidade*. Paralelamente, a dotação da Cidade Alta de serviços públicos e uma rede de comércio fez com que a Cidade Alta adquirisse um caráter de “melhora”, segundo seus moradores. É o estigma de favela funcionando em espiral

* * *

Terminamos esta introdução com o dever de apresentar ao leitor, da forma mais sincera possível, a época e os conflitos (em vários sentidos) dentro dos quais esta tese foi escrita, demandando um imenso esforço para ficar isento das paixões e desejos de como a cidade e o mundo devem ou deveriam ser. Isenção esta que não pode ser confundida com neutralidade.

As favelas têm constado com bastante força em programas eleitorais e agendas de governo. Academia, mídia, organizações políticas, ONGs, enfim, uma gama dos mais variados atores sociais se debruçam sobre o tema, assim como em corriqueiras conversas informais do dia a dia.

As favelas estão presentes na vida da cidade. São citadas como prova das injustiças sociais e da necessidade de ações de “resgate” ou extensão da cidadania em imensas áreas, secularmente abandonadas, ou em outro espectro, como mostra da incapacidade do governo em fazer valer ‘as leis’, daí nela proliferarem práticas criminosas, inerentes às favelas e seus moradores, discurso que estranhamente costuma cobrar ou apoiar medidas ‘extra-legais’ como forma de ‘restaurar’ a lei.

Tarefa inglória do historiador de buscar ser o mais isento possível, gostando ou não das constatações que a sua pesquisa apresenta. No decorrer deste processo, por exemplo, esporadicamente eram veiculadas pela imprensa opiniões favoráveis à remoção, como no período após a catastrófica chuva na cidade do Rio de Janeiro em 16 de abril de 2010.

Como lidar, então, com depoimentos de ex-removidos que se diziam satisfeitos com a remoção? Um leitor mais afobado poderia interpretar isso como um argumento de que, ao fim, a remoção foi válida, em que pesem os drásticos e duradouros efeitos que tiveram na vida dos removidos, que se fazem sentir até hoje.

No entanto, vimos que, se eles refizeram a vida nos conjuntos, foi devido ao imenso esforço para seguirem adiante com o máximo de dignidade possível. Dignidade frente ao Estado que pouco os ajudou posteriormente, e muito os havia atrapalhado antes.

Secularmente, sobre a favela pesaram várias acusações eivadas de argumentos preconceituosos, vazios e/ou sabidamente falsos, que lançavam sobre seus moradores acusações referentes à raça, à origem, aos hábitos, etc.

No passado, lideranças e moradores travaram uma imensa luta para desfazer os mitos existentes sobre as favelas e seus moradores: tais como o de alheios à vida urbana, vagabundos, perigosos, criminosos, alienados... Mais que isso, lutaram para dar um sentido positivo à palavra *favela*, apresentando-a como solução de moradia dos mais pobres frente a um sistema de desigualdades.

Em anos mais recentes, acadêmicos e lideranças comunitárias (ou quando ambos se misturam) têm debatido sobre a pluralidade entre as favelas e, dentro delas, entre as suas diversas partes, além da heterogeneidade de seus moradores. Procura-se assim desfazer as imagens da favela como território da pobreza e da carência de tudo. Deseja-se, com justiça, obter um tratamento digno e acertado com grande parte da população da cidade.

Não é tarefa do historiador fazer uma defesa incondicional e olhar os atores envolvidos no processo estudado exclusivamente como heróis ou vítimas. Que lideranças do movimento comunitário o façam é compreensível, mas a nós cabe a tarefa de conhecer, inclusive para transformar.

Nosso papel é contribuir neste debate, sem maniqueísmos. Assim, o leitor não encontrará aqui o ‘elogio da favela’. Elogio no sentido de que discordamos que seja válido, principalmente pelos que desejam uma sociedade mais justa, que partes da cidade continuem a ter um tratamento diferenciado, seja por quem for. O que não quer dizer que não há um passivo acumulado que precisará de muito investimento para que a desigualdade seja superada.

Mas é preciso analisar com muita cautela as diferenças entre os moradores das favelas que, no passado, agiram coletivamente e se organizaram em comissões de água e luz para dotar suas moradias de um mínimo de infra-estrutura e o morador que não sente necessidade de questionar o preço e a qualidade das tarifas de serviços públicos porque obteve uma solução individual através do ‘gato’, por exemplo. Defender tratamento justo e digno jamais pode ser confundido com fechar os olhos às práticas ilegais ou posturas individualistas, que longe de trazerem melhora, contribuem para manutenção do estigma; para o conformismo dos que acham ‘saídas próprias’ para as injustiças sem que isso acarrete uma luta para que elas desapareçam para todos; na

angústia dos que, por conta disso, acabam sofrendo mais ainda com as injustiças não-resolvidas.

Lutar por uma cidade e um mundo melhores para todos, inclusive os moradores das favelas, jamais pode implicar em aceitar como ‘natural’ que uma parte da cidade não seja considerada igual e digna de tratamento respeitoso como qualquer outra, com seus direitos e deveres constituídos.

Claro que comportamentos individualistas, uso da violência, práticas ilegais ou criminosas não são exclusividades das favelas e de seus moradores. Tampouco, a maioria dos que moram em favelas (ou na Cidade Alta), têm tais comportamentos como modelos.

Se a ausência do Estado nas favelas é um mito, visto que a presença deste se fez de muitas formas, em muitos momentos combatendo-as; em outros momentos tolerando-as. De qualquer modo, essa presença jamais se deu de maneira efetiva, tratando-a como se fosse uma parte integrante da cidade, digna de direitos e deveres. Assim, mesmo nos melhores momentos, as favelas foram desprivilegiadas quanto aos investimentos e ação efetiva pelo Estado em todos os níveis e instâncias. Como o Poder Judiciário, por exemplo, que acabou abrindo caminho para que conflitos comuns a quaisquer relacionamentos entre seres humanos buscassem ser resolvidos pelo caminho possível de ser acessado ou, do contrário, enfrenta-se uma longa espera e incerteza.

É neste quadro que se insere, por exemplo, uma discussão viva durante o período de redação da tese: a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). Seriam elas, como defendeu Ricardo Henriques, autoridade que acompanha a implantação do projeto, inicialmente pelo governo federal, e em outro momento, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, uma maneira de “*levar a república às favelas*”?¹¹

Falávamos, no início, do fato de estarmos imersos na floresta. Para esta pesquisa, a minha posição foi bastante peculiar. Ao mesmo tempo em que não sou um morador da Cidade Alta, o que permitiu o necessário distanciamento e ‘estranhamento’ em relação ao cotidiano do local, também não sou um pesquisador ‘de fora’, em que possíveis depoentes pudessem fazer ressalvas (o que não quer dizer também que isso não possa ter ocorrido). Como professor na Cidade Alta desde 2006, muitas vezes, as

¹¹ “*Meta de UPP social é levar a República às favelas*”. Blog Repórter de Crime <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/posts/2010/08/20/meta-de-upp-social-levar-republica-as-favelas-317620.asp> _ Consultado em 06/05/2011.

‘histórias’ chegaram até a mim sem que eu as procurasse. Vinham através de conversas entre alunos, conversas entre professores, boatos, impressões, ‘fofocas’, comentários... que, ao longo destes anos, me ajudaram a mergulhar no meu objeto de estudo. Conheci pessoas, fiz amizades. Vivenciei bons e maus momentos. Vi comportamentos que, não sendo exclusivos da favela, nem comum a todos os moradores, nelas encontram amparo, a partir do desamparo do Estado, para proliferarem.

Como não se chocar quando a mãe de uma aluna vai à escola pedir para outros alunos pararem de ‘mexer’ com a filha porque o irmão desta era um bandido e poderia ficar zangado?

Como não se incomodar quando kombis ou vans ‘fecham’ ruas na Cidade Alta, impedindo a passagem de ônibus, carros, a partir do entendimento que estar numa favela possibilita não precisar respeitar as regras?

Como não ficar feliz com alunos que arrumam bons empregos, que iniciam os estudos na faculdade, que apesar de imensos obstáculos que foram postos em seu caminho, não desistiram de levar a vida com dignidade e ter sonhos de uma vida melhor?

Como poderia manter a neutralidade após ter vivido, junto com os alunos, uma aula interrompida pelo intenso tiroteio entre traficantes e o veículo blindado da Polícia Militar, conhecido como ‘caveirão’ que se posicionara na porta da escola, em que todos foram obrigados a deitar no chão para nos protegermos?

Como ficar neutro com estas linhas sendo escritas simultaneamente à semana de medo vivida pelos cariocas em novembro de 2010, que culminou com a operação, com veículos da Marinha, nas favelas do Complexo da Penha, imediatamente próxima de onde eu morava no período de conclusão da tese.

A favela existe? E se existe, o que ela é? É necessário modificá-la? De que forma e como?

São essas angústias que divido aqui com os leitores. São respostas a estas questões que procurei buscar com esta pesquisa. O julgamento sobre se ao longo da tese consegui, ficará a critério do leitor. Parafraseando o poeta Mario Quintana, mais do que as respostas, *“o essencial é que as perguntas estejam certas”*.

CAPÍTULO 1

FAVELA: PERMANÊNCIAS E RE-SIGNIFICAÇÕES DE UM ESTIGMA NA HISTÓRIA DO RIO DE JANEIRO

Cena 1: Cidade Alta, num dia de semana à noite, por volta de 18:30. Alunos entram apressados pelo portão do Colégio Estadual República de Guiné-Bissau, muitos deles vindos direto do trabalho; é dia de prova. Na calçada do outro lado da rua, há um bar, e alguns fregueses bebendo e conversando. Num carro parado com equipamento de som na mala, a música toca bastante alta, a ponto dos professores não conseguirem se fazer entender claramente com os alunos prestes a fazerem a prova. Um aluno desce para pedir ao dono do carro para baixar o som, quando este responde justificando o volume: 'Isso aqui é favela!'.

A questão:

Começamos com essa pequena história para ilustrar quão delicado é o território (isto no sentido mais lato), que estamos entrando. Afinal, o que é uma favela? Para o dono do carro acima, como pode se apreender, é o território da falta de regras, o que lhe permite ouvir o som no volume que quiser, ao lado de uma escola. Será que esse ponto de vista procede? Quais características um determinado local possui para que seja considerado, não necessariamente de forma consensual, como uma favela? Quem produz os discursos sobre a favela e a partir de quais interesses?

Favela(s): mudanças e permanências

Anteriormente servindo para se referir a uma localidade específica da cidade do Rio, o morro da Favella, no centro, com o passar do tempo o nome *favela* passou a figurar como uma forma de ocupação urbana específica, levando, ao longo do tempo, os habitantes do Rio a identificarem outros locais com características semelhantes e passarem a chamar estes também de favelas, que assim deixou de identificar uma única localidade

para designar um novo tipo de moradia das classes pobres, inicialmente associada aos morros da cidade.¹²

Se por um lado a palavra em si causa associações imediatas na cabeça de qualquer morador das grandes e médias cidades brasileiras de locais que possam ser considerados uma; por outro, favela não é uma categoria facilmente definida, ou que se explique por si mesma. Para definir a favela é necessário recorrer a um conjunto de circunstâncias e atores históricos.

A tarefa torna-se mais árdua ao nos darmos conta das transformações ocorridas nas favelas nas últimas décadas. Tais mudanças são analisadas em estudos acadêmicos, vivenciadas pelos seus moradores¹³ e confirmadas em estudos de órgãos de governo¹⁴, como pelo último censo do IBGE em 2000.¹⁵ Em que pese isso, o órgão ainda continua a definir *favela*, como o fez no último censo, como: “*Aglomerado subnormal (favelas e similares) é um conjunto constituído de no mínimo 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou*

¹² É curioso perceber que a associação entre favela e morro permanece ainda hoje. Num caso que particularmente nos diz respeito, uma reportagem que tratava de conflitos entre traficantes e milicianos na Cidade Alta, tinha a seguinte cabeça na matéria: “Cordovil: tráfico toma de volta morro que milícia ocupou” *O Globo*, 05/02/2007.

¹³ Conforme vemos em: ALVITO, Marcos. *As cores de Acari – Uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2002; BRUM, Mario Sergio. ‘*O povo acredita na gente*’: *Rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990*. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: PPGH/UFF, 2006; GRZYNSZPAN, Mario & PANDOLFI, Dulce. *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003; LAGO, Luciana Corrêa do & RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *Cadernos Metrópole* – v.1 n. 5, 2001 p. 37 a 59; OLIVEIRA *et alli*, Anazir Maria de. *Favelas e organizações comunitárias*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993; MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. “A continuidade do ‘problema da favela’”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002; ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. (Introdução). Rio de Janeiro: FGV, 1998.

¹⁴ Em levantamento realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 1997, observa-se que as dez favelas cariocas com melhores índices de qualidade de vida registravam indicadores acima da média de toda cidade. Enquanto as primeiras tinham 2,62% de água inadequada, o Rio tinha 3,9%. Quanto à taxa de esgoto inadequado: 6,84% para as favelas; 8,9% para o Rio. Coleta de lixo inadequada: favelas, 1,64%; Rio, 4,3%. Ver *Favelas cariocas: índice de qualidade urbana*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/IplanRio, Rio de Janeiro, 1997 (Coleção Estudos da Cidade).

¹⁵ “Favela bate indicadores de Norte e Nordeste” *Folha de São Paulo*, 21/12/2001.

particular) disposta, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.” Pelos próprios dados do censo, pode-se verificar que a realidade das favelas hoje é muito mais complexa, não sendo essa definição a mais adequada para descrevê-las hoje em dia.

Outro critério apresentado pelo IBGE é o da *ausência*, seja do título de propriedade do terreno, do ordenamento nas construções, de serviços públicos. Mas é fato que muitas favelas conseguiram, seja por seu próprio esforço, seja por investimento do Estado (ou os dois juntos) contar hoje com uma oferta variada de serviços públicos, em que o grau e qualidade variam não apenas de uma favela para outra, mas mesmo dentro de cada favela as diferenças são marcantes. Sendo assim, o que define uma favela não pode continuar a ser uma suposta ausência de serviços públicos. A questão da *ilegalidade* quanto à propriedade da terra também não pode ser aplicada indiscriminadamente. Visto que vários conjuntos habitacionais, ou mesmo algumas favelas, têm o título de propriedade desde sua origem (como o Bairro Barcellos, na Rocinha, entre outras favelas antigas que partes dela os moradores têm título de propriedade, pois surgiram a partir de loteamentos) ou conseguiram depois o título de propriedade¹⁶, embora realmente estes componham uma minoria.

O último critério são as características das moradias, estando *favela* associada a *barraco*. Em muitas favelas ainda permanecem construções toscas e desordenadas, particularmente no eixo atual de instalação de novas favelas, na Zona Oeste do Rio¹⁷, onde notamos ainda barracos de madeira ou de outros materiais. Mesmo em algumas favelas de ocupação antiga existem as tais construções toscas. Mas, por outro lado, em muitas favelas, as casas já carregam décadas de investimento de seus moradores: são casas de alvenaria, pintadas, com três pavimentos, sem nada a dever às casas de classe média.

As favelas conseguiram, seja por seu próprio esforço, seja por investimento do Estado (ou os dois juntos) contar hoje com uma oferta variada de serviços públicos, em que o grau e qualidade variam não apenas de uma para outra, mas mesmo dentro de cada favela as diferenças são marcantes. Sendo assim, o que a define não pode continuar a ser uma suposta ausência de serviços públicos. Ou seja, é relativamente difícil definir o que é uma favela, visto que é um termo que abrange localidades muito distintas entre si. E o

¹⁶ “Primeira favela carioca com título de propriedade vive dias de valorização” *Folha de São Paulo*, 10/08/2004.

¹⁷ “Estudo aponta mais 49 favelas na cidade” *O Globo*, 20/04/2003.

problema se agrava a partir das transformações das últimas décadas, que nos impedem de defini-la a partir do que lhe falta (o tradicional “comunidade carente”). Porém, não podemos esquecer que a sociedade em geral o faz, daí a aparente evidência do termo *favela*. Por isso, é necessário compreender a construção histórica do conceito e os estigmas que ele carrega, bem como as razões disto.

Assim, uma das primeiras precauções daqueles que querem se aprofundar no tema *favela* é quanto à historicidade do termo. Ou seja, é preciso ter em conta que ele adquire significados diferentes através da história, não pelo que ele significa: uma área urbana estigmatizada; mas pelos elementos (significantes) que a constituem.

Exemplo dessa dinâmica é a diferença de status da favela no Rio de Janeiro e em São Paulo, com as favelas desta última, em geral, tendo um status inferior aos que muitas favelas no Rio de Janeiro possuem. Isto revela-se no conformismo que se auto-reconhecia como invasor e alguém sem direitos, na música de 1955, “Saudosa Maloca”, de Adoniran Barbosa: *“Foi aqui seu moço / Queu, Mato Grosso e o Joca / Construímos nossa maloca / Mais um dia / Nois nem pode se alembra / Veio os homes com as ferramentas / O dono mandô derruba / Peguemo todas nossas coisas / E fumos pro meio da rua / Preciá a demolição / Que tristeza que nois sentia / Cada tábuia que caía / Duia no coração / Mato grosso quis gritá / Mas em cima eu falei / Os home tá coa razão / Nois arranjá outro lugá / Só se conformemos quando o Jocká falou / Deus dá o frio conforme o coberto.*

Já no fim da década de 1970, Kowarick escreveu sobre as diferenças entre as favelas de São Paulo e do Rio de Janeiro: *“Em São Paulo, os favelados jamais tiveram um grau de organização semelhante ao do Rio.”*¹⁸ No Rio, tanto as associações de moradores, as escolas de samba, entre outras relações que a favela construiu com o ‘asfalto’, serviram como forma dos favelados interferirem na arena pública de modo que pudessem também inserir seus representantes e projetos na sociedade.¹⁹ Tristemente, o mesmo não ocorreu em São Paulo, onde, entre outros problemas, as favelas em anos mais recentes têm sofrido com sucessivos incêndios: *“Dados do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo revelam a dimensão do problema relacionado a incêndios em áreas de assentamentos e a importância do trabalho de prevenção e formação das brigadas de*

¹⁸ KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

¹⁹ Debatesmos isto em trabalho anterior. Entre os muitos exemplos, temos a União dos Trabalhadores Favelados, essa atuante na década de 1950, que tinha como um dos seus eixos a tentativa de dar uma conotação positiva à palavra *favela* e *favelado*. Ver: BRUM, Mario Sergio. *Op. cit.*

moradores. São registrados, em média, 800 incêndios por ano em São Paulo.”²⁰ Tantos incêndios em favelas assim serão por mero acaso?²¹

O termo *áreas de risco* também é bem representativo da mutabilidade que o termo *favela* possui. Se, num passado não muito remoto, as favelas (ou parte destas) eram consideradas como áreas de risco, geralmente devido a acidentes naturais somados a falta de um infra-estrutura urbana, o que por diversas vezes ocasionou deslizamentos de terra²²; atualmente, o termo *risco* passou a designar áreas mais expostas à violência urbana, abrangendo aí não apenas as favelas, mas também as áreas no asfalto contíguas a essas, sob o alcance de balas perdidas ou da atuação de quadrilhas ligadas ao tráfico de drogas. Dito de outra forma, até aonde o *risco* possa alcançar.

A perspectiva aqui assumida é de que a favela não pode ser entendida simplesmente como o *lugar* da habitação das classes pobres na cidade, nem um mero espaço urbano segregado. Ela é uma formação complexa, que surge a partir não só de dinâmicas internas, mas da interação com outros atores, que atribuem a um determinado espaço urbano, a partir de um conjunto de características, em diversos aspectos (ambientais, econômicos, sociais, etc.), a acusação de ‘destoar’ e/ou ‘degradar’ o entorno e, em conjunto, a cidade como um todo.

Em 1973, um pesquisador estrangeiro tentou definir favela da seguinte forma: “*Favela é o termo português para os estabelecimentos de invasores do Rio de Janeiro. Oficialmente, a favela é qualquer área que apresente uma das seguintes condições: um*

²⁰ “Projeto viabiliza desenvolvimento de manual de segurança contra o fogo em favelas” http://www.finep.gov.br/imprensa/noticia.asp?cod_noticia=571_ Consultado em 28/10/2009.

²¹ “*Esse não foi o primeiro incêndio nessa favela, que também já teve barracos destruídos por chamas em 2000, 2002 e 2006. No último grande incêndio em 2006, mais de 100 famílias deixaram a favela e foram morar em condomínios populares construídos nas imediações.*” Conforme reportagem do portal de notícias G1: “Incêndio destrói favela Diogo Pires em São Paulo” Portal G1: 12/10/2009 _ Consultado em 29/10/2009.

²² Temos estes dois exemplos em datas bem próximas entre si: o primeiro fala dos deslizamentos e inundações: “*O mapeamento dos domicílios que serão removidos está sendo finalizado e inclui imóveis em cerca de cem comunidades sujeitas a alagamentos ou desmoronamentos ou erguidas em logradouros públicos e faixas de proteção ambiental*” - “Prefeitura do Rio pretende retirar mais de 12 mil famílias de áreas de risco” *O Globo*, 06/01/2010; já o segundo aborda a questão da violência: “*Das 50 unidades de pior desempenho, 14 (28%) fazem parte do projeto Escolas do Amanhã, criado em agosto para reforço do ensino em 150 colégios situados em áreas de risco (em favelas ou nas proximidades).*” “Violência ainda afeta ensino na rede municipal” *O Globo*, 13/01/2010.

*aglomerado de construções rústicas (i. e. casas construídas com materiais precários); desprovidas de serviços urbanos tais como luz, água, esgoto; sem arruamento regular ou numeração nas casas; e construídas em terreno nos quais os residentes não possuem título legal . Em última instância, esse último item é o mais importante. Mesmo os estabelecimentos de invasores bem desenvolvidos encontram-se sob ameaça de despejo, ao passo que habitações ainda mais precárias, mas para as quais há segurança de posse do terreno, são rarissimamente perturbadas.*²³ [o grifo é meu].

Essa análise nos é interessante por alguns motivos. O primeiro é que o autor, estrangeiro, tenta definir de forma mais abrangente possível, sem poder estender demais a definição sob risco de não dar conta da especificidade da favela, para explicar para outros estrangeiros (o estudo é um relatório para Comissão Fullbright e Fundação Ford) a complexidade do fenômeno ao qual estuda.

O segundo é que ele é escrito em 1973, no auge do período de remoções no então Estado da Guanabara, de modo que podemos observar uma definição de favela corrente na época, considerando que, concordando ou não com a análise do autor, trata-se de um estudo científico. Possui algum embasamento, portanto.

E ainda: vemos que nessa definição, a favela se caracteriza pelas moradias precárias, pela falta de serviços urbanos, falta de uma ordem urbana (com ruas e um endereço ‘formal’) e, como o próprio autor define como sendo o mais importante, a ausência do título de propriedade. Esse ponto é fundamental para nossa argumentação, pois era justamente o mais valorizado pelas autoridades à frente das remoções, de que estas teriam como consequência o fim da condição de invasor e de ilegalidade que o favelado vivia para sua transformação na condição de proprietário.

A posteriori podemos relativizar o quanto a questão da propriedade é condição fundamental para permanência do *status* inferior da favela. Vemos, por exemplo, que no Brasil do início da década de 1980, a conjuntura política acenava com a possibilidade dos favelados terem acesso ao título de propriedade, principal bandeira de luta do movimento comunitário das favelas cariocas do período.²⁴ A questão da posse da terra, tema tão sensível numa conjuntura onde o Estado não havia muito tempo ameaçara a existência de

²³ LANGSTEN, Ray. *Remoção: um estudo de relocação de favelados no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1973.

²⁴ Para a mudança no eixo de mobilização do movimento comunitário das favelas cariocas, ver: BRUM, Mario Sergio. *Op. cit.*

todas as favelas com as políticas de remoção estava, ainda que não definitivamente resolvida, ao menos amenizada.²⁵ Segundo Luciana Lago: *“As transformações na conjuntura política nacional e fluminense na década de 80, período que marca o início da adoção pelo poder público (federal, estadual e municipal) de políticas de reconhecimento das favelas e dos loteamentos irregulares e clandestinos como solução dos problemas de moradia das camadas populares. Legitima-se a ilegalidade. Estas políticas, ao proporem a legalização da posse da terra e a urbanização das favelas, reduziram as incertezas quanto à manutenção dos moradores em suas ocupações.”*²⁶

Em processos correlatos, a posse da terra indicada pela ação urbanizadora do Estado nas favelas (significando um aceno quanto à intenção daquele em não removê-las trouxe segurança para os favelados investirem na melhoria de suas casas, processo identificado pelos próprios moradores.²⁷

Em que pese esse reconhecimento/tolerância do Estado quanto à posse da terra por parte dos favelados, alterando a condição anterior de invasor, isso não trouxe alterações significativas em seu *status*. Mesmo porque esse reconhecimento não é partilhado por toda a sociedade. Eis uma situação onde mudam os significantes: a suposta ilegalidade derivada da condição de invasor; mas permanece o significado: a ilegalidade da favela por outras vias, como aponta Lago: *“Há um conflito, exposto publicamente através da mídia, em torno de uma nova representação da “favela” como o lugar da criminalidade, que se*

²⁵ Com o Programa *Cada família, um lote*. O Governador Leonel Brizola, em seu primeiro mandato, anunciava que daria o título de propriedade definitivo de seus terrenos a 400 mil famílias. Entre outras razões, as dificuldades jurídicas na regularização do terreno fizeram este ter resultados bem mais modestos, só alcançando 16 mil títulos e, mesmo assim, provisórios. Ver: ARAÚJO, Maria Silvia Muylaert de “Regularização fundiária de *favelas* – imóveis alugados: o caso do programa ‘Cada família um lote’ no Rio de Janeiro”. *Revista de Administração Municipal*, v. 7, n. 195. abr/jun 1990, pp. 26-35.

²⁶ LAGO, Luciana Corrêa. Favela-loteamento: re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana. In: X Encontro Nacional da ANPUR, 1, 2003. Disponível em: http://www.observatoriodasmegropoles.ufri.br/download/anpur2003_lago.pdf.

²⁷ Isso fica claro, por exemplo, no depoimento da ex-presidente da Associação de Moradores da Nova Holanda, Eliana Sousa Silva: *“O barraco de alvenaria simbolizava essa permanência, essa mudança de paisagem ali. Os moradores entenderam isso muito bem. Depois quando a gente começou a conquistar a infra-estrutura, a quantidade de obras que começaram a acontecer por conta própria do morador foi muito grande.”* apud BRUM, Mario Sergio *Op. cit.*

*soma hoje à representação até então predominante da “favela” como lugar da pobreza e da ilegalidade urbana.”*²⁸

Para exemplificar isso, durante a semana de 24 a 30 de agosto de 2008, o jornal O Globo publicou série de reportagens com a legenda “*Favela S/A*” onde eram mostradas as diversas formas de comércio ilegal, que nas reportagens são apresentadas como próprias da favela, em contraposição a uma ordem existente no ‘asfalto’ e geralmente, com este último sofrendo prejuízos decorrentes desta situação. Por exemplo, em matéria sobre o comércio de imóveis nas favelas, vemos: “*O mercado de compra e venda nessas comunidades chega a superar o que se arrecada no asfalto, curiosamente desvalorizado muitas vezes por conflitos em favelas.*”²⁹

Aqui mesmo vemos mais uma alteração relevante na realidade das favelas, que Lícia Valladares chamou atenção, de que uma vasta rede de comércio que emergiu em inúmeras construções pelas favelas (a rua principal da Nova Holanda, por exemplo, favela que foi construída como centro de habitação provisória por Carlos Lacerda no início da década de 1960, não tem praticamente nenhum imóvel que não tenha um comércio no primeiro andar) modificando a condição delas de serem um local exclusivamente com função de moradia.³⁰ Em que pesem estas mudanças, além da informalidade das habitações (bem como do mercado imobiliário que surgiu a partir da consolidação das favelas), temos a informalidade de muitos destes serviços e comércios, permanecendo a condição de ilegalidade da favela, traduzida na falta de regulamentos que, supostamente, existiriam no ‘asfalto’.

A favela e o estigma de nascença

A data de surgimento da favela no Rio de Janeiro é controversa. Há o registro de que, após a demolição do cortiço Cabeça de Porco em janeiro de 1893, nas proximidades da Central do Brasil, foi permitido aos seus moradores recolherem parte do material ao chão e utilizarem-no para construir novas moradias no morro da Providência.³¹ Outra dá

²⁸ LAGO, Luciana Corrêa do. *Op. cit.*

²⁹ “Aluguéis rendem 107 milhões” *O Globo*, 25/08/2008.

³⁰ VALLADARES, Lícia do Prado. “Que favelas são essas?” *Insight Inteligência*. n. 8, ago./out, 1999. p. 63-68.

³¹ VAZ, Lílian Fessler. “Notas sobre o Cabeça de Porco”. *Revista Rio de Janeiro*. vol. 1, nº. 2. jan-abr, 1986. p 29-35.

conta que após a Revolta da Armada, em 1893, soldados se alojaram no Morro de Santo Antônio, também no centro do Rio.³² A versão mais corrente diz que após a campanha de Canudos, soldados vindos para o Rio à espera de pagamento por seus soldos, construíram suas moradias próximas ao Ministério do Exército, no Morro da Providência, batizando-o com o nome de Favela, similar ao monte situado ao lado do Arraial de Canudos. Algumas dessas versões dão conta de que já havia algumas habitações no morro da Providência, bem como habitações semelhantes em outros morros do Rio, incluindo o já citado Santo Antônio (conforme atesta levantamento da prefeitura realizado em 1897). De qualquer forma, consideramos o ‘marco zero’ da favela o ano de 1897, a partir do qual passou a figurar como uma forma de habitação específica, levando com o passar dos anos os habitantes do Rio a identificarem outros morros da cidade com características semelhantes e passarem a chamá-los também de favela, que assim deixou de identificar uma localidade específica para designar o espaço urbano das classes pobres, inicialmente associado aos morros da cidade.

Vemos que, já na sua origem, em 1897³³, a favela é fortemente combatida pela imprensa e por algumas autoridades da época. Como demonstrou Rômulo Costa Mattos em sua dissertação de mestrado: *“O descobrimento das favelas pela imprensa foi o pontapé inicial da invenção, no âmbito letrado, de uma outra cidade, impressa nas carregadas tintas da negação à alteridade. Esse popular assentamento habitacional ganhou um novo estatuto. Ele começou a ser visto como um “bicho de sete cabeças”. O cotidiano de seus moradores passou a ser divulgado diariamente como em um (ou um) drama, de forma a alterar definitivamente a percepção que a sociedade em geral possuía a respeito deles.”*³⁴

A referência ao Arraial de Canudos, no estado da Bahia, inscrita em seu nome de batismo, se para os moradores talvez significasse uma mera associação entre dois morros marcantes em suas vidas (a partir da versão dos habitantes como ex-combatentes da

³² ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplan Rio, 1997. 2ª ed.

³³ Ver também MATTOS, Rômulo Costa. *A “Aldeia do Mal”: O Morro da Favella e a construção social das favelas durante a Primeira República*. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: PPGH/UFF, 2004 e VALLADARES, Lícia do Prado. *A Invenção da Favela. Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

³⁴ MATTOS, Rômulo Costa *Op. cit.*

Guerra de Canudos), para autoridades e a intelectualidade da época, o morro da ‘Favela’ trazia uma marca negativa para a sociedade que, como o episódio do arraial no sertão baiano, era a antítese do país que se queria construir sob a República, na virada do século XIX para o século XX. Como aponta Valladares, a dualidade *sertão X litoral* que Canudos inscrevia no plano nacional, a favela trazia à capital da República. Em Canudos e na favela, reinavam o atraso, o messianismo, o exótico a desordem e falta de moral; No litoral e na ‘cidade’ havia, ou deveria haver, progresso, racionalismo, modernidade, ordem e hábitos civilizados.³⁵

Valladares mostra que o livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicado pela primeira vez em 1902, foi matricial para a construção do pensamento da intelectualidade sobre a favela. Posta à frente com um ‘outro’ tão próximo, as imagens de Canudos relatadas em *Os Sertões* serviram de referência para explicar aquele *fato urbano*³⁶ tão peculiar. A favela, tal como o sertão simbolizado em Canudos, era um mundo exótico em plena cidade.

Ainda em Valladares, a autora mostra como a descrição de Euclides da Cunha sobre Canudos era reproduzida por muitos intelectuais ao tratarem sobre a favela. Características pertinentes ao arraial, uma vez na cidade, na favela é que elas eram encontradas, tais como:

- crescimento rápido e desordenado;
- topografia com aspecto de enclave e, por isso, de difícil acesso;
- ausência de propriedade privada do solo;
- ausência do Estado;
- local com ordem política própria;
- do mesmo modo, com seu próprio modelo de comunidade e de sociedade;
- moral ‘própria’: criminosa, vagabunda, indolente;

³⁵ VALLADARES, Lícia do Prado. “*A invenção da favela...*” *Op.cit.*

³⁶ Entendemos como fato urbano estruturas próprias da cidade. Desde as físicas, como prédios, museus, avenidas, praças; até as ‘humanas’: manifestações culturais, trânsito, acontecimentos, etc. Ao falar de estruturas próprias da cidade, nos remetemos à visão de Aldo Rossi: “*A cidade, na sua vastidão e beleza, é uma criação nascida de numerosos e diversos momentos de formação; a unidade desses momentos é a unidade urbana em seu conjunto, e a possibilidade de ler a cidade, com continuidade, reside em seu preeminente caráter formal e espacial.*” ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

- representa um risco para a ordem social;
- a moradia no lugar é uma livre escolha dos indivíduos, mais do que resultado de causas alheias, é uma condição inata que leva os moradores a viverem em tal local.

As descrições de Canudos encaixavam-se perfeitamente, para os que escreviam, nas primeiras descrições da favela. Assim, vemos como a imagem da favela, em sua origem e em seus primeiros anos de existência foi legada à sociedade por diversos cronistas, médicos, reformadores sociais, entre outros, que construíram seu arquétipo como um ‘outro mundo’ ou uma ‘outra cidade’, contrapostos à ordem e à civilização³⁷. A dualidade *cidade/sertão*, tão presente no pensamento intelectual brasileiro da primeira metade do século XX³⁸ serviu como referência para ‘entender’ e construir as imagens e os discursos sobre a favela. Construção com tamanha vitalidade que se fez presente ao longo do século XX.

A favela figurou como antítese às imagens de ‘cartão postal da República’, esforço empreendido por suas autoridades desde a época da prefeitura de Pereira Passos (1902-1906) ou ao empenho, causado pela perda do posto de capital da República, em 1960, levou o Rio/Guanabara, como cidade-estado, de projetar a sua imagem como centro político, cultural e vitrine do Brasil: a ‘Cidade Maravilhosa’.³⁹

Para o Observatório de Favelas⁴⁰, em seminário que contou com apoio do BNDES, que resultou na publicação *O que é a favela afinal?* considera como favela um local que possua, no todo ou em parte, as seguintes características, que apresentaremos aqui de maneira resumida:

- insuficiência histórica de investimentos do Estado e do mercado formal;
- forte estigmatização sócio espacial;

³⁷ VALLADARES, Lícia do Prado. “*A invenção da favela...*” *Op.cit.*

³⁸ LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

³⁹ LEITE, Márcia Pereira. “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 15, n. 44, out. 2000, p.73-90.

⁴⁰ Segundo consta no sítio eletrônico da organização “*O Observatório de Favelas é uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbano.*” Ver <http://www.observatoriodefavelas.org.br> _ Consultado em 20/04/2011.

- níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho;
- edificações predominantemente caracterizadas pela autoconstrução,;
- apropriação social do território com uso predominante para fins de moradia;
- indicadores educacionais, econômicos e ambientais abaixo da média do conjunto da cidade;
- ocupação de sítios urbanos marcados por um alto grau de vulnerabilidade ambiental;
- grau de soberania por parte do Estado inferior à média do conjunto da cidade;
- alta densidade de habitações no território;
- taxa de densidade demográfica acima da média do conjunto da cidade;
- relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade, com forte valorização dos espaços comuns como lugar de encontro.⁴¹

As assertivas do Observatório, em sua maioria, se relacionam com os apontamentos feitos por Lícia Valladares. *Estigmatização* é o outro lado da moeda de atribuir *moral* e *ordem* próprias, assim como *apropriação social do terreno* trata-se de *ausência de propriedade privada*.

Mas como focaremos aqui no processo no qual o estigma é estruturado e a favela surge como uma representação social, atribuindo a um determinado local da cidade um estigma considerando que ele possui determinado conjunto de características; nos mecanismos que operam, internamente (nas favelas) e externamente para que esta representação ocorra. Optamos por considerar que os parâmetros estabelecidos cultura e socialmente na origem das favelas, e elencados por Lícia Valaldares, seguem como sendo válidos e utilizados para atribuir a uma área da cidade as características de *favela*, e não a de outro *fato urbano*.

Não se trata aqui de menosprezar o esforço feito por lideranças orgânicas de favelas e seus apoiadores na luta pelo *sentido* dos processos que formaram a favela, como na sensível questão da favela não tratar-se de invasão de solo alheio, mas de uma apropriação social do território, conforme apresentado pelo Observatório.

⁴¹ SOUZA E SILVA, Jâilson de & BARBOSA, Jorge Luiz (Org). *O que é a favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

Um outro ponto ainda, é a isenção necessária sobre a qual falamos na Introdução, que se torna evidente ao analisarmos que o item *relações de vizinhança marcadas por intensa sociabilidade*. Item este que deve ser problematizado e historicizado, sob o risco de idealizarmos a favela, ainda que com a boa intenção de defender seus moradores. A intensa sociabilidade do passado, fundamental para que a favela sobrevivesse e de certa forma vencesse, em que pesem as inúmeras tentativas de remoção⁴², sofreu sensíveis mudanças: o adensamento populacional e a melhoria das casas; a heterogeneidade na renda dos moradores; e o incremento da violência trouxe o fenômeno do fim da ‘porta aberta’ nos domicílios, o que vinha sendo apontado como uma possível tendência por outras lideranças já no início da década de 1990.⁴³ Desta forma, nossa pesquisa apontou que, na visão de muitos moradores, é justamente a erosão destas relações que figura como um dos elementos mais fortes para a construção interna da imagem de favela sobre um lugar.

O que está fortemente vinculado à falta de regras ou de um Estado legítimo para fazer valê-las, no que a maioria dos moradores se ressentem em a lei válida ser a ‘lei do mais forte’, mais especificamente, a dos que possuem armas ou os que contam com beneplácito dos que possuem.

O que nos leva a concluir este ponto com mais uma mostra da estigmatização das favelas. Embora sejam os moradores de favela as maiores vítimas da violência urbana advinda do tráfico, pois são quem sentem mais imediatamente, a de diversas formas, os efeitos destes (a venda de drogas na porta de casa, o convívio com armas, os riscos de tiroteios, etc.), são taxados de maneira genérica como coniventes com o tráfico.

Nas últimas décadas, junto com redemocratização do país, a temática dos direitos humanos, e num sentido mais alto, da extensão da cidadania incluindo direitos políticos e civis, acaba sendo interpretada por grande parte da população como ‘complacência com bandidos’, fenômeno analisado por Teresa Pires do Rio Caldeira.⁴⁴

No caso do Rio, as favelas são vistas como a fonte da violência urbana, ‘transbordando’ para o asfalto. Assim, torna necessário medidas de contenção que variam desde a remoção pura e simples até a entrada maciça do Estado com aparato de segurança

⁴² MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. “A continuidade do ‘problema...’” *Op.cit.*

⁴³ OLIVEIRA, Anazir Maria de *et alli*. *Op. cit*

⁴⁴ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

e ‘investimentos sociais’, de forma a promover nessas comunidades os direitos políticos e civis negados por agentes que promovem uma ‘contra-ordem’, ou, no dizer de alguns (aos quais não concordamos), um *Estado Paralelo*.

A cidade enquanto campo de estudo

Ao tomarmos a favela como objeto de estudo, não pretendemos limitar nosso campo de investigação a uma parte específica da cidade. Não se trata aqui de um estudo etnográfico, no sentido de querermos desvendar códigos próprios intrínsecos a uma comunidade particular. Nosso objeto é a cidade e a sociedade que produziram o fenômeno *favela*. Fenômeno complexo como vimos, a condição da favela não é algo natural ou dado *per si*. Para entender essa complexidade, é necessário analisar processos culturais, sociais e econômicos.

Segundo Aldo Rossi, podemos compreender a cidade como cristalização das relações sociais, ou seja, compreendermos através dela, qual sociedade está produzindo este espaço urbano. O espaço, assim como o tempo quando o trabalhamos historicamente, não é definido por si, mas este espaço é fruto de uma conjuntura, é uma formação social que recebe seus sentidos dos processos sociais que se expressam nele.⁴⁵ As formas que a cidade adquire, como sua arquitetura, entendidas como construção. Ou seja, não como uma forma neutra, dada em si, mas a arquitetura está impregnada de valores, como as relações dentro dessa sociedade ou as diferenciações entre espaços. A arquitetura seria o “*dado último verificável dessa realidade [a cidade], constitui o ponto de vista mais concreto com o qual se pode encarar o problema.*”⁴⁶

Outros estudiosos, como Manuel Castells, dão ênfase aos conflitos próprios de uma sociedade capitalista, chamados por ele de *contradições urbanas*. Com a industrialização e a maior urbanização procedente desta, o espaço urbano estrutura-se numa nova lógica. Isto tanto na ‘divisão’ e controle desse próprio espaço urbano quanto na gestão/ regulação dos serviços coletivos urbanos, já que nem toda a cidade irá dispor igualmente de bens públicos. A segregação urbana então é outra consequência desta fase do capitalismo, já que as classes necessariamente terão capacidades diferenciadas de acesso aos bens de consumo coletivo.⁴⁷

⁴⁵ ROSSI, ALDO. *Op. cit.*.

⁴⁶ *Idem.*

⁴⁷ CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

A cidade torna-se um campo de investigação privilegiado, pois é em seu cotidiano que se vivem as contradições da sociedade. É nas formas de moradia; nas formas e no tempo gasto para nos transportar; no acesso aos equipamentos públicos, às formas de lazer, à tranquilidade e à segurança; que se tornam mais evidentes as diferenças sociais produzidas por determinada formação social, produzidas por processos correlatos.

A partir desse entendimento, nos afastamos de análise que reduzam a questão da habitação e, particularmente no caso que nos interessa, da favela exclusivamente a uma falta de acesso dos pobres ao mercado formal de habitação; do mesmo modo, também não cairemos no outro extremo de pensar a favela a partir de processos culturais ou de relações simbólicas de *micro-poder* na sociedade que estejam descoladas do processo histórico que gerou a favela e que, *mutatis mutandi*, após mais de um século de seu nascimento, a faz permanecer como um espaço com sua especificidade (seja ela qual for, descobri-las é nossa tarefa nesse estudo) em nossa cidade. Ao falarmos de cidade, estamos falando das relações de poder e dos conflitos que dão forma a uma determinada configuração sócio-espacial. Como problematizou o arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos: “*Não se trata de formas de morar simplesmente, mas de formas de morar na cidade.*”⁴⁸

Da mesma maneira que em relação à cidade, é na obra de Norbert Elias e de John L. Scotson que buscamos nossos fundamentos para investigarmos uma comunidade específica, o que é relevante neste trabalho, já que lidamos com um estudo de caso, onde possamos dar um recorte ao nosso objeto sem que isso seja uma amarra, atribuindo a fenômenos locais um caráter geral, ou vice-versa : “*Quais são, em outras palavras, os aspectos comunitários específicos de uma comunidade? A resposta a esse tipo de pergunta, à primeira vista, é bastante óbvia. É evidente que está se fazendo referência à rede de relações entre pessoas que se organizam como uma unidade residencial _ de acordo com o lugar em que normalmente vivem. As pessoas estabelecem relações quando negociam, trabalham, rezam ou se divertem juntas, e essas relações podem ou não ser altamente especializadas e organizadas. Mas elas também estabelecem relações quando ‘moram juntas num mesmo lugar’, quando constroem seus lares num mesmo local. As interdependências que se estabelecem entre elas como criadoras de lares, nos quais dormem, comem e criam suas famílias são especificamente comunitárias. Em essência, as comunidades são organizações de criadores de lares, são unidades residenciais como os bairros urbanos,*

⁴⁸ FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson “A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta.” *Revista de Administração Municipal*, n. 196. out/dez 1982, pp. 8-47.

*os vilarejos, as aldeias, os conjuntos habitacionais (...) O que importa é reconhecer que os tipos de interdependências, estruturas e funções encontrados nos grupos residenciais de famílias que constroem seus lares com um certo grau de permanência suscitam problemas próprios, e que o esclarecimento desses problemas é central para a compreensão do caráter específico da comunidade como comunidade_ se é que podemos continuar a usar esse termo num sentido especializado.”*⁴⁹

Partilhamos, ainda na perspectiva usada na obra de Elias e Scotson, de que ao operarmos com distintas escalas, devemos ter em conta que esses autores não se limitaram a estudar aspectos meramente locais, visto que estes não ocorrem num “*vazio sociológico*”, e sim num contexto mais amplo, as sociedades onde estão inseridos, e se relacionam às diversas esferas destas (econômicas, culturais, sociais).⁵⁰

Desse modo, ao mergulharmos em nosso objeto e nas suas especificidades, não estamos de forma alguma tratando-o como um objeto isolado, com características inatas e ‘naturais’, (investigamos justamente o que o torna ‘específico’). No que o termo *comunidade* pode ofuscar a heterogeneidade existente numa favela, ou, mais ainda, num complexo formado por conjuntos habitacionais e ‘favelas’ com origens e trajetórias distintas.

Dito isso, não podemos desconsiderar a existência de algumas ‘fronteiras’ simbólicas que dão significados, para os moradores e ‘vizinhos’, às palavras *aqui, ali e lá*. Onde este *aqui* é, para os moradores um mesmo ‘local’ (ainda que em suas possíveis divisões), onde partilham experiências, ainda que com leituras diferentes, mas que têm, em comum, o fato de vivê-las e pensarem-nas, reforçando laços que os auto-identificam e os fazem ser identificados como membros de uma mesma *localidade*.

Por *localidade* usamos a discussão travada por Anthony Leeds, em oposição ao conceito de *comunidade* e sua aplicação ao caso das favelas. Segundo Leeds, o conceito deriva de uma transferência mecânica do estudo de aldeias ou tribos, próprios da Antropologia, para as favelas.⁵¹ Leeds entendeu que as favelas não se tratavam de aldeias ‘isoladas’, mas locais em que seus moradores constituem relações em *estrutura locais* (vizinhança, igreja, escolas de samba, etc.) e *supralocais* (partidos políticos, parentes,

⁴⁹ ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Estado, etc.) sendo que as próprias instituições locais também se relacionam a nível supralocal (como a sede local de uma igreja com outras ou a ‘matriz’; as associações de moradores e os órgãos de estado, entre muitos outros exemplos). Leeds prefere o termo *localidade*, que seria referência de organização de uma dada população, que se agrega num espaço e se entende como distinta de outras comunidades, o que não impede seu relacionamento com estruturas de nível superior à localidade, além de *localidade* não postular uma unidade mínima ou máxima, com o morador podendo ‘pertencer’ à Divinéia, à Cidade Alta, à Cordovil, à cidade do Rio, etc. e não de uma comunidade como se fosse algo fechado.

De modo que a localidade abarca mesmo uma pessoa que não tenha nascido na favela ou ainda, que não more nela, mas que tenha constituído laços de algum tipo ou que tenha que executar alguma tarefa específica na favela, como por exemplo, um professor ou um agente de um órgão estatal como policiais militares entre outros. Ou seja, as favelas existem se relacionando com estruturas supralocais, às quais se relacionam com uma favela específica tanto quanto com quaisquer outras favelas.

Da difícil tarefa de se definir o favelado

A palavra *favela* adquiriu através de sua história uma conotação negativa perante os diversos grupos sociais existentes na cidade, de onde a palavra assume o caráter de um estigma que pesa sobre as populações pobres que habitam a cidade ‘fora’ do mercado formal, ou no que o senso comum denomina ‘asfalto’.

Em estudos anteriores, enfatizamos os aspectos culturais que formaram a identidade do favelado, em parte devido à proeminência de estudos oriundos da Sociologia e Antropologia, que destacavam a estrutura social brasileira marcada pela informalidade das relações de trabalho que dificultam a identificação dos *favelados* a partir de um corte de classes.

A antropóloga Alba Zaluar, por exemplo, destaca a formação da identidade dos favelados a partir da atuação conjunta nas diversas esferas de seu local de moradia: associações de moradores, praças, bares, agremiações recreativas-culturais-esportivas. Em que pese a heterogeneidade econômica que possa existir numa favela, a homogeneidade das múltiplas práticas e vivência cotidiana num mesmo local criam e renovam os seus símbolos de identidade de pertencimento a uma determinada comunidade. Da mesma

forma, as situações em que são colocados na categoria de subalternos, bem como as estratégias de resistência à estas situações forjam laços de pertencimento.⁵²

Sem descartar que aspectos culturais são importantes principalmente para a formação da identidade do *favelado* reconhecida pela sociedade e que, por se tratar-se “uma imagem-deteriorada”, segundo o conceito de Goffman, é mais difícil se auto-reconhecer nesta identidade.⁵³ Nossa hipótese, porém, é que há elementos fundamentais nessa relação onde o morador de um determinado tipo de moradia urbana passou a ser tratado como alguém inferior.

Para isto, pensamos que o corte de classe não deve ser menosprezado, no que o estudo de E. P. Thompson sobre a formação da classe operária inglesa nos é esclarecedor, em que este historiador valoriza a “experiência” e o “vivido” de grupos sociais (como as classes) que, a partir disto, constroem suas referências e modos de atuação na sociedade.⁵⁴

O Estado, ao lidar com a favela considerando-a um ‘problema’, define sua condição de moradia ilegal e/ou irregular. Intrinsecamente, seus moradores são estigmatizados por ocuparem a cidade desse modo ilegal. Esta questão nos é fundamental: ilegal em que sentido? De acordo com que interesses? Ou sendo mais direto, segundo leis produzidas por que tipo de sociedade? Se a construção do favelado como uma identidade estigmatizada se dá em oposição a algo que deveria estar *normatizado* e legalizado, temos que compreender que interesses definiam a favela como ilegal e/ou anormal. Dito de outro modo: para entender a posição subordinada do favelado, temos que entender quem são os hierarquicamente acima, os dominantes, as normas e, principalmente, as leis da sociedade por estes dominadas, pois é nelas que vemos que o crime de seqüestro é um crime considerado hediondo⁵⁵, enquanto manter alguém em cativeiro sob trabalho escravo não.⁵⁶

No caso do Rio de Janeiro, ainda que isso não seja algo que deva ser absolutizado, a produção de habitações no espaço urbano do Rio de Janeiro através do século XX esteve

⁵² ZALUAR, Alba. *Op.cit.*

⁵³ GOFFMAN, Erving. *Op. cit.*

⁵⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁵⁵ Lei Nº 8930 – 06/09/1994

⁵⁶ Art. 149 do Código Penal brasileiro.

ligada ao grande capital⁵⁷, com o Estado público se responsabilizando pela oferta dos bens de consumo coletivo, muitas vezes seguindo a expansão urbana determinada pelos grupos privados, quase sempre voltados às classes de maior poder aquisitivo, quando não era literalmente conduzida pelo próprio capital, como na associação das companhias de bonde, que conjugavam obras urbanas (como avenidas, ruas, túneis), expansão das linhas de bonde e os loteamentos por elas realizados.⁵⁸

As favelas seguiram estas ocupações, sendo de grande utilidade ao capital ligado à construção civil, necessitado de mão-de-obra de baixa qualificação e sazonal. Assim, mesmo a expansão urbana promovida pelo capital cujas habitações são voltadas para as classes mais altas, tornou-se uma das causas para o surgimento e expansão de favelas, fosse pela oferta de empregos, fosse pela maior oferta de serviços públicos (como rede de saúde e escolas) que seguia esta expansão.

Para os trabalhadores sem acesso ao sistema formal de habitação, a ocupação de terras urbanas e a auto-construção de suas moradias⁵⁹ foi a saída das classes mais pobres para reduzirem custos com aquisição ou aluguel de moradia, até pela situação de instabilidade de emprego que viviam, não podendo ter garantias de arcar com custos de habitação num prazo previsível. As favelas significaram uma redução considerável de custos com transportes de casa ao trabalho.

Assim, a formação das favelas deve ser entendida no âmbito do processo econômico e político, que abrange a produção do espaço urbano na cidade, refletindo na terra urbana e na forma de moradia a segregação que caracteriza as classes sociais. A sub-habitação, entendida como a falta de acesso a um padrão de habitação determinado, objetivamente, foi o ponto de partida do qual os favelados tiveram que lidar para atuarem na sociedade como uma categoria com interesses e conflitos próprios na esfera urbana.

Ao tomarmos Thompson como referência teórica, nos baseamos em sua análise de como os antagonismos gerados pelo sistema capitalista são vividos e pensados pelos atores, colocados em lados distintos e/ou opostos por determinações objetivas, ainda que não tenham total consciência à respeito do modo de produção ou das relações de produção,

⁵⁷ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer *et alli*. *Rio de Janeiro operário natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Access, 1992

⁵⁸ Ver ABREU, Mauricio de Almeida. “*A Evolução Urbana...*” *Op. cit.* e CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995

⁵⁹ KOWARICK, Lúcio. *Op. cit.*

mas que não impedia as populações faveladas de serem o alvo, por excelência, de leis, agências e políticas do Estado destinadas a ordenar seu espaço na cidade e na sociedade. De acordo com Ellen M. Wood, analisando a obra de Thompson: “*Para experimentar as coisas ‘nas formas de classe’ as pessoas devem ser ‘objetivamente distribuídas’ em situações de classe; mas isso é o início, não o final, da formação de classe. (...) Em outras palavras, classe é um fenômeno visível apenas no processo.*”⁶⁰

Reforçando nossa argumentação, buscamos a origem, e não uma definição apriorística dos favelados. Este ponto é fundamental, pois as classes não são estáticas e a diversidade econômica que existe hoje entre os favelados teve como ponto de partida a condição de não-proprietário e/ou sem ter o capital necessário para o acesso a uma forma de moradia melhor que as vagas em cortiços, estalagens e, por fim, aos barracos na favela, o que, conseqüentemente, perfazia o favelado como alguém que se inseria na cidade ocupando ‘propriedade alheia’ ou como vítimas/instrumentos de exploradores que ‘desrespeitavam’ os regulamentos urbanos sobre construções.

Claro que, no processo, existe os que se estabelecem em condições diferentes, com diferenciações internas, como o morador de favela que aluga um quarto em sua moradia, um andar, ou mesmo a própria casa na favela; sinais da mobilidade social que a favela permite, já que os regulamentos formais sobre construção urbana que proibiriam ou dificultariam a construção de outro andar, por exemplo, são mais facilmente descumpridos nas favelas, embora não sejam exclusividade destas (vale destacar, porém, que o próprio ato de construir descumprindo regulamentos municipais costuma ser socialmente considerado uma característica típica da ‘favela’). Por outro lado, por essa razão da favela ser considerada e tratada como uma área distinta da cidade, seja por órgãos do Estado, seja por alguns moradores (reconhecer especificidades não significa dizer que ela é *marginal*), é que determinadas práticas podem subsistir e possibilitam a própria diferenciação interna, fora dos mercados formais da cidade, com seus respectivos agentes em posições de dominação já estabelecidas, como o imobiliário, para ficar só num exemplo.

As distinções econômicas entre os favelados são ainda, obscurecidas pela desigualdade quanto ao acesso de direitos civis, ou à cidadania propriamente dita, entendida aqui como o *morar na cidade* e por isso, partilhar de um destino comum. Esta desigualdade se revela cruelmente nas estatísticas (quando existem) da violência urbana

⁶⁰ WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

que vitimiza, principalmente, os moradores das favelas no Rio⁶¹, caso da ‘ocupação’ policial dos conjuntos de favelas da Penha e do Alemão, a partir de maio de 2007, deixando um saldo de 41 mortos até julho do mesmo, meses em que a ‘ocupação’ foi mais intensa, totalizando 233 até abril de 2008⁶². Qual a explicação para que tamanho número de mortes em determinada área da cidade não cause maior impacto? A heterogeneidade de renda não se configurou um determinante a fornecer melhores condições de acesso a cidadania. Salvo se, quando houver renda maior, esta lhe permitir a moradia fora da favela, com os custos inerentes a esta opção e, neste caso, a condição de favelado for superada pela de incorporado ao sistema formal de habitação, seja na condição de proprietário, seja na de locatário.

Segundo Thompson, temos que levar em conta “*a forma com que os fatos se desenrolaram ocorreu sob um complexo particular de relações humanas: direito, propriedade, poder.*”⁶³ A compreensão, então, de quem ocupa o poder e de que maneira, torna-se fundamental.

No que retomamos alguns aportes da Sociologia Urbana Francesa, como os de Manuel Castells e Jean Lojkine, (descontado o viés economicista e esquemático)⁶⁴. A concentração urbana própria das cidades capitalistas pós-revolução industrial, demanda a criação de sistemas coletivos de organização da vida cotidiana (como rede de luz, água, sistema de transportes, etc.). Assim, as cidades deverão ser providas de *meios de consumo*

⁶¹ São homens, de 18 a 29 anos, pobres, negros ou pardos, que ocupam tanto o papel de vítimas quanto o de perpetradores da violência urbana. Ver SOARES, Luiz Eduardo *et alli*. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / ISER, 1996

⁶² “Guerra do Alemão tem 233 mortos” *O Dia*. 20/04/2008.

⁶³ THOMPSON, Edward Palmer. *Op. cit*

⁶⁴ CASTELLS, Manuel. *Op. cit*; LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981. O principal mérito da Sociologia Urbana Francesa é desnaturalizar a constituição do espaço urbano, entendendo este como uma produção social e seus conflitos como problemas relacionados à dinâmica da produção e da estrutura de poder nos marcos de uma sociedade capitalista. No entanto, este viés economicista em ver o urbano como um mero *locus* de concentração dos meios de produção/reprodução da força de trabalho também acabou por limitar a análise do urbano como uma mera produção capitalista da cidade a ser planejada/administrada pelo Estado, sem abrir espaço para outros aspectos dos problemas urbanos que incorporassem em sua análise outras esferas, como a política e a cultural. Os autores da Sociologia Urbana Francesa, uns mais, outros menos, tendem a restringir estas esferas à mera ideologia. Castells, por exemplo, dedica um capítulo inteiro de seu principal livro (A questão urbana) ao que ele chama de *ideologia urbana*.

coletivo, no que o Estado assume também a função de garantir as condições mínimas para a reprodução da força de trabalho, que pode ser desde a produção de habitações por parte do Estado até a gestão da oferta dos serviços coletivos, equilibrando os interesses das camadas populares com a busca por lucro do grande capital.⁶⁵

Deste equilíbrio precário, surgem o que Castells chama de *contradições urbanas*, originadas na ação do Estado na gestão/ regulação destes serviços coletivos urbanos, bem como no controle do próprio espaço urbano, já que nem toda a cidade irá dispor igualmente de bens públicos. A segregação urbana então é outra consequência desta fase do capitalismo, já que as classes necessariamente terão capacidades diferenciadas de acesso aos bens de consumo coletivo. Para Castells, são nestas contradições urbanas que as classes estruturam seus interesses e sua atuação, em conflito umas com as outras.

Na vivência deste processo e nos antagonismos gerados pela falta de acesso ou no acesso precário à moradia formal é que camponeses, que se tornaram migrantes rurais, ex-escravos, desempregados ou sub-empregados, biscateiros, *lumpen-proletariado*⁶⁶ e trabalhadores urbanos pobre do Rio de Janeiro, foram definidos e se definindo como uma categoria à parte, com interesses próprios nas suas lutas pela terra urbana e pelo acesso a bens de serviço, enfrentando interesses outros que se chocavam diretamente com os seus.⁶⁷

⁶⁵ Dentro do que Benévolo chama de *cidade pós-liberal*, surgido na Europa na segunda metade do século XIX, que reorganiza as cidades européias (com a Paris de Haussman como paradigma desta concepção) e influencia ainda hoje a organização das cidades pelo mundo: “*A burguesia vitoriosa estabelece, assim, um novo modelo de cidade, no qual os interesses dos vários grupos dominantes_ empresários e proprietários_ estão parcialmente coordenados entre si, e as contradições produzidas pelas presenças das classes subalternas são parcialmente corretas. A liberdade completa, concedida às iniciativas privadas, é limitada pela intervenção da administração_ que estabelece os regulamentos e executa as obras públicas_ mas é garantida claramente dentro destes limites mais restritos.*” (BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2009.). A expansão urbana do Rio de Janeiro, que em vários pontos poderiam caracterizá-lo como um ‘modelo’ alternativo, nada mais leva ao fato de que as classes dominantes tenham o paradigma da *cidade pós-liberal* como um ideal a ser alcançado.

⁶⁶ Definido por Karl Marx como uma categoria onde se encaixam: “*vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, (...) mendigos - em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada.*” MARX, Karl. “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”. In: *Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 329-409. (Os Pensadores, vol. XXXV).

⁶⁷ Isso não significa dizer que os favelados nunca tiveram projetos inseridos no Estado ou ‘vitórias’ em suas lutas. Em trabalho anterior, no qual utilizamos categorias gramscianas para pensar o Estado como uma relação, a sociedade como uma disputa de projetos através de agentes na sociedade civil e nos aparelhos de

Como, por exemplo, a defesa da idéia da remoção por vários setores dominantes da sociedade, como o capital imobiliário que, contando com apoio de setores da classe-média proprietária de imóveis (que viam nas favelas uma desvalorização de suas propriedades), que culminou num grande programa de remoção levado a cabo pelo Estado, quando a mobilização das classes populares que marcou o período anterior (de 1945 a 1964) foi interrompida pela intensa repressão sobre suas organizações, como as associações de moradores das favelas.⁶⁸

No entanto, os conflitos e formações de identidades não se darão no campo exclusivamente econômico, como se a condição de aliado nas formas de habitação fosse um roteiro definidor de ações e reações, embora esta não possa ser deixada de lado em nossa análise. Ainda que não sendo as classes sociais definidas exclusivamente pela propriedade ou não do capital, os sujeitos e as práticas sociais recebem determinações diretas daquela condição.⁶⁹

À esfera econômica então, acrescentamos o campo de lutas na esfera cultural, em que as formas de dominação econômicas, são legitimadas, e o *simbólico* toma as formas nas quais os atores apreendem o mundo e classificam, na acepção mais profunda do termo, a si e a outros agentes. As condições econômicas e sociais dos favelados como *dominados* foram e são *estruturas estruturantes*⁷⁰, em que o favelado, dada a sua *condição* inicial, se viu frente às leis que caracterizavam a sua ilegalidade; a um Estado que elaborou políticas de combate a favela; à estigmatização desta condição, em que pesem as transformações e diversificações nas favelas e nos favelados.

Estigma construído socialmente e internalizado pelos favelados, dentro do que Pierre Bourdieu define como as *condições sociais de produção dos enunciados*.⁷¹ Afinal, o estigma é uma relação de poder, que só é vitoriosa caso os estigmatizados ‘aceitem’ (no

hegemonia, abordamos as relações entre o Estado e o movimento comunitário das favelas cariocas. Ver: BRUM, Mario Sergio. *Op. cit*

⁶⁸ *Idem*.

⁶⁹ BOURDIEU, Pierre. *La distincion: criterios y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus, 2002

⁷⁰ Ponto que retornaremos adiante.

⁷¹ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989; *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003; *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2003.

todo ou em parte) a discriminação que recai sobre eles. Relação de poder na medida em que ela deriva de relações sociais existentes.

Atentemos para a idéia de *condição social*, pois é numa determinada sociedade, sob determinado sistema, que os favelados são postos como dominados e na condição de categoria subalterna. Subalterna em relação àqueles que, como afirma Bourdieu, têm “*O poder simbólico como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo: poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário.*”⁷²

Através da história, os favelados se defrontaram com os discursos e imagens projetados a respeito deles, os quais tiveram de aceitar, relativizar, rejeitar, questionar... Estes discursos e imagens, apreendidos pelos favelados, orientavam-nos a atuar na sociedade.

Assim, outro conceito de Bourdieu, o de *habitus*, nos é de grande valia para compreendermos como funcionam as relações de poder que estruturam a categoria de *favelado*, bem como para demonstrar que as esferas econômica, social, cultural não existem independentes entre si. Segundo Bourdieu, o pessoal e o coletivo em cada indivíduo são organizados a partir da sociedade, ou melhor dizendo, a partir de uma *ordem* social pré-existente ao indivíduo, que se insere na sociedade a partir de estruturas estruturadas. Enfim: “*o habitus é uma subjetividade socializada.*”⁷³

Se por subjetividade entendemos todo o campo simbólico no qual os favelados são vistos como *favelados*, enfim, com todo o significado que este termo carrega a partir de uma construção mental, temos que esta subjetividade não parte de um ‘nada’, mas de posições determinadas por elementos objetivos da realidade que, poderiam ou não ser socialmente construídos desta ou daquela forma, mas que, indubitavelmente, alguma forma terão, no que as estruturas objetivas são apreendidas, interpretadas, reinterpretadas a partir daquelas posições e dos interesses correspondentes àquelas posições, como a condenação, por exemplo, de uma determinada forma de se morar na cidade. É justamente nas formas simbólicas, como na estigmatização dos favelados, que a dominação social opera, nas ‘experiências’ e no que é ‘vivido’: “*O conceito de ‘experiência’, portanto,*

⁷² BOURDIEU, Pierre. “*O poder simbólico...*” *Op. cit*

⁷³ BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. [Org. ORTIZ, Renato] São Paulo: Ática, 1983.

*informa que as ‘estruturas objetivas’ geram efeito sobre a vida das pessoas; é por isso que temos classes e não apenas relações de produção.”*⁷⁴

Habitus e ‘processo civilizador’: individualismo e coletividade na favela

O *habitus* é formado a partir do ‘exterior’, no qual estão inseridas as condições de vida materiais: “*As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’*”⁷⁵. Assim, temos que determinadas condições de vida e de status social propiciam leituras de mundo que são *estruturas estruturantes*. As visões de mundo construídas socialmente pela vivência numa mesma *localidade* constroem experiências, perspectivas e códigos de conduta típicos e partilhados por seus moradores.

Exemplificando, o marido de uma moradora (essa morando desde criança na Cidade Alta, enquanto aquele havia se mudado para lá há pouco tempo) atentou, um dia, que passara a perceber, sem racionalizar, quando o ‘clima’ do local indicava possíveis risco de tiroteios, incorporando, sem se dar conta, os códigos de conduta que sinalizavam isso, tais como: ruas mais quietas que o normal, pessoas conversando mais próximo das portas dos prédios, pessoas indo rapidamente às janelas. O mesmo jamais havia sido explicado a ele, e dificilmente um morador saberá fazê-lo se for solicitado.

Assim, em muitos moradores da Cidade Alta, quando são ainda crianças ou pré-adolescentes, o *vivido* estrutura com mais força o ‘medo de morrer’, ‘da violência’, ‘de tiro’ ‘dos bandidos’, ‘da polícia’... respostas obtidas, em número significativo, em trabalhos com alunos da Escola Municipal Min. Lafayette de Andrada que, entre outras perguntas, constava “do que mais tem medo?”⁷⁶

⁷⁴ WOOD, Ellen M. *Op. cit*

⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. “*Sociologia...*” *Op. cit*

⁷⁶ Voltaremos a estes trabalhos no capítulo 4. Quanto a uma explicação mais aprofundada de como eles foram produzidos e como são utilizados na pesquisa, ver Apêndice.

A *criminalidade violenta* tem efeitos nos jovens além do medo que inspira ou a atração destes para as quadrilhas. A violência, banalizada e muitas vezes código de conduta *legitimado* pela força e introjetado culturalmente (através dos *funks* ‘proibições’, por exemplo), estrutura uma leitura de mundo em que ela assume papel fundamental. No dizer de Machado da Silva: “*A representação da violência urbana capta, simbolicamente, um âmbito da vida cotidiana em que ocorre a universalização da força como fundamento de um complexo orgânico de práticas.*”⁷⁷

Sem entrar na discussão travada entre Machado da Silva e outros autores se a violência gera uma nova forma de *sociabilidade*, a nós importa o fato de que a violência cotidiana, a falta de perspectivas, o fatalismo, o consumismo, em conjunto ou separado têm gerado um individualismo que, se não é exclusivo das classes mais pobres, encontra nelas formas distintas de se desenvolver, quando o agente toma como ponto de partida que a favela é o território da falta de regras e que vale a lei do mais forte ou do que tem mais ‘conhecimento’ para se fazer valer. Para muitos moradores, ‘ter algum contato’ com *envolvidos* (por parentesco ou amizade) é garantia de que o mesmo não será questionado por alguma atitude que tome e, sabidamente, desagrade a outros.

Vemos então que, acima de maniqueísmos, para muitos moradores interessa a idéia da favela como território da ‘ilegalidade’, legitimando posturas em que o benefício para um ou poucos moradores se dá em detrimento de muitos ou mesmo da maioria, como a cena contada no começo deste capítulo (repetida algumas vezes no decorrer da pesquisa).

Entre alguns moradores, internalizando toda esta exterioridade, o *coletivo* então não é considerado relevante. Esse enfraquecimento dos laços de solidariedade e coletividade na favela já era percebido num importante estudo produzido por pesquisadores e lideranças comunitárias de favelas no início da década de 1990⁷⁸ causados por diferenciações na renda; melhorias nas casas que acabaram com o costume da ‘porta aberta’; maior entrada do Estado nas favelas, reduzindo a necessidade de ações coletivas, tais como os mutirões e, junto a este, a substituição das melhorias coletivas (tal como uma

⁷⁷ MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano” *Sociedade e Estado*. v. 19, n. 1, jan./jun. 2004, pp. 53-84.

⁷⁸ OLIVEIRA, Anazir Maria de *et alli*. *Op. cit.*

rede de água) por benefícios individuais (como um emprego numa obra ou uma vaga numa creche).⁷⁹

Para o caso dos conjuntos habitacionais surgidos de remoção, como os da Cidade Alta, devemos considerar ainda alguns fatores, tais como a mudança física de ‘barracos’ para apartamentos, as dificuldades causadas pelo aumento dos custos com habitação com o conseqüente despejo de famílias que não conseguiram arcar com os custos; por fim, a ruptura de laços familiares e de vizinhança na favela de origem causados pela mudança brusca para um novo local. Neste último ponto é necessário fazer algumas considerações.

Enquanto Lícia Valladares apontava esta ‘ruptura’ em relação à Cidade de Deus em meados da década de 1970, Alba Zaluar, pesquisando o mesmo conjunto anos depois, afirmava que os laços de vizinhança já haviam sido refeitos, com associações de moradores e até blocos carnavalescos existentes na favela de origem tendo sido recriados.⁸⁰

O mesmo é válido para o caso da Cidade Alta. Organizações locais (como a Ama-Alta) surgiram ou ressurgiram (como igrejas e o bloco carnavalesco) nos primeiros anos. No entanto, em menos de duas décadas, o cotidiano de violência esvaziou espaços públicos que serviam como ponto de reunião e encontro entre moradores, no caso da Cidade Alta uma praça ou mesmo uma escadaria, tornam-se locais perigosos, onde muitos não se arriscam a ficar à noite.

Segundo o professor Machado da Silva, apresentando como um dos elementos da vivência cotidiana da violência urbana e de seu papel matricial como leitura de mundo e regulador de práticas é que “*o abandono de referências coletivas moderadoras da busca dos interesses individuais acaba por eliminar também o autocontrole (mas não o raciocínio instrumental que garante a forma social de ‘fins’ ou ‘interesses’ a puros ‘desejos’ irrestritos ou ‘pulsões’).*”⁸¹

Paralelo a isso, outro efeito da violência cotidiana e da perda de projetos coletivos é que pode ser percebido entre moradores mais jovens, um fatalismo em que o futuro surge como algo pouco palpável, mais uma aposta do que uma certeza, e que o imediato ganha um peso maior. Razão pela qual, por exemplo, segundo uma pesquisa sobre

⁷⁹ Tratamos mais profundamente sobre esse fenômeno na pesquisa de mestrado. Ver BRUM, Mario Sergio. *Op. cit.*

⁸⁰ VALLADARES, Lícia do Prado. “*Passa-se uma casa...*” *Op. cit.* e ZALUAR, Alba. *Op. cit.*

⁸¹ MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “*Sociabilidade Violenta: por...*” *Op. cit.*

juventude no Brasil, “*enquanto 21% de todas as adolescentes do estrato social mais baixo (renda per capita de até meio salário mínimo) são mães, na faixa mais alta (a partir de cinco salários) não chega a 1%*”⁸². A pesquisa destaca que a gravidez precoce se relaciona à falta de perspectivas profissionais, o que pudemos perceber com jovens alunas em nossa observação empírica ao longo da pesquisa e da atividade docente na Cidade Alta, onde a gravidez figura, quase sempre, como o ‘auge’ da vida da menina, em que ela passa a se equiparar à mãe em autoridade, recebe atenção especial de amigos e vizinhos, e sonha em estabelecer laços mais firmes com o pai da criança. Ao redor, a menina que esteja entrando na adolescência, vê o grande número de meninas grávidas e a atenção a elas dispensada e *naturaliza* a gravidez como o projeto de vida possível a ela de ser realizado. Dentro de seu “*espaço para formulação e implementação de projetos*”, que o antropólogo Gilberto Velho chama de *campo de possibilidades*, em que as escolhas e projetos de vida são “*resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias, do campo de possibilidades em que está inserido o sujeito*”⁸³

No caso de muitos dessas alunas, e o mesmo é válido para muito jovens moradores de favelas, o *campo de possibilidades* é a eles restringido, por circunstâncias externas, ou seja, a sociedade da qual fazem parte e suas estruturas; e ‘internamente’ (com bastante cuidado com o significado deste último) por um *habitus* que limita suas perspectivas, como por exemplo, a rígida distinção geográfica do morador entre ‘dentro’ e ‘fora’. Em que este ‘fora’ possui um sentido tão lato que pode abranger desde outro país ou estado, ou por vezes até mesmo um bairro vizinho, como foi detectado num caso ‘extremo’ em conversas informais durante a pesquisa. Para um jovem morador, Estados Unidos e Europa eram locais indistintamente tão inacessíveis e/ou distantes como São Paulo ou Rio Grande do Sul.⁸⁴

Neste ponto, a obra de Norbert Elias sobre o *processo civilizador* nos parece fecunda para compreender as consequências da perda de projetos coletivos que, se não é exclusividade das classes mais pobres, nela se conjugam com a violência cotidiana vivida

⁸² “Gravidez na adolescência é sinônimo de status social” *O Globo*, 21/05/2008

⁸³ VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

⁸⁴ Do mesmo modo ouvi de uma professora de uma escola localizada numa favela da Penha, que uma aluna tinha Olaria, bairro fronteiriço, como sendo ‘lá’, e não ‘ali’. Traduzindo uma distância que, mais do que geográfica (visto que é possível cruzar os dois bairros a pé), é apenas simbólica.

de forma mais direta e drástica (e a leitura de mundo resultante) e o conseqüente fatalismo. Entendendo este processo civilizador como “*um autocontrole mais ou menos automatizado, para a subordinação de impulsos de curto prazo aos comandos de uma enraizada visão a longo prazo.*”⁸⁵

Para Elias, a visão a longo prazo traz em si a necessidade do agente ter de racionalizar suas ações. Isto decorre de sociedades em que é grande a interdependência entre seus membros e que, necessitando interagir uns com os outros, necessitam controlar suas emoções e impulsos, advindo daí, por exemplo, uma constante redução do uso da violência como forma de resolver conflitos.

Em sentido contrário, uma conduta individualista; a falta de perspectivas que têm como causa e conseqüência a precária inserção no mercado de trabalho (geralmente desempregado, trabalhando em ‘bicos’ ou trabalhos de baixa qualificação); a alienação em relação a lugares e eventos para além da favela; têm como resultado direto uma menor interdependência da pessoa em relação à sociedade, não tendo tão premente a necessidade de cálculo futuro, dando mais vazão aos impulsos e ao que é *imediato*. Conforme Norbert Elias: “*A diferença é muito grande se alguém vive num mundo que possui densos, extensos e fortes laços de dependência, como um mero objeto passivo dessas interdependências, sendo afetado por eventos distante sem ser capaz de influenciá-los ou mesmo percebê-los – ou se tem uma função na sociedade que exige, para seu desempenho, um esforço permanente de previdência e um controle firme da conduta.*”⁸⁶

O argumento não deve levar a conclusões em que determinadas posturas e visões de mundo sejam inatas ou mesmo generalizadas a todo e qualquer morador das favelas cariocas. Claro que nas favelas existem muitas meninas que, ou não têm filhos ‘precocemente’, ou mesmo após tê-los, possuem projetos de vida como carreira, estabilidade profissional e bem-estar. E moradores, dentre eles, jovens, que circulam pela cidade para trabalho e lazer, bem como um espectro mais amplo de noções geográficas.

O *meio* não é um determinante, como se fosse intrínseco à favela padrões de vida necessariamente distintos de outras classes, mas também não é possível negar as experiências coletivas e condições de vida que se tornam, no mínimo, referenciais aos quais os jovens criados na favela têm que lidar, ainda que seja para se ‘opor’ a estes.

⁸⁵ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v. 2.

⁸⁶ *Idem*.

Decorre daí inclusive, entre muitos moradores, o uso do termo *favelado* como uma acusação, em que o acusador, ao fazê-lo, claramente tenta se diferenciar socialmente. Denise Nonato, socióloga e ex-moradora da Cidade Alta em sua pesquisa, detectou o costume de “os moradores imputarem uns aos outros, na forma de censura, o estigma de favelados, toda vez que alguém tinha alguma atitude considerada fora dos padrões exigidos pela boa educação. O mais curioso era que todos tinham várias histórias sobre momentos onde se viram ‘obrigados’ a tomar alguma dessas atitudes condenáveis.”⁸⁷

Para além das paixões, não se pode ignorar determinados padrões existentes num número significativo de moradores, mas aos quais os moradores de favela como um todo são identificados (em que pese a sua heterogeneidade econômica, social, cultural), que Elias e Scotson identificam como um dos pontos fundamentais para a construção da estigmatização de um grupo é que “o grupo estabelecido tende atribuir ao conjunto do grupo outsider as características ‘ruins’ de sua porção ‘pior’.”⁸⁸

Do conceito de estigma em favela

Segundo o dicionário Aurélio, *estigma* significa “cicatriz, marca, sinal” “sinal infamante”.⁸⁹ A palavra e a prática de estigmatizar têm origem na Grécia Antiga. Naquela sociedade, estigmas eram “*sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo,*

⁸⁷ NONATO, Denise *Favela de cimento armado: um estudo de caso sobre a organização comunitária de um conjunto habitacional*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: UERJ, 2003. Sobre isso, é válido também o que Pierre Bourdieu trata como *violência simbólica*, de grande utilidade para compreendermos como a acusação de *favelado* é construída socialmente e aceita pelos moradores, que internalizam as acusações de que morar num determinado local, tido como favela, implica em adquirir comportamentos ‘condenáveis’ socialmente, no que os moradores desse local, no mínimo, tentam reagir ao estigma apresentando-se como diferentes de seus vizinhos, reproduzindo a acusação. Demonstrando que o estigma em si não é contestado, e sim que não se aplica a ele. Ver BOURDIEU, Pierre. *Op. cit.* “O poder simbólico...”; “Economia das trocas...” e “Razões práticas...”.

⁸⁸ ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L *Op. cit.*.

⁸⁹ HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

*criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos”.*⁹⁰

Ao falarmos das favelas, estamos estendendo a análise sobre seus moradores, sujeitos de nosso estudo, os estigmatizados. Goffman apresenta a elaboração do estigma a partir dos relacionamentos estabelecidos com ‘outras pessoas’, às quais inconscientemente fazemos exigências prévias de que essas ‘outras pessoas’ possuam determinados atributos que preencham tais exigências. No caso de não serem preenchidas, o indivíduo possui, então, características diferentes das que haviam sido previstas, sendo portador de um ou mais atributos depreciativos sendo, como consequência, estigmatizado. Ainda segundo Goffman, tenta-se racionalizar o estigma: “*Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social.*”⁹¹

No mesmo sentido, Norbert Elias e John Scotson apresentam o processo de estigmatização de um grupo como a representação que um determinado grupo social faz do outro, sempre a partir dos piores membros deste (os que tiverem comportamentos sociais mais reprováveis na perspectiva do grupo que estigmatiza), tomando o grupo todo por estes.⁹² É possível que grupos sociais em posição dominante imputem um *estigma* a outros, em posição inferior, no que esses acabem por introjetar tal estigma, daí a sua funcionalidade como um diferenciador social, onde outros critérios como renda ou instrução poderiam já não o fazer. Este fenômeno foi visto, por exemplo, pelos referidos autores na comunidade, por eles denominada, de Wiston Parva.

A análise de tais modos dos grupos operarem os estigmas será de grande valia ao lidarmos não só com as diferenciações internas na Cidade Alta, mas numa esfera mais ampla, na maneira que estes estigmas operam na cidade como um todo.⁹³

⁹⁰GOFFMAN, Erving. *Op. cit.*

⁹¹ *Idem.*

⁹² ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Op. cit.*

⁹³ Em relação às diferenciações internas é válido o seguinte trecho: “*A supremacia dos aspectos econômicos tem acentuação máxima quando o equilíbrio de poder entre os contendores é mais desigual. (...) Quanto menos isso acontece, mais claramente reconhecíveis se tornam outros aspectos não econômicos das tensões e conflitos.* ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Op. cit.*

A favela, desde sua origem, já possui estigmas a ela associados. Mais que isso, os estigmas são partes essenciais para a construção do conceito de *favela*, estando a ele associado de forma inexorável. Na sua própria essência, a *favela* é o estigma, pois aponta uma área urbana onde existem os sinais do que não deveria haver numa cidade que se queria moderna e/ou civilizada.

O estigma, no entanto, não é uma via de mão-única. Constitui-se numa relação social que é partilhada por diversos agentes, dentre eles, aqueles sobre quem o estigma recai. Lembrando que, para Bourdieu, as sociedades são dinâmicas, estando o *habitus* sujeito às mudanças nas quais as sociedades passam: *“Os ajustamentos que são incessantemente impostos pelas necessidades de adaptação às situações novas e imprevistas podem determinar transformações duráveis do habitus, mas dentro de certos limites: entre outras razões porque o habitus define a percepção da situação que o determina.”*⁹⁴

O estigma se muda do cortiço para a favela

A condição de área estigmatizada da favela foi herdada do cortiço⁹⁵, seu antecessor como local associado à pobreza urbana no Rio de Janeiro. Num artigo de autoria de um engenheiro/urbanista da Prefeitura de São Paulo, escrito em 1958, onde ele debate as políticas públicas para as favelas cariocas, as duas formas de moradias chegam a ser tratadas como sinônimos: *“Se o clero e a política intercederem a favor dos favelados, quem poderá sustar a insidiosa invasão dos cortiços, no dia de amanhã, nas áreas verdes remanescentes da Capital carioca?”*⁹⁶

Apesar disso, de fato era apenas pequena parte da pobreza urbana que residia no cortiço, como apontou Vaz: *“Os dados estatísticos indicam que, apesar de cerca de três quartos da população ser considerada pobre, apenas uma parte desta camada popular habitava os cortiços. Com efeito, apesar da pouca confiabilidade dos dados disponíveis, há entre eles uma certa coerência, pois apontavam para uma pequena, mas crescente, parcela de moradores em habitações coletivas: 9,65% da população em 1869; 11,72% em 1888 (estatísticas higienistas); cerca de 17% em 1890 (estimativa da construção civil);*

⁹⁴ BOURDIEU, Pierre. “Sociologia...”. *Op. cit*

⁹⁵ VAZ, Lílian Fessler. “Notas sobre o Cabeça de Porco...”. *Op. cit*

⁹⁶ GARCIA, Heitor Eiras. “Favelados”. *Notícias Municipais*, ano V, n. 26, jan-fev/1958. p. 18-19.

cerca de 20% em 1891 (estimativa higienista); aproximadamente 25% em 1890 (cálculos de estudos posteriores).’’⁹⁷

Havia nos cortiços, porém, como posteriormente nas favelas, pobreza suficiente para associá-los a todas as qualidades morais que davam aos pobres o epíteto de ‘*classes perigosas*’, e por isso, com necessidade de serem controladas.⁹⁸ Guardadas as devidas diferenças entre as duas formas de habitação, o cortiço era também estigmatizado. A ponto das campanhas para eliminá-los sagrarem-se vitoriosas, visto terem praticamente sumido da paisagem urbana.

O crescimento da cidade do Rio de Janeiro deu-se como uma opção clara em desconsiderar o direito à moradia (ou a determinado padrão de qualidade de vida) por parte dos mais pobres. Segundo Vaz: “*As estruturas físicas que, na sua decadência, abrigavam cortiços, passaram a ser substituídos por edifícios de escritórios (nas áreas centrais) e por edifícios de apartamentos (nos bairros). Neste ponto, pode-se perceber outra vez a relação entre a moradia das classes com poder aquisitivo e das classes sem poder aquisitivo.*”⁹⁹ Vemos que tal fenômeno era percebido por seus contemporâneos: “*Só se construíam habitações caras ou prédios de escritórios e só se demoliam casas velhas, baratas, transformadas em casa de cômodos, habitadas por muitas famílias.*”¹⁰⁰

Considerando ainda que, através do século XX, a produção de habitações no espaço urbano do Rio de Janeiro, pelo menos nas áreas de maior oferta de emprego, como Centro, Zona Sul e parte da Zona Norte (São Cristóvão, Tijuca, Méier) esteve ligada ao grande capital, com o poder público responsabilizando-se pela oferta dos bens de consumo coletivo,

⁹⁷ VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao Estudo da Produção e Transformação do Espaço da Habitação Popular. As Habitações Coletivas do Rio Antigo*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano. Rio de Janeiro: PUR/UFRJ, 1985.

⁹⁸ Para bibliografia sobre cortiços e habitação no início da República no Brasil ver: BENCHIMOL, Jaime Larry, *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano, Rio de Janeiro: PUR/UFRJ, 1982; CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril; cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁹⁹ VAZ, Lilian Fessler. “Novas questões sobre a habitação no Rio de Janeiro” In: XXI International Congress Latin American Studies Association (LASA), Chicago, 1998.

¹⁰⁰ Notas Editoriais. *Observador Econômico e Financeiro*, n. 102, jul. 1944 *apud* VAZ, Lilian Fessler. “Novas questões...” *Op. cit.*

muitas vezes seguindo a expansão urbana determinada pelos grupos privados, quase sempre voltados aos interesses de mercado.¹⁰¹

Ainda na década de 1940, aumentam os loteamentos nos subúrbios, o que se conjuga com uma maior ação do Estado responsabilizando-se em baixar os custos de reprodução da força de trabalho, incluindo aí a habitação, típico da Era Vargas. Uma das políticas implantadas é a construção, a partir de 1937, pelos Institutos de Aposentadoria e Previdência (IAPs) em conjunto com a Prefeitura do Distrito Federal, de quarenta e oito conjuntos habitacionais destinados aos trabalhadores durante as décadas de 1930 e 1940, dentre os quais: Padre Miguel, Realengo, Lins de Vasconcelos, Del Castilho, Penha, Irajá e Marechal Hermes. Desde 1939, os IAPs eram obrigados por lei a “*alocarem parte de seus recursos a áreas de grande interesse social*”.¹⁰²

Ao mesmo tempo em que o Estado promovia a construção de conjuntos habitacionais, o Decreto 6000 da Prefeitura do Distrito Federal, conhecido como Código de Obras, de 01/07/1937, para organização sistemática da ocupação e uso do solo do Rio de Janeiro combate as formas de moradias das classes pobres já existentes. O Código de Obras proíbe a construção de cortiços e estalagens, permitindo aos já existentes realizarem apenas pequenos consertos.

O Código de Obras inseria-se nas diretrizes traçadas pela Comissão de Elaboração do Plano de Melhoramentos do Rio de Janeiro. Esse plano seguia o ‘modelo’ discutido poucos parágrafos acima de adequar a cidade remodelando-a. A partir dele, foram realizadas importantes obras: como a avenida Brasil, importante artéria da cidade, ligando o centro às áreas industriais e às rodovias; a avenida Presidente Vargas no centro; o Corte do Cantagalo, na Lagoa; e a duplicação do Túnel Novo, ligando Copacabana a Botafogo; o aterro da Ponta do Calabouço, no centro; a urbanização da esplanada do Castelo; e o saneamento de áreas do subúrbio do Rio.

Enquanto os cortiços e casas de cômodo foram sendo eliminados da paisagem urbana, a favela constituiu-se como uma opção de moradia das classes pobres que não tinham acesso à *cidadania regulada* do Estado Novo.¹⁰³

¹⁰¹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (Org.) *Op. cit.*; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & PECHMAN, Robert Moses *O que é questão da moradia*. São Paulo: Nova Cultural / Brasiliense, 1985.

¹⁰² LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (Org.) *Op. cit.*

¹⁰³ O conceito de *cidadania regulada* é usado por Wanderley Guilherme do Santos para definir a maneira como os trabalhadores tinham direito às benesses promovidas pelo Estado Novo, consagrado através da

Dentro desta *cidadania regulada*, em alguns poucos casos, entre eles parte da Praia do Pinto chamada favela Largo da Memória, localizada onde hoje é o Largo da Memória Sérgio Vieira de Mello, os favelados foram removidos para os Parques Proletários, construídos no início da década de 1940 com amparo legal do Código de Obras no combate às favelas, que as considerava uma “aberração” e recomendava sua eliminação, bem como as instruções do relatório de Vitor Tavares Moura¹⁰⁴ da reeducação do favelado. O sociólogo Marcelo Burgos chama atenção para uma importante questão: a de que a “‘descoberta’ do problema favela pelo poder público não surge de uma postulação de seus moradores, mas sim do incômodo que causava à urbanidade da cidade.”¹⁰⁵ Vale dizer que esta lógica seria sina dos favelados nos diversos programas para as favelas que se seguiram, particularmente o que é o nosso foco, o programa CHISAM.

Uma vez mais, é preciso considerar o leque de opções aberto aos que escolheram morar em favelas (incluindo aí os migrantes atraídos pela maior oferta de empregos na cidade, promovida pela industrialização) que conciliavam proximidade da oferta de emprego e acesso a bens públicos.

A própria relação entre *migração e favelas* é mais uma mostra da necessidade de pensar a favela no tempo histórico. Fora das implicações subjetivas, se houve momentos em que a assertiva de que a população da favela era majoritariamente composta por migrantes rurais era falsa, também não podemos desconsiderar que, em outros, se aproximava da realidade. Para dar um exemplo, segundo o Relatório SAGMACS, usando dados do Censo de 1950, os cariocas eram 37% da população favelada, fluminenses 27%, mineiros 16%, enquanto que ‘nortistas’ (incluindo o hoje chamado Nordeste) eram 9%¹⁰⁶. Na primeira década do século XXI chama atenção ainda uma forte presença de migrantes em algumas favelas cariocas. Segundo o Censo 2000, nas Regiões Administrativas da

Carteira de Trabalho, exposto da seguinte forma: “*Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional.*” SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

¹⁰⁴ MOURA, Vitor Tavares. *Favelas do Distrito Federal*. Aspectos do Distrito Federal, Rio de Janeiro: Sauer, 1943.

¹⁰⁵ BURGOS, Marcelo Baumann. "Dos Parques-proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro". In: ALVITO, Marcos & ZALUAR, Alba (orgs.) *Op. cit.*

¹⁰⁶ *Revista Brasileira de Estatística* n. 55, jul/set de 1953 *apud Aspectos Humanos da Favela Carioca*. São Paulo: SAGMACS, 1960.

Rocinha e da Maré, respectivamente, 34,8% e 30,5% dos moradores são de origem nordestina.¹⁰⁷

Devemos pensar o quanto as favelas não foram favoráveis à lógica do sistema econômico da produção e mercado de habitações na cidade? Extingui-las, pois, acarretaria pôr a nu uma crise crônica de habitação, que inviabilizaria a própria expansão urbana sem que se questionasse profundamente o modelo vigente. Carlos Nelson Ferreira dos Santos argumenta que, por mais que as favelas negassem o conceito de propriedade (em relação à questão fundiária), fossem sinais de desordem, na medida que contradiziam as leis e a disciplina, mas “*mostrando junto nos redutos de ‘progresso’, que há um **outro lado** indispensável à sua viabilização.*”(grifo do autor).¹⁰⁸

Assim, a própria expansão urbana promovida pelo capital cujas habitações são voltadas para as classes mais altas, torna-se um atrativo para o surgimento de favelas, pela oferta de empregos, bem como a maior oferta de serviços públicos (como rede de saúde e escolas) que seguia essa expansão, fato percebido pelo Censo de Favelas do Distrito Federal de 1949: “*Esses núcleos se instalam nos morros de acesso penoso, incrustados nos bairros de maior atividade.*”¹⁰⁹ A constatação é reforçada na década de 1960 por um estudo de Lucien Parisse.¹¹⁰ A alternativa posta aos favelados eram as áreas mais ‘distantes’ dessa oferta de empregos.

Segundo Carlos Nelson: “*A década de cinqüenta assiste a verdadeira explosão de oferta de lotes nos mercados urbanos. Lotes distantes, sem condução, sem água, sem luz, sem esgoto, mal servidos por equipamentos públicos e que, por estas razões, custarão pouco. Terrenos adequados à demanda dos pobres que tratarão de ocupá-lo nas décadas seguintes.*”¹¹¹

¹⁰⁷ “Onde o Rio é mais nordestino” *O Globo*, 20/05/2005.

¹⁰⁸ FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. “Em trinta anos passou muita água sob as pontes urbanas”. *Revista Espaço & Debates*, n. 11, 1984. p. 28-40.

¹⁰⁹ PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Censo das favelas: Aspectos gerais*. Rio de Janeiro: Secretaria Geral do Interior e Segurança, Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

¹¹⁰ PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro: evolução, sentido*. Rio de Janeiro: CENPHA, 1969. (Cadernos do CENPHA 5).

¹¹¹ SANTOS, Carlos Nelson F. dos. “Condomínios exclusivos – o que diria a respeito um arqueólogo?” *Revista de Administração Municipal*. n.160, jul./set. 1981. p. 6-29.

Ao falarmos de ‘distância’ na cidade, devemos ter em conta que a cidade surgida e/ou transformada pelo ambiente da Revolução Industrial vivencia, como é descrito de forma sucinta por Leonardo Benevolo, um intenso crescimento demográfico e uma ampla redistribuição de habitantes por um maior território, que é possibilitada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação: *“Estes meios permitem uma mobilidade incomparavelmente maior: todas as mercadorias, mesmo as pesadas e pobres, podem ser transportadas para os locais onde são solicitadas; as pessoas de todas as classes sociais podem fazer longas viagens, ou morar num lugar e trabalhar em outro, deslocando-se a cada dia ou a cada semana.”*¹¹²

Dito isso, vemos que no Rio de Janeiro, o sistema de transportes coletivos não contou com um planejamento que acompanhasse o crescimento da cidade. Na década de 30, o Plano Agache¹¹³ previa uma integração entre trens, metrô e os bondes. E, principalmente, os zoneamentos entre áreas residenciais, governamentais, comerciais e industriais. No entanto, o plano não foi seguido pelas autoridades, de modo que, já em 1960, o arquiteto Hélio Modesto detectava os problemas de tráfego e do sistema de transportes coletivos (e mesmo individual) na cidade do Rio de Janeiro: *“Para suprir a deficiência da linha férrea, teve o transporte rodoviário um grande desenvolvimento. O sistema viário existente, falho em ligações de longa distância, sofreu uma enorme sobrecarga (...) O sistema viário, previsto sem uma classificação hierárquica das vias, todas com largura deficiente, inúmeros cruzamentos (...) entrou em colapso (...) Congestionou-se o tráfego. Aumentou o tempo consumido nos movimentos diários da população.”*¹¹⁴

Também na década de 1960, surge o Plano Doxiadis, encomendado pelo Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, em que o próprio Hélio Modesto, da equipe do Relatório SAGMACS, participou de sua elaboração. O plano previa a expansão da cidade do

¹¹² Ver BENEVOLO, Leonardo. *Op. cit.*

¹¹³ O Plano Agache foi um ‘precursor’ plano diretor para a cidade do Rio de Janeiro, encomendado pelo prefeito do então Distrito Federal, Antonio Prado Júnior, ao urbanista francês Alfred Agache. AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro, remodelação, extensão e Embelezamento (Plano Agache)* Paris: Foyer Brésilien, 1930.

¹¹⁴ MODESTO, Hélio. “A urbanização do Distrito Federal e sua repercussão sobre o problema das favelas”. In: SAGMACS. *Op. cit.* Hélio Modesto foi arquiteto e no novo Estado da Guanabara, coordenou a equipe brasileira durante a elaboração do Plano Doxiadis (1963-64), tendo ainda elaborado planos urbanísticos para várias cidades brasileiras. Ver: LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.) *Urbanismo no Brasil. 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/ FAUUSP/ FUPAM, 1999.

Rio de Janeiro em direção à Zona Oeste através de dois principais eixos, sendo um no norte, através da avenida Brasil, onde ficariam os bairros proletários e as indústrias; e outro no sul, sendo a avenida das Américas e a auto-estrada Lagoa-Barra a via principal para bairros residenciais destinados às classes de maior poder aquisitivo. O plano Doxiadis privilegiava o sistema viário ao invés do ferroviário, prevendo a construção de grandes vias expressas. O balanço é que além do automóvel (acessível a poucos), os ônibus tornaram-se a principal forma de deslocamento na cidade, através das grandes obras de viação feitas por Lacerda, como a duplicação da avenida Brasil, o Aterro do Flamengo, os túneis Rebouças e Santa Bárbara e dezenas de viadutos.¹¹⁵ Vale considerar que esse plano enfatizava a descentralização urbana, com núcleos residenciais próximos aos mercados de trabalho, o que não necessariamente foi feito.

De qualquer modo, nota-se a permanência das grandes ‘distâncias’ como marca da cidade do Rio de Janeiro, conforme inúmeros incidentes envolvendo os transportes coletivos na Região Metropolitana na primeira década do século XXI têm demonstrado.¹¹⁶

Favela: algumas questões

Passemos a algumas questões que este estudo tenta, quando não der conta de respondê-las, ao menos indicá-las. A primeira consideração a ser feita é que historicizar o debate sobre a favela é fundamental. No dizer de Aldo Rossi: “*Muitas vezes perguntei-me por que somente os historiadores nos pintam um quadro completo da cidade; creio poder responder que isso acontece porque os historiadores cuidam do fato urbano na sua totalidade.*”¹¹⁷

Para exemplificar, abordemos a relação *favela-pobreza*. Parte significativa da produção acadêmica hoje combate a idéia, com justiça, da favela como *locus da pobreza*, ou pelo menos, o uso indiscriminado dessa idéia a toda e qualquer favela.¹¹⁸ Além das melhorias advindas da posse da terra e da urbanização, percebe-se também uma melhoria no

¹¹⁵ PEREZ, Maurício Dominguez *Lacerda na Guanabara - A Reconstrução do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2007.

¹¹⁶ Dentre as inúmeras reportagens que poderiam ser citadas, ver: “Falta de investimentos após concessões leva caos aos transportes de massa” *O Globo*, 26/04/2009.

¹¹⁷ ROSSI, Aldo. *Op. cit.*

¹¹⁸ GRZYNSZPAN, Mario & PANDOLFI, Dulce. *Op. cit.*; VALLADARES, Lícia do Prado. “*Que favelas são...*” *Op. cit.*

padrão de vida em muitos moradores na renda, no padrão de consumo, no acesso a bens e no maior grau de instrução. Enfim, aponta-se a existência do surgimento de uma classe média que habita as favelas, chegando-se até mesmo a apontar a existência de ‘empresários do morro’.¹¹⁹

É necessário questionar se a novidade está no fenômeno de haver melhorias no padrão de vida de moradores de favela, afinal, historicamente, elas serviram aos moradores, migrantes ou não, como ‘ponto de partida’ ou ‘reserva estratégica’, ou se está no fato de que, mesmo apresentando melhoria em suas renda, parte dos moradores tenha optado por permanecer na favela. Maria Laís Pereira da Silva apontou que no Relatório elaborado por Vitor Tavares Moura, ainda na década de 1940, este apresentava, entre diversas diferenciações de ordem moral, associativa, cultural, etc, também havia distinções quanto à renda dos moradores das mesma favela ou de favelas localizadas próximas umas das outras.¹²⁰

As transformações ocorridas na favela, particularmente quanto à garantia da posse da terra e a partir desta, o fim da incerteza se valeria investir numa moradia que poderia ser removida, devem ser considerados como motivadores para a permanência dos moradores nas favelas, ainda que tivessem a possibilidade de habitar no ‘asfalto’. Opção que não existia antes das mudanças na conjuntura nacional ocorridas na virada da década de 1970 para 1980, quando o fantasma da remoção pairava sobre as favelas e investir na melhoria das habitações era arriscar perder o investimento, de modo que a favela, para aqueles que queriam ‘melhores’ condições de moradia, era uma opção provisória/transitória.

Vemos como um processo político, que sejam as disputas entre as forças políticas na conjuntura de redemocratização do país e com o movimento comunitário das favelas cariocas em crescente processo de mobilização trouxe alterações marcantes na morfologia das favelas e, inclusive, em padrões de consumo e renda dos favelados.

Para uma análise sem maniqueísmos é necessário considerar que os moradores de favelas nem são pobres vítimas inocentes de sistemas ao qual não compreendem porque são impedidos de enxergar a verdade; nem são agentes que entendem perfeitamente o sistema e

¹¹⁹ Pesquisa do IBPS (Instituto Brasileiro de Pesquisa Social) revelou que 8% dos moradores de favelas por eles entrevistados tem rendimentos mensais acima de cinco salários-mínimos (mais de R\$ 2076). Ver: IBPS. *PSM-003/08-RIO – Pesquisa social de base municipal – Rio de Janeiro resultados gerais* / Agosto de 2008.

¹²⁰ PEREIRA DA SILVA, Maria Laís. *Favelas Cariocas – 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005

o manipulam conforme suas possibilidades; ou ainda, nem são desajeitados ao trabalho, à ética e às regras de civilização, sendo a favela, por isso, o território da anomia.

Dito isso, é necessário considerar que a favela, por sua especificidade, possibilita determinadas práticas e comportamentos que (considera-se) seriam reprováveis no asfalto. Que seja o gato de luz que permite enfrentar o verão carioca com um ar-condicionado ligado o dia inteiro¹²¹, o acesso à internet ou tv-a-cabo a preço bem mais acessível; a ampliação da casa sem taxas e burocracias; entre outros.

A opção de morar na favela também não deve ser idealizada. Se há a preocupação, justificada, de superar o estigma pobreza/marginalidade que os favelados carregam, também não podemos ir para o outro extremo e no intuito de defender um tratamento respeitoso às populações faveladas, acabe-se por obscurecer as desigualdades que ainda permanecem, por exemplo, quanto ao acesso a direitos civis. No fim das contas, a atuação da polícia na Rocinha é diferente da atuação em São Conrado¹²², bem como a maior parte das favelas sofrem com a atuação das quadrilhas ligadas ao tráfico de drogas, e a violência urbana atinge mais drasticamente essas áreas, o que faz com que muitas famílias pensem em deixar as favelas.¹²³

Por último, deve-se considerar ainda que, apesar da existência de todas as melhoras em várias favelas, ainda existem outras em que permanecem as condições de precariedade que definiram favela como um *locus* de pobreza. E, mesmo nas favelas cujas transformações são notáveis, coexistem áreas ‘boas’ e ‘ruins’ (na falta de um termo melhor).

¹²¹ A mesma pesquisa do IBPS revelou que “64,8% pagam mais de R\$ 30,00 por mês de energia elétrica. 21,1% pagam menos de R\$ 30,00 por mês. 8,1% não pagam nada” (IBPS. PSM-003/08-RIO. Agosto de 2008). Para ilustrar, uma professora de uma escola localizada numa das mais famosas favelas da zona norte do Rio de Janeiro contou ao autor que, certa vez, um aluno reclamava repetidamente durante a semana do calor, que nem estava tão forte assim, segundo ela. Ao questionar ao aluno por que ele estava sentindo tanto calor, o aluno, morador na favela (e de profissão dos pais conhecida pela professora) disse que na casa dele os dois aparelhos de ar-condicionado ficavam ligados o dia inteiro. Essa história serve apenas para ilustrar nossa discussão. Não significa que pensamos ser o conforto uma exclusividade de quem possa pagar.

¹²² Esta percepção pode ser confirmada na frase do Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, que disse que “*Um tiro em Copacabana é uma coisa. Na Favela da Coréia é outra*”. (“Beltrame: ‘Um tiro em Copacabana é uma coisa. Na Favela da Coréia é outra’. OAB critica diferenciamento” *O Globo*, 23/10/2007).

¹²³ Entre os vários efeitos deletérios do tráfico na qualidade de vida dos moradores de favelas, temos ainda este, conforme reportagem do portal de notícias G1: “RJ: criança que mora em área de risco tem notas mais baixas” *Portal G1*: 02/04/2009 g1.com_ Consulta em 02/04/2009.

Além disso, a bibliografia sobre o tema é consensual que as favelas mantêm seu *status* de área segregada/marginalizada. A análise de Machado da Silva é precisa quanto a este ponto. Segundo o autor pode-se, com muita cautela, afirmar que “*A favela venceu. Mas e os favelados? _ segundo este autor, eles permanecem_ “portadores de uma cidadania restrita, hierarquizada e fragmentada (...) a ‘vitória da favela’ ocorreu à custa da constituição de uma categoria social subalterna, cuja intervenção na cena pública, duramente conquistada, não mexeu no padrão de sociabilidade urbana, pouco alterando sua posição relativa na estratificação social e seu papel como força social.”*”¹²⁴

Em que pese todas as mudanças e a multiplicidade que a favela possui, o que determinadas localidades teriam em comum para serem consideradas favelas? Enfim, o que conforma uma favela? Queremos trabalhar aqui a questão de qual sociedade está produzindo um determinado espaço urbano estigmatizado, onde seus moradores sofrem com o *estigma*, que não é uma condição inata. O estigma de favelado pode ser superado com a simples mudança do local por parte do morador e desde que este mantenha segredo sobre sua origem.

Devemos pensar o estigma numa relação dialética. Ele dá-se tanto com os supostos sinais que o estigmatizado possui quanto com o que os que lêem o estigma (no caso, qualificam determinada característica ou conjunto delas como estigma) atribuem, a partir de *seus* valores, como algo negativo. Para Goffman: “*antes que se possa falar de graus de visibilidade, deve-se especificar a capacidade decodificadora da audiência.*”¹²⁵

A partir dessas reflexões podemos pensar o quão abstrato é o conceito de favela, pois vimos que, assim como parte da cidade atribui ao complexo da Cidade Alta o estigma de favela, moradores se diferenciam internamente atribuindo um ao outro o estigma de favelado. O que significa que não é simplesmente na favela que encontraremos o ‘problema’, mas na sociedade que produz uma diferenciação.

Diferenciação essa que retoma, sob novas roupagens, hierarquizações sociais onde são definidos espaços para ricos e pobres. O fato de haver ter surgido/permanecido uma classe média nas favelas, até porque minoritária, não foi suficiente para romper com essa hierarquia, reforçada, entre outras maneiras, na forma do estigma de favelado, e da favela como ‘problema’.

¹²⁴ MACHADO DA SILVA, Luís Antônio. “*A continuidade do ‘problema’...*” *Op. cit.*

¹²⁵ GOFFMAN, Erving *Op. cit.*

Trajetória e atualidade do estigma

A sociedade e o Estado lidaram com o fato urbano *favela* considerando-a um ‘problema’ a ser resolvido, definindo assim sua condição de ilegalidade e/ou irregularidade. Intrinsecamente seus moradores são considerados marginais por ocuparem a cidade desse modo ilegal e/ou irregular (além de toda uma gama de preconceitos quanto às suas qualidades morais). Vejamos, através do tempo, as impressões sobre as favelas e seus moradores.

Em 1923, Orestes Barbosa descrevia a favela: *“As amantes dos moradores da favela vivem, de dia, quase em ociosidade. De quando em quando, uma delas surge, de uma biboca, com uma lata d’água à cabeça. E nisto consiste a maior ocupação das famílias daquele bairro. Não têm casa para arrumar. Os filhos não vão ao colégio. Não há também muita roupa para lavar.”*¹²⁶

Em 1940, Vitor Tavares Moura cita em seu relatório as impressões de um funcionário do governo sobre o morro da Favela: *“A vida lá em cima é tudo quanto há de mais pernicioso. Imperam os jogos de baralho, de chapinha, durante todo o dia, e o samba é a diversão regada a álcool. Os barracões, às vezes com um só compartimento abrigam, cada um, mais de uma dezena de indivíduos, homens, mulheres e crianças, em perigosa promiscuidade. Há pessoas que vivendo lá em cima, passam anos sem vir à cidade e sem trabalhar.”*¹²⁷

Em 1960, aproximando-se do período que as remoções tornar-se-ão uma política de Estado, a favela tinha sua imagem consolidada como: *“A presença no agregado urbano, contrastando com seus padrões de conforto e civilização, de indivíduos subnutridos, ignorantes e socialmente desajustados.”*¹²⁸

Pouco tempo antes da “Era das Remoções” ocorrida na virada da década de 1960 e 1970, que trataremos no próximo capítulo, por ocasião das chuvas de 1966 e 1967, que deixaram centenas de mortos no Rio de Janeiro, um editorial do Jornal do Brasil defendia a remoção de favelas cobrando ao governador da Guanabara de então, Negrão de Lima, que enfrentasse a questão de maneira decidida, traçando curioso paralelo sobre a imagem internacional do Rio em dois momentos, associando as favelas a uma doença: *“O Rio é*

¹²⁶ BARBOSA, Orestes. “A Favela.” (1923) *Rio Estudos*. n. 215, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/ Comunicação Social, 2006.

¹²⁷ MOURA, Vitor Tavares. *Op. cit.*

¹²⁸ SAGMACS. *Op. cit.*

*hoje conhecido internacionalmente pelas favelas, como no passado, o seu traço negativo, aos olhos do mundo, era a febre amarela. Um dia, a administração pública decidiu enfrentar e resolver o problema da febre amarela. Mas ainda não apareceu um governo com a decisão de passar à História pela capacidade de extinguir as favelas.”*¹²⁹

Passado o período das grandes remoções, já em 1984, ao analisar a mudança na forma do Estado abordar as favelas, percebida através da diferença entre o Censo das Favelas do Distrito Federal, publicado em 1949, que fora realizado pelo Departamento de Geografia e Estatística e pela Secretaria de Segurança; e o Cadastro de Favelas do Rio de Janeiro, de 1982, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e do Instituto de Planejamento Municipal (IplanRio), Ferreira dos Santos destacava, com otimismo, uma mudança: “*A moradia dos mais pobres passa da prateleira dos assuntos policiais às da temáticas de interesse social.*”¹³⁰

Não se trata de apontar erros na análise de Ferreira dos Santos, mas de datá-la. Pois, se é verdadeiro que a forma do Estado abordar o tema favela ganhou maior profundidade, ampliando, principalmente a partir da década de 1980, o escopo da ação estatal, não se limitando apenas à questão da segurança pública, não é possível desconsiderar que ainda existem na sociedade, e com força, vários discursos que defendem a abordagem do tema ainda sob essa perspectiva, e com os moradores de favela figurando com os mesmos rótulos que os acompanharam através da história.

Mesmo com as favelas através do século XX e nesta primeira década do século XXI tendo passado por profundas modificações, permanece no senso comum estigmas sobre o significado do que é favela. Um estigma que oscila, ganha força, adquire novas roupagens, e que de um modo ou outro permanece.

Para exemplificar, em recente matéria extraída do sítio eletrônico do jornal O Globo¹³¹, onde era tratado o tema da remoção a partir de declarações do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes e do vice-Governador Luiz Fernando ‘Pezão’, vemos, através de comentários de alguns leitores, que no ano de 2009 existem discursos sobre a favela que compartilham os mesmos pressupostos dos escritores de um século atrás:

“...Eliminação imediata das favelas é uma necessidade e um direito de quem paga os impostos.” (JonasBarros)

¹²⁹ “Vitrine da miséria” *Jornal do Brasil*, 15/01/1966.

¹³⁰ FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. “*Em trinta anos...*” *Op. cit.*

¹³¹ “Pezão afirma que comunidades apóiam projetos de remoção” *O Globo*, 14/04/2009.

“Temos que cobrar do prefeito e do governador a contenção destas pragas que inundaram a nossa cidade que são as favelas, e as invasões dos espaços públicos.” (Lubisomem02)

“Ideal [é] transferir as favelas para outros locais do Brasil, na fronteira de nosso país, tirando camada da população pobre do Rio. Tem muita área despovoada [que] essa população poderia ocupar, Exemplo: acabar com favela da Rocinha [e] mandar seus moradores para região de Mato Grosso, que [é] pouco povoado. Melhoraria a saúde e investimento do município do Rio. Essas áreas onde eram favela seria criados condomínios de luxo.” (Brandolee)

“Favela é a pior coisa que possa existir numa cidade. O Rio de Janeiro se tornou uma cidade legal cercada por favelas, que significam tudo de ruim e ilegal. A favela não respeita o meio-ambiente, é centro de tráfico de drogas, é sinônimo de roubo de luz e tv a cabo. Favela significa falta de esgoto e bandidagem (?). Remoção de favelas é uma obrigação dos governantes, que não o fazem por covardia e falta de respeito aos contribuintes.” (Marcelo Martin Amaral)

“O morador da favela, em sua maioria, tem dinheiro para fazer churrasco, beber muita cerveja, comprar DVD, televisão LCD, som de última geração e até para outras extravagâncias; só não [tem] dinheiro para rebocar e pintar suas casas, aí fica aquela coisa feia no meio da cidade que mais parece um galinheiro. Favela feia não é por falta de recursos, é desleixo e relaxamento mesmo de moradores que não têm a menor preocupação com a cidade. Quando não se paga, não se dá valor. Elas devem ser removidas.” (Antonio Fortes de Carvalho)¹³²

A permanência dos estigmas que pairam sobre as favelas possibilita assim, o invariável retorno à sociedade do tema da remoção como ‘solução’. Após os conflitos ocorridos entre quadrilhas na Rocinha durante a Semana Santa de 2004, o editorial (Opinião) do jornal O Globo (de 14/04/2004), sobre o episódio defende uma série de medidas para combater a violência, entre elas temos: *“A ocupação do solo nas grandes cidades também deve ser revista, e a localização de algumas favelas, repensada”*. Mais

¹³² Em parênteses, o modo como estes leitores se identificaram. Cabe dizer que, ao trabalharmos aqui com comentários de leitores do sítio eletrônico, não estamos considerando questões quantitativas acerca da opinião dos leitores de O Globo, até por que há a tendência de ser um público mais homogêneo. Queremos mostrar aqui somente a existência de certa opinião difundida na sociedade.

enfático foi o editorial do Jornal do Brasil (de 17/04/2004), com o título “*Favelas: Agenda Maldita*”, que após dizer que Carlos Lacerda foi o último político a enfrentar a questão da favela, o editorial afirma categoricamente, como uma das medidas a serem tomadas para resolver a questão da segurança: “*Não há mais como fugir de um programa sério de longo prazo que passe pela remoção da favela.*”



No dia 12 de abril de 2009, O Globo publicou em manchete de primeira página (imagem abaixo) frase em que o prefeito do Rio, Eduardo Paes, relativizava a política de remoções. A edição desse dia culminava série de reportagens onde a remoção de favelas era tratada de forma positiva. Como podemos ver no texto abaixo da manchete: “*A partir dos anos 80, a expressão remoção de favelas passou a ser estigmatizada como uma prática autoritária do passado. (...) Sem elas, a Lagoa, por exemplo, poderia ter se transformado num grande complexo de favelas. Projeções indicam que o entorno da Lagoa teria hoje cerca de cem mil pessoas em favelas.*” Na reportagem, uma das matérias (“*Remoções salvaram*

a paisagem da Lagoa”) chega a usar o recurso de computação gráfica em imagens que mostram os morros da Lagoa cobertos de favelas, caso as remoções não tivessem ocorrido. Em ocasião anterior, lê-se na cabeça de uma matéria a cifra projetada pelo Globo para o número de favelados na Lagoa, com a reportagem baseando suas projeções de acordo com o crescimento demográfico da Rocinha: “*Sem remoções, bairro teria 162 mil favelados*”. Já no corpo da mesma matéria, é apresentado que caso o crescimento se desse de acordo com o crescimento da favela Santa Marta, localizada próxima à Lagoa, o número seria quatro vezes e meio menor: “*seriam 36 mil favelados no contorno da Lagoa.*”¹³³

A favela como contraponto à ‘natureza’

É preciso fazer um grande esforço a fim de ‘desnaturalizar’ uma lógica de que há formas ‘corretas’ e ‘erradas’ de se morar na cidade. E que, as ‘formas erradas’ (para quem? para quê?) devem ser, portanto, combatidas, eliminadas ou ‘consertadas’.

¹³³ “As favelas que tomavam o cenário da Lagoa” *O Globo*, 30/10/2005

Mesmo quando a favela era vista com relativa condescendência, como durante o segundo período de Vargas na presidência (1950-1954), num documento da Subcomissão de Favelas, ligada ao Ministério do Trabalho, de 1952, vemos que a concepção que guia as autoridades desta subcomissão, ao falarem das causas de existência da favela, é de que a favela era um ambiente que propiciava a permanência de hábitos já arraigados nos favelados, pelo suposto fato de serem migrantes rurais: “*Conforme os maus hábitos já adquiridos de morar, sem qualquer preocupação de higiene e conforto, contentam-se em residir em ‘barracos’, ‘mocambos’, ou ‘malocas’ que se achem mais perto do seu local de trabalho.*”¹³⁴

Não se trata aqui de cair numa aventura pós-moderna e poder relativizar, inclusive, condições de moradia longe dos padrões de vida possíveis no Brasil do século XXI. Mas de se questionar um sistema que figura como natural, e por isso o correto, e que, dentro dele, formas de moradia, ou de se conseguir uma moradia são consideradas inadequadas. E, a partir disso, os que fogem dessa ‘lógica natural’, são elementos perigosos, ilegais, ilegítimos, a quem se deve controlar a fim de que as coisas retomem o eixo normal.

O estigma é largamente utilizado até mesmo por aqueles sobre o quais recai. Por tratar-se de uma acusação de um comportamento ‘desviante’, o ‘favelado’ pode se livrar do estigma sem que a construção social que estabeleceu os parâmetros do que seja ‘favelado’ tenha sido alterada. É uma condição diferente do deficiente físico, do negro, da mulher, ou outras categorias socialmente estigmatizadas.

A superação do estigma, nestes casos, via de regra, tratar-se-ia de modificar a percepção social sobre a categoria ou, no mínimo, individualmente, quando o indivíduo puder ser aceito ‘apesar de’ ser membro de um grupo estigmatizado, que de qualquer forma, não deixaria de causar alterações na percepção social, ainda que sutis.

Já a fluidez da categoria de favelado, permite que indivíduos se julguem não serem enquadrados nela, através de uma série de critérios próprios a cada um. Isto explica a vitalidade do conceito, pois ele é reproduzido em diversas escalas, inclusive dentro da própria localidade à qual o ‘externo’ estigmatiza como favela.

Enfim, o favelado é sempre o outro. O que serve, ao ser comparado, para o acusador se auto-definir como superior, em detrimento do que foi rebaixado por sua

¹³⁴ SUBCOMISSÃO DE FAVELAS. *Semana de estudos: favelas*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Bem-Estar Social, 1952.

identidade estigmatizada. A comparação reforça hierarquias, estabelece parâmetros de comportamentos e define o que é ‘normal’ na cidade.

Estudar a história do processo de remoções de favelas das décadas de 1960 e 1970 e a trajetória da Cidade Alta (e o que a constitui, inclusive), é entender como a cidade do Rio de Janeiro lidou com a parte da sua população que morava nas favelas. E, a partir de diagnósticos e propostas executadas pelos governos Federal e Estadual, e em que medida isso alterou a ‘lógica’ da cidade.

E finalmente, qual cidade surgiu desse processo. Interessa aqui é compreender os processos que fizeram com que um programa que visava fazer a cidade ‘voltar à normalidade’, erradicando as favelas, acabasse criando áreas que carregam o estigma de favela, no que o estudo de caso da Cidade Alta nos fornece preciosos elementos para historicizar a cidade.

CAPÍTULO 2

A ERA DAS REMOÇÕES:

O ESTIGMA DE ‘FAVELADO’ COMO POLÍTICA DE ESTADO E AS REMOÇÕES DE FAVELAS NO RIO DE JANEIRO NAS DÉCADAS DE 1960/70

Cena 2: Nascido e criado na Praia do Pinto, tinha costume de ir à praia do Leblon e ter diversos amigos moradores do bairro. Numa noite, quando tinha 18 anos, viu o incêndio consumir sua casa e as de seus vizinhos. Achava que os bombeiros, que demoraram a chegar, ao invés de apagarem o fogo, pareciam estar aumentando-o, pois quando jogavam água, as chamas subiam. Dois dias depois, estava no caminhão, com mais duas famílias que levavam consigo o que haviam conseguido salvar no incêndio. Da avenida Brasil, avistou o conjunto de prédios, no alto de um pequeno morro. Não fazia idéia de onde estava, mas achava que era longe. Sua mãe pensava que a vida poderia melhorar: estavam indo para um apartamento de dois quartos, com paredes de concreto, cozinha, banheiro... que diferença do ‘barraco’ de madeira, sem esgoto e próximo do banheiro comunitário, cujo cheiro era insuportável! O pai preocupava-se: como chegaria ao trabalho de porteiro em Copacabana às 7 horas?

O remocionismo

Na década de 1960, a política de segregação espacial da cidade tomou proporções inéditas, removendo os favelados das áreas centrais da cidade, particularmente na valorizada Zona Sul, e transferindo-os para terrenos vazios na periferia, a algumas dezenas de quilômetros do centro da cidade e de seus antigos empregos. Este período pode ser caracterizado como a ‘era das remoções’, quando foi implementada uma política sistemática de erradicação das favelas.

O período remocionista trouxe uma mudança drástica na relação entre Estado e favelas. Principalmente a partir de 1969, no contexto ditatorial, a remoção, ameaça sempre presente na vida das favelas, pôde ser executada com força total, garantida por uma repressão nunca vista antes. O poder do voto, que anteriormente havia sido utilizado pelos favelados através de diversas estratégias de sobrevivência, estava bastante enfraquecido, e os favelados viam drasticamente reduzidas suas margens de manobra para se contraporem aos interesses envolvidos na erradicação das favelas.

Cidade e urbanismo no pós-guerra: ‘o que fazer com a favela’?

No Brasil, desde o Estado Novo, as políticas voltadas para as favelas passaram a constar na agenda de todos os governos, inclusive pelo peso que o ‘problema favela’ ganhou pela intensa e crescente urbanização do Brasil nesta época, fruto da industrialização acelerada a partir das décadas de 1930 e 1940. Num curto intervalo de tempo, de 1946 até 1960, diversas medidas e vários órgãos voltados a esta questão, foram criados pelo Estado ou com apoio deste: a Fundação da Casa Popular; Fundação Leão XIII; comissões da prefeitura do Distrito Federal e do governo federal voltadas para o tema; o Serviço de Recuperação de Favelas; a Cruzada São Sebastião; e o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas). Em comum, a tentativa de controlar e dar uma ‘solução’ ao ‘problema’ favela.¹³⁵

Isso figura de forma clara no já referido documento, de 1952, da Subcomissão de Favelas da Comissão Nacional de Bem-Estar Social, entre as causas para o surgimento e expansão das favelas se davam: “*pelo desajustamento entre o crescimento demográfico das cidades e o reduzido número de construções de baixo custo; a desproporcionada imigração de elementos vindos de toda parte do interior do país, sem empregos certos ou profissões definidas.*”¹³⁶

Debatia-se na imprensa, entre autoridades, em conferências, o por quê do problema? Quais eram as causas? Percebemos algumas linhas gerais nos diagnósticos sobre as causas da favela e as ações sugeridas e/ou executadas.

Para alguns, a favela era vista como uma patologia urbana, cujas razões da existência são atribuídas aos favelados em si, afeitos a costumes exóticos e que não partilhavam os valores da civilização, entendida aqui como a *cidade*. Era comum, por exemplo, vários programas para as favelas terem, como uma das propostas a serem executadas, que os migrantes fossem ‘enviados de volta para seu estado de origem’.¹³⁷

¹³⁵ Para um histórico destas ações, ver BRUM, Mario Sergio. ‘O povo acredita na gente’: *Rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990*. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: PPGH/UFF, 2006.

¹³⁶ SUBCOMISSÃO DE FAVELAS. *Semana de estudos: favelas*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Bem-Estar Social, 1952.

¹³⁷ Essa proposta foi feita por: MOURA, Vitor Tavares. *Op. cit.*; pela comissão municipal criada pelo Prefeito do Distrito Federal, Mendes de Mores, em 1947. E ainda, em 1952, o jornal Correio da Manhã, num artigo intitulado “O Plano das Favelas”, apontava quatro soluções para as favelas: construção de

Em outra vertente, mais moderada, considerava-se que a favela era um fruto indesejado, mas inevitável, do intenso e rápido processo de urbanização vivido pelo Brasil, similar ao que ocorreu nos países capitalistas centrais, como Estados Unidos e Europa e aqui, assim como lá, seria necessário recorrer a fortes intervenções urbanas a fim de ‘reordenar’ a cidade. Isto figura de maneira clara no já citado Censo das Favelas de 1949, da Prefeitura do então Distrito Federal, a favela é tida como: “*Fenômeno característico do rápido crescimento contemporâneo dos centros urbanos em consequência da Revolução industrial.*”¹³⁸

A cidade começara a ser tomada como objeto de estudos e políticas públicas sob o paradigma modernizador. Desde o início do século XX, arquitetos como Walter Gropius, Le Corbusier, entre outros, defendiam que a cidade inteira deveria ser planejada e racionalizada, a partir das várias funções da vida urbana: habitar, trabalhar, circular, cultivar o corpo e o espírito.¹³⁹

A construção de conjuntos habitacionais se insere nesta lógica de cidade planejada e do Estado garantir moradia digna à sua população mais pobre, a exemplo do Boundary Estate, inaugurado ainda em fins do século XIX em Londres. Também o *New Deal* da presidência Franklin Roosevelt nos Estados Unidos, tinha como uma de suas principais bandeiras a construção de conjuntos habitacionais, com algumas similaridades aos IAPs no Brasil. No pós-Segunda Guerra Mundial, a reconstrução das cidades européias destruídas intensificou a construção deles¹⁴⁰. No caso do Rio de Janeiro, salvo as experiências dos IAPs, Parques Proletários e da Cruzada São Sebastião¹⁴¹, os conjuntos habitacionais ainda não haviam se firmado como uma política pública.

bairros populares; concessão de crédito aos trabalhadores para aquisição de casa própria; envio dos desocupados para o campo; e tratamento especial para os marginais (*apud* LOBO, Eulália *et alli Op. cit*).

¹³⁸ PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, *Op. cit*

¹³⁹ BENEVOLO, Leonardo. *Op. cit*

¹⁴⁰ BONDUKI, Nabil *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade / FAPESP, 1998.

¹⁴¹ Em 1955, o bispo D. Hélder Câmara, criou a Cruzada São Sebastião com verbas do governo federal. A idéia principal defendida pela Cruzada era a “*integração dos favelados a os bairros.*”. Além de obras de urbanização e implementação de equipamentos coletivos em várias favelas, a Cruzada São Sebastião foi responsável pela construção de um conjunto habitacional, que leva seu nome, de dez edifícios no Leblon,

Mais do que simples espaço de moradia, os conjunto habitacionais conjugariam a organização das cidades com uma alternativa de moradia barata, por sua produção em grande escala, aos trabalhadores que afluíam à cidade por causa da industrialização. Além da moradia, os trabalhadores encontrariam nos conjuntos: áreas de lazer, equipamentos comunitários e um espírito de coletividade baseado na convivência intensa.

Tomando o conjunto da América Latina, intentava-se controlar a transformação social ocorrida na e pela urbanização das metrópoles latino-americanas. A *cidade latino-americana* surgia como uma categoria que, era ao mesmo tempo objeto de estudos e alvo de intervenções, durante as décadas de 1950 e 1970, categoria que: *“funcionou como uma verdadeira bomba de sucção para uma série de figuras, disciplinas e instituições que estavam conformando o novo mapa intelectual, acadêmico e político do pensamento social latino-americano (...) não é tão conhecido, em compensação, o papel que jogou a problemática da ‘cidade latino-americana’ na estruturação desse mapa e na conformação de suas agendas políticas e intelectuais, no exato momento em que as cidades latino-americanas como realidades urbanas se constituíam nos cenários de aplicação dessas agendas e nos motores das transformações políticas e sociais, a que elas procuravam fazer referência.”*¹⁴²

Para Leandro Benmerguí, a questão da habitação e das formas de moradia eram um ponto central no projeto modernizador no plano continental, sob a égide dos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria.¹⁴³ Em julho de 1959, ONU, Cepal, Unesco, OIT e OEA promovem no Chile, o encontro *Urbanização na América Latina*. Marcado pela presença de técnicos governamentais, sociólogos e urbanistas. Esse encontro, segundo Benmerguí, consolida a articulação de redes transnacionais entre latino-americanos e destes com estadunidenses, como instituições como a Fundação Rockefeller e cientistas

bairro nobre da Zona Sul do Rio, no que removeu parte dos favelados da Praia do Pinto, próxima ao local. Ver: BRUM, Mario Sergio. *Op. cit*

¹⁴² GORELIK, Adrián. “A produção da ‘cidade latino-americana’”. *Revista Tempo Social* v.17 n.1, Jun/2005. p. 111-133

¹⁴³ BENMERGUÍ, Leandro. “The Alliance for Progress and housing policy in Rio de Janeiro and Buenos Aires in the 1960s” *Urban History*. n. 36, jul/2009. p. 303-326

como Oscar Lewis e Anthony Leeds.¹⁴⁴ Exemplo da influência dessas redes aqui no Brasil, são as referências a experiências em outras cidades latino-americanas, como fica expresso no já citado artigo de Heitor Eira Garcias: “*É preciso encarar esse problema [das favelas] sob outro aspecto mais construtivo, à semelhança do que se faz em várias nações americanas, como a Venezuela, onde o governo de comum acordo com bancos cooperativos constrói unidades de residência, nos moldes do urbanismo moderno, para agasalhar as famílias obrigadas a abandonar os bairros superlotados.*”¹⁴⁵

Fruto direto desta articulação foi o lançamento da *Aliança para o Progresso*, programa de cooperação internacional entre os Estados Unidos e a América Latina, criado pelo Presidente John F. Kennedy, em 1961, como forma de combater a influência da Revolução Cubana e também melhorar a imagem dos Estados Unidos no continente, seriamente desgastada nessa época.¹⁴⁶ Procurava-se guiar a modernização econômica e social da América Latina segundo o modelo estadunidense de uma sociedade urbana industrial.

No caso brasileiro, e carioca especificamente, esta modernização se traduzia no combate à favela, há muito já o tema principal de urbanistas e autoridades. De modo que os programas habitacionais, na cidade do Rio de Janeiro (fosse como Distrito Federal ou como Estado da Guanabara), não se dirigiam à população de baixa renda em geral, mas especificamente às favelas. Num relatório elaborado para Companhia de Desenvolvimento da Guanabara (Codesco), em 1969, onde era feita uma pesquisa sobre a realidade da população favelada do Rio de Janeiro, a questão é colocada de forma

¹⁴⁴ Oscar Lewis, autor do livro *Antropologia de la pobreza: cinco familias*. (Cidade do México: Fondo de Cultura Económico, 1961) foi um dos fundadores e principais teóricos das teses sobre a “*Cultura da Pobreza*”, para quem, acima de tudo, essa era derivada de fatores culturais (e até mentais), de modo que as políticas de ‘desenvolvimento de comunidades’ e de ‘auto-ajuda’ ensinariam o indivíduo pobre a romper suas limitações e se inserir na sociedade urbana de modo correto. Já Anthony Leeds, além de ter sido chefe do Departamento de Desenvolvimento Urbano da OEA, escreveu junto com sua esposa (Elizabeth Leeds) a coletânea de textos baseada em suas pesquisas *A sociologia do Brasil urbano* (Rio de Janeiro: Zahar, 1978), onde vemos em seus estudos sobre as organizações e programas para as favelas cariocas, que possuía uma visão mais crítica sobre o sucesso da ‘auto-ajuda’ nestes programas.

¹⁴⁵ GARCIA, Heitor Eiras. *Op. cit*

¹⁴⁶ AZEVEDO, Cecília. “Essa pobre moça indefesa – Estátua da Liberdade da Vila Kennedy.” In: MENDONÇA, Paulo Knauss de (Org.) *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Ed. Sette Letras, Rio de Janeiro, 1999. p. 93-116.

clara: “A pergunta que se coloca com maior freqüência é a de como conduzir o processo de urbanização de maneira tal que o mesmo se dê ordenadamente e sem rupturas sérias na estrutura da sociedade, prevendo a adequação dos setores dentro de moldes equilibrados e harmoniosos.”¹⁴⁷

Ferreira dos Santos descreve esse processo: “Passada a fase de estímulos intensivos à industrialização e, de forma indireta, à migração rural/urbana, foi preciso dar alguma atenção ao que estava se passando no interior da cidade.”¹⁴⁸

O arquiteto Giuseppe Badolatto, que trabalhou na COHAB-GB, Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara, e foi o responsável pela criação das plantas dos apartamentos, prédios e de vários conjuntos construídos por esta para abrigar removidos, tanto no governo Lacerda quanto no de Negrão de Lima, explica: “Naquele tempo, na década de 1960, até então pouca coisa havia sido feita em relação à política de habitação popular que pudesse frear o grande processo de imigração para o Rio de Janeiro, que por ter sido uma grande metrópole, capital do Brasil durante muito anos, haveria uma grande afluência de pessoas endereçadas ao Rio. E, como não existia uma política que pudesse permitir a essas pessoas se localizar para efeitos de moradia em lugares saneáveis, porque o governo não propiciou nada nesse sentido, eles foram ocupando os espaços vazios, geralmente em áreas devolutas, do estado, em morros, encostas, e não se tinha dimensão do que poderia acontecer depois de um determinado tempo com toda essa gente se localizando em lugares sem saneamento básico. Estavam perto do local de trabalho, mas viviam que nem porcos. Você entrava num barraco de favela e... defecavam na rua! Jogavam detrito na rua. Não tinha água, não tinha luz, não tinha esgoto... Então, você colocar essas famílias num espaço urbanizado, mesmo sendo uma casinha pequena, um apartamento pequeno, mas com luz, água e esgoto.. é meio caminho andado.”¹⁴⁹

Assim, as habitações faveladas, a bem dizer, o barraco, deveriam dar lugar às habitações ‘saudáveis’, fosse pela via da urbanização *in loco*; fosse pela transferência dos moradores de favelas às novas moradias de padrões aceitáveis e, nesse novo

¹⁴⁷ BOSCHI, Renato Raul. & GOLDSCHMIDT, Rose Ingrid. *Populações Faveladas do Estado da Guanabara - Relatório final da pesquisa realizada para Codesco*. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Dados, 1970.

¹⁴⁸ FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. “Em trinta anos passou muita água sob as pontes urbanas”. *Revista Espaço & Debates*, n. 11, 1984. p. 28-40.

¹⁴⁹ Primeiro depoimento de Giuseppe Badolatto, em 17/09/2010.

ambiente, o favelado se adequaria às normas de civilidade e a cidade teria superado a desordem do estágio anterior.

Em comum, essas visões têm como pressuposto de que o favelado por si só não possuía meios ou vontade de superar sua condição¹⁵⁰, de modo que o Estado (e, por vezes, outros agentes externos, como a Igreja) deverá prover os meios para essa mudança.

Esta conjuntura de Guerra Fria e da visão do favelado como um ‘revolucionário em potencial’, partilhada à esquerda e à direita, também é elemento importante da necessidade de uma forte intervenção do Estado nas favelas. Além da célebre frase “*É preciso subir o morro antes que os comunistas o desçam*”¹⁵¹, vemos também no Relatório SAGMACS, por exemplo, que é nítida a visão do favelado como alguém recém incorporado à vida urbana e que precisava ser orientado. Do contrário, sofreria a influência comunista: “*A maneira como o favelado se comporta eleitoralmente, acusa a permanência, em plena cidade, de focos incompatíveis com a própria vida urbana.*”. E mais à frente, neste mesmo item (*Os processos da Demagogia na favela*), lê-se: “*há favelas em que os comunistas são fortes e seu apoio ou oposição podem decidir o voto da maioria (...) o partido está longe de se apresentar inteiramente organizado nas*

¹⁵⁰ Num clássico estudo sobre as favelas cariocas: Janice Perlman analisou os discursos sobre a favela e que podia se apreender de uma espécie de ‘senso comum’ sobre os favelados, que a autora chama de *Mito da Marginalidade*. Neste, as favelas eram tidas como locais sem uma organização interna, sendo os favelados solitários, isolados e anti-sociais; por sua origem rural, os favelados seriam tradicionalistas e atrasados, com as favelas constituindo enclaves rurais em meio à cidade, de modo que os favelados não se sentem bem nela, não conseguindo se integrar e usufruir os serviços urbanos e demais benesses que a cidade oferece; o favelado está acostumado a pobreza, não quer progredir na vida; são dependentes, fatalistas e apáticos; não têm aspirações, portanto não possuem capacidade de planejar o futuro ou se prevenir, vivendo sempre o presente; além disso, seriam um entrave ao progresso da cidade, pois como não trabalham, não produzem, sendo uma espécie de ralo na economia, sempre recebendo recursos (mesmo que pouco) sem nunca oferecer. Por tudo isso, os favelados são revoltados, rebeldes, baderneiros, sendo uma constante ameaça à ordem. PERLMAN, Janice *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹⁵¹ Frase bastante utilizada pela Igreja Católica em 1946, por ocasião da criação da Fundação Leão XIII, órgão criado para atuar nas favelas cariocas, através da organização de mutirões para implantação de melhorias em algumas favelas e também buscar a “promoção moral dos favelados”. (Ver: LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabet. *Op. cit*)

favelas. Encontramos comunistas, mas não o partido. Este aproveita os motivos gerais de agitação na favela, como faz em todos os meios.”¹⁵²

As recomendações do Relatório SAGMACS vão ao encontro das teses conjuntas dos órgãos continentais, latino-americanos e estadunidenses da modernização controlada: *“Por baixo que seja o nível político do favelado, refletindo-se na sua conduta eleitoral, às vezes tortuosa e dúplice, exprime uma consciência política ainda embrionária, mas que virá forçosamente a amadurecer com as próprias condições de estabilidade e segurança pessoais, com a ascensão social das classes proletárias e subproletárias.”*

Lacerda, entre urbanizar ou remover

Dentro desse projeto de modernização controlada da cidade, o período de Carlos Lacerda à frente do governo do recém-criado Estado da Guanabara (nova condição da cidade do Rio de Janeiro após a perda do estatuto de capital da República para Brasília) entre 1960 e 1965, é emblemático quanto à forte atuação do Estado em relação às favelas, com um primeiro período onde a urbanização era a marca; e um segundo período onde a remoção passou a dar a tônica, de modo que, para o bem ou para o mal, ou seja, para defensores ou contrários à remoção, o grande nome que está associado a essa é o de Lacerda.¹⁵³

Já durante a campanha eleitoral, Lacerda fazia referências à urbanização das favelas como meta de governo, referindo-se a seus artigos na ‘Batalha do Rio’.¹⁵⁴ Ainda

¹⁵² SAGMACS. *Aspectos Humanos da Favela Carioca*. São Paulo: SAGMACS, 1960.

¹⁵³ Com tom elogioso às remoções, temos uma reportagem de capa do encarte Veja Rio: “Trinta anos sem Lacerda: porque ninguém faz o que ele fez?” (*Veja*, 27/nov-3/dez, 1995) e “Lacerda, administrador que todos querem imitar” (*O Globo*, 1/10/1996). Já no sítio eletrônico do Viva Favela, na matéria “*Fantasma exorcizado*” lemos: “Durante seus quatro anos de mandato, entre 1960 e 64, o governador Carlos Lacerda defendeu uma reformulação completa da política habitacional no Estado do Rio. Seu objetivo era levar os pobres para a periferia (...) **Os governos que sucederam Lacerda, já durante o período militar, não se decidiram entre a política de remoção ou de urbanização das favelas. E acabaram trabalhando com as duas perspectivas.**” [grifo nosso] (Ver: <http://www.favelatemporaria.com.br> – Consultado em 13/01/2010).

¹⁵⁴ Em 1948, uma série de artigos escritos no jornal Correio da Manhã por Carlos Lacerda sobre a questão da favela, alcançou grande repercussão. Nos artigos, Lacerda chamou atenção para que o problema da favela fosse encarado como um problema nacional, e não apenas do Rio, bem como em todos os aspectos que o envolve, não sendo uma questão apenas habitacional ou de higiene. Dois pontos de vista ficaram

antes da eleição, ele havia anunciado que José Artur Rios¹⁵⁵ seria o responsável de seu governo pela área. Rios defendia a urbanização das favelas com a participação comunitária, por meio das associações (e criando-as onde ainda não existissem) através das quais também fariam reivindicações das obras a serem feitas, participariam do planejamentos e disporiam mão-de-obra, recursos, etc. Através de um programa chamado Operação Mutirão¹⁵⁶, exemplo de ação do Estado baseada nos pressupostos do desenvolvimento de comunidades e da auto-ajuda, pois para Rios, a participação dos moradores na urbanização era fundamental, pois significava “*uma mudança de mentalidade do favelado no sentido de quebrar a dependência dele dos benefícios do governo.*”¹⁵⁷

evidentes nos artigos de Lacerda. O primeiro: mais que vir do Estado, a solução passava pela autopromoção dos favelados, no que se aproxima da visão da Fundação Leão XIII (Lacerda, inclusive, tinha boas relações com a ala conservadora da Igreja). O segundo ponto é a centralidade que Lacerda atribuía ao problema da favela, tanto que batizou essa série de artigos como “A Batalha do Rio”, no que foi acompanhado por outros órgãos de imprensa. Ver LIMA, Nísia Trindade. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas de Estado e lutas sociais (1954-73)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989 e NUNES, Guida. *Favela: Resistência pelo direito de viver*. Petrópolis: Vozes, 1980.

¹⁵⁵ Foi José Artur Rios o responsável, em 1958, pela elaboração do relatório SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos complexos Sociais), trabalho pioneiro no estudo das favelas cariocas, saindo na forma de dois suplementos no Estado de São Paulo em abril de 1960 com o nome de *Aspectos Humanos da Favela Carioca*. Em outubro do mesmo ano, Carlos Lacerda publica o relatório em seu jornal, a Tribuna da Imprensa, a partir de então, convencendo Rios a entrar para política, posteriormente sendo nomeado para a Coordenação de Serviços Sociais, logo que Lacerda assumiu o governo do recém-criado Estado da Guanabara no final de 1960. (LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *Op. cit* e entrevista de José Artur Rios a Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira. In: FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002).

¹⁵⁶ A Operação Mutirão, do SERFHA, aconteceu em cerca de 80 favelas, e uma de suas grandes obras realizadas foi a rede de luz no Jacarezinho, na época a maior favela do Rio. A idéia de Rios era, numa segunda etapa, que as associações criassem cooperativas habitacionais para reformar as casas nas favelas. Mas a urbanização não era a única ação da SERFHA, que também executou remoções em algumas favelas, fosse total, como nas favelas: Bom Jesus; Álvaro Ramos; Ponta do Caju; CCPL e; Moreninha; ou parcial, removendo alguns barracos nas favelas: Vila da Penha, Vila do Vintém, Timbó, São Carlos, Maré; Querosene; e Morro dos Prazeres.

¹⁵⁷ Entrevista de José Artur Rios a LIMA, Nísia Trindade. “*O movimento de favelados...*”. *Op. cit*

A Operação Mutirão ganharia impulso ainda, e a atenção por parte de alguns políticos, pela expectativa de receber recursos do Fundo do Trigo, acordo firmado entre o governo da Guanabara e a USAID (agência de desenvolvimento externo norte-americana) como parte do programa *Aliança para o Progresso*.

O fundo consistia em recursos vindos da compra de trigo dos Estados Unidos pelo Brasil, que eram emprestados ao governo brasileiro para serem reaplicados em projetos de desenvolvimento. Durante o primeiro semestre de 1962, a expectativa da assinatura do acordo era freqüente nos jornais, que falavam da importância dos recursos para as obras da Coordenação de Serviços Sociais, que na época estava concluindo obras de melhorias nas doze maiores favelas da cidade. Rios disse que foi muito procurado por políticos interessados nos recursos: *“Foi quando a palavra dólar entrou no imaginário e na linguagem dos políticos e dos meus colegas de governo. Começaram a fazer reivindicações, que eu recebia de má vontade, é claro, porque o dinheiro estava vinculado, ‘carimbado’, como se diz hoje, era dinheiro para a favela. Essa era a intenção do embaixador [Lincoln Gordon, dos Estados Unidos], explicitamente revelada a mim, de modo que eu não podia ter dúvida alguma. Mas tive a ingenuidade de imaginar que poderia operar esses recursos sem sofrer pressão política”*.¹⁵⁸

Anthony Leeds argumenta que a urbanização de favelas encaminhada por Rios contrariava interesses imobiliários pelos seguintes motivos: por não remover as favelas localizadas em terrenos valiosos, que poderiam ser aproveitados; o esquema de mutirão tornava desnecessário o pedido de grandes empréstimos às agências internacionais de fomento, também pelo fato de não estar acontecendo nenhum grande projeto de construção de novas moradias.¹⁵⁹ Em maio de 1962, Rios foi demitido do cargo. A partir daí, Lacerda fez profundas modificações na política de favelas de seu governo, reestruturando os órgãos que lidariam com a questão.¹⁶⁰

Com a demissão de Rios (maio) e a nomeação de Sandra Cavalcanti (dezembro) para a recém-criada Secretaria de Serviços Sociais do Estado da Guanabara, tendo o SERFHA sido extinto, a política para favelas do governo Lacerda demonstra uma

¹⁵⁸ Entrevista de José Artur Rios a Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira. In: FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Op. cit.*

¹⁵⁹ LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *Op. cit.*

¹⁶⁰ Ver: BRUM, Mario Sergio *Op. cit* e NUNES, Guida *Op. cit* .

inflexão. Se antes a linha era a urbanização das favelas, com apenas algumas removidas (ou parte destas), a partir deste momento, a linha passou a ser a remoção das favelas, com raras sendo urbanizadas.

A assinatura do Acordo do Fundo do Trigo, que destinaria um considerável aporte de recursos ao Estado para a questão das favelas, ocorreu cerca de quinze dias depois da demissão de Rios. O acordo previa: a urbanização da favela de Vila da Penha; a melhoria de 35 favelas do Rio de Janeiro; a construção de casas populares em Bangu (2250) e Botafogo (1500); a construção de um posto médico em Madureira.¹⁶¹

Deve-se acrescentar que a assinatura do acordo foi feita com grande divulgação na época e esse seria o instrumento pelo qual Lacerda executaria seu projeto de modernização da cidade alinhado aos paradigmas estadunidenses. O discurso de Lacerda quando da assinatura do Acordo do Fundo do Trigo não poderia ser mais claro: *“Aqui hoje começa a Reforma Urbana! Mas ainda mais importante, aqui hoje continua nosso esforço para que o povo saiba que tudo isso quem lhe dá é a liberdade. A liberdade que permitiu ao povo trabalhador dos Estados Unidos ter o que emprestar aos seus irmãos, para a segurança de todos os homens livres, lá no seu país, aqui no nosso país.”*¹⁶²

Outra peculiaridade no Acordo é que ficou delegada à Fundação Leão XIII, revigorada por Lacerda, *“a responsabilidade do planejamento urbano, reconstrução de habitações, administração e aplicação das linhas de orçamento, atividades técnicas e sociais relacionadas à habitação e à urbanização do Estado da Guanabara”* [o grifo é meu].¹⁶³ Na ocasião, Lacerda declarou que graças à reforma estatutária (reestruturação do governo) e a compreensão do Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, poderia confiar o projeto a uma instituição privada como a Fundação Leão XIII, supervisionada pelo Estado.

O estatuto jurídico da Fundação ajuda bastante a esclarecer os interesses que moveram a política de Lacerda para as favelas, incluindo aí a assinatura do Acordo do Fundo do Trigo. As relações de Lacerda com a ala mais conservadora da Igreja vinham

¹⁶¹ Ver *press-release* da USIS (Serviço de Informação dos Estados Unidos) sobre o Acordo do Fundo do Trigo, assinado entre os Estado Unidos e o Brasil para Urbanização de Favelas do Estado da Guanabara (*apud* LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *Op. cit.*).

¹⁶² Jornal do Brasil, 13/06/1962 *apud* LIMA, Nísia Trindade. *“O movimento de favelados...” Op. cit.*

¹⁶³ LIMA, Nísia Trindade. *“O movimento de favelados...” Op. cit.*

de longa data, e através do Decreto 1041 de 07/06/1962 do governo estadual, ela se tornou um órgão estatal operado pela Igreja visando o bem-estar social, embora Lacerda no ato de assinatura do Acordo tenha dito ser a Fundação uma instituição privada. Este caráter ambíguo da Fundação parece ter sido fundamental para que Lacerda atribuísse a ela o papel de representar o Estado e ser a receptora das verbas vindas do Fundo do Trigo. A Fundação Leão XIII ficou como o órgão responsável pelas favelas, implementando alguns projetos de urbanização em algumas delas e a construção da Vila Aliança, o primeiro dos conjuntos habitacionais que abrigariam os removidos. Nessa época, a remoção ainda não apresentou o caráter compulsório que teria mais tarde, sendo removidos para Vila Aliança apenas os favelados convencidos por assistentes sociais de favelas da avenida Brasil ou famílias que estivessem em áreas de risco (ainda entendida como sujeitas a deslizamentos ou inundações) em outras favelas.¹⁶⁴ Depois, a Fundação Leão XIII foi incorporada pela COHAB-GB e esta passou a administrar as verbas vindas do Fundo, ficando a Fundação como um departamento de bem-estar social da COHAB.

A criação da COHAB, no segundo semestre de 1962, na esteira da reestruturação do governo feita por Lacerda, também é esclarecedora sobre a reorientação política deste em relações às favelas e também dos interesses em jogo. Primeiro, deve se considerar que todos estes movimentos se dão numa época de intensos embates entre o governo de Lacerda e o governo federal, presidido por João Goulart, sendo Lacerda, um dos mais tenazes, senão o maior, dos opositores ao presidente.

A *Aliança para o Progresso* é um dos componentes desta disputa, sendo peça importante na campanha do governo americano contra João Goulart. Para confirmar a importância da Guanabara como um pólo anti-Goulart, basta ver que a Aliança destinou mais verbas para a Guanabara do que para toda a região Nordeste do Brasil, notadamente mais pobre.¹⁶⁵ As bandeiras de reformas de Goulart já começavam a mobilizar as forças de esquerda no país, sendo que uma delas era a Reforma Urbana, que previa, resumidamente, o combate à especulação imobiliária e solucionar a questão habitacional. Para isso, em 25/07/1962, o governo federal criou o Conselho Federal de Habitação (Decreto Federal 1281), que tinha entre suas atribuições garantir o acesso à moradia pelas camadas populares, desenvolver pesquisas habitacionais e *o controle*

¹⁶⁴ ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹⁶⁵ AZEVEDO, Cecília. *Op. cit.*

sobre recursos vindos do exterior para serem aplicados em projetos de habitação. Este último ponto é essencial, pois está diretamente relacionado ao aporte de recursos para o governo da Guanabara da *Aliança para o Progresso*, parecendo ser uma resposta de Goulart a essa mobilização de recursos para Lacerda, de modo que Goulart quis criar uma maneira de controlá-los.¹⁶⁶

A COHAB passou a ser a autoridade na área habitacional para as classes pobres (não se restringindo somente a elas, como veremos). O seu *status* de companhia mista, ou seja, com participação do Estado e de capital privado (que detinha 49% da COHAB) lhe permitia comprar terrenos de particulares, contratar firmas, etc. sem maiores entraves burocráticos. Vale registrar ainda o fato de que estes 49% de capital privado da COHAB pertenciam ao grupo político de Lacerda, na figura do vice-governador Raphael de Almeida Magalhães (que também era secretário de Planejamento, lidando diretamente com as obras que a COHAB se encarregaria de realizar) e do genro de Lacerda, Flexa Ribeiro, secretário de Educação.¹⁶⁷ Em dezembro de 1962, como foi dito, a COHAB passou a gerir os recursos do Acordo do Fundo do Trigo e todos os demais recursos encaminhados ao programa de erradicação de favelas realizado no governo Lacerda.

A COHAB, desde os primeiros meses de existência, encarava que a solução possível para o problema favela era a remoção. Um documento produzido nos primeiros meses da COHAB, louvava o avanço da administração Lacerda no entendimento do problema: “*Depois de 1955, o Estado voltou seus olhos mais uma vez para o problema. Criou vários órgãos e instituições que tentaram por várias formas e meios minimizar os efeitos das pressões sócio-econômicas que atuaram sobre a população favelada. Nenhum deles tinha como objetivo a erradicação dessas aglomerações. O atual governo foi o primeiro a enfrentar o problema em termos de erradicação.*”¹⁶⁸

Lacerda realizava várias obras na Guanabara, e as primeiras remoções estavam ligadas às áreas onde estavam previstas algumas destas obras, como favelas na avenida Brasil, para construção do Mercado São Sebastião ou a favela do Esqueleto, para construção da Universidade da Guanabara (hoje UERJ).

¹⁶⁶ LIMA, Nisia Trindade. “O movimento de favelados...” *Op. cit*

¹⁶⁷ LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *Op. cit.*

¹⁶⁸ *Relatório Geral 1963-1965/COHAB, apud LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. Op. cit*

Posteriormente, as remoções visaram favelas que estivessem em terrenos de alto valor imobiliário, como o caso da favela do Pasmado, em Botafogo. Os recursos vindos das vendas dos terrenos para empreendimentos particulares deveriam ainda ser revertidos para continuidade do programa de remoção. Segundo o próprio Lacerda: *“Tivemos que remover algumas favelas. Removemos até algumas que existiam em terrenos muito valorizados, onde fazer casinhas populares representava um tamanho desperdício que seria um crime contra o pobre.”*¹⁶⁹

A remoção da favela do Pasmado, em janeiro de 1964, é um caso paradigmático, envolvendo vários aspectos significativos para entender o que foi o programa de remoção. Localizado em área nobre de Botafogo e com vista privilegiada para Baía da Guanabara, no Relatório da COHAB (1963-1965)¹⁷⁰ constava que o lugar serviria para construção de um hotel da rede internacional Hilton. Sandra Cavalcanti nega que a especulação imobiliária tenha interferido, mas admite que havia interesses nesse sentido: *“Todas as vezes em que houve especulação com os terrenos de onde foram removidas favelas, isto ocorreu depois do nosso governo. Nunca durante o nosso. Que especulação teria acontecido na nossa gestão? Removemos a favela do Pasmado, e está lá um parque. É verdade que quiseram erguer, lá em cima, um hotel Hilton. Foi uma proposta apresentada através do Roberto Campos e do Jorge Oscar de Melo Flores. Mas foi recusada.”*¹⁷¹

À remoção do Pasmado, seguiu-se a queima dos barracos, com certo simbolismo do que era uma nova etapa que estava sendo iniciada. Outro elemento é a remoção compulsória dos favelados para Vila Kennedy, um dos conjuntos construídos com os fundos da *Aliança para o Progresso*, e batizado em homenagem a um dos protagonistas do programa. No discurso de Sandra Cavalcanti à imprensa, ela definiu a remoção do Pasmado e a transferência dos moradores para Vila Kennedy como a *‘primeira revolução social realizada no Brasil’* _ e ainda que, a partir da Operação Pasmado *“começa realmente o trabalho com os antigos favelados do Pasmado, que receberão na*

¹⁶⁹ LACERDA, Carlos, *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987 (*apud* LIMA, Nísia Trindade. *“O movimento de favelados...”* *Op. cit.*

¹⁷⁰ *Apud* LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *Op. cit.*

¹⁷¹ Sandra Cavalcanti em entrevista realizada em setembro de 2000, a Carlos Eduardo Sarmento e Marly Motta In: FREIRE, Américo & OLIVEIRA, Lucia Lippi *Op.cit.*

Vila Kennedy, escolas, serviço social e condições de higiene, passando verdadeiramente de um século para o outro em questão de condições de vida.”¹⁷²

As partes do depoimento de Sandra Cavalcanti a seguir são um resumo do pensamento que norteou as remoções: do favelado como alguém desacostumado à vida urbana: “*Ele era sempre alguém que vinha com a família da Zona da Mata, do Norte ou do Noroeste Fluminense.*”¹⁷³ e da favela como um ambiente inóspito em todos os sentidos, e que a saída do favelado de lá era necessária para sua incorporação à vida moderna, pensamento que se tornará a linha mestra das ações de remoção a partir daqui: “*Era preciso tirar as pessoas daquela realidade. É por isso que até hoje sou desconfiada em relação aos projetos que pretendem cuidar das favelas mas que, pela vitória esmagadora dessa filosofia que se instalou, acham que as favelas devem continuar a existir e apenas devem ser urbanizadas. Eu achava, e acho ainda, que não é a favela que tem que ser urbanizada. Quem tem que ser urbanizado é o favelado. Uma das condições para um favelado se urbanizar, para se desfavelizar, é sair daquela paisagem e daquele entorno. Exatamente como uma pessoa que, saindo do interior, vem para a cidade grande. Chega ali e encontra uma outra realidade. Se ele sai daquele fim de mundo, sem água, sem luz, sem nada, ele vai querer mudar. Vai querer se incorporar ao progresso.*”¹⁷⁴

A remoção do Pasmado foi apenas o sinal do ímpeto que o remocionismo tinha ganho. Ainda no ano de 1964, seriam removidas as favelas (acompanha o número de famílias entre parênteses). *Totalmente*: Pasmado (911); Getulio Vargas (113); Maria Angu (460); João Cândido (665); Maneta (41); Vila do Sase. *Parcialmente*: Conjunto São José (20); Macedo Sobrinho (14); Del Castilho (9); Marquês de São Vicente (32); Ladeira dos Funcionários (8). Em 1965, foram removidas totalmente: Rio Joana (23); Esqueleto (2027); e parcialmente: Turano (34); Morro do Quieto (46); Praia do Pinto (20); e Brás de Pina (366). Segundo dados da COHAB, durante o governo Lacerda foram removidas 6290 famílias, destas, 4800 foram apenas no período que vai de janeiro de 1964 a julho de 1965.¹⁷⁵ Uma vez morando nas novas habitações nos

¹⁷² *O Globo*, 18/01/1964 apud LIMA, Nísia Trindade. “O movimento de favelados...” *Op. cit*

¹⁷³ Sandra Cavalcanti em entrevista a Carlos Eduardo Sarmento e Marly Motta In: FREIRE, Américo & OLIVEIRA, Lucia Lippi *Op.cit*.

¹⁷⁴ *Idem*.

¹⁷⁵ ‘Relatório Geral 1963-1965/ COHAB’ apud LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *Op. cit*

conjuntos, os removidos teriam que pagar prestações mensais à COHAB. Os que não dispusessem de renda para tal, iriam morar em casas de triagem, chamadas Centros de Habitação Provisória, como a Nova Holanda.

Dos recursos do Fundo do Trigo que originalmente serviriam para urbanizar as favelas, apenas uma parcela foi utilizada para este propósito. Algumas favelas receberam obras parciais de urbanização, como: Jacarezinho; Rocinha; Salgueiro; e ainda, houve a urbanização de Vila da Penha, completada em junho de 1965. Os recursos do Fundo foram majoritariamente aplicados nessas primeiras remoções e na construção dos conjuntos que abrigariam os removidos: Vila Esperança, Vila Aliança, Vila Kennedy, e Cidade de Deus (apenas iniciada a construção). Os três últimos se localizam na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a algumas dezenas de quilômetros das favelas de onde viriam os removidos.

Ditadura Civil-Militar de 1964 e as favelas

Com a instauração da Ditadura Civil-Militar em abril de 1964, o programa irá ganhar maior ímpeto. O ‘problema-favela’ clamava, segundo autoridades e setores da sociedade por uma solução urgente. Tendo o número de habitante destas praticamente dobrado entre 1950 e 1960, passando de cerca de 170 mil moradores, correspondendo a 7,2% do total da população da cidade, para 335 mil, 10% da população total¹⁷⁶, cifras que alarmavam os que viam a favela como uma infestação na cidade que crescia sem controle. Através da imprensa, como vemos em reportagem do Jornal do Brasil, o crescimento das favelas é noticiado com certo alarde. A matéria afirma: “*De Vigário Geral até a Barra da Tijuca, contudo, não há quem não saiba que as favelas estão crescendo.*”¹⁷⁷

No já citado editorial do Jornal do Brasil por ocasião das chuvas de 1966, a defesa da remoção é veemente: “*No ponto em que chegamos, não há no Rio qualquer outro problema que apresente tanta urgência em ser resolvido quanto as favelas (...). A extinção das favelas justifica a paralisação de todos os programas de embelezamento urbanístico da cidade, pois não há melhor forma de ressaltar o esforço de melhoria da*

¹⁷⁶ RIBEIRO, Luís César Queiroz & LAGO, Luciana Correa do; “Transformação das metrópoles brasileiras: algumas hipóteses de pesquisas.” Trabalho apresentado ao XV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1991.

¹⁷⁷ “Nova favela nasce livremente perto do Rebouças” *Jornal do Brasil*, 29/09/1968.

*Guanabara do que a eliminação do contraste brutal e injusto das favelas com o perfil dos edifícios e a linha da paisagem favorecida.”*¹⁷⁸

Num documento do Governo da Guanabara, já sob a gestão de Negrão de Lima (1965- 1971) onde o programa de remoções é apresentado, é dito que o programa é necessário para a cidade: “quando se libera das desoladoras favelas que se espalhavam já por 230 pontos

diferentes e que, segundo os futurologistas, tendiam a abranger, nos próximos 30 anos mais de três milhões e meio de habitantes.”¹⁷⁹

(Abaixo, antiga Favela Macedo Sobrinho, no



Humaitá – Foto do acervo da ACB-RJ).

Giuseppe Badolatto corrobora essa visão em seu depoimento, dado em 2010:

*“A cidade, senão houvesse a remoção, seria um favelão! Mais do que é. Imagina a Lagoa se não tivesse sido tirada a Praia do Pinto e a outra ali, onde tem um parque [Catacumba]? Aquela lagoa toda ali seria, depois desses anos todos... O que seria? Uma favela!”*¹⁸⁰

Badolatto, que participou ativamente da formação da COHAB e do programa de remoções coordenado pela CHISAM, cita ainda um relatório produzido por técnicos estadunidenses que: “Dizia que, se no Rio de Janeiro não houvesse um investimento de certo volume, dentro de 30 anos seria insuportável viver na cidade. Textualmente diz isso!”¹⁸¹

Corroborando esta afirmação, Langsten cita uma publicação, que não

¹⁷⁸ “Vitrina da miséria” *Jornal do Brasil*, 15/01/1966.

¹⁷⁹ GOVERNO DA GUANABARA. *Rio: Operação Favela*. Rio de Janeiro, 1969.

¹⁸⁰ Primeiro depoimento de Giuseppe Badolatto, em 17/09/2010.

¹⁸¹ *Idem*.

conseguimos encontrar, da agência estadunidense USAID de 1966 (*Guanabara Housing and Urban Development Program – Report and Recommendations by AID Housing and Urban Development Team*) que sugeria a criação de um órgão nos moldes da CHISAM¹⁸², idéia que já vinha sendo defendida no Brasil desde o início da década de 1950, como veremos à frente.

Assim, a centralização política e administrativa do período da Ditadura, por sua vez, traduziu-se na maior disponibilidade de recursos técnicos e financeiros. Por outro viés, o projeto de desenvolvimento nacional, alinhado ainda mais ao modelo estadunidense¹⁸³, propiciava as condições para a execução do propósito de ordenar o território urbano numa escala jamais vista. Ferreira dos Santos aponta que: *“O país tem enfim os recursos tecnológicos e financeiros para levar à prática as ideologias ‘ordenadoras’ das cidades. Melhor ainda: existe uma força política concentrada e coerente que é potenciada exatamente por sua exclusividade discricionária e pelos meios materiais de ação que não existiam nas primeiras décadas do século [XX], por maiores que fossem as elaborações teóricas e as intenções decorrentes.”*¹⁸⁴

Podemos comprovar a hipótese, narrada com certo orgulho, num material da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana), autarquia do Governo Federal, ao reproduzir uma reportagem do jornal Diário de Notícias: *“Ninguém tem a menor dúvida_ antes, tem a sólida experiência_ de que, antes de 31 de março de 1964, tentar efetivamente a extinção das favelas, com a indispensável remoção dos favelados, seria obra praticamente impossível. E não só pelas dificuldades financeiras, na obtenção de novas moradias em que alojar os moradores das favelas; principalmente, pela reação organizada, não tanto pelos*

¹⁸² LANGSTEN, Ray. *Op. cit.*

¹⁸³ Esse período se caracteriza, segundo o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva: *“Transformações aceleradas verificam-se em todos os setores da vida brasileira, com alterações estruturais importantes e definitivas, como a relação campo/cidade e a reafirmação de estruturas já implantadas antes de 1950: a industrialização, a concentração de renda e a integração no conjunto econômico capitalista mundial.”* TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. “A Modernização Autoritária: Do Golpe Militar à Redemocratização 1964/1984” In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9ª. edição, Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 252 -295

¹⁸⁴ SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *“Em trinta anos...” Op. cit.*

favelados, mas sobretudo pelos que tinham e têm grandes interesses na exploração desses infelizes conglomerados humanos”¹⁸⁵

Uma fonte bastante esclarecedora das discussões na esfera governamental sobre as dificuldades de uma ‘solução’ para o problema’ favela é o já citado documento, de 1952, da Subcomissão de Favelas da Comissão Nacional de Bem-Estar Social, ligada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.¹⁸⁶ Veremos que várias recomendações desta Subcomissão serão seguidas posteriormente, em contexto bem diferente, com a criação do BNH e da CHISAM.

O documento é preparatório a uma semana de estudos sobre favelas, dividido em *apresentação, instruções e temário*. Encaminhado às autoridades municipais e estaduais por todo país, o documento faz uma rápida análise da questão da ‘sub-habitação’ no âmbito nacional, compreendendo-a, principalmente, como um problema de déficit habitacional. Produzido por governo (presidência de Getúlio Vargas) e conjuntura bem diferenciados, são apontados os obstáculos ao encaminhamento de uma solução do problema, dentre os quais estavam: que “*a indústria da construção civil não se acha suficientemente desenvolvida e adaptada às necessidades de empreendimentos de construções populares.*”. E a “*ausência de um zoneamento ou de razoável proporção entre os bairros de uma mesma cidade em termos de equilíbrio da função social e econômica*”¹⁸⁷ A falta de um planejamento urbano na maior parte das cidades, Rio de Janeiro inclusive, somada à deficiência no sistema de transporte urbano, levava a uma maior procura por determinados bairros onde existisse mercado de trabalho, ocasionando a falta de moradias por “*preços que correspondam a seu nível de poder aquisitivo.*”¹⁸⁸

O maior problema era levantar recursos financeiros para um programa de grande envergadura, procurando conjugar recursos do Estado com os da iniciativa privada: “*Torna-se necessário, portanto, que se pense em buscar novas fontes de capitais na administração pública e na economia privada, sem o que será inexecutável a execução*

¹⁸⁵ *Diário de Notícias*, 09/02/1971 *apud* CHISAM. *Metas alcançadas e novos objetivos do programa*. Rio de Janeiro: BNH / Ministério do Interior, 1971.

¹⁸⁶ SUBCOMISSÃO DE FAVELAS, *Op. cit.*

¹⁸⁷ *Idem.*

¹⁸⁸ *Idem.*

de qualquer plano de construção de habitações em grande escala e de envergadura nacional.”¹⁸⁹

Como forma de superar estes obstáculos, a Subcomissão recomenda uma série de medidas para que houvesse uma ampla e rápida oferta de moradias populares, dentre as quais: *“averiguar a soma do capital privado disponível para a construção de moradias”* e *“as dotações a serem previstas para a Fundação Casa Popular durante dez anos sucessivos.”*¹⁹⁰

Tais requisitos seriam amplamente preenchidos com a criação, pelo ‘novo’ governo, em agosto de 1964 (Lei 4380 21/08/194) do Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão financiador e responsável por programas habitacionais, que seriam estabelecidos pelo Sistema Financeiro de Habitação. Sinal das articulações que levaram ao golpe de 1º de abril e da sintonia no entendimento sobre a favela entre o Governo da Guanabara e o Governo federal, é a nomeação de Sandra Cavalcanti para a presidência do BNH, em outubro do mesmo ano. Sandra já havia sugerido em abril daquele ano, através de uma carta ao Marechal Castello Branco, a criação de um organismo que solucionasse o problema de moradia das ‘massas’ como maneira de angariar simpatia para o regime: *“Aqui vai o trabalho sobre o qual estivemos conversando. Estava destinado à campanha presidencial de Carlos [Lacerda], mas nós achamos que a Revolução vai necessitar agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução do problema de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre suas feridas cívicas.”*¹⁹¹

Segundo autoridades federais, como o ministro do Planejamento Roberto Campos, o BNH deveria, além de fornecer habitações às camadas populares, funcionar como um impulso a economia do país, através do apoio a construção civil, estimulando as várias indústrias ligadas ao setor, gerando empregos desta forma e reaquecendo o mercado de capitais, já que o BNH seria um organismo de financiamento da casa própria, através da administração da Carteira de Operações de Natureza Social, com os recursos vindo de 1% dos salários sob Regime de CLT.

¹⁸⁹ *Idem.*

¹⁹⁰ *Idem.*

¹⁹¹ *Apud* GAMA DE ANDRADE, Luís Aureliano. “Política urbana no Brasil: o paradigma, a organização e a política”. *Estudos CEBRAP*. n. 18, out/dez 1976. p. 118-148

Resumindo: a construção de habitações populares deveria ao mesmo tempo resolver o ‘problema-favela’ e ‘aquecer a economia’¹⁹², elemento que consta, quando está em plena execução, como um dos pontos positivos do programa no documento oficial do Governo da Guanabara: “*A execução de uma reforma habitacional de tal envergadura trouxe, forçosamente, implicações colaterais, em particular no campo econômico, que conheceu poderosos estímulos originário de um setor até então praticamente estacionário_ pouco mais à frente no documento, é dito ainda que o programa_ possibilitou o surgimento de uma indústria de construção civil que até 1966 passava por um agudo período de recessão.*”¹⁹³

Em novembro de 1965, pouco depois de completar um ano na presidência do BNH, Sandra Cavalcanti se demite, segundo ela mesma, em protesto pela suspensão das eleições presidenciais previstas para aquele ano e que Lacerda concorreria.¹⁹⁴ As remoções na Guanabara também diminuíram consideravelmente o ritmo nos primeiros anos pós-1964. A COHAB passou de quase 4000 unidades construídas em 1964 para 1267 em 1965, mantendo-se na média de 1000 unidades por ano até 1968.¹⁹⁵ Considerando ainda que alguns conjuntos, cuja construção fora iniciada por Lacerda, foram ocupados nesse período, como o da Cidade de Deus, que serviu para abrigar flagelados das fortes chuvas que caíram sob a cidade nos anos de 1966-7.

Por ocasião das primeiras chuvas, por conta dos deslizamentos e mortes em várias favela do Rio de Janeiro, o Jornal do Brasil publicou um editorial em que cobrava do Governo do Estado, já com Negrão de Lima, uma atitude firme pela remoção de favelas, posicionando-se fortemente contra qualquer política que fugisse a isso: “*Com o retorno do sol, reapareceram também os apologistas da favela com propostas sobre urbanização dos morros localizados nos bairros de maior densidade populacional. A essa mistificação, devemos todos nos opor corajosamente, porque provado ficou que*

¹⁹² BOLAFFI, Gabriel. “Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema.” In: MARICATO, Erminia, (org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 37 – 70.

¹⁹³ GOVERNO DA GUANABARA. “*Rio: Operação Favela...*”. Op. cit.

¹⁹⁴ Sandra Cavalcanti em entrevista a Carlos Eduardo Sarmiento e Marly Motta In: FREIRE, Américo & OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Op. cit.

¹⁹⁵ ROHLFS, Maria Clara V. Rossi; LEAL, Margaret da Cunha; NEWLANDS, Virgínia T. Pedreira. *Conjuntos habitacionais*. s/ local e editora, 1980.

*não existe nos terrenos onde se constroem esses arremedos de habitação, o mínimo de segurança para tantas vidas. (...) não é lícito sequer admitir as insinuações de que o Poder Público deve as favelas como uma realidade permanente e partir para o que impropriamente se denominou urbanização dos morros. Não há o que se urbanizar nas favela onde tudo é condenado.”*¹⁹⁶ Mais à frente, o editorial defende que, ao invés de se gastar recursos na urbanização, financie-se “a construção de moradias para alojar toda a população favelada.”

Para Langsten: “Essa inatividade deveu-se, em parte, ao fracasso das vilas proletárias. O argumento mais convincente contra as vilas foi a alta taxa de não-pagamentos das prestações mensais.”¹⁹⁷ A alta inadimplência fora causada pela mudança para locais distantes dos antigos empregos, e a conseqüente perda deste em muitos casos; pelo fim da outras fontes de renda da família, como biscates que podiam ser feitos para a classe média da Zona Sul (passar roupas, carros em feira, consertos em casa); e pelas novas despesas além das prestações com a casa, como água e luz.

Na campanha para governador do Estado de 1965, o tema das remoções foi corrente entre os candidatos, tendo o candidato vitorioso, Negrão de Lima, se comprometido a não dar continuidade a elas.¹⁹⁸ As menores votações de Flexa Ribeiro, candidato de Lacerda, foram exatamente nas áreas que concentravam o maior número de favelados e também nas seções eleitorais localizadas nos conjuntos habitacionais (ou próximas) que agora abrigavam os removidos, as de Vila Esperança, Vila Aliança e Vila Kennedy. Nestas duas últimas, o número de votos para Negrão de Lima era 11 vezes maior do que para Flexa Ribeiro, conforme noticiado na imprensa.¹⁹⁹

Sandra Cavalcanti diz que é falsa a versão de que os removidos votaram contra Lacerda expressando revolta contra as remoções, porque: “*Naquela eleição, os moradores de lá ainda votavam em seus distritos de origem. Nem urnas funcionavam nos novos bairros.*”²⁰⁰ Mesmo admitindo que a transferência, que havia sido iniciada dois anos antes, não levasse em conta a implantação de seções eleitorais, quando os

¹⁹⁶ “Vitrina da miséria” *Jornal do Brasil*, 15/01/1966.

¹⁹⁷ LANGSTEN, RAY. *Op. cit.*

¹⁹⁸ LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *Op. cit* e BRUM, Mario Sergio *Op. cit.*

¹⁹⁹ “A resposta de Vila Kennedy” *Jornal do Brasil*, 16/04/1965 *apud* PERLMAN, Janice. *Op.cit.*

²⁰⁰ Sandra Cavalcanti em entrevista a Carlos Eduardo Sarmiento e Marly Motta In: FREIRE, Américo & OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Op. cit.*

favelados votaram nas antigas seções o resultado foi semelhante: *“Todos os que viviam na favela do Pasmado e foram transferidos tiveram de voltar para votar na urna 128 da 3ª Região Eleitoral de Botafogo. Nesta região, o candidato de Lacerda supostamente tinha as maiores chances de vencer, mas na realidade foi totalmente derrotado, conseguindo apenas 12 votos na urna inteira... Portanto, a Vila Kennedy não era o sonho dourado dos favelados.”*²⁰¹

A conjuntura política

A conjuntura política de fechamento cada vez maior dos canais democráticos é um ponto fundamental para entendermos como a remoção pôde ser implementada sem que uma resistência ativa fosse feita, visto o movimento social, e neste caso particular, as associações de moradores de favelas e a FAFEG estarem sofrendo forte vigilância e episódios de forte repressão.

À repressão exercida pelo Governo Federal, somam-se diversos mecanismos de controle do governo estadual na Guanabara, até pela centralização e as diversas medidas interventoras que o primeiro exercia sobre os estados em geral, e na ‘oposicionista’ Guanabara, ex-capital da República, mas ainda caixa de ressonância política e cultural do Brasil, em particular.

Em 1967, o governador Negrão de Lima publica o Decreto ‘N’ 870, de 15/06/1967, que pôs as associações de moradores sob controle do Estado. O decreto determinava a unicidade de representação em cada favela, ponto positivo na opinião da Fafeg, mas também que todas as atividades, estatuto, eleições, balanço financeiro, deveriam ser submetidas à apreciação Secretaria de Serviço Social. As associações também deveriam solicitar a autorização para reparos nos barracos e impedir a construção de novos. Caso algum dos pontos acima não fosse cumprido pela diretoria da associação, a Secretaria poderia intervir diretamente nela, nomeando uma junta governativa.²⁰²

²⁰¹ “A resposta de Vila Kennedy” *Jornal do Brasil*, 16/04/1965 apud PERLMAN, Janice. *Op. cit.*

²⁰² O decreto determinava que atividades, estatuto, eleições, balanço financeiro, das associações de moradores deveriam ser submetidos à apreciação da Secretaria de Serviço Social. Caso isso não fosse cumprido pela associação, o Estado poderia intervir diretamente nela, nomeando uma junta governativa. Ver: BRUM, Mario Sergio. *Op. cit*

Em novembro de 1969, um novo decreto do governo estadual, o Decreto E 3330, reafirmava o controle das associações de moradores por parte do Estado, reforçando o que havia sido determinado no Decreto N 870. Este novo decreto dava maior ênfase no poder de intervenção da Secretaria de Serviços Sociais em designar comissões interventoras, método que foi usado com certa frequência até o final da ditadura. Ainda em novembro, complementando o Decreto E 3330, houve a Portaria E n.º 12, que determinava que para uma associação funcionar, ela precisaria ser reconhecida pela Secretaria de Serviços Sociais, que lhe expediria um certificado concedendo a entidade o direito de representar a comunidade.

Por outra via, o estigma de favelado prevaleceu no programa de remoção sem que ele pudesse ser contestado por outros setores, incluindo aí os favelados. ‘Verdades’ sobre a favela apresentadas pelas autoridades à frente do programas de remoção não tinham como ser rebatidas.

Exemplo disso está em um artigo do coordenador geral da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana _autarquia responsável pelo programa de remoções na Guanabara e Grande Rio, sobre a qual falaremos à frente), Gilberto Coufal disse, sem apresentar de onde tirou tal dado, que *“Já é fato constatado, por exemplo, que os moradores das favelas da Zona Sul trabalham na Zona Norte e que o tempo de locomoção e o custo das passagens lhes trazem pesados ônus.”*²⁰³

No já citado editorial do Jornal do Brasil feito após as chuvas de 1966, critica-se a defesa da permanência das favelas por conta da proximidade do mercado de trabalho, numa argumentação eivada de fortes preconceitos, que balizava os argumentos pró-remoção: *“As pesquisas revelaram que menos da metade da população residente em favelas vive de trabalho organizado. A maior parte se entrega às tarefas avulsas. (...) Ao reverso deste argumento, é exatamente porque moram em bairros residenciais que essas parcelas sem trabalho permanente existem. Daí porque nas favelas se abrigam também os marginais que encontram a um palmo do seu campo de ação criminosa os meandros de um aglomerado difícil de escalar e fácil de abrigá-los da perseguição policial.”*²⁰⁴

²⁰³ “Uma solução correta para o problema das favelas” *Agente*, fev. de 1969

²⁰⁴ “Vitrine da miséria” *Jornal do Brasil*, 15/01/1966.

Encontramos outro exemplo numa reportagem do Jornal do Brasil logo após a criação da autarquia, em que consta, entre as razões apresentadas para uma ação direta do Governo Federal na Guanabara, que para impedir o crescimento das favelas, era importante a atuação de um órgão com atuação nacional, para resolver a questão dos fluxos migratórios de outros estados, explicação que surge de maneira confusa na matéria, sob a ‘cabeça’ de ‘Imigração’: “*Os levantamentos sócio-econômicos demonstraram que a maioria dos favelados é originária dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e da própria Guanabara (sic!)*”²⁰⁵ Vale dizer que, em publicação especial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre as favelas da Guanabara, com dados do Censo de 1960, o número de moradores nascidos na Guanabara é de 47,8%, e os que nasceram no Estado do Rio é de 17% (lembrando considerar que nesse último estão incluídos também os nascidos na Região Metropolitana).²⁰⁶

Para os contrários à remoção, inclusive os principais interessados, os moradores de favela, não havia espaço para contestar tal informação, embora a principal entidade do movimento comunitário das favelas cariocas, a FAFEG, posicionasse-se frontalmente contrária às remoções, que se lê em matéria do Jornal do Brasil: “*Os favelados cariocas preparam-se para lutar contra as remoções e a favor da urbanização do local onde vivem.*”²⁰⁷

Nesta matéria ainda, podemos ver a Convocatória do II Congresso da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara, a FAFEG, em 1968: “*Com o trabalho do homem, a cidade cresce, o progresso aproxima-se das áreas onde você habita, crescendo a cobiça desses lugares já valorizados. Embora a lei seja **igual** [grifo no original] para todos, sempre vence o mais forte, e surgem as remoções para lugares longínquos, trazendo vários transtornos para o homem que vive de salário. O que será do trabalhador quando a cidade chegar em Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus? Para onde você vai?*”²⁰⁸ E a resolução sobre a política de remoções, a FAFEG

²⁰⁵ “Falta de terrenos retardou fim das favelas, diz Negrão” *Jornal do Brasil*, 10/05/1968

²⁰⁶ IBGE. *Favelas do Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. O total da população das favelas do Estado da Guanabara é de 330.283 pessoas; nascidos na Guanabara: eram 158.166, nascidos no Estado do Rio: 56.377.

²⁰⁷ “Favelados se preparam para lutar contra a sua remoção” *Jornal do Brasil*, 31/11/1968.

²⁰⁸ *Idem*.

decide a “*Rejeição de qualquer remoção, condenação do desperdício humano e financeiro resultante dos problemas da remoção.*”²⁰⁹ O congresso defendeu ainda que seja feita a urbanização da favela enquanto responsabilidade do governo.

Em documento da CHISAM, onde é feito o balanço da sua atuação nos primeiros anos, em dois trechos fica evidente a postura ‘autista’ da autarquia. O primeiro fala sobre o processo de elaboração do plano de desfavelamento que levou à criação da CHISAM: “*Ao completarmos o planejamento estabelecido para o desfavelamento progressivo da área do Grande Rio, defrontamo-nos com alguns problemas relacionados a teses, idéias e teorias sobre a favela e o favelado (...) As opiniões ouvidas, a bibliografia consultada, a pouco nos conduziram.*”²¹⁰

Outro momento, é quando a CHISAM tendo tornado públicas suas intenções, foi alvo de críticas: “*À medida que a programação, diretrizes e filosofia das atividades a serem desenvolvidas pela CHISAM foram se concretizando através de documentos escritos, entrevistas oficiais e divulgação pela imprensa, desabou nas favelas uma avalanche de comentários e boatos sobre o que se pretendia realizar (...) Uma infinidade de técnicos e pseudo-técnicos emitiam opiniões, defendiam teses, propunham soluções, porém os interessados diretos ficavam mudos [refere-se aos favelados, com fortes razões para ficarem mudos, como veremos]. Utilizando o processo de trabalhar com dedicação e convicção de que estávamos certos, virtualmente nenhuma crítica foi oficialmente rebatida.*”²¹¹

Essa postura autista é possível na atmosfera de intensa repressão e fechamento dos canais democráticos. A razão para os favelados estarem ‘mudos’, embora o movimento comunitário no ano de 1968 tenha se posicionado contra a remoção, como nós vimos, deve-se ao emblemático episódio da remoção da favela Ilha das Dragas, na Lagoa, em 1968. Numa matéria publicada em O Jornal, sobre a remoção da Ilha das Dragas, fica patente a contrariedade da diretoria da associação de moradores local em relação à remoção para Cidade de Deus. Ao se referirem sobre as visitas de moradores ao conjunto promovidas pelo Estado, os diretores da associação diziam que os moradores não a queriam: “*Visitam a Cidade de Deus apenas pelo passeio, pois logo ao*

²⁰⁹ Relatório final do II Congresso da Fafeg apud LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *Op. cit*

²¹⁰ CHISAM. “*Metas alcançadas ...*” *Op. cit.*

²¹¹ *Idem.*

retornarem, explicam ‘sair daqui,não saio nunca’.”²¹² Numa matéria do jornal Luta Democrática sobre a remoção da Ilha das Dragas, a remoção se evidencia uma imposição do governo: “*Um grupo de assistentes sociais intimou as 600 famílias residentes na Ilha das Dragas, na Praia do Pinto, a dali saírem no prazo de 60 dias, findo o qual terão que sair ‘mesmo à força’.* Perguntadas para onde iriam os favelados, disseram as assistentes sociais que as famílias da Ilha das Dragas poderiam ir para onde quisessem, às suas próprias custas, mas que, por conta do governo do Estado, somente para a Cidade de Deus.”²¹³ Como houvesse ainda resistência por parte da associação de moradores, quatro membros de sua diretoria foram presos por homens à paisanas em carros com placas frias, segundo reportagem do jornal Correio da Manhã²¹⁴, e a remoção acabou se concretizando.

Logo após esse episódio da Ilha das Dragas, houve a remoção da Praia do Pinto, a partir de um incêndio (proposital? discutiremos à frente), quando a associação local e a Fafeg não se manifestaram oficialmente, já tendo sido avisadas de que não seriam toleradas manifestações.²¹⁵ O incêndio da Praia do Pinto, que pôde ser visto da favela da Catacumba²¹⁶, onde além de perderem suas casas, talvez alguns perderam a vida e muitos todos os seus bens, o que acabou ‘esfriando’ qualquer intenção de resistência pleo custo maior que ela poderia significar.

Mesmo assim, quando da remoção da Catacumba, percebemos numa matéria do Jornal do Brasil as tensões que envolviam o processo de remoção, quando o coordenador da CHISAM, Gilberto Coufal, que acompanhou pessoalmente a remoção da favela “*pediu que fosse evitada a festa de despedida que os moradores estavam programando para hoje e amanhã, pois teme que possam ocorrer distúrbios.*”²¹⁷ Embora a presença de agentes das forças de segurança nos processos de remoção das

²¹² “Mudança leva inquietação aos moradores das Dragas” *O Jornal*, 01/09/1968.

²¹³ “Ilha das Dragas será despejada em 60 dias” *Luta Democrática*, 28/08/1968.

²¹⁴ “Favelados querem seus chefes livres e apelam a Negrão” *Correio da Manhã*, 12/02/1969.

²¹⁵ Ver: BRUM, Mario Sergio *Op. cit* e NUNES, Guida *Op. cit*.

²¹⁶ Conforme nos contou a socióloga Janice Perlman, que na época estava fazendo pesquisa na Catacumba e que pôde ver o fogo do barraco onde estava morando na época, uma imagem que assustou não só a ela, mas os moradores da Catacumba, como uma espécie de presságio.

²¹⁷ “CHISAM transfere 43 birosqueiros no 2º dia de mudança da Catacumba” *Jornal do Brasil*, 01/10/1970.

favelas fossem justificadas pelas autoridades como forma de proteger os pertences dos removidos, a composição do aparato presente na remoção da Catacumba é bastante esclarecedora quanto aos reais objetivos daquela presença: “*O policiamento da favela, durante o período de mudança, vem sendo feito por um Choque da Polícia Militar, mas ontem estiveram no local agentes do DOPS [Departamento de Ordem Política e Social].*”²¹⁸

Como diversos autores apontam, uma das características dos regimes militares do Cone Sul é dotar suas políticas de um caráter eminentemente técnico, estando fora do âmbito da política²¹⁹. Desse modo, a remoção revestia-se de um caráter neutro, conforme podemos ver no documento da CHISAM: “*Concluiu-se em primeiro estudo que somente na área do Grande Rio existiam áreas federais, situadas no perímetro urbano, ainda não ocupadas, superiores a 11 (onze) milhões de metros quadrados, que permitiam a construção de aproximadamente 45.000 novas habitações. A estas, além das áreas de propriedade dos governos dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, poderiam ser somadas parcelas consideráveis de áreas ocupadas por favelas, possíveis, técnica, econômica e urbanisticamente, de sofrerem um processo de RENOVAÇÃO URBANA, integrando-se, e a seus moradores, no contexto urbano e social das cidades.*” (destaque no original).²²⁰

De modo que os termos ‘Renovação Urbana’, ou ‘desfavelamento’, são usados amplamente nesse documento. Embora *Renovação Urbana* na maioria das vezes seja usado como sinônimo de urbanização da favela, em outros trechos não fica claro se a intenção era urbanizar as favelas ou liberar a área para empreendimentos residenciais para a classe média e para indústrias, o que acabou sendo a tônica. Aprofundaremos esse ponto mais à frente.

²¹⁸ *Idem.*

²¹⁹ É tema controverso o quanto a Ditadura no Brasil teve um caráter *militar* ou militar-civil. Travado por autores como Guillermo O’Donnell, Alfred Stepan, René Dreyfuss, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, entre outros. Em Castells, falando especificamente sobre os conflitos urbanos, também temos esta análise em que o Estado se apresenta (à sociedade) como um racional administrador, regulando possíveis conflitos através da planificação urbana, tornando “técnicos” todos os problemas relacionados ao espaço urbano, em busca de controle social. CASTELLS, Manuel. *Op. cit.*

²²⁰ CHISAM. *Origem – Objetivos – Programas – Metas*. Rio de Janeiro: BNH / Ministério do Interior, 1969.

Historicamente vistas como potenciais locais de infiltração comunista, o controle do território urbano e principalmente das favelas, também era uma prioridade sob o binômio *desenvolvimento e segurança*²²¹. Isto é dito de maneira clara em documento da CHISAM: “*As implicações de ordem social que trazem as favelas em estado de constante crescimento exigem uma tomada de posição imediata.*”²²²

Sob as restrições do período, tratava-se de ordenar o espaço urbano sem abrir espaços ao debate com a sociedade. Afinal, como explica Portes: “*A elite militar não vê a população como co-participante do processo de desenvolvimento nacional, mas sim como matéria do mesmo.*”²²³ Na conjuntura da época, para as autoridades, os favelados eram a matéria por excelência a ser desenvolvida.

Segundo material da CHISAM, a ação da autarquia não se limitava apenas à construções de conjuntos e remoções de favelas, e sim que havia um sentido de ‘recuperação’ e ‘integração social’ dos favelados através do alcance dos seguintes objetivos: “*a) propiciar a aquisição de casa própria a famílias de baixa renda, desenvolvendo-lhes o sentido de propriedade e confiança nas autoridades legalmente constituídas; b) retirá-los de um ambiente irrecuperável, propiciando-lhes a abertura de novos horizontes e oportunidades; c) recuperá-los social e economicamente para poderem integrar a sociedade constituída.*”²²⁴

A criação da CHISAM

Em 1967, O BNH passa a contar com recursos oriundos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que ampliou consideravelmente o capital disponível ao banco, de modo que lhe foi assegurado “*um fluxo amplo e contínuo de capital inteiramente independente do retorno do investimento*”²²⁵ De modo que outra recomendação feita pela Subcomissão de favelas do período varguista, a de construir

²²¹ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Op. cit.*

²²² CHISAM. “*Origem – Objetivos...*”. *Op. cit.*

²²³ PORTES, Alejandro. “Política habitacional, pobreza urbana e o Estado: as favelas do Rio de Janeiro, 1972-76.” *Estudos CEBRAP*, n. 22, out/dez 1977, p.131-161.

²²⁴ CHISAM. “*Metas alcançadas ...*” *Op. cit.*

²²⁵ LANGSTEN, RAY. *Op. cit.*

habitações em larga escala usando recursos de fundos previdenciários dos trabalhadores, era seguida pelo regime de 1964.²²⁶

A partir de 1968, o programa remocionista ganha ímpeto com a criação da CHISAM através do Decreto Federal n.º 62. 654, em 03/05/1968, vinculada ao Ministério do Interior, juntamente com o BNH, com a autarquia assumindo o controle direto de vários órgãos do governo do estado da Guanabara.

Novamente, é possível perceber continuidades entre as ações remocionistas de Carlos Lacerda e o programa levado a cabo pela CHISAM, a ponto de constar referência ao governo Lacerda no documento de apresentação da autarquia, no item ‘As tentativas realizadas’: *“Somente a partir de 1962 é que o problema das favelas passou a ser enfocado com mais profundidade.”*²²⁷ Não à toa, esse foi o ano em que a remoção passou a ser a tônica das ações do governo estadual para as favelas, sendo elogiada no documento a iniciativa da *“erradicação total da favela para os conjuntos residenciais”*.

Numa entrevista de Gilberto Coufal ao Jornal do Brasil em 1971, já como ex-coordenador da CHISAM, este reafirmou a visão positiva sobre o viés remocionista de Lacerda: *“As primeiras iniciativas, no governo Carlos Lacerda, foram válidas, no meu modo de entender, apesar dos protestos que geraram. Pelo menos fixou-se numa diretriz, uma política a ser seguida.”*²²⁸

O fracasso da Vila Kennedy como ‘solução’ para as favelas fora tratado em reportagem de página inteira no Jornal do Brasil, logo quando da criação da CHISAM, apontando como elementos deste fracasso: a má qualidade dos serviços; o aspecto de pobreza dos moradores do conjunto e a queda na sua renda; o aumento da criminalidade; o fato de que 20% dos moradores removidos já haviam voltado para as favelas; além de que as 1200 crianças nascidas no conjunto *“são tão raquíticas e subnutridas quanto às da favela, e suas perspectivas não são melhores.”*²²⁹

Para as autoridades da CHISAM, as remoções da época de Lacerda não lograram resultados satisfatórios porque *“Com reduzidos recursos e com soluções incompletas*

²²⁶ Como mais uma fonte de receita para um programa de construção de habitações populares seriam os *“fundos que as instituições de previdência social têm destinado para aplicações em construção de habitações.”* Ver SUBCOMISSÃO DE FAVELAS. *Op. cit.*

²²⁷ CHISAM. *“Origem – Objetivos...”* *Op. cit.*

²²⁸ “Ex-coordenador da CHISAM é por integrar favelados” *Jornal do Brasil*, 06/12/1971.

²²⁹ “Vila Kennedy fracassa como experiência para acabar com as favelas” *Jornal do Brasil*, 07/07/1968.

por falta de condições financeiras ou alterações de diretrizes da política de desfavelamento, as obras executadas são até hoje altamente controvertidas, quanto aos seus objetivos.”²³⁰

Como obter, então, os resultados que seriam satisfatórios para os diversos setores da sociedade que clamavam por uma ‘solução definitiva’ para as favelas? A opção da remoção era preconizada, por exemplo, num editorial do Jornal do Brasil em março de 1969: *“Parece que não há mais nada a discutir no caso das favelas. Cerca de 80 por cento da população do Rio aprovam a extinção progressiva desses núcleos com a remoção simultânea de seus moradores para conjuntos habitacionais.*”²³¹

Voltando ao documento da CHISAM de 1969, é dito que, mesmo com os programas desenvolvidos para as famílias de baixa renda desde a criação do BNH, também não foram obtidos resultados satisfatórios. Entre as razões, além da *“grandeza do dimensionamento das favelas”*, estavam: falta de recursos dos governos dos estados; falta de terrenos viáveis, sob vários aspectos para a construção de habitações de baixo custo; diversificação de órgãos públicos e privados atuando de forma desordenada, a falta de uma política única e contínua; multiplicidade de soluções e improvisações.

Vemos outra possível recomendação apontada pela Subcomissão de Favelas do início da década de 1950 (o documento diz que a mesma não é consensual) é que a *“verdadeira solução está na criação de um organismo oficial, que dedicando exclusivamente a tudo que se relacione ao assunto, mantenha sob sua supervisão e comando, o estudo, orientação e coordenação do problema. Entretanto, cumpre indagar: que posição deveria ter esse órgão na estrutura governamental? Deveria constituir-se em forma de autarquia ligada diretamente à presidência da República ou caberia estar contida, sob a forma de um serviço, de um departamento ou mesmo de uma sub-secretaria de Estado?”*²³²

Embora não possamos esquecer que a Subcomissão de 1952 tratava do problema em âmbito nacional, por mais que o foco maior percebido no documento fosse a então capital da República (menos não seja pelo termo utilizado: *favelas*), a inspiração para criação de algo nos moldes da CHISAM surge claramente neste trecho: *“deveria caber tal função a um organismo enquadrado na administração dos Estados, Territórios ou*

²³⁰ “Ex-coordenador da CHISAM é por integrar favelados” *Jornal do Brasil*, 06/12/1971.

²³¹ “Espírito comunitário” *Jornal do Brasil*, 11/03/1969.

²³² SUBCOMISSÃO DE FAVELAS, *Op. cit.*

*Municípios, com suas atividades supervisionadas por um órgão coordenador situado na esfera da administração federal?”*²³³

Vale registrar que as duas propostas foram apresentadas como sugestões ao debate para *Semana de Estudos: Favelas*. De qualquer modo, nos 16 anos passados entre a Subcomissão até 1968, as duas propostas, mais complementares que antagônicas, se realizaram através da criação da CHISAM, que tanto era uma autarquia da esfera federal quanto ficava responsável pela coordenação dos órgãos de esfera estadual.

Os argumentos para que o governo federal assumisse diretamente a questão habitacional na Guanabara e Grande Rio eram, entre outros, que: “*o problema das favelas havia atingido um nível tal que jamais poderia ser solucionado, isoladamente, pelos Governos dos Estados*”; as soluções ao problema implicam atuação na região metropolitana, no Estado do Rio de Janeiro, separado da cidade na época; parte da população das favelas se origina de migrantes de outros estados, e o controle destes fluxos migratórios só pode ser feito pelo governo federal.²³⁴

A criação da CHISAM assegurava que a política para as favelas na Guanabara e na região metropolitana, no Estado do Rio, ficaria sob controle do governo federal, como demonstra, de forma inequívoca, Gilberto Coufal, seu coordenador geral, ao falar das funções da autarquia: “*Evitar que cada órgão tenha sua diretriz própria; evitar que cada pessoa ou administrador manifeste opiniões diferentes a respeito do problema específico de cada favela. (...) É uma necessidade imperiosa de fixação de diretrizes e de uma política única do Governo Federal e dos dois Estados.*”²³⁵

Em 1973, já sendo Chagas Freitas o novo governador da Guanabara, vemos numa reportagem as críticas de diretores da COHAB em relação à CHISAM e à gestão anterior do governo (a quem atribuíam a responsabilidade pelos problemas existentes nos conjuntos, como alta inadimplência e a deteriorização de prédios e ruas): “*Segundo esses diretores, embora a CHISAM, de acordo com seus estatutos, só possa agir como órgão diretivo e de coordenação, não tendo responsabilidade ou autoridade de*

²³³ *Idem*

²³⁴ CHISAM. “*Metas alcançadas ...*” *Op. cit.*

²³⁵ “Uma solução correta para o problema das favelas” *Agente*, fev. de 1969.

execução de remoção de favela, tarefa que pertence somente ao Estado, na administração passada, acabou por dominar a situação totalmente.”²³⁶

Também o governo federal daria encaminhamento definitivo a uma questão histórica no Rio de Janeiro. Questão que possuía repercussão nacional: pelo passado de capital, pela importância da cidade e a própria dimensão que o problema-favela adquiriu. Assim, o governo federal tinha legitimidade para executar diretamente uma política para as favelas, de acordo com seus parâmetros.

É interessante notar também que numa publicação do próprio Governo da Guanabara, um estudo sobre as condições geográficas da indústria no Rio de Janeiro, uma das dificuldades para resolução do tema e para a implantação de um planejamento urbano era o fato de que a cidade “*extravasou os limites do Estado da Guanabara.*”²³⁷ Além disso, as áreas destinadas às indústrias, conforme regulamentos e ‘planos diretores’ da Guanabara (abordaremos isto mais à frente), estavam situadas nas áreas limítrofes da Guanabara com o antigo Estado do Rio, o que foi apontado como uma das dificuldades para uma ação efetiva, pois “*uma fronteira inter-estadual que não favorece a uma planificação do zoneamento urbano, pulverizando a ação administrativa*”²³⁸

Considerando que Negrão de Lima havia sido eleito governador pelo voto oposicionista, temos que destacar também o estatuto da Guanabara dentro da Federação, que há pouco tempo havia deixado de ser a capital federal. A questão da favela foi sempre tratada, como vimos acima, como uma mácula na cidade-capital. Por diversas ocasiões (Plano Agache, Parques Proletários, etc.) o Governo Federal foi o responsável direto pela ‘solução do problema’, naturalizando historicamente este papel, mesmo numa nova realidade política em que a Guanabara era um ente federativo, mas com ‘limitações’, visto seu papel anterior. A quantidade de terrenos de propriedade da União, que tanto estavam ocupados por favelas quanto eram apontados como locais de construção dos Conjuntos Habitacionais, é mais uma prova da especificidade da Guanabara e das complicadas relações entre esse estado e o governo federal.

²³⁶ “Blocos de conjunto da COHAB estão afundando no Quitungo” *O Globo*, 09/04/1973. Curiosamente, a matéria está localizada na seção ‘Grande Rio’.

²³⁷ GOVERNO DA GUANABARA. *Aspectos da geografia das indústrias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1969.

²³⁸ *Idem*.

Vale dizer que Negrão de Lima, em reportagem do Jornal do Brasil logo após a criação da CHISAM, diz que a criação da mesma foi comunicada com bastante antecedência pelo Ministro do Interior, o General Albuquerque Lima, com quem, segundo Negrão “*sempre manteve excelente entendimento*”. Ao longo da matéria, constando ser o primeiro pronunciamento de Negrão sobre a CHISAM, o tom dado pelo governador a medida é elogioso e que, o que ocorre na verdade, mais do que uma ‘intervenção’ do Governo Federal na Guanabara, é uma soma de esforços.²³⁹

Se antes o Governo da Guanabara era acusado na imprensa de “inação” (como constava na cabeça de uma reportagem do Jornal do Brasil) por não combater o crescimento das favelas: “*não há quem não saiba que as favelas estão crescendo. O noticiário dos jornais vem denunciando isso, em vão, porque o Estado não sabe e não tem como resolver o problema.*”²⁴⁰ O tom crítico muda conforme a opção pela remoção ganha forma, como podemos ver em editorial do mesmo jornal: “*A principal preocupação do Governo da Guanabara, agora que optou pela remoção, deve ser a de executar com urgência o seu plano (...) O governo está no caminho certo _finalmente_ no caso das favelas. Mas falta-lhe um pouco mais de entusiasmo para resolver a questão em definitivo, o que só será possível quando tombar o último barraco da paisagem carioca.*”²⁴¹

Pelo tom de crítica deste editorial, é possível perceber um período de indefinição por parte de Negrão de Lima, no que a CODESCO é tratada por parte da bibliografia como expressão máxima dessa indefinição entre *urbanização X remoção*²⁴², mesmo

²³⁹ “Falta de terrenos retardou fim das favelas, diz Negrão” *Jornal do Brasil*, 10/05/1968.

²⁴⁰ “Nova favela nasce livremente perto do Rebouças” *Jornal do Brasil*, 29/09/1968.

²⁴¹ “Integração de favelados” *Jornal do Brasil*, 18 e 19/05/1969.

²⁴² Como em VALLA, Victor Vincent (Org.). *Educação e favela; políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Vozes, 1986 e também em FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. A Codesco (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades) era subordinada à Companhia Progresso do Estado da Guanabara (COPEG), tendo sido criada pelo Governo da Guanabara em 1968, que contou com verba doada pela Usaid, além de recursos do governo do estado e, em menor quantidade, do BNH (que quatro meses depois criou a CHISAM). A Codesco defendia a permanência dos favelados nas áreas próximas ao seu local de trabalho, realizando a urbanização somando os estudos de técnicos (entre eles, arquitetos como Ferreira dos Santos) com o conhecimento e vontade dos moradores para as obras na comunidade e no desenho de

porque a maior parte do movimento comunitário das favelas cariocas apoiara Negrão justamente por ter se comprometido a prosseguir o programa remocionista de Lacerda.²⁴³

Em reportagem sobre uma cerimônia da Ação Comunitária do Brasil – GB (ACB-GB), no ano de 1967, por exemplo, Negrão de Lima ainda se posicionava pela urbanização de favelas, instalando comissões de luz e, segundo ele *“chegará a vez do abastecimento de água entrosar-se ao sistema de prestação de serviços aos favelados, segundo o mesmo credo_ integrar a comunidade na favela e esta na comunidade. Nunca segregar uma da outra, abrindo abismos na cidade.”*²⁴⁴

Entretanto, o ‘entusiasmo’ cobrado pelo editorial do Jornal do Brasil não demorou a surgir. Através dos jornais e das fontes produzidas pelo próprio Governo da Guanabara, vemos que a remoção passou a não a ser tratada como algo estranho às políticas habitacionais executadas pelas autoridades do Estado. Pelo contrário, ela não apenas foi defendida como reivindicada.

Giuseppe Badolatto comenta que Negrão se interessou pela remoção logo no início do mandato, contando que foi chamado por Augusto Villas Boas, presidente da COHAB, para uma reunião na sede do Governo do Estado: *“Eu fiz ver ao doutor Villas Boas, que o estado tinha que se beneficiar desses recursos federais [do BNH], porque eles não traziam ônus para o Estado! Uma vez que os recursos não eram alocados e o retorno era por parte de cada morador, que ia pagar sua casa em 20, 25 anos. Quando o presidente da COHAB colocou para o governador que esse processo não envolveria a colocação de grandes recursos do Estado, a não ser uma vontade política de fazer. O doutor Villas Boas me levou no Palácio e pediu que eu fizesse uma explanação ao governador sobre o programa que a COHAB vinha desenvolvendo e a vinda de recursos através do BNH. Se me permite, ele até usou uma expressão: ‘Como é que é a questão dessas casinhas?’ Então, eu expliquei todo o programa, como vinham os recursos, então ele deu um prazo de 60 dias para apresentar um plano de 30 mil casas. E nesse período, paralelamente, a CHISAM vinha desenvolvendo as concorrências,*

suas ‘novas’ casas. Foram escolhidas três favelas para receberem obras de urbanização: União, Mata Machado e Brás de Pina.

²⁴³ Ver nota 64.

²⁴⁴ “Ação Comunitária forma sua 1ª turma de assessores e ganha elogio do governador” *Jornal do Brasil*, 02/08/1967.

para fazer conjuntos habitacionais na cidade do Rio de Janeiro e em alguns outros lugares. Aí então, a CHISAM, vendo que o Negrão de Lima começou a dar apoio à política de habitação, houve uma proposta pela CHISAM da COHAB assumir o programa que ela havia criado. O Negrão deu todo apoio e aí se fundiu. Na verdade, quem realizou as obras da CHISAM foi a COHAB.”²⁴⁵

No documento *Rio: Operação Favela*, o Governo da Guanabara defende o programa remocionista, destacando seu papel de protagonista no programa. Logo na apresentação do documento, escrita por Carlos Leite Costa, chefe da Casa Civil é dito que: “*A política habitacional do Governo da Guanabara é atuante, ambiciosa, mas realista.*” [o grifo é meu]. Também é justificada a presença da CHISAM no programa: “*Ninguém ignora, na atual administração carioca, que o fenômeno do favelamento tem raízes extra-regionais e que seu tratamento exige uma soma considerável de recursos, que o Estado da Guanabara jamais poderia gerar isoladamente.*”²⁴⁶

O papel do governo federal, ainda que seja elogiado, é posto como auxiliar: “*Deve ser registrado com a devida ênfase que o programa habitacional vigente ganhou maior aceleração e entusiasmo com a direta participação do Governo Federal na matéria, inicialmente através dos ponderáveis recursos do Banco Nacional de Habitação e, mais recentemente, com a criação da CHISAM. O entrosamento dos órgãos federais com a Casa Civil do Governo do Estado, a Secretaria de Serviços Sociais e a COHAB representou, de imediato, um avanço considerável nos projetos estabelecidos*”²⁴⁷

Badolatto explica a criação da CHISAM como uma espécie da garantia do Governo Federal em relação à execução do projeto: “*Como existia, na visão federal, que ele [Negrão de Lima] era contra o BNH, o que fez o Governo? Ele criou uma coordenação para fazer um plano para o Rio de Janeiro, independente do governo do Estado. E prepararam uma concorrência, que eu fiz até parte, de fazer o chamado programa CHISAM. Aí criaram um coordenador, um cara lá de Niterói, só que não tinham estrutura para fazer um plano desses, e aí chegaram a conclusão de que o único lugar que poderia coordenar um plano desse era a Companhia de Habitação, em que*

²⁴⁵ Segundo depoimento de Giuseppe Badolatto, em 01/10/2010.

²⁴⁶ GOVERNO DA GUANABARA. “*Rio: Operação Favela...*”. *Op. cit.*

²⁴⁷ *Idem.*

eu chefiava os projetos, tinha uma experiência, e aí deram para nós coordenarmos o programa.”²⁴⁸

Assim, num primeiro momento, havia uma fina sintonia entre governos federal e da Guanabara, que pôde ser demonstrada na *Apresentação* do relatório da COHAB-GB para o ano de 1969, feita pelo próprio coordenador-geral da CHISAM, Gilberto Coufal: *“As diversas citações feitas ao BNH e à CHISAM, caracterizam o perfeito entendimento e afinidade existentes entre organismos do Governo Federal e do Governo do Estado da Guanabara representados pela Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara, os quais irmanados a um extraordinário esforço buscam encaminhar e dar solução a um dos mais graves problemas sociais da Guanabara. Os resultados significativos, apontados neste trabalho, revelam que o cumprimento e continuidade de um programa, previamente estabelecido, o apoio dos poderes públicos locais, uma administração eficiente e um inter-relacionamento autêntico entre financiador, programador e executor, só poderão conduzir aos resultados ora apresentados.*”²⁴⁹

Outra forma do Governo da Guanabara reivindicar a ‘paternidade’ nas remoções e transferência para os conjuntos foi o lançamento, ainda em 1969, do Programa 7 de Setembro: *“Seguramente o maior programa já realizado em nosso País e na América do Sul, no campo da habitação social.*”²⁵⁰ O programa previa que, em parceria com a CHISAM, até o fim do mandato de Negrão de Lima ocorreria a remoção de todas as favelas da Zona Sul, exceto a Rocinha, e a entrega de 50 mil unidades habitacionais nos conjuntos da COHAB-GB.

Na Revista Agente, publicação institucional do Estado da Guanabara, vemos uma matéria com o presidente da Fundação Leão XIII (apresentada como *“órgão que cuida do problema [favela]”*), Délio Santos, que *“aplaude a política habitacional do BNH e vê, com bastante entusiasmo, o trabalho que está sendo desenvolvido pela CHISAM para o desfavelamento do Grande Rio.*”²⁵¹

²⁴⁸ Primeiro depoimento de Giuseppe Badolatto, em 17/09/2010.

²⁴⁹ COHAB-GB. *Um programa que está sendo cumprido. Relatório da COHAB-GB-1969*. Rio de Janeiro, 1969.

²⁵⁰ “Nova favela nasce livremente perto do Rebouças” *Jornal do Brasil*, 29/09/1968.

²⁵¹ “Fundação explica o crescimento das favelas no Rio” *Agente*, fev. de 1969.

É interessante perceber que uma mesma foto do conjunto habitacional da Cidade Alta, por vezes chamado de conjunto de Cordovil, uma das obras de maior envergadura, tanto pelo tamanho do conjunto (64 prédios e 2597 unidades habitacionais) quanto pelo fato de ter servido para abrigar moradores de um dos casos paradigmático do programa remocionista *_a favela da Praia do Pinto_* ilustra com destaque tanto os materiais da CHISAM quanto do Governo do Estado.

Mas esta sintonia entre as esferas de governo, aparentemente, não foi duradoura. Conforme desajustes no cronograma do programa de remoções foram ocorrendo, tais como: falhas no levantamento sócio-econômico dos removidos e defasagem entre a conclusão deste e a remoção em si, que podia ocorrer até dois anos depois; atrasos na entrega dos apartamentos nos conjuntos; entre outras falhas; as autoridades da CHISAM imputavam-nas ao Governo do Estado da Guanabara.²⁵² Este, por sua vez, já sob a gestão de Chagas Freitas, respondia às críticas aos atrasos dizendo que *“a erradicação de favelas obedece a um programa da CHISAM_ do Governo Federal_ e não pode ser alterado.”*²⁵³

A opção pela remoção

Vemos que no decreto de criação da CHISAM, são definidas entre suas atribuições:

_“Promover levantamento econômico, social e territorial, bem como propor legislação específica visando à formulação e execução de um programa continuado de desfavelamento a curto, médio e longos prazos;

*_“Credenciar, dentre os diversos órgãos e entidades existentes nos dois Estados, aqueles que terão a responsabilidade de agentes executores, para efetivação do programa de desfavelamento”*²⁵⁴

Conforme vimos anteriormente, não há uma definição clara nos documentos oficiais da remoção sobre quais eram os significados de *Renovação Urbana* ou *desfavelamento*. De forma que acabar com as favelas, poderia se traduzir em urbanização destas, de modo que se integrariam aos bairros ao não possuírem mais

²⁵² “Favela da Catacumba acaba com a remoção de 136 famílias” *Jornal do Brasil*, 26/11/1970.

²⁵³ “Erradicação das favelas no Rio não deve se completar em 1976” *Jornal do Brasil*, 9 e 10/05/1971.

²⁵⁴ *apud* CHISAM. “Origem – Objetivos...”. *Op. cit.*

contrastes urbanísticos com esses, quanto a arruamento, materiais das casas, serviços públicos, etc.

Ao apresentar os objetivos de longo prazo da autarquia, além da referência sobre a recuperação e integração moral, econômica e social das famílias faveladas, consta também: “*A alteração da paisagem urbana, atualmente deformada pelos núcleos de sub-habitações, através da substituição de barracos por habitações, obras públicas, ou pela própria natureza violentada.*”²⁵⁵ Esta ‘substituição’ poderia se dar tanto através da remoção quanto da urbanização. No primeiro caso, destaca-se que a palavra remoção não é usada: “*O processo adotado será o da venda das habitações construídas ou em final de construção levando-se em conta o atual mercado de trabalho, a renda, o desejo de aquisição ou a necessidade de desocupação da habitação atual* [o grifo é meu]”²⁵⁶ As famílias que poderiam ser classificadas como tendo necessidade de desocupar a ‘habitação atual’ eram as que morassem em locais destinados a receber obras públicas; áreas instáveis com risco à vida dos moradores; moradores de ‘cabeças-de-porco’ ou prédios desapropriados por interesse público; com ações de despejo comprovado e cuja solução seria a favela; vítimas de calamidades; moradores dos Centros de Habitação Social do Estado que tenham renda.

Curiosamente, a urbanização de favelas é apresentada como um dos objetivos da CHISAM, sendo o programa de urbanização, aqui claramente entendido como *Renovação Urbana*, na favela de Brás de Pina e levado a cabo pela Codesco²⁵⁷ (posta também sob controle da CHISAM), usado como referência: “*Programas desta natureza deverão ser desenvolvidos em outras áreas faveladas (...) buscando-se evitar o deslocamento do favelado de seu atual local de moradia (...) ao mesmo tempo em que se executa a transformação da área favelada em novo bairro ou conjunto residencial integrado na região, realizando uma verdadeira Renovação Urbana da área favelada.*”²⁵⁸ Prevvia-se então, ocorrer a urbanização de 13 favelas, além da Brás de Pina.

Em que pese isto, a urbanização sempre foi fortemente criticada pelas autoridades da CHISAM, como fica claro desde esse primeiro material da autarquia: “*A Cruzada São Sebastião, os programas de urbanização desenvolvidos pelo extinto*

²⁵⁵ *Idem.*

²⁵⁶ *Idem.*

²⁵⁷ FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. “*Movimentos urbanos...*”. *Op. cit.*

²⁵⁸ CHISAM. “*Origem – Objetivos...*”. *Op. cit.*

SERPFHA, pelo Departamento de Recuperação de Favelas do Estado, e por inúmeras outras entidades públicas e privadas, não surtiram o efeito desejado, não conduziram a soluções e nem sequer a um equacionamento lógico e realista do problema.”²⁵⁹

Na análise do coordenador geral da CHISAM, Gilberto Coufal, todo o investimento anterior em urbanização deveria ser questionado: *“A urbanização das favelas do Escondidinho, Mangueira, Pavão e Pavãozinho (...) com a mudança, teriam seus ocupantes deixado de pensar e viver como favelados? As urbanizações nas favelas anteriormente citadas fizeram com que aquelas favelas deixassem de ser favelas? Ou seus moradores deixassem de ser favelados?”* Por fim, Coufal conclui: *“Se verificarmos os investimentos feitos nessas obras (...) ficaríamos perplexos com os gastos que a nada conduziram”*.²⁶⁰

Do mesmo modo, em sua tese de livre-docência publicada dois anos antes do surgimento da CHISAM, vemos as opiniões do arquiteto e ex-chefe de Estudos e Projetos da COHAB, Ernani Mendes Vasconcellos, que apresentava argumentos bem semelhantes nas críticas à urbanização de favelas, tomando o caso da Vila da Penha, dizendo que nessa, *“o homem e sua família, apesar das ‘melhorias’ que obtiveram, continuam com os mesmos hábitos de favelados, pouco ou nada os ajudando as ‘melhorias urbanizadoras’ realizadas. A sua recuperação é nenhuma, a sua reintegração na sociedade é nula.*”²⁶¹

Na Fundação Leão XIII, do Governo da Guanabara, a linha de pensamento é a mesma. A defesa de seu presidente, Délio Santos, contra a urbanização, é explícita: *“Se por um lado a favela é uma solução, por outro, entretanto, traz problemas para a comunidade, problemas para o homem da própria favela. Maior para a comunidade, porque a existência destes aglomerados habitacionais subnormais implica numa série de investimentos por parte do governo nas próprias favelas: a necessidade do aumento*

²⁵⁹ *Idem.*

²⁶⁰ “Uma solução correta para o problema das favelas” *Agente*, fev. de 1969. Vale dizer que Coufal dá o exemplo da favela do Barro Vermelho como exemplo de “recuperação urbana”, termo que prefere ao invés de urbanização. Para ele, foi fundamental o fato dos moradores terem obtido a propriedade da terra, que somado ao apoio do Estado na construção das casas (com a mão-de-obra dos moradores) *“permitiu uma mudança na mentalidade de seus moradores: não são mais favelados.”*

²⁶¹ VASCONCELLOS, Ernani Mendes. *Pequena arquitetura para um grande problema. Uma experiência vivida*. Tese de Livre-docência. Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 1966.

da rede d'água, a criação de novas escolas e determinados equipamentos comunitários, trazendo também problemas de saúde. Em muitas favelas, principalmente as localizadas em terreno plano, as condições de salubridade são as piores possíveis.”²⁶²

O discurso, baseado em ‘razões técnicas’, contra a urbanização e pela remoção também encontrava defensores na imprensa, como vemos no já citado editorial do Jornal do Brasil: *“À utópica aspiração de urbanizar as favelas opunham-se os mais elementares princípios da lógica administrativa. O ideal não é estimular a favela, mas eliminá-la. Para isso, o único caminho é a mudança de seus moradores para residências populares em conjuntos construídos especialmente para esse fim.*”²⁶³

O apoio da imprensa ao programa era motivo de orgulho da própria CHISAM, que em seu documento de 1973 apresenta um tópico chamado de “Posição da Imprensa”, onde se apresentam, citando reportagens e editoriais, a posição de apoio dos grandes jornais ao programa de remoção, sendo a alternativa da urbanização tratada como demagógica, destacando-se que o programa contava, inclusive, com apoio dos favelados, como por exemplo, neste editorial: *“O ‘Jornal do Brasil’, na edição de 8 de novembro, publicou ampla matéria, subordinada ao título: ‘Famílias levadas da Gávea para Cordovil festejam a mudança com muita cerveja’. Nessa notícia descrevia o matutino carioca a satisfação dos favelados transferidos da rua Marquês de São Vicente para o conjunto de Porto Velho em Cordovil.*”²⁶⁴

Coufal, pouco tempo após o início do programa, já tendo deixado o cargo, foi mais explícito, dizendo que após estudos coordenados por sociólogos e assistentes sociais: *“Chegou-se à conclusão de que o sistema a urbanização da favela não era psicologicamente favorável, pois os favelados continuavam pensando, agindo e vivendo como favelados. Então, o filho daquele homem que morava na favela, vai crescer mentalmente um favelado.*”²⁶⁵

Voltando a Coufal, este explica que a urbanização de favelas poderia ser feita em favelas, que se encaixassem nos seguintes critérios: 1) estivessem em locais que não oferecessem riscos para estabilidade ou segurança das construções 2) estivessem em locais que a curto e médio prazo receberão obras públicas, como praças, ruas, etc. 3)

²⁶² “Fundação explica o crescimento das favelas no Rio” *Agente*, fev. de 1969.

²⁶³ “Integração de favelados” *Jornal do Brasil*, 18 e 19/maio/1969.

²⁶⁴ CHISAM. “Metas alcançadas ...” *Op. cit.*

²⁶⁵ “Ex- coordenador da CHISAM é por integrar favelados” *Jornal do Brasil*, 06/12/1971.

estivessem em locais onde o investimento em urbanização fosse economicamente viável 4) sua posição não impedisse o desenvolvimento industrial ou comercial do bairro em que se localizam 5) não estivessem situadas em terrenos que, por seu valor, em função da vocação do bairro, fosse possível, através da comercialização, carrear-se para o programa recursos que permitirão sua utilização 6) houvesse possibilidade econômica de transferência de propriedade da terra a seus moradores. Além desses, se levaria em conta os tipos de mercado de trabalho e tipos de emprego que a região ofereceria e aos moradores. O não-atendimento a um desses critérios impediria a urbanização e a favela seria classificada como passível de remoção.²⁶⁶

O critério número 1 é passível de discussões técnicas. O 2 e o 6 dependiam de outros atores, dentre os quais e principalmente, o Estado, visto que muitas vezes eram decisões pertinentes a este, se haveria ou não investimentos na área ou possibilidade de transferência de propriedades.

Os critérios 3, 4 e 5 se dariam por decisões políticas, em que o fato da favela se encaixar ou não nestes critérios era uma decisão exclusiva das autoridades. Em seu depoimento, o senhor Badolatto disse que o poder de decisão sobre quais favelas seriam removidas era da CHISAM: *“As decisões políticas e sociais eram do Governo Federal. (...) Quando se criou a CHISAM, já existia por parte do Governo Federal que tratamento dar, quais eram as favelas que davam mais problema, quais eram as mais instáveis ou mais problemáticas. Então, a própria CHISAM coordenou a ação política e administrativa das remoções.”* _ enquanto que, ao Governo do Estado, cabia apenas a decisão de onde os conjuntos seriam localizado.²⁶⁷

Vemos então que, a seguir aqueles critérios, simplesmente todas as favelas do Rio poderiam não ser urbanizadas, e sim removidas. Lembrando mais uma vez que isso se dava numa conjuntura onde os espaços para o debate público e para a divergência às políticas de Estado estavam bem restritos, pois, se a remoção tinha uma variada gama de defensores, podemos encontrar vozes contrárias a ela também em diversos setores, além do movimento comunitário de favelas.

Para exemplificar, num artigo de outubro de 1968, cujo mote é a mesma questão (remoção x urbanização), o sociólogo e ex-secretário de Serviço Social da Guanabara José Artur Rios, analisava: *“Infelizmente, a idéia da ‘erradicação’, em qualquer*

²⁶⁶ “Uma solução correta para o problema das favelas” *Agente*, fev. de 1969

²⁶⁷ Segundo depoimento de Giuseppe Badolatto, em 01/10/2010.

*hipótese, está ganhando terreno na mentalidade dos nossos urbanistas e administradores que imaginam tratar-se de uma operação tão simples como a remoção de uma fita durex. Muitas vezes não tomam consciência sequer dos valores que os levam a adotar essa posição, como ideais de recuperação paisagística, válidos em outro contexto, ou o que é pior, uma vaga noção puritana de 'limpeza' que exclui o convívio de pessoas diferentes categorias étnicas ou sociais.”*²⁶⁸

Em janeiro de 1969, num seminário interno promovido pela ACB-GB, o superintendente da entidade, o General George Alberto Rocha, se posicionou contrariamente à remoção: *“O maior problema para a urbanização de favelas é tirar o homem de seu ambiente, o que lhe ocasiona uma série de problemas: de transportes, de educação para os filhos (...). Por isso eles relutam em sair das moradias primitivas, e só saem à força.”*²⁶⁹ Na época, a entidade executava um programas de urbanização de favelas baseadas na ‘auto-ajuda’, no que a ACB *“procura incentivar a execução de um pequeno projeto, como por exemplo, uma escada, estrada, a pintura e limpeza das habitações, abertura de clubes sociais e desportivos. (...) Ultrapassada esta fase, a comunidade está pronta para realizar projetos maiores, como o sistema de abastecimento de água.”*²⁷⁰

Em janeiro de 1968, numa palestra montada por um órgão do próprio Governo Federal (Serphau –Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), o renomado urbanista americano, John Turner, fez uma condenação à remoção apontando que o favelado, com baixo orçamento, não suporta as despesas extras que o deslocamento para as periferias distantes dos locais de trabalho ocasionava.²⁷¹

²⁶⁸ RIOS, José Artur *et alli*. “Remover ou urbanizar favelas?”. *Debates Sociais*, n. 7, 1968. p. 30-33. O artigo, dividido em três parte, apresenta ainda as opiniões sobre o tema de funcionários do Serviço de Habitação Social da Prefeitura de São Paulo e de Vítor de Oliveira Pinheiro, então Secretário de Serviços Sociais da Guanabara.

²⁶⁹ “Ação Comunitária do Brasil fecha seminário para ajuda às comunidades faveladas”. *Jornal do Brasil*, 12/01/1969. Nestes seus primeiros anos, a Ação Comunitária executava programas de urbanização *in loco* em cinco favelas na Guanabara, recebendo, para isso, verbas de órgãos públicos, empresas e até de organismos internacionais, como a agência estadunidense USAID. Mais à frente, falaremos do histórico da organização.

²⁷⁰ “Ação Comunitária no Brasil” *Jornal do Brasil*: Suplemento Especial, 19/06/1969.

²⁷¹ “Professor americano acha que transferência não é solução para favelado” *Jornal do Brasil*, 23/01/1968.



Uma favela sendo removida, que serviu de 'prova' de que a favela destoava do ambiente ao redor, de acordo com material de divulgação da CHISAM (CHISAM 1971)

Por outro lado, ainda, é possível perceber que a premissa básica que orientava a CHISAM era de que a favela destoava do ambiente ao redor, por várias razões, conforme documento da autarquia: *“Os aglomerados de favelas construídos de forma irregular, ilegal e anormais ao panorama urbano em que se*

*situam não integram o complexo habitacional normal da cidade, pois, não participando de tributos, taxas e demais encargos inerentes às propriedades legalmente constituídas, não deveriam fazer jus aos benefícios advindos daqueles encargos.”*²⁷² Ou seja, por sua condição de ilegalidade quanto à posse da terra e pelo suposto não pagamento de tributos, as favelas não deveriam receber investimentos de urbanização.

É interessante perceber também o contraste entre os documentos da CHISAM de 1969 e o de 1971. No primeiro, além de abrir a possibilidade de algumas favelas serem urbanizadas, o termo *Remoção* não aparece. Constam no documento as palavras *erradicação, desfavelamento, desocupação da área*. Apenas quando se fala de favelas específicas, como a Praia do Pinto e Ilha das Dragas, o adjetivo ‘removidos (as)’ é utilizado para referir-se a barracos ou famílias. Já no documento de 1971, o termo *Remoção* é largamente utilizado, enquanto a urbanização de favelas é praticamente descartada.

Em ambos os documentos é explicado que a área metropolitana do Grande Rio fora dividida em setores englobando algumas favelas e onde seriam construídas as novas habitações, de modo que em cada setor estivessem adequadas à renda das famílias a permanência no local ou a transferência para um conjunto: *“Procurou-se estabelecer um equilíbrio de oferta, em função das necessidades estimadas de habitação de cada*

²⁷² CHISAM. “Origem – Objetivos...”. *Op. cit*

favela selecionada. Quando isto não for possível, devido à carência de terrenos no setor, far-se-á o deslocamento dos favelados para os locais mais próximos de seu atual mercado de trabalho, ou serão estudadas as favelas com vistas ao programa de Renovação Urbana.”²⁷³

Isto também aparece na imprensa, logo após a criação da CHISAM, em maio de 1968. Em reportagem no *Jornal do Brasil*, ao falar sobre a construção das moradias destinadas aos removidos, é dito na matéria: *“Essas moradias serão feitas para todos os que habitam em favelas e desejam adquiri-las. Ninguém será obrigado a comprar uma nova casa. E o principal é que as novas casas serão construídas o mais perto possível das atuais favelas, de modo que ninguém fique longe de seu trabalho.”* _mais à frente na matéria, vemos a ênfase na remoção como uma ‘livre escolha’ e mesmo o aceno com a não-remoção/urbanização _*“O sr. Gilberto Coufal acredita que esta é a primeira vez que se dará ao favelado ‘o direito de morar condignamente em local de sua livre escolha, incluindo-se, em alguns casos, a possibilidade de uma nova moradia em substituição ao barraco no local da própria favela.*”²⁷⁴

Entretanto, já no documento de 1969, o setor 1, correspondendo espacialmente à Zona Sul, especificamente aos bairros da Gávea, Lagoa e Jardim Botânico, aparecem como as favelas daquela região: Ilha das Dragas, Jockey Clube ou Piraquê, Rio Rainha, Parque da Cidade, Monte Carlo, Alto Solar, Praia do Pinto e CHS-3 (ex-Parque Proletário do Leblon), Catacumba e CHS-1 (ex-Parque Proletário da Gávea). Porém, ao citar os conjuntos construídos ou em construção para abrigar os removidos daquelas favelas, incluíam-se conjuntos localizados nas Zonas Norte e Oeste, como Cordovil (Cidade Alta), com 2597 unidades habitacionais, Cidade de Deus, com 500, além da misteriosa designação ‘outros locais’, não quantificada.

Dois eram localizados na Zona Sul, um na rua Marquês de São Vicente (Gávea), que já fora construído em 1965 e segundo o sítio eletrônico da CEHAB-RJ (que uniu a COHAB-GB e a COHAB-RJ a partir da fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara em 1975) se destinou a funcionários do Estado²⁷⁵; o outro, que ficaria na rua Pacheco Leão, prevendo a construção de 900 unidades, acabou não se realizando, conforme a própria CHISAM antecipava a possibilidade: *“Sabe-se, entretanto, que o*

²⁷³ *Idem.*

²⁷⁴ “Falta de terrenos retardou fim das favelas, diz Negrão” *Jornal do Brasil*, 10/05/1968.

²⁷⁵ <http://www.cehab.rj.gov.br/empresa/> Consulta em 07/12/2009.

*atendimento setorial físico não será totalmente viável, porquanto em muitos casos não se tornará possível e conveniente para o próprio favelado a aquisição de moradia no setor em que está compreendida a sua favela. Sabe-se, também, que muitas famílias não têm condições econômicas que permitam a compra de uma habitação, por mais modesta que seja.*²⁷⁶

Vale destacar ainda que, como vimos acima, os limites da ‘livre-escolha’ pela remoção ou permanência na favela, como no episódio da remoção da Ilha das Dragas. Assim, a única solução era a transferência dessas famílias para os conjuntos ou para os Centros de Habitação Provisória distantes da Zona Sul: *“Com a oferta de moradias condignas, em vários setores da Área do Grande Rio, terão os favelados o direito de optar pela solução de sua maior conveniência, ocasião em que lhes será mostrado que: 1) PODEM escolher uma habitação EM QUALQUER SETOR; 2) DEVEM escolher a habitação que for construída no local mais próximo de seu trabalho ou de melhor conveniência para sua locomoção; 3) PODEM E DEVEM escolher uma habitação*



Acima, os ‘setores’ do programa, com os conjuntos habitacionais concentrados nas Zonas Norte e Oeste. Mapa tirado do CHISAM, 1969

compatível com sua capacidade econômica-financeira, mesmo que não seja a moradia ‘ideal’.”(destaques no original)²⁷⁷

²⁷⁶ Estas explicações constam nos dois documentos. A única diferença é o destaque dado a elas, menor no de 1969, constando no final como um sub-item, enquanto no de 1971 figura como um dos itens do programa. CHISAM. “Origem – Objetivos...” *Op. cit* e CHISAM. “Metas alcançadas ...” *Op. cit*.

²⁷⁷ CHISAM. “Origem – Objetivos...” *Op. cit*

Em outro trecho, verifica-se que são apresentados argumentos semelhantes aos que Coufal já tinha apresentado em 1969, para justificar a ação do Estado em não urbanizar as favelas e que ainda não poderiam ser rebatidas: *“Em outros casos, verifica-se que o atual mercado de trabalho do favelado já se situa longe da favela onde vive, não tendo ocorrido a mudança da família ou indivíduo, entre várias razões, por não haver encontrado próximo ao novo local de trabalho moradia mais conveniente por falta de condições financeiras.”*²⁷⁸

Pelos dados do Censo das Favelas, de 20 anos antes, 58,44% dos favelados da Zona Norte trabalhavam na própria zona onde moravam, e na Zona Sul, este percentual aumentava para 78,53%.²⁷⁹ Logicamente, não podemos descartar a ocorrência de processos em que o favelado tenha montado sua casa próxima ao seu emprego na época e tenha depois mudado de emprego. Podemos questionar, no entanto, por que não ocorreram transferências de moradores de favelas na Zona Norte para Zona Sul?

Já o Secretário de Serviços Sociais da Guanabara, Vítor de Oliveira Pinheiro, apresentava outra razão para as favelas da Zona Sul serem o alvo preferencial do programa remocionista: *“Encontramos na Guanabara dois tipos de favela bem distintas: os situados nas zonas Sul e Centro do Estado e os situados nas zonas Norte e Suburbanas. De uma maneira geral as favelas situadas nas zonas Sul e Centro apresentam, em sua maioria, a necessidade de um trabalho visando sua remoção parcial ou total. As favelas das zonas Norte e Suburbana já se caracterizam por um grau muito maior de possibilidade de urbanização.”*²⁸⁰ O secretário concluía, então, que o custo financeiro da urbanização em favelas das zona Sul e Centro tornavam-na inviável; *pari passu*, o Governo da Guanabara admitia no documento oficial do programa, que os conjuntos eram *“localizados na zona suburbana, por força dos preços menores do terreno.”*²⁸¹

O programa desconsiderou então, deliberadamente, informações importantes a respeito das favelas e dos favelados, como a relação intrínseca entre a moradia numa determinada favela e o mercado de trabalho próximo. Não se trata apenas de ‘não rebater críticas’, mas de ignorar informações que eram de conhecimento dos próprios

²⁷⁸ *Idem.*

²⁷⁹ PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Op. cit.*

²⁸⁰ RIOS, José Artur *et alli.* *Op. cit.*

²⁸¹ GOVERNO DA GUANABARA. *“Rio: Operação Favela...”*. *Op. cit.*

órgãos oficiais sobre a realidade das favelas. No já citado relatório produzido para a Codesco, por exemplo, é dito: *“Parece que os núcleos [favelados] localizados em bairros onde exista mercado estável, com níveis salariais relativamente altos, são os mais desenvolvidos (com maior economia interna, diferenciação ocupacional mais ampla e níveis de renda diversificados).”* _mais à frente, a remoção é fortemente criticada: *“[O] deslocamento de uma população já estabelecida, desorganizando-a socialmente, de vez que a favela significa para o indivíduo uma forma de adaptação, na qual a proximidade ao mercado ocupacional é fator primordial.”*²⁸² Tal visão era embasada pela opinião dos principais interessados. Ainda nessa pesquisa para a Codesco, constava que 66,45% dos entrevistados consideravam ruim uma mudança para um conjunto residencial, enquanto 18,46% achavam-na boa, e 11,63% eram indiferentes. Talvez pela forte ligação que os favelados tinham com o mercado de emprego ao redor deles: 24% iam a pé para o trabalho, e 43,97% tomavam apenas uma condução para chegar nele.

Outra pesquisa, realizada em 1964, levantava que o orçamento familiar do favelado apenas possibilitava despesas com consumo de gêneros até de primeira necessidade na medida em que se economizava nas despesas com habitação, opção permitida pela favela, deste modo, concluíam os pesquisadores: *“Apesar das condições em que vivem os favelados, é impressionante o temor que têm de perder o barraco, porque o barraco, símbolo sinistro de sua condição, é o que lhes permite manter o equilíbrio precário de sua existência.”*²⁸³

Também José Artur Rios, contrário à remoção argumentou, no mesmo ano de lançamento da CHISAM, que a *“remoção tem o efeito de uma verdadeira mutilação. Fica o bairro desprovido de serviços básicos e o favelado vê cortadas suas fontes de*

²⁸² BOSCHI, Renato Raul. & GOLDSCHMIDT, Rose Ingrid. *Op. cit.* Essa pesquisa foi realizada em 6 favelas distintas entre si, a partir dos seguintes critérios: localização (zona Norte/Sul), tamanho (pequena/média/grande) e grau de intervenção do Estado (não-intervenção/intervenção superficial/intervenção maciça), de modo que os resultados colhidos nessas seis favelas traçariam um panorama geral acerca do perfil, opiniões e expectativas da população favelada em geral. Ainda que metodologicamente discutível, as reflexões da pesquisa eram e ainda são válidas para questionar os pressupostos que orientavam a ação da CHISAM.

²⁸³ VIEIRA, José Gouvêa; FONSECA, Geraldo Targino da. “Radiografia da favela”. *Síntese Política, Econômica, Social*. Rio de Janeiro, n.21, p. 60-73, 1964.

*renda imediata, além de agravar seu orçamento já exíguo, com despesas imprevistas de transporte e acesso a novo local de trabalho.”*²⁸⁴

Novamente, recorremos à imprensa para compreendermos melhor que discussões e interesses envolviam as remoções. Num editorial do Jornal do Brasil de 1969, lemos: *“Hoje, quando dispõe de poderes suficientes para adotar medidas drásticas na solução de problemas que afligem a coletividade, o Governo deve estar alertado para não incidir no equívoco de construir parques proletários em áreas valorizadas.”*²⁸⁵ E quatro anos depois, já tendo sido removidas várias favelas da orla da Lagoa, a cobrança continuava numa matéria, cuja cabeça não deixa dúvidas *“Cruzada São Sebastião abriga 70% dos crimes da Zona Sul.”* Tendo chegado a tal cifra através de informações da polícia, na matéria de meia página podemos ler sobre as dificuldades vividas pelos moradores do conjunto, caracterizado como uma favela, e dos ‘problemas’ causados por estes aos bairros de sua vizinhança: *“Queixam-se os moradores dos conjuntos circunvizinhos, habitados por quem pode pagar aluguéis altos, contra a presença do conjunto da Cruzada com seus problemas sociais, gritantes, aparentemente insolúveis.”*²⁸⁶

O estigma como política de Estado

Só podemos compreender por que a remoção foi executada a partir da noção de que o estigma de *favelado* foi ampliado ao máximo, o que possibilitou ao Estado sistematizar a política de remoções, através de órgãos com atribuições definidas em todas as etapas do processo, desde a decisão de remover determinada favela até a instalação das famílias nos conjuntos habitacionais, embora tal nível de planejamento terminasse ali, na transferência da família no conjunto, havendo pouco ou nenhum planejamento para mantê-la nele.

Desde o surgimento da favela, houve um permanente desejo por parte de setores da sociedade em extingui-la. Por vezes tolerada pelo Estado e até mesmo recebendo obras pontuais de urbanização, com a criação da CHISAM. Há uma mudança de qualidade significativa na postura do Estado diante das favelas, em que o sentido é eliminá-las da paisagem urbana.

²⁸⁴ RIOS, José Artur *et alli*. *Op. cit*

²⁸⁵ “Integração de favelados” *Jornal do Brasil*, 18 e 19/05/1969.

²⁸⁶ “Cruzada São Sebastião abriga 70% dos crimes da Zona Sul” *Jornal do Brasil*, 16/12/1973.

Por parte do Governo da Guanabara, já sob Negrão de Lima, a política de remoções significava “*um positivo programa de assistência social, visando a longo prazo, a recuperação econômica, psicossocial e moral dos favelados.*”²⁸⁷

Ainda neste documento, figura a favela carioca como tendo sido “lírica” anteriormente, com seu samba e poesia, mas que perdera esta característica, sendo considerada um ambiente de degradação humana: “*Os últimos sambas que descem dos morros já não cantam a poesia. Refletem, apenas, a consciência que o favelado começa a tomar de sua condição de miséria e promiscuidade. Em outras favelas, localizadas em antigos alagados, nem a poesia, só a silenciosa estatística de crimes, doenças e degradação. Apenas a germinação de fatos atentatórios à dignidade humana.*”²⁸⁸

O favelado era visto como alguém não-integrado ao bairro onde a favela se localizava, em que pese a sua participação na cidade de diversas formas. No mínimo, através do mercado de trabalho das redondezas, como ‘peões’, porteiros, faxineiras, garçons, etc. O favelado estava integrado. Imputava-se, porém, exclusivamente a ele toda a responsabilidade pela relação conflituosa que a Cidade tinha com as favelas.

Desse modo, a remoção servia para regenerar os favelados em novos ambiente e localização na cidade que, segundo esta linha de pensamento, seriam mais adequados a ele. Motivo da transferência dos moradores das favelas, principalmente da orla da Lagoa, para a Cidade Alta, aqui neste trecho chamado de conjunto de Cordovil: “*Cordovil ergueu-se em consonância com os mesmos princípios integratórios. O agrupamento humano ali fixado desenvolve-se em ambiente que põe ao seu alcance a satisfação de todas as suas necessidades básicas, eliminando as tensões sociais e as frustrações que constituem sempre expressão de desajustamento.*”²⁸⁹

A partir da análise de documentos da CHISAM, Perlman²⁹⁰ observa que a atuação da autarquia se baseia na lógica de que a favela, por suas condições físicas precárias, degrada o favelado, de modo que uma constante nos seus documentos era a referência aos ‘barracos’ nas favelas. A transferência dos favelados para uma moradia ‘digna’ significaria, então, a sua ‘recuperação’. Como aparece no editorial do Jornal do Brasil, em que a moradia anterior do favelado, desconsiderada como ‘casa’, era a

²⁸⁷ GOVERNO DA GUANABARA. “Rio: Operação Favela...”. *Op. cit.*

²⁸⁸ *Idem.*

²⁸⁹ *Idem.*

²⁹⁰ PERLMAN, Janice. *Op. cit.*

essência de sua *marginalidade*: “*A partir do momento em que ganha uma casa, o favelado ganha também a noção do dever perante a comunidade, sente-se parte integrante do todo, deixa de ser um marginal.*”[o grifo é meu]²⁹¹

Esta opinião era corrente nos escalões de governo, inclusive por autoridades de outros estados, como na análise do engenheiro da Prefeitura de São Paulo, Heitor Eiras Garcia sobre as favelas cariocas: “*É preciso que o Governo ensine a essa gente a morar com decência e limpeza.*”²⁹²

A favela não era vista como um estágio provisório em que o favelado poderia alçar novas posições, tese defendida na época por cientistas sociais como a própria Janice Perlman. Pelo contrário, ela figurava como um elemento de descenso, onde o ambiente não possibilitava à maioria nenhuma melhora de vida. Aqui vemos que a idéia da “*Cultura da Pobreza*” de Oscar Lewis permeia toda análise da questão da favela como um ambiente degradante, e de imputar ao pobre a responsabilidade por sua situação: “*Se o indivíduo que vive na favela há dois, cinco ou dez anos não conseguiu fazer sua independência econômica nesse espaço de tempo, não será com a permanência, por maior período, na favela, que irá conseguir tal coisa. O ambiente é sem dúvida desfavorável. (...) E os menores, se continuarem nas favelas, serão, no futuro, adultos física, mental e moralmente favelado. É difícil, senão extremamente impossível [sic] recuperar homens, mulheres e crianças em ambiente como o das favelas. Pelo que optamos pelo árduo, mas frutífero, trabalho de erradicação.*”²⁹³ Embora, no já referido relatório à Codesco figurasse uma informação que mais uma vez se opunha aos pressupostos da CHISAM: “*O favelado passa por um processo constante de mobilidade social e a própria favela se constituiria num trampolim para níveis mais altos de estratificação.*”²⁹⁴

A questão da ilegalidade da posse da terra parecia ser a base de toda argumentação, de modo que a promoção social do favelado deveria passar, necessariamente, pela sua elevação à condição de proprietário. Enfim, tratar-se-ia de normalizar o espaço urbano dentro da ordem capitalista, já que a ‘funcionalidade’ da favela, que permitiu tolerá-la enquanto havia uma expansão imobiliária a ser mantida

²⁹¹ “Integração de favelados” *Jornal do Brasil*, 18 e 19/maio/1969.

²⁹² GARCIA, Heitor Eiras. *Op. cit*

²⁹³ CHISAM. “*Metas alcançadas ...*” *Op. cit.*

²⁹⁴ BOSCHI, Renato Raul. & GOLDSCHMIDT, Rose Ingrid. *Op. cit.*

por mão-de-obra barata disponível, tornara-se agora, um entrave, já que havia imensos terrenos ‘fora’ dessa ordem.²⁹⁵ Esta idéia de que a transferência para o conjunto habitacional serviria também para ‘incutir no favelado o sentido de propriedade’ já havia sido defendida pelo ex-chefe de pesquisas da COHAB, Ernani Vasconcellos²⁹⁶, demonstrando as proximidades nas linhas de pensamento entre autoridades da COHAB da época de Carlos Lacerda (e de alguns que permaneceram entre seus quadros) e as da CHISAM.

Para as autoridades à frente do programa, incutir o senso de propriedade no favelado, deixando a ilegalidade da favela para a normalidade do conjunto, o faria ser incorporado a ordem capitalista em consolidação: *“Ele sabe que morar em um novo conjunto significa outra vida, novas e amplas perspectivas para si e seus dependentes.”*²⁹⁷

Os governos Federal e Estadual investiam maciçamente na propaganda da casa própria e das vantagens em serviços e urbanização que os conjuntos apresentavam. Esse, aliás, era um dos pontos mais incisivos para defesa do programa de remoção por parte das autoridades: de que os favelados teriam (e queriam) a casa própria. Daí, a sua transferência para os conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-GB: *“Ao estabelecermos o programa de desfavelamento, fixamos como premissa básica apresentar às famílias faveladas opções que lhes permitissem sair da favela e passarem a ser proprietários de uma habitação condigna, acessível às suas rendas e em local satisfatório [grifo no original]”*²⁹⁸.

Na visão das autoridades da época, a remoção para o conjunto habitacional constituiria uma oportunidade dos seus novos moradores se livrarem do estigma de ‘favelado’: *“Apesar de alijados fisicamente na forma de habitar, os favelados dispõem de iniciativa e vontade de alterar seu ‘status’, faltando-lhes oportunidade e condições*

²⁹⁵ Segundo dados do Censo de Favelas de 1949, cerca de 10% da mão-de-obra ativa da favela trabalhava na construção civil. Isto pode ser visto também de maneira sutil na cabeça de uma matéria do Jornal do Brasil, descontado o erro geográfico: “Praia do Pinto acaba e deixa Ipanema que ajudou a construir” *Jornal do Brasil*, 11/05/1969.

²⁹⁶ VASCONCELLOS, Ernani Mendes. *Op. cit.*

²⁹⁷ GOVERNO DA GUANABARA. “Rio: Operação Favela...”. *Op. cit.*

²⁹⁸ *Idem.*

econômico-financeiras compatíveis com o mercado imobiliário atual que o permita habitar condignamente.”²⁹⁹

A idéia da remoção para os conjuntos como um condicionador de progresso na vida do favelado, era reforçada para a população também através da imprensa. A imagem ao lado ilustra uma matéria da revista *Manchete* de dezembro de 1971, sobre o programa de remoções, onde o texto reproduz quase que integralmente o que está escrito nos materiais da CHISAM.³⁰⁰

Em outra publicação, na revista *Fatos e Fotos*, a foto de um conjunto habitacional é acompanhada pela seguinte legenda: “*A paisagem agora é diferente – Não só a paisagem como todo o ambiente e a própria psicologia*



dos ex-favelados é agora bastante diversa do que era até há pouco. Nos conjuntos residenciais eles não se sentem mais marginalizados.”³⁰¹

O favelado deveria ser recuperado para aprender, a partir de então, a agir dentro da lógica do sistema, no que o Estado agiria como agente normatizador: “*Como objetivo primeiro, está a recuperação econômica, social, moral e higiênica das famílias faveladas. Pretende-se também a transformação da família favelada, da condição de invasora de propriedades alheias _ com todas as características de marginalização e insegurança que a cercam _ em titular de casa própria. Como consequência, chegar-se-ia à total integração dessas famílias na comunidade, principalmente no que se refere à forma de habitar, pensar e viver.*”³⁰²

²⁹⁹ *Idem.*

³⁰⁰ “O desafio das favelas” *Manchete*, 25/12/1971.

³⁰¹ “Favela não é mais amor de ninguém” *Fatos e Fotos*, 30/12/1971.

³⁰² CHISAM. “Metas alcançadas ...” *Op. cit.*

Gilberto Coufal, ao fazer o balanço de sua atuação na autarquia, foi categórico: *“Queríamos despertar o interesse do favelado, para que ele passasse a considerar uma conquista sua a transferência para os conjuntos habitacionais (...) Tudo isso era decorrente de uma idéia: ‘para recuperar o favelado, teríamos que tirá-lo daquele meio.’”*³⁰³

Vemos que o estigma da favela funciona como um suporte fundamental e norteador do programa de remoções. Linda Maria Gondim defende a hipótese de que o estigma de favelado era ‘manipulado’ pelas autoridades à frente do programa de remoções³⁰⁴. A nosso ver, não seria exatamente uma manipulação, em que tratar-se-ia de uma intenção deliberada de meramente projetar uma imagem acerca do favelado. Entendemos que, a partir das fontes diversas aqui utilizadas, o estigma fosse verdadeiramente a imagem que as autoridades tinham sobre os moradores de favelas.

Não se pode desconsiderar, no entanto, que na conjuntura da Ditadura de 1964, havia a intenção de construir um consenso na sociedade (com as devidas coerções sobre os opositores) quanto ao processo de remoções. Anthony Leeds apontou que uma das práticas comuns da CHISAM em seus materiais de divulgação era mostrar fotos das favelas que estavam para ser removidas, dando destaque para a precariedade dos barracos. Uma distorção deliberada, pois se a favela estava sob a iminência de ser removida, não haveria porque os favelados fazerem melhorias em suas casas ou reformas.³⁰⁵

O historiador Mauro Amoroso também demonstrou, através de fotografias usadas por órgãos de imprensa para ilustrar as reportagens sobre a remoção, que se buscava legitimar o programa, de modo que as matérias eram redigidas e as fotos eram escolhidas sob esse prisma. Alberto Jacob, repórter entrevistado por Amoroso, contou que: *“Eu estava no Jornal do Brasil, e quando havia a remoção da favela, eu fiz uma matéria mostrando os dois lados, que a remoção seria boa porque o favelado ia ter esgoto, né? Não ia ter valas negras mais, ia viver num lugar sadio, mas por outro lado ia ficar longe do mercado de trabalho, teria que pagar condução, e que aquilo parecia ser uma expulsão da zona sul [...]. E como tinha que agradar, obedecer o regime*

³⁰³ “Ex- coordenador da CHISAM é por integrar favelados” *Jornal do Brasil*, 06/12/1971.

³⁰⁴ GONDIM, Linda M. *Integração social nos conjuntos habitacionais da COHAB-GB*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ, 1976.

³⁰⁵ LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *Op. cit.*

militar que queria tirar a favela, limpar a zona sul, jogar o lixo para o subúrbio, o jornal publicou o outro lado, que são as vantagens da urbanização, e não publicou o lado negativo do favelado, que ia ficar longe do trabalho”³⁰⁶

Remodelação urbana e utilidades para o favelado

Ao tratarmos do tema das remoções, precisamos buscar outros aspectos, além da simples análise de transferência dos favelados da Zona Sul para Zona Norte. Os documentos da CHISAM e do Estado da Guanabara apresentam as remoções como inseridas num programa de reforma, ou remodelação, urbana.

Alejandro Portes argumenta que, no âmbito federal “*o problema das favelas foi definido, desde o início, como um problema habitacional. Nesse sentido, sua solução correspondia à transformação dos favelados em proprietários de casas normais na cidade*”³⁰⁷ Embora a transformação do favelado em ‘proprietário incorporado’ ao sistema capitalista, cujas relações a Ditadura de 1964-85 visava aprofundar e consolidar³⁰⁸, seja um fator importante, não tratava-se apenas de cuidar do ‘favelado’ isoladamente. Ambicionava-se reorganizar o espaço urbano com as áreas tendo distintas finalidades, a partir do zoneamento destas, numa lógica de segregação espacial.³⁰⁹

E, dentro dessa lógica, as áreas residenciais também se destinariam às diferentes classes, a partir do poder aquisitivo e espaço ocupado na produção capitalista. No caso

³⁰⁶ AMOROSO, Mauro. *Nunca é tarde para ser feliz? A Imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã*. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: PPGH/UFF, 2006.

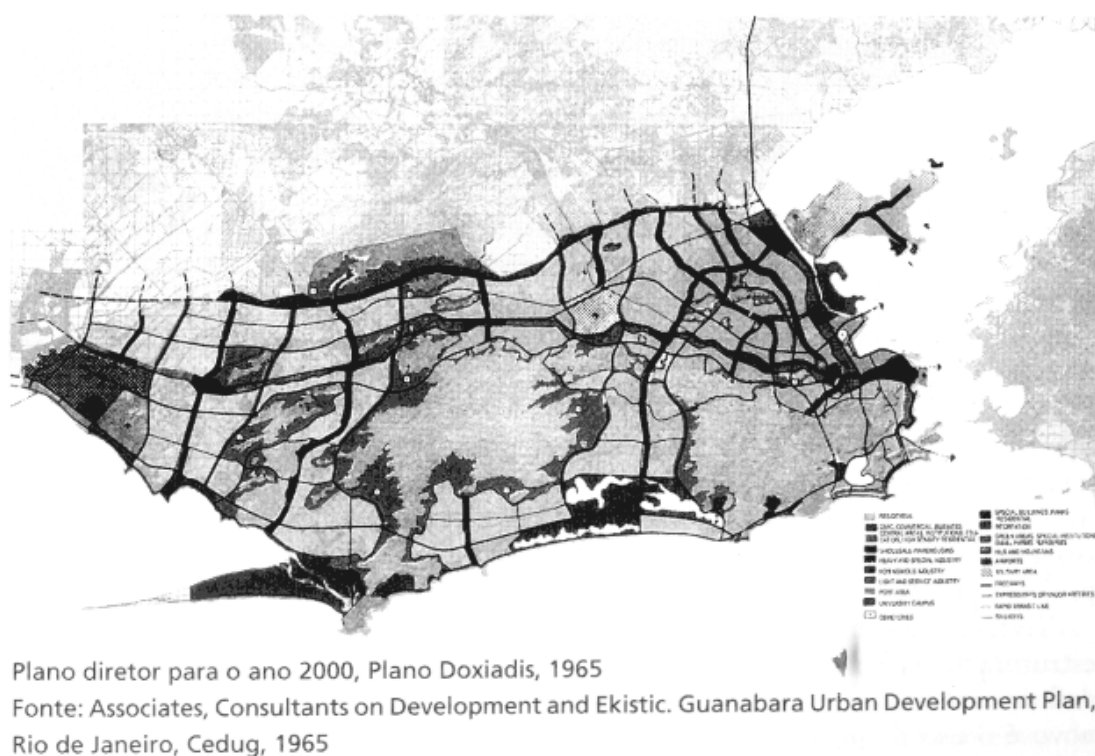
³⁰⁷ PORTES, Alejandro. *Op. cit.*

³⁰⁸ Ver PRADO, Carlo Delorme & EARP, Fábio Sá. *O “milagre” brasileiro: Crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)*. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano (v. 4) O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³⁰⁹ Políticas sistemáticas de remoção de *assentamentos informais* ocorreram em diversas partes do mundo no Pós-Segunda Guerra, como a Hong Kong sob dominação inglesa, a coreana Seul pré-olimpíadas de 1988, Mumbai na Índia na década de 1970 e, para ficar, entre muitos outros, só em dois casos latino-americanos similares ao brasileiro: no Chile da ditadura pinochetista, com as remoções de *poblaciones* e *callampas*; na Argentina, por duas ocasiões: na Junta Militar de 1967-70, com o *Plan de Erradicación de Villas de Emergencia* e durante a Ditadura instaurada em 1976, com um plano maciço de remoções das *villas miserias*, também como forma de combate à subversão. Ver: DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

da Zona Sul da cidade, a favela contrastava com a beleza da paisagem, sendo os favelados um estorvo. Já nas zonas Norte e Oeste, eles poderiam ser de grande utilidade para abastecer de mão-de-obra as Zonas Industriais delimitadas pelo Estado, no que precisariam residir próximos a esse mercado em expansão.

A criação do Estado da Guanabara, com a transferência da capital federal para Brasília, levou à necessidade de pensar um plano para a Cidade-estado, que ganha forma com o Plano Doxiadis, plano-diretor para o Rio de Janeiro feito pelo escritório do engenheiro grego homônimo que, entre outras coisas, previa o deslocamento da área industrial do Rio para áreas nas zonas Norte e Oeste, em direção ao Porto de Sepetiba, ligando as áreas da cidade através de um sistema rodoviário com vários túneis e as linhas policromáticas (Vermelha, Amarela, etc.) sendo a avenida Brasil um dos eixos principais, onde se instalariam os bairros-proletários.³¹⁰ (Ver figura abaixo) Segundo a arquiteta Maria Laís Pereira da Silva “Na primeira metade da década de 1960, a questão industrial mereceu uma ação combinada com a habitação.”³¹¹



³¹⁰ REZENDE, Vera. *Planejamento urbano e ideologia: Quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

³¹¹ PEREIRA DA SILVA, Maria Laís. *Op. cit.*

A necessidade de reordenar o espaço urbano, vinculando o reposicionamento das indústrias e dos favelados como mola-mestra deste projeto, tem defensores desde o fim da década de 1940.

No Censo das Favelas de 1949, da prefeitura do Distrito Federal, é apontado que, entre os moradores da favela empregados, 50,5% eram trabalhadores de indústrias. Nesse documento, é analisada a relação entre o mercado de trabalho e a procura de moradia próxima, em que o custo de transporte e o tempo gasto nele por parte dos trabalhadores são tidos como um dos problemas que geram a formação de favelas, particularmente na Zona Sul, área em que o mercado de trabalho para os favelados é constituído por empregos em serviços e comércio; para o caso da Zona Norte, a explicação para as favelas se dá pelo fato de que as indústrias se concentram nessa região, mas *“a ampliação delas resultou em necessidade de mão de obra, sem que paralelamente fossem tomadas providências para alojar o conseqüente aumento de operários”* _concluindo então que, *“a solução encontrada, em qualquer dos casos, foi a favela.”*³¹² O Censo apresenta ainda como uma das medidas positivas a construção de residências *‘de preço acessível’* próximo às fábricas, como foi o caso de Bangu, enquanto lamentava a localização de uma vila proletária em Marechal Hermes, que tornara-se uma ‘decepção’, por ser moradia de poucos operários, distante que estava de locais de trabalho para estes.

Maria Laís Pereira da Silva aponta também que, na década de 1950, o deslocamento das indústrias se tornava mais imperativo por imposições decorrentes da forma de desenvolvimento urbano da cidade, com a inexistência de terrenos amplos nas áreas mais centrais, bem como a valorização excessiva destes ou ainda, a falta de uma infra-estrutura, como no saneamento, por exemplo. Também a infra-estrutura da cidade como um todo passava por grave crise, com panes no abastecimento de água e energia, o que demandava o deslocamento das indústrias para locais mais distantes destas áreas centrais onde antes se implantavam.³¹³

Assim, no início da década de 1960, no Relatório SAGMACS, constava: *“É imperativo que a implantação da indústria se faça de maneira mais racional, destinando-se às fábricas uma localização mais adequada. A construção das fábricas nem sempre inclui moradia para os operários. (...) A concentração da indústria em*

³¹² PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Op. cit.*

³¹³ PEREIRA DA SILVA, Maria Laís. *Op. cit.*

*determinada área e a construção de bairros operários, financiados pelos Institutos interessados e pelos próprios industriais, facilitaria a solução do problema.”*³¹⁴

A idéia da instalação de conjuntos habitacionais nos subúrbios do Rio também figurava no *caput* do Decreto n. 793, de 29/12/1961, do Governo da Guanabara, ao definir a Zona Industrial das Bandeiras (em referência à av. das Bandeiras, antigo nome da av. Brasil a partir da rodovia Washington Luís), consta: “*É necessário definir zonas industriais para a expansão das fábricas, o estabelecimento de condições de habitação dos trabalhadores, e outros requisitos, para definir a primeira delas.*”. [o grifo é meu]

No já citado estudo do Governo da Guanabara sobre a indústria carioca, com relação às suas vantagens e desvantagens, é dito que uma das condições para criação de novas indústrias é “*a expansão contínua da cidade _no entanto, mais à frente, este documento aponta que um ponto negativo é que _as áreas vazias existentes próximo às rodovias ficam cada vez mais distantes do centro da cidade.*”³¹⁵

A transferência, então, dos moradores das favelas da zona sul para os conjuntos localizados na zona norte, particularmente na área da Leopoldina, se conjugaria com uma política de expansão da oferta de empregos nesta região, através da instalação de indústrias, que era cortada por uma grande via expressa, próxima às ligações da Guanabara com o resto do país, através das rodovias Rio-São Paulo e Rio-Bahia, e por dois ramais de trem.

Traçando uma cronologia da expansão da cidade e da relação entre localização do mercado de trabalho e da mão-de-obra, o estudo do Governo da Guanabara sobre as indústrias cariocas diz também que, no início do século XX, a curta distância entre residência e indústria permitia a ida do operário a pé para o trabalho. No entanto, a expansão da cidade causou severas mudanças no fluxo de mão-de-obra para as indústrias: “*Sucessivamente, o bonde, o trem elétrico e o ônibus facultaram uma localização cada vez mais distante das fábricas, ao passo que ia se agravando o problema da falta de residências face ao aumento da população na cidade, tornando difícil a aproximação da mão-de-obra do local de trabalho.*” concluindo ainda que “*o deslocamento de mão-de-obra para as indústrias vem aumentando a cada passo, exigindo deslocamento a distância cada vez maiores, gerando problema de desgaste físico do pessoal e diminuição da sua produtividade, pois os meios de transporte*

³¹⁴ SAGMACS. Op.cit.

³¹⁵ GOVERNO DA GUANABARA. “Aspectos da geografia ...”. Op. cit.

oferecidos, embora possibilitem o deslocamento, não oferecem condições adequadas de viagem.”³¹⁶

Em outra parte, este estudo do Governo da Guanabara aponta que os longos e precários deslocamentos da mão-de-obra para os empregos nas fábricas, somada à falta da oferta de moradia acessível próxima a elas é uma das causas para a formação de favelas: *“As dificuldades de residência nas proximidades destas fábricas compeliram a população operária a habitarem nas favelas situadas nas redondezas. No caso, sacrifica-se o conforto caseiro em benefício de uma menor dependência dos meios de condução.*”³¹⁷

Por sua vez, a CHISAM aponta, em seu material de apresentação, que uma das condições para seus objetivos do programa de desfavelamento serem atingidos era de *“Criar-se um mercado de trabalho na periferia das cidades que compõem a Área Metropolitana do Grande Rio, que permita a absorção dos subempregados, desempregados, e fluxos migratórios, a fim de aumentar-lhes a renda, dando-lhes capacitação profissional, instrução e condições sanitárias que os integrem em uma vida normal.*”³¹⁸

Num estudo realizado pelo IDEG (Instituto de Desenvolvimento da Guanabara), a relação entre áreas industriais e favelas é analisada e são levantados os aspectos positivos das favelas para as indústrias.³¹⁹ Cabe dizer ainda que, segundo fontes usadas nesse estudo, a indústria da Guanabara respondia a 10% da produção fabril do país e, de acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, era a maior fonte de emprego do carioca (48,7% dos empregados).³²⁰

Neste documento também são realçadas as vocações distintas das zonas Norte e Sul da cidade: *“As regiões próximas ao Estado do Rio de Janeiro [a Zona Norte, principalmente a região limítrofe à Baixada Fluminense] passaram a adquirir uma*

³¹⁶ *Idem.*

³¹⁷ *Idem.*

³¹⁸ CHISAM. *“Origem – Objetivos...”*. *Op. cit.*

³¹⁹ IDEG. *A interpenetração das áreas faveladas e áreas industriais no Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Centro de Coordenação Industrial para o Plano Habitacional/Centro de Estudos Sócio-Econômicos, 1968. Na apresentação deste estudo, o IDEG apresenta-se como uma sociedade civil, tendo sido *“criado sob os auspícios das entidades representativas da indústria carioca.”*

³²⁰ Anuário Estatístico do Brasil, 1968 *apud* IDEG, *Op. cit*

conformação típica de zonas industriais, e as áreas que formam a zona sul da cidade começaram a se firmar, cada vez mais, como residenciais.”³²¹

A proximidade dos eixos rodoviários, de modo que tanto a vinda de matéria-prima a ser trabalhada, quanto o envio dos produtos a outros estados seriam vantagens dessa região para instalação das indústrias, era um dos aspectos analisados em outro estudo, realizado pelo Governo da Guanabara.³²²

Voltando ao estudo do IDEG, nesse é detectado um grande número de pequenos estabelecimentos industriais nas áreas da Zona Sul, Méier e Tijuca, que estariam: *“fora dos limites estabelecidos para as Zonas Industriais. Nas áreas instituídas por decreto, especialmente as antigas, localizam-se perto de 35% do número de estabelecimentos industriais, principalmente nas partes mais próximas à Av. Brasil.”*³²³ Problema detectado também pelo Governo do Guanabara, em que o zoneamento urbano destinado às indústrias não estaria sendo seguido nas duas décadas anteriores a 1960: *“A evolução industrial posterior não obedeceu rigorosamente este zoneamento”*³²⁴

Vale destacar que as favelas eram consideradas relativamente benéficas pelos industriais: *“A ocorrência de favelas nas áreas de maior concentração industrial encerra, sem dúvida, um aspecto benéfico para a atividade fabril, que pode ser traduzido pela possibilidade de captação de mão-de-obra em locais próximos às fábricas (...) O mesmo se pode dizer de certas indústrias, cuja produção sofre efeitos sazonais (alguns setores da indústria alimentar). Neste caso, a relativa proximidade de uma favela se reveste de características extremamente favoráveis, pelas possibilidades que oferece, para uma rápida arregimentação de pessoal, nas épocas em que se torna necessária a intensificação do trabalho.”*³²⁵

A utilidade da favela para indústria era também usada pelo presidente da Fundação Leão XIII, Délio Santos, para justificar a não-remoção da favela do Jacarezinho, na época, disputando com a Rocinha a posição de maior favela da Guanabara. Para Délio Santos, devia se questionar inclusive o fato do Jacarezinho ser

³²¹ IDEG. *Op. cit.*

³²² GOVERNO DA GUANABARA. *“Aspectos da geografia ...”*. *Op. cit.*

³²³ IDEG. *Op. cit.*

³²⁴ GOVERNO DA GUANABARA. *“Aspectos da geografia ...”*. *Op. cit.*

³²⁵ IDEG. *Op. cit.*

Cruz é dito que: “*O fato da não existência de favelas na Zona Industrial de Santa Cruz, de certa forma corrobora a opinião de que não basta, apenas, a existência de uma área livre; há também a necessidade de um mercado de trabalho, em função da instalação de um certo número de fábricas.*”³²⁸

Também no estudo do Governo da Guanabara, é detectado o problema da instalação de indústrias nas zonas destinadas a elas: “*a localização de indústrias na periferia urbana está se tornando problemática, em decorrência das grandes distâncias.*”³²⁹ A criação da CHISAM em si solucionava a questão de um planejamento urbano que abrangesse e atuasse tanto na área da Guanabara quanto nos outros municípios da região metropolitana que estavam no antigo Estado do Rio.

E a solução *conjunto habitacional* então, ao mesmo tempo que ‘disciplinaria’ o uso do solo urbano, ofereceria a mão-de-obra necessária nas zonas destinadas às fábricas, até então concentradas nas áreas do Grande Méier e São Cristóvão, e não nas áreas destinadas para isso.

Percebemos que os apontamentos do IDEG iam claramente ao encontro das diretrizes da CHISAM quando, ao falar da viabilidade do programa, um dos três itens a serem considerados na alocação das famílias removidas é “*localizar as famílias em habitações que se situassem mais próximas do local da favela e/ou do mercado de trabalho do favelado, ou de locais onde exista um mercado de trabalho em potencial.* [o grifo é meu]”³³⁰

O mesmo argumento é encontrado nos planos da CHISAM em relação à elaboração das metas do programa a médio prazo, em que a viabilidade do programa se mostra possível pelas localizações dos conjuntos a serem construídos: “*Estando essas áreas localizadas em regiões atualmente de baixa densidade populacional e dotadas de um mercado de trabalho reduzido, porém com boas perspectivas de desenvolvimento.*”³³¹ Considerando, ainda, que o IDEG afirmava que “*é a indústria,*

³²⁸ IDEG. *Op. cit.*

³²⁹ GOVERNO DA GUANABARA. “*Aspectos da geografia ...*”. *Op. cit.*

³³⁰ CHISAM. “*Metas alcançadas ...*” *Op. cit.*

³³¹ CHISAM. “*Origem – Objetivos...*”. *Op. cit.*

dentre os ramos de atividades, a que apresenta maior condições de absorver a maior parcela possível de favelados.”³³²

Desta maneira, entre a Programação Executiva e Metas da CHISAM para o programa de remoção, estavam: 3) *Identificação e Estímulo ao desenvolvimento de um mercado de trabalho acessível ao favelados*; 4) *Implantação de um sistema de aprendizado profissional nos Centros de Recuperação* [o que aconteceu também em muitos conjuntos]; 5) *Conscientização das populações faveladas removidas para os Conjuntos Residenciais, de sua real capacidade, motivadas através dos Conselhos Comunitários.*³³³

Na *Apresentação* do relatório da COHAB-GB para o primeiro ano em que o programa da CHISAM passou a ser executado, é dito: “*As obras projetadas, constantes do relatório, mostram que a COHAB-Gb não vive do que já executou, e lança-se em direção a uma segunda etapa, ainda mais ambiciosa, na realização de programas mistos: habitação e indústria, frente de trabalho e desenvolvimento integrado.*”³³⁴

O modelo ideal dessa integração, para a CHISAM, era o projeto da Fazenda Botafogo, distante 6,5 quilômetros da Cidade Alta, com a instalação de 4000 unidades habitacionais e mais 90 indústrias de médio porte: “*o terreno tem localização excepcionalmente favorável, situado talvez na melhor região do Estado para implantação de complexo industrial como o projetado, entre as avenidas Brasil e Automóvel Club, próximo ao início da Rodovia Presidente Dutra.*”³³⁵

No principal material do Governo da Guanabara sobre o programa de remoções, ao falar da construção da Cidade Alta, esta lógica surge de forma clara: “*A Cidade Alta foi implantada dentro de uma área em franco desenvolvimento industrial e comercial, no principal tronco do Anel Rodoviário, onde são propiciadas todas as facilidades comunais básicas.*”³³⁶

Segundo pesquisa realizada pela ACB-GB “*nas áreas adjacentes ao conjunto (Penha e Irajá) localizam-se 552 indústrias.* _Após apresentar os tipos de indústrias

³³² IDEG. *Op. cit.*

³³³ CHISAM. “*Origem – Objetivos...*”. *Op. cit.*

³³⁴ COHAB-GB. “*Um programa que...*”. *Op. cit.*

³³⁵ *Idem.*

³³⁶ GOVERNO DA GUANABARA. “*Rio: Operação Favela...*”. *Op. cit.*

existentes entre as 66 maiores, relata *_Cumpre acrescentar que as indústrias acima discriminadas, segundo o Departamento Nacional de Mão de Obra, são as que apresentam maior oferta de empregos e exigem um maior número de operários qualificados.*”³³⁷

Há de se destacar que, em 1972, já se percebiam algumas consequências danosas da remoção em relação ao emprego e renda dos moradores dos conjuntos, no que os cursos de capacitação da Ação Comunitária se encaixavam na lógica de redirecionar a mão de obra para as indústrias: *“Este programa pode ser considerado o primeiro passo para a solução definitiva do problema do desemprego ocasionado pela transferência de favelados da Zona Sul (onde moravam perto do serviço) para o subúrbio. Depois da mudança, muitos ex-favelados deixaram o emprego, porque o salário que recebiam _ geralmente o mínimo _ não dava para o transporte nem para as refeições na rua.”*³³⁸ A escolha da oferta desses cursos se baseava *“na pesquisa como mão de obra carente na região de Cordovil, Penha e Irajá e Ramos.”*³³⁹

Retornando ao estudo do IDEG, este diz também que, um aspecto desfavorável é o fato de algumas favelas ocuparem terrenos de propriedades de indústrias e/ou que não permitem a ampliação das plantas industriais. Relatando que *“em áreas ocupadas pelas favelas, cuja desobstrução invariavelmente se converte em um longo, oneroso e arriscado processo de aquisição dos barracos.”*³⁴⁰ O que explica a remoção de algumas favela na zona Norte às quais, inclusive, ficavam nas proximidade da av. Brasil.

Numa relação das favelas do Estado da Guanabara, a partir de dados obtidos na Secretaria de Serviços Sociais, constando, entre outras, das favelas do Timbó, Paraibuna e Luís Ferreira. A primeira em Inhaúma e a duas últimas em Bonsucesso, hoje compondo a XXX Região Administrativa, correspondente a área da Maré. Ao comparamos a localização delas em 1968, data do documento (o IDEG as delimitou através das ruas que as cercavam) com imagens atuais obtidas através do aplicativo *Google Earth*, vemos que foram parcialmente ou totalmente removidas, tendo seus terrenos atualmente ocupados por fábricas e galpões.

³³⁷ AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL-GB. *A Ação Comunitária nos Conjuntos Habitacionais e a avaliação do programa*. Rio de Janeiro, 1973.

³³⁸ “Centro ensinará profissões a ex-favelados em Cordovil.” *Jornal do Brasil*, 20/05/1972.

³³⁹ AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL-GB. *Op.cit.*

³⁴⁰ *Idem.*

As delimitações das favelas, de acordo com a publicação do IDEG, eram as seguintes: Timbó, em Inhaúma – Estrada do Timbó/ Av. Itaóca/ Estrada Velha da Pavuna (h. Av. Ademhar Bebiano); Luís Ferreira, em Bonsucesso - Av. Brasil / r. Luís Ferreira; Paraibuna, em Bonsucesso – R. 17 de Fevereiro/ R. Paraibuna (ver figuras abaixo)



Local onde antes se localizava a Favela do Timbó.



Local onde antes se localizava a Luiz Ferreira.



Local onde antes se localizava a Paraibuna.

Por último, a remoção das favelas também possuía uma outra ‘vantagem’: serviria também para angariar fundos para financiar o programa, a partir da venda dos terrenos da área liberada: “*A liberação da valorizadíssima área onde existiu a favela da Praia do Pinto permitiu que o governo pusesse a venda os lotes de terreno ao público e esteja auferindo recursos para a construção de novos núcleos habitacionais.*”³⁴¹

As razões para a escolha de terrenos fora da Zona Sul se torna mais evidente no Relatório da COHAB-GB, que explicita os propósitos do plano de remoção: “*a privilegiada localização dos conjuntos residenciais em relação ao mercado de trabalho da Guanabara, o que é particularmente devido ao decreto nº 62.698, de 14/05/1968, do Governo Federal, que liberou para a COHAB áreas fora do alcance da especulação.*”³⁴²

No entanto, vale registrar que, de acordo com o depoimento do senhor Badolatto, os conjuntos e as plantas dos apartamentos (como a quantidade de quartos) eram construídos baseados nas informações de assistentes sociais, de acordo com as favelas a serem removidas. De modo mais claro, embora os conjuntos tivessem sua funcionalidade de acordo com os estudos de órgãos ligados à indústria e mesmo de

³⁴¹ GOVERNO DA GUANABARA. “Rio: Operação Favela...” *Op. cit.*.

³⁴² COHAB-GB. “Um programa que...” *Op. cit.*

órgãos públicos, o plano dava uma significativa prioridade a escolha das favelas na Zona Sul para serem removidas. De acordo com o depoimento do senhor Badolatto: *“Na hora em que as obras vinham para nós, paralelamente vinham as características: tantas famílias, com tantas pessoas, apartamento de um quarto, de dois quartos...então, nós tínhamos, através das assistentes sociais e relatórios, recebíamos informações que dirigiam os projetos.”*³⁴³

Na lógica de remodelação urbana, então, os valorizados terrenos da Zona Sul seriam ocupados por empreendimento imobiliários para classes de maior poder aquisitivo. A CHISAM, ao referir-se ao Parque Proletário da Gávea (chamado aqui de Centro de Habitação Social da rua Marquês de São Vicente), transparece a visão das autoridades sobre a favela como algo fora do lugar e o propósito de liberar a área para construções de classe média. Segundo as autoridades da CHISAM, ele seria *“um verdadeiro quisto na principal via de acesso ao Bairro da Gávea, as famílias moradores deste Centro deverão ser removidas para Cordovil e outros locais disponíveis; cedendo a área para construção de novos blocos de apartamento.”*³⁴⁴

Quanto à *Operação Praia do Pinto*, forma que o Governo do Estado batizou a ação de remoção da favela, a tônica adotada era a mesma da CHISAM, como se, eliminando ‘os quistos’, a cidade estivesse sendo curada de uma infestação e recuperando territórios que agora passariam a ser ‘saudáveis’: *“Fruto de quatro décadas de existência e da alta densidade da favela que aglomerava cerca de 18 mil habitantes em pouco menos de 110 mil metros quadrados de área, a favela da Praia do Pinto era o símbolo vivo da descrença na feliz solução do problema de habitação de interesse social. Enquistada no coração do Leblon, foco de preocupação permanente, em resultado das péssimas condições sanitárias em que vegetavam seus moradores e dos aspectos sociais que o problema acarretava, a erradicação dessa favela assinalou um verdadeiro acontecimento na vida da população da Zona Sul”*³⁴⁵

Em outro trecho deste documento, a analogia não poderia ser mais clara: *“Com a conquista da área da Praia do Pinto, juntamente com os terrenos da rua Marquês de São Vicente, a COHAB-GB carregou para o Tesouro do Estado recursos da ordem de*

³⁴³ Segundo depoimento de Giuseppe Badolatto, em 01/10/2010.

³⁴⁴ CHISAM. *“Origem – Objetivos...”* Op. cit.

³⁴⁵ COHAB-GB. *“Um programa que...”* Op. cit.

*NCr\$ 150.000.000,00, tornando auto-suficiente o financiamento de todas as obras de infra-estrutura dos seus programas habitacionais.[o grifo é meu]”*³⁴⁶

Tal postura era apoiada no já citado editorial do Jornal do Brasil, de março de 1969: “*Transferindo essa gente para áreas urbanizadas, dando-lhes uma verdadeira casa, de modo a permitir que a criança favelada tenha, de fato, um conceito de lar, o Governo não beneficia apenas os moradores das favelas, mas, numa dimensão mais ampla, a própria cidade, que passa a dispor de áreas úteis para a construção de residências capazes de merecer o habite-se da Saúde Pública.*”³⁴⁷

O papel da Ação Comunitária do Brasil

A grande quantidade mão-de-obra agora disponível deveria ser capacitada para o trabalho em indústrias e ramos de comércio, tarefa que coube à Ação Comunitária do Brasil-GB (hoje, Ação Comunitária do Brasil-RJ). A história da ACB é emblemática sobre as articulações em nível continental para lidar com a questão da pobreza urbana. A instituição foi criada em 1966 por grandes empresários, inclusive alguns dos Estados Unidos, sob inspiração da *Action International*, com sede em Nova York, fundada em 1961. A primeira organização na América Latina foi criada na Venezuela, no mesmo ano, sendo nela que os responsáveis brasileiros pela iniciativa receberam treinamento para atuação nas favelas e bairros pobres do Rio e de São Paulo.³⁴⁸

Se o papel da ACB num primeiro momento era o da urbanização de favelas através do ensino da *auto-ajuda* aos favelados, com atuação em várias favelas, a partir de 1970, sob os auspícios da CHISAM, o papel da instituição passou a ser o de ‘adequar’ os favelados ao novo local de moradia, nos conjuntos da COHAB-GB, através de atividades sócio-culturais e qualificação profissional.³⁴⁹ Esta entidade assumira papel chave no processo de remoção, o que já fora brevemente descrito por outros autores, como Anthony Leeds ou Victor Valla.³⁵⁰ Mas o real dimensionamento deste papel não foi tratado ainda pela bibliografia.

³⁴⁶ *Idem.*

³⁴⁷ “Espírito comunitário” *Jornal do Brasil*, 11/03/1969.

³⁴⁸ “Ação Comunitária mobiliza favela para eliminar lama” *Jornal do Brasil*, 19/03/1967.

³⁴⁹ LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *Op. cit* e o sítio eletrônico da instituição: <http://acb.acbrj.org.br/> Consultado em 16/01/2010.

³⁵⁰ VALLA, Victor Vincent. *Op cit.* e LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *Op. cit*

Em 1967, a Ação Comunitária do Brasil havia sido reconhecida como organização de utilidade pública federal pelo Decreto 61.593 de 23/10/1967.³⁵¹ A importância da ACB para o programa era reconhecida também através da imprensa. Em editorial do Jornal do Brasil em defesa do programa remocionista, é dito que, após sua transferência para os conjuntos “*a adaptação dos removidos fica por conta _quem sabe _da Ação Comunitária, cujas experiências têm sido válidas.*”³⁵²

Em entrevista, Coufal, diz a ‘integração comunitária’, ou o termo mais usado pelas autoridades nas diversas reportagens, *Integração Social*, era a etapa mais importante do programa: “*Essa gente, exatamente, por ter baixo nível de educação, baixo nível de renda e precários princípios de higiene, precisa ser amparada. É exatamente isso que eu acho que está faltando.*” Mais à frente, na entrevista, defende que esse papel cabe à Ação Comunitária.³⁵³

Novamente, vemos que os estigmas sobre os favelados funcionavam como pressupostos das autoridades e técnicos à frente do programa. Assim, em outra reportagem é dito: “*Os técnicos da CHISAM afirmam que a transferência da população das favelas para os conjuntos habitacionais pouco importa para os favelados, que sem conhecimento do sentido comunitário, fazem do conjunto uma espécie de favela de concreto.*”³⁵⁴

Em reportagem de outro veículo, vemos uma síntese do sentido do papel da ACB dentro do programa: “*Um projeto antigo da Coordenação Habitacional [sic] de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio, CHISAM, finalmente será atacado: a adoção de um trabalho de assistência comunitária nos conjuntos habitacionais que já estão ocupados. Isso é bom. Gente que sempre morou em favela não pode, de uma hora para a outra, assimilar um novo tipo de vida. Não sabe usar os poucos recursos oferecidos pelo modesto conforto dos apartamentos. E essa gente passa a viver numa favela de cimento, numa simples troca do morro pelo asfalto. O programa de desenvolvimento comunitário, que vai contar com o apoio da*

³⁵¹ <http://acb.acbrj.org.br/> Consultado em 16/01/2010.

³⁵² “Espírito comunitário” *Jornal do Brasil*, 11/03/1969.

³⁵³ “Ex-coordenador da CHISAM é por integrar favelados” *Jornal do Brasil*, 06/12/1971.

³⁵⁴ “Cavalcanti ordena medidas de integração social nos conjuntos de ex-favelados” *Jornal do Brasil*, 11/02/1972.

COHAB-GB e da Ação Comunitária do Brasil, vai suprir essa deficiência, que é sentida, vista, em qualquer conjunto habitacional.”³⁵⁵

Em 1971, o programa-piloto em conjuntos habitacionais da ACB é iniciado em cinco conjuntos (Vila

EMPRESA	CARGO	NÚMERO DE ALUNOS			CONVÊNIO	OBS
		E	A	P		
F. PAN COSTURA	COSTUREIRA	04	03	01	SENAI-SP	
SIDEL COM. IND.	SOLDA ELETRICA	03	03	—	SENAI-SP	
J. TORQUATO - N. M.	SOLDA ELETRICA	16	04	02	SENAI-SP	
CIFRAL C. IND.	SOLDA OXI.	03	04	—	SENAI-SP	
FIAP F. C. PBRIS.	ELET. INSTALADOR	03	04	—	SENAI-SP	
BAZAR LABELINE	CABELEIREIRA	04	04	—	SENAI-SP	
CARVALHO - COST.	COSTUREIRA	15	03	02	SENAI-SP	
DULOREN	COSTUREIRA	03	02	04	SENAI-SP	
DE MILLUS	COSTUREIRA	04	02	02	SENAI-SP	
UNITEX-ROUPAS	COSTUREIRA	04	04	03	SENAI-SP	
COMINDV. DEODORO	SOLDA OXI.	03	02	04	SENAI-SP	
ESTALEIRO CAJU	SOLDA OXI.	03	03	02	SENAI-SP	
YEROX - BRASIL	DATILÓGRAFO	04	04	—	SENAI-SP	
AUTOBOM LTDA	MEC. DE AUTO	12	02	—	SENAI-SP	
MORRISON-KNUDSEN	DES. MECANICO	02	0	02	SENAI-SP	
TOTAL GERAL		78	32			

Quadro com as vagas da capacitação e inserção profissionais no Centro de Treinamento da ACB na Cidade Alta, Acervo da ACB RJ

Kennedy, Vila Aliança, Água Branca, Rua da Bica e Bento Cardoso), em que, de acordo com reportagem da época “a medida não terá caráter paternalista, mas de orientação e formação de antigos favelados, que hoje se encontram em outra escala social, ocupando moradias melhores.”³⁵⁶

A atuação da ACB se deu em vários conjuntos habitacionais (16 ao todo, segundo o sítio eletrônico da instituição³⁵⁷). Na Cidade Alta, a Ação Comunitária, em 1972, inaugurou o chamado Centro de Treinamento, com recursos do Governo Federal e de 154 empresas mantenedoras da ACB-GB, e também com recursos da estadunidense USAID.³⁵⁸ Onde eram oferecidos cursos de capacitação profissional, tais como: costura industrial, eletricista, serralheiro, mecânico, soldador, entre outros. Segundo reportagem: “Além de sua formação técnico-profissional, serão orientados para o trabalho, recebendo instruções sobre legislação trabalhista e previdenciária, relações

³⁵⁵ “Ação comunitária nas favelas-Rio” *O Jornal*, 11/02/1972.

³⁵⁶ “Ação Comunitária promoverá projeto para alfabetizar e dar emprego a ex-favelados” *Jornal do Brasil*, 18/03/1971.

³⁵⁷ <http://acb.acbrj.org.br/> Consultado em 18/01/2010.

³⁵⁸ “Cidade Alta terá hoje seu Centro de Treinamento” *Jornal do Commercio*, 19/05/1972

humanas no trabalho, orientação sobre aplicação no trabalho e preparação para a vida comunitária.”³⁵⁹

Vemos que a adequação do favelado num novo ambiente a cargo da ACB-GB então, de acordo com os planos iniciais dessa e das autoridades à frente do programa de remoção, era mais do que fornecer a capacitação profissional. A questão da transferência dos favelados para as zonas industriais envolvia a promoção social do favelado dentro da ordem capitalista, em que a superação do favelado como *marginal* conjugam: a troca do barraco na favela pelo apartamento no conjunto com a ruptura com os ‘bicos’, subempregos ou mesmo o desemprego para a inserção desse no mercado formal de trabalho como mão-de-obra minimamente qualificada e disciplinada.

Esse propósito surge claramente quando da inauguração do Centro de Treinamento da ACB-GB na Cidade Alta. Em relação aos removidos, o Centro seria o primeiro passo para cumprir a sonhada transformação dos favelados não-qualificados na mão-de-obra necessária à expansão e consolidação da Zona Industrial, oferecendo: *“a capacitação profissional necessária ao exercício de profissões mais bem remuneradas. A Ação Comunitária lhes promete também conseguir alocação em zonas próximas, de modo que seus salários possam cobrir as despesas de condução e de alimentação nos locais de trabalho, além dos gastos domésticos.”*³⁶⁰

E para as indústrias, o Centro serviria para o treinamento de sua mão-de-obra e a seleção dos aptos a trabalharem. Segundo reportagem do Jornal do Commercio: *“O ministro [do Interior] Costa Cavalcanti assinala que, assim, o programa de capacitação profissional promovido pela Ação Comunitária do Brasil – GB, trará benefícios diretos aos moradores dos conjuntos habitacionais, contribuindo com a elevação do nível sócio-cultural e fixação das famílias transferidas das favelas nas novas residências, e beneficiará as indústrias da região, que receberão candidatos pré-testados, e pré-orientados, minimizando os problemas com recrutamentos e seleção de pessoal qualificado.”*³⁶¹

³⁵⁹ “Inauguração amanhã do Centro de Treinamento Profissional” *O Dia*, 18/05/1972. Vale dizer que a cobertura da imprensa sobre a inauguração do Centro de Treinamento da ACB-GB na Cidade Alta é muito semelhante entre si, com poucas modificações nas reportagens dos diversos jornais, como O Globo, Jornal do Brasil, Última Hora, O Dia, Jornal do Commercio.

³⁶⁰ “Centro ensinará profissões a ex-favelados em Cordovil” *Jornal do Brasil*, 20/05/1972.

³⁶¹ “Conjuntos ganharão treino profissional” *Jornal do Commercio*, 18/05/1972.

Balanço geral do programa

Nos próximos capítulos aprofundaremos as conseqüências da remoção a partir, principalmente, dos que a vivenciaram. Por ora, tracemos algumas considerações sobre o programa e as razões pela qual ele não foi plenamente cumprido. Dito de outro modo, porque a proposta inicial das autoridades, ao menos declarada, de acabar com todas as favelas da cidade do Rio de Janeiro e a ‘promoção social do favelado’, acabaram não ocorrendo.

Nos planos originais da autarquia, seriam removidas todas as favelas do Rio de Janeiro até 1976. Antes da meta ser cumprida porém, a CHISAM foi extinta, em setembro de 1973, tendo removido mais de 175 mil moradores de 62 favelas (remoção total ou parcial), transferindo-os para novas 35 517 unidades habitacionais em conjuntos, estando a maioria destes nas zonas Norte e Oeste.³⁶²

Em 1971, já sob o governo Chagas Freitas, reportagem do Jornal do Brasil expunha a decepção com as cada vez mais remotas perspectivas do plano de erradicação total das favelas se concretizar: *“Estimativas oficiais previam que em 1976 não haveriam mais favelas no Rio. O cálculo é otimista e dificilmente será transformado em realidade.”*³⁶³

A maior parte das favelas removidas localizava-se na Zona Sul, tendo sido removidas as da orla da Lagoa e do Leblon: as favelas da Catacumba, Jóquei Clube, Ilha das Dragas e Praia do Pinto. Esse fato não deve ser menosprezado, pois aproximadamente 60% dos barracos demolidos pela CHISAM para a remoção, se localizavam na Zona Sul.³⁶⁴ Em 1969, no documento *Rio: Operação Favela* do Governo da Guanabara anunciava que até o fim de seu mandato, em março de 1971, *“pelo menos 250 mil moradores de diversas favelas cariocas, incluindo praticamente todas as da Zona Sul, passarão a morar em habitações de pedra e cal.”*³⁶⁵

³⁶² PERLMAN, Janice. *Op. cit*

³⁶³ “Erradicação das favelas no Rio não deve se completar em 1976” *Jornal do Brasil*, 9 e 10/05/1971.

³⁶⁴ Fonte: COHAB-GB *apud* GRABOIS, Gisélia Potengy. *Em busca da integração: a política de remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano. Rio de Janeiro: PUR-UFRJ, 1973.

³⁶⁵ GOVERNO DA GUANABARA. *“Rio: Operação Favela...” Op. cit.*

Em meados da década de 1970, após o ímpeto remocionista levado a cabo pela CHISAM, a região que continha mais favelas, 22, passara a ser a que compreendia os bairros da Leopoldina como Ramos, Olaria, Bonsucesso e adjacências; e não sendo mais a da área da Lagoa, a primeira colocação.³⁶⁶ Atendera-se, de maneira planejada, no todo ou ao menos parcialmente, as indicações dos estudos do IDEG, entre outros órgãos, da alocação das favelas nas áreas com vocação fabril.

Um editorial do Jornal do Brasil é revelador da forma como a favela era tratada por parte da sociedade e da cobrança para que o programa tivesse um fôlego maior para remover todas as favelas de, ao menos, parte da cidade, quando na ocasião que a avenida Niemeyer, que ligava os bairros do Leblon e São Conrado, na Zona Sul, foi interditada e a passagem passou a ser feita obrigatoriamente pela Rocinha e que, de acordo com o jornal: *“Em consequência, a visão do que tem sido este governo piorou bastante. Evidencia-se a olho nu a incapacidade de atacar o problema das favelas com a disposição requerida, pelo menos daquelas localizadas em pontos incompatíveis com o progresso da cidade.”*³⁶⁷

Pois se várias favelas na Zona Sul haviam sido removidas, para a Rocinha os planos de remoção não foram mais do que anúncios de intenção; e a favela passou a viver um intenso processo de crescimento no início da década de 1970, constituindo-se em pólo de atração para ex-removidos que retornavam para um local de moradia, ainda que precário, mas próximo do mercado de trabalho da Zona Sul. É o que se lê numa matéria do Jornal do Brasil de 1977, onde foi feito um balanço das remoções, constando declaração de um líder comunitário da Rocinha dizendo que *“Todo mundo sabe que, depois das remoções na Zona Sul, muita gente veio para cá.”* A matéria cita ainda vários exemplos de removidos vindos de diversas partes da cidade para a Rocinha.³⁶⁸

No relatório da COHAB-GB para o ano de 1969, direcionado principalmente aos seus acionistas, encontramos um trecho ainda mais emblemático sobre os objetivos do programa e o alcance (ou o limite) esperado, ao menos por parte do Governo da Guanabara na administração Negrão de Lima: *“Mantido o ritmo verificado no exercício ora findo, até o fim do mandato da administração estadual terão sido concluídos os programas CHISAM e Sete de Setembro (...) Isso significará o atendimento de cerca de*

³⁶⁶ “Favela – Universo em expansão” *Jornal do Brasil*, 22/05/1977.

³⁶⁷ “Panorama da Rocinha” *Jornal do Brasil*, 2 e 3/08/1970.

³⁶⁸ “Favela – Universo em expansão” *Jornal do Brasil*, 22/05/1977.

250.000 favelados, representando um índice de erradicação de 38%, tomando-se como base os mais recentes levantamentos de população das favelas cariocas. Como resultado paralelo, ter-se-á modificada a fisionomia da Zona Sul do Estado, onde a favela deverá, então, constituir exceção residual.”³⁶⁹ De fato, o programa CHISAM começou a arrefecer após o fim da gestão Negrão de Lima, sendo lentamente desmontado o programa de remoções por vários fatores:

O primeiro deles a diz respeito à transformação dos favelados em proprietários incorporados; o que não ocorreu como planejado por diversos problemas, tais como: a precariedade das novas habitações; o choque dos transferidos com a vida num local onde foram obrigados a criar novas relações de vizinhança; a distância dos postos de trabalho ocupados pelos moradores na época da remoção; a inadimplência por parte dos removidos, que tiveram um aumento brusco nas suas despesas mensais (visto existirem custos extras, como contas de condomínio, luz, água e transporte, que muitas vezes inexistiam na moradia anterior) e muitas vezes perderam o emprego, já que o mesmo se localizava próximo à favela de origem.

Estas dificuldades dos removidos são reveladas de maneira muito categórica numa reportagem feita, em 1972, num conjunto da COHAB em Benfica: *“A COHAB começou a despejar ontem as famílias que estão em maior dívida com ela no conjunto de Benfica _dizem que, pelo menos, 60 % das 680 famílias devem mais de um ano. (...) com destino às casas da fazenda Coqueiros em Senador Câmara, onde todas sonham voltar às favelas.”* Uma autoridade da COHAB entrevistada na matéria explica ainda que a ação se deveu ao fato de que a COHAB precisava pagar os imóveis ao BNH, e por isso não podia tolerar mais a alta inadimplência, embora esta mesma autoridade dissesse: *“Sei que é difícil para eles. A maioria ganha salário-mínimo. Agora, com o aumento de 20% nas prestações, a coisa piorou.”*³⁷⁰

Embora já constasse nos documentos da CHISAM, quando se apresentou de onde viriam os recursos, a dificuldade que as famílias teriam de assumir altos custos com a moradia: *“Tratando-se de famílias de baixa renda, pouquíssimos recursos originários de suas poupanças poderão ser adicionados aos investimentos*

³⁶⁹ COHAB-GB. *“Um programa que...” Op. cit.*

³⁷⁰ “Ex-favelado que não paga em Benfica sofre despejo vigiado por choque da PM” *Jornal do Brasil*, 192/07/1972.

governamentais.”³⁷¹ Apesar dessa ressalva, com o passar do tempo, o custo com as prestações se mostrou além das possibilidades de muitas famílias.³⁷² Discutiremos essas questões de modo mais aprofundado nos capítulos 3 e 4.

O segundo fator é tanto de ordem econômica quanto política. No período da Ditadura Civil–Militar foram aprofundadas as relações capitalistas e reprimidos os movimentos sociais e setores oposicionistas que pudessem reivindicar a manutenção das mínimas políticas de Bem-Estar Social da era Vargas para habitação, que faziam com que o Estado, ainda que agisse no sentido de remover as favelas, oferecesse alguma opção de moradia, por mais questionáveis que fossem os métodos e esta opção em si.

Em meados da década de 1970, o Estado desviou o foco da manutenção da ordem urbana em prol do interesse público (no que as remoções de favelas e a realocação em conjuntos habitacionais era uma ação em função desse interesses) para uma maior entrada do mercado em que o capital atende, não mais a cidadãos, mas a compradores. Começava ali também a era dos condomínios fechados voltados para a classe média.

Na habitação de interesse social, isso se refletiu no fim da tolerância à inadimplência nos conjuntos, em que as ações de despejo se tornaram mais frequentes. Na ata de *exposição de motivos* de reunião de o Conselho de Desenvolvimento Social com o presidente da República, em dezembro de 1974, por exemplo, é apresentado um panorama geral dos problemas aos quais passava o Sistema Financeiro de Habitação em continuar a oferecer moradia à população de baixa renda, e dos problemas de rentabilidade do sistema, afinal, tratava-se de um banco. Nesta reunião foi dito que “*As análises efetuadas pelo Banco Nacional de Habitação sobre a distribuição do número de unidades contratadas, revelam uma oferta percentualmente mais elevada em função da demanda existente, para os grupos familiares de maior poder aquisitivo, em decorrência das melhores possibilidades de absorção pelo mercado nessas faixas.*”³⁷³

³⁷¹ CHISAM. “*Origem – Objetivos...*” *Op. cit.*

³⁷² Este processo de inadimplência foi profundamente trabalhado em VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; e ZALUAR, Alba. *Op. cit.*

³⁷³ BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO. “Exposição de motivos n. 4, de 23/12/1974, do Conselho de Desenvolvimento Social – CDS.” In: *Modificações no Sistema Financeiro de Habitação*. Rio de Janeiro: BNH/ Secretaria de Divulgação, 1975.

Essa reunião levanta ainda alguns problemas em obter um equilíbrio entre a rentabilidade e a oferta de habitação para as faixas da população de menor poder aquisitivo. Entre estes problemas estava “*que o aumento real verificado ultimamente nos preços dos terrenos e dos materiais de construção provocou elevação no preço dos imóveis _de modo que esses problemas _ Tem constituído fator de desestímulo, na construção de habitações de menor valor unitário, a reduzida remuneração dos agentes nas faixas de rendimentos familiares baixos e médios.*”³⁷⁴ Destacando-se ainda que as COHABs em todo o Brasil acabam por não voltar sua atuação para as faixas de rendimento inferior “*em decorrência de perceberem remuneração insuficiente para os seus serviços e riscos.*”

Curiosamente, nesta reunião que estabelece as novas diretrizes para o BNH, a solução apresentada para o problema parecia ser ‘mais veneno’. Para resolver o problema de solvência do sistema, aumentando a rentabilidade dos *agentes financeiros*, as COHABs, de modo que estas expandissem a oferta de imóveis, recomendara-se, entre outras medidas:

- “*ampliação da parcela da população a ser atendida pelo Plano Nacional de Habitação Popular-PLANHAP, através da elevação do limite máximo admissível de renda familiar do PLANHAP 3 para 5 salários mínimos;*
- *possibilidade dos Agentes Financeiros atuarem em faixas mais amplas do mercado habitacional, ampliando desta forma a escala das operações;*
- *ampliação do limite máximo de financiamento unitário a ser concedido pelas COHABs de 320 (Cr\$ 32.000,00) para 500 (Cr\$ 50.000,00). Essa providência tem elevado alcance social, pois permite o ingresso na faixa de atuação das Companhias de Habitação Popular –COHABs de famílias de nível médio inferior de renda.*”³⁷⁵

Assim, as dificuldades do Sistema Financeiro de Habitação em manter a solvência fizeram com que o BNH fosse substituindo sua ação voltada para a *habitação de interesse social* pelo financiamento do mercado imobiliário de classe média, atendendo tanto a demanda de uma revigorada indústria de construção civil, quanto à

³⁷⁴ *Idem.*

³⁷⁵ *Idem.*

classe média que emergiu dos anos do Milagre Econômico.³⁷⁶ Segundo Pozzi de Castro, o boom da produção (60%) das cooperativas habitacionais, que destinavam imóveis para famílias de maior poder aquisitivo do que as de habitação de Interesse Social, sob financiamento do BNH, se deu entre 1976 e 1982, com 60% da produção de todo o período de existência do banco.³⁷⁷

O terceiro fator é de ordem política. Dentro da reduzidíssima margem de manobra do período, os favelados conseguiram encontrar algum apoio dentro do sistema político-eleitoral montado pela ditadura através de Chagas Freitas, eleito governador em 1971, e que, como seu antecessor, havia sido um crítico da remoção. No entanto, Chagas havia estabelecido uma nova relação com os moradores das favelas, não demonstrando o entusiasmo do governo anterior pelas políticas remocionistas.

Foi no fim dos anos de 1960 que este político afirmou seu controle da máquina do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) carioca, dominando os diretórios regional da Guanabara e zonais do estado³⁷⁸, no que contava, além dos seus jornais, como *A Notícia* e *O Dia*, que eram usados como arma de propaganda política por esse e seu grupo, quer fosse para elogiar, quer fosse para criticar, de acordo com os seus interesses no período, e assim, arregimentar eleitores para si e seus aliados.³⁷⁹ Numa matéria do jornal *O Dia* sobre a resistência dos moradores à remoção na Catacumba, é contado, inclusive, que Chagas esteve no local, ainda como deputado, dando apoio aos moradores.³⁸⁰

Este jornal foi largamente utilizado por Chagas Freitas e políticos ligados ao seu grupo “*para divulgação dos problemas das reivindicações dos moradores de diversas regiões da Guanabara, em especial dos subúrbios, ricos de eleitores, porém carentes de*

³⁷⁶ FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. “Condomínios exclusivos – o que diria a respeito um arqueólogo?”. *Revista Administração Municipal* n.160, jul./set. 1981. pp. 6-29.

³⁷⁷ POZZI DE CASTRO, Carolina Maria. *A explosão do autofinanciamento na produção da moradia em São Paulo nos anos 90*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 1999.

³⁷⁸ DINIZ, Eli. *Voto e máquina política – Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

³⁷⁹ Sobre Chagas Freitas e o uso do jornal *O Dia* ver MOTTA, Marly Silva da. “Frente e verso da política carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo”. *Estudos Históricos - Cultura Política*, v.13, nº 24, 1999, p. 351-376.

³⁸⁰ “Na Catacumba, moradores têm planos para sua urbanização” *O Dia*, 15-16/09/1968.

serviços como limpeza, iluminação e calçamento de ruas, água e esgoto, posto de saúde, escolas, etc.”³⁸¹ Havendo inclusive uma coluna para denunciar/atender as queixas, o que incluía os moradores de favelas, conforme vemos no relato de Guida Nunes, na época estagiária de jornalismo dos jornais chaguistas, na abertura de seu livro *Rio: Metrópole de 300 favelas*: “fui a ‘comandeira’, como chamavam-me no jornal, porque fazia os famosos ‘Comandos em Ação’, juntamente com a então candidata, hoje deputada, Sandra Salim.”³⁸² Nesse livro, é traçado um panorama de várias favelas em todo o Rio de Janeiro, a partir das reportagens feitas para o jornal, destacando principalmente aspectos ligados à precariedade, pobreza e falta de serviços públicos e cobrando das autoridades ações para resolvê-los. Incluía-se conjuntos habitacionais nas visitas dos Comandos em Ação, destacando-se a continuidade dos mesmos problemas das favelas somados aos problemas da distância e das prestações da casa.

Para auxiliar na compreensão da relação de Chagas Freitas com as favelas, temos a relação consolidada no fim da década de 1970 entre a FAFERJ, entidade que congregava as associações de moradores das favelas, e a Fundação Leão XIII, órgão estadual que ficou responsável pelas favelas a partir da Fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. De modo que no fim da década, no ambiente de redemocratização do país, a polarização do movimento comunitário era, grosso modo, entre a ‘esquerda’ e os *chaguistas*, cuja ‘máquina’ havia sido montada ao longo dos dois mandatos³⁸³ (Chagas foi governador também entre 1979 e 1983), baseando-se na arregimentação de apoio em troca de obras pontuais em favelas, no que ficara conhecido como *política-da-bica d’água*.³⁸⁴

Assim, no primeiro mandato de Chagas, até 1975, foram removidas pouco mais de um terço de pessoas do que o total do governo anterior (26.665 X 70.595)³⁸⁵, devendo ser considerado que vários conjuntos habitacionais tiveram a sua construção iniciada ainda na gestão de Negrão de Lima.

³⁸¹ MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75)*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

³⁸² NUNES, Guida. *Rio, Metrópole de 300 favelas*. Petrópolis: Vozes, 1976.

³⁸³ BRUM, Mario Sergio. *Op. cit*

³⁸⁴ DINIZ, Eli. *Op. cit*

³⁸⁵ COHAB-GB *apud* VALLADARES, Lícia do Prado. “Passa-se uma casa...” *Op. cit*.

Em dezembro de 1973, o Governo Chagas Freitas, ainda iria anunciar um ousado Plano de Desfavelização da Guanabara que previa a remoção de 500 mil moradores para 120 mil novas residências; além de urbanizar algumas poucas favelas (oito, no total) que não constariam do plano de erradicação. Além disso, já não mais existindo a CHISAM, o plano era de autoria exclusiva do Estado, ainda que prevesse receber recursos do BNH. Sem ter passado do campo das intenções, sintomaticamente o plano seguia as orientações da alocação dos removidos em áreas destinadas às Zonas Industriais, prevendo a construção de conjuntos em três áreas: a primeira, seria entre Campo Grande e Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio; a segunda, entre Paciência e Sepetiba, também na Zona Oeste; e a terceira, na orla da Baía de Guanabara entre o Caju e a Ilha do Governador, na Zona Norte. (onde se localizavam as favelas da Maré, que posteriormente receberam obras de urbanização, por parte do Governo Federal, já na virada da década de 1970 para 1980, através do Projeto Rio).³⁸⁶

No entanto, após o primeiro mandato de Chagas Freitas, em 1975, os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro vivem o processo de fusão, sob a gestão de Almirante Faria Lima, nomeado pelo Governo Federal, que priorizou os assuntos ligados à fusão, tanto no âmbito administrativo quanto na infra-estrutura de integração, como a ponte Rio-Niterói.

Como último fator, temos a questão da demanda de terrenos para a expansão imobiliária voltada principalmente para a classe média, que passou a ser resolvida com a execução do Plano Lúcio Costa para a Baixada de Jacarepaguá. Em 1974, ainda no Governo Chagas Freitas, duas medidas importantes demonstram que o foco da expansão deixara de ser a Zona Sul e passara a ser a Barra da Tijuca, reduzindo a pressão sobre as favelas e a necessidade da ‘conquista’ dos terrenos por elas ocupados.

A primeira foi a conclusão do elevado do Joá, como a principal via de acesso da Zona Sul à Barra da Tijuca; e a segunda foi a transformação do Grupo de Trabalho em Superintendência de Desenvolvimento da Barra da Tijuca – SUDEBAR: *“Com isso, a partir da segunda metade da década de 70, são construídos diversos empreendimentos imobiliários em que se destacam os condomínios privados (Os primeiros condomínios privados implantados na Barra da Tijuca denominavam-se Nova Ipanema e Novo*

³⁸⁶ “Plano elimina em 10 anos as favelas da Guanabara” *Jornal do Brasil*, 23/12/1973.

Leblon, numa alusão aos tradicionais bairros da Zona Sul carioca, agora numa versão moderna.)”³⁸⁷

Não à toa, foi na Barra que prevaleceram as campanhas pela remoção de favelas na década de 1980, como vemos na matéria de O Globo de março de 1989, com o título de “*As favelas se multiplicam na Barra da Tijuca*”³⁸⁸, que se concretizou com os despejos das favelas Via Park, nas imediações do Barrashopping, e Vila Marapendi, próxima de onde hoje está o Shopping Downtown, áreas extremamente valorizadas.³⁸⁹

De qualquer modo, com a extinção da CHISAM, em 1973, as políticas de remoção de favelas, ainda que não tivessem sido totalmente descartadas pelo Estado, perderam a força que tiveram durante o período em que esta autarquia coordenou a *Era das Remoções*.

O fim e o recomeço...

Antes de encerrar o capítulo, façamos um breve resumo da operação de remoção em si.

Decidida a favela, a remoção transcorria da seguinte forma: a favela era visitada pelos técnicos da CHISAM que entravam em contato com as organizações da favela (igrejas, associações de moradores, comércio, etc.) avisando que a mesma constava nos planos de remoção. Pelas restrições da época, como vimos, cabia às lideranças comunitárias o papel de convencer os moradores da favela sobre as vantagens (ou a inevitabilidade) da remoção. Além do convencimento das lideranças, o governo também investia na propaganda da casa própria e das vantagens em serviços e urbanização que os conjuntos apresentavam.

Após este primeiro contato, as assistentes sociais iam à favela avisar os moradores sobre a data da remoção e fazer um levantamento sócio-econômico, com a qual se determinava a renda das famílias, e partir de então era feita a distribuição pelos conjuntos, ou ainda, casas de triagem, de acordo com a renda familiar. Isto fez com que

³⁸⁷ REZENDE, Vera & LEITÃO, Gerônimo. *Plano piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá: intenções e realizações após três décadas*. Rio de Janeiro: CREA- RJ, 2004.

³⁸⁸ “As favelas se multiplicam na Barra da Tijuca” *O Globo*, 31/03/1989.

³⁸⁹ Ver “Vila Marapendi será removida” *O Globo*, 09/06/1989 e “Suspenso despejo na Via Park” *O Dia*, 16/02/1990. Em que pesem as resistências por parte dos moradores que se lê nas matérias, ambas acabaram ocorrendo logo.

a solidariedade que se encontrava nas favelas e que foi tão importante para as lutas que esta travara no passado, para a formação de sua identidade, e mesmo no cotidiano desses moradores, fosse despedaçada, já que a remoção dispersou antigos vizinhos ou mesmo parentes por vários conjuntos.

No dia marcado para a remoção, as famílias deviam esperar já com a mudança arrumada. Chegavam os funcionários da CHISAM, as assistentes da Secretaria de Serviços Sociais, a tropa da polícia militar e civil, além da imprensa e curiosos. A polícia servia para conter possíveis protestos, roubos da mudança e a re-ocupação dos barracos, que tinham a luz e água imediatamente cortados por ordens da CHISAM. O Departamento de Limpeza Urbana (DLU) demolia os barracos para que ninguém mais os ocupasse, deixando o terreno livre para novo uso.³⁹⁰

Tomemos o caso particular da remoção da Praia do Pinto, favela que se conurbava com o Parque Proletário do Leblon, dos quais vieram 57% dos moradores originais da Cidade Alta.³⁹¹ Primeira remoção promovida pela CHISAM, é um caso emblemático também pelo conjunto habitacional que abrigou os removidos, a Cidade Alta, que era a vitrine do programa de remoção para os governos Federal e Estadual. Acompanhemos, então, o relato da *Operação Praia do Pinto* pelo material do Governo da Guanabara.³⁹²

Considerada uma das mais famosas da cidade, com sua localização no Leblon, a favela ocupava uma área, que poderia ser de grande valor, num bairro em plena expansão imobiliária de apartamentos para classe média. A Praia do Pinto, segundo as autoridades à frente da remoção: “*tornara-se, no correr dos anos, foco de criminalidade e risco para a saúde pública.*”. Cabia então a ação enérgica do Estado a fim de resolver o problema: “*O objetivo imediato dessa remoção era o de liberar a área para obras de urbanização e saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas e a construção, no local, de edifícios residenciais, promovendo-se, antes a transferências dos favelados para novas moradias condignas*”³⁹³

³⁹⁰ Para descrever este processo nos baseamos em informações de moradores da Cidade Alta, além das obras de PERLMAN, Janice. *Op. cit.* e VALLADARES, Lícia do Prado. “*Passa-se uma casa...*” *Op. cit.*

³⁹¹ ROHLFS; LEAL & NEWLANDS. *Op. cit.*

³⁹² GOVERNO DA GUANABARA. “*Rio: Operação Favela...*” *Op. cit.*

³⁹³ *Idem.*

A Praia do Pinto, segundo matéria do Jornal do Brasil publicada no dia após o incêndio, surgiu a partir de pescadores e operários que trabalharam na construção do Jóquei Clube do Brasil, nas imediações, e que receberam permissão para se instalarem no local, ainda na década de 1910, com o primeiro morador tendo chegado em 1913.³⁹⁴

Segundo morador citado nessa reportagem, a favela surgiu de três favelas menores, na verdade: Praia do Meio, Praia-Mar e Favela da Lagoa. Esta última acabou se impondo sobre as outras, e por ser na Lagoa Rodrigo de Freitas, dizia-se que era a ‘praia’ onde os pintos tomavam banhos, passando a ser conhecida como Praia dos Pintos até finalmente se tornar a Praia do Pinto.

Ao longo dos anos, seu crescimento foi facilitado pela linha de bondes que passou a chegar até o, na época, distante subúrbio do Leblon. Bem como pelo crescimento dos bairros de Leblon e Ipanema, com os ex-trabalhadores da construção do Jóquei, e outros, garantindo a mão-de-obra necessária para a construção dos prédios e da infra-estrutura urbana, como o sistema de esgotos.³⁹⁵

A questão da ilegalidade da terra, e do conseqüente pressuposto dos favelados como invasores, era controversa. De propriedade do Governo Federal, na qual se baseavam os favelados para garantirem sua permanência no local desde a época de Getúlio Vargas, foi preciso o Governo da Guanabara reivindicar a área onde se localizava a favela, argumentando que o terreno era dele e que uma suposta permuta deste com o Governo Federal jamais teria se consumado a fim de deixar claro que a ‘tolerância’ não era legítima e que o verdadeiro dono reivindicava a terra.

A questão de que a urbanização da favela não era viável ‘tecnicamente’ foi uma das principais argumentações, sendo descrita a área como um “*terreno pantanoso, praticamente inurbanizável, segundo técnicos de órgãos federais, impunha-se, evidentemente, a erradicação daquela favela.*”³⁹⁶ Mais à frente no texto, no entanto, repetem-se os planos para o terreno após a remoção: “*A área liberada da Praia do Pinto, após a urbanização e a venda de seus lotes em concorrência pública, dará lugar a uma moderna zona residencial.*”

A postura do Estado quanto ao consentimento dos moradores pela remoção também se revela emblemática sobre o estado de espírito das autoridades em relação aos

³⁹⁴“Praia do Pinto acaba e deixa Ipanema que ajudou a construir” *Jornal do Brasil*, 11/05/1969.

³⁹⁵ *Idem.*

³⁹⁶ GOVERNO DA GUANABARA. “Rio: Operação Favela...” *Op. cit.*

reticentes ao programa. É narrada a visita guiada pelas autoridades da Secretaria de Serviços Sociais do Estado da Guanabara, ao conjunto da Cidade Alta “*onde conheceram as dependências de seus futuros apartamentos, verificando, então com os próprios olhos, a improcedência de informações tendenciosas que, sobre as novas moradias, haviam recebido de demagogos exploradores da pobreza na favela.*” Ainda é dito que a visita deixou em descrédito a “*resistência passiva entre pessoas mal intencionadas contrárias as mudanças em massa de barracos infectos para apartamentos condignos.*”³⁹⁷

Podemos ver em dois momentos de que forma o estigma atuava na época pelo discurso das autoridades e também pelo da imprensa. No relatório de 1969 da COHAB-GB, o favelado surge como alguém recalcitrante, que se recusa ser promovido através da remoção e da troca do barraco da favela pelo apartamento no conjunto: “*Antes da Cidade Alta era válida a marchinha popular de vinte anos atrás: ‘daqui não saio, daqui ninguém me tira.’. Era a manifestação típica de um estado de espírito voltado para a resistência à mudança, no sentido mais restrito (sic) dessa posição social.*”³⁹⁸

E em reportagem do Jornal do Brasil sobre a inauguração da Cidade Alta, e que acompanha a remoção de algumas famílias da Praia do Pinto, acompanha-se a mudança de um morador, mesclando na matéria opiniões dele com as da reportagem: “*Paulo Tibúrcio, como a maioria dos vizinhos a serem removidos, é um dos que vivem em nível um pouco mais alto que os outros habitantes da favela. os primeiros escolhidos moram na parte alta, onde não há inundações. (...) Ele pede um copo de ‘alcatrão com caipirinha’ e bebe. Depois, constata que está na parte baixa da favela, onde os barracões são mínimos, feitos de pedaços de tábua velha. O ambiente parece ser o máximo da promiscuidade e tudo cheira a lama podre. ‘Esse pessoal daqui é infeliz. Vivem como porcos. Mas vai lá e pergunta se eles querem sair daqui? A gente não sai por medo; eles por ignorância’.*”³⁹⁹

A partir do dia 23 de março de 1969, iniciaram-se as mudanças das primeiras famílias para a Cidade Alta, que foi inaugurada dias depois, em 28 de março. Mas, nos meses seguintes, ainda eram feitos questionários e tentativas de convencer e pressionar os resistentes à mudança, tarefas feitas até por autoridades de primeiro escalão: “O

³⁹⁷ *Idem.*

³⁹⁸ COHAB-GB. “*Um programa que...*”. *Op. cit.*

³⁹⁹ “Negraão abre em Cordovil conjunto da Cidade Alta” *Jornal do Brasil*, 29 /03/1969.

*Secretário de Serviços Sociais e o Presidente da COHAB, bem como seus assistentes e assessores, procuravam, pessoalmente, desde o início, esclarecer e convencer os céticos e recalcitrantes, realizando-se, assim, a transferência, ordeira e pacificamente, em levadas diárias de 25, 30 e 40 famílias.”*⁴⁰⁰ Enquanto isso, os contrários à remoção conviviam com o desmonte dos barracos das famílias que haviam se mudado e *“tratores da SURSAN e do DER, que limpavam e aplainaram o terreno onde se rasgarão, dentro em breve, várias avenidas.”*

Para os resistentes, a mudança se tornara inevitável quando, em 11 de maio de 1969, um incêndio acabou com a favela: *“Cerca de sete mil favelados já se haviam transferido em ordem para seus apartamentos no conjunto de Cordovil quando irrompeu um incêndio devastador na favela da Praia do Pinto, que destruiu a maioria dos barracos e deixou ao desabrigo cinco mil favelados.”*⁴⁰¹

A cobertura da imprensa fala que não houve mortos no incêndio, apenas 32 feridos⁴⁰². Moradores removidos entrevistados durante a pesquisa apontam que teria havido mortos sim, mas nunca este número foi quantificado e nem possíveis vítimas (ou seus parentes) identificadas.

Teria o incêndio sido proposital? Na opinião dos moradores entrevistados na pesquisa, isto surge de maneira praticamente unânime (voltaremos a isto no próximo capítulo). De qualquer maneira, o próprio Governo da Guanabara admite que serviu aos propósitos remocionistas, tendo sido um *“problema imprevisto e grave, mas sem alterar os planos originais, promoveu o Governo apenas a aceleração da mudança.”*⁴⁰³ De modo que o secretário de Serviços Sociais da Guanabara, Vítor Pinheiro, também anunciava à imprensa *“que o problema do desabrigo não é tão grave assim pois, em último caso, teríamos 1.200 apartamentos vazios em Cordovil para abrigar todo esse pessoal.”*⁴⁰⁴

⁴⁰⁰ GOVERNO DA GUANABARA. *“Rio: Operação Favela...”* *Op. cit.*.

⁴⁰¹ *Idem.*

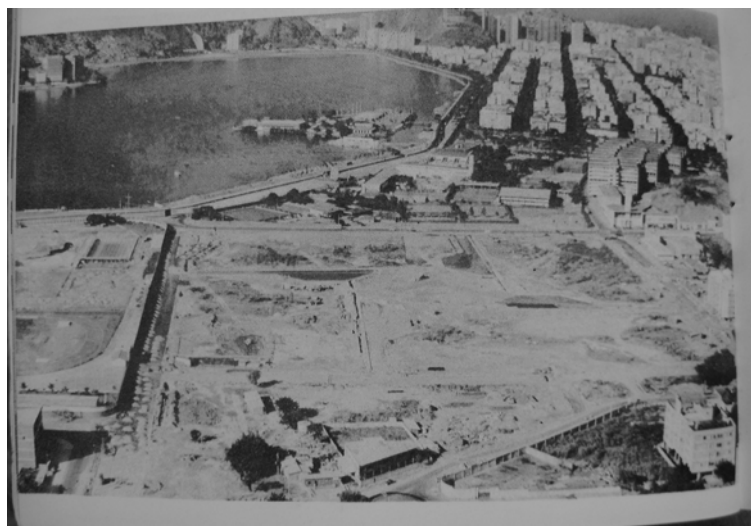
⁴⁰² “Fogo na Praia do Pinto deixa 5 mil ao desabrigo” *Jornal do Brasil*, 13/05/1969.

⁴⁰³ GOVERNO DA GUANABARA. *“Rio: Operação Favela...”* *Op. cit.*

⁴⁰⁴ “Causas do incêndio são até agora desconhecidas” *Jornal do Brasil*, 13/05/1969.

Terreno da Praia do Pinto em quatro momentos:

As imagens, a partir de cima e da esquerda para a direita: Projeto de prédios de classe média para o terreno da Praia do Pinto; vista aérea da favela; obras no terreno 'inurbanizável', após a remoção; e atualmente, com a Selva de Pedra. As duas imagens de cima são do jornal Correio da Manhã, que está hoje no Arquivo Nacional; a de baixo, à esquerda é de um material da COHAB e a da direita foi feita através do aplicativo Google Earth.



Desse modo, após o incêndio, as assistentes sociais montaram um posto na favela, mais exatamente na parte do Parque Proletário do Leblon, para cuidar da ordem de transferência dos moradores a partir dos seguintes critérios: *“os que perderam tudo _barracos, móveis e utensílios _têm prioridade absoluta, seguindo-se os que perderam os barracos e apenas parte dos que perderam móveis e utensílios, e os que conseguiram salvá-los intactos. Os que não perderam nem o barraco serão removidos por último. As assistentes sociais informaram que de acordo com os planos antigos, a remoção de todos os favelados deveria acabar na segunda semana de junho, ‘mas do jeito que as coisas vão, na próxima semana não vai mais sobrar ninguém na favela.’”*⁴⁰⁵ Ainda segundo reportagem no dia após o incêndio: *“Uma coisa é certa _informou uma funcionária da Secretaria [de Serviços Sociais] _para cá eles não voltam.”*⁴⁰⁶

Voltando à cobertura do Jornal do Brasil dois dias pós o incêndio, vemos que os moradores consideravam o incêndio proposital, principalmente pelo fato do fogo ter começado, segundo moradores, numa área já desocupada da favela e que, de modo diverso ao que vinha sendo feito, não havia sido imediatamente derrubada: *“Segundo o sr. João Tomas Sobrinho, vários barracos do setor D da favela permaneceram de pé após serem desocupados, o que causou estranheza a todos os moradores que ficaram.”*⁴⁰⁷ No dia imediato após o incêndio, o secretário Vítor Pinheiro havia atribuído a propagação do fogo e a dificuldade em apagá-lo às *“construções em madeira dos barracos e o farto madeirame deixados pelos moradores que foram para Cordovil.”*⁴⁰⁸ Embora, conforme vimos, a responsabilidade em remover os destroços era do Governo do Estado.

Sem embargo, na capa desta mesma edição do Jornal do Brasil, os planos para área já eram anunciados: *“O governador Negrão de Lima informou que a área da Favela da Praia do Pinto será loteada e seus terrenos vendidos em hasta pública. As futuras construções do local deverão obedecer ao projeto de urbanização da área.”*⁴⁰⁹

⁴⁰⁵ “Desabrigados da Praia do Pinto vão ser removidos até o final da semana” *Jornal do Brasil*, 13/05/1969.

⁴⁰⁶ “Causas do incêndio são até agora desconhecidas” *Jornal do Brasil*, 13/05/1969.

⁴⁰⁷ *Idem*.

⁴⁰⁸ “Fogo na Praia do Pinto deixa 5 mil ao desabrigo” *Jornal do Brasil*, 13/05/1969.

⁴⁰⁹ “Governo abriga favelados até o fim da semana” *Jornal do Brasil*, 13/05/1969.

Numa matéria da revista *Veja* de 1973, a hipótese do incêndio criminoso também é aventada de maneira franca: *“Na verdade, mesmo que tenham ocorrido casos isolados de arbitrariedades de construtoras inescrupulosas, é interessante observar que, se o mercado imobiliário é nascente de especulações premeditadas e desonestas, esse tipo de erro não é característica exclusiva da iniciativa privada, pois o Estado, quando sente ventos favoráveis, é capaz de tornar-se um agente encorajador. Na Guanabara, até hoje não ficaram devidamente esclarecidas as circunstâncias em que se incendiou, com uma rapidez fulminante, a favela da Praia do Pinto”*⁴¹⁰

Comprovava-se assim que se tentaria a qualquer custo cumprir a promessa feita meses antes (janeiro de 1969), no documento de apresentação da CHISAM: *“Jamais haverá outra oportunidade igual à que agora se apresenta para um equacionamento, encaminhamento de solução e real possibilidade de serem erradicadas do panorama do Grande Rio estas verdadeiras anormalidades urbanas que depõem contra os mais primários princípios de civilização e desafiam a capacidade dos governantes.”*⁴¹¹

Tal afirmação, talvez, fosse uma resposta direta às conclusões apresentadas no Relatório SAGMACS, publicado quase dez anos antes: *“A favela não é apenas uma mancha na tela esplêndida do Rio de Janeiro; é um documento de incapacidade administrativa e de insensibilidade moral. A presença desses amontoados de casebres, onde se comprimem famílias, às vezes numerosas, atesta mais que um retardamento técnico, uma imaturidade moral. O aglomerado urbano onde tal situação existe não é uma cidade, mas um espaço onde se comprimem grupos em luta. Por isso, a solução do problema, mais que qualquer meta desenvolvimentista, representará um atestado de civilização.”*⁴¹²

Para os moradores da Cidade Alta, oriundos da Praia do Pinto, de outras favelas removidas ou os que se mudaram para lá por vontade própria, tratava-se de, independentes das análises e projetos governamentais, se adaptarem à moradia num novo lugar e sobreviverem.

O estigma de *favelado* e o fato de ser ‘indesejado’ na cidade tornaram-se uma situação real com atitudes concretas, levada às últimas consequências por parte das

⁴¹⁰ “A grande feira imobiliária” *Veja*, 07/11/1973.

⁴¹¹ CHISAM. “Origem – Objetivos...”. *Op. cit.*.

⁴¹² SAGMACS. *Op. cit.*

autoridades governamentais. As falas a seguir de dois removidos da Praia do Pinto são claras quanto a este sentimento.

A primeira é do músico e comerciante Manoel Gomes, sobre o dia da remoção de sua família: *“Nós chegamos aqui em caminhão de lixo... A prefeitura cedeu os caminhões e as pessoas chegavam... simplesmente eles comunicavam: ‘Olha, chegou a tua ala e você vai sair. Você tem que sair!’ e a pessoa já tinha encaixotar tudo e vir. Então, eu cheguei aqui em caminhão de lixo!”*⁴¹³



Famílias ‘removidas’ no caminhão do DLU – Foto de CHISAM, 1971.

E a segunda é de Dona Margarida: *“A gente ouvia falar em São João de Meriti, Caxias, uns lugares que... meu Deus do céu! De repente eu estava fazendo parte dessa coisa horrível!”*⁴¹⁴

⁴¹³ Depoimento de Manoel Gomes de Oliveira à pesquisa no dia 27/05/2009.

⁴¹⁴ Depoimento de Maria Margarida Nonato do Nascimento, em 26/08/2008. Vale dizer que Dona Margarida morou primeiro no Parque Proletário do Leblon, composto por ‘ex’-moradores e conurbado com a Praia do Pinto, e que é tratado tanto nos depoimentos dos moradores quanto nos documentos da época como uma mesma favela.

CAPÍTULO 3

A REMOÇÃO E OS PRIMEIROS ANOS:

A CIDADE ALTA COMO ‘NÃO-FAVELA’

Cena três: Numa turma de balé clássico para meninas com até 13 anos numa ONG localizada na Cidade Alta, professora, alunas e mãe de alunas estão divididas. A ONG planeja que, ao invés de balé clássico, fosse oferecido um curso de dança afro. A questão encontra muita resistência das mães, que preferem as filhas aprendendo balé.

O choque da remoção

A fala de Dona Margarida que encerra o capítulo anterior demonstra o impacto da ação governamental sobre a vida dos que foram removidos, muitas vezes à força, para cerca de 30 quilômetros de distância do seu antigo local de moradia.

A fala do pastor Guaracy Costa, que morava no conjunto Minhocão da Gávea e foi morar na Cidade Alta em 1970 (quando casou com sua esposa, que era removida da Praia do Pinto) também reforça o impacto causado pela remoção: “*A Cidade Alta não tinha ainda colégios, não tinha supermercados... O pessoal foi jogado aqui assim, de maneira assim: ‘Vai!’.* E pra comprar as coisas? A gente não sabia o que era Caxias. Caxias pra nós era um outro hemisfério. Hoje não, Caxias é nosso vizinho. Daqui a dez minutos já estou em Caxias, já fui e voltei, quer dizer, mudou muito, está até gostoso agora, porque nos adaptamos... Mas Caxias na época era aquela fama, né? A cidade do bang-bang. A cidade faroeste, a cidade de Tenório [Cavalcante, político famoso na Baixada]”⁴¹⁵

Os removidos, na maior parte das vezes, destacam o grande desconhecimento em relação a esse novo lugar. Ney, artista plástico que foi criado no Parque Proletário da Gávea e era adolescente quando foi para a Cidade Alta fala sobre a remoção: “*Com mais de 200 caminhões da Comlurb [DLU], jogava o caminhão, a mudança dentro do caminhão e a gente vinha pra cá. A gente nem sabia pra onde tava vindo! Aí vinha parar aqui na Cidade Alta. Nunca passamos do túnel! A primeira vez foi de caminhão! (risos) Porque a nossa vida era a Zona Sul, né? A gente saía da escola, era praia, os*

⁴¹⁵ Depoimento de Guaracy Costa à pesquisa no dia 14/10/2009.

morros, as cachoeiras, né? Soltando pipa, jogando bola.. (...) Chegamos aqui, ficamos no 'tempo' durante uns dois meses. Porque a gente não entendia nada.”⁴¹⁶

Dona Nilza Sabino, presidente de Honra do Bloco do Barriga e removida do Morro São João, em Copacabana, para o conjunto Porto Velho, onde passou a morar num prédio virado de frente para a avenida Brasil, fala sobre o choque por, repentinamente, ter que morar num lugar desconhecido: *“De início ficou meio estranho. Eu custei a dormir, por conta desse barulho na avenida Brasil _seu falecido esposo era de São Paulo, para onde eles costumavam viajar com regularidade _quando passava para ir para São Paulo, eu via esses prédios em construção. Jamais imaginava que viria morar aqui.*”⁴¹⁷

Pastor Guaracy também lembra do estranhamento nos seus primeiros meses de vida do conjunto: *“Você se perdia! Eu tinha medo de sair do meu bloco e ir na outra ponta, porque eram tão iguaizinhos que você saía assim e tinha medo de entrar em blocos errados.”*

O comerciante e músico Manoel Gomes, criado no Parque Proletário do Leblon, contíguo à Praia do Pinto, vê o processo de remoção de forma bastante crítica: *“Aconteceu a tal da ditadura e muitas pessoas foram exiladas, né? E nessa também, muitos de nós, todos nós, moradores dali, fomos exilados também. Exilados pra Cordovil, igual! Nós fomos sofrendo esse exílio. Muitos conseguiram voltar do exílio cultural. Pessoas que viviam no ramo cultural, Caetano, Gilberto, alguns jornalistas... muitos deles até politicamente tão aí no poder. Mas eu acho que eles não tiveram um certo cuidado com as pessoas que sofreram com essas remoções. Então, eu continuo ainda no exílio social. Considero assim, não só eu, mas muitas pessoas daqui ainda se encontram.*”⁴¹⁸

Em suas memórias escritas, Manoel narra o processo de chegada ao conjunto, que viveu ainda na adolescência: *“O ano era 1969, chegávamos em cima de caminhões com a saudade se deparando com a realidade, fazendo o sonho virar ilusão. Alguns prédios ainda estavam em conclusões finais, os elevadores que as assistentes sociais disseram existir não foram construídos. Na verdade, os prédios tinham cinco andares,*

⁴¹⁶ Depoimento de Elcio Silva Sobrinho (Ney) à pesquisa no dia 14/05/2009

⁴¹⁷ Depoimento de Nilza Sabino Cortez à pesquisa no dia 06/12/2010

⁴¹⁸ Depoimento de Manoel Gomes de Oliveira à pesquisa no dia 27/05/2009.

tornando-se obstáculo a ser superado pelas pessoas obesas, hipertensas ou com problemas de coração.”⁴¹⁹

Percebemos que a remoção se deu de maneira traumática para muitos moradores, figurando nos depoimentos como uma forte ruptura em relação à vida construída na favela de origem, com laços sociais e familiares desfeitos. Ney conta que seus pais trabalhavam na Zona Sul: “*Eles trabalhavam lá mesmo, na Zona Sul. (...). E a gente estudava. Então, naquela época, foi um baque muito grande que nós tivemos na nossa vida, de mudar pra cá. (...) E a família era tudo lá de dentro da comunidade. Tanto primo, como tios e meus avós, tudo morava dentro da comunidade.*” Ney relata ainda que, após a remoção, perdeu o contato com um primo, também morador do Parque, e que havia ensinado ele a pintar: “*Até hoje não vi! Ele sumiu! Quando viemos de lá pra cá, nunca mais eu vi... Não sei se ele tá morto, não sei se tá vivo. Até hoje a gente não conseguiu encontrar ele. Muito tempo! Cada um foi pra um canto.*”

A remoção acabava com os antigos laços familiares e de vizinhança construídos na favela, que eram fundamentais na vida do favelado, como vemos no Relatório SAGMACS, em que encontramos um panorama geral de algumas favelas, dentre elas a Praia do Pinto e o Parque Proletário da Gávea, e um dos itens descritos é justamente as “Formas de Solidariedade” existentes nas favelas, sendo dito que: “*A vizinhança parece exercer, ainda, papel importante. (...) As formas de ajuda mútua se repetem, de favela para favela, com ligeiras variações.*” Entre essas formas, o relatório apresenta: o cuidado com as crianças; doação de remédios ou apoio em caso de doenças; empréstimos de pequenos objetos, etc.⁴²⁰

Assim, na Praia do Pinto, Manoel Gomes narra o cotidiano baseado na solidariedade: “*Minha mãe virou para mim e pediu-me para, após o almoço, ir na birosca do Sr. Nicolau Carvoeiro comprar, no caderno de fiado, latas de salsicha, massa de tomate e macarrão.*”⁴²¹ Em seu depoimento oral, Manoel também se ressen-te dos laços da antiga favela terem sido desfeitos pela remoção: “*Os que morávamos na*

⁴¹⁹ Manoel Gomes escreveu suas memórias no ano de 2002, contando sobre sua infância na Praia do Pinto e a vida na Cidade Alta. Manoel também traça considerações sobre a política, a história do Brasil e opina sobre os temas tratados em seus relatos. OLIVEIRA, Manoel Gomes de. “*Da Praia do Pinto do Leblon à Cidade Alta de Cordovil*”. Não publicado, 2002.

⁴²⁰ SAGMACS. *Aspectos Humanos da Favela Carioca*. São Paulo: SAGMACS, 1960.

⁴²¹ OLIVEIRA, Manoel Gomes de. *Op. cit.*

mesma rua, fazíamos aquelas brincadeiras de festa junina, as pessoas não vieram pra cá! Foram pra outras comunidades, pra Cidade de Deus, pra Vila Kennedy, pra Realengo... Então, muitos amigos dispersaram. E foram poucos que vieram. E a Cidade Alta, ela não recebeu só moradores da Praia do Pinto, com o tempo vieram pessoas de outras comunidades. Então, era uma nova vida, porque, apesar de vivermos na mesma favela _ muitos moravam na mesma rua _ não tínhamos aquele elo. Os conhecíamos, mas só de olhar. E muitos amigos foram pra outros lados... A decepção foi essa! Porque aquelas pessoas que viviam na mesma rua, que construímos... fizemos marcas, de nossas infâncias, de nossas vidas. Elas foram ficando pra trás. Começaram a destruir toda aquela infância, toda aquela vida daquelas pessoas, e aqui, nós chegamos e vimos que tínhamos uma estrutura, mas que o custo era muito caro.”

Sem que tenha se concretizado a ampla oferta de emprego prevista nos planos de remoção e consolidação da Zona Industrial, os removidos procuraram manter-se no antigo e agora distante emprego, e logo cedo se revelaram as dificuldades para nele permanecerem. Dona Margarida trabalhava em Copacabana na época da remoção, e conta que para estar às 7:00 horas da manhã no trabalho, tinha que pegar o ônibus às 5:30, e muitas vezes andou pendurada na porta do ônibus: *“Você pegar aqueles ônibus, poucos ônibus, com lotação superlotada, os motoristas eram todos tresloucados... De vez em quando aparecia nas páginas do jornal os ônibus esfacelados, amontoado um por cima do outro, assim, porque era uma correria danada, todo mundo queria chegar primeiro em qualquer lugar, entendeu? Avenida Brasil. Pra atravessar, quantos amigos, quantos conhecidos meus morreram ali! Não tinha passarela, entendeu? E nem tinha aquele viaduto ali. Então a gente ia chegando pro trabalho, descia do ônibus e ficava ali, em pé, esperando. Ficava até juntar um grupo de pessoas pra poder atravessar. Quando juntava aquele grupo, que dava uma folga, a gente metia o pé e saía aquele batalhão correndo. Ai os ônibus paravam, porque eles não iam passar em cima de dez, quinze, vinte pessoas. Era assim que a gente conseguia. Mas quem chegava mais tarde dependia de atravessar sozinho e muita gente foi atropelada ali.”*⁴²²

Em pesquisa realizada no fim da década de 1970 com a população dos conjuntos habitacionais, foi constatado que diminuiu em 50% o número de moradores que iam a

⁴²² Depoimento de Maria Margarida Nonato do Nascimento, em 26/08/2008.

pé para o trabalho (no universo do conjunto), ou seja, para esses moradores, o custo com transporte para o trabalho não existia na favela de origem.⁴²³

O pastor Guaracy Costa acompanhou de perto o drama dos removidos em relação ao choque com a transferência da Zona Sul: *“Noventa por cento dos chefes de família, ou cem por cento, trabalhavam tudo na Zona Sul! A vida do povo estava na Zona Sul! As domésticas saíam da favela e iam fazer limpeza ali mesmo! Os biscateiros: na época, um pintor fazia pintura ali mesmo, ia almoçar em casa, voltava... E vir para um mundo desse aqui?! Sair de um hemisfério pra outro hemisfério! Isso aqui praticamente foi outro hemisfério! É sair de um pólo pro outro! É a mesma coisa de sair da, vamos dizer assim, não digo nem do Brasil pra África, só quem corta os dois é o oceano. Mas sair do Brasil pra ir lá pro Oriente. As pessoas estranharam muito! Mas muito mesmo! E pra vol... pra ir trabalhar lá? Quem não pagava passagem, olha só: além de pagar os 70 reais de aluguel, tinha que pagar passagem! Pessoal não pagava passagem... Pessoal ia almoçar em casa! E agora, as pessoas teriam que pagar passagem ida e volta. Não era meia hora de viagem. Era uma, uma hora e pouca de viagem. Houve muita estranheza. As pessoas pra se adaptarem foi muito difícil. Havia choro, as pessoas choravam. A minha noiva, por exemplo, ela chorava muito... ela era doméstica, trabalhava... Chorava muito e ela passou até a dormir no emprego lá embaixo. Não dava pra vir todo dia! A pessoa que tá todo dia dentro de casa, com papai e com a mamãe, ter que dormir no emprego? Foi difícil...”*

Acrescente-se a isso o que Dona Margarida relata, sobre o impacto que a remoção causou na renda de muitos moradores, distantes das fontes de renda possibilitadas por biscates ou ofícios de baixa qualificação na Zona Sul: *“Ali, as casas de família tudo em volta, eles tinham muito desprezo por nós. Desprezo por nós, mas precisavam do nosso trabalho. Era lavadeira, passadeira, faxineira, babá, cozinheira e lá vai! Todo mundo trabalhava, todo mundo ganhava pouco, mas ganhava. Como morava todo mundo ali perto, então não tinha problema com condução, você ia com uma roupinha limpinha, mas ia de chinelo pra casa da madame, entrava pela área de serviço, ficava tudo mais fácil! Depois que nós viemos pra cá, não podia descer pra trabalhar por 20 cruzeiros, 30 cruzeiros... ia ficar só na condução! E também por causa, a maioria com filho, deixar as crianças com quem? Aonde? Essa distância toda!*

⁴²³ Rio de Janeiro, Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda. Rio de Janeiro: CPU/IBAM-BNH, 1979.

Os homens também trabalhavam na feira, nas garagens, lavando carro e fazendo mil biscates, né? Todo mundo ganhando um dinheirinho fazendo biscate, os famosos biscateiros. Depois que veio pra aqui ninguém tinha nada o que fazer. Ganhar dinheiro aqui como?”

Por conta da perda do emprego e/ou das fontes de renda complementares (ou mesmo única) de biscates que a Zona Sul oferecia, somadas às novas despesas com transporte, alimentação, prestações do apartamento e taxas (condomínio, luz, água), ocorreu do removido, não podendo arcar com os custos das prestações e novas despesas da vida no conjunto, vendeu a moradia e voltou à vida na favela (na anterior, em alguns casos; numa outra; ou mesmo numa nova favela, caso comum na Cidade Alta, do qual falaremos adiante).

Na reportagem do Jornal do Brasil, de 1971, falando sobre os atrasos e problemas no programa de remoções da CHISAM, é dito sobre os removidos da Praia do Pinto para a Cidade Alta que *“o único problema de que se ressentem é a distância para os locais de trabalho, mas quando a Zona Rural tiver seu plano de indústrias integradas, esse problema ficará sanado.”*⁴²⁴

Vemos os descompassos entre as remoções das favelas e o plano de se viabilizar uma ‘Zona Industrial’, onde os removidos compusessem a sua mão-de-obra disciplinada, qualificada e inserida na ordem capitalista e com seu ‘lugar’ na cidade. As alocações desses no mercado de trabalho permaneciam as mesmas, acrescidas das dificuldades que a distância acarretou.

E a inserção desses nas indústrias, o que necessitaria certa qualificação e ao menos um planejamento das indústrias para abrirem vagas e absorverem esta oferta de mão-de-obra só começou a se realizar, numa escala pequena para o volume de removidos, quando da inauguração do Centro de Treinamento da ACB-GB, na Cidade Alta.

Ainda segundo uma ‘polêmica’ pesquisa (por motivos que apresentaremos mais à frente) feita pelo Cenpha (Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais) a pedido do BNH em 1970, ainda no primeiro ano de história do conjunto, observamos que os

⁴²⁴ “Erradicação das favelas no Rio não deve se completar em 1976.” *Jornal do Brasil*, 9 e 10/05/1971.

moradores da Cidade Alta levavam, em média, uma hora e meia para chegar ao trabalho, sendo que 13% destes levavam mais de duas horas.⁴²⁵

O arquiteto e então diretor da COHAB, Giuseppe Badolatto, concorda que havia um grande descompasso entre a remoção da favela e a adequação do removido para a ‘nova vida’ no conjunto, como, por exemplo, na questão do transporte: “*Os planos foram feitos. Se pegar o Plano Doxiadis, o plano para a cidade do Rio de Janeiro, vai ver que tudo isso foi planejado! Mas a política de habitação avançou mais rápido que a política de infra-estrutura.*”⁴²⁶

Nota-se que a noção de *distância* é uma narrativa comum entre os depoentes que sofreram o processo de remoção. A distância em relação à antiga moradia era estendida à distância da vida anterior em seus vários aspectos. A ruptura não se dava somente com a favela, mas com as possibilidades que a localização desta propiciava quanto à oferta de empregos e serviços públicos disponíveis.

Uma aluna, já sexagenária, do Ensino Médio, que foi removida do Morro São João e fez um trabalho com caráter auto-biográfico, escreveu suas impressões ao vir para a Cidade Alta “*Achei muito estranho. Sinceramente, não gostei muito não, porque trabalhava em Botafogo e aqui ainda não tinha ônibus. Tínhamos que pegar na Avenida Brasil.*”⁴²⁷

Uma moradora removida da Praia do Pinto critica o processo de remoção pelo distanciamento causado por este em relação às vantagens possibilitadas pela moradia na Zona Sul (principalmente): “*Na época, o que realmente era pior era a distância para o trabalho_ quase todos trabalhávamos na Zona Sul. A distância das praias, comércio, de alimentação, diversão, etc.*”⁴²⁸

⁴²⁵ *Condições de vida em dois conjuntos habitacionais de interesse social: Cidade de Deus e Cidade Alta.* Rio de Janeiro: CENPHA/BNH, 1970.

⁴²⁶ Primeiro depoimento de Giuseppe Badolatto, em 17/09/2010.

⁴²⁷ *Trabalho GB2008/1004-11*

⁴²⁸ *Trabalho GB2007/1002-01.* Foi realizado como atividade docente, ao longo da pesquisa, um trabalho com os alunos do Colégio Estadual República de Guiné-Bissau e, a partir de 2009, da Escola Municipal Ministro Lafayette de Andrada; em que é pedido para eles pensarem a história local a partir das memórias dos moradores e responderem sobre o que seria a Cidade Alta. Neste trabalho, os alunos, além de pensarem eles próprios sobre essas questões, e escreverem sobre isso, também recolhem depoimentos de moradores sobre o processo de remoção e/ou a vinda para a Cidade Alta. A identificação deste trabalho (2007/1002-01, por exemplo) se dá pela *escola, ano corrente, turma* e um número de identificação para o

Uma das razões apontadas por Manoel Gomes, um dos poucos depoentes que fazem um balanço negativo da remoção, para considerar que a vida na Praia do Pinto era melhor que na Cidade Alta: *“O hospital que eu nasci, o hospital Miguel Couto! Naquela época não existia plano de saúde. E era um hospital que atendia a todos, pobres, ricos, e bem! Sem nenhum plano, sem questões de marketing, que hoje existe aí... Isso é um exemplo, e tem muitos outros: nós podíamos usufruir da praia!”*

Assim, além da *distância* do mercado de trabalho, os depoentes apontam também o choque inicial causado pela perda de acesso a serviços e lazer que a localização da favela anterior oferecia. Sobre isso, Dona Vilma afirma: *“Ninguém queria sair da Zona Sul, né? Praia, cinema, coisas boas, tudo no Leblon. Quem queria sair dali do Leblon? Ninguém queria sair.”*⁴²⁹

É o que narra também Dona Ester, moradora do conjunto Porto-Velho, vinda com 21 anos da favela da Babilônia, no Leme, por remoção em 1970, que frequentou os colégios nas proximidades da favela e, além disso, tinha acesso mais fácil ao lazer: *“Ia muito à praia, só ia! Sinto saudade de morar na Zona Sul... não de morar no morro.”*⁴³⁰

Ney, em sua memória, diz que o sentimento dos moradores era de contrariedade frente à remoção: *“Ninguém queria, né? Como é que a gente morava na Gávea, morando em plena Zona Sul, vinha querer mudar de onde a gente nasceu e onde a gente vivia bem?”*

Muitos removidos que eram mais jovens tiveram, ao menos temporariamente, que interromper seus estudos. Foi o caso de Manoel: *“Estudei no Colégio Santos Anjos, dentro da Cruzada São Sebastião, e lá estudavam muitos jovens da minha idade. Essa escola pública na época, ela existia e estudavam pobres e ricos. Então a qualidade de ensino era boa. Então, isso tudo foi ficando pra trás! E através desse avanço da gente aqui pra Cordovil, nós vimos que esse sonho foi ficando pra trás, nós tivemos que viver uma realidade muito cruel. Eu perdi um ano, entendeu? Até me encaixar... Quer dizer, até nisso eles, eles chegaram e causaram um cruel dano, porque eu já tava tudo direitinho, mandaram pra cá sem nenhum planejamento e depois é que foram construindo as demais escolas. Os demais colégios que aí existem. Mas logo que*

aluno ou grupo que fez o trabalho. Maiores explicações sobre estes e a metodologia utilizada estão no Anexo desta tese.

⁴²⁹ Depoimento de Vilma de Oliveira à pesquisa no dia 25/08/2010.

⁴³⁰ Depoimento de Ester Porto de Oliveira à pesquisa no dia 08/09/2010.

cheguei aqui fiquei um ano sem estudar e fui estudar no Colégio Roraima, que é na parte de baixo de Cordovil.”

O relato dos moradores sobre a ausência de comércio e equipamento urbanos vai ao encontro de duas fontes, uma oficial inclusive. Numa reportagem do Jornal do Brasil quando da inauguração do conjunto, em março de 1969, é dito que: *“A Secretaria de Educação iniciou a construção de três escolas primárias, cada uma com 12 salas. Numa área de 1500 metros quadrados, surgirá o centro comercial do conjunto, com 20 lojas e um supermercado.”*⁴³¹ A fonte oficial, o Relatório de 1969 da COHAB-GB, é mais humilde ao falar dos serviços e equipamentos existentes: *“Duas escolas em construção e uma terceira em projeto atenderão, de per si, em dois turnos, 2.300 crianças. Cuida-se de dotar o Conjunto de todo o aparelhamento comunitário indispensável à vida dos moradores.”*⁴³² Vale lembrar que o relatório foi publicado, no mínimo, no final do ano de 1969, mais de 8 meses depois da inauguração do conjunto e da reportagem.

Para efeito de comparação entre o que foi encontrado no conjunto e o que havia disponível na antiga favela, além das falas dos moradores, utilizemos as descrições existentes no Relatório SAGMACS acerca das condições das favelas da Praia do Pinto e do Parque Proletário da Gávea. Sobre estes últimos, o Relatório diz que tinha *“a vantagem de estar situado perto de meios de transporte rápidos, baratos e abundantes (...) Beneficia-se de todos os recursos existentes no bairro da Gávea.”* E em relação à Praia do Pinto, o Relatório diz que *“dispõe das vantagens do seu encravamento no bairro, cujos serviços utiliza.”*⁴³³

Embora as dificuldades em transportes e na disponibilidade de equipamentos comunitários tivessem sido previstas pelas autoridades da CHISAM: *“O deslocamento e a localização maciça de populações em um período relativamente curto de tempo, para áreas anteriormente vazias, poderão acarretar, nos primeiros meses de sua implantação, alguns problemas na infra-estrutura comunitária e de serviços,*

⁴³¹ “Negrao abre em Cordovil conjunto da Cidade Alta” *Jornal do Brasil*, 29 /03/1969.

⁴³² COHAB-GB. *Um programa que está sendo cumprido. Relatório da COHAB-GB-1969*. Rio de Janeiro, 1969.

⁴³³ SAGMACS *Op.cit.*

principalmente no setor educacional.”⁴³⁴ Já fora dos órgãos de remoção, Gilberto Coufal admitia o problema na infra-estrutura dos conjuntos e o justificava: “*O ideal seria que se entregasse tudo prontinho. Mas se isso acontecesse, essa gente não daria valor àquilo que fosse instalado. Então o processo teve que ser evolutivo.*”⁴³⁵

Assim, o Pastor Guaracy lembra desta não-entrega dos equipamentos: “*A Cidade Alta não tinha ainda colégios, supermercados... O pessoal foi jogado aqui assim, de maneira assim: ‘Vai!’! (...) A Cidade Alta foi entregue antes do tempo! Ela não tinha estrutura ainda pra receber moradores. Ela teria que receber moradores com escolas, comércio... Só tínhamos uma linha de ônibus e o ônibus fazia ponto lá na estrada do Porto Velho.*”

E recorremos também ao depoimento da Dona Margarida, emblemático quanto às memórias e narrativas diversificadas sobre a remoção: “*De cara, foi bom. Né? De repente, eu tava morando em casa, igual gente. Parede de tijolo... quer dizer, não tava pintado, o chão era cimento e tal, buraco lá com as lâmpadas. Mas, de princípio, foi bom. Mas depois, foi outra decepção (risos), mas uma decepção enorme! Aqui, se você ficasse sem uma caixa de fósforo pra acender o fogão, você tava perdido. Não tinha nada, onde comprar nada.*” Dona Margarida lembra ainda que: “*Tinha uma coisa interessante. As chaves eram praticamente coletivas. Então a minha chave abria a casa da vizinha ali, abria a casa do outro. Então, quando perdia a chave: ‘me empresta a sua chave?’*”

Em consonância com a fala de Dona Margarida, há uma idéia difusa entre os moradores ‘originais’ sobre a precariedade do conjunto nos primeiros meses, devido à ausência de serviços básicos ou à precariedade das instalações que diferiam do que muitos esperavam encontrar ao trocarem o ‘barraco’ na favela pelo apartamento no conjunto. Muitos depoentes apresentam essa fala ‘paradoxal’ em que as memórias sobre a ordem e beleza dos primeiros anos no conjunto se conjugam com a precariedade dos apartamentos e a escassez de serviços. A mais emblemática é da não-removida Dona Maria da Penha, que veio da Vila Cruzeiro: “*No começo era lindo. Muito bonito. Eu achava bonito. Olha: asfalto não tinha, era muita lama. A casa da gente não tinha*

⁴³⁴ CHISAM. *Origem – Objetivos – Programas – Metas*. Rio de Janeiro: BNH / Ministério do Interior, 1969.

⁴³⁵ “Ex-coordenador da CHISAM é por integrar favelados” *Jornal do Brasil*, 06/12/1971.

água, não tinha luz. Depois é que foram religar tudo. O chão era aquele troço grosso, aquele barro, coisa grossa.”⁴³⁶

Dona Lúcia, que veio ainda jovem com sua família, de outro conjunto em Manguinhos (que não soube especificar, mas pela sua narrativa, dá a entender que era um conjunto feito pelo Governo do Estado), também destaca os problemas dos apartamentos: *“O apartamento, eles entregaram pra gente nu e cru. Então a gente começou... primeiro fizemos um vermelhão. Hoje em dia ele tem aquele piso bonito, né?”*⁴³⁷

O descompasso entre a remoção da favela e a instalação das famílias no conjunto não foi um caso isolado à Cidade Alta. Em matéria sobre a remoção da Catacumba, é dito que, ao chegarem as primeiras famílias ao Conjunto Guaporé, que *“a água já existe, e a Light prometeu ligar a luz até a noite.”*⁴³⁸

Além disso, assim como ocorrera com Manoel e outros que foram removidos ainda em idade escolar para a Cidade Alta, a falta de escolas também atingiu os moradores do Quitungo-Guaporé, demonstrando os custos humanos da remoção: *“As 956 crianças das 1359 famílias que serão removidas para a Penha estão correndo o risco de perderem o ano. Embora a CHISAM tivesse previsto que sete escolas da região absorveriam as crianças à medida que fossem feitas as mudanças, até agora não foram tomadas nenhuma providência.”*⁴³⁹

Através de reportagem sobre a Catacumba, podemos ter um exemplo de como a remoção das favelas se deu sem que os conjuntos estivessem ‘prontos’, ou com condições mínimas de atenuar os impactos causados pela desorganização da vida comunitária na favela de origem e da instalação em novo local distante do anterior e da vida construída nele. Embora a cabeça da matéria tenha um tom otimista (“Novo ambiente leva alegria a ex-favelados da Catacumba”), a matéria faz um difícil jogo de apresentar uma série de problemas que os favelados viviam no conjunto, sendo que todos estes estavam na expectativa de serem resolvidos ou, quando muito, com soluções improvisadas pela CHISAM.

⁴³⁶ Depoimento de Maria da Penha à pesquisa no dia 02/09/2010.

⁴³⁷ Depoimento de Maria Lúcia da Silva à pesquisa no dia 18/11/2010.

⁴³⁸ “Penha e Cidade de Deus recebem as primeiras 28 famílias da Catacumba.” *Jornal do Brasil*, 02/10/1970.

⁴³⁹ *Idem*.

Assim, os birosqueiros/comerciantes da Catacumba “*embora estivessem satisfeitos com a mudança, temiam não ter como sobreviver, pois as lojas do conjunto residencial ainda não estão prontas. Assim, ganharam mais um quarto para guardar as mercadorias e comerciá-las.*” Em outro trecho: “*Mesmo acreditando que teriam uma vida mais sacrificada _os empregos eram na maioria na Zona Sul, e passariam a pagar, além das prestações dos apartamentos, taxas de água e luz_ todos se entusiasmaram em ir para o conjunto Quitungo-Guaporé.*” Sobre as escolas, embora tenhamos visto logo acima as dificuldades da matrícula, vemos na matéria “*as 965 crianças em idade escolar que foram para o conjunto Quitungo-Guaporé puderam escolher entre escolas nas proximidades para terminar o ano letivo. Entretanto, cerca de 200 preferiram acabar o ano nas da Zona Sul, que já freqüentavam.*” As escolas do conjunto estavam previstas para começar a serem construídas em 1971 e 1972. Sobre as antigas organizações comunitárias, lemos: “*Enquanto a sede dos quatro clubes que haviam na Catacumba ainda não ficam prontas, eles também se reúnem em apartamentos cedidos pela CHISAM para continuar as festinhas que davam aos domingos. Aguardam ainda a conclusão do campo de futebol para poderem continuar as peladas.*”⁴⁴⁰

No caso da Cidade Alta, os moradores são enfáticos em dizer que levou tempo para se resolver de forma efetiva esses problemas e que, ao serem solucionados, foi perfazendo a idéia do local como não-favela, e afastando do conjunto o estigma de favela, ponto que abordaremos adiante.

Manoel é enfático nas suas críticas às autoridades por trás do programa de remoção: “*Não fizeram nenhuma estrutura. Não viram que as pessoas que vinham pra cá iam ter dificuldades. De transporte, de educação... Quer dizer, as pessoas que tinham seus comércios próprios sofreram as conseqüências pra terem que recomeçar. Isso aí causou um problema muito difícil pra essas pessoas. Conseguiram sobreviver? Sobreviveram, mas continua aí, conforme eu te falei, nesse exílio devido a esse mal planejamento.*”

Da favela para o conjunto

A COHAB-GB destaca em seu relatório para o ano de 1969, que o projeto da Cidade Alta é um dos mais modernos em nível internacional: “*A alegria das cores, das*

⁴⁴⁰ “Novo ambiente leva alegria a ex-favelados da Catacumba” *Jornal do Brasil*, 01 e 02/11/1970.

fachadas, que bem refletem moderna tendência de arquitetura brasileira, a aeração dos ambientes interiores, praças e jardins fronteiros aos blocos, pelos quais os moradores logo demonstraram especial zelo.”⁴⁴¹

No mesmo sentido, o arquiteto que idealizou as plantas dos prédios e traçado da Cidade Alta e seus conjuntos congêneres, Giuseppe Badollato, ressalta as qualidades urbanísticas do conjunto: “*A Cidade Alta foi inovadora, porque eram prédios coloridos, com espaço entre eles. Você tem muito mais espaço entre os prédios da Cidade Alta do que na Zona Sul, Leblon, Copacabana, em que os prédios são colados. Cidade Alta não tem um prédio colado no outro! É tudo arejado, bem iluminado, bem ventilado... (...) se tivessem sido preservado jardins e tudo, era melhor que muito lugar aí, que tem um prédio colado a outro, você abre a janela e dá na cara do outro... Cidade Alta não é assim, você não tem prédio cara a cara.*” (Abaixo, a Cidade Alta em 1969, foto no Relatório da COHAB-GB, 1969).

De
fato, através
dos
depoimentos
dos
moradores
‘originais’,
vemos que a
beleza dos
blocos, de
variadas
cores e os
jardins são



destacados por eles como uma marca do avanço do conjunto em relação à favela, sendo inclusive a perda desses jardins para as puxadas, pensada pelos moradores como um dos sinais mais marcantes de *favelização* do conjunto.

⁴⁴¹ COHAB-GB. “*Um programa que...*”. *Op. cit.*

**COHAB-GB ENTREGA
2.600 APARTAMENTOS
EM CORDOVID**



Vista aérea do Conjunto Residencial Cidade Alta, em Cordovil, construído pelo Governo da Guanabara, com 2.600 apartamentos, e que foi recentemente inaugurado.

O Arcebispo de Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara, benze a placa comemorativa do Conjunto Residencial Cidade Alta, em Cordovil.

O Governador Negrão de Lima discursa por ocasião da inauguração do Conjunto Residencial Cidade Alta, em Cordovil.

O Presidente do BNH, sr. Mário Triunfo, entrega a chave da residência a um dos novos moradores do Conjunto Residencial Cidade Alta, em Cordovil.

O Governador Negrão de Lima e o presidente do BNH, Mário Triunfo, descobrem a placa comemorativa da inauguração do Conjunto Residencial Cidade Alta, em Cordovil.

Aristides, o antigo sapateiro da CBD, bi-campeão do mundo, foi o primeiro a receber das mãos do Governador Negrão de Lima, a chave de sua residência, em Cordovil.

GOVERNO FEDERAL E GOVERNO ESTADUAL TRABALHAM
PARA ALCANÇAR O OBJETIVO DO PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DA GUANABARA
— solução humana da moradia.

COHAB GB

GUANABARA - N.º 19 - 1969

Propaganda de inauguração da Cidade Alta na Revista Agente (n.4, abril de 1969), publicação do Governo da Guanabara.



Inauguração da Cidade Alta. No centro da foto, o cardeal Dom Jaime Câmara e o governador Negrão de Lima. Imagem cedida pela CEHAB-RJ

Na cobertura da imprensa, o conjunto era apresentado como uma ruptura definitiva do Estado em relação à tolerância, vigente até então, com as favelas, como vemos numa das cabeças da matéria sobre a inauguração da Cidade Alta *“Nova mentalidade”*, onde se elogia a ação do Governo Federal pelo programa: *“Quase todas as autoridades discursaram frisando sempre a importância da obra como integração comunitária, elevação do nível de vida das classes menos favorecidas e, acentuadamente, como resultado de uma nova mentalidade do Governo Federal na política habitacional.”*⁴⁴²

Na matéria vemos ainda o elogio ao governador Negrão de Lima por parte de um morador que fora acompanhado pela reportagem desde a vinda da Praia do Pinto até



D. Jaime Câmara, Negrão de Lima e Mario Trindade (presidente do BNH) descerram a placa de inauguração da Cidade Alta. Imagem

a chegada à Cidade Alta: *“É um grande homem. Se não fosse ele, a gente não estava aqui.”*

A reportagem apresentava ainda uma breve

descrição e as vantagens do conjunto: *“A Cidade Alta, com seus 64 blocos de cinco pavimentos, fica perto de Cordovil. Existem apartamentos de um e dois quartos, todos com sala, cozinha, banheiro e pequena área de serviço. As ruas são asfaltadas e, segundo os responsáveis pela construção, o fornecimento de energia e água dificilmente causará problemas para os moradores.”* A COHAB-GB destacava também os aspectos urbanísticos e a infra-estrutura do conjunto: *“Obras de infra-estrutura bem planejadas e realizadas: asfaltamento, água, esgoto, energia. Unidades bem acabadas.”*⁴⁴³

⁴⁴² “Negrão abre em Cordovil conjunto da Cidade Alta” *Jornal do Brasil*, 29 /03/1969.

⁴⁴³ COHAB-GB. *“Um programa que...”*. Op. cit.

Entre a maioria dos depoentes que têm em comum a vinda para o conjunto devido às remoções, podemos perceber que essa é narrada como uma mudança positiva. A ordenação do local e o mínimo de infra-estrutura contrastam com a ‘desordem’ e precariedade da favela de origem.

A forma como se deu a mudança do morador para a Cidade Alta interfere diretamente na leitura que este faz sobre o conjunto e da condição ou não de favela deste, em que a ida para a Cidade Alta figura, para muitos moradores, como um ‘avanço’ em relação à moradia anterior, em que a favela, e os ‘problemas’ próprios desta, foram deixados para trás.

Para demonstrar isso, tomemos como exemplo uma moradora que veio removida de Manguinhos, por conta de enchentes onde perdeu sua casa, em abril de 1969, e diz que: *“Quando cheguei aqui, estranhei um pouco, porque não estava acostumada com tanta beleza. Estava vindo de uma favela com muitos barracos, sem água encanada, sem esgoto. Ou seja, sem conforto para meus oito filhos. Quando cheguei aqui foi como um sonho realizado. Era tudo que eu queria.”*⁴⁴⁴ Outro morador também removido de Manguinhos dá um relato que se assemelha às descrições oficiais do conjunto: *“Eu achei tudo muito lindo e maravilhoso. Os prédios todos novinhos com suas cores vivas.”*⁴⁴⁵

Dona Lúcia diz que a vinda para a Cidade Alta foi uma melhora, mesmo que, em Manguinhos, a casa de sua família contasse com uma razoável infra-estrutura de serviços, como água, luz e esgoto: *“Tinha tudo direitinho, tudo arrumadinho, tudo como manda o figurino... Como pobre! Tínhamos tudo! Mas devido às enchentes, nós viemos pra cá. E aqui ficou uma coisa mais... Aqui foi melhor! Porque nós ficamos livres das enchentes.”*

São discursos que constroem os contrastes entre *conjunto* e *favela* que perpassam gerações, com os moradores mais novos, já nascidos na Cidade Alta, partilhando destas memórias, onde este contraste elabora (nem sempre, como veremos), uma memória local partilhada por muitos. Assim, Samuel Gomes de Souza, diretor do Colégio Estadual República de Guiné-Bissau, veio removido com os pais, do Parque Proletário da Gávea, quando tinha 4 anos. Morador de segunda-geração, ele é portador de uma memória em que a mudança para a Cidade Alta significou um avanço na

⁴⁴⁴ Trabalho GB2007/1003-02

⁴⁴⁵ Trabalho GB2008/1004-04

qualidade da moradia, mesmo com seus pais tendo que se deslocar para a Zona Sul, onde trabalhavam, dizendo acreditar que seus pais ficaram satisfeitos com a mudança: *“Acho que sim... Até porque existem poucas fotos ali do período da Gávea, e era uma casa bem modesta, era barraco mesmo. Pelo que eu vi de foto, apesar de tudo arrumadinho, era modesta. Era uma habitação bem simples. Então foi uma mudança radical você vir para um apartamento, tudo organizadinho, mais arejado, saneamento básico...aquela coisa toda que eu acredito que para eles foi interessante, apesar deles trabalharem na Zona Sul.”*⁴⁴⁶

É o que também vemos ilustrado pelo relato de duas jovens alunas: *“A maioria dos moradores veio de favelas, favelas mesmo: barracos feitos de madeira, teto de improvisado e, portanto, tiveram a sorte, talvez por necessidade, de serem transferidos para o bairro.”*⁴⁴⁷ Ao se referirem à Cidade Alta como um *bairro*, transparece que o sentido apresentado pelas alunas é como uma antítese à favela.

Particularmente para os removidos, a inexistência de serviços básicos nas favelas de onde vieram em fins da década de 1960, como é o caso principalmente da Praia do Pinto, contrastava com uma infra-estrutura mínima, como arruamento, calçamento, rede de água e esgoto, entre outros que havia no conjunto. A leitura da *melhora* é fundamentada na visão da favela como o lugar da precariedade, da falta de conforto, da falta de um mínimo de infra-estrutura, principalmente na questão do saneamento básico.

O mesmo é um dos principais argumentos do senhor Badollato, na defesa dos conjuntos habitacionais como uma oportunidade de melhor condição de vida para os removidos: *“O que tem nos conjuntos? O principal tem, que é o saneamento básico! Água, luz e esgoto! (...) Na época se falava que a casa era pequena, que o apartamento era pequeno... Tudo bem: tinha o problema do tamanho, tinha o problema do transporte, sem dúvida... Mas tinha saneamento básico! Então, as doenças... o cara que morava num núcleo desses, acabou com as doenças das crianças, as crianças podiam brincar com condições de saneamento. As dificuldades eram para os pais, mas para os filhos não.”*⁴⁴⁸

Para um quadro das favelas na época das remoções, podemos utilizar o Relatório SAGMACS, em que as condições de várias favelas receberam notas em cinco níveis,

⁴⁴⁶ Depoimento de Samuel Gomes de Souza à pesquisa no dia 26/01/2011.

⁴⁴⁷ Trabalho GB2008/1003-01.

⁴⁴⁸ Primeiro depoimento de Giuseppe Badolatto, em 17/09/2010.

em escala crescente de 0 (zero) a 4, sendo zero o pior, quanto à existência ou qualidade de serviços ou aspectos físicos das favelas e das residências. Assim, a Praia do Pinto recebeu nota 0 para os seguintes itens: *implantação de habitações defeituosas, rede de esgoto, ruas com esgoto, coleta de lixo*; nota 1 para *rede de água potável*; e nota 4 quanto à *facilidade de acesso, proximidade de comércio, serviços de saúde e de educação*; totalizando uma média de 2,3. Enquanto o Parque Proletário da Gávea recebeu nota 0 para *implantação de habitações defeituosas*; mas nota 3 nos itens *rede de esgoto, ruas com esgoto, rede de água potável*; e nota 2 no item *coleta de lixo*; totalizando uma média de 2,9, a segunda maior entre as favelas pesquisadas, junto com Jacarezinho e atrás da Barreira do Vasco, favelas que haviam recebido obras da Fundação Leão XIII⁴⁴⁹ (a menor nota foi para a favela do Escondidinho, que recebeu 1,1).

A fala de dona Margarida ilustra de que forma eram vividas estas dificuldades qualificadas no Relatório, bem como quanto à idéia da precariedade da favela: “*A violência lá, sabe qual era? Era você ficar sentado na bica até 1, 2 horas da manhã esperando um fio d’água correr para encher uma lata pra levar pra casa, pra botar no barril, voltar, encher outra lata.... isso era violência! Eram as casas onde nós morávamos, sem banheiro, sem água, sem conforto!*” Ela compara com o que encontrou na Cidade Alta: “*Abrir uma torneira e água! Vaso sanitário... nossa senhora! Que coisa! Banho de chuveiro... Olha!*”

No mesmo sentido do relato de outro morador, vindo do Parque Proletário da Gávea, que faz uma comparação direta entre as duas moradias e vê a ida para o conjunto como uma melhora: “*Mudou a nossa qualidade de vida, porque viemos morar em apartamentos, em local urbanizado e limpo. Antes morávamos em uma favela onde não havia urbanização e limpeza como temos aqui.*”⁴⁵⁰

Assim, para a maioria dos depoentes que foram removidos, a Cidade Alta em seus primeiros anos surge como a *não-favela*, um local de ‘ordem’, ‘infra-estrutura’ e ‘beleza’, conforme relata Dona Ester, que ao chegar no conjunto Porto Velho, teve a

⁴⁴⁹ Sobre as obras de urbanização da Fundação Leão XIII em favelas como Jacarezinho e Barreira do Vasco, ver BRUM, Mario Sergio. ‘*O povo acredita na gente*’: *Rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990*. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: PPGH/UFF, 2006

⁴⁵⁰ Trabalho GB2007/1003-01



seguinte impressão: “Achei muito bonitinho, fiquei maravilhada quando cheguei aqui. Era tudo pintadinho bonitinho, a entrada do prédio era gramada tinha umas pedras calhadas de branco.”. Sobre a chegada na Cidade Alta, Dona Lúcia partilha as mesmas lembranças: “Os prédios eram todos cercados, uma cerquinha de arame, muito bonitinho. Tudo gramadinho, limpinho. E hoje em dia você vê...” (Ao lado, obras da Cidade Alta concluídas e, os prédios na parte de cima da foto, são do Vista Mar, em conclusão - Foto no Relatório da COHAB-GB, 1969).

Nilza Mara, que estava entre os três primeiros moradores do conjunto Vista Mar, tendo se mudado para ele em abril de 1969, um mês após a inauguração da Cidade Alta, e dois meses antes da inauguração daquele, junho de 1969, relembra tanto do Vista Mar, quanto da Cidade Alta no início da sua chegada: “Era muito bonitinho. Os prédios eram organizados, pintadinhos. Os jardins eram bonitinhos. Aqui no conjunto da Cidade Alta também. Era tudo organizadinho. Não tinha essas puxadas. Todos eles eram ajardinados, isso foi uma coisa que me chamou muito a atenção: que era tudo com jardim.”⁴⁵¹

A comparação que contrasta favela e conjunto habitacional fica evidente também no relato de outra moradora, removida do Parque Proletário da Gávea para a Cidade Alta em março de 1969, contando que “quando aqui chegou, tudo era muito diferente. Acostumada com os barracos da favela, deu de cara com lindos prédios que

⁴⁵¹ Depoimento de Nilza Mara Machado Ribeiro à pesquisa, em 08/12/2010.

eram, na época, tudo muito limpo e conservado.”⁴⁵² Outro depoente, vindo da Praia do Pinto, resume o que achou que a Cidade Alta quando chegou: “*Uma coisa de primeiro mundo, porque eu estava vindo da favela.*”⁴⁵³ Dona Lúcia, vinda de Manguinhos por vontade própria é enfática ao dizer qual foi sua impressão ao chegar na Cidade Alta: “*Minha impressão era a melhor possível. Aqui era tranqüilo, era sossegado. Muito bom.*”

Dona Margarida relembra como era a favela: “*O barraco torto... telhado também furado, com direito a todas as goteiras possíveis (risos) quando chovia. E pobre. O fogão era de querosene, apagava de vez em quando e aquela fumaça de querosene entranhava na comida.. O velho e clássico penico, né? [risos] E depois do penico despejava numa latinha. O parque [Proletário do Leblon] tinha um grupo, assim, uns quatro ou cinco banheiros coletivos horrorosos e imundos. Era aquele buraco com aqueles dois lugares, bota o pé aqui e bota o pé aqui (risos), usa o buraco. Aí as pessoas levavam [a latinha], despejavam lá. Mas como estava tudo muito sujo em volta, ninguém podia chegar pra jogar no lugar certo, então jogava de longe. Aí ia ficando cada vez pior, né? De vez em quando alguém limpava!*”

Em seu relato escrito, Manoel lembra alguns aspectos da favela: “*Comecei a caminhar pelas ruas da favela, que não eram asfaltadas. Sempre que chovia, surgiam poças e lamas (...) fui parar perto administração do Parque Proletário do Leblon. Lá existia um banheiro comunitário, onde os moradores que não tinham banheiro cagavam, tomavam banho e etc.*”⁴⁵⁴

Dona Vilma, também moradora da Praia do Pinto, também destaca a oposição entre o que encontrou na Cidade Alta e o que havia na Praia do Pinto, dizendo que quando chegou ao conjunto, viu que “*Tinha banheiro, água bastante... porque nós morávamos na favela, não tinha saneamento, não tinha nada disso. Então, quando chegamos aqui, que vimos chuveiro, uma pia para se lavar a louça... nossa, foi muita mudança! Para melhor!*”

Há de se considerar que a existência de uma heterogeneidade na própria favela de origem faz com que moradores que tenham vindo da mesma favela possam ter visões diferenciadas a respeito dela. Ou ainda, que a idade é um fator de suma importância na

⁴⁵² Trabalho GB2008/1004-02

⁴⁵³ Trabalho GB2006/1003-01

⁴⁵⁴ OLIVEIRA, Manoel Gomes de. *Op. cit.*

leitura que morador faz da moradia anterior. Assim, Ney descreve o Parque Proletário da Gávea a partir das lembranças de sua infância, destacando principalmente o cenário de natureza do local: *“Tínhamos de tudo, um rio que passava por dentro do Parque, vinha cachoeira lá de cima do morro... à noite a gente tomava banho no rio que passava por lá (...). Tinha uma mina também, uma cachoeira que vinha de cima, e a gente desfrutava daquele, daquele cenário natural, né? (...) Desfrutava também daquelas delícias do mar que tinha... o fruto do mar, o marisco. Tinha o peixe, a gente pescava muito também (...) A gente vendia o que trazia da mata. A gente trazia jaca, coco-de-catarro, manga, cambucá... fora a caça também. Gambá, trazia o tatu, e a fauna, onde a gente morava, era no início da Mata Atlântica. Nós tivemos uma infância feliz.”* Mais à frente, Ney conclui: *“A gente era rico. Porque tinha de tudo! A gente não tinha dinheiro mas, rico interiormente, a gente era... se sentia rico. A gente morava dentro de uma comunidade que tinha muito! Tinha de tudo!”*

Dona Nilza Sabino também lembra com nostalgia da favela de origem: *“Era uma beleza de lugar. Era um sossego... Muito bom! Quando cheguei aqui, quase morri do coração, porque ouvi um tiroteio na primeira semana [na ladeira próxima à sua casa, que dá acesso à avenida Brasil]. Nunca tinha ouvido antes, nem sabia o que era isso!”* Deve ser considerado que se tratou, além de uma infeliz coincidência, de um caso isolado, pois segundo ela mesma contou, levou anos para ouvir outro tiroteio. Justamente quando eles se tornaram mais constantes.

Vemos bastantes similaridades entre os depoimentos dos moradores e as descrições sobre as favelas da Praia do Pinto e do Parque Proletário da Gávea, que constam no Relatório SAGMACS. No que tange ao Parque, é dito que *“reúne excepcionais condições quanto a serviços essenciais e abastecimentos.”*⁴⁵⁵

Fruto de um pequeno programa de remoção executado pelo Estado Novo em 1942.⁴⁵⁶, o Parque contava, além de posto de saúde, escola e centro recreativo, com uma estrutura mínima de serviços instalada pelo Estado, como água, esgoto e luz. Mas, ao longo dos anos, esses serviços ficaram bastante defasados pelo aumento do número de moradores e o posterior abandono do poder público em relação ao projeto original, que resultou na precarização das moradias, dos espaços públicos do Parque e dos serviços.

⁴⁵⁵ SAGMACS *Op.cit.*

⁴⁵⁶ BURGOS, Marcelo Baumann. "Dos Parques-proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro". In: ALVITO, Marcos & ZALUAR, Alba (orgs.) *Op. cit.*

Segundo o Relatório SAGMACS: “*Os moradores do Parque não o consideram uma favela. Não se chamam de favelados, e sim ‘parqueanos’.* Na frase de um informante, o Parque é uma ‘favela oficializada’.”⁴⁵⁷ O Relatório aponta ainda as diferenças existentes no Parque, segundo os próprios moradores, em que existe uma parte ‘boa’ e uma ‘ruim’. No entanto, consta ainda que no Parque a “*água vem muito cedo e acaba logo*”, o que obrigava os moradores a formarem diariamente filas para coletar a água nas bicas.

Favela x Bairro (na origem): o entorno como contraponto

Marcadas as diferenças entre favelas, ou internamente, entre parte destas ou mesmo entre moradores, em comum a todos havia a discriminação do bairro ao redor. Percebemos que um dos elementos mais marcantes na configuração de uma determinada área como favela é a ‘diferenciação’ em relação ao seu entorno imediato. A favela surge como aquilo que não deveria existir, aquilo que destoa do bairro onde se insere. Seja por conta das suas características físicas, seja pela extensão dos ‘defeitos’ próprios de uma favela aos seus moradores. Uma relação conflituosa com o bairro é uma condição que conforma a identidade de um local como favela. No programa de remoções da CHISAM, isto era apresentado como um item fundamental. A Praia do Pinto é descrita de maneira que “*apresenta chocante contraste com as construções do bairro*”⁴⁵⁸

Essa diferença era sentida também pelos moradores, pois segundo Dona Margarida, sempre houve uma discriminação muito forte: “*Era uma favela e ali havia um limite, uma fronteira: de um lado, os favelados: olhados de banda, odiados, desprezados... E do outro lado, os ricos, brancos (...) Havia muita discriminação. O sonho deles era se ver livres de nós (...) Cresci com essa ameaça pendurada na cabeça da gente ‘um dia isso aqui acaba’ ‘um dia vocês vão sair daqui!’*”

Ney, removido do Parque Proletário da Gávea, também fala sobre as diferenças que ele percebia entre os jovens das favelas e os jovens moradores dos bairros da Gávea e Leblon: “*A gente andava esfarrapado! Eles andavam bonitinhos, e a gente não. Então, eles tinham preconceito, a gente era rejeitado. Porque sabe que o rico nunca gostou do pobre, né? O preconceito era muito forte. Hoje existe preconceito, mas não*

⁴⁵⁷ SAGMACS. *Op.cit.*

⁴⁵⁸ CHISAM. “*Origem – Objetivos...*”. *Op. cit.*

existe como era antes, naquela época era diferente. Porque era rico de um lado, pobre do outro!”

Manoel Gomes também narra que sentia preconceito por parte dos moradores do Leblon. Ele conta que jogava futebol na escolinha do Flamengo, na Gávea, nos fundos da Praia do Pinto, e que certa vez os colegas, moradores do Leblon, viram-no junto a alguns vizinhos indo para a favela: *“Aí começaram, numa linguagem atual, zoando a gente: ‘Vai! Vai pra senzala! Tá vendo, ó, cheio de marra querendo dar uma de Zona Sul! Vai pra lá pra senzala que é o seu lugar!’.* Então, nós sentíamos aquela discriminação. Quando eles descobriram que nós... eles conviviam no futebol ali, mas nós não éramos muito aceitos, né? Porque até os pais mesmo não queriam que as pessoas se envolvessem tanto. (...). As remoções, elas aconteceram por causa disso. Porque é difícil, digamos, a pessoa que está bem de vida, ter que conviver no meio de outras pessoas sabendo que aquelas outras pessoas não tem condições ‘adequadas’. Então isso, isso prejudicava um pouco esse relacionamento, porque perturbava eles.”

O Pastor Guaracy, que morava nas imediações da Praia do Pinto, analisa as tensões existentes entre os bairros de classe média alta e os locais de pobreza da Zona Sul, atualmente e no período da CHISAM: *“Sempre houve esse comentário. De que a favela realmente era um ‘dente’ pro governo. [Era] Uma área nobre.... Quer ver o que, atualmente, se o governo pudesse fazer, ele faria? Tiraria a Cruzada São Sebastião! Agora é difícil. Primeiro, a estrutura é outra. Não é favela. São blocos, são dez blocos construídos. Existe uma infra-estrutura. Mas o governo acha que aquele povo ali, eles atrapalham a grande elite. Tanto é que fizeram um shopping do lado, né? Um dos melhores shoppings da Zona Sul tá do lado da Cruzada São Sebastião. [Com a Praia do Pinto] era mais fácil, porque barraco era mais fácil de demolir, mais fácil de desfazer. E o governo tinha uma filosofia de fazer da Zona Sul o brinco de ouro do Rio.”*

Uma construção tão forte quanto a do estigma, por parte do Estado e de setores da sociedade como a grande imprensa e que justificou a remoção imposta aos milhares de moradores de favelas, não seria facilmente apagada com a mudança desses para os apartamentos, conforme declaravam as autoridades dos programas de remoção, em que ocorreria a ‘promoção social do favelado’. Uma vez instalados no conjunto, o estigma de favelado acompanhou os moradores nesse novo lugar.

Dona Margarida conta sobre como os moradores de Cordovil reagiam aos recém-chegados no bairro: *“E o pessoal daí rejeitou a gente à beça! Entendeu? “Ih,*

porque é negrada! Ih, porque a negrada da Praia do Pinto tá aí! Porque essa gente não presta, porque essa gente é isso e aquilo.”

Para Antônio Carlos, que nasceu em 1957 e sempre morou em Cordovil, numa rua próxima à Cidade Alta, a instalação do conjunto significou uma ruptura com uma época mais ‘tranquila’ para os bairros próximos: *“Bom, a Cidade Alta, no começo, era bem tranquilo. Depois começou a... Lá em casa é o seguinte: antes de vir a Cidade Alta, a gente dormia com janela aberta, dormia no quintal, ficava até tarde na rua brincando. Aí, depois que surgiu a Cidade Alta, e veio aquela população mesmo, começou a piorar as coisas. Chegaram até entrar na casa do meu avô. Meu tio dormindo dentro de casa, morava na favela de Lucas, e costumava dormir com a janela aberta. Aí entraram lá dentro, pularam por cima dele, reviraram a casa, as coisas do meu avô, só que não levaram nada. Foi uns anos depois [da inauguração da Cidade Alta]. Aí ficou meio esquisito aqui em cima, né? Aqui embaixo tinha carnaval... Depois que a Cidade Alta veio pra cá, com a violência, pararam! Só uma vez, outra que eles botam. Mas aqui, agora ficou muito violento mesmo. Aqui na Cidade Alta ficou muito violento mesmo.”*⁴⁵⁹

Mesma linha de pensamento de Rossino, ex-presidente da Ama-Alta, e que também era morador do bairro de Cordovil na época da inauguração da Cidade Alta, na Rua Ministro Pinto da Luz (tendo morado em diversos lugares do complexo ao longo de sua vida): *“Naquela época o pessoal da Ministro não gostou muito. Porque era muito tranquilo isso aqui. Aqui era uma tranquilidade... As pessoas dormiam de porta aberta. E o pessoal achava que ia crescer o bairro, mas ia trazer muitos problemas.”*⁴⁶⁰ Em outro trecho de seu depoimento, ele lembra das visões que os moradores tinham sobre os removidos: *“Quando teve o incêndio lá na Praia do Pinto, muita família chegou aqui com porco, cachorro... cachorro tem até hoje, mas porco? Aquilo ali foi um absurdo pra gente (risos). E chegou para morar nos prédios, ainda inacabados.”*

⁴⁵⁹ Depoimento de Antônio Carlos Barroso à pesquisa, em 25/03/2009.

⁴⁶⁰ Depoimento de Rossino Castro Diniz à pesquisa no dia 21/12/2009.

Deste modo, é interessante perceber que o Conjunto Residencial Antônio de Salema, igualmente construído pela COHAB-GB (o termo *residencial* é enfatizado pelos moradores), e inaugurado cerca de um ano e meio antes da inauguração da Cidade Alta (e da criação da CHISAM), localizado na Estrada do Porto Velho, conurbado com a Cidade Alta (sem estar na elevação daquela, no entanto) possui rígidas ‘fronteiras’ com seus vizinhos. Além de não ter sido destinado a removidos, o maior tempo de história do



Vista da entrada do Antônio de Salema, à esquerda a 'favela' de Serra Pelada e ao fundo, a Cidade Alta foto tirada nela pesquisa em

conjunto, ainda que pouco, também é usado pelos moradores como diferencial em relação à Cidade Alta e para marcar que o Antonio de Salema se insere no bairro de Cordovil, conforme vemos no depoimento de Dona Nádia, moradora do conjunto desde janeiro de 1968, conta que quando chegou: “Não existia Cidade Alta, não existia nada. Aqui era até um lugar calmo, tranquilo, mas depois... Foi vindo a Cidade Alta, construíram a Cidade Alta, começaram a construir isso aqui do lado [referindo-se à favela Serra Pelada] e de repente virou isso aqui.”⁴⁶¹

Nilza Mara, funcionária pública, que na época trabalhava no BNH conta que, embora o conjunto Vista Mar fosse destinado a funcionários do BNH (daí ao apelido ‘Bancários’), muitos não quiseram se mudar para esse por conta da vizinhança com os removidos: “Com a remoção do pessoal, dos que vieram das favelas, muita gente desistiu! Não quis ficar com o apartamento. Tinham aceitado... Porque era um projeto da Sandra Cavalcanti: você pagava na planta, você escolhia três lugares, três bairros, pra morar, ficava pagando e quando o banco comprava, chamava o cooperativado e via se ele queria ficar ali ou não. O que aconteceu foi que quando saiu aqui, eles

⁴⁶¹ Depoimento conjunto de Nádia Lourenço e Raimundo Nonato de Lima à pesquisa, em 10/09/2010.

chamaram um monte de cooperativado, eles ficariam aí, mas quando aconteceu do pessoal ser removido pra cá, muitos desistiram_ você podia também fazer isso. (...) Todos os apartamentos já estavam ‘ocupados’, isso é, sem gente morando, mas em construção. Mas quando viram ‘Ah, não, favelado que vai morar aí?’ Aí muitos desistiram. Mais da metade!”

Assim, as relações de vizinhança entre os dois conjuntos foram estruturadas com base no estigma, no que Nilza Mara afirmou que existiam conflitos de vizinhança de parte à parte: “*Eles [Cidade Alta] achavam que o pessoal [Vista Mar] era metido.*”

As diferentes origens: os que ‘passaram o apartamento’, os não-removidos, os ‘bancários’...

Há uma discussão travada na bibliografia sobre o processo que ocorreu nos conjuntos habitacionais da COHAB-GB/CEHAB-RJ construídos dentro do programa da CHISAM de “passar o apartamento”, ou seja, do ‘removido’ ter vendido o apartamento para alguém que quis ir para o conjunto por vontade própria.

Um estudo clássico sobre esse processo foi feito pela socióloga Lícia Valladares, em relação à Cidade de Deus, dizendo que lá muitos favelados não conseguiram manter o pagamento das prestações das casas, e as passaram adiante, com a ‘cessão de direitos’ da moradia no conjunto a pessoas de classe média, usando o dinheiro arrecadado para voltar à favela, ou ainda, que atrasavam propositadamente o pagamento das prestações como forma de reação a uma política imposta, ou seja, a transferência compulsória para os conjuntos.⁴⁶²

Já Alba Zaluar, também estudando a Cidade de Deus, discorda da tese de Valladares, dizendo que o número de favelados que ‘passaram a casa’ não foi tão numeroso, e que a volta à favela não era algo tão desejado assim, pois a Cidade de Deus, por abrigar removidos de dezenas de favelas diferentes, seria, ainda que com vários problemas, um lugar melhor do que algumas das favelas de onde vieram. Assim, o atraso das prestações era mais uma estratégia de sobrevivência, de escolhas de prioridades dentro de um orçamento apertado, do que uma reação à remoção.⁴⁶³

No caso da Cidade Alta, não há fontes confiáveis sobre o número de moradores ‘originais’ (ou fundadores). Baseado numa avaliação meramente ‘empírica’, há indícios

⁴⁶² VALLADARES, Lícia do Prado. “*Passa-se uma casa...*” *Op. cit*

⁴⁶³ ZALUAR, Alba. “*A máquina e a...*” *Op. cit.*

de que a metade dos apartamentos do conjunto principal é ocupada ainda por famílias ‘originais’. Esses ‘dados’ foram obtidos através de conversas com moradores que, de cabeça, tentavam lembrar de quem eram os ocupantes dos apartamentos em seu prédio, chegando a essa média.

Mas devemos ter muita cautela neste ponto: o termo morador ‘original’ não significa necessariamente ‘removido’, embora tenham sido maioria absoluta no conjunto original, num primeiro momento. Conforme veremos a seguir, as categorias de removidos e moradores ‘originais’ não são necessariamente simultâneas no caso da Cidade Alta, embora sejam muitos os que pertencem aos dois grupos.

Assim, ao menos para o caso da Cidade Alta, o processo da *cessão de direitos*, que é ‘passar o apartamento’ para um comprador, que salda as dívidas e/ou paga um valor de ágio ao removido, deve ser relativizado. Em primeiro lugar, torna-se muito difícil precisar a quantidade de pessoas que ‘passaram a casa’. Em mais de quarenta anos do conjunto, houve muitos processos de mudanças de domicílio: desde os que venderam a casa e construíram as favelas do entorno, passando pelos que viveram esse processo e voltaram, até os que moravam em favelas próximas e foram para os apartamentos; em segundo lugar, alguns apartamentos já mudaram de morador muitas vezes e; por último, o Sistema Financeiro de Habitação e os órgãos responsáveis pela remoção não quantificavam, entre seus mutuários, aqueles que eram removidos ou não.

Ainda segundo o estudo do Cenpha, há o item “*Pagamento de prestações e cessão de direitos*”, em que é discutido o atraso nas prestações e apresentadas as possíveis causas e/ou justificativas apresentadas por moradores ou que circulavam na sociedade, principalmente entre os críticos à remoção, como razões para que isso ocorresse. Assim, as causas são divididas em dois grupos: “1- O morador não paga a sua prestação declarando ter baixa renda, estar desempregado ou haver doença na família; 2- O atraso é causado pela ‘forma com que o morador’ se relaciona com o Sistema Financeiro de Habitação.”⁴⁶⁴

A média de atraso dos conjuntos da COHAB é de 77%. Em relação à Cidade Alta, a pesquisa apresenta, para menos de um ano do conjunto, que apenas 19% dos moradores que vieram por *iniciativa própria* têm atraso nas prestações, enquanto os que foram catalogados como vindos por *remoção da favela* é de 27%; os que *tiveram de sair*

⁴⁶⁴ CENPHA/BNH *Op. cit.*.

de terreno ocupado é de 25% e os sem *oportunidade de escolha* é de 47 % (não é explicada a diferença entre essas categorias nem o porquê da distinção).

Essa falta de dados se deve, principalmente, em função dos órgãos como a COHAB e o BNH terem perdido o controle desse processo. Segundo o estudo do Cenpha, por exemplo, é dito que “*Não há dados relativos à cessão de direitos para a Cidade Alta porque sua ocupação é recente.*”⁴⁶⁵ Fica a questão de que se seria mais fácil ter o controle e número exato quando da instalação de pessoas no conjunto ou ao longo do tempo, com esse processo se intensificando cada vez mais. De qualquer modo, os órgãos têm indícios de que “*É alto o número de cessões de direitos por ano.*”⁴⁶⁶

Em matéria (com um tom crítico sobre os problemas enfrentados pelas famílias no conjunto do Quitungo-Guaporé), já tendo sido eleito Chagas Freitas como governador do Estado, as autoridades da COHAB-GB admitem a vasta ocorrência da prática, atribuindo isto, no entanto, à CHISAM e à administração anterior: “*O que a COHAB vem fazendo, segundo seus diretores, é consertar, aos poucos, os erros cometidos pela CHISAM: ‘ _ Basta dizer que a maioria dos ocupantes dos conjuntos não são os ex-favelados transferidos pela CHISAM. São famílias que ‘compraram’ os apartamentos dos primeiros ocupantes.*”⁴⁶⁷

Mesmo em posse desses dados, qualquer análise estaria seriamente ‘contaminada’, pois através das entrevistas, ou mesmo em conversas informais, vimos que, não raro, o *primeiro morador* de um apartamento pode jamais ter morado em favela. Ou mesmo ter morado numa que não estava nos planos de remoção, mas se interessou em ir para os conjuntos habitacionais e ‘comprou’ a ida para o apartamento antes da remoção, figurando como *removido*.

A própria ‘ilegalidade’ da ação torna esse ponto um assunto delicado de ser tratado, havendo os que não assumiram isso numa entrevista, falando-o apenas em *off*, ou os que os seus descendentes não sabem ou não comentam a dinâmica, caso de uma ex-moradora no conjunto Porto Velho, cujos pais são fundadores do conjunto, mas a mesma não soube explicar o porquê dos pais terem ido para lá, apenas reforçou que eles não vieram de favela.

⁴⁶⁵ *Idem.*

⁴⁶⁶ *Idem.*

⁴⁶⁷ “Blocos de conjunto da COHAB estão afundando no Quitungo” *O Globo*, 09/04/1973.

Devemos considerar que todo esse tempo de trajetória do conjunto contribuiu para erodir possíveis ocultações do processo por moradores que já se sentem seguros para falar sobre o assunto, até por terem conseguido o título de propriedade do apartamento. Caso exemplar dessas omissões é o de nossa depoente Dona Maria da Penha, que nos disse em seu depoimento que, vindo da Vila Cruzeiro, se inseriu no SFH através da compra da parte de um barraco na Praia do Pinto. Dois anos antes, no entanto, ao ser entrevistada por alunos, omitiu a informação, afirmando categoricamente ter vindo da Praia do Pinto.⁴⁶⁸

Dentro da categoria de moradores ‘originais’ *não-removidos* temos também os moradores que se inserem dentro da chamada *reserva técnica*, que consistia em reservar, desde o primeiro momento, cerca de 15% ou 20% dos apartamentos de cada prédio para moradores que não seriam oriundos de favela. A explicação das autoridades era de que a chamada pela CHISAM de *Reserva de integração social* deveria servir a “*famílias de baixa renda que não são moradoras das favelas removidas, mas que vivem em condições igualmente precárias, possuindo entretanto um status social mais elevado do que os favelados. Procura-se, através do exemplo, mostrar-se as possibilidades, necessidades e consciência de um convívio em condições higiênicas, sociais e de inter-relacionamentos satisfatórios.*”⁴⁶⁹

No entanto, autores apontaram que a *reserva técnica*, na verdade, tratava-se de atender pedidos feitos, através de relações políticas e/ou pessoais, de pessoas pobres ou de classe média baixa que queriam comprar o apartamento num dos conjuntos da COHAB. Linda Gondim, por exemplo, trabalhando com conjuntos da Rua Crato, Capitão Teixeira, e mais outros dois da época de Carlos Lacerda, entrevistou um técnico não identificado ligado aos órgãos de remoção, que disse: “*A reserva técnica foi inventada pela CHISAM porque a parte política é inevitável. Então eles tinham assim: a COHAB construía 20 mil apartamentos, 20 mil apartamentos seriam só para favelados. Mas então eles fizeram esse critério: 20% disso vai ser para RT, reserva técnica, para atender pedido: você é Ministro, tem um funcionário que precisa, então*

⁴⁶⁸ Trabalho GB2008/1004-03.

⁴⁶⁹ CHISAM. *Metas alcançadas e novos objetivos do programa*. Rio de Janeiro: BNH / Ministério do Interior, 1971.

manda pedir.”⁴⁷⁰ Novamente, sem podermos citar nomes, soubemos de algumas pessoas entrevistadas ou através de conversas informais que suas famílias se mudaram para Cidade Alta, ou para o Porto Velho, através desta prática de conhecer alguém dos órgãos de remoção ou com boas relações nele.

Há ainda um outro ponto que guarda profundas diferenças da Cidade Alta em relação à Cidade de Deus. Diferente desta última, que foi localizado numa região onde estava planejada a futura expansão da cidade, que acabaria ocorrendo na década de 1980, a Cidade Alta tinha uma localização mais central e próxima a importantes vias de acesso, bem como a um mercado de trabalho significativo.

Então, se para os removidos das favelas da Zona Sul essa localização era distante do antigo mercado de trabalho e das referências conhecidas por estes, para quem já morava em favelas ou bairros localizados na área da Leopoldina ou municípios da Baixada Fluminense, moradia anterior de quase todos os moradores por nós detectados que se mudaram para o conjunto por vontade própria, a Cidade Alta era uma alternativa melhor em diversos aspectos. Exercendo, portanto, um potencial de atração muito maior de moradores espontâneos do que a Cidade de Deus.

Em dissertação concluída em 1977, ou seja, pouco tempo após a construção dos conjuntos pelas COHAB/CHISAM, Ickowicz analisava os casos das famílias *não-removidas* e a sua melhor acomodação e satisfação com a vida no conjunto: “*Estas famílias em geral podem pagar a amortização e outros custos devido à sua renda um pouco mais elevada, mas principalmente devido à maior estabilidade ocupacional, comparando-se com os originários de favelas. Mas o mais importante é que já tinham despesas decorrentes da moradia, mais ou menos iguais aos custos dos encargos assumidos com a mudança para o conjunto habitacional.*”⁴⁷¹ Vale dizer que muitos dos removidos não tinham despesas com a moradia, ainda que dada a ilegalidade do barraco, enquanto os não-removidos queriam justamente que suas despesas com habitação se tornassem um investimento num patrimônio próprio.

Entre vários casos detectados na Cidade Alta, temos o de Seu Osias, que se mudou para o conjunto no início da década de 1970. Nascido em Macaé, veio para o

⁴⁷⁰ GONDIM, Linda M. *Integração social nos conjuntos habitacionais da COHAB-GB*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ, 1976.

⁴⁷¹ ICKOWICZ, Leon Emanuel. *Deterioração física de conjuntos habitacionais construídos pela COHAB – GB*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1977.

Rio por conta do serviço militar, e morou desde o final da década de 1950 no Parque União, hoje na região da Maré, distante cerca de sete quilômetros: *“Eu vim por vontade própria. Eu troquei a minha habitaçãozinha lá por um apartamento aqui. Eu não sei porque a pessoa trocou comigo. Para mim, foi bom negócio. Aqui eu achei diferente, achei melhor que onde eu morava. Lá tinha problema de ventilação. Eu morava embaixo e só tinha duas paredes que só tinham janela: frente e um basculante do lado.”*⁴⁷² A negociação, troca direta entre os dois, sem envolver dinheiro, jamais fora registrada na COHAB, inclusive, anos depois (não soube precisar), quando estava com prestações atrasadas, Seu Osias recebeu uma ordem de despejo no nome da antiga moradora ainda, o que usou para barganhar a permanência na casa e manter os pagamentos das prestações.

Já Dona Maria da Penha veio com o marido de área mais próxima ainda da Cidade Alta: a favela da Vila Cruzeiro, na Penha, distante cerca de quatro quilômetros, embora eles tenham sido incorporados ao Sistema Financeiro de Habitação como *removidos* da Praia do Pinto, tendo chegado a morar por um curto período naquela favela: *“Foi um amigo do meu marido que tinha falado, para ele fazer a ficha e depois a gente ia para COHAB, e assim ele fez: comprou um pedaço de um barraco [na Praia do Pinto]. Cheguei a morar ali um mês, aí botaram fogo e viemos para cá, no dia 11 de maio de 1969.”*

Quanto aos que ‘passaram a casa’, a Cidade Alta, por situar-se numa elevação, possibilitou que ocorresse, em número considerável, o fato de pessoas que, após fazê-lo, tenham se mantido nas cercanias do conjunto original, construindo as primeiras ‘favelas’ do lugar. Isso fez com que um morador continuasse no conjunto enquanto, por exemplo, um parente seu morasse nas ‘favelas’, mantendo uma vinculação ao comprar no mesmo comércio, partilhar os mesmos equipamentos comunitários, bem como a mesma estrutura de serviços urbanos (nem sempre de forma harmoniosa, como veremos à frente).

Caso dos sogros do Pastor Guaracy, que era contínuo da COHAB no início da década de 1970, e onde trabalhava até o dia de seu depoimento à pesquisa, e pôde acompanhar esse processo de maneira particular: *“Existia um contrato. E dentro do contrato regia o seguinte: a inadimplência, a falta de pagamento na quarta ou terceira prestação, dava direito à empresa de despejo. Então, muitas pessoas não tinham*

⁴⁷² Depoimento de Osias José da Silva à pesquisa no dia 12/11/2009.

condições! Vieram, preencheram fichas sociais, declaravam um poder aquisitivo que não existia. Meu próprio sogro, por exemplo, ele declarou um poder aquisitivo que eu empurrei! Porque o levantamento era feito muito superficialmente, não tinha nada de contra-cheque, igual hoje. (...) Então, a pessoa botava: 'Eu ganho 210 cruzeiros'. Aí, a assistente social botava '210 cruzeiros', e não pedia contra-cheque. Aí, o que aconteceu? O pessoal começava pagando, mas quando chegava lá na décima, na décima primeira, a pessoa já tava se arrastando. Meu sogro mesmo saiu fora! Ele pediu pra sair porque ficou com medo, com vergonha de ser despejado. E antes que fossem despejados, foram embora (...) Foi pra Nova Iguaçu. Passou o apartamento a preço de banana, várias pessoas passaram o apartamento a preço de banana. E ficou pior: porque foi longe à beça, sem recurso nenhum, aí com muita dificuldade, eu consegui trazer ele de volta. Não para os apartamentos! Ele voltou pra então agora chamada Favela da Divinéia. As pessoas começaram a sair do apartamento e ficar na periferia, invadir esses periféricos. Fazer essas casinhas periféricas. Existem essas favelinhas aí que rodeiam a Cidade Alta, são pessoas que não tiveram recursos de permanecer no apartamento.”

Dona Margarida também lembra desse processo: “*Olha, muita gente vendeu o apartamento por qualquer tostão, tá? Comprou alguns tijolos e aí começaram as favelas nos arredores. Vendeu o apartamento por qualquer tostão, fez um barraquinho ali e enquanto o dinheiro deu, foi comendo, né? Depois que o dinheiro acabou, não sei que que eles arrumaram. Mas muita gente passou! Passou porque não tinha condição de pagar a prestação, começou a atrasar e todo mundo dizia que iam botar ele na rua... Mais tarde nós soubemos que nós não poderíamos ser despejados, que nós somos remoção. Então quem comprou o apartamento de terceiros, Aí pode. Mas nós não, nós tínhamos uma casa na Praia do Pinto, tiraram de lá e nos botaram nós aqui. Então nós não podemos ser jogados na rua.(...) Mas eu ouvi falar de pessoas que perderam o apartamento.”* De fato, conforme vemos em matéria do Jornal do Brasil referindo-se a outros conjuntos, ocorreram ações de despejo pela COHAB, com auxílio dos órgãos de repressão em pleno período de maior repressão da Ditadura, e não raro, de forma violenta, atirando os pertences dos moradores porta afora, acompanhadas por ofensas aos despejados.⁴⁷³

⁴⁷³ “PM ajuda inspetores da COHAB a fazer sem ordem judicial despejo de 70” *Jornal do Brasil*, 14/08/1974.

Há ainda as pessoas que moravam na área de Cordovil e se mudaram para a Cidade Alta, como Rossino, que viveu esse processo. Cresceu na Rua Ministro Pinto da Luz, adjacente à Cidade Alta (chegando mesmo a ser considerada parte desta por alguns) e se mudou, em meados da década de 1970, para a Divinéia, onde foi presidente da Associação de Moradores do Parque Proletário de Cordovil [Divinéia] na década de 1980, tendo se mudado depois para o conjunto da Cidade Alta, onde morava até a data de seu depoimento, tendo sido presidente também da Ama-Alta durante as décadas de 1990 e 2000. A mudança, segundo ele, se deu *“porque a Cidade Alta recebia ações sociais que não tinham no Parque Proletário de Cordovil.”*

A memória local da origem da Divinéia/Parque Proletário de Cordovil contada por Rossino e por muitos moradores é a mesma que encontramos no cadastro do Sistema de Assentamentos de Baixos Ingressos (SABREN) da Prefeitura do Rio de Janeiro⁴⁷⁴. A própria toponímia da comunidade nos dá indícios da continuidade que os moradores quiseram manter entre os Parques Proletários, de onde vieram muitos moradores, e a nova ‘favela’. Discutiremos de maneira mais aprofundada o surgimento das favelas no próximo capítulo.

Já Sérgio Alves Firmino, rodoviário, que morou na Divinéia e atualmente na Cambuci/Avilã, disse que sua família veio do Vidigal. Ele não soube precisar a data, mas disse que, na ocasião, tinha aproximadamente 4 anos de idade, o que seria por volta de 1968 ou 1969, ou seja, na época da construção e inauguração da Cidade Alta, dizendo a razão que levou sua família a sair do Vidigal e morar na Divinéia, que segundo ele, surgiu antes da Cidade Alta: *“Meu pai era pedreiro, começou a trabalhar por aqui, em troca de trabalho, ao invés de receber em dinheiro ele recebeu um terreno (...) já existiam os prédios [da Cidade Alta], estavam construindo. E tinha uma comunidade atrás que estava começando também. Tipo uma favela, né?”*⁴⁷⁵

Outro grupo de moradores é o do Condomínio Vista Mar (o termo é enfatizado pelos moradores e pela Administração do conjunto). Sua origem não se relaciona à CHISAM, mas ao sistema de cooperativas habitacionais do BNH. Como a aquisição das unidades por bancários acabou ocorrendo numa escala muito pequena, ele passou a ser

⁴⁷⁴ Sabren/Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP): ver www.armazemdedados.rio.rj.gov.br _Consultado em 25/11/2010. Embora a data de surgimento seja controversa. Discutimos o surgimento das favelas de maneira mais aprofundada

⁴⁷⁵ Depoimento de Sérgio Alves Firmino à pesquisa no dia 09/12/2010.

vendido às famílias de classe média baixa em geral, segundo Nilza Mara, que acompanhou diretamente o início do conjunto tanto por ter sido uma das primeiras moradoras, quanto por trabalhar no BNH e disse que, após a recusa de muitos bancários, ele acabou sendo vendido a “*militares, funcionários públicos. Porque a prestação não era tão barata. Então você tinha que ter um poder aquisitivo mais ou menos, né?*” Estas pessoas foram atraídas pelas facilidades feitas pelo BNH no Vista Mar, para a compra da casa própria e as características do conjunto, que conta desde a sua inauguração com estacionamento próprio, jardins e condomínio organizado.

É interessante notar que, no ano de 1972, a administração do Vista Mar fez um pequeno boletim mensal, chamado de *O Vista Mar – Órgão informativo e educativo do Conjunto Residencial Vista Mar* e que, sintomaticamente, referia-se ao conjunto da Cidade Alta, quando noticiava algo referente ao conjunto, como “*nossos vizinhos*”, ou o “*conjunto vizinho*”. Desde a sua inauguração e início da trajetória do conjunto, o Vista Mar foi guardando diferenças marcantes em relação aos seus vizinhos, servindo inclusive a mudança para este como objeto de ascensão social por parte de moradores do conjunto da Cidade Alta.

Cidade Alta, a promoção social do ex-favelado?

A ida para o Conjunto Habitacional da Cidade Alta, segundo a visão do Estado na época, constituiria uma oportunidade dos seus novos moradores se livrarem do estigma de *favelado*.⁴⁷⁶ Segundo o Governo da Guanabara, responsável direto pela construção do conjunto através da COHAB-GB, a ida para o local tinha como objetivo: “*promover a integração da comunidade, fazendo que o homem, meta de toda a política de desenvolvimento econômico e social, sinta, de um lado, atendidas suas necessidades elementares e, de outro, experimente, em consequência, a sensação de bem-estar e segurança.*”⁴⁷⁷

As autoridades, num momento inicial, mantinham a postura autista demonstrada nas avaliações sobre os prós e contras da remoção, bem como a opinião dos moradores sobre ela, inclusive quando estes já estavam no conjunto. Apesar das dificuldades

⁴⁷⁶ Segundo dados de 1970, da população original do conjunto Cidade Alta, aproximadamente 50% vieram da favela da Praia do Pinto, 19% de outras favelas da zona sul, o restante dos subúrbios da Central, da Leopoldina, entre outros lugares. CENPHA/BNH. *Op. cit.*

⁴⁷⁷ GOVERNO DA GUANABARA. *Rio: Operação Favela*. Rio de Janeiro, 1969.

iniciais pelas quais os moradores passaram, eram refutadas pelas autoridades quaisquer críticas ou mesmo não eram admitidos os problemas pelos quais passavam os moradores: “*A população transferida para a Cidade Alta, constituída predominantemente de ex-favelados da Praia do Pinto, ao contrário do que supunham os céticos, ao ocupar suas habitações facilmente adaptou-se às novas condições de moradia e de vida. É que uma mudança de posição do favelado se operava, em resultado da confiança que passava a existir nas realizações da COHAB.*”⁴⁷⁸

De qualquer modo, como vimos acima, mesmo que problematizado o processo de ‘passar a casa/apartamento’ como fora descrito na bibliografia, devemos ter clareza quanto às categorias de removidos e não-removidos como moradores originais do conjunto, principalmente quando analisamos os primeiros anos da trajetória deste e a questão do estigma de favela, bem como quando nos deparamos com fontes oficiais (ou de imprensa) sobre como estavam os ‘removidos’ quanto à renda, padrão de vida, aumento ou perda das despesas, ou qual era sua avaliação/opinião sobre o programa, quais as dificuldades, etc.

Isso impedirá uma análise equivocada sobre o programa e a trajetória do estigma de favela no complexo. São casos em que as fontes históricas mais ocultam do que esclarecem as nossas questões. Nos casos em que o morador foi para o conjunto por vontade própria, esses itens, entre outros, provavelmente já haviam sido considerados por este, e conseqüentemente, a opinião em relação à *satisfação com a mudança* é distinta da dos removidos, que se mudaram compulsoriamente.

A primeira destas fontes é a pesquisa feita pelo Cenpha, segundo a qual houve melhoras entre os moradores da Cidade Alta em praticamente todos os aspectos (renda, consumo, etc), bem como eram altos os níveis de satisfação com o conjunto.⁴⁷⁹

Assim, a pesquisa apresenta que 61% da população do conjunto teriam vindo para este em virtude da remoção da favela de origem; 6% por ‘não ter escolha’ e 25% por iniciativa própria (além de 2% por conta das enchentes de 1966 e 4% que não declararam o motivo). Outro dado é que 84% se declararam favoráveis à mudança, e apenas 12% se disseram contrários.

Significativos também são os dados apresentados para o item de quantos moradores tinham *modificações realizadas* em seus apartamentos: *pintura interna*,

⁴⁷⁸ COHAB-GB. “*Um programa que...*”. *Op. cit.*

⁴⁷⁹ CENPHA/BNH *Op. cit.*

*externa e fachada: 34% e modificação de piso: 28%. Quanto à posse de bens de consumo, é apresentado que, na favela, 58,2% possuíam geladeira, e que no conjunto este número aumentou para 63,6%; para aparelhos de televisão os números são 57,4% e 64,8%, respectivamente, concluindo: “Houve maior consumo de bens duráveis nos dois conjuntos [o outro é a Cidade de Deus] do que na favela.”*⁴⁸⁰

Encontramos grandes disparidades entre os dados do Cenpha para a Cidade Alta e outras fontes (inclusive oficiais) tanto sobre os conjuntos quanto sobre a realidade das favelas removidas. Conforme vemos no material da CHISAM, de 1971, sobre a favela da Catacumba que, como a Praia do Pinto, era localizada na orla da Lagoa, partilhando, portanto, do mesmo mercado de trabalho e facilidades em serviços. Sobre o perfil da mão-de-obra da favela: *“sabemos que é muito baixa a taxa de mão-de-obra especializada da favela”*, sendo apresentadas ainda as taxas: ocupações não-qualificadas – 73 %; ocupações manuais qualificadas – 21 %; ocupações não manuais de rotina – 3,4%_ o material alerta que *“os dados não têm caráter de generalização para outras favelas. Acreditamos, porém, que as demais apresentam uma estrutura de mão-de-obra semelhante à que citamos aqui.”*⁴⁸¹

Quanto à perda ou não de renda com a mudança para o conjunto, o relatório do Cenpha traz: *“Com a transferência para o conjunto, 49% dos chefes de família declararam que a renda familiar continua a mesma. Enquanto 12% declararam que diminuiu (...), 11%, ao contrário, consideram um aumento.”*⁴⁸²

Porém, vimos nos depoimentos de moradores que as dificuldades de adaptação dos removidos no conjunto nos primeiros momentos foram enormes, considerando inclusive que a nossa amostra está ‘contaminada’ na proporção inversa. Pois exclui os que viveram de maneira mais drástica o processo de remoção e *passaram o apartamento* logo no início, tendo deixado o conjunto há muito tempo.

Realidade essa que era veiculada pela imprensa na época, de que os removidos encontravam grandes dificuldades em se manter no conjunto e/ou pagar as prestações em dia, como vemos em reportagem de O Globo: *“Enquanto o ex-favelado transferido para os conjuntos habitacionais não conseguir criar espírito comunitário, sua adaptação ao novo regime de vida será bastante difícil. Apesar do conforto e da*

⁴⁸⁰ *Idem.*

⁴⁸¹ CHISAM. *“Metas alcançadas ...” Op. cit.*

⁴⁸² CENPHA/BNH *Op. cit.*

higiene, ele se vê a braços com grande número de novos compromissos financeiros (...), e isso sim, tem levado muitos a abandonar suas casas.”⁴⁸³

Esses problemas também foram objeto de reportagem do Jornal do Brasil, que aborda, além dos problemas com pagamentos, os impactos da mudança na vida dos removidos e da pouca ou nenhuma organização comunitária nos conjuntos. Um morador do conjunto do Quitungo-Guaporé, para onde foram muitas famílias da Catacumba, dizia na reportagem: *“Quando a gente sai da favela para o conjunto, observa o sr. Abílio Barreto, eles não dizem nem que teremos de pagar água e luz. Só procuraram saber da renda familiar e avisar o dia da mudança.*”⁴⁸⁴

Os problemas na diminuição da renda familiar também eram apresentados como uma das maiores razões para a atuação da Ação Comunitária do Brasil nos conjuntos habitacionais, conforme explicava um membro da entidade ao jornal O Globo: *“O Sr. Anísio Ferro Ribeiro, da administração da ACB, diz que a preocupação básica da entidade é a de aumentar a renda dos ex-favelados que, uma vez transferidos para os conjuntos residenciais do Estado e do BNH, viram seus salários diminuir diante das novas despesas que se originaram com as mudanças. ‘Muitos transferidos trabalhavam em fábricas próximas às suas antigas residências, e também foi muito grande o número de pessoas que deixou de executar serviços domésticos porque os gastos de transporte e alimentação passaram a ser mais elevados.*”⁴⁸⁵

Embora a Cidade Alta fosse uma ‘vitrine’ do programa da CHISAM, os problemas que existiam em outros conjuntos ocorriam também naquele, conforme pudemos ver na cobertura da imprensa quando da inauguração do Centro de Treinamento da ACB-GB no local, em que o mesmo foi amplamente apresentado como a solução para os problemas de desemprego, falta de qualificação e de renda das famílias moradoras do conjunto, tanto na imprensa quanto no próprio material da CHISAM de 1971: *“A Ação Comunitária no Brasil está desenvolvendo um programa com a finalidade de aumentar as oportunidades dessas famílias na área urbana. Assim é que foi criado um centro de treinamento profissional.*”⁴⁸⁶

⁴⁸³ “Custo da casa é o maior problema” *O Globo*, 27/09/1971.

⁴⁸⁴ “Favelado conserva vícios do barraco em apartamento” *Jornal do Brasil*, 19 e 20/12/1971.

⁴⁸⁵ “De máquina usada a conselhos tudo serve na ajuda a favelado” (*O Globo*, 02/05/1972)

⁴⁸⁶ CHISAM. “Metas alcançadas ...” *Op. cit.*

De qualquer forma, entre os depoentes, particularmente entre os removidos que permaneceram e puderam ser entrevistados por nós, apontaram que foram muitas as dificuldades iniciais na permanência do emprego e na perda das fontes de renda. Os processos de ‘passar o apartamento’, ou os despejos dos inadimplentes, foram tão marcantes que, como vimos, ficou na memória coletiva do conjunto, sendo lembrado por todos os *moradores originais*.

Podemos então, aventar duas hipóteses sobre os resultados da pesquisa do Cenpha: a primeira, que não pode ser provada, é que teria sido uma distorção proposital de dados, a fim de endossar a idéia de que o programa da CHISAM estava sendo cumprido quanto aos seus objetivos de *promover o favelado*. Ou, na segunda hipótese, é justamente nesse ponto que devemos considerar os processos descritos acima de ‘passar o apartamento’, e de haver *moradores originais* que não eram removidos mas não assumiam essa condição, o que contamina toda a amostra, não permitindo analisar o sucesso ou não do programa (no que tange a elevação social do removido a partir daqueles quesitos).

É nesse mesmo sentido que devemos analisar uma reportagem do Jornal do Brasil, de junho de 1972, cujo título é “Ex-favelado cuida melhor até de si mesmo vivendo em apartamento”. A reportagem possui tom altamente elogioso ao programa de remoção, dizendo que, após um primeiro momento de adaptação, os ‘ex-favelados’ progrediram no conjunto, e que isso se refletia na melhora dos prédios: “*O conjunto habitacional da Cidade Alta, em Cordovil, pode servir de exemplo às pessoas que não acreditavam na adaptação dos ex-favelados às novas residências: lá, a maioria, três anos após a mudança, está tratando de melhorar seus apartamentos, as áreas de uso comum e até mesmo a aparência pessoal*”

A matéria segue dizendo que “*quando os ex-favelados da Praia do Pinto, dos Parques Proletários do Leblon e da Gávea e de outras favelas menores foram transferidos para a Cidade Alta, transformaram o conjunto habitacional em ‘grandes barracos de cimento armado’.* Aos poucos, no entanto, o processo de adaptação aos apartamentos e edifícios se acelerou, até atingir os atuais índices de participação comunitária.”⁴⁸⁷

A participação comunitária, ou a falta dela, é a razão, segundo a reportagem, atribuída para melhora ou piora dos prédios: “*Logo, se passou a notar a diferença entre*

⁴⁸⁷ “Ex-favelado cuida melhor até de si mesmo vivendo em apartamento” *Jornal do Brasil*, 19/06/1972.

os prédios com moradores organizados e os outros (...) E as obras foram se sucedendo, dando uma aparência agradável ao que antes era apenas simples concentração de ex-favelados.”. Deste modo, onde não houvera a organização dos moradores, encontra-se o “Reverso da medalha – Ao lado desses, são minoria os blocos totalmente abandonados pelos moradores, que não se reuniram em condomínio, não trataram dos jardins, esburacam o chão dos apartamentos (...) seus moradores, numa demonstração de que quem não cuida da casa não cuida de si _conforme observaram os funcionários da II Administração _estão sempre mal-vestidos, reagem aos estranhos e afirmam que ‘a vida era melhor nos barracos de antigamente’.”⁴⁸⁸

Vemos que a reportagem é eivada de preconceitos e mantém os pressupostos do programa, particularmente neste último trecho por nós citado, ao fazer a ligação entre *participação comunitária* e a adaptação (ou não) no conjunto. O mesmo argumento era utilizado pelos órgãos de remoção para justificar possíveis problemas.

Retomando o estudo do Cenpha, vemos que este apresenta uma longa explanação sobre as causas e justificativas para o atraso das prestações por parte dos moradores, no que encontramos algumas afirmações bem peculiares. Para encontrar explicações para o atraso, os conjuntos são separados entre dois grupos, de acordo com as características: o grupo A inclui Vila Aliança, Vila Kennedy, Vila Esperança, Cidade de Deus e Cidade Alta, ou seja, os conjuntos que foram criados para abrigar removidos; enquanto no grupo B encontramos os conjuntos localizados na Zona Sul: Dona Castorina, Álvaro Ramos, Marquês de São Vicente e Santo Amaro, que não foram destinados a removidos (e sim a servidores estaduais).⁴⁸⁹ O estudo afirma que a porcentagem de atraso nos dois grupos é a mesma, girando em torno de 77%.

À exceção dos conjuntos de ambos os grupos terem sido construídos pela COHAB-GB, fica difícil encontrar mais alguma semelhança, quanto ao tamanho, destinação, faixa de renda dos moradores, localização, entre outros, que justificasse um estudo comparativo, de modo que nem iremos nos ater à discussão da inadimplência por esse prisma.

Até porque houve mais uma grave distorção de dados, sendo computada indistintamente a inadimplência de um, quatro ou mais meses. Assim, nos conjuntos de

⁴⁸⁸ *Idem.*

⁴⁸⁹ Informação do sítio eletrônico da CEHAB-RJ (<http://www.cehab.rj.gov.br/empresa/>) Consultado em 11/06/2010.

não-removidos da Zona Sul, a média de atraso de 1 ou 2 meses era de 26,5% e a média de atraso de mais de 4 meses era de 13%, enquanto nos três conjuntos de removidos mais antigos, os dados eram de 35,6% (1 ou 2 meses) e de 41,6% (mais de 4 meses). A média de 77% para ambos os grupos incluía igualmente um ou mais de quatro meses de inadimplência, o que aumentou a média dos conjuntos de não-removidos.

Mas o que realmente nos interessou nesta parte é que, ao diferenciar os dois grupos, o estudo atribuiu a eles as características que os distinguem entre si, a saber_ *“Em geral, admite-se que no grupo A, ocorrem os seguintes fatos que produzem atraso no pagamento das mensalidades: a) o mercado de trabalho é distante; b) as despesas com transporte para o trabalho é alta; c) os gastos com doença são altos, pois os serviços médicos são deficientes; d) a insatisfação existe por causa da remoção compulsória da favela; e) as dívidas contraídas para instalar-se na nova moradia são pesadas; f) a perda de biscates ou trabalho principal, pela distância, é significativa.”*⁴⁹⁰ Dito isso, o grupo B é apresentado como tendo as características opostas.

Num dos poucos momentos em que o Estado reconheceu os problemas em relação à remoção (vale lembrar que o estudo foi publicado pelo BNH) o estudo afirma que *“os conjuntos da Zona Sul não estão afetados por estes fatores e têm a mesma taxa de atraso”* [o grifo é meu] sendo as causas apresentadas nos conjuntos de removidos para o atraso, na verdade, *“uma forma de racionalização do atraso.”*⁴⁹¹

Assim, as explicações para a taxa de inadimplência nos conjuntos do grupo A (o mesmo não foi feito para os do grupo B) são as seguintes: *“a - a população desses conjuntos em sua origem, em geral, é de favela; b - essa população não tem hábito de pagar: esgoto, água, luz (em parte), aluguel; c) essa população interiorizou que é inferior aos que moram fora da favela e precisa ser ajudada.”*⁴⁹²

Os estigmas seguiram os agora ‘ex-favelados’ no conjunto habitacional, pois todos os problemas de conservação do conjunto ou de inadimplência eram atribuídos aos vícios adquiridos na favela, tornando-se necessário, de acordo com a visão das autoridades à frente do programa, criar um ‘espírito comunitário’ que supostamente, o favelado não possuía, embora isto estivesse distante da realidade encontrada pelos próprios órgãos de remoção nas favelas, como no documento da CHISAM, ao descrever

⁴⁹⁰ CENPHA/BNH *Op. cit.*

⁴⁹¹ *Idem.*

⁴⁹² *Idem.*

a Praia do Pinto: “*Apesar do seu aspecto subumano, comunitariamente a favela era bem constituída, pois possuía Associação de Moradores e vários clubes sócio-recreativos.*”⁴⁹³

Mesmo em posse dessas informações, insistia-se no ‘desinteresse do morador pela vida comunitária’. Sem embargo, não podemos desconsiderar que a remoção causou profundos impactos no sentido de coletividade, como novas despesas acrescidas da eventual perda de receita, o que reforçava um maior individualismo para a superação imediata do problema. Ou ainda, a junção de moradores de favelas distintas ou mesmo com não-favelados.

No entanto, as autoridades e parcelas da sociedade, limitavam-se a, mais uma vez, responsabilizar o removido por sua situação, daí a necessidade de ‘Educação do morador’: “*Indivíduos que não possuem hábitos de higiene e de convívio social não podem mudar de comportamento pela simples transferência da favela para uma habitação adequada; sugere-se que programas de orientação social sejam organizados para ajudar o indivíduo a zelar e melhorar sua moradia, a elevar seu nível de vida e a cumprir com seus compromissos com a COHAB.*[o grifo é meu]”⁴⁹⁴

As instalações: Cidade Alta, organizações e equipamentos⁴⁹⁵

A fim de refletirmos sobre a condição ou não da Cidade Alta como *favela*, traçaremos aqui um panorama geral do complexo, quanto às suas instituições, serviços, equipamentos e organizações comunitárias.

Como discutimos brevemente no capítulo 1, desde os primeiros anos, os laços de vizinhança foram sendo refeitos no conjunto. Após superar diversas dificuldades iniciais.

No relatório de 1973 da Ação Comunitária do Brasil sobre sua atuação nos conjuntos habitacionais (iniciada e que se deu principalmente no complexo da Cidade Alta), são levantados os fatores que dificultaram o estabelecimento de laços de solidariedade no início da vida nos conjuntos, já que o removido estava “*desincentivado do esforço comunitário por terem sido satisfeitas as necessidades cruciais de moradia e*

⁴⁹³ CHISAM. “*Metas alcançadas ...*” *Op. cit.*

⁴⁹⁴ CENPHA/BNH. *Op. cit.*

⁴⁹⁵ Para este item contamos com a valiosa ajuda do auxiliar de pesquisa Wellington da Silva Conceição para um panorama das organizações, equipamentos e serviços da Cidade Alta.

serviços de água, luz e esgoto.”⁴⁹⁶ Vale considerar que a necessidade de serviços básicos, como água, luz e esgoto, fizeram com que, na favela anterior, os favelados se organizassem coletivamente para garantir um mínimo de condições de vida e a própria permanência da favela no local.⁴⁹⁷

O relatório apontava também, entre outros fatores, a heterogeneidade de origem da população, contada pelos depoentes, como Ney: *“A gente não andava muito pelo Leblon porque tinha aquela rixa do pessoal da Praia do Pinto com o pessoal da Gávea. A gente não se dava não. Se encontrasse era bordoadada... o couro comia!”* _mais à frente em seu depoimento, Ney fala sobre a permanência dessa divisão na Cidade Alta: *“Existia [a divisão] quando chegamos aqui. Com o tempo é que a gente foi se ajustando, mas no começo foi brabo.”* Ney conta ainda que também as disputas por pontos de venda de droga surgiram logo no início do conjunto: *“Veio a Praia do Pinto, tinha o Parque do Leblon, Ilha das Dragas... Quando chegamos na Cidade Alta, era uma guerra intensa! Porque tinha toda a bandidagem ali. Não tinha uma facção e todo mundo queria controlar o seu ponto de venda de tóxico... E a gente se envolvendo no meio dessa turma, né?”*

Manoel também lembra desses primeiros momentos: *“Havia uma falta de relação entre as pessoas que eram ‘novos’ amigos e, digamos assim, tinham pessoas que vieram de outra comunidade, já tinham uma outra mentalidade, a sua ‘lei’...”*

Em seu relato escrito, Manoel lembrou de sua juventude na Cidade Alta e de como foram formadas ‘turmas de jovens’ de acordo tanto pelo antigo quanto pelo novo local de moradia: *“De Manguinhos formou-se a Turma do Henê. Do Pé-Sujo originou-se a Ala Veneno, do Leblon e da Gávea surgiu a Turma da Citi. No Bancários, jovens eram alertados pelos pais a não se misturarem com nenhuma dessas turmas, devido a se acharem mais especiais em termos de organização.”*⁴⁹⁸

O relatório da Ação Comunitária também elenca que a questão das prestações e dos novos custos acarretados com a transferência, foi preponderante para reforçar o *“predomínio do sentido individualista, sobretudo de ordem financeira, para fazer frente*

⁴⁹⁶ AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL-GB. *A Ação Comunitária nos Conjuntos Habitacionais e a avaliação do programa*. Rio de Janeiro, 1973.

⁴⁹⁷ Discutimos esse ponto em estudo anterior. BRUM, Mario Sergio *Op. cit.*

⁴⁹⁸ OLIVEIRA, Manoel Gomes de. *Op. cit.*

ao compromisso de aquisição de moradia.”⁴⁹⁹ Se por um lado, os removidos tinham de fazer frente a esses custos, aumentados enquanto as fontes de renda alternativas eram eliminadas, além das dificuldades que a maior distância do emprego acarretava, quando não implicava em perda deste; por outro, a possibilidade de enfrentar coletivamente a questão destes custos, como um possível movimento de mutuários, por exemplo, estava reduzida, senão eliminada, na atmosfera de repressão do período, sentida na pele pelos removidos nas moradias anteriores.

Como vimos anteriormente, em que pesem os mitos criados/utilizados sobre as favelas, vimos, através dos próprios órgãos da remoção, que elas possuíam uma vida comunitária bastante profícua. Para o caso da Praia do Pinto, além da Associação de Moradores, existiam associações culturais e esportivas, tais como o Clube 7 de Setembro, Clube Expressinho, Praiano Futebol Clube, Escola de Samba Independentes do Leblon “*que recebia, durante o carnaval, vários turistas, mediante convênio firmado entre este grêmio e a USE turismo Ltda*”⁵⁰⁰

E apesar das dificuldades iniciais, algumas dessas organizações existentes na antiga favela, principalmente as religiosas e as culturais-recreativas, como escolas e blocos de samba, cedo foram recriadas no conjunto.

Manoel relata a reorganização dos antigos blocos a partir dos seus antigos componentes desde as favelas: “*Quando nós viemos pra cá, já existiam os blocos carnavalescos (...) Mesmo dentro desse processos de militarismo impondo ali a ditadura, as pessoas ainda conseguiram fazer com que a cultura prevalecesse através das agremiações. Tinha um instrumento pro jovem tocar, pra sambar, o outro compor... Tinha esse espaço onde as pessoas podiam extravasar culturalmente, tinha os ensaios... Aquele afã de chegar na Avenida e mostrar que a comunidade existia através daquele espaço ali... Então, o que acontece: através dos bailinhos que surgiam na época, ainda existia um intercâmbio dessas pessoas. Foi acontecendo um elo até com as pessoas que vieram de outras comunidades.*”

Sobre o Bloco do Barriga, Dona Nilza Sabino considera que não houve sequer interrupção nas atividades deste entre a remoção do morro São João, onde surgiu o Barriga, e a vinda para o Porto Velho: “*Já existia o bloco lá, que tinha o nome do fundador, Seu Nelson, que tinha o apelido de Barriga. Veio uma parte do São João*

⁴⁹⁹ AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL-GB. *Op. cit.*

⁵⁰⁰ CHISAM. “*Metas alcançadas ...*” *Op. cit.*

para cá... Uma parte foi para a Cidade de Deus, mas a maioria dos componentes veio para cá. Então, já veio organizado de lá.”

Durante a pesquisa, ouvimos relatos de que as rivalidades entre favelas interferiam nas organizações comunitárias. Por exemplo, quando da escolha dos sambas em alguns blocos, em que a diretoria tivesse entre seus componentes um maior número de pessoas com origem em uma favela, e que dificilmente escolhiam o samba que fosse composto por alguém com origem em outra.

Dona Nilza Sabino confirma que, de fato, estas rivalidades existiam, permeadas entre favelas mas também entre conjuntos: *“Não tinha rivalidades dentro do Porto Velho. Mas tinha com o pessoal ‘lá de cima’.*[referindo-se ao conjunto da Cidade Alta] *Do Independentes do Leblon, do Cacareco...Eu mesma cheguei e disse que não queria misturar. ‘Deixa essa gente pra lá!’. Depois até foi se encaixando...Hoje, a maioria é de lá.”*

Continuando o depoimento de Dona Nilza Sabino, vemos que ele é revelador do modo que funcionou, e foi bem sucedida, a construção do estigma de *favelado*, a partir do grau de introjeção deste pelos próprios removidos. Ao explicar por que não queria se ‘misturar’, Dona Nilza Sabino disse: *“Tinha medo. Porque diziam que o pessoal da Praia do Pinto era desordeiro, que dava tiro.... A gente tinha medo.”*

Já Dona Lúcia, congregada mariana com participação ativa entre os católicos da Cidade Alta, participando da fundação da paróquia do Nosso Senhor do Bonfim, diz que também que houve *“um entrosamento muito grande das pessoas”* por parte daqueles que em seus locais de origem já tinham uma ligação mais forte com a Igreja Católica, através das pastorais, por exemplo.

Assim como o Barriga, outras organizações locais enfatizam a sua origem pré-Cidade Alta e que tiveram continuidade no conjunto. Caso da Igreja Batista da Praia do Pinto, já que os membros daquela se reuniram na Cidade Alta, em apartamentos no início, para depois comprarem um terreno no local e poderem construir a sede da sua igreja. O depoimento de Samuel Gomes revela essa continuidade entre as igrejas: *“A Igreja Batista aqui na Cidade Alta, ela deve ter uns quarenta e cinco...ela é da minha idade! Ela era na Praia do Pinto, aí...foi na Praia do Pinto que teve incêndio? Aí ela foi destruída também, e os membros, ela era mantida pela Igreja Batista da Gávea, era uma espécie de congregação, então ela foi auxiliada por essa igreja, que ainda existe lá na Gávea, perto do jôquei. Ela ficou!”*

E o pastor Guaracy relembra com emoção o seu casamento, na Igreja Batista da Cidade Alta, que teve certo simbolismo de que a vida seguia em frente, tendo sido acompanhado atentamente pelos moradores: *“Inclusive, eu creio que foi o primeiro casamento de Cidade Alta. Foi uma correria terrível! A minha noiva desceu do quinto andar, com véu, grinalda, aquelas coisas todas! E o povo todinho desceu pra ver.”*

No entanto, é interessante notar que, se parte dos membros de algumas organizações locais reivindicam um passado anterior à Cidade Alta, para moradores mais jovens, esse passado, ainda que *sabido e narrado*, pode não figurar como relevante. Samuel, que foi criado dentro da Igreja Batista por conta de seus pais serem membros desta já quando ele nasceu, diz que não partilha desta memória de continuidade: *“Este recomeço eu não consigo visualizar muito. Para mim, sumiu... Da memória visual, que eu me lembre é da Igreja em si. Já era uma casa, não sei se comprada ou alugada, mas com paredes feitas. Uma igreja propriamente dita.”*

Colaborando para criação de novos laços comunitários, a Ação Comunitária do Brasil tinha como um dos eixos de atuação, a função de adaptar o ‘ex-favelado’ a sua nova vida no conjunto. Conforme vemos em reportagem do Correio da Manhã, de junho de 1972: *“Tarcísio Moura, gerente do Centro de Treinamento, explica que o grande objetivo é essencialmente humanitário: fazer com que os moradores do bairro busquem o antigo entrosamento que havia nas favelas e que desapareceu, quando da mudança para os conjuntos.”*⁵⁰¹ Para a ACB-GB, isso seria conseguido através da organização de atividades recreativas para crianças e adultos, como jogos, gincanas, na organização de desfiles em conjuntos com as escolas já existentes. Conforme podemos ver, na próxima página, as fotografias que estão no acervo da instituição, tiradas em meados da década de 1970:



⁵⁰¹ “Centro quer integração social de ex-favelados” *Correio da Manhã*, 25 e 26/06/1972.



Intercalando seu depoimento oral com suas memórias escritas, Manoel, que viveu a adolescência nos primeiros anos do conjunto, enfatiza a importância das festas e do lazer, lembrando ter sido formada a “Turma da Citi”, entre os jovens: *“Até meados dos anos 70, através de jogos, samba e brincadeiras, foi formada a turma que despertava, em muitos jovens, a vontade de associar-se, devido a nossa rapaziada ditar a moda (...) A Turma da Citi foi o encontro de jovens da Gávea, Parque Proletário do Leblon, Praia do Pinto e alguns outros bairros removidos. Dessa mistura foi surgindo nova vida, namoros, noivados, casamentos.”*⁵⁰²

Vimos acima que, uma das bases para a não-linearidade da visão do conjunto e complexo da Cidade Alta como favela, é a idéia de que este teria passado a contar com uma maior infra-estrutura ao longo de sua trajetória, em distinção à precariedade de serviços dos primeiros momentos do conjunto. Para os moradores, a expansão da oferta de serviços públicos e privados configurou um processo que afastava o estigma de

⁵⁰² OLIVEIRA, Manoel Gomes de. *Op. cit.*

favela (ainda que muitos destes pontos de comércio fossem nas ‘puxadas’) da Cidade Alta.

Num dos trabalhos feitos por um grupo de alunos do Ensino Médio, jovens entre 18 e 20 anos, encontramos uma rara memória mais estruturada (entre moradores jovens) sobre a trajetória da Cidade Alta. Deste trabalho não é possível mensurar o quanto o grupo de alunos sabia antes de fazer a pesquisa com moradores, de modo que pudéssemos ver se o relato apresentado pelo grupo era baseado em memórias já compartilhadas por eles ou se eles se depararam com elas a partir do trabalho. Assim, vemos que o grupo destacou na trajetória do conjunto a noção de melhora, utilizando inclusive a palavra ‘progresso’ para definir as mudanças no conjunto: *“Mais ou menos nos anos de 1969 e 1970 chegaram os primeiros moradores. Depois disso foi se estabelecendo o comércio aos poucos, as escolas, e aqui estamos nós. Houve muito progresso e o que aconteceu de muito bom para os moradores é que foram colocadas linhas de ônibus facilitando a vida dos moradores, o posto de saúde, as escolas, quadra comunitária e também o nosso centro de treinamento profissional que possibilita aos jovens aprender profissões e conseguir, de melhor forma, emprego.”*⁵⁰³

Quanto à oferta de transportes, os moradores da Cidade Alta percebem forte melhora. No período da pesquisa, a Cidade Alta, além dos ônibus que passam pela avenida Brasil, estava sendo atendida por duas linhas regulares de ônibus para o centro da cidade (ambas figurando como *Tiradentes-Cordovil*): 334 (que passa por vários bairros da Leopoldina) e 335 (direto pela avenida Brasil), além de uma linha especial 485, direto para a Zona Sul, com horários no começo da manhã e no fim da tarde. Essa linha foi implantada após a reivindicação dos moradores através de abaixo-assinados e mobilização da associação de moradores com a SMTU (Secretaria Municipal de Transportes Urbanos) da Prefeitura do Rio; há também ônibus que vão para Duque de Caxias que passam na entrada principal do conjunto. Dona Margarida faz a comparação entre os primeiros anos e a Cidade Alta em tempos mais recentes: *“Aqueles ônibus velhos! O refugo do refugo dos ônibus era o que vinha pra cá. Como sempre, né? Os ônibus bons vão pra Zona Sul e os ruins vêm pra cá. Mas agora a coisa mudou: aqui em cima tem até ônibus com ar refrigerado, imagina! Mas precisou passar muito tempo até que isso acontecesse. E precisaram fazer não sei quantos abaixo-assinados pro ponto de ônibus vir aqui pra cima... Demorou muito.”*

⁵⁰³ Trabalho GB2007/1001-01

Além disso, a Cidade Alta conta com o sistema de transporte alternativo feito por *kombis* e *vans*, que tem quatro locais de destino que são uma mostra dos fluxos feitos pelos moradores da Cidade Alta quanto ao mercado de trabalho e/ou comércio, serviços e lazer: Penha; Bonsucesso; Duque de Caxias; Vicente de Carvalho (que possui uma estação de metrô e o *Shopping Carioca*). Manoel Gomes, que foi um dos fundadores da cooperativa, conta como ela surgiu, suprimindo tanto a necessidade de transportes quanto de renda dos moradores: *“De transporte a coisa ainda melhorou um pouquinho porque nós aqui também somos os fundadores da cooperativa de transporte alternativo. (...) Sou uma das pessoas que conseguiu, junto com outros amigos, criarmos uma pessoa jurídica que é a cooperativa de transportes, pra poder justamente nos ajudar, porque antigamente eu tinha que descer lá pra baixo, pra Avenida Brasil, pra pegar ônibus, né? E às vezes é só uma linha operando, e isso aí dificultava muito os moradores. E foi aonde nós vimos a necessidade não só de sobreviver, com essa crise de desemprego, hoje tá gerando condições pra muitos...e criamos o transporte alternativo aqui dentro da nossa comunidade.”*

Além da noção de melhora quanto ao atendimento de uma necessidade, a maior oferta de transporte figura também como elemento que contribuiu para romper com uma noção de ‘isolamento’ da Cidade Alta, a partir do momento em que a localidade passou a contar com condições mais fáceis de acesso a bairros ou até outras cidades. Essa visão é corroborada por Ney: *“Melhorou o transporte... Hoje a gente chega na cidade em 15, 20 minutos. Se você quiser pegar um carro aqui, você vai pra Petrópolis, Teresópolis... Se quiser chegar daqui ao aeroporto, 15 minutos está no aeroporto... Se quiser pegar um trem, aqui tem. De transporte, de comércio... não tem nada o que falar.. A Cidade Alta melhorou muito.”*

Inclusive, nos primeiros anos do conjunto, mesmo o acesso a uma das principais fontes de lazer do morador do Rio de Janeiro, a praia, havia sido retomada em ‘novas condições’. A proximidade das praias da Zona Sul na maior parte das favelas de origem dos removidos era um facilitador a esse lazer gratuito, e que a distância tornara um fortíssimo empecilho, pôde ser compensada com o acesso a praias da Baía de Guanabara. Foi o que narrou Samuel sobre a sua infância: *“Eu me lembro que o acesso à praia tinha essa coisa de Ramos, Ilha do Governador... que eram praias mais próximas. E bem menos poluídas. Lembro que depois Ramos começou a ficar poluída e a gente começou a ir para Ilha...Que era um espaço também, aquela coisa assim de*

você se sentir mais à vontade para levar um sanduíche... aquela coisa da farofa [risos].”



A feira da Cidade Alta pintada em tela nor

Quanto ao comércio, além do supermercado previsto na planta original do conjunto, que foi inaugurado no início da década de 1980, a Cidade Alta conta com uma feira dominical, existente desde o início e que serve também como espaço de socialização; além de inúmeros pontos de comércio, quase todos montados nas puxadas dos apartamentos de primeiro andar, além de uns poucos que já eram previstos nas plantas dos prédios. Entre estes pontos comerciais destacam-se o setor de *alimentação e bebidas*, com muitos restaurantes, uma pizzaria, bares/botecos, lanchonetes, barracas de salgados ou açaí; *beleza*, existindo vários salões de cabeleireiro e manicure, muitos dos quais surgiram a partir dos cursos oferecidos pela Ação Comunitária; *lan-houses*, que são muito buscadas pelos jovens, constituindo um outro espaço de socialização tanto fisicamente, no espaço em si, quanto através das redes sociais da *internet*, largamente utilizadas por eles; além disso, encontramos ainda: boutiques, açougue, sacolão, papelaria, bazar e até camelôs.

Quanto às escolas, apenas três eram previstas na planta original do conjunto da Cidade Alta: Raul Pederneiras, Carvalho Mourão e Armando Fajardo, onde já tinham definidos seus nomes, inclusive. Além disso, no ano de 2011, a Cidade Alta conta com duas creches municipais: a Creche Municipal Chico Mendes, que atende 118 alunos; e a Creche Municipal Luís Carlos de Oliveira Câmara, que atende 109 crianças.⁵⁰⁴

No entanto, a primeira escola a ser inaugurada foi a Escola Municipal Montese, apenas em março de 1972, atendendo a todo segmento de 1º Grau, equivalente do atual Ensino Fundamental, localizada no Porto Velho. Logo em seguida foi inaugurada a

⁵⁰⁴ Segundo informações que constam no sítio eletrônico da Secretaria Municipal de Educação (www.rio.rj.gov.br/sme) Consultado em 13/04/2011.

Escola Municipal Carvalho Mourão, em abril de 1972, atendendo os alunos do antigo primário e a partir de 1986, exclusivamente atendendo à Educação Infantil.

Apenas em 1976 foi inaugurada a Escola Municipal Ministro Lafayette de Andrada, a única a contar com o segundo segmento do Ensino Fundamental regular (antigo ginásial), além de contar também com o Programa de Educação de Jovens e Adultos, que atrai pessoas tanto do complexo da Cidade Alta quanto do entorno, muitas das quais estão há anos sem estudar e retomam seus estudos já adultos ou mesmo idosos, fazendo com que a escola (ou seu prédio) seja partilhada simultaneamente por até 3 gerações da mesma família, pois no mesmo prédio fica a única escola de Ensino Médio do lugar, o Colégio Estadual República de Guiné-Bissau, noturno e que atende alunos vindos do PEJA da Lafayette; do segundo segmento do Ensino Fundamental supletivo noturno dado pelo outro colégio estadual da Cidade Alta, o C. E. Montese; e em proporção muito menor, jovens vindos do regular da Lafayette. A maior parte dos jovens da Lafayette que terminam o 9º ano buscam colégios que consideram com ensino mais forte, na Penha, Brás de Pina, entre outros bairros.

A implantação do Colégio Guiné-Bissau foi fruto de uma longa luta por parte dos moradores, encaminhada também pela Ama-Alta e grupos ligados à paróquia do Bonfim, que reivindicavam um colégio de Ensino Médio (na época, 2º Grau) sendo os moradores obrigados a se deslocar para os bairros vizinhos quando quisessem continuar seus estudos. Maria Oliveira, que participou da luta pela implantação do colégio, estudou na primeira turma (também a primeira a se formar) e trabalha como secretária nele desde 1985, escreveu um relato sobre a história do colégio, do qual separamos este trecho: *“Muitos em idade escolar optaram pelo trabalho, para ajudar seus pais. Alguns, com muita sorte, conseguiram boas empresas, que davam oportunidades de melhores cargos. Para isto, exigiam o Ensino Médio. Depois de um dia de trabalho, ninguém tinha ânimo de enfrentar condução para estudar longe de casa... Não tinha nem um Colégio próximo! Em 1984, surgiu uma luz no fim do túnel. A Associação de Moradores da Cidade Alta, composta por Carlos Guimarães, João Batista, Leda, Maria Rita, Inês e mais alguns moradores, começaram colocar em prática e correr atrás do tão sonhado Colégio. Primeiro formar equipes, ir para a feira local e recolher assinaturas dos interessados.”*⁵⁰⁵

⁵⁰⁵ “A Criação do C.E.Rep. de Guiné Bissau”. Relato escrito de Maria Oliveira, 2010.

Vale considerar que a Cidade Alta tinha disponibilidade de cinco prédios de escolas da prefeitura. A história também é contada na forma de cordel por João Batista Melo, que foi da Ama-Alta e participou diretamente da mobilização: *“Num domingo reunimos / pra formar uma comissão / e lutar por uma escola / esse era o nosso pendão / mas tudo só foi possível / porque havia união. (...) O prédio da nossa escola / de fato já existia / a prefeitura ensinava / no prédio durante o dia / fundar um curso noturno/ era o que se pretendia.”*⁵⁰⁶

Segundo o relato de Maria Oliveira, este funcionou durante quase dois anos a partir da organização dos próprios alunos e/ou moradores. As aulas tinham periodicidade irregular, não tendo um quadro de horários completo e nem um diretor oficial, mas um ‘eleito’ pela comunidade para dar um mínimo de organização e superar a precariedade desses primeiros momentos, contado também com bom humor no cordel: *“Além daquela demora / em nomear diretor / ali não tinha nem giz, / quadro negro apagador... e já faziam seis meses / que não vinha professor – Escola sem professor / é pior que sanatório / se para os bons casamentos / não precisa nem cartório/ aí os alunos botaram / um diretor provisório.”*⁵⁰⁷

Finalmente, a partir de 1985, o colégio passou a funcionar com regularidade, com a maior parte dos professores e um diretor nomeado. Oficialmente instalado (ou reconhecido?) pelo Governo do Estado, que batizou este colégio e mais outros (Angola, Cabo Verde) com nomes de ex-colônias portuguesas que comemoravam uma década de independência.

Desde março de 1979, a Cidade Alta conta com o atendimento do Posto de Saúde José Bravo Neves. Localizado na entrada do complexo, bem próximo à avenida Brasil, a maioria do público atendido é da Cidade Alta, mas o posto também atende moradores de favelas e bairros da região que vai desde Brás de Pina até Parada de Lucas, chegando a receber pessoas vindas de Jardim América e Vigário Geral em algumas áreas de atendimento. O posto realiza atendimento nas seguintes áreas: ginecologia, pré-natal, pediatria, clínica médica, programas de hipertensão e diabetes, dermatologia, psiquiatria, psicologia, consultas de enfermagem, puericultura, tuberculose, hansen, odontologia, farmácia, serviço social, sala de vacinas e teste de

⁵⁰⁶ MELO, João Batista. *“Como Nasceu uma escola.”* - Literatura de Cordel.

⁵⁰⁷ *Idem.*

gravidez.⁵⁰⁸ Se por um lado o posto é visto pelos moradores como um serviço essencial e fundamental para afastar o estigma de favela, quando essa é entendida como local da ausência de serviços públicos, por outro a qualidade do serviço oferecida pelo posto, ou pela rede de saúde pública em geral, é razão de queixas freqüentes dos moradores.⁵⁰⁹ A partir de conversas informais com funcionários do posto, a percepção entre eles é de que o posto, pelo público atendido, atua numa favela. Segundo um funcionário que não quis se identificar, essa percepção se deve pela *“falta de esclarecimento e até de educação mesmo de muitas pessoas que vêm aqui.”*

Quanto ao lazer e organizações culturais, a Cidade Alta conta com poucas opções internas, ou ainda, com poucos espaços livres em que as crianças possam brincar. Alguns desses espaços existentes na época da inauguração, planejados pela COHAB foram posteriormente ocupados com equipamentos comunitários. Uma das razões para isso, segundo o arquiteto Giusepe Badolatto, seria de que, na época da construção do conjunto, não se tinha a idéia de universalização do ensino por parte do Estado: *“Você pode morar num prédio e ter na periferia, ou dentro do núcleo, áreas de lazer, escolas, pequenos campos, isto tinha sido planejado. O problema é que, ao longo dos anos, os espaços livres foram sendo desvirtuados. Então, avaliar isso depois... Avaliar por que que estão sendo desvirtuados? Porque não se dava... A Prefeitura não tinha a filosofia que tem hoje, de dar assistência às crianças, escolas... isso daí hoje é*

⁵⁰⁸ Informações prestadas por Milton de Oliveira Leal, administrador do posto, em novembro de 2010 e março de 2011.

⁵⁰⁹ Sobre a percepção dos usuários da rede municipal de postos de Saúde, temos: *“Pode-se notar um total desconhecimento, por parte dos usuários, do alcance e dos limites dos serviços a que recorrem. Para eles, os postos são estruturas incompletas que precisam ser complementadas com unidades de emergência, ambulatorios para diversas especialidades, com médicos em número suficiente, laboratórios equipados para fornecer diagnósticos a curto prazo e também precisam dispor de ambulância. A população não distingue unidades de cuidados básicos de hospitais, ou outras estruturas mais complexas. Essa total desinformação leva as pessoas a uma verdadeira peregrinação em busca do atendimento causando, por outro lado, um verdadeiro caos nos serviços cujos profissionais, a todo momento, vêem-se na obrigação de referir os usuários para outros locais, fato percebido por estes últimos como negação do atendimento.”* BOSI, Maria Lúcia Magalhães & AFFONSO, Kátia de Carvalho. “Cidadania, participação popular e saúde: com a palavra, os usuários da Rede Pública de Serviços”. *Cadernos de Saúde Pública*. 1998, v 14, n.2. p. 355-365



ouro perto
daquele tempo.
Naquele tempo
não tinha nada!
⁵¹⁰ (Ao lado,
espaços internos
da Cidade Alta
em 1969 - Foto
no Relatório da
COHAB-GB,
1969)

Assim, o espaço mais freqüentado, principalmente pelos jovens, é a *Quadra*, como é conhecida. Tratava-se de um espaço aberto existente desde a origem da comunidade e que foi coberta, cercada de paredes e passou a contar com um palco. É na quadra que acontece o principal (e também polêmico) evento cultural da Cidade Alta, o *baile funk*, além de ocorrerem festas, partidas de futebol e campeonatos. O *baile funk* atrai freqüentadores de todas as partes da região metropolitana do Rio de Janeiro, sendo o *funk* um grande divulgador da Cidade Alta, seja através de letras que enaltecem a questão da violência, os chamados ‘proibições’, seja através do elogio à animação do baile e aos seus freqüentadores.

Outro espaço cultural é o *Bloco do Barriga*, onde ocorrem ensaios para o Carnaval e mais recentemente, alguns shows com conhecidos cantores ou grupos de samba, pagode e música gospel. Segundo um material de propaganda, o bloco “*é uma agremiação fundada em 20 de janeiro de 1943 (...) oriundo da Zona Sul, onde conseguiu suas maiores glórias, desfilou vários anos no grupo I-A (...) Teve seu reduto na Ladeira do Leme, em Copacabana desapropriada com o advento dos conjuntos habitacionais. Transferiu-se para a Cidade Alta, em Cordovil, onde vem tentando recuperar a hegemonia de que foi possuidor nos anos 70.*”⁵¹¹

O Barriga consta como o primeiro membro da Federação dos Blocos, sendo um dos mais tradicionais da cidade, desfilando anualmente na avenida Rio Branco. Dona

⁵¹⁰ Segundo depoimento de Giuseppe Badolatto, em 01/10/2010.

⁵¹¹ GRBC Barriga – Carnaval 1991. Material de divulgação

Nilza Sabino ressalta que o bloco “*É de Cordovil, porque era ‘Barriga de Copacabana’*. *E viemos para Cordovil, então é Barriga de Cordovil.*”

Outros blocos ou escolas de samba que existiam na Cidade Alta, remanescentes ainda da Praia do Pinto, como o *Independente de Cordovil* (ex-*Independente do Leblon*) e o *Cacareco do Leblon*, cujo nome é outra demonstração da tentativa de mostrar tradição e continuidade com a antiga favela, foram extintos há mais de 15 anos. O que Manoel lamentou em seu depoimento: “*Porque essa questão cultural, como eu te falei, o Independente de Cordovil acabou, Cacareco Unido do Leblon, que era o bloco, tudo acabou e só tem lá o Barriga, que ainda tá resistindo.*”

Também o espaço do Centro de Treinamento/Ação Comunitária, é um importante difusor cultural na comunidade, pois oferece cursos de dança e monta grupos com jovens, cujo mais famoso é o *Kina Mutembua*, de dança afro, que conta em seu currículo com apresentações internacionais. Além disso, esporadicamente, a ACB realiza atividades culturais abertas à comunidade, como *shows* e festas.

Quanto às organizações religiosas, a Igreja do Senhor do Bonfim, ou Igreja do Bonfim, como é mais conhecida, teve sua primeira capela construída em 1975, e a construção de um prédio maior terminada em 1979. Pertencente à Igreja Católica, era a única denominação religiosa atendida na planta original da Cidade Alta, e se localiza no fim da rua principal.

Embora fosse prevista a construção de um templo religioso pela COHAB, o mesmo não se concretizou. Assim, muitos católicos, majoritários na época, iam assistir a missa na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Parada de Lucas. Foi através dela que o Padre Vicente, já falecido e lembrado com muito carinho por muitos moradores, chegou à Cidade Alta, como conta Dona Lúcia: “[O Padre Vicente] *ele passou a todo domingo vir celebrar. As celebrações eram feitas...não tem a pracinha da Igreja? Aquilo ali tudo era um terreno. Alguém emprestava uma mesa, trazia uma mesa, ele vinha com todo o material, aí começou a celebrar a missa, ao ar livre mesmo! Quando chovia, alguém batia uma estaca, quatro pernas e um plástico, e ele celebrava ali. Todo mundo ficava com guarda-chuva e celebrando. O senhor não imagina quantas pessoas juntavam. Aí, uma pessoa que vinha fazer a feira trouxe um caminhão. Então, eles abaixavam a boléia do caminhão, colocava a mesa em cima, e dali ele celebrava a missa virado pro povo, porque quando ele começou a celebrar a primeira, a segunda missa, você já não podia nem ver o padre, de tanta gente que tinha. Ficava desconfortável, né? Então ele passou a celebrar de cima do caminhão.*”

Embora seja localizada exatamente onde era previsto na planta inicial, existe uma memória de que o terreno da Igreja do Bonfim não se destinava a esta, e sim ao supermercado (também previsto na planta). E que foi preciso uma mobilização por parte de membros do clero católico e leigos da paróquia para que fosse concedido o terreno e pudesse ser construída a Igreja, conforme vemos no relato de Dona Lúcia: *“E lá onde está a praça da Igreja, tinha um terreno ali muito bom. E o comentário geral era de que ‘aqui vai ser um supermercado’ _ porque aqui não tinha nada, não tinha farmácia, não tinha nada. Tinha uma birosquinha aqui, outra birosquinha ali, mais não tinha! _ então correu o boato: ia ser um supermercado.”*

Segundo a narrativa de Dona Lúcia, o Padre Vicente e o Padre José foram à COHAB para conseguir o terreno para construir a Igreja; o qual teria sido dado pela prefeitura por volta de 1970, segundo relatos, e logo começou a ser construída a Igreja: *“A Igreja, levou uns cinco anos para se construir um prédio. Um prédio pequeno. Não é aquela coisa linda que está lá agora. Levou uns cinco anos Foram feitas muitas festinhas para angariar fundos.”*

A Igreja do Bonfim e a Igreja Batista, da qual faz parte o Pastor Guaracy, são as mais tradicionais da Cidade Alta. Junto a essas duas, existem diversas igrejas evangélicas, das mais diversas denominações, muitas delas feitas em espaços das ‘puxadas’ ou que eram ocupados anteriormente por comércios.

A AMA-Alta, Associação de Moradores e Amigos da Cidade Alta, teve um primeiro embrião de sua organização no fim da década de 1970, na esteira da Redemocratização do país, em que várias associações de moradores surgiram, ressurgiram ou tiveram disputas eleitorais mais acirradas travadas por grupos ligados às Comunidade Eclesiais de Base e/ou aos partidos de esquerda.⁵¹²

Na Cidade Alta, segundo Carlinhos, que participou do processo desde o início, a associação surgiu a partir da proposta de organização por melhorias no conjunto por um viés cultural, por volta de 1978/79. Jovens moradores que estavam na Universidade, conheceram membros do Cineclube de Brás de Pina, bairro vizinho, e a partir daí passaram a realizar sessões de filmes na Cidade Alta nos espaços do *Cacareco do Leblon* e *Independentes de Cordovil*, fundando o MCCA – Movimento Cultural da Cidade Alta. Carlinhos conta que *“O MCCA surgiu a partir da necessidade de trazer*

⁵¹² Ver BRUM, Mario Sergio. *Op. cit.*

‘políticas públicas’ no campo cultural – principalmente pra juventude... Órfãos de todos os serviços contidos na Zona Sul – sua antiga área residencial!’⁵¹³

Outros moradores foram se agregando ao movimento iniciado pelos jovens, como membros da paróquia do Bonfim, sindicalistas ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos, donas-de-casa e professoras das escolas Armando Fajardo e Montese, fundando no início da década de 1980 a *Comissão Pró-Associação de Moradores dos Conjuntos Habitacionais Cidade Alta, Vista Mar e Porto Velho*, cuja associação se efetivou em outubro de 1982.

Exemplo de quão complicada é a definição do que a Cidade Alta é (favela ou não) está na filiação da associação às entidades maiores. Quando de sua fundação, a Ama-Alta se filiou à FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro), segundo Carlinhos, porque se via “*como uma associação de bairro*”, tendo posteriormente se filiado à FAFERJ e voltado à FAMERJ em 2007, através da filiação à Fam-Rio (Federação das Associações de Moradores da cidade do Rio de Janeiro), que congrega as associações de bairro, ou ‘do asfalto’, da cidade.

Para Rossino, antecessor imediato do presidente que fez a troca da entidade ao qual a AMA-Alta era filiada deveu-se ao fato de que “*isso aqui não era uma favela.*” Justificando ainda que num determinado momento, as demandas da Cidade Alta eram de favela, e por isso ela buscou a filiação junto à entidade que representava as favelas. Curiosamente, no mesmo período em que a AMA-Alta fazia essa troca, o presidente da FAFERJ era o próprio Rossino.

Mas no início da atividade da associação, a vinculação com a FAMERJ se explicava também por uma das principais bandeiras de uma associação de conjunto habitacional, a questão da inadimplência dos moradores, indo ao encontro de um dos grandes eixos de mobilização da FAMERJ: a questão dos mutuários⁵¹⁴, tentando resolver, pela via da Justiça, a redução do valor das prestações pagas à então CEHAB-

⁵¹³ Depoimento de Carlos Eduardo Guimarães Campos (Carlinhos) obtido através de conversa informal, nos dias 20/11/2010 e 17/12/2010

⁵¹⁴ Como consta na “História da FAMERJ”, no sítio eletrônico da entidade “*Assim, um grupo de Associações (...) fundou, no dia 05 de janeiro de 1978, a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro – FAMERJ, que tinha como principais objetivos: Congregar Associações de Moradores; Representar e defender os interesses de suas associações; Defender a melhoria das condições de vida; Defender os Mutuários na luta por sua moradia.*” (<http://www.famerj.com.br/index.php/historia>) consultado em 07/11/2010.

RJ, bem como prazo maior de pagamento, quando muitos moradores entraram com ações através da Ama-Alta. Além disso, na década de 1980, a associação encaminhou outras lutas como a maior iluminação do conjunto e contra a instalação de um anexo do Instituto Médico Legal num prédio anexo ao conjunto. Bandeiras e ações bem distintas das que foram encaminhadas pela Ama-Alta nas duas décadas seguintes, como veremos no capítulo seguinte.

Ao longo da trajetória do conjunto, a implantação de serviços e equipamentos comunitários e de diversas organizações são lidos pelos moradores como elementos de melhora em relação à precariedade encontrada no início da vida no conjunto. Entretanto, para muitos moradores, a qualidade destes serviços e/ou a defasagem por conta do crescimento populacional da Cidade Alta imprimem ao lugar as características de favela.

Memórias do incêndio

As memórias sobre o Incêndio da Praia do Pinto, sucedido após os moradores da favela terem resistido à transferência para os conjuntos habitacionais, nos fornecem pistas preciosas a serem seguidas para termos um quadro de como os moradores encararam a remoção na época. Na narrativa de uma moradora removida da Praia do Pinto vemos que ela, ao contar que veio dessa favela, completa: *“À qual os governantes do nosso país mandaram tacar fogo na favela, porque estava crescendo demais.”*⁵¹⁵

Se, por um lado, encontramos uma maioria de narrativas que vêem a remoção de forma positiva, por outro, o incêndio figura nos depoimentos em geral, como tendo sido provocado para expulsar os moradores reticentes em sair da favela, sendo os discursos homogêneos em apontá-lo como criminoso. Assim, mesmo entre aqueles que narram a remoção de forma positiva, a tratam como uma imposição, alheia à vontade dos moradores em ir para o conjunto.

Em seu depoimento, o pastor Guaracy diz que o incêndio foi criminoso, acrescentando outras razões para ele ter ocorrido, além da resistência dos moradores à remoção: *“Os indícios dizem todos que foi proposital. Porque a coisa foi tão rápida, e os bombeiros chegaram e não tomaram a iniciativa que deviam ter tomado, sei lá... Quando o jato d’água vinha em cima dos barracos, em vez de apagar... acendia mais! Entendeu? Eu sou meio suspeito em falar, porque na época, o governo tava fazendo um*

⁵¹⁵ Trabalho GB2007/1003-03

levantamento pra tirar a Praia do Pinto da Zona Sul. E existiam algumas resistências! As pessoas não queriam sair da Zona Sul, claro! E as assistentes sociais iam fazer o levantamento da quantidade de famílias. Na semana seguinte, naquele mesmo lugar que tinha 4 famílias, quando elas voltavam, tinha 8! As pessoas dividiam o barraco no meio e botavam os móveis quebrados e diziam: 'Aqui, quem mora aqui é minha cunhada, ela é doméstica, ela é uma vez por semana em casa', então 'Como é que é o nome dela?', 'O nome dela é tal, tal, tal' e fazia a ficha dela também. Houve esses cambalachos todinhos na época. E o governo viu que aquilo tava virando uma bola de neve. Então, eu creio que ele tinha que tomar uma providência (risos), e eu creio que ele tomou uma providência drástica, né?"

A idéia da imposição, por parte do governo, da remoção aos moradores é compartilhada por Ney, ao falar sobre o caso do Parque Proletário da Gávea, em que ele também relaciona com o incêndio da Praia do Pinto: “Porque eles arrancaram a gente



Moradores da Praia do Pinto conhecem os prédios e apartamentos da Cidade Alta no stand da COHAB-GB – (Foto do acervo da CFHAR-RJ)

na força, né? Eles arrancaram a gente... Quem não queria vir, eles metiam a máquina, saíam quebrando os barracos... Eles vinham, quem quisesse sair, saía, quem não quisesse sair, eles quebravam os barracos!. Foi diferente da Praia do Pinto, que a Praia do Pinto eles tacaram fogo. Expulsaram o pessoal da Praia do Pinto com fogo. A gente foi com máquina.”

O relato escrito de Manoel indica esses sinais de resistência à remoção, apontando que haviam ficado na Praia do Pinto os

moradores cuja renda não os qualificava a irem para os conjuntos e, por conta disso, não queriam sair da favela: *“Estes últimos moradores lutavam para ficarem no local; e o serviço social já havia avaliado que estes últimos moradores não tinham um rendimento familiar adequado às normas determinadas pelos condutores das remoções das favelas, nos anos da ditadura.”*⁵¹⁶

Em seu depoimento oral, quando é perguntado se seus pais queriam sair da Praia do Pinto, Manoel responde: *“Olha... Digamos... Toda propaganda, quando ela é bem feita, ela ilude as pessoas, né? Querer, querer, não, porque na época, nós tínhamos uma casa ali que tínhamos tudo. Estávamos perto da praia, vivendo a nossa vida normal. Mas não dava pra você lutar contra o poder, contra o sistema, né? Então... não tinha muito o que você chegar e optar, querer ou não querer. Porque, naquela época, em 1969, nós já estávamos aqui em Cordovil. Mas existiu um certo grupo que resistia. Sabe, porque dentro desse censo, eles viram as pessoas que tinham condições, uma renda familiar mais ou menos e iam mandando. Ah, digamos, a pessoa que tinha uma certa posição vai pra Cidade Alta, a outra que tem uma certa condição vai pra Vila Kennedy, a outra vai pra Vila Aliança e assim foi. E aquelas pessoas por último, que não tinham certa condição, que não tinham estabilidade, acabaram mandando lá pra Paciência”*

A opinião dos moradores de favelas sobre a remoção pode ser visto na matéria do jornal O Dia, em relação ao caso da Catacumba, localizada na área da lagoa Rodrigo de Freitas, assim como a Praia do Pinto: *“No morro da Catacumba não há morador que esteja de acordo com uma possível mudança forçada para a Cidade de Deus, ou qualquer outro lugar distante do local onde trabalha para sustentar sua família.”*⁵¹⁷.

No caso do Morro São João, Dona Nilza Sabino, diz que não houve opção de sair ou não, e que a operação foi feita de maneira repentina: *“Vimos de supresa: ‘Vão tirar o pessoal amanhã! Vão para uns prédios na Avenida Brasil!’ A gente não tinha escolha... era coisa daquela deputada, a Sandra Cavalcanti!”*

Dona Vilma, mesmo dizendo que não queria ter saído do Leblon e que veio *“por necessidade mesmo”*, discorda ter havido resistência à mudança, embora seu depoimento dê sinais importantes de, mesmo quando o depoente não concorda com o discurso do incêndio como um ato criminoso, a remoção era vista como algo inevitável:

⁵¹⁶ OLIVEIRA, Manoel Gomes de. *Op. cit.*

⁵¹⁷ “Na Catacumba, moradores têm planos para sua urbanização” *O Dia*, 15-16/09/1968.

“Mentira! Ninguém tava [resistindo]! Porque era coisa do prefeito e ia ter que sair de qualquer maneira. Só que saímos mais rápido por causa do incêndio. Foi quando tirou todo mundo de lá.”.

Para Manoel Gomes, que dentre os moradores entrevistados é o que possui o olhar mais crítico sobre a remoção, houve uma distorção intencional por parte das autoridades para fazer com que os moradores aceitassem a remoção: *“Eles chegaram a fazer maquete, né? Na época eu era bem pequeno, chegaram a fazer maquete e a assistente social da época era a Sandra Cavalcanti. Então, o que acontece? Eles fizeram maquete e venderam paraísos para todas as pessoas daquela geração, inclusive meus pais. Então venderam o paraíso, venderam imagens... Mas que, na realidade, quando nós chegamos, não tinha nada a ver.”*

Há uma memória bastante presente entre os moradores da Cidade Alta em que o incêndio da Praia do Pinto vincula-se ao nome de Sandra Cavalcanti. Embora Sandra Cavalcanti tenha feito algumas reuniões na Praia do Pinto para apresentar os planos de ‘transferência’ aos seus moradores⁵¹⁸, ela já se encontrava afastada dos órgãos responsáveis pela remoção de favela ao menos quatro anos antes do incêndio, e retornado à sua atividade como professora⁵¹⁹.

O seguinte relato de um morador que veio da Praia do Pinto ainda criança é bem interessante sobre a memória do incêndio como proposital e a provável vinculação de Sandra Cavalcanti (embora o relato não a cite nominalmente), atribuindo a ela uma intenção abertamente declarada de expulsar os moradores pelo fogo, para que a área da favela fosse destinada à pessoas de maior poder aquisitivo: *“Um dia, uma mulher que era da política apareceu e disse que se as pessoas não deixassem a favela por bem, iriam deixar por mal, porque ela iria colocar fogo na favela inteira. No começo, ninguém ligou, mas depois, todo mundo começou a ficar preocupado. O pessoal falava*

⁵¹⁸ Ver LEEDS, Anthony & LEEDS. Elizabeth *A sociologia do Brasil urbano* (Rio de Janeiro: Zahar, 1978 e ainda, a entrevista de Sandra Cavalcanti a Carlos Eduardo Sarmiento e Marly Motta In: FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002

⁵¹⁹ ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/Finep, 2001, verbete: ‘Sandra Cavalcanti’.

que ela queria colocar fogo na favela para fazer no lugar prédios para as pessoas ricas morarem.”⁵²⁰

Curiosamente, a própria Sandra Cavalcanti, ao criticar os rumos que o BNH tomou após a sua saída, endossa a tese do incêndio como tendo sido intencional: *“Num caso, pelo menos, cometeram uma ação terrível: tocaram fogo na favela da Praia do Pinto_ está provado que tocaram fogo. Tiraram os moradores de lá, em plena madrugada.*”⁵²¹

Esta leitura quase unânime do incêndio como criminoso (os que não a corroboram, também não a refutam) demonstra o trauma da remoção, da expulsão dos moradores para mais de trinta quilômetros de distância. E a vinculação de Sandra Cavalcanti com o incêndio demonstra uma *memória* em que o Estado possui uma permanente intenção em acabar com a favela, que foi finalmente levada a cabo pelo fogo, dando à remoção, independente das memórias sobre a chegada e os primeiros anos no lugar, o caráter de uma imposição. Nas palavras de Manoel: *“Esse incêndio ainda não se apagou, sabe? Esse incêndio tá comigo desde lá, foi um incêndio covarde, eles tacaram fogo... E esse incêndio, essa chama, ainda não se apagou, eu ainda continuo exilado...”*.

O Pastor Guaracy também lembra do desolamento dos moradores após o incêndio: *“As pessoas ficaram ao ar livre na Praia do Pinto praticamente 5, 6 dias, esperando a remoção! Muita gente e poucas viaturas do governo... Então, o governo, tinha gente que levava pra Cidade Alta, outros pra Manguinhos, outros pra Cidade de Deus. Então era: ‘Grupo de Cidade de Deus? Separa pra cá! Cidade Alta? Pra lá! Manguinhos? Pra cá!’”. ‘Esse caminhão vai pra onde?’, ‘Esse caminhão vai pra Cidade de Deus...’. Então teve gente que ficou ali dias e dias.”*

Remoções

A partir da análise dos relatos dos depoentes, vimos que é necessário considerar que o termo **remoção** possui dois sentidos ou, mais especificamente, dois tempos. Um mais estrito e vinculado a um tempo imediato da operação de remoção em si, no curto prazo entre a saída da favela e a instalação no local; outro sentido, ou tempo, é o do

⁵²⁰ Trabalho 2006/2001-01

⁵²¹ Entrevista de Sandra Cavalcanti a ainda, a entrevista de Sandra Cavalcanti a Carlos Eduardo Sarmiento e Marly Motta In: FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Op. cit.*

processo de remoção como a construção da vida (relações sociais, emprego, uso de serviços) no novo ambiente, que ocorreu a médio prazo.

Dessa forma, a operação em si é contada de maneira traumática para a maioria dos depoentes. Inversamente, a remoção enquanto saída da favela e instalação num conjunto habitacional figura de maneira positiva para a maioria, em que pesem as dificuldades dos anos iniciais apresentadas acima.

Em relação ao *lugar*, não há nas memórias dos moradores da Cidade Alta, uma linearidade em relação à dualidade *favela* e *não-favela*, em relação aos locais de partida e chegada (moradia de origem, sendo favela ou não, e o conjunto). Lugar aqui entendido como seu local de moradia e as condições deste. Enfim, trata-se de responder à pergunta que guia toda esta pesquisa: a Cidade Alta é uma favela? As respostas são variadas: *é, não é, já foi, se tornou, não era para ser...* Para um morador oriundo de Minas Gerais e que se mudou para a Cidade Alta por vontade própria, por exemplo, houve ‘melhora’ nos últimos anos em relação a um tempo anterior: *“Falar a respeito da Cidade Alta é fácil. Antigamente, e isto não faz muito tempo, as pessoas tinham vergonha de falar desta localidade, mas esse tempo já se foi. Hoje a Cidade Alta é um lugar privilegiado.”*⁵²²

Assim, nas memórias dos moradores, a favela e a não-favela surgem de maneira simultânea, não havendo uma ‘linha evolutiva’ nas análises dos moradores sobre o local de moradia, em que a favela seria um ponto de partida e o conjunto habitacional, na condição de não-favela, seria o ponto de chegada.

Percebemos, no entanto, nas narrativas que, ao falarem sobre suas trajetórias de vida, muitos depoentes afastam de si o estigma de favelado, enquanto imputam aos seus vizinhos tal estigma. Apontar a condição de favela do lugar não necessariamente significa se auto-enxergar como favelado. Segundo a socióloga Denise Nonato: *“Muitos moradores do complexo aplicam ao conjunto Cidade Alta o adjetivo de favela, pois acreditam que ali se reproduzem práticas e atores típicos de favelas propriamente ditas.”* As acusações trocadas entre moradores derivam de uma tentativa de diferenciação interna, onde uns imputam aos outros o estigma de *favelado*, condenando práticas e costumes como uma forma de se livrar do estigma. Ainda segundo Nonato, o temo favelado é então *“usado principalmente por aqueles moradores que acreditam*

⁵²² Trabalho GB2008/1004-01.

diferir da média geral, seja pelo nível de educação ou cultura, campo de oportunidades ou projetos de vida.”⁵²³

Numa análise geral dos conjuntos habitacionais da era CHISAM, desde o princípio, a relação entre *removidos* e *não-removidos* foi marcada por tensões. Ao ser alocado compulsoriamente para um lugar distante do que vivia, longe das oportunidades de trabalho, opções de serviços e lazer ao qual estava inserido, o *removido* tinha uma relação com o conjunto diferente da do *não-removido* que o buscou por escolha própria, e que, logo nos primeiros momentos, enxergava no morador oriundo de favela, ou mais explicitamente, no *favelado*, a culpa por eventuais problemas de degradação no conjunto.⁵²⁴

Linda Gondim, na sua análise dos conjuntos por ela pesquisados, identificou que as tensões entre removidos e não-removidos, com o preconceito deste último quanto à origem favelada do primeiro, não se dirigiam a um morador específico, mas ao grupo como um todo.⁵²⁵ Embora isto não deva ser generalizado: Dona Lúcia nos contou em seu depoimento, por exemplo, que nunca houve problemas entre moradores por conta das suas diferentes origens. “*No meu prédio não tivemos problemas com ninguém. Inclusive moravam várias família de lá [Praia do Pinto].*”

Na trajetória da Cidade Alta houve (e há ainda) uma luta travada por cada morador para superar o estigma. Fosse por ser removido e, a partir disto, refutar o estigma (vale lembrar, levado às últimas conseqüências) como algo a ser eliminado; fosse por ter ido para lá por vontade própria, no que afastava o estigma de si, afirmando a sua origem não-favelada, que ficava mais evidente quanto mais ‘favelado fosse o outro’. No que o projeto do Estado foi vitorioso justamente por ter conseguido impingir o estigma aos favelados, que tiveram de lidar com este no novo local de moradia, tentando remover a *favela* de si próprio.

A chegada ao conjunto pela via de uma remoção imposta, ou no mínimo, com os moradores sabendo que não havia margem para escolha de ficar ou não, foi um forte estruturante para uma identidade ‘deteriorada’ com a qual o removido teve de lidar desde o início da vida no conjunto. Em suas memórias escritas, Manoel Gomes

⁵²³ NONATO, Denise *Favela de cimento armado: um estudo de caso sobre a organização comunitária de um conjunto habitacional*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

⁵²⁴ ICKOWICZ, Leon Emanuel. *Op. cit.*

⁵²⁵ GONDIM, Linda M. *Op. cit.*

externalizou o sentimento de muitos moradores em relação ao traumático processo de remoção, em que o estigma foi peça-chave no modo como os moradores passaram a ver a si mesmos: “*Expulsos e rejeitados. Punidos por serem pobres.*”.⁵²⁶

Um fato peculiar é que os prédios do conjunto da Cidade Alta possuem nomes de bairros do Rio de Janeiro, tais como Maracanã, Engenho Novo, Castelo, Pavuna, entre outros (já os do Vista Mar e Porto Velho possuem apenas números: bloco 1, 2, assim por diante...). Para Manoel, isto demonstrou nada mais que uma atitude demagógica do Estado: “*A demagogia deles era tão grande, que se você for ver, aqui tem nome de bairro, né? Edifício Ipanema, Edifício Copacabana, Edifício Leblon... Olha só! Eles querendo iludir as pessoas com os nomes de certos tipos de bairros e automaticamente fazendo com que as pessoas pensassem... Eles pensavam que as pessoas teriam um elo através desse nome. E foram justamente bairros de onde saíram muitas pessoas que foram removidas, pessoas que vieram da Catacumba, pessoas da Ilha das Dragas, que era ali perto da região da Lagoa! Então eles foram criar uns bairros, prédios com nomes desses bairros para poder, de repente, tentar curar as pessoas dessa dor.*”.

Estigma, identidades e silêncio: memórias perdidas da remoção

Segundo Michael Pollack, entre outros, a memória coletiva de um grupo dá sentido à própria idéia de *comunidade*, através da formação de uma identidade, sem o uso de coerção ou violência, mas através da *coesão* em noções mínimas de uma *identidade* que seja partilhada por todos daquele grupo, mantendo a ‘fronteira’ do que o grupo possui em comum que o diferencia do ‘exterior’⁵²⁷. No caso da Cidade Alta, e de todos os elementos que possam ou não compô-la, esta identidade lida com uma violência primeira, simbólica, que foi a pedra angular da imagem do local: o estigma de *favelado*, fronteira definida pelo ‘exterior’, e introjetada pelos moradores. Retomamos o ponto tratado no primeiro capítulo sobre a questão de *localidade*, aplicada aos circuitos de construção da memória, que não se restringem apenas à escala da Cidade Alta, mas se dão também na sociedade na qual está inserida. Sociedade esta em que há

⁵²⁶ OLIVEIRA, Manoel Gomes de. *Op. cit.*

⁵²⁷ Ver POLLACK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212 e também, do mesmo autor “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

intensa pressão social sobre a *favela* e os significados que o termo carrega. Assim, a memória coletiva da Cidade Alta sofre um forte *enquadramento* que leva muitos moradores, todos talvez, em que não vêem como conveniente se mostrarem e reivindicarem uma identidade de favela, ou de elementos que façam referências a isso.

Assim, o surgimento da Cidade Alta a partir da remoção de favelas é um elemento estruturante da(s) identidade(s) local(is). Seja através da ocultação desse passado, percebida na ausência dessas memórias nas gerações mais novas, consequência direta do processo de remoção da favela de si, através do *silêncio* em relação ao passado. Seja através dos processos internos de diferenciação através da acusação e manipulação do estigma entre os vizinhos na Cidade Alta, sejam eles vizinhos de porta, de conjuntos, de favelas, de bairro...

É possível perceber que para os moradores de segunda-geração em diante não há uma memória individual do passado de favela, ou mais especificamente dizendo, *na favela*. Assim, para os moradores que viveram a remoção tendo passado já da primeira infância, houve possibilidade de as suas memórias da favela conjugarem tanto os aspectos considerados negativos quanto os considerados positivos. Como por exemplo, de um lado, a possível precariedade da habitação e saneamento; e do outro, porém, a facilidade de mercado de trabalho, serviços e lazer e as relações de vizinhança.

Já para os seus filhos nascidos na Cidade Alta ou removidos muito novos, essa memória só pode se realizar de maneira coletiva, através de falas, de fotos, enfim, de referências às quais a primeira geração tenha transmitido, claro que num processo que nem é consciente nem pode ser totalmente ‘controlado’. Ocorre então que, para muitos a partir da segunda geração, esse passado de favela, sendo coletivo, tende a destacar os aspectos considerados negativos da favela, e refutados. Há casos, inclusive, em que não há sequer ‘reivindicação’ da identidade de removido, visto as primeiras lembranças do morador serem já na Cidade Alta. É o que ocorre com Samuel falando sobre suas lembranças referentes ao Parque da Gávea: “*É praticamente nenhuma. Eu acho que, na infância, as coisas mais significativas já se deram aqui: amizade, escola... Então, eu tenho poucas lembranças da Gávea. Quase nenhuma. Então, a minha infância mesmo ela se deu aqui.*”

Para *não-removidos* então, o passado de favela não é fundamental na sua identidade, a não ser para refutá-lo ao apresentar-se como *não-removido*. Assim, a memória local é preenchida também com discursos que não transmitem a memória de favela, mas ao contrário, a negam.

Desse modo, chama atenção que exista uma memória, partilhada por alguns moradores, de que a Cidade Alta originariamente não se destinava aos removidos, em que se relaciona o incêndio da Praia do Pinto à decisão do governo de ‘abrigar’ os removidos na Cidade Alta, embora o processo de transferência de removidos da Praia do Pinto para Cidade Alta, ou para Cordovil, como é comum nos materiais da CHISAM, tenha se iniciado meses antes do incêndio (inclusive com a visita de moradores da Praia do Pinto à Cidade Alta). Vale considerar ainda, como dissemos anteriormente, que Cordovil/Cidade Alta era anunciado pelas autoridades como a principal obra do programa de remoção.

É interessante notar que os relatos que tratam Cidade Alta como não tendo sido construída para removidos (ou mais especificamente: favelados) referenciam-se nos contrastes entre um lugar belo e ordenado e as pessoas que foram morar nele, que não estariam ‘preparadas’ para morar num lugar com essas características. A construção do conjunto Vista Mar/Bancários corrobora a idéia de que o conjunto não se destinava a ‘favelados’.

Percebemos, nesses discursos, a intenção de negar que o estigma de favela aplica-se a si próprio, no que a argumentação se baseia em dois principais pontos, que podem ou não serem articulados entre si: num deles, tenta-se apagar o estigma de favela da ‘origem’ do conjunto e, assim, do seu passado individual, onde a favela teria sido deixada para trás e a ida para lá seria um recomeço, em que o estigma de ser favelado estaria eliminado, ou para os não-removidos, sequer poderia ser aplicado; o outro ponto focal da argumentação seria de que a Cidade Alta, jamais tendo sido destinada a favelados, foi *favelizada* justamente porque aqueles não superaram essa condição, de modo que, ao imputar ao outro a acusação de *ser* favelado, afasta-se ainda mais o estigma de si.

O relato de uma moradora que se mudou para a Cidade Alta por vontade própria em 1970, através de permuta com um removido, ilustra bem essa idéia: “*A Cidade Alta é o que é hoje por causa de seus moradores. Quando estava sendo construída, seus fins eram de abrigar outro tipo de sociedade. Mas o governo achou mais lucrativo ‘perder’, deixar de lado o empreendimento imobiliário da Cidade Alta, do que ‘perder’ uma área que estava crescendo com um ar de área nobre, como é hoje o Leblon.*”⁵²⁸

⁵²⁸ Trabalho GB2006/1002-01

No mesmo sentido vai a fala do Pastor Guaracy: *“A Cidade Alta não foi construída pra Praia do Pinto. Aquilo foi uma coisa ocasional. Que a Cidade Alta era muito bonita, a Cidade Alta não era o que é hoje não. A Cidade Alta era muito bonita! Era lindo isso aqui. Os blocos todos pintados em cores diferentes, era tudo gramado em volta dos blocos! Gramas, plantações, arvoretinhas... Isso não foi entregue do jeito que a gente vê hoje não, era muito bonito! Eu creio que Cidade Alta, eles iam fazer um levantamento e iam botar pessoas de mais... de um poder aquisitivo diferente... Eu creio que não era pra nós, favelados. Me incluo porque eu era favelado, eu sou favelado. Não era pra favelado. Que era muito bonito isso aqui! O governo não ia entregar isso pra favelado. As pessoas que não sabiam o que era um chuveiro de água quente, as pessoas não sabiam o que era um... praticamente um vaso sanitário, as pessoas não sabiam o que era uma torneira... Não sabia nada!”*

O depoimento de Rossino corrobora essa visão também: *“Porque esses prédios aqui não eram pro pessoal de comunidade morar. Mas aí teve aquele incêndio na Praia do Pinto, que até hoje as pessoas comentam que foi a Sandra Cavalcante que botou [fogo] e aí o pessoal veio para cá. Mas quando o pessoal começou a vir para cá, isso aqui não tava nem acabado. Tinha prédio que estava ainda em obra. Mas por causa daquele incêndio lá veio todo mundo para cá.”*

De acordo com Pierre Nora, quanto *“Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem a necessidade de suportes exteriores e referências tangíveis de uma existência que só vive através delas.”*⁵²⁹ E também de acordo com Michael Pollack, existiriam *“conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas”*⁵³⁰, ou seja, a memória é construída de acordo com os contextos históricos, posteriores, que ela se depara para se afirmar no presente.

O caso da Cidade Alta, novamente, se revela um caso singular. Pois a conjuntura favorável à esta memória ‘marginalizada’, que pode ser entendida também como ‘dos oprimidos’, no processo de Redemocratização e consolidação da democracia no Brasil, vivido desde a década de 1980, quando outros setores se fizeram ouvir, dentre os quais os próprios favelados. Por parte do Estado, em quaisquer dos seus níveis, não há interesses em construir suportes ou referências exteriores que constituíssem uma

⁵²⁹ NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, 10, dez/1993, p. 7-28.

⁵³⁰ POLLAK, Michael. *Op. cit* 1989.

‘memória da remoção’. Uma memória dos tempos em que o Estado foi executor de uma política estigmatizante e segregacionista de imensa parcela da população da cidade (estendidos os efeitos disso às outras cidades do país), e que, possivelmente, tratar-se-ia de reconhecer uma dívida para com essas populações (ainda que seja uma tarefa extremamente difícil localizar com exatidão os removidos).

Sintomaticamente, por volta do ano 2000, a Prefeitura, ao realizar obras de urbanização no conjunto, retirou do



*D. Jaime Câmara e a placa de inauguração da Cidade Alta.
Imagem cedida pela CEHAB-RJ*

final da rua principal a placa de inauguração da Cidade Alta. A placa não voltou mais ao lugar, estando perdida na burocracia.

Pelo lado dos moradores, essa *memória* também não encontra muitos defensores, reflexo da presença constante do estigma através da trajetória do conjunto e do complexo. O *silêncio* existente entre gerações sobre a história e a memória local é revelado pelo desconhecimento, total ou parcial, que as gerações mais novas, por nós chamadas de *terceira* e *quarta gerações*, têm em relação à origem do conjunto e ao ‘passado’ de *favela* de muitos moradores, dentre os quais, comumente, seus pais e avós. O *vivido* pelos moradores que foram removidos é pouco ou nada *transmitido* às gerações mais novas, a não ser em vagas e raras referências.

Como foi apontado por todos os depoentes, hoje o tráfico é um elemento que indicaria uma degradação do conjunto da Cidade Alta, onde este é mais ostensivo, e da idéia de *favelização* do complexo como um todo. Assim, pais e mães da Cidade Alta temem que seus filhos cedam ao apelo do dinheiro relativamente fácil e da sensação de poder que a atividade do tráfico traz. E isso faz com que ocorra uma tentativa, por parte de alguns moradores, de se diferenciarem de outros, negando os laços construídos com o próprio lugar.

Afastar-se da ligação com o local é tanto uma tentativa de rejeição à degradação espacial do conjunto/complexo (sempre feita pelos *outros*), mas também às manifestações ‘culturais’, códigos e as formas de sociabilidade, que seriam próprias de quem “mora na favela”. Por exemplo, no relacionamento com o tráfico, cujos mais jovens costumam ser suscetíveis a ‘ter contexto’, ou seja, manter uma relação de proximidade maior que a que desejam seus pais e avós.

A memória coletiva da Cidade Alta não encontra circuitos de comunicação de modo que possa ser estruturada, pois implicaria uma identidade que se deseja negar no presente, a de removido ou a de favelado (ainda que no passado). Se a memória social é uma tentativa de conduzir a formação de uma identidade, a negação de uma identidade local no presente faz com que haja um constante descarte da memória. Ilustrativo disso foi o diálogo que presenciei, entre muitos outros que ouvi falar, travado na Escola Municipal Lafayette entre a mãe de um aluno, chamada na escola, e seu filho, que fora repreendido por problemas de comportamento: “*Eu falo para ele: Não é por que a gente é preto, que mora na favela, que tem que ser favelado!*”.

Assim, na Cidade Alta, há uma tendência em refutar o passado individual na favela, desta maneira, tentando afastá-lo no presente, sendo então, o *silêncio* em relação ao passado uma tentativa de negar que os jovens partilhem de uma origem comum com os considerados *favelados*, não pertencendo, portanto, àquele lugar como ‘os outros pertencem’, e de quem deve ser mantida a distância.

Essa *amnésia social*⁵³¹ se explica, e se replica, também pela falta de coesão interna entre os atores presentes na Cidade Alta. Nas ‘favelas’ mais antigas das encostas, os primeiros moradores sofreram dois processos traumáticos, o de remoção da favela e o despejo do apartamento. Processos que na Cidade Alta são acrescidos aos novos moradores que se juntaram depois, que não partilham daquela identidade de removido e despejado, mas que são, como os outros, estigmatizados como ‘favelados’ por parte dos moradores dos conjuntos. Sintomaticamente, a Ama-Alta (que em tese congrega toda a área da Cidade Alta, seja lá o que isso significa) coexiste com a Associação de Moradores da Divinéia (Parque Proletário de Cordovil).

Já nos conjuntos, as múltiplas origens dos moradores (não favelado, favelado _de qual favela?), formas de inserção (removido, não-removido, mutuário _caso dos

⁵³¹ MENESES, Ulpiano Bezerra de. “A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais.” *Revista Instituto de Estudos Brasileiros*. 1992. p .9-23.

Bancários), datas de fundação do conjunto; formam identidades heterogêneas que atuam em sentido contrário à coesão interna. O Bloco do Barriga, por exemplo, uma das instituições culturais mais antigas da Cidade Alta, foi a única organização local que, ao projetar sua história como “*um dos blocos mais antigos do Rio*”, enfatiza a continuidade entre a antiga favela e o conjunto habitacional. Por outro lado, ao fazer isso, reivindica a memória de apenas uma das favelas removidas.

A Ação Comunitária é a única organização ‘local’ a construir permanentemente uma ‘memória da remoção’, presente em praticamente todos os materiais de divulgação da entidade, quando se refere ao conjunto (tratado indistintamente em relação ao complexo). Assim, um dos núcleos da entidade, que reúne costureiras, serigrafistas, etc, formados em suas oficinas, chamado Moda em Ação, teve suas primeiras coleções com estampas que faziam referências à Praia do Pinto e ao cotidiano na Cidade Alta⁵³², produzidas por pessoas que inclusive se encaixavam na categoria de não-removidas (embora em número bem menor).

No sítio eletrônico da entidade, ao falar do campus da Cidade Alta, vemos: “*Tanto Cidade de Deus – localizada na zona oeste da cidade – quanto Cidade Alta são conjuntos edificadas a partir da política de remoção de favelas localizadas em áreas nobres da cidade, implementada pelo governo do então Estado da Guanabara, nos anos 60. Com a extinção da Favela da Praia do Pinto, que se situava no Leblon, seus habitantes foram deslocados para esses dois conjuntos, que têm semelhantes conformações urbanas e arquitetônicas. Com a remoção, vínculos familiares foram desfeitos ou seriamente fragilizados.*”⁵³³

Está claro que isso significa também uma maneira da entidade enfatizar uma injustiça sofrida por essa população, no que a Ação Comunitária ‘superdimensiona’ a noção de *removidos* do conjunto e do complexo, tentando ao máximo homogeneizar essa identidade, como o caso das costureiras ilustra. E ao fazê-lo, muitos moradores do complexo e do conjunto, *não removidos* ou vindos de outras favelas, não partilham e/ou não se sentem enquadrados nessa memória. Dessa forma, a tentativa maior de construir uma memória local acaba por fracassar, visto que seus principais elementos, a *remoção*

⁵³² PASTUK, Marília; AMOROSO, Mauro; BRUM, Mario Sergio. *Práticas Inclusivas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ação Comunitária do Brasil – RJ/Inter-American Foundation, 2009.

⁵³³ Sítio eletrônico da ACB-RJ: <http://acb.acbrj.org.br/> Consultado em 18/12/2010

e a *Praia do Pinto*, não são partilhados pela maior parte dos moradores de todo o complexo.

Assim, há uma *amnésia social* entre os moradores mais jovens, cujos elementos puderam ser percebidos através de um trabalho de memória e história local, desenvolvido em 2010 com alunos do segundo segmento do Ensino Fundamental, o antigo *Ginásio*, de 5^a à 8^a séries, na Escola Municipal Ministro Lafayette de Andrada. São alunos situados na faixa etária de 11 a 16 anos, e na primeira série do Ensino Médio do Colégio Estadual República de Guiné-Bissau, com alunos entre 16 e 23 anos.⁵³⁴ Com essa atividade docente, foi possível observar que, as memórias da favela anterior; a ligação da Cidade Alta com os outros conjuntos surgidos do programa da CHISAM; o processo de remoção; as dificuldades dos primeiros anos da vida no conjunto são, em grande parte, desconhecidas destas gerações mais novas, com a maioria tendo um vago conhecimento da história local, ou mesmo um pleno desconhecimento desta.

O trabalho, feito em sala de aula, consistia no aluno fazer uma redação a partir do que ele conhecesse da história da Cidade Alta, do complexo (ou do conjunto, caso dos que moram no conjunto principal) ou de sua sub-área, desde sua origem (como surgiu? por que?) até os primeiros anos. Foi deixado a critério do aluno o que ele deveria escrever neste trabalho, inclusive quando fosse o caso dele ter vagas noções sobre a história ou mesmo de não sabê-la. Enfim, esse ponto consistia em averiguar a *memória* que cada aluno possuía sobre a história local.⁵³⁵ O aluno deveria dizer onde morava, destacar os pontos positivos e os negativos do local (da sub-área e/ou do complexo), se ele a considerava uma favela, e o que ele mudaria na Cidade Alta.

Separamos os trabalhos prontos em dois grupos, na medida em que as respostas nos possibilitaram: os que tinham família morando na Cidade Alta há pelo menos três gerações (indicando a vinda no início da história desta); e os que a família havia se mudado há menos tempo, tendo os pais vindo já adultos para a Cidade Alta, geralmente

⁵³⁴ O trabalho consistia em fazer uma redação com o seguinte roteiro: “*Onde você mora? Como surgiu a Cidade Alta? Por que sua família veio para cá? O que você acha que tem de bom? O que você acha que tem de ruim? Acha que a Cidade Alta é favela? Por que?*”. Maiores descrições do trabalho e das escolas encontram-se no Apêndice.

⁵³⁵ Quanto aos alunos que não moravam no complexo, como alguns que são de Duque de Caxias, Parada de Lucas, Kelsons, entre outros, foi dada a oportunidade de falarem sobre o seu local de moradia. Havia ainda os que tinham se mudado recentemente para o complexo, também sendo facultado falar sobre o local anterior.

num prazo não superior a quinze anos de moradia; quando não foi possível identificar o aluno entre esses dois grupos, o trabalho foi descartado para nossa pesquisa.

Na maior parte dos trabalhos em que o aluno pertence à família moradora ‘recente’ do conjunto, o desconhecimento da origem deste é quase total, exemplificados nos trabalhos seguintes. Um aluno, cuja família foi para lá por vontade própria, há quinze anos aproximadamente, escreveu: “*Não sei como surgiu a Cidade Alta, e ainda não ouvi comentários sobre isso.*”⁵³⁶ Outro aluno narrou que sua família veio de Jacarepaguá, região onde não houve remoções de favelas pela CHISAM, e diz: “*Eu, sinceramente, não sei como minha avó, meus tios e minha mãe, quando não era casada, veio parar aqui. Todos eles moravam em Jacarepaguá.*”⁵³⁷ Emblemática é a redação de uma aluna cuja família veio de Vilar dos Teles, São João de Meriti: “*Eu moro na Cidade Alta desde 1995, e nunca tive curiosidade de saber como surgiu.*”⁵³⁸

Somado ao relativo pouco tempo de moradia, podemos ver que a inclusão no conjunto por opção própria, pelos fatores que discutimos anteriormente, também é um fator preponderante para o desconhecimento da origem deste. Assim, uma jovem moradora do Porto Velho, cuja avó, não-removida, foi uma das primeiras moradoras do conjunto (segundo a família), também diz não conhecer a origem: “*Não sei como surgiu e nem por que minha família veio morar aqui.*”⁵³⁹

Num caso, um aluno não diz se a família veio ou não através de remoção, mas indica que foi algo alheio à vontade da família: “*A Cidade Alta surgiu como um complexo de casas e prédios para pessoas carentes. Minha família veio morar porque precisou. Ela era de Copacabana.*”⁵⁴⁰

Nos casos, porém, de alunos cujas famílias vieram por remoção, vimos que, quase sempre, o jovem partilha de uma *memória fragmentada* do passado de favela da sua família, sem clareza quanto à vinculação da remoção dessa com o surgimento do conjunto, como aparece neste relato: “*Eu não sei como surgiu. Minha família mora aqui*

⁵³⁶ Trabalho LA2010/1901-01.

⁵³⁷ Trabalho LA2010/1901-05.

⁵³⁸ Trabalho LA2010/1901-06.

⁵³⁹ Trabalho LA2010/1902-13.

⁵⁴⁰ Trabalho LA2010/1901-17.

há mais de trinta anos. Antes de morar na Cidade Alta, minha família morava no Parque da Gávea.”⁵⁴¹

Mas ainda que o aluno não tenha clareza quanto ao processo de remoção, suas falas evidenciam um *antes* e *depois*. Em que Praia do Pinto e Cidade Alta podem se confundir geograficamente, como vemos nos casos a seguir. O primeiro é de um aluno cuja avó veio por remoção, dizendo que a elevação onde se encontra atualmente a Cidade Alta “*não tinha nada. Só tinha mato, ladeiras, o chão era de pedras e areia. Uma tremenda favela. Com o tempo, pessoas vieram morar aqui e homens de família começaram a construir casas, prédios e etc. Lembrando que a Cidade Alta não era conhecida como Cidade Alta, e sim como Morro do Pinto.*”⁵⁴². Percebe-se que o aluno tem a memória da ruptura da Praia do Pinto, em que esta figura como *favela* (inclusive chamada erradamente por ele de *morro*, evidenciando esse entendimento) e a ‘regeneração’ do local a partir do surgimento e a mudança da nomenclatura da elevação para *Cidade Alta*.

Outra aluna tem a mesma linha de raciocínio: “*A Cidade Alta surgiu como Morro do Pinto. Ela era cheia de mato, não tinha prédios, os Bancários, nem o Pé-Sujo, nada. Só tinha os barracos. Com o tempo, muitos dos barracos foram se destruindo e surgindo os prédios, e as ruas foram ficando com asfalto e foram aparecendo os comércios.*”⁵⁴³

Entretanto, alguns jovens compartilham a memória da saída de suas famílias da favela anterior como algo imposto, ainda que não tenham clareza de que modo isso estava ligado à construção do conjunto: “*Eu não sei como surgiu a Cidade Alta, mas eu já escutei dizer que pessoas foram expulsas de uma outra favela e vieram para cá.*”⁵⁴⁴ Outra aluna, cuja família do pai veio por escolha própria para a Divinéia no início desta comunidade e que morou no conjunto da Cidade Alta e atualmente mora na Avilã, tem uma visão mais profunda de toda a trajetória do complexo, vivida diretamente pela família dela: “*Pelo que eu sei, moradores de outro lugar vieram para a Cidade Alta há*

⁵⁴¹ Trabalho LA2010/1901-03

⁵⁴² Trabalho LA2010/1902-01

⁵⁴³ Trabalho LA2010/1902-02

⁵⁴⁴ Trabalho LA2010/1902-16

muito tempo, e aqui construíram prédios e casas, mas quem não podia pagar, construía pequenos barracos para si”.⁵⁴⁵

Em outra redação, vemos que, ainda que a aluna possua uma memória mais clara deste processo, o termo remoção, ou qualquer similar, não é utilizado por ela para explicar o porque da sua família ter saído da Praia do Pinto para a Cidade Alta ou, ainda, outras terem ido para a Cidade de Deus: *“Houve um acontecimento na Praia do Pinto e começou o fogo a se espalhar pelos barracos, as pessoas só conseguiram pegar as coisas que davam. Aí, no outro dia, um senhor apareceu lá, todos na rua deitados no chão, e falou assim: ‘Tem moradia numa favela que é a Cidade Alta e na Cidade de Deus’. Quem ia para a Cidade de Deus, queria casas, e para cá, queria apartamento.”*⁵⁴⁶ A referência, inclusive à Cidade Alta como *favela*, evidencia o desconhecimento em relação ao projeto governamental de remoção de favelas, no qual a Praia do Pinto de seus avós estava incluída.

As imagens do incêndio aparecem com força em várias redações, inclusive figurando como a motivação maior para a transferência para a Cidade Alta. Uma aluna escreveu: *“Como surgiu a Cidade Alta eu não sei, mas sei que minha família veio para cá porque puseram fogo na Praia do Pinto.”*⁵⁴⁷ No relato seguinte, sobre esse processo, podemos ver a maneira peculiar que a jovem retém a memória do processo de remoção: *“Minha avó materna falou para mim que ela veio para cá por causa que uma deputada (Benedita, eu acho) mandou tacar fogo e todo mundo teve que sair de lá e vieram para cá.”*⁵⁴⁸

Curiosamente, alguns alunos cujas famílias moram no entorno da Cidade Alta guardam maior compreensão do processo de construção desta, que pode ser exemplificado através de um aluno: *“Algumas pessoas me disseram que há muitos anos a prefeitura fez todos esses prédios. Alguns tinham até jardins.”*⁵⁴⁹

Na redação de um jovem, o seu discurso sobre o ‘passado’ do local, segundo ele, contado pelo avô, o estigma de favela na Cidade Alta é traçado, de maneira clara, como

⁵⁴⁵ Trabalho LA2010/1902-14.

⁵⁴⁶ Trabalho LA2010/1902-09.

⁵⁴⁷ Trabalho LA2010/1902-03.

⁵⁴⁸ Trabalho LA2010/1902-15.

⁵⁴⁹ Trabalho LA2010/1704-03.

uma trajetória em espiral, em que *passado* e *presente* de favela se mesclam na narrativa do jovem sobre a história da comunidade: “*A Cidade Alta, pelo que meu avô me disse, ela era uma cidade cheia de barro, sem asfalto e bem depois, depois de anos, eles vieram e colocaram paralelepípedo. E depois de anos também vieram colocar nosso asfalto. Mas o meu avô veio para cá porque a Praia do Pinto pegou fogo, e não tinha como eles ficarem lá. Então, eles foram colocando as pessoas em cada favela ou comunidade.*”⁵⁵⁰

⁵⁵⁰ Trabalho LA2010/1902-12.

CAPÍTULO 4

DEFINIDA ‘FAVELA’:

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO ESTIGMA DE FAVELA NUMA LOCALIDADE

Cena quatro: *Morando num prédio na Barra da Tijuca, disse que tinha o costume de segurar a porta do elevador para os vizinhos e cumprimentá-los. Mas, cansado de não receber agradecimento ou respostas aos cumprimentos, parou também de fazê-lo. Lamentava, pois sabia que acabou adquirindo o que considerava um mau hábito dos vizinhos.*⁵⁵¹

‘Favela de cimento armado’

No decorrer destas quatro décadas de trajetória do conjunto, uma série de fatores, uns mais subjetivos (como a construção e percepção do estigma), outros mais objetivos (como o surgimento das ‘favelas’, a deterioração dos prédios, a descaracterização do conjunto), foram projetando a imagem da Cidade Alta como uma ‘*favela de cimento armado*’, termo bastante utilizado pelos moradores e consagrado no estudo da socióloga Denise Nonato do Nascimento. No dizer de um jovem cuja família se mudou de Queimados para lá há alguns anos: “*Da Cidade Alta eu gosto porque aqui é muito tranquilo de se morar, aqui é tudo perto. É uma favela tranquila.*”⁵⁵²

Sendo a condição de *favela* um termo depreciativo para um lugar que, na essência, é um conjunto habitacional (com seus conjuntos congêneres), esta condição jamais foi algo a ser reivindicado ou a ter seu sentido valorado positivamente pelos moradores, luta travada pelas organizações do movimento comunitário de favelas através do século XX. Aqui, ao contrário, *favela* é indubitavelmente uma *acusação* da qual os moradores tentam se esquivar e/ou transferi-la aos que, segundo critérios subjetivos e particulares de cada um, se enquadrem dentro de um determinado padrão construído por essas dialéticas relações entre os moradores da Cidade Alta e a sociedade na qual estão inseridos.

⁵⁵¹ História verídica contada ao pesquisador por um colega.

⁵⁵² Trabalho LA2010/1904-01

Assim, a relação que os moradores têm com o estigma e o lugar são parte fundamental do complexo, estruturando-o internamente a partir das leituras ‘exteriores’ feitas da Cidade Alta, e das disputas internas de como o termo favela é apreendido e *a quem* ou *a que* se aplica.

Os discursos em geral apontam três elementos que dão ‘características’ de favela à Cidade Alta (e/ou a tornaram uma), que grosso modo seriam: as ‘puxadas’, o tráfico e as ‘favelas’ no entorno, conforme vemos no relato de um morador original da Cidade Alta, removido de Manguinhos, quando responde o que teria mudado: “*Tudo! Há dez anos que os prédios não são pintados. Muitos puxadinhos. Hoje, não temos entradas: só temos becos. Esgotos a céu aberto, falta água demais. Fora os perigos que corremos. Continua sem melhoria nenhuma. Eu sei que vivemos nós, que prestamos, com quem não presta (...). Muitas favelas em volta, muito lixo jogado por todos os lados.*”⁵⁵³

Considerando que, entre 1980 e 2000, décadas de crise e desemprego no Brasil, o número da população favelada na cidade do Rio de Janeiro saltou de 705.874⁵⁵⁴ moradores para 1.092.476⁵⁵⁵. Isto se deu por uma série de fatores, entre eles a falta de produção de habitação e de um sistema de financiamento voltados para as classes mais pobres neste período, consagrado com o fim do BNH, em 1985; a ausência de um eficiente sistema de transportes coletivos na região metropolitana do Rio, além da concentração de renda e precarização do trabalho nestas décadas, que interferem diretamente no poder de aquisição da casa própria dentro do mercado formal de habitação.⁵⁵⁶

⁵⁵³ Trabalho GB2008/1004-04

⁵⁵⁴ TASCHNER, Suzana Pasternack. “Favelas e cortiços: Vinte anos de pesquisa urbana no Brasil”. *Cadernos IPPUR*. v. X, nº 2. ago/dez 1996. p. 89-115

⁵⁵⁵ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE / Base de informações por setores do Censo Demográfico 2000 – Tabulação IPP/DIG

⁵⁵⁶ Segundo os economistas CARDOSO Jr. e POCHMANN. “*Diante do cenário vivido pela economia brasileira na década de 80, nem é de estranhar que todos os grupos sociais tivessem piorado suas posições relativas na estrutura distributiva, com exceção dos grupos mais ricos, fazendo o índice de Gini atingir a inacreditável marca de 0,635 (excluindo os trabalhadores sem rendimento!) no último ano da década (...). Já na década de 90, no momento em que o tema da distribuição volta à agenda de discussão no Brasil, observa-se, em termos mundiais, a conformação de um novo formato de desenvolvimento econômico que tende a reforçar a exclusão social de grandes contingentes de população, mesmo nos*

Após considerarmos que estes fatores dificultaram de maneira relevante o acesso ao mercado formal de habitação para parcelas mais pobres da população, e daí a favela, não damos a questão por encerrada. Nos interessa compreender o processo pelo qual se forma (ou transforma) justamente a ‘favela’ como opção, e não outra qualquer possível forma de solução, da maneira que fosse.

Além disso, privilegiamos aqui a construção do estigma de favela, que não se dá exclusivamente em âmbito externo, nem tampouco interno, mas, muito pelo contrário, ocorre a partir das relações da Cidade Alta com o entorno e a cidade. Serão estes dois movimentos, ‘interno’ e ‘externo’, de construção, projeção e percepção do estigma de *favela* sobre a cidade Alta, que abordaremos neste último capítulo.

O estigma em espiral

As leituras de *favela* que os diversos atores fazem, morem ou não na Cidade Alta, não podem ser apreendidas meramente dentro de uma oposição *passado-futuro*, mas numa espiral, em que o estigma de favela sobre a Cidade Alta atravessa a trajetória do conjunto com mais ou menos força, a depender da época ou mesmo da visão que o(s) morador(es) tenha(m). As visões do local como favela é quase sempre determinada diretamente pela forma como se deu a inserção do morador no conjunto

Assim, para os moradores, a antítese *conjunto habitacional* X *favela* se dá tanto no *tempo* quanto no *espaço*.

No *tempo* porque a clivagem feita localmente se dá considerando a trajetória de favela do morador, a partir de sua origem numa ou não, por exemplo. Ou ainda, a trajetória do local de moradia (a unidade, o prédio, o conjunto ou a ‘favela’).

Ambas podem ser lidas como um elemento de *favelização* do complexo, quando nestes locais existem ‘puxadas’, ações informais e/ou ilegais (os chamados ‘gatos’, por exemplo), e ainda, a idéia de menor ou nenhuma organização por parte dos que moram ali, sendo visto como um lugar sem regras e que ‘se pode tudo’.

Dependendo do interlocutor, a favela pode ser um elemento do seu passado ou que foi se gestando lentamente no decorrer dos anos até se tornar (ou voltar a se tornar) uma realidade. Por outro viés, na medida em que a precariedade dos primeiros anos do conjunto, sem estrutura adequada e sem serviços, foi sendo superada, a Cidade Alta foi

adquirindo características que, na leitura dos moradores, dotavam-na de um aspecto de não-favela, onde suas necessidades básicas foram atendidas.

Até que a idéia de ‘desordem’ e/ou descaracterização do conjunto, e junto a isso, a erosão das relações de vizinhança, as quais os moradores são praticamente unânimes em apontar que a idéia do *desrespeito*, ou do mau-vizinho, que pode ser traduzida num individualismo exacerbado, conformam padrões de comportamento que são tidos como típicos de *favela*, incluindo aí a violência advinda do tráfico, ou melhor, a atuação nesse ou as relações que se estabeleçam com seus agentes.

Assim, para os *removidos*, a favela de origem deu lugar ao conjunto e apartamentos, ao mesmo tempo em que as facilidades de lazer, mercado de trabalho e serviços públicos (saúde, educação) localizadas no entorno da favela de origem, foram substituídas pela *distância* das antigas vida e mercado de trabalho, e a ausência de comércio, lazer e serviços. Que só lentamente foram surgindo ou sendo encontrados pelos removidos.

Como para os removidos a remoção significou a ida para um lugar apresentado como distinto da favela, esta diferença é marcada e defendida em seus discursos como uma maneira de não reforçar a idéia de que ‘a favela’ o acompanhou. Para Dona Margarida, então, a Cidade Alta não é uma favela: “*Saí da favela! Classe pobre, mas... aquela coisa da dignidade. Aqui havia uma possibilidade de melhorar. (...) Por mais desprezo que as pessoas sintam da Cidade Alta, por mais que falem dela. (...) Tanto é que eu não vejo a Cidade Alta como favela. Aqui não é favela! Aqui é um bairro pobre.*”⁵⁵⁷ Para outra moradora ainda, que veio da Praia do Pinto quando criança, a Cidade Alta “*não é e nunca foi uma favela. Porque, como proprietária de um apartamento, vi minha mãe pagar 240 prestações da CEHAB.*”⁵⁵⁸

Já para os moradores originais *não-removidos*, o apartamento significou, quase sempre, a conquista da casa própria e, neste caso sim, da ‘promoção à condição de proprietário’, pois era uma opção em que seus custos e vantagens já tinham sido pensados pelo morador. Sendo que, para esses, não havia a condição de precariedade da favela anterior como parâmetro de comparação, ou mesmo nos casos em que a moradia anterior fosse uma favela, era naturalmente a superação daquilo que se esperava encontrar no conjunto, sem os inevitáveis ‘choques’ vividos pelos removidos.

⁵⁵⁷ Depoimento de Maria Margarida Nonato do Nascimento, em 26/08/2008.

⁵⁵⁸ Trabalho GB2007/1002-02.

Nos casos dos não-removidos que se mudaram ao longo da trajetória do conjunto, ao mesmo tempo em que encontraram uma maior infra-estrutura, encontraram mais ‘consolidado’ o processo de estigmatização da Cidade Alta como favela, por ser partilhado por mais atores, como o Estado, por exemplo.

No *espaço*, temos as disputas simbólicas em torno da concepção do que integra a Cidade Alta, das suas divisões e subdivisões, do que e quais seriam os componentes da Cidade Alta. Em que a idéia de ser ou não *favela* é o principal mote desta disputa.

Dentro da Cidade Alta, vemos divisões entre conjuntos habitacionais, com hierarquias estabelecidas, aceitas ou não por todos. Moradores do Porto Velho podem considerar como *favelados* a maioria dos moradores da Cidade Alta, assim como são considerados igualmente pelo vizinho Vista Mar. Os moradores desse, cercado por dois conjuntos para removidos, marcam suas diferenças como não se relacionando em nada com o programa da CHISAM, e consequentemente, com o histórico de *favela* na sua origem, bem como a manutenção do formato original do conjunto, o valor do condomínio e as regras estabelecidas são elementos que indicam o Vista Mar ser um *condomínio*, como é ressaltado pela Administração deste e pelos moradores.



Acima, a rua que separa o conjunto Vista Mar, à esquerda, da Cidade Alta, à direita. Ao fundo, o Pão de Açúcar. Foto tirada pela pesquisa.

Expressões comuns que designam essas barreiras simbólicas para se referirem à Cidade Alta como ‘lá pra dentro’ ou ‘lá em cima’. Ou há aqueles que consideram os três conjuntos como ‘iguais’, mesmo que entre estes, alguns declarem que esta igualdade é acompanhada de algumas diferenças.

Os diversos moradores dos três conjuntos habitacionais podem referir-se com um tom bastante crítico a determinados comportamentos, ações e atitudes dos moradores das ‘favelas’ do entorno da Cidade Alta, de quem fazem questão de se diferenciar.

E se o próprio termo ‘favela’ para estas localidades em si já carrega um sentido, é tarefa bastante difícil achar termo melhor que possibilitasse uma distinção destas em relação ao *bairro* de Cordovil. Neste caso, ruas e partes contíguas à Cidade Alta, por antiguidade, são notadamente auto-referenciadas como o ‘bairro de Cordovil’, ainda que os moradores usufruam dos mesmos serviços, tais como os das favelas, como escolas, comércio e transporte da Cidade Alta, mas que fazem questão de marcar as fronteiras simbólicas que existem entre eles, bairro de Cordovil, e a Cidade Alta (como um todo).

E cada morador deste pode considerar seu vizinho de porta como *favelado*, desde que a acusação possa servir como um rebaixamento do outro e/ou promoção de si. E este mesmo pode, igualmente como seu(s) vizinho(s), ser considerado favelado por setores da sociedade.

As diferenças internas do conjunto da Cidade Alta são ilustradas por Rossino, ex-presidente da Ama-Alta: “*A Cidade Alta, eu posso dizer assim: tem parte que é Cordovil e tem parte que é Copacabana. No sentido do melhoramento do prédio. Você vai entrar em prédio aí que a escada ainda é antiga, é aquele cimento grosso. E você vai passar em prédio que é todo bonitinho. Tem portão, tem piso. Esse é onde a gente diz que é organizado, que é o lado Copacabana. Mas tem o lado Cordovil!*”⁵⁵⁹

Samuel Gomes quando se casou, saiu do apartamento dos pais e comprou outro na Cidade Alta, destacando também que procurou um edifício melhor: “*Tinha um dinheiro guardado, era só eu e minha esposa e a gente conseguiu apartamento num edifício que era legal. Você tem poucos edifícios assim agora. A maioria está nesse ‘processo’. Então, o prédio tinha condomínio, as escadas bonitinhas. Era o Edifício Méier. Ele tinha uma certa organização.*”⁵⁶⁰

⁵⁵⁹ Depoimento de Rossino Castro Diniz à pesquisa no dia 21/12/2009.

⁵⁶⁰ Depoimento de Samuel Gomes de Souza à pesquisa no dia 26/01/2011.



À direita, lado 'Copacabana'. À esquerda, lado 'Cordovil'. Fotos tiradas em 2004 por Wellington Silva da Conceição, a partir de depoimento similar ao da pesquisa dado por Rossino.

A fala de Dona Nádia, moradora do Antonio de Salema, é representativa da visão que muitos moradores de Cordovil têm sobre os moradores da Cidade Alta, que são vistos majoritariamente como ex-favelados, e sendo assim, os principais responsáveis pela favelização do complexo e do entorno, ilustrando bem o modo como se internalizam as visões construídas sobre os removido a partir do estigma. Falando sobre quando soube a quem a construção da Cidade Alta se destinava, Dona Nádia disse: *“A gente sabia que era pra um pessoal removido da favela do Pinto, Praia do Pinto, lá da Gávea... Lagoa! Eles vinham para cá. Mas aí o que eles fizeram? Compraram o apartamento aí em cima...Comprou não, que eles deram para o pessoal vir. E a pessoa começou a vender o apartamento para fazer barraco! (...) Até que na época [seus vizinhos do Antonio de Salema] não se falou nada não. Porque era um pessoal de lá, que vinha da Zona Sul também, ninguém sabia o que que isso ia ser. Podia ser um condomínio. De repente, podia ser igual aqui.”*⁵⁶¹

Um grupo de jovens respondeu em seu trabalho escolar o que a Cidade Alta seria para eles, sintetizando toda a discussão existente sobre o lugar: *“A Cidade Alta é um conjunto habitacional, visto pelo governo e pelos moradores como favela, assim*

⁵⁶¹ Depoimento conjunto de Nádia Lourenço e Raimundo Nonato de Lima à pesquisa, em 10/09/2010.

como a Divinéia, Pica-Pau, Cambuci e Serra Pelada.”⁵⁶² Vale dizer que este trabalho é anterior à fase da pesquisa propriamente dita, e serve para exemplificar as questões que a guiaram desde seu início.

Visões do Estado

Atualmente, dentro do Estado, encontramos certa indefinição sobre a condição da Cidade Alta, existindo múltiplas e contraditórias visões por diferentes esferas ou mesmo entre instâncias no mesmo nível de governo.

A partir do ano de 2009, a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro lançou o programa *Escolas do Amanhã*, em escolas, que segundo a secretária de Educação, se localizariam em “áreas às quais a violência é uma presença cotidiana na vida de milhares de crianças e jovens, para os quais aprender é um desafio constante, e as taxas de abandono escolar são mais do que o dobro das demais regiões do Rio. Poderíamos lavar as mãos e dizer que isso foge ao controle ou ao espaço de

governabilidade de uma secretaria da Educação.”⁵⁶³

Vale dizer que em todo texto da secretária, a palavra *favela* não aparece em nenhum momento. Mas na lista da Secretaria de quais escolas serão atendidas no projeto, as quatro escolas da Cidade Alta com ensino fundamental estão incluídas, sendo classificadas dentro dos seguintes itens: Bairro: Cordovil; Comunidade atendida: Cidade Alta; e por último, constando como



⁵⁶² Trabalho GB2006/2002-01.

⁵⁶³ COSTIN, Claudia. “*Escolas para sempre*”. Orientações da Secretaria Municipal de Educação - Rio de Janeiro para o programa *Escolas do Amanhã*. <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?article-id=121069>. Acessado em 24/08/2010

Situadas dentro de favelas (a outra opção seria *No entorno de favelas*)⁵⁶⁴, marcando assim o reconhecimento oficial de um órgão do Estado da condição da Cidade Alta como favela.

Vemos que pelo próprio Governo do Estado esta condição também não se dá de maneira uniforme. No ano de 2010, a CEHAB-RJ, órgão do governo do Estado, refez as pinturas das fachadas dos prédios, tanto do conjunto da Cidade Alta quanto do Porto Velho, reafirmando a condição de conjunto habitacional destes, sintomaticamente tratados como um único conjunto na placa localizada na entrada principal do conjunto e mostrada na foto ao lado.

No entanto, segundo reportagem do jornal O Dia, outro órgão do governo estadual, a Secretaria de Segurança Pública, incluiu a Cidade Alta na “lista de comunidades” a receberem uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)⁵⁶⁵, que atualmente (2010) é a principal ação do Estado em segurança pública, que segundo o Governador Sergio Cabral as UPPs “*nos tem permitido retomar territórios antes dominados por organizações criminosas*”⁵⁶⁶ Se verídica a notícia veiculada pelo jornal O Dia, vemos que a Secretaria de Segurança Pública estadual considera a Cidade Alta um desses territórios, com todas as implicações advindas desse fato.

A condição da Cidade Alta como favela também aparece na imprensa, não de maneira uniforme, como veremos. Assim, vemos no portal G1 a seguinte notícia: “*O comandante da Polícia Militar do Rio, coronel Ubiratan Ângelo, disse que está sendo investigado o uso de um carro blindado da PM - conhecido como Caveirão - na invasão de milicianos na favela da Cidade Alta, em Cordovil, no subúrbio do Rio*”⁵⁶⁷. Em outro jornal, porém, ao serem anunciados os beneficiados pelo *Projeto Bairro Maravilha*, da Prefeitura, a Cidade Alta figurou como um bairro: “*Outros bairros beneficiados serão Cidade Alta, Parada de Lucas e Cordovil.*”⁵⁶⁸

⁵⁶⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO/ SME. *Listagem das Escolas do Amanhã*. 2009.

⁵⁶⁵ “Plano para ocupar 37 favelas da cidade” *O Dia*, 05/11/2009.

⁵⁶⁶ “Governador mostra transformação da segurança a investidores estrangeiros” *Núcleo de Imprensa do Governo do Estado* (<http://www.governo.rj.gov.br/noticias.asp?N=61994>) 18/12/2010.

⁵⁶⁷ “PM investiga uso do blindado 'Caveirão' em apoio a milicianos no subúrbio” *Portal G1* <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL4086-5606,00.html> – Consultado em 05/02/07.

⁵⁶⁸ “Programa Bairro Maravilha prevê investimento de R\$ 99 milhões” *Extra*, 08/12/2009.

O tratamento da Cidade Alta como *favela* por parte do Estado, geralmente acompanhado do entendimento dela como um complexo, é fruto de um longo processo polifônico e que, longe de ser consensual, é uma intensa disputa simbólica sobre identidades, no qual diversos atores foram construindo, reforçando, refutando o estigma de *favela* da Cidade Alta e de seus componentes.

Mostra de quão dialético é este processo, está no depoimento de Rossino, que foi presidente da Ama-Alta, ao explicar o porquê da associação ter se filiado à Faferj: *“Porque isso aqui não era uma favela. Mas a Cidade Alta tinha uma associação cheia de problemas, de demandas, iguais ao de uma favela! Por isso que ela passou a militar dentro da Faferj. Porque as cobranças [ao poder público] eram tudo cobrança de favela. As reivindicações eram as mesmas do morador de favela: esgoto, iluminação, lixo...E ser ‘favela’ trouxe programas sociais para a Cidade Alta. Você está me entendendo? Os programas são demandas ‘de favela’.”*

De tal modo que, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a execução do Programa Primeiro Emprego, criado pelo Governo Federal em 2005, foi realizada no campus da Ação Comunitária na Cidade Alta, onde funcionaram as oficinas do programa que, segundo a ACB-RJ, visava atuar *“junto ao público jovem, em situação de vulnerabilidade pessoal e risco social, em especial, nos locais em que o Estado tradicionalmente não chega.”*⁵⁶⁹

Mas sendo a Cidade Alta e o Porto Velho conjuntos construídos pelo Estado, é possível pensar em ‘ausência’ desse? Idéia essa que, mesmo para as favelas no sentido estrito do termo (as auto-reconhecidas e reconhecidas pelo Estado), é bastante discutível, haja visto a presença de diversos órgãos ou organizações com atuações em favela, ainda que muitas vezes de maneira efêmera, desde os tempos da Fundação Leão XIII, na década de 1940, a Cruzada São Sebastião na década de 1950, o Serfha de José Artur Rios no início da década de 1960, entre outros. Problematicar essa ‘ausência’, no entanto, não significa dizer que o Estado sempre teve uma presença constante e efetiva em todas as partes da cidade, indiscriminadamente.

De qualquer modo, as representações de *ausência* ou *abandono* do Estado são bastante fortes por parte dos moradores, a ponto de serem endossadas num programa do Governo Federal. Como vemos no depoimento de Ney, que imputa ao Estado a responsabilidade pelo aumento da violência no local: *“Ah, eu acho que começou a*

⁵⁶⁹ Sítio eletrônico da ACB-RJ: <http://acb.acbrj.org.br/> Consultado em 08/01/2011

*aumentar quando o poder público abandonou os morros, as favelas... Abandonou a classe baixa, né?”*⁵⁷⁰ Rossino diz que “*A Cidade Alta é um conjunto habitacional. Mas foi se transformando numa favela, num lixão. O poder público não dá muita atenção.*”

Já em um trabalho feito por alunos do Colégio Guiné-Bissau, a frase de uma moradora removida da Praia do Pinto resume o sentimento de muitos: “*Hoje, a Cidade Alta é a imagem do abandono e violência.*”⁵⁷¹ Manoel Gomes, em seu depoimento, compara as distinções de tratamento entre a Cidade Alta como **favela** e os bairros da Zona Sul: “*Eu vejo Cidade Alta hoje como uma favela de concreto armado. É o abandono do serviço público. (...) Eu vejo ela como uma favela por causa disso. Porque se você for hoje lá na Zona Sul, você vai ver bancos funcionando, você vai ver clínicas, tem praças adequadas, tem praças com guaritas, com guardas dando assistência, tem delegacia, tem todo um serviço social auxiliando aquelas pessoas que lá estão. E nós aqui estamos totalmente abandonados.*”⁵⁷²

É preciso considerar que esta leitura da Cidade Alta como favela e de *abandono* do Estado foi sendo estruturada ao longo dos anos a partir de posturas tomadas por ele, que a possibilitaram, tais como a demora em criar equipamentos comunitários no conjunto. Sintomaticamente, o ex-líder comunitário Carlinhos, removido ainda criança do Parque Proletário da Gávea, lembrou que um dos primeiros serviços do Estado na comunidade foi a instalação do Posto Policial, feito antes das escolas ou do posto de saúde.

O arquiteto e ex-diretor da COHAB, Giuseppe Badolatto, corrobora a visão de que parte do fracasso do programa de remoções de favelas, tanto as feitas por Carlos Lacerda quanto as da CHISAM, refletido no atual estado de muitos conjuntos habitacionais, tidos como favelas, foi devido ao fato de que estes conjuntos não receberam jamais o devido acompanhamento após sua instalação: “*O que prejudicou esse programa foi exatamente a não-continuidade, a não-intervenção do Estado reconhecendo esses núcleos como parte da cidade. A própria prefeitura nunca integrou esses núcleos à vida da cidade. Por isso que eles se deterioraram! Tem que ser olhado nesse ângulo. Não pode ser olhado como ‘ele começou com base errada’... Qualquer*

⁵⁷⁰ Depoimento de Elcio Silva Sobrinho (Ney) à pesquisa no dia 14/05/2009

⁵⁷¹ Trabalho GB2008/1001-01.

⁵⁷² Depoimento de Manoel Gomes de Oliveira à pesquisa no dia 27/05/2009.

*núcleo! Se você comprou uma casa e passa vinte anos sem fazer nada, ela acaba caindo!”*⁵⁷³

Na imprensa, no decorrer da década de 1970, eram comuns reportagens sobre o estado de abandono dos conjuntos da Cohab e que em pouco diferiam das favelas que o programa da CHISAM visava acabar: *“O conjunto da Cohab, na Estrada do Quitungo, foi concluído há menos de cinco anos e hoje, difere pouco da favela da Mangueirinha, que se espreme em um dos lados, vizinha ao conjunto. O arruamento que divide os 43 blocos de apartamentos se divide entre o mato, os valões por onde correm os esgotos, e os monturos de lixo. (...) os casos de hepatites são freqüentes em função dos contínuos entupimentos de esgotos que acabam sendo despejados nas ruas e calçadas. O calor é intenso e não há uma só árvore plantada. As caçambas de lixo transbordam para o chão e o lixo não é recolhido. Não existem quadras de esportes, campos de futebol ou área livres cuidadas.”*⁵⁷⁴

Em fins da década de 1970, esses problemas também começaram a ser objeto de estudos acadêmicos, dentre eles os estudos de Janice Perlman (*O mito da marginalidade*) e Lícia Valladares (*Passa-se uma casa*), que temos citado ao longo deste estudo. Numa matéria do jornal O Globo, sobre o livro de Valladares, o programa da CHISAM é tido como um *“equivoco dos que supunham que a simples remoção, freqüentemente feita de forma violenta, resolveria o problema de urbanização da cidade. Não resolveu. Esta população removida não queria e nem podia se mudar.”*⁵⁷⁵ O resto da matéria, de página inteira, faz um resumo das teses apresentadas por Valladares: a alta inadimplência dos moradores, o processo de ‘passar a casa’ e o retorno à favela; as quais a validade (no todo ou em parte) discutimos nos dois capítulos anteriores. Atemos-nos aqui à repercussão, cinco anos após a extinção da CHISAM, do fracasso do programa tanto em acabar com as favelas na cidade, (ao contrário, elas aumentaram em número e em população), quanto em promover uma melhoria das condições de vida dos removidos nos conjuntos.

A fala a seguir do Pastor Guaracy é um bom exemplo de que a idéia do ‘abandono’ é acompanhada pela responsabilização do Estado sobre o processo de

⁵⁷³ Primeiro depoimento de Giuseppe Badolatto, em 17/09/2010.

⁵⁷⁴ “Lixo e esgoto fazem moradores do Quitungo querer favela abandonada” *Jornal do Brasil*, 08/04/1973.

⁵⁷⁵ “Das favelas para os conjuntos. E, nos conjuntos, novas favelas” *O Globo*, 31/03/1978.

favelização da Cidade Alta, através de diversos elementos, como a falta de planejamento na acomodação dos removidos e a falta de manutenção do conjunto e dos prédios: “O governo também não ajudou: jogou as pessoas e acabou. Não deu, não fez um acompanhamento. Você vê que para reformar o conjunto de anos em anos... Só reforma em época de eleições. Aí dá aquela paliativa, né? Faz uma pintura sem vergonha para ganhar eleição e acabou. Então, a Cidade Alta mudou e aí começaram as invasões. As pessoas começaram a negociar os apartamentos. Sabia que não tinha condições: ‘Ah, você vai, toma o meu apartamento e me dá tanto’ e começaram a invadir as áreas periféricas. Vendia apartamento a preço de banana e invadia as áreas periféricas e fazia as casinhas aí conforme nós vemos aí, essas... Tudo rodeado agora, né? São pessoas que moravam, que tinham apartamentos.”⁵⁷⁶

Devemos considerar, no entanto, que a COHAB/CEHAB esteve presente de maneira permanente durante boa parte do início da Cidade Alta. Numa série de reportagens que Guida Nunes fez para o jornal O Dia, a repórter visitou a Cidade Alta em outubro de 1973. Com o título “Os dramas de uma cidade”, a reportagem elenca como a principal queixa dos moradores a ameaça de despejo que muitos sofriam por parte da ‘Administração’ (como era conhecido o escritório local da COHAB) por conta da inadimplência.⁵⁷⁷

Pela reportagem, percebemos que essa presença era muito mais coercitiva, no sentido de cobrar as prestações dos moradores e de ameaçá-los com o despejo (o que não raro se concretizava), do que na resolução de problemas como vazamentos e infiltrações nos prédios e calçadas do conjunto que, de acordo com a reportagem, a Administração se esquivava de solucionar alegando não ter verbas para consertos por conta da alta inadimplência. Assim, para Manoel Gomes, conforme seu relato oral, a Administração acabou fechando quando passou a receber queixas dos moradores sobre problemas nos prédios e apartamentos: “Então nós chegamos pra cá e a Administração, a única administração que tinha era da COHAB. E ela foi extinta depois que começou a virar ponto de referência das pessoas reclamarem: de falta de manutenção, alguns danos que ainda existiam dentro dos apartamentos... Enquanto estavam cobrando carnê, ela existiu. Depois, ela foi extinta.”

⁵⁷⁶ Depoimento de Guaracy Costa à pesquisa no dia 14/10/2009.

⁵⁷⁷ NUNES, Guida. *Rio, Metrópole de 300 favelas*. Petrópolis: Vozes, 1976.

Esse discurso seria muitas e muitas vezes repetido pelas agências e concessionárias de serviços públicos na Cidade Alta, imputando à parte dos moradores a responsabilidade pela má qualidade dos serviços, seja pelos ‘gatos’, seja pela inadimplência no pagamento das contas, no que todos são tratados indistintamente como responsáveis ou, no mínimo, coniventes com práticas ilegais e que, portanto, devem assumir o ônus de não terem um serviço público de qualidade, pois não fariam jus a esse.

Isso constitui um forte elemento de erosão da sociabilidade na Cidade Alta, em que o estigma de favelado toma forma não apenas como fator de diferenciação social, mas de responsabilização direta de alguns pelo ‘atual estado de coisas’ no conjunto e no complexo. Pois, para muitos moradores, a Cidade Alta teria se tornado *favela* por nela morarem ‘favelados’, e estes, através de suas posturas, a teriam transformado numa.

Nesta linha de pensamento, invertem-se os argumentos do programa remocionista do meio (favela) como condicionador do morador. É o morador que transforma o meio em que vive, a partir de uma série de atitudes em relação ao conjunto e ao complexo. Daí nasce o estigma em escala local, a partir do arquétipo de favelado construído na sociedade e que passa a ser aplicado a um tipo de morador com determinado tipo de comportamento ou atitude.

Novamente, recorrendo ao depoimento de Rossino, que morou na Divinéia e na época da pesquisa estava morando no conjunto da Cidade Alta, disse sobre a discriminação que havia entre os moradores do conjunto para com os das ‘favelas’, desde o surgimento destas: *“Até hoje tem discriminação. Da parte dos próprios moradores. O próprio morador discrimina o outro. Por que o que acontece? A água [da Divinéia] era tudo puxado aqui da Cidade Alta e toda vez que a gente ia puxar água daqui para o Parque Proletário de Cordovil tinha briga com os moradores daqui. Os moradores não deixavam, porque diziam que pagavam a água e que aquilo era ilegal. Mas numa comunidade? O que tem de ilegal numa comunidade? Uma comunidade que estava nascendo naquele momento?”*

As ‘favelas’ da Cidade Alta

O surgimento ou crescimento das favelas no entorno da Cidade Alta é um dos principais elementos da idéia de *favelização* do complexo, através de dois vieses.

O primeiro é pela presença física em si de localidades em que as habitações eram constituídas de material precário e, no início, sem serviços públicos. Acrescente-se a isso o rápido crescimento que elas tiveram, principalmente nas duas últimas décadas.

A moradora removida da Praia do Pinto, cuja frase remetia à imagem de *abandono* da Cidade Alta, relaciona este a uma noção de ‘degradação’ do conjunto, no que, segundo ela, as favelas seriam elemento fundamental: “*A Cidade Alta é nada mais que um conjunto habitacional cercado por favelas.*”⁵⁷⁸

Dona Nádia, durante seu depoimento, apontou para a encosta entre seu conjunto e a Cidade Alta, vista de sua janela, estando integralmente ocupada com barracos/casas: “*Começaram a construir aqui... ali do lado... Isso aqui era um barranco! Não tinha casa, não tinha nada. Era só morro mesmo.*”

No trabalho de um grupo de jovens do Ensino Médio, feito em 2007, eles apresentaram uma breve memória de como as favelas teriam surgido e colocando este processo como uma noção de ‘piora’ na Cidade Alta, junto com o incremento do tráfico e da violência: “*Para piorar a situação, surgiu a primeira favela ao redor do conjunto habitacional conhecida como Divinéia começando com um, dois, três barracos e deu numa favela de aproximadamente 500 barracos. Logo depois, próximo à praça da Rua Ponto Chique, havia um terreno que diziam pertencer à Marinha, foram feitos barracos, que vieram a ser pelo menos umas três vezes derrubados, mas com a insistência conseguiram formar a favela que tinha levado o nome de Reino de Avilã, devido à novela que passava na época chamada ‘Que rei sou eu?’, hoje só se chama Avilã.*”⁵⁷⁹

Rossino lembra da precariedade dos primeiros anos da Divinéia (que ele chama de Parque Proletário de Cordovil), onde morou naqueles primeiros anos da comunidade: “*Naquela época não tinha iluminação direito na comunidade, faltava água... era a época das biquinhas e as pessoas carregavam a lata d’água na cabeça.*”

O outro viés foi a falta de serviços públicos nestas favelas, de modo que estrutura destes serviços instalada na Cidade Alta foi sendo utilizada pelos moradores das favelas, ‘inaugurando’ assim, dentro do complexo, as práticas do uso destes serviços públicos pela via da informalidade, como foi exemplificado no depoimento de Rossino pouco acima.

⁵⁷⁸ Trabalho GB2008/1001-01.

⁵⁷⁹ Trabalho GB2007/1001-02. Sobre a Avilã ser ou não uma favela à parte, ver Introdução.



Divinéia (ou Parque Proletário de Cordovil), delimitada pela linha branca. Na parte de cima, do meio para esquerda, a Cidade Alta - Foto de 2008, do Sabren.

Como vimos no capítulo anterior, de acordo com a tradição oral do complexo, a primeira favela foi o Parque Proletário de Cordovil/Divinéia, surgida a partir de removidos da Cidade Alta inadimplentes, embora no cadastro de favelas e similares do Instituto Pereira Passos (ex-IplanRio) de 1981⁵⁸⁰, que se transformou posteriormente no Sistema de Assentamentos de Baixos Ingressos (Sabren)⁵⁸¹, os relatos sejam controversos.

No cadastro de 1981, encontramos informações de que a ocupação iniciou-se em 1971, embora nesse mesmo cadastro, o histórico da comunidade aponte que a segunda moradora fosse uma pessoa vinda de Benfica e que servia refeições aos operários da construção do conjunto, antes de 1969, portanto. Já no cadastro mais recente, disponível na internet, é dito que o Parque Proletário de Cordovil surgiu em 1973, sem esclarecer como se deu a origem da favela e se, no caso, tem alguma relação com os *removidos* da

⁵⁸⁰ Segundo dados do Cadastro de Favelas do Iplan-Rio/IPP de 1981, consultados em 1993 pela socióloga Denise Nonato, que gentilmente os cedeu à nossa pesquisa.

⁵⁸¹ Cadastro do SABREN - Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP): ver www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.

Cidade Alta. A favela se localiza atrás da Igreja do Bonfim, ao fim da rua principal do conjunto.

Este cadastro de 1981, uma das mais profundas pesquisas sobre favelas, seu cotidiano e a realidade destas, feitas pelo Estado até então, nos é bastante relevante, pois traça um quadro destas ‘favelas’ da Cidade Alta em seus primeiros anos de existência, destacando-se a precariedade das habitações e da infra-estrutura dos serviços públicos, bem como da Cidade Alta como



Visita do padre e leigos da Igreja do Bonfim à Divinéia. Início da década de 1980. Foto do acervo da Paróquia do Bonfim

um todo na sua primeira década de existência.

Nesse cadastro de 1981 consta que, em relação ao emprego “a maioria dos moradores trabalha longe, devido à oferta de emprego nas redondezas ser pequena.”⁵⁸² Também a descrição das moradias reforçam a imagem clássica da Divinéia como um ambiente da precariedade: “A maior parte das casas é de madeira usada. Os barracos estão, em sua maioria, em estado precário.”⁵⁸³

O mesmo é válido em relação à coleta de esgoto, que “é constituído de duas valas abertas que recebem esgotamento de valetas, além de correr também a céu aberto.”⁵⁸⁴ Constando ainda que ele funciona de modo “ruim, com problemas de mau cheiro, proliferação de insetos. Quando chove, as valas entopem e o esgoto transborda,

⁵⁸² Cadastro de Favelas do Iplan-Rio/IPP de 1981.

⁵⁸³ *Idem.*

⁵⁸⁴ *Idem.*

*entrando nas casas.”*⁵⁸⁵. Indicando ainda a necessidade da contenção de encostas em alguns pontos “*porque quando chove há problemas de desabamento de terras.*”⁵⁸⁶

Em relação a outros serviços públicos, a Divinéia seguiu o padrão de outras favelas em que a organização comunitária foi fundamental para prover o local com uma infra-estrutura mínima, numa época em que a urbanização de favelas ainda não havia se transformado em política de Estado. Sem ter sido dotada de uma infra-estrutura própria, aos moradores da Divinéia restou ‘buscá-la’ onde ela estava mais acessível: nos seus vizinhos imediatos, o bairro de Cordovil e o conjunto da Cidade Alta. Consta no cadastro que “*a água que abastece a favela vem da Igreja Senhor do Bonfim, e foi cedida pelo padre aos moradores. A manutenção é feita pelos moradores. Mais ou menos 50% possuem água em casa.*” Constando ainda que “*a água costuma faltar no verão e à noite.*”⁵⁸⁷. O mesmo é válido para a eletricidade, vindo de uma rua vizinha à favela “*de onde foi puxado um ‘gato’. O serviço foi feito pela AM [associação de moradores].*” E a qualidade deste é descrita como regular, em que “*a voltagem cai muito, principalmente à noite.*”⁵⁸⁸

Também não havia serviço de coleta de lixo, sendo a eliminação de detritos feita através da queima ou amontoados em terrenos vazios na favela, no que ocasionava a proliferação de ratos e insetos. Quanto à propriedade da terra, os moradores mais antigos diziam que ela pertencia a um casal de portugueses, sem que o terreno da favela jamais tivesse sido reclamado até aquele momento (não encontramos referência de o ter sido depois.)⁵⁸⁹

No entanto, o relatório indica que toda a estrutura de equipamentos comunitários e serviços dos conjuntos, como escolas, posto de saúde e o supermercado, são amplamente utilizados pelos moradores da Divinéia. Sendo compartilhados inclusive alguns dos problemas destes serviços. Como, por exemplo, no caso da E. M. Raul Pederneiras, consta que a escola, por não contar com faxineiros, tinha a faxina feita pelos próprios alunos.

⁵⁸⁵ *Idem.*

⁵⁸⁶ *Idem*

⁵⁸⁷ *Idem.*

⁵⁸⁸ *Idem.*

⁵⁸⁹ *Idem.*

E comparando os dois cadastros, vemos que de 1981 a 2000 (dados do Censo 2000 – IBGE) o número de domicílios foi multiplicado por quatro, eram 40 unidades no primeiro cadastro e 165 no segundo⁵⁹⁰, corroborando a leitura que muitos moradores fazem do processo de *favelização* da Cidade Alta a partir do surgimento e intenso crescimento das favelas no entorno do conjunto.

A segunda ‘favela’ que abrangemos em nosso estudo é a Vila Cambuci. Muitos moradores, tanto do complexo quanto o da favela em questão, consideram que o que é tratado apenas como a Cambuci seriam na verdade duas favelas, sendo uma a Cambuci propriamente dita, que seria a parte localizada mais próximo da Avenida Brasil, enquanto a outra (e maior) parte seria chamada de *Avilã*. Essa divisão não é oficial, existindo no SABREN apenas a Vila Cambuci (ou Cambuci). Também as instituições que atuam na Cidade Alta, como a ACB-RJ ou igrejas, costumam tratar a Cambuci



como uma única favela. Embora muitos moradores, principalmente os mais jovens,

⁵⁹⁰ SABREN - Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP): ver www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.

destacam uma identidade própria da Avilã. De qualquer forma, as trataremos aqui como uma única favela.

No cadastro de 1981, cujas informações foram obtidas por moradores entrevistados, consta que o surgimento da favela se deu em 1970, quando a primeira moradora “*veio de Bonsucesso, para morar perto do filho que havia feito uma tendinha próxima a Cidade Alta. O barraco foi feito num terreno vazio, na Rua Cambuci, que segundo a entrevistada, pertencia a um banco [O BNH, talvez?], cujo nome não soube dizer e que cedeu este espaço para que eles pudessem construir. A partir daí, começaram a chegar outros moradores, dando-se a formação da favela.*”⁵⁹¹ Este relato vai ao encontro da memória coletiva da Cidade Alta, ainda que com menos intensidade que no caso da favela anterior, fazendo referência desta também ter surgido por ex-removidos que passaram o apartamento.

Em ambos os cadastros, diz-se que o crescimento da favela foi incrementado a partir de 1977, através da ocupação da encosta da Cidade Alta às margens da Rua Ponto Chique, fazendo com que a favela seja chamada, ainda que numa escala pequena, também por esse nome.

Uma peculiaridade no cadastro de 1981 é que há uma nota dizendo que os pesquisadores encontraram, inicialmente, bastante resistência em encontrar respostas devido aos moradores pensarem que se trataria de uma pesquisa que antecederia a remoção, tendo que se desfazer primeiro esta impressão para conseguir respostas. Tal resistência nos leva a pensar se ela se deveu a traumas dos que já haviam passado pela experiência da remoção.

Sobre aspectos físicos da favela, é dito que “*existe predominância de barracos de madeira usada, havendo poucas casas de alvenaria, em estado bastante precário.*”⁵⁹² Seus moradores, muitos deles desempregados, trabalhavam na construção civil ou em fábricas distantes da favela. Ainda segundo as descrições da favela, não havia qualquer forma de identificação das casas, que “*não são numeradas, nem mesmo pelos moradores.*” Sendo dito ainda que “*a circulação na favela é difícil devido à forma desordenada como foram construídas as habitações.*” Quanto ao sistema de esgoto, o

Vila Cambuci, delimitada pela linha branca: conurbada com a Serra Pelada, à esquerda no canto inferior. Localizada entre a Estrada do Porto Velho, com as antigas casas do bairro de Cordovil, e a Cidade Alta, é a maior favela do complexo. Para alguns, as casas que ficam a partir do ponto em que a favela se estreita (indicada pela seta), seria a favela da Avilã. Foto do SABREN.

____ Cadastro de Favelas Iplan-Rio/IPP. 1981.

⁵⁹² *Idem.*

sistema “*se constitui em duas valas abertas*” que foram implantadas pelos moradores e que apenas as moradias ao longo delas se utilizam do sistema, “*no restante o esgoto é a céu aberto.*”⁵⁹³

Sobre a infra-estrutura, segue-se o mesmo padrão da favela anterior, exceto o papel desempenhado por uma associação de moradores própria, que na Divinéia foi organizada enquanto que na Cambuci nunca o foi. Assim, os moradores “*fizeram a ligação da água através da rede que abastece o conjunto habitacional da Cidade Alta. Esta ligação foi feita individualmente, de forma não oficial.*”⁵⁹⁴ Constando ainda que “*quase todos os moradores têm água em casa.*”. Sobre a energia elétrica, não havia ligação oficial, sendo que “*os entrevistados não quiseram dizer de onde ela é puxada.*” Também não havia coleta regular de lixo na favela, sendo o lixo jogado num “*terreno baldio ao lado da favela e ao longo do caminho interno que parte da Rua Cambuci*”⁵⁹⁵ Quanto ao uso de serviços e comércio, além da estrutura existente na Estrada do Porto Velho_ que circunvizinha a favela, novamente reproduz-se o padrão da Divinéia, com os moradores da Cambuci utilizando o mercado, as escolas e o posto de saúde da Cidade Alta, destacando-se que, quanto à qualidade do atendimento deste último, há um registro mais contundente do que na favela anterior (lembrando que o posto atendia a todo o complexo) sendo considerado ruim: “*O atendimento é deficiente, existindo um único estabelecimento que, além de pequeno, é insuficiente para o número de pessoas.*”⁵⁹⁶

Enquanto na Divinéia os moradores diziam que não recebiam nenhum atendimento do posto policial localizado na Cidade Alta, na Cambuci esse atendimento ocorria, ainda que de maneira muito precária, visto os policiais demorarem muito a atenderem solicitações.

De 1981 a 2000, a Vila Cambuci teve um ritmo de crescimento menor que o da Divinéia, embora aquela tivesse partido de um número maior de moradores em 1981:

⁵⁹³ *Idem.*

⁵⁹⁴ *Idem.*

⁵⁹⁵ *Idem.*

⁵⁹⁶ *Idem.*



Mesma encosta (de ângulos diferentes) vista do conjunto Residencial Antonio de Salema. A primeira foto foi tirada no meio da década de 1970 (por Seu Nonato e Dona Nádia). A segunda, já com a Serra Pelada ocupando-a e os prédios da Cidade Alta ao fundo, foi tirada pela pesquisa, também a partir do Antonio de Salema, em 2010.

477 moradores em 127 domicílios⁵⁹⁷, passando para 1006 moradores em 280 domicílios, segundos dados do Censo 2000 do IBGE.⁵⁹⁸

A última favela tratada por nós como parte da Cidade Alta é a Serra Pelada, que é a menor delas e a que também apresenta menor crescimento entre 1981 e 2000. Eram 80 domicílios e 305 moradores, que passaram a ser 132 e 462, respectivamente.

É localizada na mesma encosta da Cambuci, com a qual acabou se conurbando num estreito trecho. No cadastro do Iplan-Rio de 1981, é dito que a comunidade surgiu em 1963, antes da Cidade Alta, portanto. No que de fato encontramos relatos de haver casas nesta encosta antes da construção do conjunto que, no entanto, não conformavam uma favela. Em 1980, o processo de ocupação do terreno e de construção de barracos se

⁵⁹⁷ *Idem.*

⁵⁹⁸ SABREN - Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP): ver www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.

intensificou bastante, segundo informações encontradas em ambos os cadastros do Iplan-Rio/IPP.

Mais detalhado que nas favelas anteriores, no histórico da Serra Pelada é dito que houve participação de políticos ligados a Chagas Freitas que mediarão a ocupação da comunidade e impediam novas construções. Se por um lado não há relatos de ligação com ex-removidos, consta que a favela tinha como ‘líder’ o Sargento Marciano, do posto policial da Cidade Alta.⁵⁹⁹

Também nessa favela, se repetia o padrão de precariedade de construções encontradas nas outras: *“A maioria das casas foi construída com madeira reaproveitada, sacos de juta, chapas de zinco, telhas e pedaços de telha onduladas, de*



Serra Pelada. Vizinha imediata do Conjunto Antonio de Salema, fica localizada entre a Estrada do Porto Velho, também com antigas casas do bairro de Cordovil, e a Cidade Alta. Foto do SABREN.

fibrocimento. As construções apresentam péssimo estado de conservação. (...) Existem muitos barracos que foram construídos apoiados sobre os outros. (...) Tal tipo de

⁵⁹⁹ Cadastro de Favelas Iplan-Rio/IPP. 1981.

construção torna os barracos sobrepostos e aglomerados.”⁶⁰⁰ Sobre o emprego dos moradores, muitos são autônomos e trabalhadores manuais, como pedreiros, encanadores e faxineiros. Os que possuíam emprego fixo, geralmente esses eram longe da favela.⁶⁰¹

Embora não tenhamos maiores informações, porque o Cadastro de 1981 apresenta curtos relatos sobre a realidade das favelas, diferente das anteriores, a vinculação com políticos chaguistas por parte da Serra Pelada parece ter garantido algumas obras pontuais a essa favela, visto que a “*Cedae instalou uma bica na entrada da favela, e desta, os moradores puxaram uma rede de abastecimento de água para 80% das casas.*”⁶⁰²

Embora não tivesse rede oficial e sendo descrito como tendo um péssimo funcionamento, ainda assim o sistema de esgoto apresentava melhores condições que as outras favelas, servindo a todas as casas da comunidade e terminando na rede oficial da Cedae, na Estrada do Porto Velho, constando que o sistema foi implantado pelos próprios moradores. A energia elétrica era obtida através de um transformador, postes e fios instalados pelos moradores, que funcionava de modo ruim visto não ser adaptado para suportar o grande número de casas atendidas, havendo anúncios da Light, que já havia feito um levantamento na favela, em regularizar a situação.⁶⁰³

A eliminação do lixo, sem contar com coleta oficial, era feita através de queima, o que gerava atritos “*com o conjunto habitacional vizinho*”, que reclamava da fumaça. O relatório não especifica se este conjunto é a Cidade Alta ou o Antonio de Salema.⁶⁰⁴

Também há intenso aproveitamento da infra-estrutura de serviços e comércio da Cidade Alta e da Estrada do Porto Velho, sendo que os moradores consideram o seu atendimento bom, visão mais positiva que a dos moradores das outras favelas. Curiosamente, o serviço de saúde citado como sendo mais utilizado é o hospital Getúlio Vargas, na Penha, e não o posto da Cidade Alta.

⁶⁰⁰ *Idem.*

⁶⁰¹ *Idem.*

⁶⁰² *Idem.*

⁶⁰³ *Idem.*

⁶⁰⁴ *Idem.*

Uma das queixas dos moradores é de que o entupimento da rede pluvial da Cidade Alta tem causado transtornos à favela, fazendo com que a “*água não canalizada desça pela encosta e, com ela, grande quantidade de lixo e terra que encontrarão seu destino final na favela.*”⁶⁰⁵ Chama atenção o fato de que havia uma disputa entre os moradores quanto se era válido lutar pela posse da terra. Segundo consta no relatório, o terreno era da prefeitura, e parte dos moradores não queriam que essa luta fosse encaminhada porque temiam que “*chame a atenção das autoridades, isto porque os moradores têm medo de remoções.*”⁶⁰⁶

O surgimento das favelas na Cidade Alta interferiu intensamente para a construção e projeção da idéia de favela sobre o conjunto. De um lado, conforme falamos anteriormente, os ‘gatos’ que os moradores das favelas instalaram, muitos parentes de moradores da Cidade Alta, iniciaram a difusão destas práticas no complexo. Deste modo, a partir do momento em que moradores desfrutavam de um serviço sem pagar as taxas correspondentes, acabou gerando, no mínimo, uma justificativa ‘ética’ para que a prática fosse adotada também nos apartamentos, onde muitos de seus moradores tinham renda e/ou *status* semelhantes aos moradores das favelas.

No decorrer das últimas duas décadas, as favelas da Cidade Alta foram beneficiadas com as políticas de urbanização implementadas pelo Estado em todos os seus níveis, como vimos já no caso da Serra Pelada, que em 1981 estava prestes a receber obras de normalização da rede elétrica por parte da Light, na época uma estatal do Governo Federal. De modo que a precariedade dos primeiros anos foi substituída, na maioria dos casos, pela implantação de serviços públicos tais como existia nos conjuntos da Cidade Alta. Assim, de acordo com o Censo 2000 do IBGE, dos 280 domicílios da Vila Cambuci, 272 eram considerados permanentes (em contraposição aos considerados improvisados), sendo que 268 destes tinham rede de água canalizada até o domicílio, 159 tinham coleta regular de esgoto e 191 recebiam serviços de coleta regular de lixo; para a Divinéia, os dados são os seguintes: 165 domicílios considerados permanentes, a rede de água é ainda irregular, sendo que apenas 4 contam com a rede formal, tendo o serviço de esgoto uma situação melhor, visto que todas as casas estão ligadas à rede de esgoto, e quase todas (153) contam com coleta regular de lixo; por último, a Serra Pelada, que conta com 115 domicílios considerados permanentes, sendo

⁶⁰⁵ *Idem.*

⁶⁰⁶ *Idem.*

que todos contam com água encanada, quase todos ligados à rede de esgoto (104) e poucos ainda com coleta regular de lixo, apenas 9, sendo que 104 têm coleta através de caçambas de lixo de Comlurb.⁶⁰⁷

O IDS (*Índice de Desenvolvimento Social*) das três favelas é de 0,490 para Vila Cambuci; 0,423 para Divinéia/Parque Proletário de Cordovil; e de 0,510 para Serra Pelada. Para o bairro de Cordovil como um todo o índice é de 0,558.⁶⁰⁸

Sergio Firmino, morador da Cambuci (que ele considera Avilã), se mudou para o local, segundo contou, nos primeiros anos dela, e disse sobre como era a favela há cerca de 25 anos: *“Cheguei a pegar a Avilã bem no começo mesmo, quando era barraco, quando era barro.(...) Agora tá totalmente diferente. Naquela época era uma favela mesmo: não tinha água encanada, não tinha esgoto encanado. Era só barraco de madeira mesmo, rua totalmente sem asfalto, sem saneamento básico.”* Perguntado sobre quem fez as obras, Sergio disse: *“Foi um deputado aí, porque em época de eleição...você sabe disso, né? Aí vem um, vem outro, vem um, vem outro...aí fizeram encanamento, fizeram esgoto, asfaltaram... e agora tá bem melhor de morar. Até água de rua, tenho a caixa-d’água e tudo. Não falta água, é raro. É muito raro faltar água porque eu reservo. Tenho a caixa, a bomba para puxar água pra caixa.”*⁶⁰⁹ A exemplo de comparação, é muito comum faltar água nos conjuntos da Cidade Alta e do Porto Velho (o Vista Mar possui uma grande cisterna), principalmente no verão e, não raro, esta falta dura mais de 15 dias.

A memória coletiva das favelas tendo surgido a partir dos removidos é um elemento da identidade do complexo e das identidades locais, bem como acaba por ser uma das bases do estigma também. A fala a seguir de Rossino é um bom exemplo disso,

⁶⁰⁷ Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. - Base de informações por setor censitário.

⁶⁰⁸ Vale dizer que o IDS é melhor quanto mais próximo de 1,0. *“O IDS foi inspirado no conhecido Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pela ONU (PNUD) para inúmeros países do mundo que, por sua vez, tem servido de base para a construção de uma série de outros índices compostos. Sua finalidade é medir o grau de desenvolvimento social de uma determinada área geográfica em comparação com outras de mesma natureza. (...)Este indicador, largamente utilizado, devido à sua facilidade de cálculo e amplitude de significado, relaciona com grande poder de síntese três dimensões: conhecimento, recursos monetários e saúde e sobrevivência.”* Ver: CAVALLIERI, Fernando; LOPES, Gustavo Peres. *Índice de Desenvolvimento Social - IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008.

⁶⁰⁹ Depoimento de Sérgio Alves Firmino à pesquisa no dia 09/12/2010.

demonstrando as visões que se tinha/têm sobre os removidos e como o estigma foi sendo dilatado para se explicar e se encaixar em distintas situações, como no caso da mudança desses removidos de moradia para os barracos, no que o estigma os acompanhava. Assim, o ato de ‘passar o apartamento’, mais do que uma falha do programa, fruto de uma remoção forçada, é atribuído a características ‘culturais’: *“Não tinham costume de morar em apartamento. Então, teve família que ficou muito pouco em apartamento. Então vendeu o apartamento e foi construir ali, estavam fundando essa comunidade que se chama Parque Proletário de Cordovil”*.

De volta, a favela?

Vimos que as favelas da Cidade Alta foram parte integrante do processo comum a muitas favelas do Rio de Janeiro que, em geral passaram a contar com uma maior infra-estrutura de serviços urbanos no decorrer das décadas de 1980 e 1990.

Paralelamente, os conjuntos da Cidade Alta e do Porto Velho viveram processo inverso. Se nas favelas a infra-estrutura melhorava quantitativa e qualitativamente, ao longo de quarenta anos, a dos conjuntos sofreu sensível piora por falta de conservação adequada e/ou por estar defasada para o aumento da população nos apartamentos, onde às vezes passam a existir várias gerações da mesma família morando numa mesma unidade.

Ou seja, as distinções entre os ‘barracos’ das favelas e os apartamentos do conjunto no que tange à infra-estrutura foi sendo reduzida ao longo dos anos, quando não completamente eliminada, visto que, além disso, moradores de favelas e conjuntos desfrutavam dos mesmos serviços públicos de saúde e educação, compravam nos mesmos pontos de comércio, freqüentavam as mesmas igrejas e opções de lazer existentes no complexo. E sofrem com a mesma rotina de violência, embora o tráfico seja menos ostensivo nas favelas que no conjunto da Cidade Alta, onde se faz mais visível.

A pedra angular das visões que os moradores da Cidade Alta, e do entorno, tenham desta como favela é associar ao complexo as características que pensam ser próprias da ‘favela’, estando aí inseridos dois processos que se complementam.

Num deles, a visão do que seja uma ‘favela’ está ligada à memória do que ela era quando muitos deles moravam numa, conforme vimos no capítulo anterior, sem que eles tenham em mente que as condições físicas destas já foram significativamente

modificadas: ‘barracos’ para casas de alvenaria, falta de serviços para dotação de uma mínima ou razoável infra-estrutura.

Assim, aquela primeira imagem ficou marcada de forma indelével na memória de muitos removidos e mesmo moradores originais não-removidos, sendo reproduzidas às gerações posteriores as descrições do que seja uma favela a partir dela. É o que vemos na fala de Dona Margarida, por exemplo, descrevendo como eram os caminhos internos na Praia do Pinto: *“Os becos muito apertados. Sabe como é construção de favela, né? Cada um faz do jeito que quer, do tamanho que quer, não tem respeito. Já que as pessoas de fora não respeitam os favelados, eles também resolvem não se respeitarem. Então faz o barraco do jeito que faz.”*

A fala de Seu Osias, morador original que, mesmo não removido, morou numa favela (Parque União) antes de ir para a Cidade Alta, expõe esta visão, ao explicar sobre o que é favela: *“No caso seria um lugar que não teria ruas calçadas ... Pelo menos as favelas que eu vejo eram assim, né? Um aglomerado de barracos, bequinhos. Mas aqui não é assim. Aqui tem ônibus na porta! Tem supermercado, tem farmácia. Água encanada, então não é, sinceramente, não é uma favela.”*⁶¹⁰

Rossino, cuja família não passou pelo processo de remoção e que vivenciou diretamente a experiência de favela na Divinéia, fala o que para ele seria uma favela, ao explicar porque a Cidade Alta não deveria ser considerada uma. Seu depoimento tem um forte sentido de crítica às posturas de moradores, que para ele acabam fazendo com que a Cidade Alta se torne uma favela: *“Porque favela não tem coleta de lixo. Favela não tem ligação d’água legalizada. A favela não tem ruas com infra-estrutura, tem becos...E a Cidade Alta tem tudo isso: tem água, tem infra-estrutura, tem coleta de lixo. Então, quer dizer, a Cidade Alta é um conjunto habitacional! Não é uma favela, é um conjunto habitacional! Mas chega a, certos momentos, estar se transformando numa favela.”*

Na fala do Pastor Guaracy, também observamos esta dualidade entre a existência de infra-estrutura e serviços, no que a favela figuraria como um lugar que não contaria com isso, e a idéia de ‘desordem’ e descaracterização do projeto original do conjunto: *“[Cidade Alta] Não é uma favela... Por que eu digo que não é uma favela? Porque no meu ponto de vista, favela é onde não tem uma infra-estrutura. E a Cidade Alta tem! Temos tudo aqui: água, luz, esgoto, telefone, internet... Então não é uma favela! Existe*

⁶¹⁰ Depoimento de Osias José da Silva à pesquisa no dia 12/11/2009.

uma desorganização. Existe uma desorganização, essas puxadinhas que fazem na frente dos prédios, por exemplo. Camarada puxa um... compra mil tijolos e faz uma puxadinha.”

O outro processo é que, conforme discutimos no primeiro capítulo, o estigma de favelado não se dá por uma condição inerente (física, por exemplo), podendo o estigmatizado se livrar dele sem que se alterem as visões da sociedade sobre a categoria. Assim, vemos que o estigma é uma construção social feita e partilhada por todos, inclusive aos que podem estar nele incluídos. É o que temos trabalhado ao longo deste estudo e que repetimos agora para apontar um dos erros principais da CHISAM de atribuir ao favelado um isolamento social, como se estivesse alheio ao mundo ao redor, que não corresponde a realidade.

De modo que a construção social do que define uma favela ocorre cotidianamente num local que é considerado por muitos como tal. Podendo sê-lo, inclusive, de maneira consciente, conforme vimos na cena narrada no capítulo 1 deste estudo, do carro com som ligado em alto volume. Para muitos moradores, configurar o lugar em que moram com uma *favela* cria justificativas para práticas que, de outro modo não poderiam existir num lugar que não fosse uma *favela*: como os ‘gatos’; as ampliações irregulares dos imóveis; o não-cumprimento de regulamentos de vizinhança; o não-pagamento de taxas de administração de condomínio, entre outros.

E uma outra questão que é lida pelos moradores como mostra e causa da *favelização* da Cidade Alta é o seu intenso crescimento demográfico que se traduz como mais um dos elementos típicos de favela: a noção de que o complexo viveu um *crescimento desordenado*. Razão pela qual Dona Nádia, considera seu conjunto, vizinho à Cidade Alta, um condomínio, enquanto à Cidade Alta teria adquirido características de favela: “*Porque aqui [Antônio de Salema] era um condomínio bom. Era não, ainda é! Só que lá ficou grande demais.*”. Empiricamente, em muitas famílias, com suas diversas gerações, que nos deparamos no decorrer da pesquisa e da atividade docente, vimos que moram avós, filhos e netos no mesmo apartamento, bem como as famílias podem se dividir pelo complexo, incluindo a ida para as favelas do entorno, ou numa escala muito menor, a ida para outros apartamentos.

Nisto surgem dois elementos: além do aumento das favelas do entorno, houve também a ampliação dos apartamentos através das puxadas, já que muitos moradores tinham pouca renda e/ou trabalhos instáveis para adquirir um imóvel em condições diferentes dessas. Segundo Manoel Gomes: “*A realidade social, ela foi mostrando que*

as pessoas começaram a criar família e, automaticamente, começou a proliferar certas comunidades ao redor, aqui da Cidade Alta.”. Pastor Guaracy, por conta de seu trabalho na Cohab, narra a visita que fez num apartamento: “Quando eu bati na porta, uma senhora me atendeu e eu comecei conversar com ela. ‘Ah, fulana de tal é minha mãe’, ‘E cadê ela?’, ‘Não, minha mãe não está mais aqui, minha mãe mora em outro lugar’, ‘E quem está aqui?’, ‘Aqui está eu, meu irmão, outro irmão, outro irmão, o filho do meu irmão, o outro filho do meu irmão e a outra filha. E eu tenho uma neta, que crio’. Tinha, dentro do apartamento, 12 pessoas. Apartamento de 2 quartos. (...) Falei: ‘Mas... é meio estranho, né? Fica apertado’. Está todo mundo na rua, mas quando chega a noite, entra todo mundo. Aí, meu irmão dorme ali com a esposa dele, o outro dorme aqui com a outra esposa dele, a minha neta dorme aqui na sala, outro não sei quê’... E isso num apartamento que eu fui. Isso vai repetindo-se por aí tudinho!”

Sem contar com dados oficiais, temos apenas uma estimativa feita pelo Pastor Guaracy, que por seu trabalho na igreja visitou muitos apartamentos. Ele acredita que os apartamentos da Cidade Alta e do Porto Velho têm uma média de 6 moradores, tendo ele dito que encontrou apartamentos com até 12 pessoas morando, conforme vimos agora. Fazendo as contas de 2597 apartamentos na Cidade Alta com mais 900 apartamentos no Porto Velho, chegamos a um total de mais de 20 mil pessoas só nestes dois conjuntos, para uma estrutura de serviços que não levava em conta este aumento populacional nos apartamentos e, muito menos, das favelas. Ainda que seja uma estimativa ‘jogada’ para o alto, se consideramos uma média de 5, o número é 17.485 moradores, apenas nos dois conjuntos.

O intenso crescimento demográfico da Cidade Alta é lido pelos moradores como uma das razões para o surgimento das ‘puxadas’, conforme vemos na fala de Dona Margarida: “*Houve uma coisa estranha: As meninas, que vieram para cá crianças, danaram a ter filho! Todo mundo! De repente, as meninas todas estavam com doze, treze, catorze anos, todo mundo grávida, todo mundo tendo filho... E filho enfiado dentro da casa dos pais, aí começaram a fazer essas puxadas, né? Para fazer casa, para enfiar os filhos ali naquela puxada, mais um cômodo... E quem morava no quinto andar foi lá em cima... E lá vai a coisa. Aí enfeiou! Hoje em dia a Cidade Alta é feia, mas naquela época era bonita.”.*



As puxadas, que ocorrem em larga escala no conjunto da Cidade Alta, quase nenhuma no Porto Velho e nenhuma no Vista Mar

são, mais do qualquer outro elemento, vistas como o principal fator de descaracterização do conjunto, modificando a fachada dos prédios e alterando significativamente o desenho urbano do conjunto como um todo.

O texto do trabalho de uma aluna do colégio Guiné-Bissau, vinda já adulta do Maranhão para a Cidade Alta, em meados da década de 1980, e que se ‘auto-entrevistou’, nos ajuda a entender que a noção de melhora do complexo se deve em grande parte a maior disponibilidade de serviços e comércio. Ao escrever sobre o que mudou no complexo, disse: “*O transporte coletivo, mesmo ainda não estando perfeito, mas está muito bom. O mercado, farmácia, padarias, mercadinho com padaria, as ruas, lojas de roupa com bijuterias, bazares, lojas de variedade, pizzarias com ‘entrega a domicílio’, gás canalizado... aqui não parece, mas temos quase tudo de primeira necessidade. Posto de saúde precisa melhorar.*”⁶¹¹ No entanto, como o comércio é quase todo feito nas puxadas, esta ‘melhora’ tem como contrapartida uma paralela noção de piora, por conta justamente das puxadas. Percebemos uma vez mais o estigma em espiral.

Estendidas por cima das calçadas e dos antigos jardins, as puxadas são, talvez, o principal elemento a dar o perfil de favela à Cidade Alta, visto que as características originais do conjunto habitacional teriam sido perdidas por causa delas, formando assim, no imaginário coletivo, a paisagem de favela que a Cidade Alta teria adquirido em contraposição à ‘beleza’ e à ‘ordem’ que existiam nos primeiros anos.

⁶¹¹ Trabalho GB2008/1004-05.



As puxadas não são apenas vistas como elemento de descaracterização da Cidade Alta. Elas dão forma concreta à noção de ‘piora’ do conjunto em comparação a ‘tempos melhores’, estes do início da vida da Cidade Alta.



A rua Água Doce, tendo ao fundo o ‘Centro de Treinamento’ da Ação Comunitária do Brasil, em dois momentos. Na primeira foto, na década de 1970 (acervo da ACB-RJ), sem as puxadas; na segunda foto, tirada por Maria Oliveira em 2010, as puxadas dominam a paisagem.

Em oposição à idéia do conjunto como *favela*, devido às diversas características que temos tratado aqui, o passado figura na memória de muitos depoentes de maneira idílica, um *antes* em que seus aspectos positivos são destacados e enfatizados. As falas sobre as puxadas são

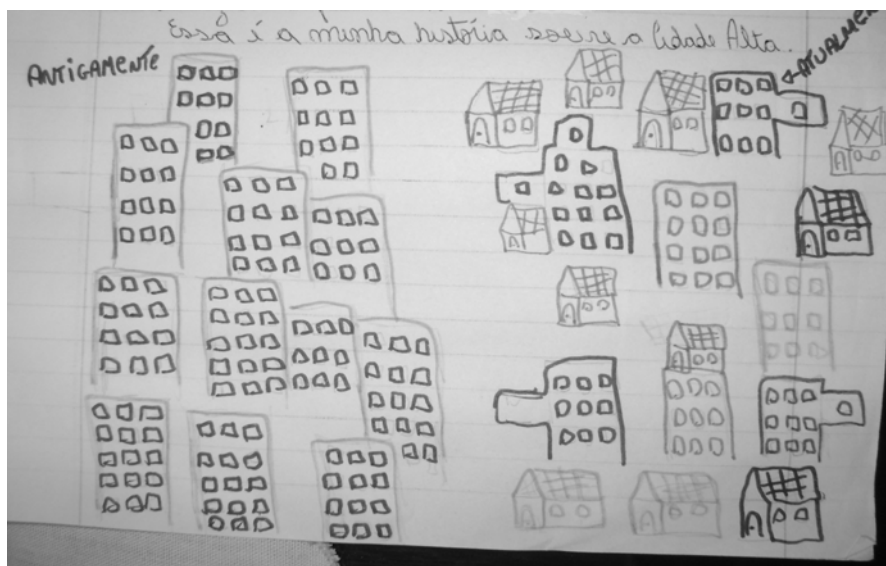
quase sempre acompanhadas de testemunhos sobre a beleza anterior e, invariavelmente, sobre um tempo em que a Cidade Alta não seria favela e que foi transformada numa, como veremos nas falas a seguir.

Segundo os relatos, o início deste processo foi no decorrer da década de 1990 e se intensificou nos anos 2000. Uma moradora que foi para a Cidade Alta por vontade própria, na década de 1980, disse: “*Antigamente, quando vim morar aqui, não existia o famoso ‘puxadinho’. Era mais organizado. Hoje é uma bagunça. Ninguém respeita.*

*Fazem casas em lugares inapropriados. Isso para mim virou uma favela, antigamente era um conjunto habitacional.”*⁶¹² Também é interessante ver na ilustração abaixo (que não fora pedida) feita pelo aluno, um jovem, responsável por este trabalho, ao mesmo tempo em que reflete a fala de sua entrevistada, possui o olhar do jovem morador em relação ao conjunto.

Seu Osias, ao longo de sua entrevista, destacou a ‘piora’ na Cidade Alta, que segundo ele teria começado “há vinte ou trinta anos. Não começou tão forte quanto está agora... mas já tem um tempinho!”.

Uma removida da Praia do Pinto entrevistada por um grupo de alunos do 9º ano em 2010 possui um relato ilustrativo das questões que produziram a presente pesquisa.



Entrevistada pela sua neta, a moradora disse: “Quando cheguei aqui, tudo me parecia muito bonito: os apartamentos bem divididos e cercados de jardins. Um lugar bom para se ter e criar nossos filhos.

Com o tempo, as coisas foram mudando, melhorou o transporte, o comércio... Mas com a evolução, também vieram os problemas como o tráfego, a destruição dos jardins, a falta de segurança nas ruas para nossas crianças e o crescimento desordenado. Antes éramos considerados conjunto habitacional. Hoje, não considero ‘favela’, mas sim uma ‘comunidade’, apesar de muitos falarem que viramos uma ‘favela de cimento armado’ por causa das puxadas dos apartamentos.”⁶¹³

Para o Pastor Guaracy: “A Cidade Alta mudou. Ela foi violentada, foi agredida... Ela foi agredida, porque era muito bonita, era linda! Os portõezinhos, as plantações...” Mais à frente em seu depoimento, o Pastor Guaracy explica como as

⁶¹² Trabalho GB2006/2001-01.

⁶¹³ Trabalho LA2010/1902-17.

puxadas alteraram o conjunto: *“E ali faz mais um bar, ali faz uma barraca, ali faz um botequim. Não foi feito pra fazer isso, aí virou essa... aí degradingolou! Fugiu o padrão. Cidade Alta é fora do padrão! A Cidade Alta perdeu a originalidade. A palavra mais certa é essa: a Cidade Alta perdeu a originalidade, não é mais aquilo.”*

Também no depoimento de Seu Osias, temos mostras das visões de que a Cidade Alta teria sido transformada numa favela, quando falou sobre a troca de seu barraco no Parque União pelo apartamento na Cidade Alta, complementou a resposta dizendo espontaneamente que hoje não faria essa troca: *“Achei na ocasião muito boa. Agora... Hoje, sinceramente, eu não trocaria! Que eu lembro o seguinte: os prédios, não sofreram aquele dano que sofreram de lá para cá. Ou seja: casas em volta! Cada um faz a sua puxada. Tínhamos muitas flores em volta, podia jardinar e tal. Embora o poder aquisitivo do povo, porque não dizer nosso, fosse pouco, se botava a cerquinha de arame, as mulheres plantavam flores. Era muito bonito! Hoje, infelizmente, não se pode nem andar nas calçadas. Porque eles tomaram conta de tudo, com as tendinhas e aí não dá, a gente tem que andar nas ruas junto com os carros. Essa é uma das razões porque eu digo que hoje eu não trocaria pela minha residência lá no Parque União.”*

Dona Vilma também estabelece claramente a oposição passado-presente: *“Quando eu mudei para cá, nem tinha o jardim. Não tinha o asfalto. Aí botaram o asfalto, aí foi chegando a grama para fazer o jardim ao redor do prédio todo... aí fizeram essas puxadas! Porque agora isso aqui é um bagunça, né? Pode até ver na foto, que isso aqui era muito bonito.”*⁶¹⁴ Quando perguntada sobre o que teria mudado na Cidade Alta, Dona Vilma foi categórica: *“Tudo! Aqui mudou tudo. Por exemplo: essas puxadas, que eu acho uma coisa horrível. Não tem mais jardim na Cidade Alta. Não tem espaço para crianças brincarem. Antigamente, as crianças brincavam. Hoje não tem paz, aqui não tem mais como você viver na rua. Antigamente botavam a cadeira de praia na rua, no tempo de verão, ficava tomando uma fresca na calçada. Hoje, não tem mais nada disso aqui, não tem como! Mudou muito!”*

Desta forma, as puxadas geralmente são os primeiros elementos a serem usados como demonstração da condição de favela da Cidade Alta. Elas descaracterizaram os prédios e o traçado do conjunto, o que a socióloga Denise Nonato já tratou em sua dissertação, quando moradores que haviam feito puxadas acusavam outros de terem uma postura de ‘favelado’, de modo que um morador que havia feito sua puxada

⁶¹⁴ Depoimento de Vilma de Oliveira à pesquisa no dia 25/08/2010.

ocupando espaços internos do prédio e externos, disse que seu apartamento nem parecia ser na Cidade Alta, e que apenas as de outros moradores dariam aspecto de favela ao conjunto: *“Mas o mal é esse, todo mundo quis fazer. Mas tem gente que não pode. O povo saiu fazendo de qualquer jeito, em qualquer lugar. A minha puxada é pintadinha direitinho, tem gente que deixa no tijolo, nem embôço coloca. Fica com cara de favela, que favela que é assim, as casas tudo no tijolo sem embôço. Eu acho isso errado, não pode fazer não faz. Por isso que eu disse: isso é coisa pra quem pode.”*⁶¹⁵

Para além dos efeitos estéticos, muitos depoentes, poderíamos até arriscar que talvez todos, ainda que isso figure de forma mais clara nuns que em outros, o processo de favelização pelas puxadas está intimamente ligado a erosão da sociabilidade no conjunto e que, em um tempo anterior, os vizinhos se respeitavam mais e também aos espaços públicos.

As puxadas constituiriam uma apropriação indevida dos espaços que pertenceriam a todos, fortalecendo a postura individualista que, pela nossa pesquisa, temos visto que é um dos elementos mais utilizados pelos moradores para caracterizar uma favela.

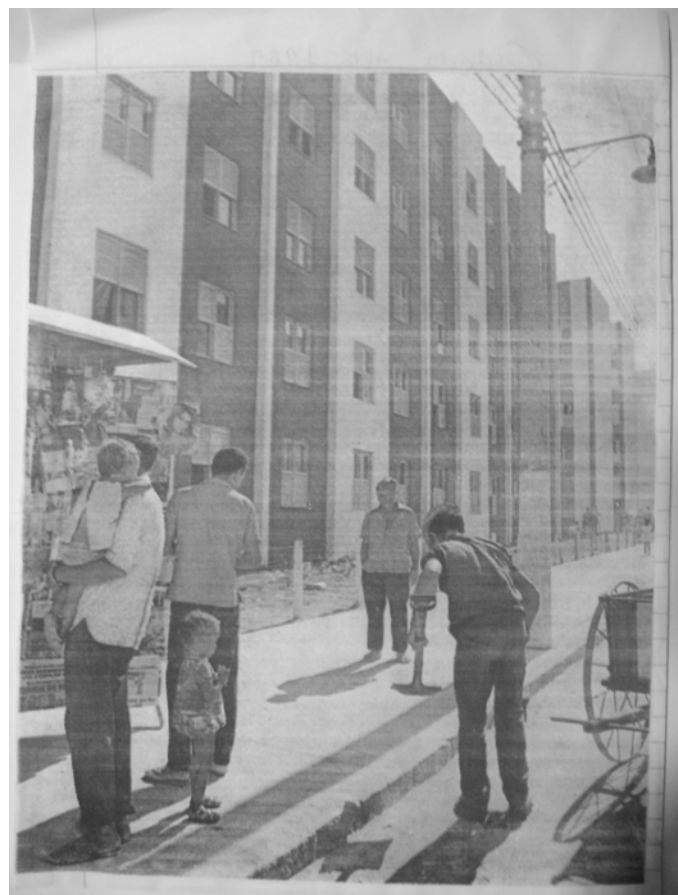
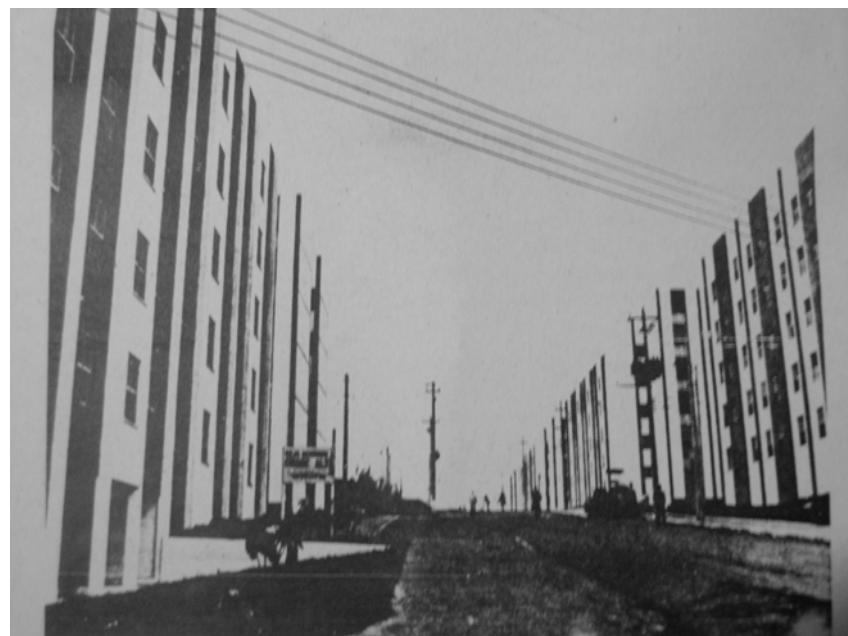
Assim, Rossino vê de maneira bastante crítica as puxadas: *“Isso estragou muito a Cidade Alta. Os ‘puxadinhos’... Estragou muito. Trouxe melhoria pessoal! Porque cada um se aproveita. Hoje, todo puxadinho você pode ver: tem uma lojinha, tem um botequim. Conheço gente que ficou rica na Cidade Alta por causa desses puxadinhos.”*

Dona Maria da Penha, que fez referências em sua fala a uma Cidade Alta de beleza e ordem: *“Foi só no início. Agora eu acho muito feio... Nem pintando, para mim!”*⁶¹⁶ _ tem uma postura crítica às puxadas. Questionada se acha a Cidade Alta uma favela, respondeu: *“Eu acho. De cimento armado... Não era, mas é! Virou! Muita puxada, esses negócios...”*⁶¹⁷ No entanto, Dona Maria da Penha, tendo seu apartamento localizado no último andar, fez um terraço nele, ampliando-o para cima. Foi com surpresa que respondeu se havia diferença do seu terraço para as puxadas, ela respondeu: *“Eu acho que é a mesma coisa, né? (risos) Bom, eu não estou incomodando*

⁶¹⁵ Apud NONATO, Denise *Favela de cimento armado: um estudo de caso sobre a organização comunitária de um conjunto habitacional*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

⁶¹⁶ Quando Dona Vilma deu seu depoimento, os prédios da Cidade Alta estavam sendo pintados.

⁶¹⁷ Depoimento de Maria da Penha à pesquisa no dia 02/09/2010.



Cidade Alta em dois momentos: quando da sua inauguração, sem puxadas e com os jardins, como mostrada nos materiais da CHISAM, 1969 (foto de cima, à esquerda) e do Governo da Guanabara, 1969 (foto de cima, à direita). E em anos mais recentes, com as puxadas. Foto do meio de Wellington Silva da Conceição, em 2005, e as duas de baixo tiradas pela pesquisa em 2009 e 2010,

ninguém. É lá em cima, né? A diferença é essa: eu não estou incomodando ninguém. Agora, quem faz puxada fechando, eu acho que incomoda sim. Eu não sei se estou incomodando alguém, porque eu fiz em cima do meu. Mas aí, a pessoa querer fechar o pátio e você ter que sair por outro lugar, já fica meio esquisito. Já quiseram fazer isso no meu prédio, mas meu marido não deixou não. Queriam fechar o pátio!”

Manoel Gomes fez uma puxada no seu apartamento localizado no primeiro andar, onde instalou um pequeno comércio de venda de lanches e bebidas, e justifica ter feito sua puxada como questão de sobrevivência tanto financeira quanto física propriamente dita, e discorda da opinião de que as puxadas dão características de favela à Cidade Alta: *“Eu acho que não. Que se você for ver a minha, a que eu fiz aqui, eu procurei fazer dentro de um padrão: tem telha colonial... Minha esposa foi mandada embora do emprego e com o dinheiro que ela foi mandada embora do emprego, nós fizemos essa puxadinha ali, com o quintalzinho. E dentro desse quintalzinho botamos uma tendinha onde a gente vende os pastéis que ela faz. (...) Hoje, infelizmente, nós estamos tendo que viver dessa coisa aí. Mas a puxada que nós fizemos aqui, foi justamente para melhorar! (...) Aqui, antes era minha janela, direto pra rua. Tinha uma espécie... Não era nem jardim, ficava um vão. Então, esse vão aqui, às vezes, os bailes que aconteciam na comunidade, as pessoas urinando, defecando... tinha que isolar aquilo ali! Então as pessoas fizeram aquilo ali para proteger seu espaço. Muitas pessoas fizeram suas puxadas justamente pra poder chegar e usar o espaço que é bem pra sobreviver...”*

Assim, na opinião de Manoel, mais do que as puxadas *“o tom de favela quem dá é a mente das pessoas, a maneira das pessoas chegarem e agir. Tanto as pessoas que moram quanto as pessoas que adentram a favela. Então, quem dá esse tom são as autoridades e as pessoas que não evoluem, né? Esse tom da favela acontece. Se você for verificar, não existe nenhuma puxada aqui que você olhe e fala assim: ‘Isso é favela!’. Sabe, se você for dar uma olhada, depois eu quero que você olhe minha puxada, pode ver! Minha puxada não tem nada de tom de favela não. É necessidade mesmo!”*

Os vizinhos de Cordovil e até do Vista Mar, no entanto, não fazem essa distinção entre os moradores do conjunto da Cidade Alta, tomando-os como algo único, em que as características de favela e os comportamentos ‘típicos’ de uma seriam comum a todos.

Dona Neusa, moradora do bairro de Cordovil em rua adjacente à Cidade Alta, também fez referências à beleza que o conjunto teria em seu início: *“Tinha jardim, era bonitinho! Era muito organizado, os prédios, tudo direitinho. Agora, o pessoal faz mais andares do que a média. Do que tem que ser, né?”*⁶¹⁸

Para Nilza Mara, enquanto o Vista Mar constituiria um condomínio, destacando que ele o é no nome, a Cidade Alta ela diz que *“É um conjunto.”* Quando indagada o porquê de alguns considerarem a Cidade Alta uma favela, respondeu: *“Eles se deixaram, né? Porque não deveria ser, idéia não era essa. Era tirar da favela para morar num lugar melhor. Mas todos esses conjuntos de removidos, poucos foram os que conseguiram se manter longe daquela visão de favela.”* A respeito do que ela considera uma favela, Nilza explicou: *“Favela?”*[longa pausa]. *“É um conjunto de moradias, com moradores que... a gente não pode generalizar. Porque... o que acontece? Eles moram num lugar, convive com um grupo de pessoas, mas não procuram o respeito. Um não respeita o espaço do outro. E nem deles mesmos: porque é essa sujeira, coisas que eles quebram, e ainda tem a parte do tráfico, né? Mas independente do tráfico, tem favela que não tem tráfico. É aquele grupo de pessoas que mora num lugar comum, não precisa ser barraco não. Porque antigamente eram barracos, hoje em dia não, até prédios podem virar uma favela, porque não se respeitam, não respeitam o próximo. A sujeira. Tem saneamento, mas não procuram conservar. E são pessoas de baixo poder aquisitivo que não podem pagar os serviços necessários, aí surgem os gatos...favela é mais ou menos isso!”*⁶¹⁹

Como temos visto nas diversas falas, os elementos que constituem a imagem de favela da Cidade Alta, do conjunto ou do complexo, raramente são apresentados de modo isolado pelos moradores. As falas sobre as puxadas acompanhadas do que muitos percebem como a erosão da sociabilidade que havia anteriormente são, às vezes, conjugadas com a idéia de um ‘abandono’ por parte do Estado em relação à manutenção do conjunto ou a uma idéia mais ampla de descaso do Estado para com a população pobre em geral. Como vemos na fala de Ney, para quem a maior parte da culpa dos problemas vividos pela Cidade Alta, a violência inclusive, é do Estado: *“Tem culpa também do Poder Público: pobre é pobre, eles pra lá e a gente pra cá.”*

⁶¹⁸ Depoimento de Neusa Menezes à pesquisa no dia 09/09/2010

⁶¹⁹ Depoimento de Nilza Mara Machado Ribeiro à pesquisa, em 08/12/2010.

Esta é a questão principal que Manoel Gomes levantou em seu depoimento: a sensação de abandono ou de precarização de serviços prestados pelo Estado fez com que os moradores da Cidade Alta buscassem diversas maneiras de sobreviver, inclusive à margem da legalidade (não sendo necessariamente em atividades criminosas): *“Eu acho que nós estamos abandonados. É como eu já te falei, existem muitos serviços de fachada. Até a obra que eles fizeram aqui, que eles agora pintaram os prédios tudo de uma cor só. Que cada prédio tinha uma cor. Um nome de bairro e uma cor. Os nomes permaneceram, mas as cores são simplesmente única. E obras de fachada foram feitas! Sabe, hoje em dia, tem prédios que está faltando manutenção, está faltando com que essas pessoas que estão na política cheguem e olhem. Eles têm obrigação de chegar e olhar por essas pessoas, porque quer queira, quer não queira, apesar do desemprego imenso, as pessoas que por aqui vivem, convivem, tão dando seu jeito. Virando camelôs, sobrevivendo... E com isso continua gerando impostos. Então, ela tem o direito. (...) A maioria dessas pessoas deram seu jeito! Cada um vai ali, abre seu negócio, igual aqui mesmo. Ultimamente, eu junto com a minha esposa, nós estamos vivendo dela se matando ali na cozinha, fazendo salgadinhos que a gente vende para as pessoas. Então, estamos dando nosso jeito pra sobreviver.”*

Estes dois elementos, a idéia de pouca ou nenhuma atenção do Estado e a falta do sentido de coletividade por parte de moradores acabam se refletindo na ineficiência dos serviços públicos da Cidade Alta, tanto por causa do descaso do Estado quanto por uma falta de cuidado por parte de moradores. Os dois figuram de maneira emblemática no trecho a seguir do depoimento de Samuel, sobre o que mudou na Cidade Alta ao longo da trajetória do conjunto: *“O processo de favelização foi muito grande. Parte também por descaso do poder público: ele não vai suprindo algumas coisas, ou não vai fiscalizando as coisas, começa a ser permissivo. Aí começa... Ah, o cara faz uma puxadinha. Aquilo, como não tem aval de engenheiro, o cara é pedreiro, saca lá como é que se faz as coisas, faz aquilo, montou... Aí um faz, o outro faz, aí o outro vai fazendo. Aí vai descaracterizando os prédios. É aquela coisa do individualismo também das pessoas: o cara tem até a casa dele bonitinha, é confortável, pintadinha, ele comprou móveis legais, mas o prédio ele abandonou. Ele não pensa nessa coisa da estética, do bem estar proporcionado por um visual mais agradável, do espaço com jardins. Todos esses prédios tinham jardins, canteiros. Então, se você visualiza isso, esses prédios sem essa puxadas e com os jardins, pô, seria um lugar bonito! Eu conheci como um lugar bonito que depois vai se favelizando. E muito por conta disso, essa ausência do poder*

público em cobrar. Botou as pessoas ali, elas estão acomodadas e deixa ao 'deus-dará'”

Para Rossino *“a Cidade Alta é um conjunto habitacional. Quem faz ser favela são os próprios moradores. Certos moradores! A Cidade Alta não é uma favela, ela é um conjunto habitacional com moradores de baixa renda que vêm de uma favela e que têm os mesmos costumes... A educação é completamente diferente! Porque o conjunto obriga você a ter uma educação diferente de quem mora na favela. A questão do lixo é uma educação, táí o exemplo! Você sai daqui [refere-se ao seu apartamento] você vai ver ponto de lixo ali, ali e ali. E o conjunto habitacional não pode ter isso. Um conjunto habitacional não pode ter lixo nas esquinas! Existem as lixeiras, existe a coleta de lixo. Isso é o que faz ser uma favela. É o costume do morador que leva a fazer disso aqui uma favela!”*

Temos visto que a fala de Rossino carrega um duplo sentido: enquanto busca ressaltar que a Cidade Alta, enquanto estrutura física apenas, não é uma favela, ele lamenta que os moradores desta estrutura façam com que ela esteja se transformando, ou mesmo já tenha se transformado numa. Rossino, sem ter sido removido, reproduz ao longo de seu depoimento a mesma dualidade *favela/desordem e sujeira X conjunto habitacional/ordem e beleza* tão presente nas falas dos moradores originais.

No mesmo sentido vai a fala de Seu Osias, emblemática das visões dos não-removidos, ao fazer a distinção entre a estrutura física da Cidade Alta e os moradores, principalmente os removidos, dizendo também que a Cidade Alta *“não é favela! Ela tem os favelados. Que vieram para cá de favela. (...) Isso aqui é um lugar... de pessoas de um nível bem alto, que poderiam morar aqui. Foi uma grande oportunidade que foi dada aos pobres, ao pessoal de favela. Mas, infelizmente, eu não vou dizer isso para todos, porque senão eu estaria me incluindo também, mas para alguns. É tal como o senhor tirar um porco do chiqueiro, dá um banho nele, bota perfume, amarra um lacinho de fita e solta... ele vai voltar para o chiqueiro. Então, estão querendo fazer disso aqui como um chiqueiro, como a pior favela. Mas não é! Aqui tem condições de melhorar bastante.”*

No depoimento de Dona Lúcia também se destaca esta dicotomia entre o que a Cidade Alta ‘devia ser’ e o ‘que ela é’: *“Tem muitas coisas que não me incomodam. Mas tem coisas... Que a gente vê que me incomodam. Por exemplo, aqui é um lugar que tem muitas escolas, cursos. Você vê que tem lugar aí que não tem. (...) Olha, tem épocas que a Cidade Alta está limpa, mas tem época que está uma sujeira. Uma sujeira*

*medonha. Acho que isso devia ser uma coisa de consciência. O lixeiro passa terças, quintas e sábados. Ou seja, tem o serviço da limpeza urbana, mas você vê que as pessoas não se conscientizam de não jogar papel fora, restos. (...) Mas nós temos condução para tudo quanto é lado. Nós temos boas escolas. Nós temos uma boa estrutura.”*⁶²⁰

Voltando a Rossino, ele contou que, quando foi presidente da Ama-Alta, levou um superintendente da Comlurb aos conjuntos, tendo destacado junto a ele a necessidade de tirar o lixo das ruas, no que foram instalados contêineres de lixo nos prédios: *“Cada prédio eu botei quatro contêineres, dois de cada lado. Acabei com esse lixo aí nas esquinas, com os montinhos, acabei com o lixo todo! Agora está voltando! (...) Porque no momento que eu saio daqui, desço a minha escada, vou pegar o ônibus e dou de cara com um monte de lixo aqui, isso para mim... Porque a gente mora num conjunto habitacional, a gente não mora numa favela!”* Ainda que a fala de Rossino possa vir imbuída de alguma crítica à atual gestão da associação, ponto que foge ao objetivo deste trabalho, ele partilha as falas sobre o lixo nas ruas comum a muitos moradores e freqüentadores da Cidade Alta.

Assim, outra queixa freqüente entre os moradores é a precariedade dos serviços públicos prestados, que contribuem para formar a leitura, num movimento mais interno do que externo, da Cidade Alta como favela, considerando que, neste caso, o complexo todo é atingido por alguns destes problemas. A fala de Dona Lúcia expõe um sentimento bastante presente entre os moradores da Cidade Alta: *“A Cidade Alta é um bairro bom! Mas eu acho que se as autoridades dessem mais uma caprichada...”*

A mesma linha de raciocínio foi desenvolvida por Samuel em seu depoimento, para quem a falha do poder público se dá *“mais no sentido de organização do espaço. Na verdade, ele deveria ter existido para evitar um monte de coisas. As puxadinhas, que geraram becos, que deram a característica de favela. Na falta de coleta de lixo em alguns pontos. Num trabalho de educação, de apoio à associação de moradores, no sentido de que eles pudessem dar continuidade a esse trabalho. Agora a gente vive um momento de ‘Rio’, essa coisa efervescente de querer mudar e você vê um ou outro apoio. Como na pintura dos prédios, que vieram por conta de uma situação política, de interesse político. Como foi agora ali na pintura do Pé-sujo, que pintaram. A primeira*

⁶²⁰ Depoimento de Maria Lúcia da Silva à pesquisa no dia 18/11/2010.

coisa que eles fizeram foi pintar a frente voltada para Avenida Brasil, que era um chamariz.”

Reforçando a idéia da má qualidade dos serviços públicos, está a falta d'água nos conjuntos da Cidade Alta e Porto Velho, que nos referimos anteriormente, e que pode durar semanas, principalmente no verão. Ou nos esgotos que comumente vazam em diversas ruas do conjunto, como vemos na foto ao lado, feita pela pesquisa, na rua lateral à E.M. Min. Lafayette de Andrada. Neste caso específico, este esgoto ficou vazando durante mais de dois meses, tendo sido feito reparos pela Cedae, que ‘solucionou’ o problema por algumas horas apenas, com o mesmo voltando a vazar, indicando que possivelmente o problema é estrutural, pois, tendo passados 40 anos, há defasagem do sistema pelo volume maior de unidades habitacionais atendidas.



Entre os moradores mais jovens, a leitura que eles têm do que se constitui numa favela parte do senso comum de um conjunto de características típicas que, no todo ou na maior parte deles, um local possui para ser assim considerado, com a Cidade Alta enquadrando-se neste ‘perfil’.

Porque, diferente dos moradores mais velhos que viveram a oposição *favela X conjunto* (que fora estabelecida como uma ruptura do segundo em relação à primeira), a visão, em amplo sentido, dos moradores mais jovens sobre os conjuntos e o complexo, não possui parâmetros para comparação entre uma Cidade Alta de ‘antes’, dotada de serviços urbanos em bom funcionamento e de ‘depois’, em que esses serviços estão defasados e/ou não foram conservados.

Assim, na redação de um adolescente sobre a Cidade Alta, ele diz que o que menos gosta no local “*é o vazamento de esgotos pelas ruas.*”, motivo pelo qual ele a considera uma favela: “*pois é um lugar muito maltratado, onde águas de esgoto ficam*

escorrendo por aí. Possui lixo em todos os lugares, etc.”⁶²¹ Outro aluno foi ainda mais crítico: *“Eu não acho nada de bom na Cidade Alta. De ruim, eu acho tudo: esgoto transbordando, os tiroteios, as quadras são todas ferradas. Eu acho que a Cidade Alta é uma favela por causa da violência, os tiroteios, os barracos.*”⁶²²

Manoel Gomes critica, em seu depoimento, o que, segundo ele, se revela como um ‘abandono do serviço público’: *“Se você for verificar, existem lixos aí pela rua, sabe? Os prédios ainda têm vazamentos, tem apartamentos aí que tão totalmente alagados... Nós temos um posto médico aqui, um posto de saúde, que não funciona. Nós temos escolas aqui... Não sei se agora, mas na época que os meus filhos estavam estudando, eu tive que pagar uma escola particular (...) Então por isso que eu acho que isso aqui é uma favela ainda e falta muito pra poder ser uma cidade como o nome diz, né? Cidade Alta! Ela é uma cidade sim, é uma cidade em termos de população. Porque aqui tem uma população que, de repente, tem bairro aí que não tem. Agora, você imagine toda essa população necessitando tudo disso aí que eu tô te falando.”*

Rossino lista os problemas do complexo: *“Tem problema de água, tem problema de lixo. Tem problemas sociais... que é o tráfico! Tudo isso tem a Cidade Alta. Que é o que faz a Cidade Alta transformar-se numa favela! Mas ela não é uma favela. Mas os problemas sociais, são os mesmos problemas sociais que tem numa favela. Tem na Cidade Alta: que é a falta de iluminação, é a falta d’água, é o lixo...Tudo isso tem na Cidade Alta.E não era para ter! Porque a Cidade Alta é um conjunto habitacional.”* A fala heterogênea de Rossino, indica o quão difícil é a definição do que é favela, e a partir disso, quais lugares podem ser encaixados nessa definição.

‘Fronteiras’ e ‘partes’ da Cidade Alta

A melhoria progressiva das favelas em aspectos urbanísticos e de serviços e, paralelamente, a deterioração destes no conjunto da Cidade Alta e do Porto Velho, teve como conseqüências o fato de que as ‘diferenças’ de status ou identidades que existiam entre conjuntos e favelas foram sendo diluídas com o passar do tempo, à exceção do Vista Mar que se mantém como um caso à parte no complexo. Isso na verdade constitui muito mais uma disputa simbólica para refutar o estigma e/ou atribuí-lo a outros, afastando-o assim de si. Ou ainda, pode-se também ‘diluir’ o estigma atribuindo-o a

⁶²¹ Trabalho LA2010/1904-05.

⁶²² Trabalho LA2010/1904-07.

todos, e de certa maneira, reduzindo-o assim a aplicação a si, no caso em que essas diferenças são abrandadas, quando não eliminadas. É o caldo no qual estão inseridas as disputas sobre o que faz ou não parte da Cidade Alta, sensivelmente mais acirrada em relação às favelas.

Sergio, por exemplo, se considera morador da Cidade Alta: *“Moro na Avilã. Faz parte da Cidade Alta, mas não é apartamento, é casa! É uma comunidade, uma favela, que faz parte da Cidade Alta.”* Sergio inclusive considera as diferenças entre os ‘apartamentos’ e as ‘casas’ da Cidade Alta mais físicas do que simbólicas. Tendo morado nos dois, disse: *“A diferença é que, ao morar no apartamento você se sente preso. Você se sente praticamente isolado. Na casa você tem mais liberdade!”*. Quanto aos conjuntos, Sergio considera que os três são *“partes da Cidade Alta.”*

Rossino, ao contar sobre sua mudança de uma rua de Cordovil para o Parque Proletário de Cordovil/ Divinéia, incluiu com naturalidade a ‘favela’ como parte da Cidade Alta: *“Porque quando casei eu fui na minha sogra aqui na Cidade Alta, fiquei morando um ano e pouco lá, não deu muito certo. Aí foi quando eu fui comprar minha casinha na Cidade Alta... no Parque Proletário de Cordovil. É Cidade Alta mesmo, mas é no Parque Proletário de Cordovil.”*

A fala de Ney corrobora a opinião de Sergio e Rossino a respeito das favelas serem parte da Cidade Alta. No entanto, Ney ressalta que existe discriminação por parte dos moradores do Porto Velho, que constantemente enfatizam o fato de ser um outro conjunto, distinção que para Ney não existe: *“Eles não chamam de Cidade Alta, eles chamam de Porto Velho. Conjunto Habitacional do Porto Velho. Mas é Cidade Alta de todo jeito! (risos). Divinéia, Avilã... Avilã era um campo de futebol nosso. Então aquilo ali, o pessoal de fora não tinha onde morar, foram invadindo as terras e foram implantando a favela. Tudo faz parte da Cidade Alta. No redor, tudo faz parte da Cidade Alta.”*

Na fala a seguir de Dona Ester, moradora do Porto Velho, vemos como estas distinções são relativizadas, com a depoente apresentando uma fala até contraditória sobre a identidade de seu conjunto. Quando falou sobre o processo de remoção e de sua vinda para Cordovil, ela disse: *“Sabia que estava vindo para Cordovil, mas não sabia que era Cidade Alta. Até porque o nosso conjunto não é Cidade Alta, é conjunto Porto Velho. Só que englobou tudo, não é? Hoje é tudo Cidade Alta. Mas o nosso conjunto, lá*

na planta, na CEHAB, é conjunto Porto Velho.”⁶²³ Quando indagada sobre quais seriam as diferenças entre os conjuntos, Dona Ester destacou que na Cidade Alta o tráfico teria uma presença mais ostensiva. E também acredita haver diferenças entre os moradores dos dois conjuntos. Sem explicitar quais seriam as diferenças, só podemos compreender a fala de Dona Ester em conjunto, quando aponta que, em anos mais recentes, entre os jovens estas diferenças não mais existem: “*Eu sou suspeita para falar porque eu moro lá embaixo. Mas eu vejo alguma diferença. Na garotada, na juventude não! Os adolescentes estão vindo iguais: o mesmo abuso, mesmo desrespeito. Mas os adultos são diferentes. Bem diferentes.*”

Ainda podemos perceber a distinção entre os conjuntos quando ela usa termos como ‘aqui em cima’ para a Cidade Alta e ‘lá embaixo’ (a entrevista foi feita na escola, limítrofe com a Cidade Alta), prática comum entre os moradores do Porto Velho, que usualmente se referem à cidade Alta como ‘lá em cima’ e ‘lá para dentro’. Além dos tempos diferentes de fundação dos dois conjuntos, não podemos ignorar que a presença do conjunto Vista Mar entre eles serve também como um determinante objetivo para que essas distinções permaneçam com alguma força.

Também o fato do conjunto ser localizado no início da elevação para quem vem da Avenida Brasil ou da Estrada do Porto Velho é mais um elemento utilizado pelos moradores do Porto Velho que queiram se distinguir da Cidade Alta. Pois, ao receberem uma visita, por exemplo, esta não terá que passar por pontos onde estão lixos, esgoto vazando, verão numa escala muito menor as puxadas, assim como as ‘bocas de fumo’⁶²⁴.

Já os moradores das ruas de Cordovil que se avizinham e são ligadas aos conjuntos, mesmo freqüentando o comércio local_ na fala de Dona Neusa: “*Cidade Alta, nós que moramos ali para baixo, que temos que vir aqui. Ou vai aqui, ou ali na Porto Velho, ou então em Parada de Lucas, ou então na Penha.*” _utilizando os serviços e com renda aparentemente semelhantes (não temos dados em separado da Cidade Alta. O bairro de Cordovil como um todo se situa na posição de número 102 dos

⁶²³ Depoimento de Ester Porto de Oliveira à pesquisa no dia 08/09/2010.

⁶²⁴ Quem nos chamou atenção para isso foi Wellington da Silva Conceição.

128 bairros da cidade quanto ao IDH-R, Índice de Renda)⁶²⁵ não se identificam como moradores da Cidade Alta. Como disse Antonio Carlos, morador de Cordovil, que estudou no C.E. Rep. de Guiné-Bissau: *“Eu não sou um cara de ficar andando... Eu quando venho pra cá na Cidade Alta, eu só venho ou pra ir no mercado ou pra pegar ônibus aqui. É só e mais nada.”*⁶²⁶

Se o tempo de existência anterior está entre os elementos que podem marcar esta distinção, o estigma também é um fator preponderante para isso, no que o conjunto como um todo é identificado por eles como um lugar onde vigora a ‘ilegalidade’, como vemos na fala de Dona Neusa: *“Não faz parte, mas eles dizem que é Cidade Alta. O pessoal que mora aqui [aponta para os prédios] diz que é tudo Cidade Alta. Eu não estou fazendo pouco caso... Mas acho que não faz parte, porque lá embaixo, cada um paga a suas contas, paga a sua luz, paga a sua água. Mas se dizem que é Cidade Alta, então deixa pra lá. Mas eu não sou contra não.”* Já Antonio Carlos foi mais enfático: *“Não! Não moro na Cidade Alta não! Moro em Cordovil, mas perto da Cidade Alta. Perto! Não moro na Cidade Alta. Cidade Alta é uma coisa, agora, minha casa, onde eu moro, é outro lugar!”*

Conjugam-se aqui dois processos distintos em relação à idéia de *favelização* da Cidade Alta.

Um que seria o surgimento das favelas na encostas que estariam organicamente vinculadas ao conjunto original (e ao complexo por extensão) por diversas razões: pela origem, pela localização, pelo usufruto comum dos serviços e equipamentos.

Por outro lado, o surgimento das favelas seria prova da degradação do conjunto, conforme vimos pelas razões acima. Para muitos atores (principalmente os moradores, mas não somente eles), essa ‘degradação’ não estaria limitada ao conjunto, e se estenderia, no entanto, e aí está o segundo processo, para o bairro de Cordovil, a partir da existência da Cidade Alta como o ponto de irradiação da ‘favela’ e de todas as práticas e características que seriam típicas desta.

Moradora de Cordovil, Dona Nádia foi enfática ao responder se a Cidade Alta teria melhorado ou piorado o bairro: *“Acho que piorou bem... Como piorou! Só piorou!”*

⁶²⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO/PNUD-ONU/IPEA/IBGE. *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida na Cidade do Rio de Janeiro*. Coleção Estudos da Cidade. (1347). Janeiro de 2004.

⁶²⁶ Depoimento de Antônio Carlos Barroso à pesquisa, em 25/03/2009.

O bairro não cresceu, porque aqui nada dá certo. Nada cresce. Só a favela que cresce. Dia e noite, isso cresce que é uma beleza. Mas não deu certo não. Acho que isso aqui em cima acabou com o bairro.”

Em outro momento de seu depoimento, Dona Nádia estabelece o contraste entre o complexo e o conjunto onde mora de maneira mais nítida, abordando também os riscos que a proximidade entre os dois traz: *“Aqui é tranqüilo. Aqui não tem problema. As crianças podem ficar brincando o dia inteiro aqui embaixo... a não ser quando dá tiro! Ai todo mundo corre. Mas os tiros partem lá de cima.”* Em outro trecho, mais adiante, Dona Nádia disse: *“Aqui também! O bicho quando pega lá em cima, pega aqui embaixo.”* Um apartamento vizinho ao de Dona Nádia chegou a ter a janela atingida por um tiro.

No mesmo sentido vai a seguinte fala de Antonio Carlos: *“Nessa violência não dá para você morar num lugar desses não... Até ali, perto da minha casa, mais na frente, tem uma favelinha [trata-se da Divinéia]. Pois eu fico até irritado com os garotos da favela! Que ficam jogando pedra no portão e o caramba. A gente fica reclamando, mas não adianta. Ai, você morar aqui, perto desses... de favela e o caramba. Isso eu não quero morar não. Se eu pudesse eu morava em outro lugar. Porque aqui já foi um bairro tranqüilo mesmo. Um bairro que a gente chegava assim meia noite, uma hora da manhã brincando... não tinha nem a pracinha! Eu moro numa, perto de uma praça. Nem tinha a praça, era um largo... Eu jogava futebol, jogava garrafão, ficava brincando de pique-bandeira, essas coisas. Ai depois que a Cidade Alta veio para cá, uns anos depois, aí começou a piorar as coisas, né? Muita matança também, morreu muita gente aqui.”.*

Reproduzem-se as visões consagradas através do século XX da favela como um elemento de ‘contaminação’ dos bairros e, portanto, algo que deva ser contido. Por um lado, a existência desta leitura serve para demonstrar a condição de *favela* da Cidade Alta, acima de tudo um dado mais subjetivo que objetivo, visto ser um estigma; por outro nos mostra o quão flexível ou ampla essa visão pode ser. Afinal, trata-se de uma visão aplicada a um local cuja renda dos moradores aparentemente não difere tanto da dos moradores do bairro de Cordovil localizado no entorno imediato (no que o que é *percebido* por eles nos é suficiente).

Novamente recorremos à fala de Antonio Carlos, quando perguntado se considera a Cidade Alta uma favela: *“Eu acho que é! Agora... eu acho que é uma favela melhorada, né? [foi perguntado o que quis dizer: se a Cidade Alta já foi uma favela*

pior?] *Não, até que aqui não foi favela não! Mas é que aqui... pô, pelo que é agora. Para mim, é uma favela melhorada. Eu sei que veio muita gente lá da favela do Pinto, e de outras favelas, pra cá.*”.

Assim, sendo um elemento subjetivo, a única maneira de deter o processo de favelização, para que ele não englobe o seu local de moradia (a rua, o prédio, a unidade), é a afirmação da alteridade, a tentativa de estabelecer fronteiras, não importa o quão fluidas elas sejam. Surge assim a favela, atribuindo qualidades negativas a um determinado lugar e destacando-as sempre que possível.

Dentro do complexo, o estigma reproduz-se entre os próprios moradores, que ao utilizarem-no uns com os outros, acabam reforçando-o externamente. Num trabalho, os alunos já adultos, moradores da Cidade Alta e entre eles Antonio Carlos, morador de Cordovil que está entre os depoentes da pesquisa, escreveram suas impressões a respeito da Cidade Alta: *“Antes, a Cidade Alta era chamada de ‘conjunto habitacional da Cidade Alta’. Atualmente, sendo a Cidade Alta área de risco, passou a ser chamada ‘Favela da Cidade Alta’, sendo o motivo a agregação de pessoas carentes em volta desta comunidade e de pessoas de má-conduta.”*⁶²⁷

Rossino, pela sua experiência à frente da Ama-Alta, falou que da mesma forma que há discriminação por parte dos moradores do conjunto da Cidade Alta em relação aos moradores das ‘favelas’ do entorno, há o mesmo tipo de discriminação por parte dos moradores dos outros conjuntos sobre aqueles: *“Até hoje tem essa discriminação. O pessoal de lá [favelas] tem alguns problemas com pessoal de cá [Cidade Alta]. Como também o ‘Pé Sujo’, lá embaixo, o conjunto ‘Pé Sujo! Muita gente do Pé Sujo não gosta de vir à Cidade Alta. Vem muito pouco. Vem porque tem o comércio, tem supermercado, tem tudo. Mas não gostam de vir! Eles discriminam a Cidade Alta. E Bancários também! E o Bancários, em condição financeira, condição social é bem melhor do que o da Cidade Alta e o Pé Sujo. E ele está no meio!”*

Assim, o Vista Mar figura como a área ‘nobre’ de todo o complexo, fazendo uma contraposição à Cidade Alta como favela e mesmo até quanto a ser um conjunto habitacional, preferindo se auto-referir como um condomínio. O Vista Mar é o paradigma para todo o complexo de como um local deve ser para não ser considerado uma favela. Fundando toda esta visão, partilhada e mesmo defendida pelos moradores do ‘Bancários’, está a sua origem de um conjunto que não se destinou a removidos.

⁶²⁷ Trabalho GB2007/1003-03.



Foto de novembro de 2010, da rua Poço Central, principal do complexo, na altura do Vista Mar. Foto de Maria Oliveira.

Como explicou
Pastor
Guaracy: “Os
Bancários já
foi um pessoal
de elite.
Acompanhe
meu
raciocínio: Os
Bancários
estão super
organizados
até hoje, por
quê? Porque.
de início,

colocaram pessoas de um padrão, de um pensamento, de uma linha de vida, de uma filosofia de vida diferentes. E essa filosofia vinha acompanhando de pai pra filho. Porque quem está lá hoje não são os velhos que vieram 30 anos atrás.”

Outro exemplo das diferenças está na questão da inadimplência, que houve numa escala muito menor no Vista Mar. Nilza Mara se esforçou para lembrar de algum caso, narrando o de uma senhora que perdeu o apartamento e se mudou para uma das favelas do complexo, indo morar na casa da filha. Mas ressaltou que foram casos esporádicos.

Samuel Gomes se mudou em 2005 do conjunto da Cidade Alta para o Vista Mar, destacando as diferenças que o levaram a se mudar de conjunto: “*Quando eu me mudei e vim para cá [aponta para o Vista Mar], já era uma mudança significativa. Porque o prédio onde eu morava, era ali na [rua] Ponto Chique, era um ponto bem... dessa coisa! Então, quando eu me mudei para ali, você percebia que... Eu comecei a deixar de ver algumas coisas que eu via.*”

Segundo Nilza Mara, os motivos pelo qual ocorra o tipo de mudança vivido por Samuel é o seguinte: “*Porque se sentem... É uma melhoria! Eu tenho vários conhecidos que saíram de lá e moram no Vista Mar. Alguns tinham até condição de sair da Cidade Alta. Mas não, morando aqui, é um lugar melhor para eles. Já é meio que um crescimento.*” Também é possível perceber a ambigüidade existente na fala de Nilza

Mara quando diz ‘sair da Cidade Alta’, referindo-se ao complexo nesse caso, e incluindo o Vista Mar nele.

Até para moradores de Cordovil que tenham um conhecimento maior das divisões internas da Cidade Alta, o Vista Mar também figura como uma ‘parte melhor’, como disse Dona Nádia: *“Bancários é diferente. A administradora do Bancários é a mesma que a daqui: a Lowndes. Já a Cidade Alta não, mas o Bancários é a mesma administradora que a daqui.”* A visão de uma adolescente, nascida e criada no Vista Mar, é de que ele faz parte da Cidade Alta, constituindo-se, no entanto, numa parte ‘melhor’: *“Moro numa parte melhor da Cidade Alta, moro nos Bancários. É um condomínio, então não é tão bagunçado como lá em cima.”*⁶²⁸

Uma matéria do sítio eletrônico desta administradora sobre o Vista Mar, cujo mote é o papel de um síndico, destaca a atuação do senhor Viener (que na época estava há 17 gestões à frente do condomínio) para solucionar problemas comuns a condomínios.

Assim, no Vista Mar, os vazamentos não chegaram a ocorrer em larga escala pelo fato dos encanamentos terem sido trocados por material mais apropriado e de melhor qualidade. Também a falta d’água é resolvida com a instalação de caixas d’águas nos prédios e um reservatório geral, não sofrendo o Vista Mar desse problema. Ainda, segundo a matéria: *“Não há problemas de segurança no condomínio, segundo Viener.”*⁶²⁹ Realidade bem diferente, como vimos, dos conjuntos vizinhos.

Apesar disso, a matéria trata também das queixas do síndico sobre moradores que não querem seguir regulamentos, bem como da menor participação de moradores mais novos na gestão do condomínio.

Nilza Mara diz que desde o início do Vista Mar há uma preocupação em controlar o fluxo de pessoas dentro do conjunto/condomínio: *“Na época tinha vigia, nós não deixávamos, o pessoal não deixava ficar entrando nos prédios. Aquele negócio de criança entrar, querer ficar tocando campainha, não deixava! Até a própria organização interna. Os moradores tinham que seguir certas regras. Como têm até hoje. Você vê que aí não deixam fazer puxada. Tem multa! Para manter um aspecto, né?”*. Seu Osias, que morando na Cidade Alta foi quem, como serralheiro, instalou as

⁶²⁸ Trabalho LA2010/1901-04.

⁶²⁹ Sítio eletrônico da Administradora Lowndes: <http://www.lowndes.com.br/report/39/dcert.htm>
Consultado em 20/09/2010.

grades que cercam o conjunto Vista Mar, explicou que a causa foi os roubos que estavam acontecendo.

Tendo uma administração própria para resolver eventuais problemas, a Ama-Alta acabou por ter sempre pouca ‘ingerência’ sobre o Vista Mar, visto que problemas que eram comuns em outras



Entrada da Ama-Alta, constando os ‘conjuntos’ representados por esta. Foto de Wellington Silva da Conceição.

partes do complexo não ocorriam no conjunto. De modo que Rossino chega a tecer comparações de sua tarefa na presidência da associação com o cargo de administrador do Vista Mar: “*O condomínio no Bancário é noventa reais [valores de 2009]. O Bancário tem uma administração que o administrador ganha mil e oitocentos reais. E a Cidade Alta tem um presidente que não ganha nada!*”. Malgrado o tom crítico de Rossino, percebemos em sua fala que, como presidente da associação, embora conste na apresentação desta representar também os moradores do Vista Mar, essa representação pouco se efetivou, sendo um elemento a mais de distinção entre os conjuntos.

Dito isso, vemos que há uma intensa disputa simbólica para definir o Vista Mar como parte ou não da Cidade Alta.

Um bom exemplo é que, imóveis no Vista Mar, quando anunciados para venda ou locação, em jornais ou sítios eletrônicos de imobiliárias, invariavelmente são ‘localizados’ no bairro de Cordovil, sem fazer menção à Cidade Alta.

Para muitos que afirmam o Vista Mar como Cidade Alta, isto significaria reduzir o estigma de favela do complexo como um todo, apontando que a existência de uma ‘parte melhor’ serviria também para hierarquizar todas as partes, tendo os outros dois conjuntos do Porto Velho e da Cidade Alta vindo em segundo e terceiro lugares nessa hierarquia, respectivamente, e as favelas ocupando o estrato mais baixo do complexo.

Samuel explicou que quando nasceu sua filha, o apartamento de um quarto em que morava na Cidade Alta não estava servindo mais para sua família, e que podia até

ter comprado moradia em outro lugar, mas o preço menor do Vista Mar com as vantagens que ele oferece foi determinante: *“Como o apartamento era muito bom, o prédio, a vizinhança era bem legal, a gente optou por lá.”* Perguntado se haveria diferenças entre os conjuntos, respondeu afirmativamente: *“Tem! Pelo menos no prédio em que eu moro, na quadra que eu moro, você nota as pessoas com um poder aquisitivo um pouco melhor. Então, você tem gente lá que tem Eco-sport, tem gente que tem carrão. Então, você vê que é uma opção: por não pagar IPTU, acaba sendo vantajoso você morar nesse espaço e ter um padrão de vida melhor.”*⁶³⁰ *Mas na verdade tá no bolo, né? É Cidade Alta do mesmo jeito. Mas as pessoas têm um poder aquisitivo melhor. Final de semana, feriado, você vê muita pessoa viajando. Como lá tem garagem, você vê muitos carros. Mas tem um pessoalzinho também que é da esculhambação.”*

Dona Maria da Penha quando perguntada o porquê de seu filho ter se mudado da Cidade Alta para o Vista Mar, se apressou em dizer: *“Mas é a mesma coisa! Foi opção dele, e ele falou que daqui ele não gosta muito não: ‘Aqui, Deus me livre!’”. Mas eu digo: ‘Mas meu filho, você mora aqui.’ – ‘Ah, mas o estilo é outro.’ É, realmente o estilo é outro.”*

Paradoxalmente, o Vista Mar acaba sendo utilizado também para indicar, por comparação, que os outros dois conjuntos, principalmente, por não terem organização e regras definidas (e cumpridas) como o primeiro, podem e até devem ser enquadrados na categoria de favela, reforçando o estigma sobre eles. Como disse Pastor Guaracy, referindo-se também ao Antonio de Salema: *“Eu gostaria que a Cidade Alta fosse tão organizada, tão bonita quanto outros conjuntos que a gente vê por aí, organizados... Eu vi ali na estrada do Porto Velho, aquele conjunto que tem ali também, tudo organizadinho, portãozinho. O próprio Vista Mar aqui do nosso lado. Mas é outro, pessoas com outra filosofia de vida, com outro pensamento, com outras diretrizes...”*

Há uma convivência tensa entre os conjuntos, no que o estigma de *favelado* e a condição de removido desde o início são fortes componentes para esta sensação de superioridade que os moradores do Vista Mar têm em relação aos seus vizinhos,

⁶³⁰ Apesar de muitos moradores do Rio de Janeiro acreditarem que imóveis em ‘área de risco’ são isentos de IPTU, isso não é diretamente verdadeiro. A isenção é para imóveis que tenham até 100 m² e valor venal inferior a 20 mil Ufirs (aprox. R\$ 39.748,00 em jan/2011). Indiretamente, este acaba sendo o caso de muitos imóveis localizados em favelas ou nas imediações.
<http://www.rio.rj.gov.br/web/smf/listaconteudo?search-type=faq>

principalmente os da Cidade Alta. Inclusive, da perspectiva do Vista Mar, os moradores da Cidade Alta, de maneira genérica, figuram como favelados como todo o resto do complexo, inclusive com bastante proximidade em relação às ‘favelas’, que são vistas como tendo sido originadas pelos removidos ‘que venderam o apartamento para construir barraco’, frase muito comum entre os moradores do Vista Mar e do bairro de Cordovil. Nilza Mara explica esta visão por parte de seus vizinhos no conjunto onde mora: *“Porque muitos falavam: ‘Ah, são removidos de favelas’. Aí ficou o estigma.”*

Se por um lado os moradores do Vista Mar costumam ter menos ressalvas em relação ao conjunto Porto Velho, percebemos que isso não se traduz em diferenças significativas de status deste para o conjunto da Cidade Alta. É uma frase comum no complexo, dita em tom de brincadeira carregada de sentidos, que o Vista Mar, por sua localização entre os outros dois conjuntos, é o ‘recheio do sanduíche’, no que ele seria, além da melhor parte, distinta das outras duas ‘iguais’ que a cercam.

Nilza Mara falou também sobre as origens das relações entre os dois conjuntos, e se ressentia de não haver uma organização mais rígida como anteriormente: *“Porque ficou estigmatizado que o Bancários é um prédio onde as pessoas têm melhor poder aquisitivo. ‘É prédio de rico’. Não deixa fazer bagunça... Mas agora não é como era também. Tem muita gente também...Que vem morar...Porque é uma comunidade. Então, a própria organização que tinha, não tem mais. Tinha vigia noturno para lá e para cá. As portarias eram mantidas fechadas dias e noite... Mas é o próprio morador, né? Que ele não se conscientiza. Aí o filho não tem a chave, empurram, quebram a portaria para poder entrar. Já aconteceu isso em alguns prédios. Mas é o povo que vai chegando...”*

Também não pode ser desconsiderado que a proximidade física, a migração interna e a utilização de alguns serviços por parte dos moradores do Vista Mar também são elementos que estruturam a visão deste como parte integrante do complexo pelos outros moradores, ainda que isso seja refutado pela maioria dos moradores do Vista Mar, conforme disse Ney: *“Bancários é a Cidade Alta! Tudo aqui é Cidade Alta. Tudo aqui, é... Todos os conjuntos aqui é Cidade Alta. Não é dizer que ‘Ah, eu moro nos Bancários’, mora na Cidade Alta de qualquer jeito!”*

Favelado, o outro

A seguinte fala de Dona Margarida faz um apanhado geral dos elementos que configuram a Cidade Alta como favela (com a comum referência aos ‘tempos

melhores’): *“Ah, eu me lembro dos jardins, todos os prédios tinham jardins com flores, plantinhas em volta... Me lembro que era limpo. As pessoas eram mais respeitosas. Não tinha esse negócio do latão na esquina transbordando de lixo, saco de lixo pra todo canto. Pessoal era mais cuidadoso, entendeu? E... sei lá, não tinha esse baile funk! Que, ô, desastre! Não tinha baile funk... Não tinha nada assim... Era mais família! Sabe? Era mais família.”*

Junto com as puxadas, a falta de um senso de coletividade por parte de muitos moradores contribui para reforçar esta que talvez seja a característica que mais comumente se associa à favela, seja por haver lixo nas ruas, seja por haver esgotos correndo a céu aberto, que formam uma imagem de *sujeira*, associada à bagunça e/ou desordem, imagem consagrada desde os tempos da CHISAM, conforme vimos no capítulo 2.

Um adolescente, morador do conjunto da Cidade Alta e cujos pais vieram morar no conjunto em 2006 com os avós dele (moradores antigos), quando ele tinha cerca de onze anos de idade, possui uma narrativa peculiar da trajetória da Cidade Alta, visivelmente impregnada por elementos de memória familiar: *“Não considero a Cidade Alta como uma favela. Aqui é um conjunto habitacional. Mas como as pessoas pararam de pagar o condomínio, os prédios ficaram velhos, acabados e com a pintura velha. E as pessoas fizeram muitos puxadinhos. Isso fez com que a Cidade Alta fosse considerada como favela.”*⁶³¹

Dona Margarida fala de como as lixeiras dos prédios da Cidade Alta deixaram de funcionar: *“Eu não sei de nenhum prédio que tenha lixeira. Todas elas estão desativadas. No princípio, algumas pessoas de boa vontade se reuniram, fizeram reuniões, elegeram uma pessoa como síndico, subsíndico, secretário, não sei mais o que... Então, ficou combinado que cada morador pagaria uma quantia e arrumaria uma pessoa pra manter as escadas limpas, lavar pelo menos uma vez por semana, esvaziar, limpar a lixeira, aí tinha que comprar vassoura, creolina, rodo e pano de chão... Tudo, né? Manter o prédio ajeitadinho. Aí começou aquele problema: a metade, digamos assim, pagava. Outra metade não pagava! O que a outra metade, espertamente, descobriu? Que mesmo que não pagasse, o prédio seria limpo! Então, para que pagar? A velha e boa malandragem, né? Então aí a metade que pagava*

⁶³¹ Trabalho LA2010/1904-01.

descobriu que não adiantava estar pagando pro outro desfrutar. Aí foi de um em um, sabe? Como aquele jogo de dominó? Foi caindo, caindo, caindo... Não deu mais!”

Rossino, ainda destacando as diferenças entre o Vista Mar e a Cidade Alta, atribui a favelização a questões culturais, como na falta de ‘preparo’ do removido para a vida no conjunto (descontado o exagero quando fala que não há mais moradores originais na Cidade Alta, além da discussão que travamos de quão elástica pode ser esta categoria): *“Quem está hoje são os filhos, os netos e bisnetos. Igual Cidade Alta, Cidade Alta hoje não tem mais os originais. Estão hoje os filhos, netos e bisnetos. Vê só o prédio dos Bancários, os Bancários hoje continua a mesma linha! Por quê? A filosofia continua a mesma. Cidade Alta seria a mesma coisa, seria colocado um outro tipo de moradores. Mas houve aí o incêndio! Aí, as pessoas não preparadas pra morar em local assim tão lindo, tão bonito. 80% não estavam preparadas. 20% podiam estar. Pô, mas as pessoas que não sabem o que é banheiro, não sabem o que é privada, não sabem o que é chuveiro. E vai pra um apartamento... (...) Então, as pessoas não tinham uma mente voltada para acompanhar, dar o necessário ao conjunto.”*

Enquanto o valor do condomínio do Vista Mar, em dezembro de 2010 estava em cerca de R\$135,00; muitos poucos prédios na Cidade Alta ainda possuíam pagamento de condomínio, tendo no máximo uma pequena taxa de manutenção para limpeza. O fato de ter ou não um condomínio organizado é fundamental na leitura de prédios e/ou conjuntos como favela ou não. Isto se dá tanto por razões objetivas, quanto subjetivas.

Objetivamente, o fato de haver uma administração define quem possa se encarregar da manutenção básica do prédio, como limpeza, retirada de lixo, pintura etc. No caso desta não existir, ocorre a conseqüente deterioração do prédio, como é visto na maior parte da Cidade Alta.

Subjetivamente, a falta de um condomínio figura nos discursos, por parte dos moradores de um prédio que tenha esta condição ou dos seus vizinhos, como mostra de um sentimento individualista e da falta de preocupação com o coletivo, conforme vimos em alguns depoimentos, sobre a contradição do morador investir e conservar sua unidade habitacional, mas não fazer o mesmo com o prédio ou o conjunto.

Para Giuseppe Badolatto, esta diferença está, além da forma de inserção dos moradores nos conjuntos, no conseqüente vácuo que se criou, quando da fusão do Estado da Guanabara com o Rio de Janeiro, na gestão dos conjuntos. Nem moradores, nem Cohab, nem Prefeitura assumiram-na: *“A grande diferença do conjunto de COHAB e do conjunto de cooperativas, até hoje pode se ver, que todos os conjuntos de*

cooperativas têm uma auto-gestão. Estão em bom estado de conservação, com síndico... não se deteriorou. Ao contrário, se você vai num núcleo desses, está tudo bem conservado. E os conjuntos de COHAB, por ser um conjunto que não deram à comunidade a auto-gestão, eles se deterioraram ao longo do tempo, porque eles passaram a não fazer parte da prefeitura (...) Porque quando veio a Fusão, a prefeitura assumiu a cidade, e os seus limites. Os conjuntos habitacionais por serem a cargo do governo do Estado, eles não constaram do interesse da prefeitura para serem administrados.”

Dona Vilma se ressentiu das complicadas relações de vizinhança dentro dos prédios da Cidade Alta: *“O pessoal daqui não colabora com o lixo, não colabora com nada! Nem em pagar o seu condomínio para fazer seu prédio limpo...”*. Mesma queixa de Dona Lúcia: *“Tem pessoas que não têm espírito de cooperação. Então você quer fazer um conserto: todas as pessoas, os moradores têm que ajudar. Mas só meia dúzia... E o resto... não zelum, não zelum!”*

Samuel Gomes lembra-se das queixas do pai em relação à falta de cooperação existente entre vizinhos, ainda na época que havia uma administração da COHAB/CEHAB: *“Ele chegou até a participar... que tinha administração, ali perto do mercado, tinha administração_ eu acho que era COHAB que funcionava ali. Então, eu me lembro do meu pai participando de reuniões de condomínio. Sempre tendo essa preocupação de fazer as coisas, ajeitar. Mas reclamando também que era difícil... até porque as pessoas, a gente sabe! Essa coisa de organização é meio complicada. O cara quer morar, mas não quer pagar o condomínio para ter ele limpo. Então eu via meu pai participando. Chegou, acho, a ser síndico do prédio...”*

O Pastor Guaracy é outro depoente que se ressentiu dessas relações: *“Pô, um bloco para organizar um condomínio, é um pandemônio! Você não consegue organizar um condomínio! Não tem um bloco aqui com um condomínio formado. O que acontece? Tem sim, uma pessoa que recebe uma mensalidade de 300, 400 reais, que cada um contribui com 15 reais por mês (sei lá, não sei quanto é) para varrer as escadas todos os dias, recolher o lixo, botar o latão lá fora... Água ninguém paga e a Cedae de vez em quando ameaça cortar a água. A luz, tudo bem, é individual, não tem problema. Se cortar, a pessoa paga.”* A falta de entendimento entre os moradores dos prédios foi a razão pela qual o Pastor Guaracy diz ter se mudado da Cidade Alta para uma rua próxima, em Cordovil: *“Moro numa rua lateral aqui à Cidade Alta. (...) Eu morava no apartamento. E minha esposa começou a ter problemas, porque eram palavrões,*

gritarias, brigas... A gente estava dormindo, daqui a pouco o pau quebrava em determinado vizinho! Ela começou a ter problemas, dizia ficar assustada, aí pediu para sair.” Embora tenha saído da Cidade Alta, o Pastor Guaracy e sua esposa quiseram permanecer nas imediações, no bairro de Cordovil, porque eles têm vários filhos que continuaram morando no complexo: “Moro perto por causa dos filhos. Todos os meus seis filhos moram aqui.”

Samuel contou que, entre as razões para seu irmão ter se mudado da Cidade Alta para o interior do Rio de Janeiro estavam, além da questão da violência (que foi determinante), a vontade de morar tendo mais contato com a natureza e a queixa sobre o comportamento de vizinhos: *“Ele queria casa sem vizinho, sem condomínio. Aquela coisa do cara bater de noite, martelo, prego...”*

Também Nilza Mara, mesmo morando no Vista Mar, revela vontade de se mudar para ‘fora’ da Cidade Alta: *“Não vou dizer que também não tenho vontade de sair. Tenho! Só por conta desta ‘arengação’, enfim.... Porque o negócio ficou meio favelizado mesmo. Aí eu tenho vontade de sair. Não sei nem se eu vou ter condição. De repente eu morro aí [risos]. Mas, eu tendo oportunidade, eu vou sair!”*

No Porto Velho, Dona Ester reflete se a mudança para Cordovil foi uma melhora, dizendo as vantagens de ter trocado a moradia na Babilônia pela vida no conjunto, porque nele encontrou: *“Saneamento básico, condução na porta...isso que eu achei, mudou muito... Rua asfaltada! Lá a gente subia, era uma ladeira, tinha pedaços cimentado mas alguns pedaços eram de barro (...) Então, mudou bem, melhorou bem. Nesse ponto melhorou!”*

Num dos primeiros trabalhos utilizados pela presente pesquisa, já citado acima, cujas questões serviram de guia para ela, uma moradora removida da Praia do Pinto possui um discurso crítico à trajetória do conjunto. Quando o grupo perguntou à moradora o que formava a identidade do lugar, ela disse que *“no caso da Cidade Alta, a identidade é o tráfico, a prostituição (de uma certa forma), o crime, o vício e o desrespeito com os moradores, como por exemplo, a falta de privacidade.”*⁶³²

Ney estende o contraste entre as relações de vizinhança ao passado no Parque da Gávea: *“Ah, sinto uma saudade. Muita, muita saudade! Mas a gente não tem mais aquela... As amizades que nós tínhamos, não temos mais, né. Eu tenho amizade, mas não é aquela amizade que tínhamos. Entendeu? Que lá é lá, e eu estou aqui. [Aqui] eu*

⁶³² Trabalho GB2006/2002-01.

não tenho uma amizade... Eu não tenho, porque amizade é muito... pra ter uma amizade, é muito difícil.”

A queixa de que a mudança de muitos moradores antigos teria contribuído também para erodir as relações de vizinhança é comum entre os moradores originais dos diversos conjuntos, como Dona Ester falou em relação ao Porto Velho nos primeiros anos: *“Todo mundo interagia muito bem. Hoje não, está todo mundo meio distanciado. Até porque algumas pessoas mudaram, outros morreram já. Então mudou bastante, a convivência que existia não é mais a mesma. Porque era como se fosse uma família. No começo... Desde lá do morro, porque muitas pessoas ficaram no mesmo prédio. Eram vizinhos no morro, depois passaram a ser vizinhos do prédio... Até parentes.”* Vale considerar que o Porto Velho é um conjunto menor e que a remoção foi concentrada em poucas favelas e essas de tamanho relativamente pequeno, como São João e parte da Babilônia, o que facilitou o entrosamento inicial.

Sergio Firmino, da Cambuci, considera a Cidade Alta (o complexo como um todo) uma favela: *“Acho que sim, só que de cimento armado, né? Porque aqui todo mundo age como tal. Porque tem diferença, de favelado para pessoa que mora num... não precisa nem ser uma comunidade ‘social’ assim, alta, mas média, razoável. Tem diferença! (...) Aqui, age como tal, age como favelado: pessoa depravada, pessoa que não respeita o outro, quer se garantir no outro, quer bater em filho, a pessoa não quer... dialogar! Vai aqui em cima, a maioria das pessoas é assim. Ai um arruma briga com outro aí e já quer dizer que é filha de bandido, é mulher de bandido, que é sei lá o quê.”*

Ao longo da pesquisa a questão da erosão da sociabilidade, ou mais especificamente, de comportamentos considerados extremamente individualistas, visto que não respeitavam os vizinhos mais próximos ou a comunidade (no sentido estrito do termo) como um todo, é a que mais se destacou nas fontes produzidas por (ou com) os moradores como o elemento-chave para projeção do estigma de favelado sobre aqueles que teriam determinado comportamento.

A fala a seguir, de Seu Osias, é emblemática quanto aos vários elementos que temos percebido nas fontes ao longo da pesquisa sobre o que é considerado um comportamento individualista.

Claro, conforme temos insistido aqui, esses não são exclusividade de favelas. Mas devemos considerar que, em locais em que regulamentos urbanos e normas de

convivência são descumpridos, isto se dá de maneira distinta e mais grave para a sociabilidade.

Porque a polícia, por exemplo, quase sempre, não entra lá senão para dar continuidade à guerra com traficantes, e não para fazer a lei ser cumprida nos mais diversos âmbitos da vida social, entre eles, as relações entre vizinhos.

Anteriormente, Seu Osias disse que a Cidade Alta não era uma favela, mas que tinham ‘favelados’. Questionado sobre quem seriam estes então, disse: *“Aqueles que não querem se educar. Aquele que, sinceramente, não considera o outro como um ser humano. E ele não considerando, significa o quê? Que ele mesmo não é! Ou seja, se eu estou vendo a minha televisão e o seu apartamento é parede meia comigo, ou se há uma diferença de dois metros de uma porta para a outra, eu acho que o senhor não teria direito de deixar sua porta aberta e ligar o seu som no último volume! Não está me respeitando. E é isso que acontece! É também, sem permissão de ninguém, no pátio, até na escada, fazer churrasco, passar de meia noite, madrugada. Isso é o que eu chamo de favela! Mas não a localidade e a estrutura dos prédios, as ruas, essa coisa toda. Isso aí é de pessoas de bem. Esse lugar aí é de pessoas de bem. Mas, infelizmente, o povo é que está fazendo favela.”*

A clivagem interna que há entre aqueles que o entorno podem considerar ‘favelados’, visto que moram num lugar considerado ‘favela’, é só mais uma prova da subjetividade do termo, e mesmo se há validade deste como uma categoria consensual.

Mais do que a definição de um tipo de morador urbano, de uma posição econômica e mesmo social, ou ainda, um ‘padrão de comportamento’, o ser ‘favelado’ é um ponto de referência do qual se quer estar distante. Daí ser largamente utilizado pela sociedade, mesmo por aqueles que recebem a acusação.

A paz dos ‘tempos melhores’

A partir da década de 1980, a Cidade Alta passou a viver processo semelhante ao que outras localidades de baixa-renda do Rio de Janeiro viveram: do incremento da atividade criminosa ligada ao tráfico de drogas com quadrilhas que, em sua maioria, são compostas por jovens. Em que estas quadrilhas estabelecem um controle sobre determinado território, de modo que possam saber quem entra e quem sai dele, além de submeter as diversas organizações locais ao ‘tráfico’, estabelecido como o centro de

poder local, como ilustram as palavras de uma moradora ‘original’ não-removida sobre a Cidade Alta: *“Aqui é um lugar bom. O que o faz ruim é a bandidagem”*.⁶³³

O processo descrito acima é mais um dos elementos de reatualização do estigma de favela, servindo para caracterizar locais em que isto ocorra como favelas, formando-se assim o tripé crime-violência-tráfico, conforme aponta o sociólogo Machado da Silva, responsável por um determinado tipo de criminalidade urbana violenta que instaurou uma rotina de medo nas médias e grandes cidades brasileiras⁶³⁴.

Conforme apontou a socióloga Márcia Leite *“parte da população carioca parece viver sob a metáfora da guerra que vincula, de modo difuso, a criminalidade violenta e narcotráfico às condições que opõem morro e asfalto, traficantes e trabalhadores, favelados e cidadãos. Com isso, renovam-se os estigmas sobre os favelados e problematiza-se o reconhecimento de sua cidadania e de seu direito à cidade.”*⁶³⁵ O estigma é atualizado, com a violência, que historicamente acompanhou a favela, modificada, mas lida como inerente àquela. Ainda de acordo com Márcia Leite: *“Atualmente, no repertório simbólico do Rio de Janeiro, o termo ‘favela’ abrange diversos outros territórios de pobreza (conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, bairros periféricos etc.) aludindo não mais à precariedade de equipamentos urbanos e a estatutos de propriedade da terra/moradia específicos, mas sobretudo ao estigma da marginalidade, desordem e violência que o recobre.”*⁶³⁶

De forma que o contrário também é comumente utilizado por moradores de algumas áreas para indicar que sua localidade ‘não é favela, porque não tem tráfico’. Assim, no trabalho com adolescente, alunos da Escola Lafayette, foi comum encontrar respostas à questão proposta, se o aluno considerava a Cidade Alta uma favela, tais

⁶³³ Trabalho GB2006/1002-01.

⁶³⁴ MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. *Sociedade e Estado* v. 19, n. 1, jan./jun. 2004, pp. 53-84.

⁶³⁵ LEITE, Márcia Pereira. “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 15, n. 44, out. 2000, p.73-90.

⁶³⁶ LEITE, Márcia Pereira. ‘Violência risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas’. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. pp. 115-

como: “*Eu acho que é uma favela como outras do Rio de Janeiro, com bandidagem e tudo mais que tem em uma favela.*”⁶³⁷

Deste modo, fronteiras são estabelecidas entre o território controlado pelo tráfico, significado favela, e o bairro limítrofe onde a atuação deste só é perceptível ocasionalmente. E mesmo assim, só o é porque, na leitura dos moradores do ‘asfalto’, a violência ‘transbordou’ daquele determinado local, estruturando e reforçando o estigma deste como ‘favela’.

A violência ligada à atividade do tráfico se tornou elemento fundamental na representação da Cidade Alta como *favela*, seja por ter estabelecido fronteiras de um determinado espaço correspondente à favela ou, ao contrário, definindo como favela o espaço correspondente à atuação do tráfico, onde este exerce o controle através da presença operacional de seus agentes. Porque é nele que está a origem e/ou abrigo das mazelas da cidade, em contraste direto com o ‘asfalto’.

Um episódio exemplar é quando da morte, em outubro de 2008, do traficante Gilberto Martins, conhecido como ‘Mineiro’, que controlava o tráfico na Cidade Alta e outras duas pequenas favelas da região, Pica-Pau (que nos leva a pensar se o fato dela ser tida por alguns como parte da Cidade Alta não se deveu ao fato de ‘pertencer’ ao mesmo chefe) e Cinco Bocas, em Brás de Pina.

Morto num domingo, durante toda a semana a sensação na Cidade Alta era de medo e expectativa sobre uma operação policial, invasão de milícias ou de facção rival, como pôde ser diretamente observado pela pesquisa. Ainda nesta área que incluía a Cidade Alta e os bairros citados, o comércio e serviços, como escolas e posto de saúde, permaneceram fechados, tanto na Cidade Alta quanto na região que incluía o bairro de Cordovil (no lado do ramal de trem da Leopoldina em que está a Cidade Alta) e parte de Brás de Pina.

Episódios como esses interferem na percepção dos moradores dos bairros circunvizinhos à Cidade Alta em relação ao complexo. Assim, a violência foi a razão principal atribuída por Dona Nádia para expressar uma noção de ‘piora’ no bairro em função da existência da Cidade Alta: “*Piorou pela violência! Você vê que aqui a gente está trancado. Trancado dentro de casa, portão na escada. (...) Antes era calmo, era tranquilo. A gente chegava, tinha doze, treze anos, a gente ia para baile e voltava de madrugada tranquilo. Não tinha essas coisas todas que têm aqui não. Podia andar de*

⁶³⁷ Trabalho LA2010/1704-04.

madrugada aqui, ficar conversando ali. Agora a gente não pode ficar na beira da rua.”_ embora Dona Nádia destaque que “a maioria do moradores lá de cima é trabalhador.” Curiosamente, um dos líderes mais recentes do tráfico na Cidade Alta, nasceu no bairro de Cordovil, alternando sua infância e juventude entre as casas de parentes no bairro de Cordovil e na Cidade Alta.

Antônio Carlos também estabelece um contraste entre antes e depois do surgimento da Cidade Alta no bairro de Cordovil, dizendo que começaram a acontecer, na sua rua, roubos nas casas de seus vizinhos e até na de seu avô, em Parada de Lucas, ao lado também de Cordovil: *“O pessoal começava a roubar... parecia ladrão, né? Aí começava a entrar na casa dos outros pra roubar e o caramba. Mudou, mudou... Com certeza, mudou sim! Mudou foi pra pior mesmo! A violência está demais!”*

Assim, quando Antonio Carlos enfatizou que a rua onde morava era Cordovil e não Cidade Alta, uma das bases utilizadas por ele para a distinção era de que a sua rua se constitui num *“lugar mais tranquilo”*, embora já tenha tido casos de violência que envolviam até morte: *“Já chegou! Até a matarem gente lá perto de casa. Já tem uns anos que pararam! Agora a violência está mais só aqui em cima mesmo. Mas isso é gente que sai para matar naquele local, né? Que do lado lá onde eu moro, não tem... o pessoal é tudo tranquilo, ninguém é violento. Quem faz a violência não mora ali não.”*

Para os moradores da Cidade Alta também há este contraste entre o atual cotidiano de violência e a vida no início do conjunto, que figura, em suas memórias, como uma época de *“paz”*, *“tranquilidade”* e de boas relações de vizinhança. Distinta da condição atual do complexo como um local de violência e criminalidade.

Uma aluna adolescente entrevistou sua mãe, que viera de Cordovil ainda na década de 1970, em que o relato da moradora demonstra como a violência se tornou o elemento maior para a leitura de ‘piora’ na Cidade Alta: *“O tráfico, a cada dia só foi piorando. Bandidos entrando na casa de moradores, vítimas de balas perdidas, venda de drogas nas ruas não importa se é noite ou de dia. Bandidos andando armados, invasão de policiais, milícias, tiroteio.”*⁶³⁸

Assim, entre todos os processo e características que pautam os discursos dos moradores para caracterizar a Cidade Alta como uma *favela*, a violência é o que mais se destaca para estabelecer o contraste entre a atual condição e como um local que não é favela deveria ser e que, neste caso específico, a Cidade Alta teria sido assim no

⁶³⁸ Trabalho GB2007/1004-01

passado. Os discursos sobre a violência na Cidade Alta invariavelmente partem de (ou chegam a) um passado idílico, em que os moradores se conheciam, se respeitavam, saíam sem medo nas ruas a qualquer hora e podiam passar a noite com tranquilidade nos espaços públicos da Cidade Alta. Uma moradora que veio adulta da Praia do Pinto teceu comparações entre a juventude dos primeiros anos do conjunto, como seus filhos, e a geração de seus netos, dizendo que: *“A juventude da Cidade Alta nos anos 80 era bem mais tranqüila do que a de hoje. [A diversão era] sair para dançar, curtir seresta, ir à praia e tocar instrumentos nas escadas dos prédios.”*⁶³⁹

No relato de outra moradora, que veio também da Praia do Pinto ainda criança, a Cidade Alta *“era um lugar muito bom. Tinha guardas e até guarda noturno, tinha até entrega de leite e pão nas portas dos prédios. Tinha jardins e eram organizados. As crianças podiam brincar nas praças sem preocupação, antes das favelas e da criminalidade.”*⁶⁴⁰

Para a moradora, anteriormente citada, e cuja opinião é de que a Cidade Alta se tornou uma favela, e que ‘era um conjunto habitacional’, entre outros elementos que ela utiliza para apontar esta mudança, diz: *“Aqui na Cidade Alta, o que marca mais é o tráfico de drogas. Hoje você não pode ficar até tarde na rua, muitos tiroteios.”*⁶⁴¹

Ao dizer que tem como vizinhos no seu conjunto pessoas que moravam na Cidade Alta, Dona Nádia aponta as razões pelas quais acredita que isso se dê: *“Deve ser por causa da violência. Porque aqui é mais tranqüilo. Aqui você pode deixar o filho brincando, andando de bicicleta na rua. Lá em cima você não pode. Porque você nunca sabe quando a polícia vai chegar.”*

Os discursos sobre ‘tempos melhores’ são ampliados à moradia anterior de muitos moradores da Cidade Alta, removidos ou não. Tomando o caso particular dos removidos, na favela de quatro décadas antes, tal violência não existia, sendo marcante o contraste entre as duas realidades para vários depoentes. Assim, a favela anterior figura como um local onde todos se conheciam, inclusive os que tivessem ligação com atividades criminosas, sendo que estes respeitavam os moradores, eram muito menos armados e muito mais discretos.

⁶³⁹ Trabalho GB2009/1004-01

⁶⁴⁰ Trabalho GB2009/1004-11.

⁶⁴¹ Trabalho GB2006/2001-01.

Ney falou sobre a ‘malandragem’ do Parque da Gávea: *“E não tinha essa... Não era igual hoje, né? Que naquela época não existia aquela malandragem que tem hoje não... Malandragem tinha, mas não é... A malandragem naquela época, eles respeitavam. E não se proporcionou como hoje. Aquela proporção de guerra como existe hoje, né? Arma a gente via (risos), mas era garrucha, eles usavam muito a garrucha, aquela pequena arma de dois tiro na corrida, e três-oitão!”*

Para Dona Margarida, que viveu na Praia do Pinto já adulta durante as décadas de 1940 e 1960, existem várias e grandes diferenças entre a criminalidade de ontem e a de hoje, com a atual tendo uma presença muito mais ostensiva e dando-lhe uma sensação de insegurança muito grande. Ela chega a comentar que não se lembra de existir violência na favela anterior: *“Não lembro, não lembro... Naquela época, eu ouvia falar muito raramente em maconha. Mamãe dizia: ‘Olha, não chega perto desses caras não, que é tudo maconheiro!’. Sei lá o que que é maconha! Nunca tinha visto! Entendeu? ‘Ah, que cheiro de maconha!’, nunca senti! Que cheiro de maconha é esse? (risos) Entendeu? O malandro que era malandro, que era brabíssimo, tinha uma navalha, no máximo! (...) O Zé, meu marido, tem uma cicatriz de um tiro que o cara deu nele, assaltou ele naquela pracinha ali perto do Miguel Couto, lá no Leblon, e deu um tiro no Zé. Então, esse tinha revólver. Mas pouquíssimos deles tinham revólver, 38, calibre pequeno, nada. Zé Pretinho, Moacir... Eram vagabundos. Por quê? Porque eram bicheiros! Eram bicheiros, escrevia bicho... Mas nunca vi assim, essa violência, essa correria, e assalto e não sei o que, até porque os barracos tinham uma tramela para fechar e ninguém tinha nada para roubar, né? Então, uma vez teve um garoto lá, o Waltinho, roubou a mulher do comandante do 8º GMAC [Grupamento Móvel de Artilharia da Costa, unidade do Exército] e foi um escândalo!: ‘Tá vendo? Esse povo! Essa negrada!’, entendeu? Ih, foi uma confusão danada! O exército cercou a Praia do Pinto para procurar o tal do Waltinho. Eu não sei dizer se eles acharam, se não acharam, o que que houve. (...) Mas só assim, essas duas violências que eu vi, que eu me lembro. Eu não conhecia metralhadora, nem fuzil, nem nada dessas coisas. Granada? Nem pensar! Nem pensar o moleque ficar ali sentado no radinho, com a granada pendurada aqui, como se aquilo fosse qualquer coisa assim, mais normal, mais comum. Não! Lá não tinha!”*

O mesmo sentimento pôde ser percebido em relação à venda e ao consumo de drogas, particularmente no quanto eles passaram a ser mais explícitos, principalmente no conjunto da Cidade Alta. A diferença é expressa no relato escrito de Manoel Gomes:

*“Existia LSD, loló, maconha e pico na veia, mas quem usava, não fazia perto de quem não curtia.”*⁶⁴²

No início da vida na Cidade Alta, passada a fase inicial de adaptação e de re-estabelecimento dos mínimos laços de vizinhança, entre removidos de diferentes favelas e também não-removidos (a despeito de todos os conflitos por nós tratados aqui), a Cidade Alta viveu na década de 1980, assim como em outros locais considerados favelas na cidade do Rio de Janeiro, o processo de emergência de uma liderança ligada a facções do tráfico de drogas. No caso, este primeiro ‘chefe’, chamado de ‘Nego’, veio removido da Praia do Pinto ainda criança, havendo, na leitura dos moradores, uma continuidade simbólica entre a criminalidade ‘respeitosa’ da Praia do Pinto e este ‘chefe’, ainda que ligado a um novo tipo de criminalidade, mas cuja família conhecia e era conhecida pelos demais moradores da Cidade Alta.

Dona Margarida falou diretamente sobre como era Nego: *“Chegou aqui e começou a coisa da droga, né? Eu não sei de onde que ele tirou essa idéia, como foi que ele fez. Eu sei que, de repente, ele era o chefe da droga na Cidade Alta. Mas aí ele impunha algumas ordens: não mexia com as pessoas, com morador. Não fazia mal a morador. Tinha aquele respeito, quando as pessoas precisavam de alguma coisa e ia falar com ele, dentro dos limites do possível, ele arrumava... Dinheiro para comprar um remédio, um carro para levar uma pessoa ali no Getúlio Vargas... E dava um botijão de gás, se a pessoa tivesse precisada. Ele era legal.”*

Assim, os moradores mais antigos destacam que existia um grande respeito por parte deste primeiro chefe e dos seus subordinados em relação a eles, no que traficantes escondiam armas e drogas quando um morador passava, cumprimentavam-se, e, além disso, o tráfico se transformara num elemento de ordem no local, não deixando ocorrer roubos nem episódios de violência sexual contra moradoras. Dona Margarida fala dessa época: *“Era mais tranquilo, porque também não havia tiroteio, entendeu? Se assustar... Atualmente eu estou com medo da Cidade Alta, naquela época eu não tinha medo. Eu sabia que podia chegar tarde que ninguém ia me fazer mal, nem fazer mal a ninguém. (...) os bandidos daquela época, eram todos pessoas que a gente conhecia, e agora a gente não conhece ninguém.”*

Tendo mais de quarenta anos quando morreu, o traficante ‘Mineiro’ também se destacou no imaginário local por ser um chefe que mantinha a ‘ordem’ e que tinha

⁶⁴² OLIVEIRA, Manoel Gomes de. *Op. cit.*

respeito pelos moradores, impedindo roubos na localidade e pichações na escola, por exemplo.

Para Manoel Gomes, também há uma grande diferença entre a Cidade Alta no decorrer das últimas décadas até determinado ponto do início da década de 1980: *“Nessa época existiam armas, mas não eram expostas para moradores verem, X. foi preso e a história começou a ser mudada na Cidade Alta. Dessa geração, com o tempo, não sobrou quase ninguém.”*⁶⁴³ Outra moradora que veio da Praia do Pinto falou sobre a sensação de mudança ocorrida ao longo da trajetória do complexo, sobretudo no paradigma de atuação do tráfico: *“A violência, os tiros, o tráfico. Não significa que antigamente não existia. Mas só que não era como é hoje em dia.”*⁶⁴⁴ Dona Margarida faz a comparação com os tempos da Praia do Pinto e dos primeiros anos do conjunto com o cotidiano atual, quando o tráfico passou a ter uma presença mais visível e belicosa, reclamando que vê armas todo dia: *“Todo dia, todo dia... É só descer e ir ali. Qualquer lugar que você vá, para qualquer canto que você vá... Banalizou, né? (...) E aqui, os moleques, os radinhos... Antigamente, ficavam de revólver, né? Sentado no banco, lá no meio da rua e girando o revólver. Agora eles ficam com granada! Quer dizer, uma porcaria daquela cai no chão... vai fazer um estrago, né?”*

Manoel Gomes, em seu depoimento oral, culpabiliza a remoção pelo aumento da violência. Se em outras favelas, as não-removidas inclusive, ela também ocorre, o que torna difícil apontar a remoção por si só como único motivo, a relação estabelecida entre o Estado e a população das favelas foi agravada pelo programa remocionista, sendo um elemento a mais. Vale considerar que um dos primeiros episódios de conflitos entre traficantes, ou ao menos o primeiro a figurar com força na imprensa, foi no conjunto habitacional da Cidade de Deus, igualmente surgido para removidos.

Em seu depoimento, Manoel expôs as razões pela qual acredita porque na favela anterior não havia tanta violência: *“Na época não tinha não, porque nós tínhamos fugas. Nós tínhamos as praias, tínhamos o futebol de praia, o [clube] 7 de setembro que tinha um baile... E as pessoas se juntavam para fazer essas festividades, na época de festa junina. As pessoas viviam mais. E isso passou a não acontecer aqui, devido talvez por essa... falta de, digamos assim, essa falta de amizade existente anteriormente. Cada um foi pra um lado então, quer dizer, ficou mais difícil de acontecer. No início ainda*

⁶⁴³ *Idem.*

⁶⁴⁴ *Trabalho GB2007/1001-02.*

chegou a existir. Mas o abandono social fez com que isso fosse se apagando... E a crise social se agravou justamente com as pessoas que foram abandonadas, que não tiveram a dignidade de poder manter suas famílias. E aí, gerou toda uma geração mais violenta. E isso daí foi ficando insuportável, porque eles conseguiram gerar um monstro que nós estamos vendo aí, em todas as comunidades, né. Um monstro foi criado devido o sistema, que nós vemos aí.”

Ainda em seu depoimento, Manoel acredita que o impacto e o trauma causados pela remoção é uma das razões para esse incremento da violência: *“Com isso daí, foi onde, com esses conjuntos habitacionais, começou a modificar. Modificar porque todo aquele romantismo foi ficando pra trás e aí as pessoas foram se deparando com certas situações... Que começava a viver tipo ‘cão’. (...) Tudo você começou a pagar! Uma série de taxas que você não pagava anteriormente. Isso foi dificultando as pessoas e causando uma crise social. Até mesmo porque muitas pessoas começaram a ter que pegar quatro passagens... Quer dizer, isso onerava toda a estrutura financeira da família. Isso aí começou a causar uma crise social muito grande. E de repente, misturando todas essas pessoas vindas de outras comunidades, começou a surgir um pouco da coisa da violência, né? Dentro dessas comunidades. Nos anos 80 que começou. Foi quando começaram a ser criadas facções. E as pessoas começaram a se envolver.”*

A mãe de Nego, por nós entrevistada⁶⁴⁵, atribui à Cidade Alta a causa de seu filho ter entrado para o crime: *“Eu vim com meu filho para cá, ele tinha sete anos (...). Com o tempo, a idade, quando meu filho chegou aos dezessete anos, a vida dele mudou. E eu nunca fui mãe de aceitar. Sempre fui contra isso. Sendo que chegou uma certa época, a questão não era querer aceitar. Eu fui obrigada a aceitar aquilo porque eu não ia ficar contra o meu filho. Eu tinha que apoiar meu filho, não para as coisas erradas, mas para ver se ele mudava a vida dele. Mas isso eu não consegui e perdi meu filho aqui.(...) Foi isso aqui! Porque aqui, começou a querer ter roubo de casa, algumas coisas a darem errado aqui...e ele, na idade que ele estava, ele não só, como outros também, começaram a querer assim, debater sobre aquilo, querer uma mudança, achar como devia ser, que tinha que respeitar. Então, ele acabou mudando toda vida dele aqui. E invés de melhorar, mudar para melhor, mudou foi para pior, né?”*

⁶⁴⁵ Preferimos manter o sigilo de sua identidade aqui. Entrevista realizada no segundo semestre de 2010.

Na opinião dela, também há uma diferença entre o modo em que o filho se relacionava com os moradores para os que atuam no tráfico em anos mais recentes: “*É diferente mesmo. Porque ele era cria daqui, então ele respeitava todo mundo. Então, o pessoal daqui considerava muito ele! Muito mesmo. Porque, hoje, você passa na rua, é diferente. Ninguém te respeita. Sua mãe se passar, sua mulher se passar com seu filho... antigamente não tinha essas coisas. Era respeito mesmo!*” Em outro trecho da entrevista, se queixou do comportamento “*da garotada nova*”. Devemos considerar que pode haver aí também uma sensação de perda de prestígio por parte da família de Nego, tendo o filho sido chefe quando muitos jovens que atualmente estão na atividade do tráfico nem eram nascidos. De qualquer modo, não deixa de ser interessante perceber que mesmo a mãe daquele tem queixas quanto ao distanciamento dos jovens que atuam no tráfico e na diferença de quando estes eram puramente ‘crias’ da comunidade.

Assim, a partir de momento impreciso, que os moradores não sabem exatamente qual, mas localizado na virada das décadas de 1980 para 1990, os episódios de violência tornaram-se rotineiros na Cidade Alta. Usando nomes fictícios, Manoel Gomes narrou em seu texto um desses primeiros episódios: “*O som das balas zunem nos ouvidos dos moradores, que rezam dentro de seus apartamentos para que ninguém saísse ferido. No confronto entre polícia e a rapaziada, gritos são ouvidos: _ ‘Extorquir nosso dinheiro esses putos sabem, mas dar ‘maleime’ não’, gritava Esgoto justamente com Menorzinho e Cocho, devolvendo as balas que a polícia atirava na direção deles. O dia amanheceu, e nas esquinas, as marcas dos tiros trocados estão nas latarias dos carros e paredes dos prédios. As pessoas relatam como foi o tiroteio da noite passada, algumas crianças imitam, com pedaços de madeira na mão, a luta que aconteceu.*”⁶⁴⁶

Um episódio marcante ocorreu no início de 2007, quando milícias ‘tomaram’ a Cidade Alta do tráfico numa madrugada de sexta para sábado, tendo este conseguido ‘retomar’ no domingo subsequente. Na introdução de uma reportagem sobre o ocorrido, vemos a caracterização da Cidade Alta como ‘favela’, assim como outras já apresentadas aqui: “*A guerra entre traficantes, milícias e a Polícia Militar no final de semana deixou sete mortos e oito feridos, na favela da Cidade Alta, no bairro de Cordovil, na Zona Norte.*”⁶⁴⁷. Para os moradores, além de semanas de tensão e medo, a sequência de episódios em que ‘forças’ tentam dominar o território do complexo

⁶⁴⁶ OLIVEIRA, Manoel Gomes de. *Op. cit.*

⁶⁴⁷ “Confronto entre milícia e tráfico já deixa 7 mortos na Zona Norte do Rio” *O Globo*, 06/02/2007.

reforçou o imaginário local da Cidade Alta como favela, associada a uma área sob controle de forças à margem da lei. Imagem reforçada ao longo dos anos e constantemente atualizada por esses tipos de eventos⁶⁴⁸, como no ocorrido em maio de 2008, que uma aluna usou para exemplificar, no seu relato escrito, sobre o que piorou na Cidade Alta: “A violência, os grandes tiroteios como o que teve no mês de maio. Estava na escola e pensei que íamos todos morrer. Muitos choravam, outros desmaiavam e até no hospital teve gente que foi parar, depois que parou o tiroteio. Moro aqui há muitos anos e nunca tinha visto coisa tão pavorosa.”⁶⁴⁹ A aluna, moradora da Cidade Alta



O ‘caveirão’, veículo blindado da Polícia Militar. Cujas incursões num local é símbolo do cotidiano de medo e violência. A imagem acima, de um desses veículos na Cidade Alta, foi extraída de um vídeo da internet em que o tráfico da Cidade Alta era enaltecido.

desde meados da década de 1980, se referiu a um confronto entre policiais e traficantes em que o ‘Caveirão’ ficou parado na porta do Colégio Guiné-Bissau enquanto trocava tiros.

Episódios assim despertam

nos moradores da Cidade Alta sentimentos dessa como um local que possui especificidades em relação ao conjunto da cidade. Se o Rio de Janeiro como um todo é atingido pela violência urbana, a proximidade física com os episódios e personagens neles envolvidos estrutura uma leitura de mundo distinta daqueles que, ainda que possam sofrer diretamente os efeitos de um confronto entre policiais e traficantes por estar na área de alcance dos tiros de onde este confronto ocorra, vivenciam o fato de maneira dramática.

⁶⁴⁸ E para citar mais um dentre os vários episódios de violência, temos: “Troca de tiros mata quatro e fere moradora na Cidade Alta, em Cordovil” *O Globo*, 19/09/2010.

⁶⁴⁹ Trabalho GB2008/1004-05.

Primeiro por estar numa área onde a incursão de forças policiais ou quadrilhas rivais pode ocorrer no local onde cotidianamente o morador realiza atividades banais, tais como ir ao mercado, à feira, à escola, sair para trabalhar, etc. Segundo porque, não apenas parte dos personagens envolvidos é conhecida pelos moradores, mas também suas famílias, o que leva a lamentar a sorte dos envolvidos, sem que isso implique uma postura de ‘apoio’ ao tráfico. Apenas de solidariedade com vizinhos.

Outra consequência ainda mais grave pôde ser percebida num trabalho desenvolvido com crianças do 6º ano do Ensino Fundamental da E. M. Min. Lafayette de Andrada (alguns trechos ao lado, nas imagens.). Feito no início do ano letivo de 2010, o trabalho visava conhecer melhor os alunos, e entre outras perguntas, constava “Do que você mais tem medo?”. Entre cerca de 100 alunos, na faixa de 11 a 13 anos, a maioria das respostas apresentadas eram: “medo de morrer”, “tiros” ou “perder algum parente”. Outra resposta, menos comum, era o medo da polícia e de policiais. Longe de indicar automaticamente uma ‘cumplicidade’ ou ‘vinculação’ do aluno com o tráfico, o medo das incursões policiais é uma reação encontrada também em moradores e agentes externos que atuam na Cidade Alta. Como estes estão acostumados a ver

cotidianamente a atuação do tráfico no local, percebem que a ‘ordem’ estabelecida, ainda que à força e deletéria em vários outros sentidos, só é perturbada quando os traficantes são confrontados, na maioria das vezes por forças policiais de maneira esporádica, sem que seja possível compreender porque estas forças não se fizeram presentes no dia anterior, quando o tráfico estava lá, ou no dia

seguinte, que estará da mesma forma. Assim, a polícia é sentida mais como elemento de ‘desordem’ do que de manutenção da paz, ou mesmo da lei.

O tráfico se tornou fator onipresente na vida dos moradores da Cidade Alta, seja por sentimentos de medo e rejeição, seja por sentimentos de admiração e intenção de demonstrar ‘ter contexto’. Isto é particularmente mais notado entre os jovens que cresceram tendo o tráfico como referência de poder local, embora não seja exclusividade destes. É o *vivido* pelos moradores da Cidade Alta, particularmente os mais jovens que não conheceram um outro cotidiano no complexo que não seja do território sob controle de quadrilhas, que é condicionante para sua leitura de mundo, e do seu local de moradia. Longe de implicar em uma necessária e inexorável introjeção da violência como código condutor de suas posturas por parte de todos os jovens que cresceram na Cidade Alta, ela é um condicionante no qual o jovem tem que lidar no seu campo de possibilidades. No que alguns acabam por optar por aquele estilo de vida que promete poder (em vários sentidos) e possibilidade maior e imediata de consumo, enquanto outros que não se envolvem são obrigados a criar estratégias para lidarem com isso, tão presente em sua realidade, conforme podemos ver num trecho da redação de um aluno adolescente: *“O que eu menos gosto aqui da Cidade Alta é a bandidagem do tráfico, morte de pessoas inocentes que morrem nas mãos de vagabundos e também dos meus amigos que nasceram comigo e hoje em dia estão no tráfico de drogas.”*⁶⁵⁰

Ney também apresenta temores pelo que possa ocorrer aos seus filhos e demais jovens da Cidade Alta, dentro deste cotidiano de violência: *“Olha, não é um bom lugar para morar, porque a gente para criar os filhos aqui é brabo. (...) O que acontece nesse mundo aí afora... Que hoje a gente sabe que a molecada não tem infância, não tem a infância que nós tivemos. Hoje em dia, o adolescente, se não tiver uma roupa de marca, um tênis de marca, ele vai roubar. Quem não der... um pai que não tiver uma estrutura pra cuidar do seu filho, o pensamento dele é entrar pro tóxico, para ter uma roupa de marca... E esse baile funk aí também, né? Baile funk vem influenciar muito esses moleques... que é um bonde do mal, né? Baile funk é o bonde do pior. A pior época que eu já vi na minha vida foi essa época do baile funk.”*

Reforça-se a leitura do local como favela porque nele as quadrilhas não são entidades ‘abstratas’ ou arquétipos a partir de infinitas imagens divulgadas pela mídia. Na Cidade Alta, como em muitos outros lugares considerados favelas, o cotidiano de violência tem nome e rosto. Não são figuras anônimas que cruzam o caminho de uma potencial vítima por infelizes acasos. São vizinhos cujos moradores os viram entrar para

⁶⁵⁰ Trabalho LA2010/1904-02

a ‘vida errada’. São cumprimentados. Os filhos podem ser alertados para que estes sejam evitados. Lamenta-se a sorte destes.

Teme-se o poder que este carrega. Evita-se torná-lo um desafeto. Guarda-se um ressentimento em relação àqueles que usam o parentesco e a amizade com os rapazes do movimento para impor aos vizinhos suas vontades, sejam elas quais forem, sem dar relevância à solidariedade nas relações de vizinhança e sem ter medo de represálias.

Entre as famílias que possuem alguém ‘envolvido’, as posturas são múltiplas e nada conflitantes, podendo a mesma família adotar mais de uma postura: que vão desde a vergonha e a condenação à atividade, pelo medo de outros membros acabarem por se envolver também; até a utilização desta vinculação como instrumento de intimidação frente a outros moradores. Além, claro, do uso do dinheiro proveniente da atividade.

No decorrer da pesquisa, vimos mais de um caso em que o morador utilizava a vinculação familiar com alguém do tráfico como forma de resolução de conflitos, cujo o mais destacado foi o da mãe de uma aluna que procurou a direção de uma escola local para reclamar do comportamento de outros alunos em relação à sua filha, dizendo que o irmão desta era do tráfico e que poderia ficar ‘chateado’ se soubesse do fato.

Além do incremento da violência cotidiana, as relações estabelecidas pelo e a partir do tráfico são tidas como elementos do comportamento individualista levado ao extremo. Na redação de uma adolescente sobre a Cidade Alta, quando ela diz do que não gosta no local, vemos que ela relacionou a criminalidade violenta do tráfico com uma menor noção de coletividade: *“O que não gosto é o tráfico de drogas, o crime, a falta de respeito, a desvalorização e a má educação que as pessoas têm umas para com as outras. E eu acho sim, que a Cidade Alta é uma favela, pelo fato de ter confronto, o crime ser considerado algo natural. A pessoa anda em uma calçada e ao lado tem uma pessoa armada. Vira uma rua e tem usuários de drogas sem nenhum respeito, consumindo sem nenhuma vergonha, nem as crianças são respeitadas. Todos expostos ao sexo, drogas e crime.”*⁶⁵¹

Na visão dos moradores, que pôde ser notado em todos os depoentes, em maior ou menor grau, mas que figurou unanimemente nos discursos, a violência surge como elemento, talvez o principal, para construir a leitura do lugar como *favela* tanto por moradores quanto por não-moradores, numa relação dialética em que a leitura de moradores sofre influências das leituras externas. A violência é causa e consequência da

⁶⁵¹ Trabalho LA2010/1901-12.

perda de sociabilidade, reduzindo a utilização dos espaços públicos, pelo medo. As poucas praças da Cidade Alta, que se tornaram pontos de concentração da atividade criminosa, são evitadas; as escadas dos prédios não são mais utilizadas como locais onde as pessoas tocavam violão. Na ‘Quadra’, o *baile funk* é fortemente marcado pela presença física do tráfico, bem como também pela presença cultural: nas letras cantadas com exaltação à facção, entre outras atividades à margem da lei.

Na entrevista dada aos alunos, Dona Maria da Penha, assim como Ney pouco acima, teceu pesadas críticas ao *baile funk*: “*Os bailes funks que são constantes e o barulho é enorme, intenso. Quem mora por perto não consegue conversar, ver televisão, falar no telefone. Dormir? Nem pensar. Somos obrigados a ouvir seus palavrões, gritarias e as letras das músicas que são ridículas, muito indecentes.*”⁶⁵²

Deste modo, a erosão da sociabilidade gerou um retraimento por parte de muitos moradores, que incrementam ainda mais o isolamento e a perda do sentido de coletividade, transformando os espaços públicos, aí entendidos tanto os físicos quanto as organizações locais, em espaços compartilhados por cada vez menos moradores, quando não são completamente eliminados. Evitando-os por não quererem ‘se misturar’ e reafirmando sua distinção em relação aos vizinhos.

Redução dos espaços públicos também pelas ‘puxadas’. Os muros que formam algumas ‘puxadas’ foram criados muitas vezes com o intuito do morador estabelecer uma rígida fronteira entre sua casa e ‘externo’, resguardando sua privacidade de vizinhos que já não conhece ou com quem quase não têm relação. Além disso, a ‘puxada’ em si pode ser uma barreira, no sentido literal do termo, à violência que ‘está na rua’. Foi mais um dos motivos apontados por Manoel, em seu depoimento, para ter feito a sua: “*E se não fosse a parede ali, eu teria morrido! Com a polícia adentrando, trocando tiro com traficante, eles deram um tiro que furou minha parede. Se não tivesse aquela parede ali, e cercado, poderia ser atingido. Isso também é mais um motivo.*”

Se a puxada é lida como elemento de favelização, estabelece-se um circuito em que o processo de favelização da Cidade Alta é realimentado. Pois são feitas como modo de isolar o que é considerado estranho, ou perigoso, ou distinto do se quer ser, buscando estabelecer fronteiras rígidas entre a casa e o ‘exterior’, mas fazendo surgir as características de favela por outro viés.

⁶⁵² Trabalho GB2008/1004-03.

É tarefa extremamente difícil, senão impossível, detectar o marco zero deste processo, ainda mais que vemos que não existe um determinante único: as dificuldades causadas pela remoção, somadas às outras dificuldades vividas de maneira mais drástica, pelas camadas mais pobres da população no decorrer das décadas de 1980 e 1990 foram o *Leit motiv* para o surgimento das puxadas; que deram, na visão dos moradores, o tom de favela à Cidade Alta. Essas dificuldades também são o campo no qual um determinado tipo de criminalidade violenta floresceu nas décadas de 1980 e 1990.⁶⁵³ Assim, os dois processos, simultâneos e influenciando-se mutuamente, estruturaram a caracterização do local como favela.

O tráfico tem presença operacional muito mais forte no Conjunto Habitacional da Cidade Alta do que nas ‘favelas’ que surgiram nas encostas do complexo. Sem querer ou poder traçar uma ficha de cada membro que atua no tráfico local, com o ‘endereço’ ou local de moradia anterior deste, notamos a utilização do estigma como instrumento de distinção social, depreciando o outro para assim se auto-promover, quando as ‘favelas’ são responsabilizadas pelo aumento da criminalidade no complexo.

O relato de uma moradora removida do Morro São João para o conjunto Porto Velho, feito no trabalho de uma aluna que era sua neta, nos será útil pelo longo relato que faz das mudanças pelas quais os moradores viveram, e o complexo passou, e que foram estruturando a percepção do local como *favela*: “*Isto aqui era uma maravilha, apesar do apartamento, onde moro até hoje, estar mal acabado: o chão era de cimento grosso, cheio de poeira. Apesar do desconforto da moradia, era uma calma que dava paz para levar a vida em frente. Os meus filhos estudavam à noite, chegavam tarde da noite sem o risco de levar uma bala perdida. Não se ouviam tiros nessa época e só tinha condução para o povo descer [expressão que significa ir ‘em direção ao Centro’] na Avenida Brasil. (...) Mesmo assim, era de uma tranquilidade de fazer inveja. Depois de um tempo começou a melhorar, construindo escolas, área de lazer, supermercado e farmácias. (...) Depois de alguns anos, começaram a surgir favelas. Algumas famílias, que não conseguiam morar em apartamento, preferiram casas. Foi lá que começaram a*

⁶⁵³ Discutir os nexos de causalidade entre pobreza, crime e violência fugiria ao objetivo deste trabalho. No caso que nos interessa, é como um determinado tipo de criminalidade violenta associado ao tráfico de drogas passou a ocorrer no complexo da Cidade Alta. Uma discussão aprofundada sobre estes ‘nexos’ (ou uma ‘discussão’ da discussão) está em MISSE, Michel. “Crime e Pobreza: Velhos enfoques, novos problemas.” In: VILLAS BOAS, Glaucio & GONÇALVES, Marco Antonio. *O Brasil na virada do século – o debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 79-89.

*fazer barracos onde hoje existem as tais favelas. Mesmo com as favelas, as coisas iam bem até pouco tempo, quando infelizmente os problemas começaram a aparecer, e está cada dia pior. Estamos sem saber como sobreviver. A quem recorrer no meio dessa bandidagem? Do fogo cruzado? Aqui, hoje, está assim. Não dá para ter sossego. (...) Tem 40 anos que moro aqui na Cidade Alta. Não me sinto completamente feliz, devido à violência que está descontrolada. Fico pensando como será o futuro desses jovens? Dos adolescentes... Está muito difícil essa falta de respeito e solidariedade com o próximo.*⁶⁵⁴

Além disso, este relato é também ilustrativo de como o cotidiano de violência estruturou uma leitura de um passado melhor que adquiriu uma dimensão simbólica de ‘tempos melhores’. Ao trabalharmos com as memórias desses moradores, devemos considerar o quanto certa leitura positiva em relação à remoção e aos primeiros anos do conjunto não está estruturada numa oposição automática entre esses ‘tempos melhores’ e o que veio depois, perfazendo então uma distinção dos tempos que o local, pelos aspectos urbanísticos e pela ‘tranquilidade’ não se constituiria como uma favela, mas sim que acabou se transformando numa.

Para além dos riscos físicos em si, no que poderíamos traçar uma hierarquia de maior o risco quanto mais geograficamente exposto ao conflito (logicamente sem absolutizar isso, como o tiroteio entre policiais e traficantes nas ruas de São Conrado, em frente ao Hotel Intercontinental em agosto de 2010 demonstrou); e, sem deixar de considerar que a maior exposição a esses riscos implica em si uma mudança qualitativa, o cotidiano de violência traz impactos muito maiores sobre o *habitus* dos moradores da Cidade Alta. No que a questão da sociabilidade nos parece ser um ponto fecundo para algumas considerações sobre o que temos discutido até aqui, da condição de favela ou não do local.

Sem estabelecer isso como um roteiro ao qual todos os moradores devem obrigatoriamente cumprir, a violência estrutura leituras de mundo que influencia e é influenciada por padrões de comportamentos. Machado da Silva tem feito um longo debate se a violência estaria criando uma ‘nova sociabilidade’, em que a ‘ordem estatal’, ou seja, a legitimidade do Estado em fazer valer suas leis e ter o monopólio do uso da força, tema tão sensível e presente enquanto estas linhas são escritas, não é relevante para parcelas da população, num Estado que nunca conseguiu promover a extensão

⁶⁵⁴ Trabalho GB2008/1004-06

universal de elementos básicos de cidadania, o que se agravou no período de retração econômica e longa crise ocorrida nas décadas de 1980 e 1990, quando surge um novo padrão de sociabilidade em que a violência é meio principal para obtenção de interesses, no qual a alteridade e a intersubjetividade são mínimas ou mesmo inexistentes.⁶⁵⁵

Em que pesem críticas e divergências que diversos autores fazem a determinados pontos da tese de Machado da Silva, a idéia central é considerada por muitos como importante passo para compreensão dos mecanismos da violência urbana, suas causas e conseqüências no Brasil da virada do século XX para o XXI. Dentre eles, o que mais nos aproximamos é Michel Misse, que considera extremamente relevante a análise da *“incompletude do assalariamento (...), da informalidade, no âmbito econômico da sociabilidade; e sobre as questões da (in)civilidade, no âmbito sócio-político da sociabilidade (direitos civis, por exemplo).”*⁶⁵⁶

Para os moradores das áreas em que a presença do tráfico é uma constante, caso de muitas ‘favelas’, as maneiras deles lidarem com o tráfico decorrem, segundo Márcia Leite do reconhecimento de *“sua inserção em uma ordem factual que é caracterizada, de um lado, pela contigüidade com o crime violento no território e pelas diversas situações em que sua presença e atuação alteram suas rotinas cotidianas (...). De outro, pelo acesso precário dos moradores de favelas aos bens de cidadania e às instituições e serviços públicos, que lhes dificulta recorrer a alternativas institucionais para se contrapor ao risco e à violência.”*⁶⁵⁷

Já vimos, através dos relatos orais ou escritos produzidos pelos moradores da Cidade Alta, que a noção de ‘abandono do Estado’ é muito forte. Ou que, no mínimo, a atuação do Estado é lenta e/ou de qualidade inferior às outras partes da cidade. Um caso que ilustra de maneira exemplar como o ordenamento estatal perde legitimidade foi contado por uma moradora, cuja mãe levava o namorado a morar com ela e que, passado algum tempo, expulsou a mãe do apartamento do qual ela era dona. Após tentativas infrutíferas de diálogo com o ‘invasor’, a moradora recorreu então, segundo ela pela única vez na sua vida, ao traficante Nego, que imediatamente mandou um membro de sua quadrilha armado ao local, resolvendo imediatamente a questão, estabelecendo,

⁶⁵⁵ MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *“Sociabilidade Violenta...”* Op. cit.

⁶⁵⁶ MISSE, Michel. *Crime Urbano, Sociabilidade Violenta e Ordem Legítima: comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva*. (mimeo). Rio de Janeiro, 1997.

⁶⁵⁷ LEITE, Márcia. Pereira. *“Violência risco e sociabilidade...”* Op. cit.

como punição, a expulsão do ‘invasor’ sem poder levar nenhum pertence, descalço, inclusive. Cabe refletir, que se elas fossem recorrer às vias legais, ao judiciário notadamente lento, por exemplo, em quanto tempo a questão se resolveria?

Obviamente, não se trata de fazer elogio de práticas e recursos à margem da lei, e sim apontar que um elemento básico para a construção da cidadania, “*o direito a ter direitos*”, que segundo Hannah Arendt é condição primordial para a inserção da pessoa na esfera da cidadania⁶⁵⁸, é algo pouco palpável para maior parte do povo brasileiro, em especial nas comunidades de baixa renda⁶⁵⁹.

É instigante pensar quando ‘começou’ a falta de intersubjetividade e de alteridade, ou ao menos, deixou de ser tratada como algo a ser alcançado por parte das autoridades à frente do Estado, que acima de tudo deveriam ser os primeiros a legitimá-lo. A remoção de favelas, como vimos, não foi feita com os removidos tendo sido consultados. O próprio termo, remoção, já remete a uma ‘objetalização’ dos que a sofreram.

Isso traz como consequência, no *habitus* local, cursos de ação que cotidianamente se praticam na Cidade Alta, bem como em outras áreas, que são socialmente justificados como ‘única saída’ ou, dito de outro modo, ‘quem é pobre tem que se virar’. A informalidade e a ilegalidade adquirem uma fronteira muito tênue, em que a lei, entendida como os códigos estabelecidos por um Estado que não oferece contrapartidas suficientes para se legitimar como mantenedor da ordem, não adquire importância na vida das pessoas.

As ‘favelas’ da Cidade Alta surgiram para abrigar moradores sem condições de pagar as prestações e sem alternativa melhor de moradia; a ‘puxada’ é justificada pela necessidade de abrigar mais pessoas no apartamento ou de montar um negócio para fazer frente às despesas; o tráfico, e os variados graus de convivência com ele, são caminhos mais tentadores e/ou mais compensatórios do que as alternativas oferecidas aos jovens no país durante as últimas duas décadas. Não se quer aqui apresentar a instalação da moradia na favela pela impossibilidade da família removida em pagar as prestações impostas pela Cohab como uma ação exatamente igual à do jovem que, tendo entrado para o tráfico, pratica um assalto à mão armada com vítima fatal, a fim de obter uma moto, por exemplo. Apenas que, em ambos os casos, a legalidade e a ordem

⁶⁵⁸ ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. 7ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁶⁵⁹ “FGV: População está menos confiante no Judiciário” *O Globo*, 23/10/2009.

originadas e zeladas pelo Estado não foram consideradas pelos agentes como válidas de serem seguidas.

Nesse caso, a cidadania, baseada no ideal de partilhar um destino comum⁶⁶⁰, não encontra alicerces onde se firmar. A violência se reflete na sociabilidade cada vez mais conflituosa, em que os efeitos deletérios do individualismo exacerbado se fazem sentir em variados graus. Desde a apatia em relação às questões comuns do prédio até ao uso do recurso da intimidação por pertencer ou ter um parente no tráfico.

Se por um lado, muitos moradores repudiam tais práticas, prova de que quaisquer generalizações a respeito dos moradores são equivocadas; por outro, a percepção de que isto ocorre em seu lugar de moradia é elemento que estrutura sua visão do local como *favela*. Segundo Dona Margarida: *“Nesse sentido é igual. Eu acredito que todo mundo no Alemão, no Jacaré, na Rocinha, acredito que é tudo igual. Todo lugar onde tem jovem, entendeu? A necessidade de... a mídia botou na cabeça deles que precisa ‘ter’. De repente ‘ter’ passou a ser muito mais importante do que ‘ser’. Possuir, tem que ter. É que nem as motos, nossa senhora! Qualquer moleque desse aí, rouba uma moto aqui... A necessidade de ter, ter, ter! Tem que ter! A mídia... um MP desse, todo mundo quer estar com um negocinho desses. Um celular, nossa senhora! Ah, tem que ter um celular! De preferência, o último modelo, mais moderno e mais caro. Cadê o dinheiro pra comprar? Se a pessoa tivesse instrução, educação, oportunidade, chance, né? De conseguir dinheiro, aí... pôxa! ‘Minha auto-estima’? Entro em uma loja, vou comprar com o meu dinheiro! Mas não tem chance, então encosta o revólver em cima da pessoa e ‘Me dá o seu!’”*

Como vimos acima, Manoel Gomes falou à pesquisa que as políticas de remoção e o ‘abandono do Estado’ são causas da violência. Em outro trecho de sua entrevista, ele fala também da falta do sentido de coletividade da população, que leva os moradores a não melhorarem a situação do conjunto e alguns, a entrarem para o crime: *“A Cidade Alta é uma favela de concreto armado. Para mim, ela é uma favela de concreto armado, onde falta as pessoas chegarem e terem aquela visão que existia anteriormente na favela. Ter aquela união. Porque essa questão que eu te falei de pessoas vindas de vários lugares, cada um começou a criar sua turma. (...) Mas mesmo assim isso aí não foi causa principal dessa crise social. O problema é que essas pessoas começaram a sofrer justamente por falta de condições sociais e começaram a buscar seus caminhos.*

⁶⁶⁰ MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001

Uns resolveram ser pop star da música, outros ser pop star do crime, outros pop star de qualquer área que eles achavam que conviesse. (...) Falta justamente as pessoas se darem as mãos e tentarem lutar por um espaço dentro da sociedade. Lutar pelos seus direitos. Porque conseguiram alienar totalmente. As pessoas, de repente, acham isso aí normal, mas não é normal! Eu acho que isso aí não é normal, acho que você tem um direito como cidadão de chegar e querer o melhor. Essa 5ª geração que eu já estou vendo aí. Já faz 5 gerações... Eu já estou aqui há 40 anos, cheguei aqui em 69. Já estou vendo uma 5ª geração chegando sem condições nenhuma. Abandonados!’

Novas gerações, o estigma como meio

Estas novas gerações, abordadas por Manoel Gomes, cuja *terceira geração* por nós classificada se insere, são pista preciosa para compreensão acerca da *reprodução* do estigma de favela. Em vários pontos anteriores, vimos de que modo as acusações do que é ‘ser favelado’ surgem a partir de determinadas características atribuídas em relação a um tipo de comportamento, mais do que uma condição econômica *per si*, embora esta seja um determinante que não pode ser desconsiderado, ao menos como originador de práticas e/ou justificador de condutas (como nos casos da formação dos primeiros barracos, dos primeiros ‘gatos’ e das primeiras ‘puxadas’ na Cidade Alta).

No capítulo 2, principalmente, vimos que as autoridades por trás do programa remocionista o fizeram baseando-se no pressuposto de que o meio da favela determinava uma série de comportamentos e atitudes que conformavam o ‘favelado’.

Por outro lado, não podemos desconsiderar uma especificidade, destacada constantemente pelas fontes aqui utilizadas, orais ou documentais, de que ‘algo’ há num local que, mais que as formas das habitações, o nível sócio-econômico, a presença de quadrilhas, a existência ou não de uma infra-estrutura de serviços (da qualidade que for), as práticas entre informais e ilegais, constituem uma imagem externa que se reflete numa auto-imagem que, afinal, o fazem denominá-lo ‘favela’.

De modo que seria enganoso concluir que não há diferenças relevantes que justifiquem a existência do termo favela como uma representação social de moradores e moradias, intrinsecamente ligados, como a construção simbólica de um lugar onde existe o que não deveria existir na cidade. Afirmar essa especificidade não significa corroborá-la e menos, ainda, justificá-la, postura que, ao nosso ver, é mais provável ser tomada ignorando as diferenças existentes entre a favela e a ‘cidade formal’. Que movimentos sociais, notadamente os de favelas, o façam, é justo e de fato contribuem

para que essas diferenças sejam eliminadas. Essa não pode ser a tarefa do historiador ou cientista social.

Estariamos, assim, ao fim e ao cabo, endossando os argumentos da remoção da favela como meio pernicioso e que combatê-la é preciso, pois ela é o *meio* em que determinadas práticas subsistem e se estruturam?

Nosso ponto de inflexão em relação a esse argumento que não é a favela o meio, e sim o estigma. Ao descrever a favela, o estigma constitui a alteridade desta em relação ao que seria 'normal'. A favela, ao ser descrita como lugar onde as regras não são cumpridas, faz com que muitos moradores se sintam cada vez mais desobrigados a cumpri-las. O meio, a área estigmatizada, condiciona as práticas como uma espécie de profecia que se auto-cumpre.

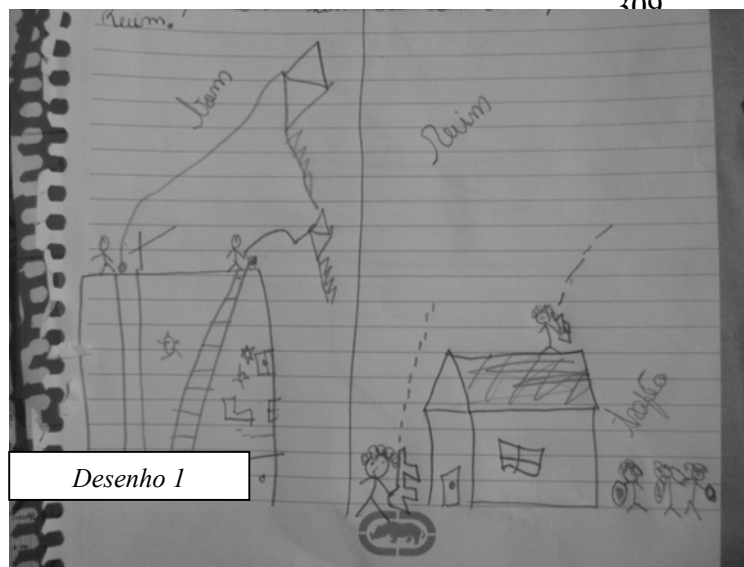
As gerações mais novas cresceram numa Cidade Alta em que o estigma de favela atuava fortemente sobre a identidade local. A violência urbana derivada do tráfico, fortemente associada à condição de favela, foi mais um elemento que as novas gerações tiveram de lidar.

Assim, no ano de 2009, desenvolvemos um trabalho com crianças do 6º ano do Ensino Fundamental da E. M. Min. Lafayette de Andrada, que consistia em o aluno fazer em sala de aula um desenho do seu local de moradia (deixando em aberto a escala que o aluno poderia abranger), com que ele *mais gostasse* e o que *menos gostasse* (excluindo-se aqui os que não moravam na Cidade Alta). Através destes desenhos veremos vários elementos que no decorrer deste capítulo os depoentes apontaram como constituintes da Cidade Alta como favela, no que selecionamos alguns destes trabalhos.

A visão destes alunos, etariamente situados entre a infância e a adolescência, nos fornece elementos de como a Cidade Alta é apreendida por eles a partir dos seus olhares e de como esses olhares são conduzidos pelo que eles recebem das gerações anteriores.

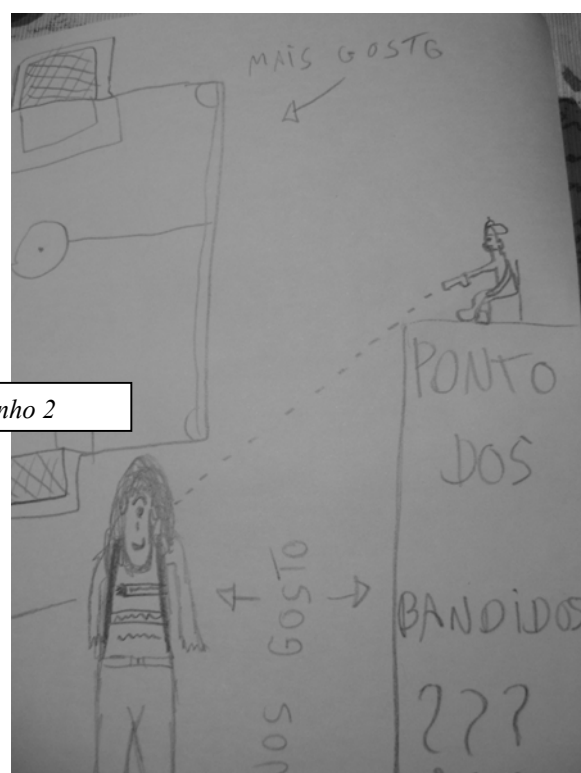


No *Desenho 1*, o aluno apontou que mora num prédio, rodeado de ‘casas’ e aponta como sendo o lado ‘ruim’ da Cidade Alta a presença de uma pessoa armada e atirando, com outras aparentemente sendo atingidas pelas armas.



Desenho 1

No segundo caso, o aluno fez um corte em que desenha como o lado bom, um prédio, mesmo este desenhado de maneira que se destacam alguns pontos que poderiam ser algo como um ‘descascado’ ou ainda, buracos de bala, e que em seu topo tem crianças soltando pipa; enquanto o lado ruim é retratado com uma casa cercada de pessoas armadas, cujas armas dão tiros para o

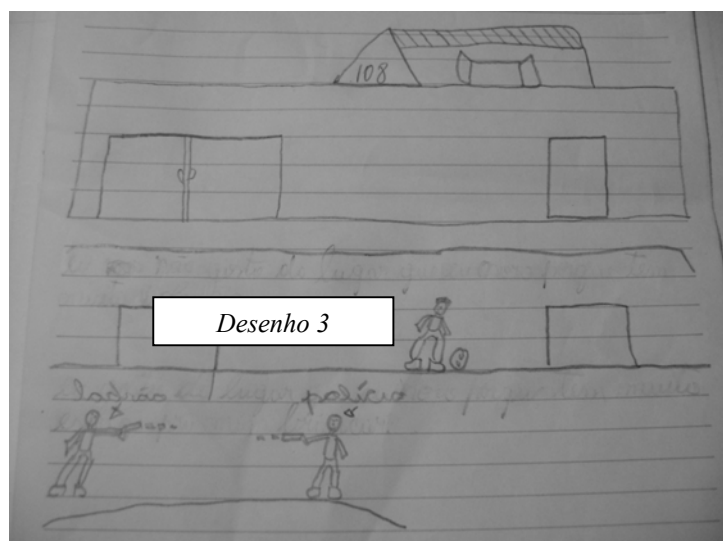


Desenho 2

No terceiro caso, a exemplo do primeiro, a quadra e o futebol são apontados como o que ele mais gosta no local. E no caso do que ele menos gosta, o aluno não apenas desenha, mas escreve ‘ponto dos bandidos’, indicando uma habitual rotina em que o aluno

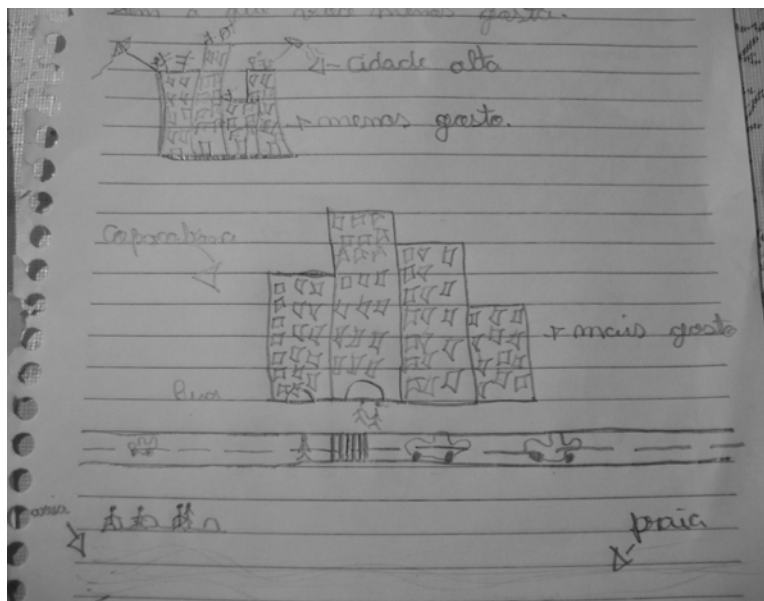
está acostumado a ver pessoas armadas ocuparem um lugar fixo. No desenho, ainda, quem figura neste ‘ponto’ parece estar atirando em alguém.

Vemos que a violência é uma constante no olhar destes jovens. Uma rotina na qual cresceram, eles têm aproximadamente 12 anos, já tendo



Desenho 3

crescido numa época em que o tráfico se tornou mais ostensivo, agravado pelos episódios ocorridos de confronto entre traficantes, policiais e milícias, conforme vemos no *Desenho 4*.



No último caso por nós utilizado, o aluno fugiu um pouco do que os outros alunos fizeram, baseados na explicação do trabalho para eles se aterem à Cidade Alta. O aluno estendeu a escala para a cidade ao dizer sobre o que ele “mais gosta”, no caso, Copacabana, onde a praia se destaca no desenho, com os prédios alinhados, e a Cidade Alta, com os prédios apresentando uma aparência mais irregular sendo o que ele “menos gosta.”.

Favela ou comunidade, a disputa dos termos

Outro aspecto que, mais ^{de sua demonstração} diferentes leituras da Cidade Alta a partir de cortes geracionais, revela o quanto a caracterização do local como favela foi sendo consolidada, é o uso ou não do termo *comunidade* por parte do morador para se referir ao local.

O termo *comunidade* é geralmente usado como forma que ‘abrandaria’ a carga negativa que a palavra *favela* possui, por moradores das favelas cariocas ou pelos que pretendem adotar um tratamento que seria mais respeitoso em relação a elas. De acordo com Márcia Leite “na atualidade, o recurso à idéia de ‘comunidade’ nas narrativas de seus moradores seria uma forma de reconstruir esse espaço, conferindo um sentido positivo para o território e seus moradores.”⁶⁶¹

As gerações mais recentes de famílias que moram na Cidade Alta há mais de vinte e cinco anos, pelo menos, não têm parâmetros de comparação da não-favela, seja em outro local, seja na Cidade Alta. Assim, os jovens destas, como os daquelas famílias que se mudaram para a Cidade Alta mais recentemente, tendem, em sua maioria, a não hesitar em classificá-la como uma favela.

⁶⁶¹ LEITE, Márcia. Pereira. *Op. cit* 2008.

E assim, é comum entre os jovens o uso do termo *comunidade* quando se refere à localidade onde mora, de maneira a reduzir o peso do termo *favela*. Como vemos no relato de uma jovem, moradora de terceira geração, que disse em sua redação: “*Eu não acho que a Cidade Alta é uma favela. Eu acho que ela é uma comunidade. É claro que existem favelas aqui, mas eu acho que nem só por isso seja uma favela. Continuo achando ela uma comunidade.*”⁶⁶² Para um jovem morador do conjunto principal, a antítese entre os termos se estabelece de forma clara, dizendo que não acha a Cidade Alta favela, mas que “*é comunidade carente, por conta do tráfico de drogas.*”⁶⁶³

Outro jovem, cuja família se mudou há menos de 20 anos para o conjunto da Cidade Alta (ele, com 14 anos, nasceu lá) tem uma opinião sobre a Cidade Alta fortemente influenciada pela visão da favela como um ambiente de ausência e precariedade: “*A Cidade Alta não é uma favela. Se fosse favela não ia ter ônibus nem escola. Para mim, aqui é uma comunidade.*”⁶⁶⁴

Os termos *comunidade* e *favela* também podem ser usados indistintamente na fala dos jovens. Vemos isso na redação de uma aluna respondendo se considerava o local uma favela: “*A Cidade Alta é favela sim. Não tem organização na comunidade, é uma bagunça _mais à frente apontou o que considerava bom no local_ é que tem bastante atividade para fazer nessa comunidade.*”⁶⁶⁵ Linha de pensamento semelhante a de um jovem, que partindo do pressuposto de que a Cidade Alta é uma comunidade, enfatizou: “*Se eu acho que a Cidade Alta é favela? Sim! Porque na minha opinião comunidade que tem tráfico de drogas é favela.*”⁶⁶⁶ Outra jovem, moradora do Vista Mar, faz uma emblemática análise acerca da condição de favela do complexo e das relações entre as partes que o compõe: “*A comunidade da Cidade Alta surgiu há muito tempo atrás. (...) moro numa parte melhor da Cidade Alta, moro no Bancários. É um condomínio, então não é tão bagunçado. (...) Não acho a Cidade Alta um lugar muito ruim, porque sei de favelas piores.*”⁶⁶⁷

⁶⁶² Trabalho LA2010/1902-04

⁶⁶³ Trabalho LA2010/1901-01

⁶⁶⁴ Trabalho LA2010/1901-10

⁶⁶⁵ Trabalho LA2010/1902-18

⁶⁶⁶ Trabalho LA2010/1904-02

⁶⁶⁷ Trabalho LA2010/1901-04

O estigma e a hierarquização das partes da Cidade Alta surgem na redação de uma aluna, a mesma com que concluímos o capítulo anterior, que disse que os removidos da Praia do Pinto foram colocados em “*favelas e comunidades*”. Ela complementou sua redação dizendo que “*na minha opinião, ela é uma comunidade e não favela, porque favela é Avilã, Divinéia, City, etc.*”⁶⁶⁸

Para o caso dos moradores mais velhos, a clivagem bem definida entre *conjunto habitacional* ou *favela* inutiliza esse tipo de abrandamento, pois, ao utilizar o termo comunidade, o morador imediatamente estaria estabelecendo a sua condição de *não-conjunto*, e ao fazê-lo, indica de modo categórico ser a Cidade Alta uma *favela*, de modo que, analisando os depoimentos à pesquisa, vimos que o termo é pouco empregado por esses moradores mais velhos da Cidade Alta, com raras exceções.

O Pastor Guaracy, por exemplo, ao longo de seu depoimento, usou o termo para se referir às moradias anteriores dos removidos, mas jamais como forma de se referir à Cidade Alta. Dona Margarida, não considerando a Cidade Alta uma favela, não utilizou o termo em nenhum momento de seu depoimento. Ney, que também não considera a Cidade Alta uma favela, usa largamente o termo quando se refere ao Parque Proletário da Gávea, mas numa escala muito menor, quando se refere à Cidade Alta. Já Manoel Gomes, que destaca a condição de favela do local, o utiliza constantemente, tanto ao se referir à Praia do Pinto/Parque Proletário do Leblon, quanto para se referir à Cidade Alta. Para Dona Nilza Sabino “*eu acho que é uma favela. uma favela melhorada, porque lá [São João] eram barracos, aqui são prédios, mas é favela.*”⁶⁶⁹

A fala a seguir de Dona Lúcia é esclarecedora quanto à conotação negativa, tanto dos termos favela e comunidade, quanto da trajetória da Cidade Alta: “*Eu acho que a favela, o pessoal discrimina. As pessoas discriminam. E julgam alguns... Eu não julgo. Eu acho que todos nós merecemos uma oportunidade. Todos nós somos filhos do mesmo Deus, quer você não concorde comigo e eu não concorde com você, mas somos filhos do mesmo Deus. Deus é um só. Então, nós não podemos fazer discriminação (...). Eu acho que essa palavra [favela] não deveria existir no dicionário. Acho que ‘comunidade’ ficou mais leve. Eu acho que a Cidade Alta ainda não é uma comunidade. Porque ela tem muita coisa boa, (...) mas a comunidade, seria para mim, um lugar onde as pessoas vivem, porque não têm oportunidade de viverem melhor. Se*

⁶⁶⁸ Trabalho LA2010/1902-12

⁶⁶⁹ Depoimento de Nilza Sabino Cortez à pesquisa no dia 06/12/2010.

falava aqui 'conjunto da Cidade Alta'... Quantas vezes eu escutei repórteres, reportagens, se falava 'conjunto da Cidade Alta'. mas agora deram para falar 'favela da Cidade Alta'. Não que eu menospreze a favela. Não! Eu sou pobre!, mas vamos deixar a palavra 'comunidade' que fica uma coisa mais leve. Não 'favela', tá bom?"

Mas, para o entorno, a condição da Cidade Alta como favela não deixa dúvidas, como fica exemplificado na fala de Dona Nádia que, ao ser perguntada o que seria uma favela, apontando de sua janela para a Cidade Alta e diz: *"Favela é isso aí! Essa coisa que você está vendo. Vai me dizer que isso não é uma favela? Isso é uma favela! Uma favela de concreto. Porque, ao mesmo tempo que tem muita gente trabalhadora, tem muita gente... Não tem organização. As pessoas jogam lixo, amarram e... Não pagam luz. É tudo 'gato' lá em cima. Você quer botar uma TV a cabo, você paga... vai na TVA, na Net e você paga. Você quer internet, uma Velox, a minha é da Oi. Lá em cima não tem nada disso. Lá em cima nego não paga Velox, não paga nada! Então, a gente...eu chamo isso de favela. porque não tem organização."*

CONCLUSÃO

‘FAVELA’

*“A Cidade Alta tem muitos lugares bons, áreas de lazer, bastante escolas. Só que na Cidade Alta tem mais coisas ruins do que boas. Por exemplo, o esgoto a céu aberto, o tráfego, muito lixo que as pessoas jogam no chão, mal atendimento no posto de saúde. Eu acho que sim, que a Cidade Alta seja favela, eu não sei explicar o porquê, mas é o que eu acho.”*⁶⁷⁰

O estudo do conjunto da Cidade Alta, e do complexo por extensão, nos revelou características do programa de remoção de favelas desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1960 e 1970 e executado pela autarquia federal conhecida pela sua sigla, a CHISAM. Nesse sentido, o estudo procurou também ressaltar o processo de instalação dos removidos nas novas áreas de moradia produzidas pelo programa. Os diferentes aspectos desse processo de remoção de favelas e a instalação de novos conjuntos habitacionais permitiu a compreensão do(s) significado(s) da favela como categoria social e histórica.⁶⁷¹

Os estudos matriciais sobre o programa de remoção, de Janice Perlman, Lícia Valladares e Alba Zaluar⁶⁷², apresentam divergências significativas, da última autora em relação às duas primeiras, quanto à questão da não-fixação dos removidos nos conjuntos habitacionais. Grosso modo, Perlman e Valladares enfatizam, sem quantificar, no entanto, que os removidos não permaneceram nos conjuntos e voltaram às favelas. Valladares, por exemplo, disse na introdução do seu livro que “*após algum tempo de permanência em conjuntos habitacionais, grande parte dos favelados removidos os abandonavam. Voltavam à favela.*”

⁶⁷⁰ Trabalho LA2010/1902-10

⁶⁷¹ Cabe dizer, contudo, que não temos a pretensão de tomar o caso da Cidade Alta como sendo aplicável indistintamente para todos os conjuntos habitacionais.

⁶⁷² PERLMAN, Janice *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; VALLADARES, Lícia do Prado *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978; e ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Realizando sua pesquisa enquanto ocorria a operação de remoção e a instalação dos removidos no conjunto, Perlman acompanhou o drama dos removidos da Catacumba, sem que as diferentes maneiras de inserção no SFH, como os não-removidos que se passavam por removidos, fossem abordadas em seu estudo. Assim, Perlman enfatizou a operação de remoção como uma disrupção total no estilo de vida, relações e formas organizativas dos, agora, ex-favelados, sendo a vida no conjunto marcada pela perda do emprego, pela falta do sentimento de coletividade entre vizinhos que não se conheciam e pela ausência de vida organizativa.

Alba Zaluar, tendo feito seus estudos já alguns anos após a remoção, encontrou nos conjuntos a existência de uma vida comunitária semelhante a das favelas, em que organizações teriam sido criadas ou recriadas, teriam sido estabelecidos laços entre vizinhos, e a vida tinha se adequado às oportunidades oferecidas no conjunto e redondezas. Assim, o ‘passar a casa’ teria ocorrido numa escala menor que a pensada por Valladares, no que Zaluar enfatiza a permanência no conjunto, afirmando que “*a proporção dos que deixaram o conjunto de volta à favela acabou por ser pequena.*”.

Sem desmerecer os trabalhos dessas três autoras, referências obrigatórias conforme falamos, temos a vantagem de nosso estudo ter sido feito com um distanciamento no tempo que as autoras não tiveram. De modo que problematizamos algumas análises apresentadas por elas.

Em primeiro lugar, vimos que as categorias de *removido* e *morador original* não são equânimes. A inserção de muitos moradores no SFH por vontade própria, e que ‘passaram’ pelo processo de remoção foi considerável.⁶⁷³ Sem pretensão de tomar isso como uma porcentagem válida para todo o universo da Cidade Alta, pois este estudo não buscou atingir quantificações também, não podemos desconsiderar os indícios muito fortes da dimensão em que isso ocorreu. Dos nossos 11 entrevistados que são *moradores originais*, três fizeram isso (Osias, Penha e Lúcia, e mais à exceção do Pastor Guaracy, que não passou por remoção, e inseriu-se através da reserva técnica). Ou seja, sete eram favelados removidos (Margarida, Manoel, Ney, Ester, Nilza Sabino, Vilma e Samuel) e três moravam em favelas ou conjuntos e mudaram espontaneamente para a Cidade Alta. Nos trabalhos desenvolvidos pelos alunos, que na maioria das vezes

⁶⁷³ Embora Perlman e Valladares apontem que esse fenômeno ocorreu, achamos necessário dar maior destaque na proporção ocorrida, nos mecanismos operados e nas características dos que se *inseriram* e que, como vimos, vieram de favelas nas áreas próximas aos conjuntos.

falavam sobre seus parentes diretos ou de si próprios, também detectamos largamente a utilização desta prática.

Qualquer análise do programa de remoção, então, deve considerar que a ida para o conjunto por vontade própria ocorreu numa escala relevante. O que, como dissemos anteriormente, implicava numa maior aceitação e adaptação de parte considerável dos *moradores originais* à vida no conjunto. Mais do que estabelecer uma dicotomia entre processos que, a nosso ver, são correlatos, até porque a ‘passagem’ do imóvel significava alguém na outra ponta que queria adquiri-lo, é importante destacar que, na Cidade Alta, houve muitos moradores que, vindos ou não de favela, fizeram a opção pela vida no conjunto.

O processo de adesão ao programa remocionista, por outro lado, não se traduziu na transformação dos que foram verdadeiramente removidos em felizes proprietários adaptados à vida no conjunto. O caso da Cidade de Deus que Alba Zaluar encontrou foi o que mais se aproximou dos planos das autoridades de remoção em instalar os conjuntos em áreas onde se daria a expansão de empregos, desfrutando da forte expansão urbana nas décadas de 1970 até hoje, 2011, com empreendimentos imobiliários para as classes média e alta, além da rede de serviços correspondente em Jacarepaguá (área imediata da Cidade de Deus, inclusive com a instalação nesse do Distrito Industrial de Jacarepaguá na década de 1970)⁶⁷⁴ e, principalmente, na Barra da Tijuca, distante poucos quilômetros. Assim, passado o choque inicial da remoção e da acomodação, os moradores da Cidade de Deus sofreram por menos tempo as dificuldades dos moradores de outros conjuntos cuja expansão urbana e oferta de empregos prometida acabou por não se realizar, como a Cidade Alta, por exemplo.

Entretanto, isto não se traduziu em uma volta massiva à favela, pelo menos não nos moldes propostos em Perlman e Valladares. Mesmo porque a ameaça de remoção que pairava sobre todas as favelas não tornava esta alternativa a mais viável.

A frase de Nilza Sabino, quando provocada se gostaria de voltar a morar na favela de origem, mesmo com toda vida estruturada no conjunto Porto Velho, com o bloco do Barriga, inclusive, é emblemática deste conflito entre a sua vontade e a

⁶⁷⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO *Jacarepaguá: O caminho dos desbravadores*.

Rio Estudos nº 97 – Nota Técnica n. 6
http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/92_notas%20t%C3%A9cnicas%20do%20plano%20estrat%C3%A9gico%20n%C2%BA%206%20e%207.PDF Consultado em 23/03/2011

viabilidade, bem como sobre o sentimento, que perdura ainda hoje, de alguns moradores: “*Quem me dera! Quando eu vim para cá, eu pedia a Deus para voltar!*”⁶⁷⁵

Vimos que os removidos travaram uma longa luta em relação às parcelas do apartamento, que envolveram diversas estratégias entre a inadimplência temporária (ou total) e o pagamento regular, e que atingiram diferentes resultados como o despejo, a venda/cessão de direitos, a permanência, a quitação.

O Pastor Guaracy nos contou que muita gente acabou adotando a estratégia do pagamento de parcelas isoladas jogando as em atraso para o saldo devedor, até que no ano de 2005, a Lei 2587, proposta pela governadora Rosinha Matheus e aprovada pela Assembléia Legislativa, garantiu aos mutuários de unidades habitacionais populares do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), composto por famílias com renda de até três salários mínimos, a quitação do imóvel e a entrega da escritura sem o pagamento do saldo devedor.

Ao anunciar a medida, o Governo do Estado disse que ela iria beneficiar 28 mil mutuários.⁶⁷⁶ Considerando que a CEHAB, até 1974, construiu 48.258 unidades habitacionais⁶⁷⁷, quando as mudanças no SFH, vistas no capítulo 2, permitiram ampliar o escopo dos beneficiários para aqueles que ganhassem até 10 salários mínimos, podemos ter uma dimensão do volume da inadimplência nos conjuntos da CEHAB, cujas famílias tinham renda de até 3 salários mínimos, dentro do perfil da maior parte daqueles conjuntos surgidos para abrigar removidos, como a Cidade Alta, tendo o Pastor Guaracy nos informado que avisou muitos vizinhos sobre essa ‘anistia’.

Esses dados nos mostram dois aspectos relevantes: por um lado, é prova da existência das dificuldades por parte dos moradores em pagar as prestações, que descontados prováveis percalços entre os que foram para o conjunto a partir de uma opção calculada, é prova maior da permanência de inadimplentes no conjunto, em que pesem todas as dificuldades. Além da obviedade do que acabou de ser dito, surge então um conjunto habitacional que não é composto por proprietários felizes e em dia com as prestações, cujos apartamentos foram adquiridos a partir dos removidos, nem

⁶⁷⁵ Depoimento de Nilza Sabino Cortez à pesquisa no dia 06/12/2010

⁶⁷⁶ Ver [sítio eletrônico da Agência Rio de Notícias: http://www.agenciario.com.br/materia.asp?cod=937&codEdit=4](http://www.agenciario.com.br/materia.asp?cod=937&codEdit=4), consultado em 23/03/2011.

⁶⁷⁷ Fonte: sítio eletrônico da CEHAB-RJ (<http://www.CEHAB.rj.gov.br/empresa>), consultado em 23/03/2011

exclusivamente por estes removidos que, sem conseguir pagar as prestações e os novos custos decorrentes do imóvel, desfizeram-se dos apartamentos e voltaram para a favela.

Para o caso da Cidade Alta, ocorreu que a volta à favela acabou se dando no próprio conjunto.

Todas as considerações a seguir devem levar em conta os custos econômicos e sociais da remoção para os removidos, distantes do antigo emprego e das possibilidades de serviços informais/extras, além de terem adquirido novos custos de passagem, prestação do apartamento e novas taxas.

Assim, o programa de remoções não combateu os fatores que, historicamente, causaram o surgimento das favelas. Pelo contrário, os agravou. Nas décadas seguintes, esses mesmos fatores continuaram a produzir necessidade dos que não tinham acesso a outras formas de moradia, que não as consideradas ‘favela’, habitarem a cidade das formas que lhe fossem possível. Além dessas dificuldades, focamos aqui nos mecanismos que, a partir destas, os moradores da Cidade Alta e do Porto Velho operaram para permanecerem nos dois conjuntos para removidos, ou no complexo.

Em primeiro lugar, como vimos, o surgimento das ‘favelas’ no entorno foi uma alternativa viável, longe da cobiçada Zona Sul, para removidos que não conseguiram arcar com os custos e que mantinham relações, de parentesco inclusive, com moradores do conjunto original. Para alguns, o ‘barraco’ no complexo figurou como uma alternativa mais barata (e mesmo em alguns casos, como na falta d’água, melhor). Em decorrência disso, a planta original do conjunto sofreu as primeiras modificações informais. Além disso, as favelas inauguraram a prática do ‘gato’ no complexo, levando alguns a questionarem se valeria a pena pagar, pois quem não estava pagando também se beneficiava.

As ‘puxadas’ surgem também dentro dessa lógica. Para fazer frente às despesas, moradores ampliaram seu apartamento para montar um negócio, de modo que pudessem auferir uma renda extra ou, em alguns casos, a única; além de ser uma maneira de manter abrigada a crescente família e/ou suas novas gerações que, por variadas razões, dentre elas a renda insuficiente para moradia em outro imóvel, permaneciam numa mesma unidade habitacional. Desse modo, ao invés de surgir uma nova moradia numa favela, era o apartamento do conjunto que adquiria as características a ela associadas. Ou seja: uma construção irregular (feita fora dos regulamentos e padrões estabelecidos para o conjunto); sem acabamento (casos mais raros na Cidade Alta); que ocupam propriedade alheia (ou as áreas públicas, como as calçadas). Sendo que nesse último

caso, a ocupação das calçadas eliminou os jardins que embelezavam o local, ao mesmo tempo em que transformava em ‘becos’ as vias internas da Cidade Alta, sendo mais uma evidência física do processo de favelização.

Paralelo a esses processos e relacionados diretamente, ressalta-se a diminuição do senso de coletividade, o que não é exclusividade dos locais onde moram as classes mais pobres, mas que adquire características distintas por neles o Estado de Direito se fazer menos presente e onde a convivência entre vizinhos, quando tensa, é resolvida por vias extra-legais, e que moradores tentam se aproximar o mais possível do ‘centro de poder’ em que são decididas as razões dos lados em conflito. Em outras palavras, em ‘ter contexto’ com o tráfico, prática mais comum entre os mais jovens, mas não apenas entre eles, que foram e são socializados vendo o tráfico como o fator de ordem local.

Dessa forma, ao ter/estabelecer relações próximas com membros das quadrilhas, busca-se instrumentalizá-la para intimidação em possíveis conflitos, por menores que sejam. Tal postura é criticada por muitos moradores como a demonstração do individualismo extremado, assim como as puxadas, a falta de pagamento das taxas de condomínio, a falta de cuidado que alguns apresentam na conservação do local.

Todas essas características, agregadas no todo ou em sua maior parte, foram construindo ao longo da história do conjunto e do complexo a representação da Cidade Alta como *favela*. Que não se apresenta de maneira consensual por todos os atores, como vimos: o Estado em seus três níveis, órgãos de imprensa, moradores do conjunto original, moradores dos outros conjuntos, das ‘favelas’, de Cordovil, da cidade. Embora o mesmo seja dito de maneira enfática por uma aluna: “*Eu acho a Cidade Alta favela, como todo mundo acha.*”⁶⁷⁸

No entanto, a forma como se deu a inserção do morador no conjunto, e o local onde ele mora, é um elemento que condiciona seu discurso. Moradores originais e/ou os mais antigos defendem o passado de não-favela do conjunto demarcando o contraste em relação ao que se tornou depois; enquanto os removidos (como Ney e Dona Margarida) são mais reticentes em ver, mesmo hoje, o local como favela, os auto-inseridos (Seu Osias e Dona Maria da Penha), estendendo esta categoria aos moradores do Vista Mar, tendem a destacar que a ida de favelados para o conjunto teria determinado desde o início a sua transformação em favela.

⁶⁷⁸ LA2009/1704-02

Se os moradores da Cidade Alta têm visões diversificadas sobre o conjunto a partir da maneira como se deu sua inserção, outras variações se dão pelo espaço, porque a *posição* no complexo é um fator que também interfere na leitura do morador sobre o lugar e a condição de *favela* ou *não-favela* deste. Moradores do Vista Mar têm a tendência de se verem como uma parte melhor da Cidade Alta, destacando sempre a sua condição de condomínio e mesmo tendo dificuldade em aceitá-lo como integrante do complexo. Para moradores do Porto Velho, a Cidade Alta figura como “lá em cima”, uma parte ‘pior’ com características de favela, e que acaba por irradiar estas características para todo o complexo. Moradores do conjunto da Cidade Alta, a partir do que falamos acima, podem ver o complexo como algo único, ainda que reconhecendo hierarquias, no que a Cidade Alta seria um intermediário entre o Vista Mar e as ‘favelas’, em que estas seriam um ‘reflexo negativo’ da Cidade Alta, e que contribuem para a idéia de favelização do conjunto como um todo, tanto quanto a Cidade Alta. No dizer de um aluno, morador do conjunto principal, sobre a Cidade Alta: “*Eu acho algumas partes favelas, algumas não.*”⁶⁷⁹

No primeiro capítulo trouxemos a discussão travada por Lícia Valladares sobre os significados pelos quais a representação de favela foi estruturada, e de como através da história esses significado permaneceram sem alterações em sua essência. Resumidamente: *crescimento rápido e desordenado; difícil acesso; ausência de propriedade privada do solo; ausência do Estado; ordem política própria; modelo próprio de comunidade e de sociedade; moral ‘própria’; risco para a ordem social; escolha da moradia neste local como uma condição inata que leva os moradores a viverem nele.*

Ao longo da tese, vimos que vários destes elementos estão presentes na Cidade Alta, ao menos como discurso por parte dos diversos atores a ela relacionados. Como discurso, porque alguns destes elementos são bastante subjetivos: como determinar a ‘moral’ ou o risco para sociedade? A favela então, nada mais é do que uma *representação* sobre determinado local, no qual o estigma atua para delimitá-lo como sendo o que destoa do entorno, que *é* e *contém* o que não deveria *ser* nem *conter* na cidade.

Dito isso, podemos afirmar que a Cidade Alta, surgida como um conjunto habitacional, é também uma favela.

⁶⁷⁹ Trabalho LA2010/1902-07

Sendo *favela* uma representação feita socialmente sobre determinado lugar na cidade, essa representação incide sobre a Cidade Alta como um todo, pesando sobre ela a percepção e o estigma de *favela* partilhado por diversos atores, dentre eles, muitos dos próprios moradores, ainda que isso não se dê de maneira unânime. Considerando que existem clivagens internas em que o estigma é refutado e/ou atribuído a ‘outras partes’ da Cidade Alta. A fluidez da categoria possibilita que a acusação de *favela* parta da cidade e do bairro de Cordovil para o complexo da Cidade Alta, e dentro dele, partes repassem a acusação a outras partes, ou ainda, dentro dessas partes, as representações de favela (e as características correspondentes de quem mora nelas) sejam atribuídas ao vizinho: o *outro* morador. Ou ainda que exista a negação total da condição de favela da Cidade Alta.

Sem embargo, o estigma interfere na leitura de mundo de todos esses atores envolvidos, sendo o meio que pode estruturar em alguns moradores a visão do local como uma área que, sendo favela, desobriga-os de seguirem regulamentos da cidade formal. Como dissemos, informalidade e ilegalidade são fronteiras tênues nesses casos. Assim, além da construção irregular e do ‘gato’, é bastante comum ver na Cidade Alta menores de 18 anos dirigindo motos, algumas sem placa, e provavelmente, algumas adquiridas por via criminosa.

O que não significa afirmar que todos os moradores da Cidade Alta, ou mesmo a maioria, coadunam com práticas ilegais. Apenas que estas grassam no complexo, estruturando o *habitus* no qual os mais jovens, por exemplo, são socializados e percebem o local onde moram. O estigma é produto e produz hierarquizações sociais; é estruturado e estrutura comportamentos; ser considerado por muitos como favela, e por isso, ser uma, traz conseqüências na identidade local e na subjetividade dos moradores.

É esta a visão do entorno sobre a Cidade Alta, cujos moradores a vêem como uma favela, como expresso no depoimento de Antônio Carlos, morador de Cordovil, ao falar sobre as reações dos moradores do bairro sobre o conjunto: “*No começo ‘nego’ não falava mal não, mas depois, conforme as coisas, né? Algumas pessoas falavam: ‘Depois que veio a Cidade Alta é que ficou pior’. Eu mesmo se tivesse condições saía fora daqui, porque nessa violência não dá pra você morar num lugar desses não. (...) Porque aqui já foi um bairro tranquilo mesmo.*”⁶⁸⁰

⁶⁸⁰ Depoimento de Antônio Carlos Barroso à pesquisa, em 25/03/2009.

O maior pressuposto equivocado das autoridades do programa remocionista foi o determinismo ecológico que dizia que a favela era um meio pernicioso onde o homem adquiriria comportamentos condenáveis. Um outro extremo, também igualmente equivocado, é acreditar numa pré-disposição em que, seja qual for o local de moradia, os “favelados” fatalmente o transformarão numa favela.

A questão não é nada simples.

Por um lado, o local não determina uma rota inexorável de comportamentos, posturas, atitudes e visões de mundo, ou uma ‘moral’ própria. Contradizendo estes argumentos, além da óbvia heterogeneidade que há entre moradores de favelas, que por si já dificulta qualquer generalização, outro elemento a ser considerado são as taxas de migração da favela para a cidade formal⁶⁸¹, indicando que são diversos e variados os caminhos que esses moradores podem tomar. Inclusive o de ficar no local sem que isso implique em fazer gatos, puxadas, etc.

No entanto, o conjunto e o complexo não adquiriram de modo metafísico as características de favela e o conseqüente estigma, ainda que este fosse atuante desde a sua origem. Houve ações e conseqüências por parte dos que neles vivem que, em consonância com o entorno e acrescidas às ações pouco efetivas do Estado _a ponto de serem quase que consensualmente lidas como inexistentes por parte dos moradores, foram moldando e estabelecendo para o local uma representação de *favela*. E a partir disso, todo um arquétipo construído socialmente que justifica comportamentos por todos os atores que tratam o local como uma favela: do morador que não quer seguir regras mínimas de convivência; do Estado que lá oferece uma qualidade diferenciada (‘para o bem e para o mal’) de serviços, como o programa *Escola do Amanhã* da Prefeitura do Rio ou a ambulância do SAMU (Serviço de Atendimento Médico de Urgência) que não vai ao local durante a noite, e nem tão fácil durante o dia; para as

⁶⁸¹ Em sua mais recente publicação, Janice Perlman encontrou parte dos seus entrevistados originais do livro *O Mito da Marginalidade*. Entre eles, 34% viviam no *asfalto*; com taxas maiores entre os filhos e netos: 44% e 51%, respectivamente. Ver: PERLMAN, Janice. *Favela. Four decades of living on the edge in Rio de Janeiro* Nova York: Oxford University Press, 2010. Malgrado se o número é aplicável indistintamente ao universo de moradores de favelas, não deixa de servir como prova de um fenômeno de mobilidade urbana, própria das favelas, em que na medida que as famílias aumentam sua renda, algumas a deixam, o que pôde ser observado também por nós na Cidade Alta como, por exemplo, praticamente todos os professores das escolas locais que cresceram na cidade Alta não moram mais lá. Entre vários outros casos vistos por nós.

companhias de serviços públicos que justificam sua ineficiência pela prática dos ‘gatos’. É um ciclo que se retro-alimenta cotidianamente, sendo difícil, senão impossível, determinar quando foi o seu começo.

Assim, é preciso ter em mente que a atual imagem de favela do lugar interferiu diretamente na leitura que os moradores mais antigos, não necessariamente os originais _mas os que acompanharam as transformações ocorridas a partir da década de 1980, pelo menos _fazem da trajetória do conjunto e, quando é o caso, do processo de remoção.

De modo que percebemos nos discursos de muitos removidos uma predominância de falas sobre um passado onde a Cidade Alta não seria uma favela e que a vinda para o conjunto é vista, inclusive, de maneira positiva, o que contrastou com a bibliografia existente sobre o tema, em que a remoção é fortemente criticada pelos moradores.

Tendo passado mais de quarenta anos desde a inauguração da Cidade Alta, ocorreu um processo de filtragem com os moradores, sendo imperativo considerar a exclusão de alguns cuja insatisfação com o local era tão significativa que abandonaram o conjunto, reduzindo assim para a nossa pesquisa o número de moradores que tenham uma visão negativa do processo de remoção.

Sintomaticamente, ao longo desses cinco anos de pesquisa, presenciamos a mudança de moradores da Cidade Alta (fossem removidos ou não-removidos, ou os seus filhos) que, em todos os casos vistos por nós (cerca de 8, além dos muitos que já haviam ocorrido antes da pesquisa e que tomamos conhecimento no decorrer dela), foram para residências em bairros próximos (não-favelas) ou para cidades do interior. As justificativas de mudança do local eram baseadas na ‘busca de um ambiente melhor’, no que a Cidade Alta era às vezes abertamente apontada como uma favela, ou mais frequentemente, continha as descrições, que tratamos ao longo da tese, das características que uma favela teria, tais como relações de vizinhança conflituosas, má qualidade dos serviços públicos e, principalmente, a questão da violência.

Sentimento expresso no depoimento de Dona Ester quando perguntada se valeu a pena a mudança para o conjunto. Após um período de silêncio, respondeu: *“Olha, sinceramente? Já nem sei! Na época eu achei, no passado eu achava! Hoje, já nem sei mais. Porque isso aqui mudou de uma tal maneira. Comecei a ver muita violência aqui, coisa que eu não via lá. Não sei muito bem não, se aqui mudou para melhor. (...) Tava*

*acostumada a descer o morro, ter praia... Eu gostaria de voltar para a Zona Sul, não para o morro, é claro! Que eu acho regresso. Eu não quero regredir!*⁶⁸²

No imaginário dos moradores removidos, o contraste entre *favela X conjunto* permanece com força. A imagem que estes moradores têm da favela de origem é de uma época em que a urbanização de favelas não era uma política de governo, o que foi modificado na década de 1980. Assim, se atualmente, não há grandes diferenças entre a infra-estrutura urbana da Cidade Alta e de muitas favelas do Rio de Janeiro, inclusive às da própria Cidade Alta, como os dados indicaram, a quase total inexistência de serviços públicos e as proibições que pairavam sobre muitas favelas, aguçadas pelas políticas remocionistas, do morador fazer melhorias em suas casas (até porque ameaçadas de remoção que estavam, o que tornava um investimento completamente inseguro) tornavam a favela, na época da remoção, o símbolo da precariedade e da ausência.

Assim, eles foram transferidos de um local marcado pela ausência de condições mínimas de moradia para um local onde esse mínimo existia, melhora vivida pelos removidos. Os discursos dos removidos, ou dos inseridos com origem em favelas, invariavelmente apontaram para a precariedade da favela e o encontro de uma infra-estrutura mínima no apartamento e no conjunto. A despeito das imensas dificuldades, o conjunto figurou como uma melhora significativa na vida dos que vieram de favela.

Para os que não tinham origem em favela, a ida para a Cidade Alta significou a conquista da casa própria em um lugar urbanizado, com infra-estrutura, tendo já sido calculados os custos e benefícios desta opção.

Dessa maneira, a ida para o conjunto figura como um avanço em relação à moradia anterior, fosse ela qual fosse, em que os primeiros anos da vida na Cidade Alta adquiriram uma dimensão simbólica de ‘tempos melhores’, estimulado pela comparação aos tempos seguintes de surgimento/crescimento de favelas, perda de espaços públicos (as calçadas e jardins), queda na qualidade dos serviços, aumento constante da violência pela ação do tráfico; perfazendo então uma distinção dos tempos que o local, pelos aspectos urbanísticos e pela ‘tranquilidade’ não se constituiria como uma favela, mas que acabou se transformando numa.

A última conclusão é que, por estarmos trabalhando com memórias, devemos considerar que a trajetória de vida destes moradores removidos é marcada por processos _para uns mais dolorosos, para outros menos _mas que têm em comum o estigma

⁶⁸² Depoimento de Ester Porto de Oliveira à pesquisa no dia 08/09/2010.

originado na favela de origem por parte da vizinhança ao redor; da remoção para um local distante; e das dificuldades dos primeiros anos de vida no conjunto. Suas trajetórias de vida são contadas por eles mesmos a partir da vivência dessas dificuldades e com orgulho de terem passado por tudo isso e se mostrarem vencedores.

Em seu relato escrito, Manoel resume o sentimento em relação à Cidade Alta e à remoção: *“Representamos, com outros contemporâneos, a esperança de que mesmo excluídos, somos famílias que acreditam num mundo sem discriminação. Onde o amor supera até a dor de um menino que não pôde dizer sim ou não, mas que, mesmo assim, sobrevive, construindo um lar após terem destruído o da infância.”*⁶⁸³

Para Dona Lúcia, a ida para conjunto e o investimento feito por ela e sua família ao longo de anos representou a conquista de um bem: *“Aqui foi melhor. Nós ficamos livres das enchentes, já temos a nossa casinha direitinha. E a gente foi fazendo... O apartamento é uma gracinha. Fomos fazendo devagarinho... Recebemos ele não com esse chão bonito que está aqui [refere-se ao piso da escola]. Foi aquele chão grosseiro. Mas nós arrumamos tudo. Eu fiz a minha cozinha já umas três vezes. E está tudo direitinho! Tudo arrumadinho, tudo direitinho.”*⁶⁸⁴

Encerramos esta tese com uma frase de Dona Margarida. Como forma de homenagear não somente ela ou as pessoas com quem conversamos ao longo destes cinco anos de pesquisa, mas todos os moradores de favelas e todos os que acreditam que o *problema* não está na favela em si, mas na sociedade que produz exclusão, marginalização ou estigmatização de grande parte de sua população. Dona Margarida simboliza muitos moradores de favelas: mulher, negra, vinda do interior de Minas Gerais para a então capital do país, ao longo da vida lutou contra uma série de preconceitos e contra o estigma de favelado. Foi removida do Leblon e a despeito dos obstáculos que teve de enfrentar, continuou lutando para conseguir pagar as prestações de seu apartamento. Criou uma filha que possui curso superior e mestrado, ambos em universidade pública. A despeito dos planos e fracassos das autoridades do programa remocionista, Dona Margarida diz: *“Eu olho pra trás e vejo o que eu consegui caminhar, onde consegui chegar e me sinto muito bem.”*⁶⁸⁵

⁶⁸³ OLIVEIRA, Manoel Gomes de. *“Da Praia do Pinto do Leblon à Cidade Alta de Cordovil”*. Não publicado, 2002.

⁶⁸⁴ Depoimento de Maria Lúcia da Silva à pesquisa no dia 18/11/2010.

⁶⁸⁵ Depoimento de Maria Margarida Nonato do Nascimento, em 26/08/2008.

APÊNDICE

A razão deste apêndice é explicar ao leitor a maneira como escolhemos as fontes e como se deu o tratamento delas, principalmente pelo fato de termos usados fontes orais e um tipo de fonte pouco usual: os trabalhos produzidos pelos alunos da Escola Municipal Ministro Lafayette de Andrada e do Colégio Estadual República de Guiné-Bissau. Além disso, faremos rápidas considerações sobre as demais fontes.

Se a pesquisa acadêmica já é difícil tarefa no Brasil, o tema favela se revela ainda mais árduo, complicando ainda mais a tarefa ao tomarmos como estudo de caso um conjunto habitacional (e seus ‘anexos’), termos cuja definição não é consensual. As poucas fontes disponíveis, a não-preocupação da várias instituições em guardar e preservar acervos, ou de disponibilizá-los quando existentes, dificultaram bastante nossa pesquisa.

Os arquivos do extinto BNH e da CHISAM, por exemplo, parecem estar desaparecidos na burocracia estatal, não sendo possível encontrar documentos produzidos por esses órgãos senão em acervos de instituições ligadas à temática urbana como o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) e a Biblioteca do Instituto de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (IPPUR) da UFRJ. Informações não confirmadas de que o acervo da CHISAM estaria em posse da Fundação Leão XIII não serviram como estímulo, pois esse órgão que durante anos foi a principal agência do Estado para políticas em favelas, ou não possui ou não disponibiliza um acervo para consulta de pesquisadores, conforme vários colegas, além deste pesquisador, constatarem com certa decepção.

Também procuramos pesquisar a posição e as análises de entes privados a respeito dos programas de remoção e da abertura de novas áreas ao capital imobiliário, particularmente da indústria da construção civil e das corretoras de imóveis, que nos fez entrar em contato com o Sinduscon (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Rio de Janeiro) e a ADEMI (Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário), revelando-se uma busca infrutífera em ambas, que afirmaram não terem um acervo em que estas informações estivessem disponíveis. E se o têm, não o disponibilizaram, de qualquer forma.

A Ação Comunitária do Brasil franqueou seus arquivos dentro de certas limitações impostas pela mudança de sua sede central e conseqüente desorganização de seu acervo, o que possibilitou o acesso apenas à pequena parte do conjunto.

Nas organizações locais da Cidade Alta, as dificuldades também se fizeram presentes: a Ama-Alta teve seus arquivos destruídos quando da rápida ocupação do local por milicianos em 2007, não tendo sido possível sequer saber se o acervo poderia ter sido aproveitado para a pesquisa. O fim dos blocos carnavalescos também implicou na perda dos seus arquivos referentes, novamente, ressaltando-se que não foi possível confirmar sua existência anterior, pois, no caso do Barriga, por exemplo, a presidente honorária Nilza Sabino reunia poucos e recentes documentos do bloco, não existindo um acervo próprio. Tentativas de obter fontes documentais com os alunos das escolas se revelaram infrutíferas, provavelmente devido ao seu desaparecimento ao longo dos anos. Nem mesmo a boa receptividade em colaborar com a pesquisa demonstrada pela maior parte dos alunos conseguiu contornar o quadro de ausência de fontes..

Outro tipo de fonte bastante utilizado nesta pesquisa foi o noticiário sobre a remoção e as conseqüências dela. Para pesquisar o tema a partir da imprensa, optamos por jornais de grande circulação como o Jornal do Brasil (principalmente) e em menor escala os jornais O Globo, Correio da Manhã, Luta Democrática, consultado no acervo da Biblioteca Nacional, e por uma encadernação de recortes em posse da Ação Comunitária do Brasil, cujo acesso nos fora franqueado. Além do método de ‘garimpagem’ (auxiliado por referências na bibliografia já existente sobre o tema, o que nem sempre se revelou frutífero), buscamos edições publicadas em datas-chaves, como a inauguração da Cidade Alta ou a data de criação da CHISAM. De resto, a pesquisa foi complementada com fontes esparsas obtidas nos acervos da CEHAB-RJ e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Ao trabalharmos com tal tipo de fonte, devemos ter em mente o momento político no qual o programa de remoção se deu. Por um lado, a forte censura impedia um noticiário com tom mais crítico ao regime vigente. Por outro, em 1968 (meses antes da CHISAM), foi criada a AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas) órgão do Governo Federal responsável em promover campanhas ‘cívicas’ e uma imagem positiva do Brasil, dando destaque às grandes obras do governo e a uma noção de ‘progresso’ em

marcha no país⁶⁸⁶, o que influenciou diretamente a cobertura jornalística do programa remocionista, já que tal programa ia ao encontro desta modernização.

Assim, na imprensa, chegamos a ver reportagens que repetiam trechos inteiros de documentos oficiais (sem dizer que o fazia). O que não impediu a publicação de esparsas reportagens que abordassem problemas nos conjuntos. No geral, porém, observamos que a tônica foi de otimismo em relação ao programa. O controle oficial foi sendo abrandado na longa distensão do regime, iniciada em meados da década de 1970.

A censura e a colaboração dos meios de comunicação com a Ditadura Militar longe de ter se tornado um impeditivo para usarmos esse tipo de fonte, serviu inclusive como modo de termos acesso às declarações das autoridades, no que foi possível perceber sutis intenções (quando auxiliados com o uso de outras fontes), modos de lidar com críticas ao programa, informações gerais sobre as remoções e os conjuntos habitacionais, além de algumas etapas do processo de remoção e instalação dos removidos nos conjuntos.

Com base nesse quadro de dificuldade, além do uso da História Oral ter servido como uma opção metodológica para suprir a ausência de outros tipos de fontes, foi também uma opção teórica em que a remoção foi ‘vista’ a partir dos removidos, bem como a construção social da favela o foi através dos mais diversos atores, dentre eles, os considerados favelados.

Desse modo, ao utilizarmos os depoimentos dos moradores, tivemos o cuidado de procurar ser fiel às suas falas. Deixamos hesitações, gírias e frases e palavras interrompidas quando julgamos que isso interferia no sentido da fala do depoente. Uma hesitação pode ser bastante reveladora sobre os sentimentos do entrevistado acerca de suas opiniões, no que optamos por mantê-las, indicando-as através do uso de reticências nas falas. Fora isso, quando o sentido não era alterado, eliminamos repetições, vícios de linguagem e eventuais ‘erros’ de português para tornar a leitura mais cômoda ao leitor.

Sobre a escolha dos depoentes: além de arregimentarmos possíveis depoentes através do contato com conhecidos na Cidade Alta (alunos inclusive), professores, conversas informais e na pesquisa de campo propriamente dita, como visita às instituições como a ACB-RJ, associação de moradores, quadra do Barriga, etc, os

⁶⁸⁶ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

alunos foram, por excelência, o melhor meio de localizar possíveis depoentes e informações para essa pesquisa.

Foi através dessa observação em campo, antes até de sua definição como ‘campo’, que surgiram as questões que guiaram a pesquisa (Cidade Alta é favela? É um conjunto de removidos?).

A atividade docente em duas escolas locais se revelou profícua na investigação dessas questões. As informações obtidas através de conversas travadas por professores, funcionários e, principalmente, alunos, tendo o professor/pesquisador como interlocutor ou não, serviram de guia para formulação dos primeiros trabalhos ainda no ano de 2006, na fase pré-pesquisa, portanto.

A atividade docente foi exercida desde 2006 no Colégio Estadual República de Guiné-Bissau, cujos trabalhos foram identificados em referências com o código GB, seguido do ano cronológico em que o trabalho foi produzido 2007, seguido da turma em que o grupo estava: 1001 e um número seqüencial para o trabalho 01, determinado por mim sem outro critério que não fosse a ordem de recolhimento. Assim, chegamos ao código, por exemplo: *Trabalho GB2007/1001-01*. Outra observação é que tentamos manter os textos o mais próximo possível da maneira em que foram escritos, como no uso de gírias, corrigindo, no entanto, erros de português.

No Guiné-Bissau, adotamos a prática de fazer esse trabalho anualmente, sem repeti-lo no ano seguinte com as turmas que já o tivessem feito. Por exemplo, se toda ou a maior parte de uma turma de primeiro ano tivesse feito o trabalho em 2007, não o fez no segundo ano em 2008. É válido dizer que o trabalho sempre contou como nota para a disciplina de História no período em que foi realizado (interrompemos a prática no Guiné-Bissau em 2009).

As questões desses primeiros trabalhos consistiam em que um grupo de alunos (de no máximo 6 membros) entrevistasse um morador ‘antigo’, se enquadrando neste critério os que morassem no complexo há mais de 25 anos (ou seja, desde antes do início da década de 1980) buscando respostas para as seguintes perguntas: *de onde veio?; quando chegou?; o que achou quando chegou?; o que mudou para melhor?; o que mudou para pior?; o que faz parte da Cidade Alta (quais seriam as partes que a compunham: favelas? quais conjuntos?)?; considera a Cidade Alta como uma favela?*. Recomendava-se a transcrição integral da entrevista com o morador.

Recebemos cerca de 30 trabalhos nessa primeira leva. Excluindo-se aqui trabalhos feitos de maneira muito precária (apenas frases curtas ou mesmo só palavras

respondendo às questões e mesmo cópias da *internet* de uma entrevista de Denise Nonato), totalizou-se cerca de 25 ‘depoentes’ aos alunos.

Em mãos desse material, percebemos indicações de uma maior heterogeneidade entres os *moradores originais* da Cidade Alta, bem como de memórias com um ponto de vista mais positivo sobre a remoção, através das respostas que destacavam a beleza e a ordem do local, incluindo algumas que apontavam o contraste com a favela anterior; e a noção da violência, ‘favelas’ e puxadas como elementos da ‘piora’ e de *favelização* da *Cidade Alta*; além de termos obtido um panorama mais aprofundado sobre o cotidiano da Cidade Alta. Também desta primeira leva de trabalhos, mapeamos possíveis depoentes, dos quais 3 acabaram sendo entrevistados por nós, tendo sido considerados a variedade de:

1. *ponto de vista*: opiniões sobre a remoção, sobre a Cidade Alta
2. *origem*: removido, inserido, não-removido, morador mais recente.
3. *local de moradia no complexo*: entre os conjuntos, as ‘favelas’ e o bairro de Cordovil.

Esses critérios foram seguidos nas ocasiões posteriores em que utilizamos os trabalhos dos alunos, procurando sempre, a partir do que foi recebido e tendo sido feito um mapeamento das pessoas entrevistadas, colher informações, impressões e possíveis depoentes que seriam entrevistados diretamente por nós, procurando atingir sempre o máximo de diversidade possível, a partir dos itens listados acima.

Nos trabalhos feitos posteriormente a 2007, de acordo com orientações passadas em sala e em conversas pontuais com os alunos, estes partiram de um roteiro mais ‘aberto’. Com duas a três semanas para serem realizados, ampliamos o escopo de perguntas e o tempo de moradia do entrevistado, não sendo definido um tempo mínimo. A principal recomendação era de que “tivesse histórias para contar”, como alguém que tenha sido de associação de moradores, de um dos blocos carnavalescos, das igrejas locais, ou até mesmo com um tempo de moradia maior no conjunto, entre outros.

A questão principal apresentada era traçar a história da Cidade Alta, a partir dos moradores e das impressões deles. Assim, foram dadas orientações semelhantes ao primeiro trabalho quanto às questões a serem trabalhadas, ressaltando, no entanto, que o morador deveria descrever de modo mais aprofundado, quando fosse o caso, como era o local onde morava antes e como era a Cidade Alta quando chegou e o que ele viu mudar desde então, no que fizemos uma alteração metodológica em que evitamos qualificar entre ‘piora’ ou ‘melhora’, deixando isso a cargo do entrevistado.

A partir destas novas leva de trabalhos (três: 2007, 2008 e 2009) conseguimos ampliar o escopo de possíveis depoentes para a pesquisa. Tendo sido encontrados moradores das diversas ‘partes’ da Cidade Alta, além do bairro de Cordovil, no que alguns foram entrevistados por nós.

Nem sempre essa busca por depoentes a partir dos trabalhos dos alunos alcançou resultados frutíferos, não tendo a pesquisa conseguido, por problemas diversos, entrevistar um dos criadores dos bailes *funks* na Cidade Alta ou a viúva de Nego, por exemplo, apesar de terem sido entrevistados pelos alunos.

Muitas vezes, o entrevistado pelos alunos era alguém do próprio grupo. Esses casos permitiam uma subsequente conversa informal com este, sem gravador, sobre alguns dos pontos apresentados na entrevista, que podiam desencadear ou não numa entrevista formal. Outras vezes, o grupo de alunos entrevistava um parente bem próximo a um deles, como o pai, a mãe ou o marido.

Na Escola Municipal Ministro Lafayette de Andrada, a atividade docente foi iniciada em 2009, considerando que trabalhávamos com alunos entre 10 e 16 anos (desde recém-saídos da infância até adolescentes). Dessa maneira, com os alunos mais novos, estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, encontramos dificuldades em realizar o trabalho nos moldes em que vínhamos realizando anteriormente. Mesmo porque a imensa dificuldade de leitura e escrita a qual a maioria desses alunos possui revelou-se mais um impeditivo.

Assim, foi feito em 2009, um trabalho realizado em sala que consistiu em dois tipos de atividade: numa delas, o aluno responderia perguntas diretas sobre *onde morava; o que ele gostava de fazer; o que mais gostava na Cidade Alta; o que menos gostava; do que ele tinha mais medo*. Além disso, o aluno teve que fazer uma ilustração sobre o local em que morasse, onde constasse o que ele havia apontado como o melhor e o pior. Conforme vimos, nem sempre as orientações passadas em sala foram rigidamente seguidas pelos alunos, no que acabou se revelando uma grata surpresa pela espontaneidade de alguns trabalhos, como o aluno que estendeu a escala para a cidade, apontando os contrastes entre Copacabana e Cidade Alta.

Ainda em 2009, realizamos trabalho semelhante aos feitos no Guiné-Bissau, com alunos dos 7º e 8º anos, tendo sido feitos poucos trabalhos pelos alunos, os quais pouquíssimos desta leva serviram à pesquisa, fosse para colher informações, fosse para encontrar um possível depoente.

Já em 2010, conseguimos aprofundar alguns pontos da pesquisa com alunos do 9º ano, turmas com que estabelecemos um profícuo diálogo na disciplina como um todo, se mostrando na sua maior parte, interessadas e com maiores capacidades de leitura e escrita. Com essas turmas, 1901 e 1902, além da 1904, realizamos duas atividades seqüenciais e complementares.

Ao fazermos estas atividades, a pesquisa já vinha sendo feita há mais de três anos, de modo que haviam sido obtidos vários e diversificados depoimentos e um quadro mais aprofundado sobre a Cidade Alta. Diferente dos trabalhos anteriores em que foi pedido um enfoque mais ‘coletivo’ sobre a História da Cidade Alta (ainda que os alunos muitas vezes tivessem recorrido a parentes), dessa vez optamos por ter como eixo a história de vida familiar do aluno.

Assim, foi solicitada uma redação dos alunos em que ele tentasse responder às seguintes questões: *“Onde você mora? Como surgiu a Cidade Alta? Por que sua família veio para cá? O que você acha que a Cidade tem de bom? O que você acha que tem de ruim? Acha que a Cidade Alta é favela? Por que?”*.

A segunda parte consistia no aluno, individualmente, entrevistar seus parentes para tentar preencher as lacunas da primeira parte. Dessa vez, não importava o tempo de moradia da família no conjunto, salvo quando fosse menos de um ano. Dessa leva de trabalhos surgiram informações relevantes sobre a mobilidade interna dentro da Cidade Alta, sobre inseridos não-removidos no SFH, de como as partes da Cidade Alta se vêem, além de depoentes para a pesquisa.

Tentamos assim alcançar dois objetivos nesses trabalhos com alunos da Lafayette: perceber as diferentes maneiras e tempos de inserção no complexo através das famílias dos jovens; e auscultar esse segmento jovem da Cidade Alta quanto às suas impressões sobre o local, se o consideravam ou não uma favela e, principalmente, investigar se eram portadores de uma memória sobre o surgimento da Cidade Alta como conjunto para removidos e sobre o processo de remoção de favelas. Algumas de nossas impressões foram confirmadas através dessas redações, como o desconhecimento da origem da Cidade Alta dentro do processo de remoção de favelas promovido pela CHISAM, cujos ‘laços’ com outros conjuntos criados da mesma forma também eram desconhecidos (e por isso, ‘inexistentes’ na prática).

Com esse último trabalho do 9º ano e mais as ilustrações dos alunos do 6º ano, em que o olhar do jovem sobre a Cidade Alta foi o foco principal, alcançamos cerca de 150 alunos.

Ao longo da pesquisa, com os trabalhos produzidos pelos alunos do C.E. Rep. de Guiné-Bissau e da E. M. Min. Lafayette de Andrada, chegamos a cerca de 140 moradores cujas histórias, memórias, opiniões e visões sobre a Cidade Alta e suas partes, suas trajetórias de vida e suas visões sobre o programa de remoção nos forneceram preciosos apontamentos. Além de termos, a partir deste total, obtido vários depoentes para a pesquisa, ainda que fossem indicados pela pessoa entrevistada pelos alunos, que por uma série de razões não se dispuseram ou não foi possível colher seu depoimento.

Uma consideração que devemos fazer é quanto a uma provável ‘contaminação’ de nossas amostras.

O C.E. Rep. de Guiné-Bissau atende um único turno, o da noite, compartilhando o prédio com outra escola. No decorrer dos anos em que o trabalho foi realizado, pouquíssimos alunos eram menores de idade. Assim, a maior parte do público atendido consiste em jovens e adultos, a maioria com mais de 30 anos, tendo inclusive alunos com mais de 60 anos. Muitos estavam sem estudar há muitos anos ou eram egressos do Programa de Educação de Jovens e Adultos da Prefeitura do Rio, que funciona no mesmo prédio, ou ainda do Colégio Estadual Montese, também noturna, que atende o segundo segmento do Ensino Fundamental. Mesmo nestes casos, a retomada do estudo é recente e, em alguns casos, tratava-se inclusive do início. De modo que, na maior parte das vezes, a interrupção do estudo e a não-iniciação se deu por diversos fatores, sendo o mais comum a necessidade de trabalhar ou a criação dos filhos (no caso das mulheres).

Para os casos em que os trabalhos contivessem opiniões dos alunos, devemos considerar a hipótese de que muitos dos alunos, visto as dificuldades que viveram a ponto de ter de interromper seus estudos (em muitos casos, mas não todos), são de famílias com renda mais baixa, o que condicionou grande parte de suas trajetórias, e conseqüentemente, de suas análises.

O fato se torna mais relevante no caso da Escola Lafayette, em que a maior parte das famílias na Cidade Alta com uma renda maior, e isto é particularmente válido para o Vista Mar, matriculam seus filhos em colégios particulares fora da Cidade Alta, de modo que não nos foi possível na pesquisa, alcançar muitos desses jovens. No caso dos depoentes adultos, além da heterogeneidade na renda familiar (como as famílias que moram em várias partes do complexo exemplificam), o fato de termos chegados a eles de diversas formas reduziu este tipo de problema, não nos impedindo de obter uma

‘polifonia’ e heterogeneidade entre os depoentes, pois, como dissemos, além dos alunos, principalmente os do Guiné-Bissau, desenvolveram os trabalhos indo além do círculo familiar. Além disso, também encontramos depoentes de diversas formas, como a indicação ‘pura e simples’. Além de não podermos desprezar a existência de uma classe-média, ainda que minoritária, na Escola Lafayette.

De modo geral, portanto, o resultado do trabalho se apoiou num esforço de pesquisa diversificado, buscando fontes de natureza diferente para ir ao encontro dos fatos urbanos na cidade.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Documentos:

AÇÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL-GB. *A Ação Comunitária nos Conjuntos Habitacionais e a avaliação do programa*. Rio de Janeiro, 1973.

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO. *Exposição de motivos n. 4, de 23/12/1974, do Conselho de Desenvolvimento Social – CDS: Modificações no Sistema Financeiro de Habitação*. BNH/ Secretaria de Divulgação: Rio de Janeiro, 1975.

BARBOSA, Orestes. “A Favela” (1923) *Rio Estudos*, n. 215. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/ Comunicação Social. 2006.

BOSCHI, Renato Raul. & GOLDSCHMIDT, Rose Ingrid. *Populações Faveladas do Estado da Guanabara - Relatório final da pesquisa realizada para Codesco*. Rio de Janeiro: Codesco/IUPERJ/ Dados, 1970.

CENPHA/BNH *Condições de vida em dois conjuntos habitacionais de interesse social: Cidade de Deus e Cidade Alta*. Rio de Janeiro: CENPHA/BNH, 1970.

CHISAM. *Origem – Objetivos – Programas – Metas*. Rio de Janeiro: BNH / Ministério do Interior, 1969.

CHISAM. *Metas alcançadas e novos objetivos do programa*. Rio de Janeiro: BNH / Ministério do Interior, 1971.

COHAB-GB. *Um programa que está sendo cumprido. Relatório da Cohab-GB: 1969*. Rio de Janeiro, 1969.

COSTIN, Claudia. “Escolas para sempre”. *Orientações da Secretaria Municipal de Educação - Rio de Janeiro para o programa Escolas do Amanhã*. <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?article-id=121069>. Acessado em 24/08/2010

CPS-FGV. *Desigualdade e ‘Favelas Cariocas: a cidade partida está se Integrando?’*. Rio de Janeiro: CPS-FGV / IPP, 2010.

CPU/IBAM – BNH. *Rio de Janeiro, Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda*. Rio de Janeiro: CPU/IBAM – BNH, 1979.

IBGE. *Favelas do Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE, 1968

IBPS. *PSM-003/08-RIO – Pesquisa social de base municipal – Rio de Janeiro resultados gerais* / Agosto de 2008.

IDEG. *A interpenetração das áreas faveladas e áreas industriais no Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: IDEG /Centro de Coordenação Industrial para o Plano Habitacional/ Centro de Estudos Sócio-Econômicos, 1968.

GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA. *Rio: Operação Favela*. Rio de Janeiro, 1969 (a).

GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA. *Aspectos da geografia das indústrias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1969 (b).

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Censo das favelas: Aspectos gerais*. Rio de Janeiro: Secretaria Geral do Interior e Segurança, Departamento de Geografia e Estatística, 1949.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO *Jacarepaguá: O caminho dos desbravadores*. (Rio Estudos nº 97 – Nota Técnica n. 6)

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO/ IPLANRIO *Favelas cariocas: índice de qualidade urbana..* Rio de Janeiro, 1997. (Coleção Estudos da Cidade)

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO/ SME. *Listagem das Escolas do Amanhã*. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO/PNUD-ONU/IPEA/IBGE. *Desenvolvimento Humano e Condições de Vida na Cidade do Rio de Janeiro*. 2004. (Coleção Estudos da Cidade)

ROHLFS, Maria Clara V. Rossi; LEAL, Margaret da Cunha; NEWLANDS, Virgínia T. Pedreira. *Conjuntos habitacionais*. (s/ local e editora), 1980.

SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais) *Aspectos Humanos da Favela Carioca* [Relatório SAGMACS] São Paulo, 1960.

SUBCOMISSÃO DE FAVELAS. *Semana de estudos: favelas*. Comissão Nacional de Bem-Estar Social, Rio de Janeiro, 1952.

Periódicos:

Correio da Manhã

O Dia

Folha de São Paulo

O Globo

Jornal do Brasil

Revista Agente

Revista Manchete

Revista Fatos e Fotos

Revista Veja (acervo *on line*)

Sítios eletrônicos:

www.armazemdedados.rio.rj.gov.br

www.acaocomunitariadobrasil.org.br

www.finep.gov.br

www.favelatemminoria.com.br

www.g1.com

Depoimentos:

Antônio Carlos Barroso (Morador de Cordovil desde 1957).

Élcio Silva Sobrinho (removido do Parque Proletário da Gávea, pintor, morador da Cidade Alta).

Ester Porto de Oliveira (removida da Babilônia, funcionária pública, moradora do Porto Velho).

Giuseppe Badolatto (arquiteto/funcionário da Cohab-GB).

Guaraci Costa (primeiro pastor da Igreja Assembléia de Deus na Cidade Alta, inserido, funcionário da COHAB/CEHAB-RJ, ex-morador da cidade Alta, morador de Cordovil).

Manoel Gomes de Oliveira (removido da Praia do Pinto, sambista e comerciante morador da Cidade Alta).

Maria Lúcia da Silva (moradora original inserida, ex-moradora de Manguinhos, moradora da Cidade Alta).

Maria da Penha da Silva (moradora original, ex-moradora da Vila Cruzeiro, moradora da Cidade Alta).

Maria Margarida Nonato do Nascimento (removida da Praia do Pinto, aposentada, moradora da Cidade Alta).

Nadia Lourenço (moradora de Cordovil desde 1967).

Neusa Menezes (moradora de Cordovil desde 1947).

Nilza Mara (Uma dos três primeiros moradores do Vista Mar).

Nilza Sabino (removida do São João, moradora original do Porto Velho, presidente de honra do Bloco do Barriga).

Osias José da Silva (oriundo do Parque União, mudou-se por vontade própria, morador da Cidade Alta).

Raimundo Nonato de Lima (morador de Cordovil desde 1967).

Rossino Castro Diniz (ex-presidente da AMA-Alta, e da AM do Parque Proletário de Cordovil, ex-morador de Cordovil, morador da Cidade Alta).

Samuel Gomes (morador original, removido do Parque Proletário da Gávea, ex-morador da Cidade Alta, morador do Vista Mar, diretor do Colégio Estadual República de Guiné-Bissau).

Sergio Firmino (ex-morador do Parque Proletário de Cordovil, ex-morador da Cidade Alta, morador da Vila Cambuci).

Vilma de Oliveira (removida da Praia do Pinto, morador da Cidade Alta).

Fontes diversas:

MELO, João Batista. *“Como Nasceu uma escola.”*- Literatura de Cordel.

GRBC Barriga – Carnaval 1991. Material de divulgação

“*A Criação do C.E.Rep. de Guiné Bissau*”. Relato escrito de Maria Oliveira, 2010.

OLIVEIRA, Manoel Gomes de. “*Da Praia do Pinto do Leblon à Cidade Alta de Cordovil*”. (Relato autobiográfico não publicado), 2002.

Trabalhos desenvolvidos com alunos do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio no Colégio Estadual República de Guiné-Bissau, nos anos de 2006 a 2009.

Trabalhos desenvolvidos com alunos do 6º e 7º e 3º anos do Ensino Fundamental na Escola Municipal Ministro Lafayette de Andrade, no ano de 2009.

Bibliografia:

ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IplanRio, 1997. 2ª ed.

_____. “Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. *Revista Rio de Janeiro*. v. 1, n. 10. jan-abr 1986. p. 47-58.

AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro, remodelação, extensão e Embelezamento*. [Plano Agache] Paris: Foyer Brésilien, 1930.

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência de pesquisa do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

ALVITO, Marcos Alvito. *As cores de Acari – Uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho: história do crime organizado*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

AMOROSO, Mauro. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela na fotografia do Correio da Manhã*. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: PPGH-UFF, 2006.

ARAÚJO, Maria Silvia Muylaert de “Regularização fundiária de favelas – imóveis alugados: o caso do programa ‘Cada família um lote’ no Rio de Janeiro”. *Revista de administração municipal*, v. 7, n. 195. abr/jun 1990, p. 26-35.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

AZEVEDO, Cecília. “Essa pobre moça indefesa – Estátua da Liberdade da Vila Kennedy”. In: MENDONÇA, Paulo Knauss de (Org.) *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Ed. Sette Letras, Rio de Janeiro, 1999. p. 93-116.

BACKHAUSER, Everardo. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

BÉDARIDA, François. “The Growth of Urban History in France: Some Methodological Trends” In: DYOS, H. J. (Org.) *The Study of Urban History*. Londres: Edward Arnold, 1968.

_____. “The French Approach to Urban History: An Assessment of Recent Methodological Trends” In: FRASER, DEREK & SUTCLIFFE (Orgs.). *The Pursuit of Urban History*. Londres: Edward Arnold, 1983.

BENCHIMOL, Jaime Larry, *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano. Rio de Janeiro: PUR/UFRJ, 1982.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BENMERGUÍ, Leandro. “The Alliance for Progress and housing policy in Rio de Janeiro and Buenos Aires in the 1960s” *Urban History*, n. 36, Cambridge University Press, jul/2009. p: 303-326

BOLAFFI, Gabriel. “Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema” In: MARICATO, Erminia, (org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial* São Paulo: Alfa- Omega, 1982. p. 37 – 70

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade / FAPESP, 1998,

BOSI, Maria Lúcia Magalhães & AFFONSO, Kátia de Carvalho. “Cidadania, participação popular e saúde: com a palavra, os usuários da Rede Pública de Serviços”. *Cadernos de Saúde Pública* . 1998, v 14, n.2. p. 355-365

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. [Org. ORTIZ, Renato] São Paulo: Ática, 1983.

_____. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

_____. *La distincion: criterios y bases sociales del gusto*. Madri: Taurus, 2002

_____. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 2003.

BRUM, Mario Sergio. “O povo acredita na gente”: *Rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990*. Dissertação de Mestrado em História Social Niterói: PPGH/UFF, 2006.

BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos Parques-proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro” In: ALVITO, Marcos & ZALUAR, Alba (orgs.) *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 25-60

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros. Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARDOSO Jr., José Celso e POCHMANN, Márcio. *Raízes da Concentração de Renda no Brasil: 1930/2000*. Brasília/Campinas: IPEA/CESIT, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

_____. *Cidade escassa e violência urbana*. Série Estudos. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Lutas Urbanas e Poder Político*. Porto: Afrontamento, 1976.

CASTRO, Iná Elias de. “Conjuntos Habitacionais: ampliando a controvérsia sobre a remoção de favelas”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. v.26. n. 2, 1983, p. 213-231

CASTRO, Hebe Mattos de. “História Social” In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CAVALLIERI, Fernando; LOPES, Gustavo Peres. *Índice de Desenvolvimento Social - IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril; cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- DINIZ, Eli. *Voto e máquina política – Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ELIAS, Norbert & Scotson, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FERREIRA, Flávio. *Sobre Consolidação de Favelas*. FERREIRA, Flávio (org.) *Quatro Estudos*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1985
- FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981;
- _____. “Condomínios exclusivos – o que diria a respeito um arqueólogo?” *Revista Administração Municipal* n.160, jul./set. 1981. p. 6-29.
- _____. “A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta.” *Revista de administração municipal*, n. 196. out/dez 1982, p. 8-47.
- _____. “Em trinta anos passou muita água sob as pontes urbanas” *Revista Espaço & Debates*, n. 11 (28-40), 1984.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997
- FREIRE, Américo & OLIVEIRA, Lucia Lippi [Orgs.]. *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.
- GAMA DE ANDRADE, Luís Aureliano. “Política urbana no Brasil: o paradigma, a organização e a política”. *Estudos CEBRAP*. n. 18, out/dez 1976. p. 118-148
- GARCIA, Heitor Eiras. “Favelados” *Notícias Municipais*, ano V, n. 26, jan-fev/1958, Instituto Brasileiro de Administração Municipal p. 18-19.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONDIM, Linda M. *Integração social nos conjuntos habitacionais da COHAB-GB*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1976.

_____. “Favela, Aglomerado, Subnormal, Comunidade, Ocupação, Assentamento Precário – ‘diga lá, o que é, o que é?’” In: SOUZA E SILVA, Jaílson de & BARBOSA, Jorge Luiz (Org). *O que é a favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009. p. 54-58.

GORELICK, Adrián. “A produção da ‘cidade latino-americana’”. *Revista Tempo Social* v.17 n.1, Jun/2005. p. 111-133,

GRABOIS, Gisélia Potengy. *Em busca da integração: a política de remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano: Rio de Janeiro: PUR/UFRJ, 1973.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere – vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRYNSZPAN, Mario & PANDOLFI, Dulce. “Poder público e favelas: uma relação delicada” In. OLIVEIRA, Lucia Lippi. (org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

HOBBSBAWN, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ICKOWICZ, Leon Emanuel. *Deterioração física de conjuntos habitacionais construídos pela COHAB – GB*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano - COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 1977.

JOUTARD Phillipe. “História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. 5ª. ed. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2002.

KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAGO, Luciana Corrêa. “Favela-loteamento: re-conceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana.” In: X Encontro Nacional da ANPUR, 1, 2003. (Disponível em: http://www.observatoriodasmegropoles.ufrj.br/download/anpur2003_lago.pdf)

LAGO, Luciana Corrêa do & RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. “A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro”. *Cadernos Metrópole* – v.1 n. 5, p. 37 a 59, 2001

_____. “Transformação das metrópoles brasileiras: algumas hipóteses de pesquisas.” Trabalho apresentado ao XV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1991.

LANGSTEN, RAY. *Remoção: um estudo de relocação de favelados no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1973.

LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEEDS, Elizabeth. “Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local.” In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (Orgs). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LEITE, Márcia Pereira. “Violência risco e sociabilidade nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 115-141

_____. “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro”. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. v. 15, n. 44, out. 2000, p.73-90.

LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.) *Urbanismo no Brasil. 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/ FAUUSP/ FUPAM, 1999.

LEWIS, Oscar. *Antropologia de la pobreza: cinco familias*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económico, 1961

LIMA, Nísia Trindade. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas de Estado e lutas sociais (1954-73)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.

_____. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (Org.) *Rio de Janeiro operário: Natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Access, 1992.

LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. "Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano". *Sociedade e Estado*. v. 19, n. 1, jan./jun. 2004, p. 53-84.

_____. "A continuidade do 'problema da favela'" In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. "Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise". *Revista de Sociologia e Política*, n. 13, nov. 1999. p. 115-124

_____. "A vida política na favela". *Cadernos brasileiros*, ano 9, n. 41, mai/jun., 1967, p.35-47

MARX, Karl. "O 18 Brumário de Luís Bonaparte". In: *Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 329-409. (Os Pensadores, vol. XXXV).

MATTOS, Rômulo Costa. *A "Aldeia do Mal": O Morro da Favella e a construção social das favelas durante a Primeira República*. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: PPGH – UFF, 2004.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. "A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais." *Revista Instituto de Estudos Brasileiros*., 1992. p.9-23.

MISSE, Michel. *Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil: uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para uma agenda de pesquisas*. Série Estudos. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1995.

_____. "Crime e Pobreza: Velhos enfoques, novos problemas." In: VILLAS BOAS, Glauco & GONÇALVES, Marco Antonio. *O Brasil na virada do século – o debate dos cientistas sociais*. Ed. Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1995. p.79-89.

_____. *Crime Urbano, Sociabilidade Violenta e Ordem Legítima: comentários sobre as hipóteses de Machado da Silva*. (mimeo). Rio de Janeiro, 1997.

MODESTO, Hélio. “A urbanização do Distrito Federal e sua repercussão sobre o problema das favelas”. In: SAGMACS *Aspectos Humanos da Favela Carioca* [Relatório SAGMACS] São Paulo, 1960.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 3a. ed, 2001

MOTTA, Marly Silva da. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-75)*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. “Frente e verso da política carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo.” *Estudos Históricos - Cultura Política*, v.13, nº 24, 1999. p.351-376

MOURA, Vitor Tavares. *Favelas do Distrito Federal Aspectos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Sauer, 1943.

NASCIMENTO, Denise Nonato. *Favela de cimento armado: um estudo de caso sobre a organização comunitária de um conjunto habitacional*. Dissertação em Sociologia, Rio de Janeiro: PPCIS/UERJ, 2003.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. 10, dez/1993, p. 7-28.

NUNES, Guida. *Favela: Resistência pelo direito de viver*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *Rio, Metrópole de 300 favelas*. Petrópolis: Vozes, 1976

OLIVEIRA, Anazir Maria de et alli. *Favelas e organizações comunitárias*. Petrópolis: Vozes, 1993.

PASTUK, Marília; AMOROSO, Mauro; BRUM, Mario Sergio. *Práticas Inclusivas*. Rio de Janeiro: Ação Comunitária do Brasil – RJ/Inter-American Foundation, 2009.

PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro: evolução, sentido*. Cadernos do CENPHA n. 5, Rio de Janeiro, 1969.

PEREIRA DA SILVA, Maria Laís. *Favelas Cariocas – 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005

PEREZ, Maurício Dominguez *Lacerda na Guanabara - A Reconstrução do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2007.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Favela. Four decades of living on the edge in Rio de Janeiro* Nova York: Oxford University Press, 2010.

POLLACK, Michael. "Memória e Identidade Social." *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

_____. "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum". In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral* 5^a ed_ Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2002. p.103-130

PORTES, Alejandro. "Política habitacional, pobreza urbana e o Estado: as favelas do Rio de Janeiro, 1972-76." *Estudos CEBRAP*, n. 22, out/dez 1977, p.131-161.

POZZI DE CASTRO, Carolina Maria. *A explosão do autofinanciamento na produção da moradia em São Paulo nos anos 90*. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP, 1999.

PRADO, Carlo Delorme & EARP, Fábio Sá. "O 'milagre' brasileiro: Crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)" In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano (v. 4) O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 207-241.

REZENDE, Vera. *Planejamento urbano e ideologia: Quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REZENDE, Vera & LEITÃO, Gerônimo. *Plano piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá: intenções e realizações após três décadas*. Rio de Janeiro: CREA- RJ, 2004

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & PECHMAN, Robert Moses *O que é questão da moradia*. São Paulo: Nova Cultural / Brasiliense, 1985.

RIOS, José Artur *et alli*. "Remover ou urbanizar favelas?" *Debates Sociais*, n. 7, 1968, p. 30-33.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era.” In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*_ 5^a ed_ Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2002. p. 93-101

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SEGALLA, Ligia. *O riscado do balão japonês: trabalho comunitário na Rocinha, 1977-1982*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 1991.

SOARES, Luiz Eduardo *et alli*. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / ISER, 1996

_____. *Meu casaco de general. 500 dias no front de segurança pública*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA E SILVA, Jáilson de & BARBOSA, Jorge Luiz (Org). *O que é a favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009

TASCHNER, Suzana Pasternack. “Favelas e cortiços: Vinte anos de pesquisa urbana no Brasil”. *Cadernos IPPUR*. Vol. X, nº 2. ago/dez 1996. p 89-115.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. “A Modernização Autoritária: Do Golpe Militar à Redemocratização 1964/1984” In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9^a ed., Rio de Janeiro: Campus, 2000. p. 252 -295

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. v.2. ‘A maldição de Adão’. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. 2^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TRINDADE, Claudia. *Entre a Favela e o Conjunto Habitacional: programa de remoção e habitação provisória (1960-1970)*. Dissertação de Mestrado em História Social – Niterói: PPGH/UFF, 2006.

VALLA, Victor Vincent (Org.). *Educação e favela; políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *A Invenção da Favela. Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. “A gênese da favela carioca; a produção anterior às ciências sociais” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, no. 44, out/2000. p. 5-34.

_____. “Que favelas são essas?” *Insight Inteligência*. n. 8, ago./out., 1999. p. 63-68.

_____. “Favela, política e conjunto residencial”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. IUPERJ, n. 12, 1976, p. 74-85.

VASCONCELLOS, Ernani Mendes. *Pequena arquitetura para um grande problema. Uma experiência vivida*. Tese de Livre-docência. Faculdade de Arquitetura/UFRJ. Rio de Janeiro, 1966.

VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao Estudo da Produção e Transformação do Espaço da Habitação Popular. As Habitações Coletivas do Rio Antigo*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano. Rio de Janeiro: PUR/UFRJ, 1985.

_____. “Notas sobre o Cabeça de Porco”. *Revista Rio de Janeiro*, vol. 1, nº. 2. jan-abr, 1986. p 29-35.

_____. “Novas questões sobre a habitação no Rio de Janeiro” In: XXI International Congress Latin American Studies Association (LASA), Chicago, 1998.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3ª. edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.. 2003.

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VIEIRA, José Gouvêa; FONSECA, Geraldo Targino da. “Radiografia da favela”. *Síntese Política, Econômica, Social*. n.21, 1964. p. 60-73

WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a Revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. “Pra não dizer que não falei de samba: Os enigmas da violência no Brasil.” In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p.245-318

_____. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (Organizadores). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Obras de referência

ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - Pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/Finep, 2001, verbete: ‘Sandra Cavalcanti’.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988..

Código Penal Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2011.